

Fundação Oswaldo Cruz
Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS)

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ 08/2025
01 a 13 maio de 2025



*Leone PP. XIV
8 maggio 2025*



*Leone PP. XIV
8 maggio 2025*



Publicação Digital
Produção coletiva dos trabalhadores do CRIS-FIOCRUZ
Rio de Janeiro, 15 de maio de 2025



SUMÁRIO

04 - Apresentação - *Paulo M. Buss, Erica Kastrup e Fabiane Gaspar*

Sistema Nações Unidas

16 - Nós, tus como partes de nos - *Santiago Alcázar*

20 - Um sopro e um vômito - *Adhemar Bahadian*

22 - Leão XIV - *Paulo Buss*

28 - Revisão sistema multilateral da saúde às margens da AMS - *Paula Reges, Luana Bermudez e Luiz Augusto Galvão*

35 - Determinantes Sociais da Equidade em Saúde: o novo Relatório Mundial da OMS - *Paulo M. Buss*

43 - Pela ruptura da circularidade entre enunciação de direitos humanos e sua imaterialidade cotidiana: necessidades em saúde mental e o investimento estrutural em saúde pública - *Armando De Negri Filho e Fabiane Gaspar*

55 - COPs das Convenções de Basileia, Roterdã e Estocolmo de 2025 - *Danielly de P. Magalhães e Luiz Augusto Galvão*

59 - Conceitos e discursos hegemônicos de ‘sustentabilidade’ e de ‘trabalho sustentável’ são postos em xeque quando comparados com narrativas de comunidades afetadas pela mineração: importância e necessidade do processo de decolonialidade - *René Mendes*

71 - Crises climáticas, desastres e saúde planetária: desafios para o futuro das crianças - *Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos, Maria Teresa Rossetti Massari, Maria Auxiliadora Souza Mendes Gomes*

79 - A redução do consumo de sal no mundo continua patinando, mas há oportunidades de retomar os avanços - *Eduardo Nilson e Denise Oliveira*

96 - Investimento em educação, cultura, ciência e cooperação internacional são a base para a construção das defesas da paz - *Gisele Sanglard, Fabiane Gaspar, Heliton Barros e Vítor Rodrigues*

102 - O importante apoio do BID e do Banco Mundial ao Haiti: Um exemplo para os outros Bancos Multilaterais de Desenvolvimento - *Isis Pillar Cazumbá*

105 - Projetos do Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB) relacionados à Saúde - *Laura Tavares Soares*

146 - Minerais Críticos na Transição Energética e Digital, ODS na OMPI e a Reforma da OMC: Desafios e Oportunidades para o Desenvolvimento e a Saúde Global – *Claudia Chamas e Bernardo Bahia Cesário*

Movimentos sociais globais e saúde

- 158 - Desafios e estratégias da sociedade civil frente à crise humanitária e à exclusão sistêmica - *Patrícia Lewis Carpio, Matheus dos Santos da Silveira, Tatiana Cerqueira Machado Medrado, Jesús Enrique Patiño Escarcina, Diana Zeballos, Renan Amaral Oliveira, Laurenice Pires, Ana Carol Aldapi Vaquera e Luis Eugênio de Souza*
- 183 - FfD4 e o Acordo Pandêmico: 2025 como ano decisivo para o modelo de financiamento do desenvolvimento global - *Rafaela Venturella De Negri e Armando De Negri Filho*

Territórios, multilateralismos regionais e grupos de países

- 193 - Sul Global - *Regina Ungerer, Erica Kastrup, Livia Ferreira e Rychard de Lima Monteiro*
- 224 - G20 mobiliza reuniões sobre saúde, turismo e empoderamento de mulheres. Diplomacia e Desafios Geopolíticos: Encontro EUA-Canadá e Tensão Índia-Paquistão. Mercado ilícito, saúde e inflação na quinzena da OCD - *Pedro Burger, Vitória Kavanami, João Miguel Estephano, Thaiany Medeiros Cury, Nina Bouqvar e Paulo Esteves*
- 234 - Para o Brasil, BRICS deve primeiro consolidar tamanho atual, mas pode haver exceção a novas adesões - *Claudia Hoirisch*
- 236 - Aproximações da América Latina com o Oriente: uma saída para diversificação de parcerias? - *Sebastián Tobar, Samia de Brito Franco e Miryam Minayo*
- 250 - IV Reunião Ministerial do Fórum CELAC-China: Declaração de Pequim e Plano de Ação Conjunto
- 260 - XXVI Assembleia de Ministros da Saúde da CEDEAO - *Augusto Paulo Silva, Manuel Mahoche, Tomé Cá, Dala Djop e Felix Rosenberg*
- 269 - Na Europa, Ucrânia assina acordo de terras raras com EUA em meio à guerra - *Ana Helena Gigliotti de Luna Freire*
- 274 - Ásia e MENA debatem Desenvolvimento Inclusivo e Sustentável - *Lúcia Marques e Bárbara Nogueira*
- 287 - Recentes mudanças políticas nos EUA levantam preocupações sobre o futuro da ciência, saúde e ajuda internacional - *Guto Galvão*
- 290 - O prato e o tempo - *André Costa Lobato*
- 293 - Na China, assinatura de acordos do Brasil com empresas chinesas na área de Saúde

*Autores deste Caderno - 298

**Eventos do CRIS e acessos a materiais do CRIS - 302

***Para citações, ver 'Ficha catalográfica' - 303

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ

Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Nº 08/2025 – 01 a 13 de maio de 2025

Apresentação

Habemus papa ecoou mundo a fora no final da tarde romana de 8 de maio de 2025, anunciando a eleição do cardeal estadunidense-peruano e agostiniano **Robert Francis Prevost** como **Papa Leão XIV**. O Vaticano anuncia que Prevost toma posse dia **18 de maio**, quando lhe será imposto o pálio e o Anel do Pescador.

O mundo todo passou a especular as razões da eleição e as perspectivas do pontificado de um natural dos EUA, mas com longa passagem total, ainda que intermitentes, pelo Peru, na América Latina, incluindo a diocese da pobre região de Chiclayo, no norte do país, de 2015 a 2023, quando foi alçado a Roma por Francisco para cuidar do Dicastério dos Bispos, que administra as nomeações dos prelados católicos em todo o mundo.

Todas as indicações, vindas de cardeais próximos ou que atentamente ouviram as prédicas e intervenções de Prevost, assim como de vaticanistas, admitem que o mais provável é que seu pontificado manterá fortes laços e alguma continuidade com o de Francisco. Ambos coincidem em defesa de migrantes, críticas às guerras e a importância da paz, meio ambiente, mas aparentemente Leão XIV será mais conservador em costumes: família, aborto, população LGBT+, entre outros.

O Vaticano divulgou, em 10m de maio, a foto oficial e o brasão do novo pontífice <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2025-05/papa-leao-xiv-publicados-brasao-e-lema.html>, assim como sua biografia oficial <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2025-05/robertum-franciscum-prevostleone-xiv.html>

Traços essenciais da biografia do **Cardeal Prevost**, o significado do brasão e as primeiras declarações de **Leão XIV** vêm em informe especial preparado pelo editor dos Cadernos, **Paulo Buss**, baseada em notas do portal do Vaticano e consultas à periódicos globais.

Na próxima semana ocorre um dos momentos mais importantes do ano na **saúde global e diplomacia da saúde**, a **78ª Assembleia Mundial da Saúde (AMS 78)**, de 19 a 27 de maio, em Genebra, no *Palais de Nations*. A agenda a ser desenvolvida pode ser encontrada em: https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA78/A78_1-en.pdf e vem comentada por **Reges, Bermudez e Galvão** neste fascículo. Entre as principais resoluções a serem adotadas está aquela referente ao **Acordo Pandêmico** ou, na linguagem oficial adotada, *o instrumento internacional para fortalecer a prevenção, preparação e resposta a futuras emergências sanitárias globais*, discussões cujas conclusões ocorreram há cerca de 1 mês, depois de mais de 2 anos e 13 rodadas de negociações em Genebra. A notícia completa sobre as conclusões das históricas negociações encontram-se no portal da OMS em: [WHO Member States conclude negotiations and make significant progress on draft pandemic agreement](https://www.who.int/news/item/2025-05-06-who-member-states-conclude-negotiations-and-make-significant-progress-on-draft-pandemic-agreement).

Pela importância do tema registramos e comentamos neste fascículo o lançamento do **Relatório Mundial sobre Determinantes Sociais da Equidade em Saúde**, em um texto firmado por **Paulo Buss**. Depois de quase três anos de aproximações sucessivas, o Relatório foi finalmente lançado no dia 6 de maio último e também compõe a agenda da **AMS 78**.

Como serviço aos nossos leitores reproduzimos neste fascículo do Caderno os documentos oficiais resultantes da **IV Reunião Ministerial do Fórum CELAC-China** (Pequim, 13 de maio de 2025): 1) **a Declaración de Beijing de la Cuarta Reunión Ministerial del Foro China-Celac** https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-de-pequim-e-plano-de-acao-conjunto-iv-reuniao-ministerial-do-forum-celac-china/declaracion-de-beijing.pdf/view e 2) o **Plan de Acción Conjunto Celac - China para la Cooperación en Áreas Clave (2025-2027)** https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-de-pequim-e-plano-de-acao-conjunto-iv-reuniao-ministerial-do-forum-celac-china/plan-de-accion-celac-china.pdf/view, que serão devidamente examinados por nossos analistas no Caderno 9.

De outro lado, reproduzimos notícias dos sites do Palácio do Planalto e do Ministério da Saúde sobre os **acordos de cooperação em saúde** assinados pelo *presidente Lula* e pelo ministro da saúde *Alexandre Padilha* com instituições chinesas, em Pequim, na visita de Estado, dias 12 e 13 de maio. Os acordos incluem a produção de equipamentos médicos, vacinas e IFAs (fármacos) por empresas chinesas no Brasil https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/atos-adotados-por-ocasio-da-visita-de-estado-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-a-pequim-china-12-e-13-de-maio-de-2025, que também serão comentadas no próximo fascículo (9).

As guerras

Dias 7 e 8 de maio marcaram os **80 anos** de encerramento da **2ª. Guerra Mundial**. As terríveis lições do maior conflito de todos os tempos, que deixou algo em torno de 60 milhões de mortos e milhões de sequelados física e mentalmente, parece que ainda não foram aprendidas. Pois inúmeras guerras continuam grassando em todo o planeta.

O **genocídio palestino** continua dolorosamente, perpetrado pelas forças militares regulares do poderoso estado de Israel e seu contestado governo de extrema-direita. As mortes ultrapassam 60 mil e milhares de sequelados físicos e mentais – a maioria mulheres, crianças e idosos – são o resultado desta guerra brutal. Desde 18 de março, quando Israel retomou os ataques, foram mortas 2.876 pessoas. As autoridades de saúde palestinas dizem que os ataques israelenses aumentaram desde que Trump iniciou uma visita, no dia 13 de maio, aos países do Golfo (Arábia Saudita, Catar e Emirados Árabes Unidos), que muitos palestinos esperavam que ele usasse para pressionar por uma trégua. Nos últimos dias cerca de 200 pessoas foram mortas em Gaza. Estes últimos ataques foram realizados por Israel no dia em que os palestinos recordam a "*Nakba*", ou catástrofe, quando centenas de milhares fugiram ou foram forçadas a sair de suas cidades natais e vilarejos, durante a guerra de 1948 no Oriente Médio, que deu origem ao Estado de Israel.

As partes continuam não se entendendo na busca de soluções para a **guerra da Ucrânia**. Moscou e Kiev atribuem-se mutuamente a responsabilidade pela continuação dos conflitos. O BID aprovou recursos substantivos para apoiar na recuperação do **Haiti**, devastado pela atuação de milícias em todo o país, com maior incidência na capital, Porto Príncipe.

Neste contexto, registramos o falecimento de **Joseph Samuel Nye Jr.**, cientista político norte-americano, professor na Harvard University, pioneiro do conceito de *soft power* (em português, *poder brando*, *poder de convencimento*, ou *poder suave*). Contrastando com as soluções pelo *hard power* militar e do dinheiro - dominante hoje nas relações internacionais – o *soft power* seria a habilidade de um corpo político - um Estado, por exemplo - de influenciar o comportamento ou os interesses de outros corpos políticos por meios culturais ou ideológicos

e não pela coerção militar. Ele desenvolveu o conceito em seu livro *Soft Power: The Means to Success in World Politics*.

====*=====

Saúde global e diplomacia da saúde: Temas e territórios

Alcázar trata das 4 conferências que se realizarão neste ano, no âmbito das Nações Unidas, centradas no desenvolvimento. Faz o contraponto com as posturas isolacionistas e contra o multilateralismo do governo Trump e especula sobre as possíveis posições que Leão XVI adotará no seu pontificado, ao recordar posições, que enaltece, do Papa Francisco.

Bahadian tece considerações sobre o conclave católico e a eleição do Cardeal Prevost como Leão XIV, os principais desafios que esperam o primeiro papa estadunidense, ainda que naturalizado peruano, e as relações que se espera dele com Trump.

Buss sistematiza informações sobre Leão XIV para o leitor. Apresenta traços da biografia de Prevost, o significado do brasão que escolheu e as primeiras declarações de Leão XIV que podem ajudar a especular sobre as perspectivas do seu pontificado, do ponto de vista político-ideológico, foco destes Cadernos, e não religioso.

Reges, Bermudez e Galvão trazem informações e comentários sobre a **78ª Assembleia Mundial da Saúde (AMS)** (Genebra, 19-27/05/2025) que será marcada por intensos debates sobre a reorganização da **OMS**, com foco em uma *reestruturação financeira e administrativa devido à crise orçamentária*. A proposta envolve a redução de divisões programáticas e cargos de liderança. A OMS enfrenta um déficit de US\$ 600 milhões para 2025, e a redução orçamentária para o biênio 2026-2027 pode chegar a US\$ 1,9 bilhão. O novo orçamento, com foco em equidade e resiliência dos sistemas de saúde, prioriza atenção primária, cobertura universal e preparação para emergências. Além disso, a 78ª AMS discutirá a aprovação do *Acordo Pandêmico*, um tratado de prevenção e resposta a pandemias, cuja adoção é vista como um teste para a governança sanitária global. Outro tema central é a *reformulação do Sistema da ONU e as implicações na área da saúde, com propostas de fusão de agências* para melhorar a eficiência, embora haja resistência.

O recém-lançado *relatório da OMS sobre determinantes sociais da equidade na saúde* destaca as desigualdades persistentes que afetam a saúde, com ênfase na necessidade de reorientar políticas públicas para enfrentar as causas estruturais dessas iniquidades, especialmente em países de baixa e média renda. Em artigo complementar, **Buss** discute alguns dos achados e recomendações do Relatório, e faz uma rememoração da participação do Brasil e da Fiocruz no processo de discussões sobre determinantes sociais da saúde desde o relatório mundial de 2008.

De Negri Filho e Gaspar refletem sobre a materialidade que os direitos humanos requerem, particularmente desde o âmbito dos direitos econômicos, sociais e culturais, deparando-se, segundo eles, com o imperativo de uma conexão entre o direito à saúde, o direito à seguridade social e, finalmente, o direito coletivo ao desenvolvimento. A resenha **do informe sobre a saúde mental e os direitos humanos**, apresentado ao **Conselho de Direitos Humanos** pelo Alto Comissariado, desafia a uma reflexão profunda sobre o dever ser de políticas e sistemas de atenção à saúde mental, mas não indica efetivamente como materializar este direito.

Na área de **ambiente e saúde**, **Magalhães e Galvão** analisam as reuniões conjuntas de 2025 das **Convenções de Basileia, Roterdã e Estocolmo (BRS)**, que aconteceram em Genebra,

de 28 de abril a 9 de maio. Entre os principais resultados, destaca-se a inclusão de novos produtos químicos nas listas de controle, como carbossulfan, e clorpirifós. A Convenção de Basileia atualizou sua definição de operações de descarte e incluiu resíduos têxteis como prioridade. A de Estocolmo passou a restringir ácidos perfluorados e parafinas cloradas, associados a sérios riscos à saúde. Países em desenvolvimento enfatizaram o impacto desproporcional dos resíduos e pediram mais apoio financeiro e técnico; já países desenvolvidos apoiaram avanços técnicos, mas hesitaram quanto a compromissos financeiros vinculativos. As próximas COPs ocorrerão no Panamá em 2027, com trabalhos intersessionais focados em financiamento regional e combate à poluição plástica.

O informe de **René Mendes** aborda artigo recentemente publicado na **Revista Internacional do Trabalho (OIT)**, que foca *a diferença de conceitos, valores e discursos a respeito dos conceitos ‘oficiais’ de “sustentabilidade” (como nos ODS, por exemplo) e de “trabalho sustentável” (como o da OIT, por exemplo)*, quando é aberto espaço de ausculta de populações habitualmente consideradas subalternas ou marginais, como, por exemplo, aquelas que vivem e trabalham em áreas ocupadas pelas *grandes empresas de mineração*. O estudo selecionado valoriza o *processo de decolonialidade*, comparando duas áreas afetadas pela mesma empresa mineradora, uma em Minas Gerais, no Brasil, e outra no Canadá. Verifica-se que para as populações locais, os critérios e jargões ‘oficiais, de “trabalho sustentável” não têm significado, além de terem grande conteúdo falacioso. Ao contrário: a noção dominante de ‘trabalho sustentável’ pode ser utilizada para perpetuar estruturas capitalistas coloniais de desigualdade, racismo ambiental e exclusão social, sob o pretexto de “mineração sustentável”. Essa visão não apenas subordina, mas é incompatível com os princípios e práticas normativas enraizadas na reciprocidade, no cuidado com a vida humana e não humana e na reprodução da comunidade, que são encontrados nas narrativas locais mais decolonizadas. Esses princípios reorientam o conceito de trabalho sustentável para além do mercado, oferecendo assim novas bases para orientar políticas públicas e marcos regulatórios sem reforçar os padrões coloniais existentes. Mas para que isso seja possível, essas vozes devem ser ouvidas, reconhecidas e levadas a sério.

Neste fascículo, **Massari, Santos e Gomes** apresentam três publicações que abordam os impactos das crises climáticas e ambientais na **saúde infantil** e, conseqüentemente, no futuro das crianças, destacando desafios urgentes e recomendações para políticas públicas. As publicações evidenciam a urgência de ações globais para proteger a saúde e os direitos das crianças frente às crises climáticas e ambientais. Recomendam-se políticas robustas, redução de emissões de gases, gestão sustentável de resíduos e priorização do interesse infantil nas decisões ambientais. A falta de ação pode resultar em conseqüências irreversíveis para as gerações futuras.

No seu informe sobre **segurança alimentar e nutricional**, **Nilson e Oliveira** retomam, depois de um ano, os avanços e desafios no combate ao consumo excessivo de sal, tema central da Semana Mundial de Conscientização Sobre o Sal (*World Salt Awareness Week*). Apesar de reconhecido como um dos principais fatores de risco para doenças cardiovasculares, o alto consumo de sódio não tem sido tratado com a devida prioridade nas políticas públicas nacionais, regionais e globais, ainda que se reconheça que tais políticas são eficazes e custo-efetivas.

Gaspar, Sanglard, Barros e Rodrigues, em continuidade ao informe 06-25 que tratou do relatório sobre os Resultados Estratégicos 2024 apresentado na 221ª sessão do **Conselho Executivo da UNESCO**, destacam neste informe o orçamento estimado para o biênio 2026-2027 (Documento [43 C/5](#)), uma comparação com orçamentos aprovados nos biênios anteriores e o aumento das contribuições voluntárias, demonstrando o esforço e confiança dessa organização

em concretizar as ações, projetos e programas sob seu mandato. Relatam o aumento dos investimentos na indústria bélica, concluindo que a defesa da paz tem um longo caminho a percorrer enquanto não houver um sólido investimento em educação, cultura, ciências e na cooperação solidária entre os povos.

Cazumbá informa que o **Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)** lançou um projeto que visa apoiar a recuperação do *Haiti*, país considerado o mais pobre da América Latina e do Caribe. O projeto terá um período de cinco anos (2025-2030) e contará com a colaboração importante do Banco Mundial (BM), que através dos seus dados direcionou as áreas prioritárias a serem trabalhadas, da União Europeia (UE) e da Organização das Nações Unidas (ONU). A realização deste projeto específico mostra para os demais Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs) uma outra forma de cooperar com os países.

Tavares apresentação os Projetos financiados pelo **Banco Asiático de Desenvolvimento - ADB** (sigla em inglês) na área da **Saúde** - na Ásia e na Região do Pacífico. Do ponto de vista da abrangência eles são regionais - contemplando toda uma região ou um grupo de países - ou nacionais. O financiamento de projetos é feito através de empréstimos, subvenções e assistência técnica. A modalidade prevalente dos projetos aqui apresentados é a de Assistência Técnica. Os projetos na área da Saúde contemplam diversos aspectos: problemas de saúde específicos, grupos populacionais e territórios vulneráveis, intervenções em áreas afetadas por mudanças climáticas, e promoção de mudanças institucionais através de *reformas do setor saúde* - presente na maioria dos projetos. O sistema *seguro de saúde* pode ser observado em alguns países. Vale destacar que os projetos possuem uma padronização, apresentando a localização / abrangência; a modalidade de assistência; as fontes de financiamento e os respectivos valores; a descrição das atividades; a contextualização do problema na região e/ou país; a inserção na política de saúde vigente; os resultados esperados e obtidos; e o impacto na população e/ou território. São apresentados vinte e um (21) projetos, para os anos de 2025 e 2024. Em todos eles os resultados e os impactos foram considerados como positivos.

O informe de **Chamas e Cesário** analisa *dois documentos* centrais: o *Global Trade Update* da **UNCTAD** (maio de 2025), com foco no cobre como mineral crítico, e um discurso da **Diretora-Geral da OMC**, Ngozi Okonjo-Iweala, sobre a reforma da Organização. O relatório da **UNCTAD** destaca a importância estratégica do cobre na economia verde e digital, observando restrições de oferta, o impacto de medidas comerciais restritivas na agregação de valor em países produtores e o crescente papel da reciclagem. Enfatiza que as economias em desenvolvimento devem ir além da exportação de minério para o refino e a manufatura a fim de capturar valor real, um processo complicado pela escalada tarifária e por níveis variados de complexidade econômica. O discurso da DG da **OMC** ressalta um amplo acordo sobre a necessidade da reforma da OMC como prioridade central para a MC14 (março de 2026), encarando as atuais perturbações no comércio global como uma oportunidade para abordar fraquezas sistêmicas. O informe sintetiza essas perspectivas, explorando as implicações do comércio de minerais críticos e das reformas da OMC para os países em desenvolvimento, particularmente no que tange à adição de valor local, diversificação econômica e o potencial do sistema multilateral de comércio para melhor apoiar os objetivos de desenvolvimento e saúde global. Durante a 34ª sessão do Comitê de Desenvolvimento e Propriedade Intelectual da **OMPI**, os Estados Unidos criticaram o engajamento da Organização com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, considerando-o inconsistente com a soberania americana.

O GT de **Souza e colegas** sobre **sociedade civil global** monitorou 62 **Organizações da Sociedade Civil (OSC)**, no período de 23 de abril a 6 de maio de 2025. Delas, 42 apresentaram

manifestações relevantes, abrangendo organizações da sociedade civil (OSC) de interesse público e de interesse privado. A conjuntura internacional revela, mais uma vez, um cenário de crises humanitárias, conflitos armados, desastres ambientais e violações sistemáticas de direitos, com graves repercussões sobre a saúde pública global. Em regiões como Gaza, República Democrática do Congo, Myanmar e Afeganistão, populações enfrentam fome, deslocamento forçado e colapso de serviços essenciais, especialmente para mulheres e crianças. Organizações como ActionAid, CARE e Médicos Sem Fronteiras vêm denunciando a intensificação de ataques a civis, bloqueios humanitários e negligência institucional que evidenciam a fragilidade da proteção internacional. Paralelamente, a mobilização de **organizações da sociedade civil de interesse privado**, como a Fundação Gates e a Wellcome Trust, tem se voltado para o financiamento de pesquisas, inovação em saúde e fortalecimento de capacidades locais, com destaque para o enfrentamento de doenças transmissíveis e não transmissíveis, vacinação e saúde mental. Tanto as OSC de interesse público, quanto as de interesse privado têm denunciado os cortes na ajuda internacional e retrocessos políticos, como os ocorridos durante o governo Trump, expondo os riscos de uma ordem global que desvaloriza a ciência, a igualdade e os direitos humanos. Diante desse panorama, torna-se urgente a articulação de respostas integradas, multissetoriais e baseadas em justiça social e climática, capazes de enfrentar, de forma equitativa, as múltiplas crises em curso.

De Negri e De Negri Filho destacam, no **Panorama político-econômico global** analisado, a *crítica econômica feminista pós-Reuniões de Primavera do FMI/Banco Mundial (abril/2025)*, onde organizações como a MENAFEM denunciaram a continuidade de um multilateralismo neoliberal que ignora gênero e clima, enquanto países do Sul Global enfrentam a crise da dívida. Analisam também neste bloco a proposta de uma *Convenção-Quadro da ONU sobre Dívida*, como alternativa à arquitetura financeira atual, com a *4ª Conferência de Financiamento para o Desenvolvimento (FfD4)* sendo vista como momento-chave para reformas sistêmicas. Em **Saúde**, as negociações do *Acordo Pandêmico na WHA* revelam tensões entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, especialmente sobre a criação de um comitê de especialistas para o sistema PABS - criticado por conflitos de interesse ao incluir representantes da indústria. Paralelamente, a *crise dos enfermeiros no Zimbábue* exemplifica o colapso sanitário global.

Segundo **Ungerer, Kastrup, Ferreira e Monteiro** o tema do avanço das tecnologias está presente nas agendas de todas as instituições. O **UNOSSC** destacou a intenção de Marrocos de estabelecer o Centro Marrocos Digital para o desenvolvimento sustentável, ressaltando a relevância desse novo centro, que posiciona o país como um hub de compartilhamento de capacidades digitais, inovação e integração para os países árabes e para toda a África.

Serra Leoa sediou o *3º Fórum de Alto Nível da África sobre Cooperação Sul-Sul e Triangular*, com o objetivo de acelerar os esforços de desenvolvimento sustentável em todo o continente. A diretora do UNOSSC, Dima Al-Khatib, participou da reunião, defendendo uma cooperação inclusiva com países de renda média e destacando que a era da cooperação unidirecional ficou no passado. Ela também se reuniu com o diretor regional da OPAS, Jarbas Barbosa, para discutir parcerias em andamento e futuras, com foco na saúde, apoiadas pelo Fundo de Parceria para o Desenvolvimento Índia-ONU.

O **Brasil** chamou atenção para a *Doença de Chagas*, uma condição crônica e evitável que afeta cerca de 7 milhões de pessoas nas Américas. Também ressaltou que, na velocidade atual, a *igualdade de gênero no meio empresarial* só será alcançada em 134 anos. Outro evento importante para o país foi a reunião dos *Bancos de Leite Humano e as mudanças climáticas*, cujas conclusões serão apresentadas na COP 30.

O **Grupo dos 77 (G-77)** e a **China** participaram de 18 reuniões da Assembleia Geral da ONU, com destaque para os documentos finais da *Declaração Política da reunião de alto nível sobre prevenção e controle de doenças não transmissíveis e promoção da saúde mental e do bem-estar*; o debate da *4ª sessão do Comitê de Informação*; a *Declaração Ministerial do HLPF 2025*; a *2ª Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social*; além de várias sessões relacionadas ao comitê preparatório da *4ª Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento (FfD4)*.

No que diz respeito ao **Movimento dos Não-Alinhados**, o destaque foi o *Centro para o Estudo do MNA*, localizado em Belgrado, Sérvia, que foca em pesquisa e educação sobre a história e os princípios do Movimento.

O **Centro Sul** realizou a *25ª Reunião do Conselho Administrativo*, revisando suas atividades e situação financeira. Também participou do *Comitê Preparatório da UNCTAD XVI*, planejando ações para os próximos quatro anos. Além disso, esteve presente na reunião do *FfD4 PrepCom*, apoiando países em desenvolvimento na busca por melhores resultados na gestão da dívida soberana. Publicaram documentos para debater o fortalecimento do *financiamento global da saúde para a OMS*, especialmente diante do anúncio da retirada dos EUA da organização e também o *Pacto Digital Global*: traçando uma Nova Era na Governança Digital?

Celso Amorim, assessor especial da Presidência da República, indicou em Moscou que os países do **BRICS** podem abrir alguma exceção para expandir novamente o tamanho do grupo. Entretanto, “o BRICS (primeiro) tem que ser consolidado como está”, disse. Segundo **Hoirisch**, dois países que vêm insistindo em ingressar no bloco são a Turquia e a Venezuela. A Turquia pediu um ingresso como membro, mas recebeu convite para parceiro no ano passado. E a Venezuela, teve o pretendido acesso como parceiro vetado pelo Brasil. As autoridades venezuelanas voltaram a reiterar ao Brasil o interesse de participar. Diplomatas brasileiros envolvidos na preparação da cúpula de julho, a ser sediada no Rio, vinham rechaçando outra ampliação, tanto assim, que uma nova expansão não entrou na pauta oficial proposta pelo Brasil. Já o chanceler russo Serguei Lavrov defendeu a continuidade da expansão “muito em breve” e defendeu que os associados parceiros teriam prioridade para se tornarem membros.

Reunidos nos respectivos Grupos de Trabalho e ainda sem muitas informações divulgadas, os membros do **G20** mobilizaram discussões nas áreas da saúde, turismo e empoderamento das mulheres. Na segunda semana de maio, o novo primeiro-ministro canadense Mark Carney visitará a Casa Branca buscando reatar laços com os EUA antes da cúpula do **G7**, marcada para junho no Canadá. A presença incerta de Donald Trump na reunião reflete seu histórico de desdém ao multilateralismo. Em paralelo, o G7 se mobiliza para conter tensões entre Índia e Paquistão após recentes ataques. Os destaques da **OCDE** se dividem entre um relatório sobre o mercado de contrafeitos e produtos pirateados, quatro estudos de assuntos relacionados à saúde e atualização sobre a inflação mundial. São os conteúdos do **GT do CRIS** sobre os blocos dos países mais ricos do mundo.

O informe sobre **América Latina e Caribe**, preparado por **Franco, Minayo e Tobar** traz um breve panorama político-diplomático dos países da região. Comenta o **Fórum China-CELAC** que acontece nesse momento em Pequim. O Fórum não passou despercebido pela Casa Branca e os autores comentam sobre as estratégias do governo Trump na tentativa de contrabalançar o peso chinês e isolar a influência de Pequim na região. Ainda sobre o governo trumpista, observam o resgate(?) por Washington dos opositores de Maduro, asilados na embaixada Argentina, em Caracas. No âmbito das organizações regionais, a **CEPAL** reviu as projeções de

crescimento para a ALC e reduziu as suas previsões. O chanceleres do **Mercosul** se encontraram para discutir sobre o fortalecimento da integração regional e medidas para enfrentar a atual guerra comercial. O **ORAS-Conhu** discutiu o tema de migrações na região andina. O **Conselho de Ministros de Saúde da América Central (COMISCA)** apresentou avanços estratégicos ao Parlamento Centro-americano e fortaleceram a cooperação em saúde regional com a OPAS. O **SELA** realizou fórum sobre desenvolvimento América Latina e Caribe – China. Os autores apontam a situação epidemiológica de *sarampo* na região das Américas, que tem sido fonte de preocupação. Destacam que o novo *Comando Sul (Southcom)* expandiu sua presença militar e de cooperação – com exercícios e missões médicas na Guiana e acordos de reativação de bases no Panamá – enquanto pressiona aliados regionais (El Salvador, Argentina) a se alinharem contra a “influência maligna” da China. Em paralelo, Pequim segue investindo sobretudo em infraestrutura e comércio, consolidando-se como parceiro econômico-chave. No campo interno, desafios cruciais se sobrepõem: a *Colômbia* declarou emergência sanitária por um surto de febre amarela; *Trinidad e Tobago* realiza eleições marcadas por crise econômica e violência de gangues; e a *Argentina* debate a interferência do FMI, após elogios de Kristalina Georgieva ao programa de Javier Milei. Ao mesmo tempo, América Latina e Caribe reiteram seu apoio à candidatura de um novo Secretário-Geral da ONU latino-americano, especialmente uma mulher, refletindo os anseios regionais por maior representatividade e voz global.

O **GT CRIS sobre África**, sob a liderança de **Augusto Paulo Silva** aborda a desnutrição na **África** e os esforços da **União Africana** para combatê-la. Durante um evento de alto nível em Adis Abeba, líderes africanos reafirmaram seu compromisso de investir em nutrição e segurança alimentar. Eles destacaram a importância de estratégias como a *Declaração de Abidjan* e a *Declaração de Malabo*, que visam aumentar os gastos públicos em agricultura e saúde. O informe também menciona a *Estratégia Regional Africana de Nutrição 2016-2025* e a necessidade de uma abordagem multisetorial para enfrentar a desnutrição, integrando setores como saúde, educação e agricultura. Além disso, o informe destaca a nova *Estratégia e Plano de Ação do CAADP (2026-2035)*, lançados em Joanesburgo, África do Sul, que visam mobilizar 100 bilhões de dólares, aumentar a produção agroalimentar e reduzir as perdas pós-colheita. Por último, o informe também repercute, em linhas gerais, o que foi a *XXVI Assembleia de Ministros da Saúde da CEDEAO*, realizada na Cidade da Praia, em Cabo Verde, onde foram tomadas, entre outras decisões, as políticas de saúde comunitária e a aquisição de equipamentos de hemodiálise e telemedicina para cada Estado-Membro.

Sobre a **Europa**, **Freire** comenta a assinatura do acordo de terras raras entre Ucrânia e EUA. Traz alguns detalhes do acordo, que até então era tido pelos EUA como um “acerto de contas” por parte da Ucrânia, que recebeu aportes bilionários para uma guerra que nunca foi dela. Na *Alemanha*, Friederich Merz se confirma como chanceler e promete endurecer a política migratória, além de cogitar voltar a importar gás russo, o que traria um grande impacto no posicionamento da UE em relação à guerra. Ainda na Alemanha, o partido extremista de direita AfD é reconhecido como uma organização extremista de direita e passará a ser monitorado pela inteligência alemã. A *agenda da saúde* segue em curso com a *legislação de medicamentos* críticos na UE e com o trabalho da **OMS Europa** que reage ao desfinanciamento se reorganizando internamente.

Para **Marques e Nogueira**, os rápidos avanços na tecnologia e na inteligência artificial, junto com as tendências demográficas, as mudanças climáticas e uma mudança global para a política protecionista e isolacionista estão remodelando as estruturas e habilidades globais de poder. Essas mudanças estão contribuindo para uma crescente erosão da confiança no sistema

multilateral e sua capacidade de salvaguardar os interesses dos países em desenvolvimento, resolver conflitos com justiça e defender uma abordagem baseada em direitos ao desenvolvimento. Esse é o contexto que os países da **Ásia, Pacífico e região MENA**, enfrentam. As reuniões preparatórias para o HLPF25 das duas regiões demonstraram o amadurecimento para o enfrentamento dos desafios multifacetados e interligados; o número de documentos e a qualidade dos relatórios que subsidiaram as reuniões mostraram que análises baseadas em dados é essencial para as tomadas de decisões; que o desenvolvimento sustentável só será possível se for inclusivo e cooperativo. Nas duas reuniões, os representantes concordaram em intensificar a cooperação para impulsionar o desenvolvimento urbano sustentável e resiliente, compartilhar know-how, alinhar políticas urbanas com os ODS e apoiar as autoridades locais na construção de cidades habitáveis e inclusivas e focando nas pessoas. O caminho para a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável passa pelas cidades e por todos os assentamentos humanos. No *Tabuleiro da Geopolítica*, brigam *Índia e Paquistão* pelos direitos da Caxemira. As duas potências nucleares entraram em mais um caminho perigoso que pode levar a um conflito aberto. Ou não. A sinalização de um cessar-fogo imediato traz calma na fronteira e seus mercados de ações voltam a subir. Sim, o mercado de ações foi muito afetado. Além disso, há outros interesses em jogo: o fechamento do espaço aéreo paquistanês traz prejuízo de milhões às empresas aéreas indianas e a suspensão do tratado da Água do Rio Indo trará enormes prejuízos à agricultura paquistanesa. Esse novo confronto evocou fervor nacionalista em ambos os países.

Lobato reporta que *Xi Jinping* participou de comemorações com Putin pelos 80 anos do fim da Segunda Guerra e da fundação da ONU, destacando o papel da **China** na ordem global. Depois, sediou o **Fórum China-Celac** com presença de Lula. Pequim publicou um documento defendendo sua resposta à pandemia e criticando a condução dos EUA. O relatório sugere presença precoce do vírus nos EUA. No plano econômico, a China anunciou estímulos com cortes de juros, injeção de liquidez e apoio a consumo e inovação.

Sobre os **EUA**, nosso analisa **Guto Galvão** informa que as recentes mudanças na política do país, sob o atual governo, levantaram preocupações sobre o futuro da ciência, saúde e ajuda internacional. O **NIH** planeja eliminar subfinanciamentos a componentes estrangeiros de pesquisa até 2025, o que afetará colaborações críticas de saúde global. Enquanto isso, a **NSF** enfrenta cortes orçamentários e a eliminação de muitos subsídios focados na diversidade. Além disso, o congelamento do financiamento do **Pepfar** ameaça programas essenciais de HIV/AIDS em países que dependem do apoio dos EUA. Em contraste, a **OMS** negociou um tratado global de pandemia visando melhorar a cooperação internacional em preparação e resposta.

EUA e China estabeleceram uma trégua de 90 dias nos tarifas que se impuseram mutuamente. Isto trouxe alívio temporário aos mercados globais, ao tempo em que refez as interpretações de que Trump estava perdendo o jogo, ainda que, com sua arrogância e mitomania, constrói outra narrativa. Faz a primeira viagem internacional visitando os principais aliados do Oriente Médio, grandes produtores de petróleo e regimes autoritários, mas evitando Israel, embora continuasse sustentando a proposta de ocupação de Gaza e a expulsão dos seus legítimos habitantes, o povo palestino. Enquanto isso, Xi foi comemorar com Putin e aliados globais – inclusive o Brasil – a vitória russa na II Guerra Mundial e depois recebeu a CELAC para o Fórum China-CELAC, visando reforçar a presença chinesa na ALC, território que os EUA sempre consideraram seu “quintal”.

====*=====

Fiocruz na saúde global: Participação na 78ª Assembleia Mundial da Saúde (AMS 78)



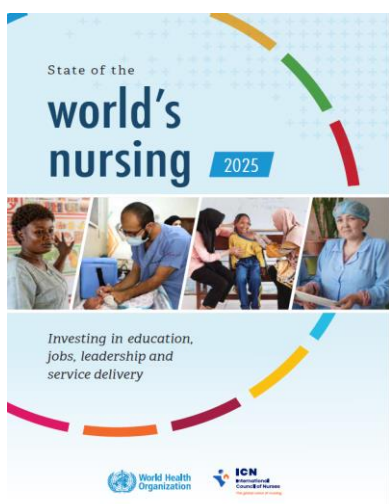
O presidente da Fiocruz, Mario Moreira, chefia a delegação da Fiocruz que participará da 78ª AMS, em Genebra, de 19 a 27 de maio próximo. Além de participar das discussões e deliberações da ampla agenda da Assembleia, como parte da delegação brasileira, a Fiocruz tomará parte de dezenas de eventos e reuniões bilaterais e multilaterais, incluindo as reuniões de Ministros da Saúde de BRICS e da CPLP, que se realizam à margem da AMS. Ponto alto da participação da Fiocruz será o **evento comemorativo aos 125 anos da instituição**, quando será homenageada pelo mundo da saúde global.

Diplomata Ministra Marise Ribeiro Nogueira assume Chefia da AISA no Ministério da Saúde

Por indicação do Ministro Alexandre Padilha, com portaria de nomeação de 5 de maio de 2025 firmada pelo Ministro-Chefe da Casa Civil, a **Ministra Marise Ribeiro Nogueira** – mulher, médica e diplomata, uma rara combinação – assumiu a chefia da Assessoria Internacional de Saúde (AISA) do Ministério da Saúde. Natural de Niterói, RJ, Marise é graduada em Medicina em 1987, pela Faculdade de Medicina e Cirurgia da UNIRIO. Trabalhou como radiologista no serviço público e ingressou no Ministério das Relações Exteriores como diplomata, em 2003. Como tal, trabalhou nas áreas de saúde internacional, direitos humanos, consular, cultural e administração, na Secretaria de Estado e nas Embaixadas do Brasil em Buenos Aires (2007-2010), Lima (2011-2013), Washington (2019-2022) e Panamá (2022-2024). Apresentamos nossas melhores boas-vindas e desejamos pleno sucesso na função.



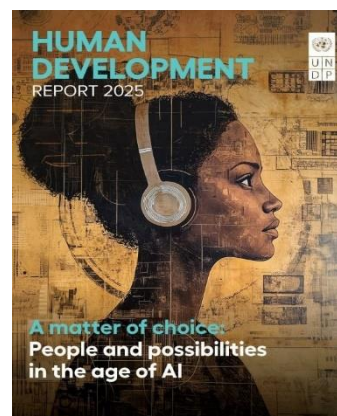
OMS lança Relatório Mundial sobre Enfermagem – Dia Mundial da Enfermagem



A OMS instituiu o dia 12 de maio como **Dia Mundial da Enfermagem**, comemorado neste ano com o lançamento do relatório sobre **Situação Mundial da Enfermagem 2025**. Trata-se de documento de 143 páginas, com informações atualizadas sobre a força de trabalho global em enfermagem e com foco no subtítulo do trabalho: *Investindo em educação, empregos, liderança e prestação de serviços*. O acesso para download deste documento no portal da OMS é: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240110236>. Cumprimentamos todos nossos colegas enfermeiras e enfermeiros pelo seu dia, reconhecendo e agradecendo pelo importante trabalho que desenvolvem globalmente e no nosso SUS, em prol da saúde individual e coletiva.

Relatório sobre Desenvolvimento Humano 2025 do PNUD foca na Inteligência Artificial

Intitulado “*Uma questão de escolha: Pessoas e possibilidades na era da IA*”, o Relatório recém-lançado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) foca centralmente nas implicações da inteligência artificial para o desenvolvimento humano e as escolhas que se pode fazer para garantir que ela potencialize as capacidades humanas. Em vez de tentar prever o futuro, o relatório argumenta que se deve moldá-lo—tomando decisões ousadas para que a IA amplie o que as pessoas podem fazer. Analisando o *Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)* situa os países numa escala comparativa consigo mesmo (ao longo do tempo) e hierarquizando-os com relação a outros países da região e do mundo. A mensagem síntese é alarmante: “*as lacunas no desenvolvimento humano estão aumentando e o progresso global pode estar perdendo força*”. [Human Development Report 2025 | Human Development Reports](#)



Seminário do CRIS no dia 21 de maio tratará da saúde da mulher e da criança

No dia 21 de maio, de 10 às 13 horas, realiza-se o **Seminário Avançado em Saúde Global e Diplomacia da Saúde** sobre “**Saúde da mulher e da criança: Perspectivas nacionais e globais**”. Organizado pela coordenadora de Ações Nacionais e de Cooperação do Instituto Fernandes Figueira / Fiocruz e do GT temático do CRIS, terá como painelistas: a ministra de Direitos Humanos e da Cidadania do Brasil, Macaé Evaristo; a dra. Suzanne Serruya, coordenadora da iniciativa *Inícios saudáveis, futuros esperançosos* na OPS; a coordenadora de saúde da mulher do MS/BRASIL, dra. Renata de Souza Reis; e os pesquisadores brasileiros César Victora e Maria do Carmo Leal.

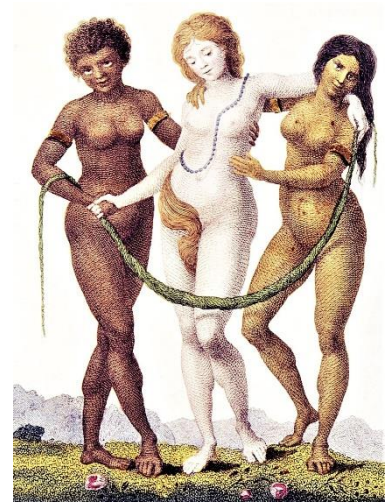
Nossa homenagem ao grande latino-americano Pepe Mujica



Com imenso pesar registramos o falecimento do presidente, grande líder político e magnífico pensador da vida, **Pepe Mujica**, uruguaio que encantou conterrâneos, mas rompeu os limites fronteiriços do seu pequeno país sul-americano para conquistar a admiração do mundo. Seu legado será eterno, em todas as dimensões. Está entre os maiores promotores e

defensores da integração sul-americana, que se materializou, quando ele era presidente, na UNASUL. Lutou contra a sanguinária ditadura militar do seu país, que o encarcerou por 12 anos. Travou admiráveis batalhas em prol dos direitos sociais durante seu mandato, incluindo a saúde, como na luta antitabagista. Na mesma época fez importantes reformas no sistema de saúde uruguaio. Vai em paz, querido Pepe, carregando a profunda admiração de todos nós.

Não poderíamos deixar passar o **Dia das Mães**, data muitas vezes explorada comercialmente, mas que, afinal, de uma ou outra forma todos adotamos, pois é uma forma de registrar o amor e o carinho filial às nossas mães, em algum dia do ano. Que seja este, 11 de maio. E para homenagear todas as mães do CRIS, da Fiocruz, do mundo, e às nossas queridas leitoras, escolhemos esta gravura de Willian Blake (1757-1827), pintor poeta e abolicionista inglês, que simboliza a Branca sendo sustentada pela Índia e pela Negra. No dizer de Tomás Togni Tarquinio, elas são “*as nossas Mães Brasileiras, os Três Ventres que gestaram a ‘mixtude’ genética brasileira*”. Vivam elas todas, com muita saúde e muitas felicidades, por muitos anos nos acompanhando, pois todos e todas somos filhos e filhas.



====*=====

Seguimos aqui no CRIS e na Fiocruz com nossa mensagem pacifista e de lutas pela justiça social e a saúde e bem-estar globais. Este Caderno é mais um tributo a estas posições. Boa leitura!

Rio de Janeiro, Manguinhos, 15 de maio de 2025

Paulo M. Buss, Erica Kastrup e Fabiane Gaspar

Editor e editoras-associadas

Cadernos CRIS/Fiocruz



Nós, tus como partes de nos

Santiago Alcázar

Este ano, em 26 de junho, irão completar-se 80 anos desde que 51 países reunidos na cidade de São Francisco assinaram a Carta que deu origem à ONU. A Segunda Guerra terminara pouco antes, em maio de 1945. Ninguém sabe ao certo quantas pessoas morreram. O que sim se sabe é que no espaço de uma mesma geração duas guerras mundiais haviam causado *tristeza indizível à humanidade*.

Os desafios de reconstrução de vidas, casas, cidades e países eram enormes. Havia, no entanto, esperança nas palavras iniciais do preâmbulo da Carta – *Nós, os povos* – que pareciam um convite para unir a família humana em torno a um projeto único: garantir de maneira integrada e interdependente paz e segurança, desenvolvimento e justiça social, pleno reconhecimento e respeito dos direitos humanos. Projeto colossal.

O êxito da ONU pode ser medido pelo fato singular de ter conseguido evitar uma III guerra que, possivelmente, por incluir armas nucleares, seria também a última. É inegável que a Organização e suas agências especializadas, por meio do incansável trabalho de campo realizado junto aos países, sobretudo os de menor desenvolvimento relativo, tenha melhorado a vida de milhões, contribuído na redução da mortalidade materna e infantil, bem como no avanço da imunização e na prevenção e no controle de doenças como malária, tuberculose e HIV/AIDS.

De grande importância, mas às vezes subestimado, é o imenso valor de um corpo de documentos imprescindíveis. Os relatórios dos diversos secretariados dos órgãos e agências do Sistema Nações Unidas são de grande qualidade e ajudam a formar uma sólida ideia do estado do mundo em suas diversas dimensões. Os relatórios sobre fome e pobreza não podem ser substituídos, assim como tampouco aqueles que tratam da arquitetura financeira internacional, o meio ambiente, saúde, educação ou os que projetam para o futuro. Os documentos onusianos têm ainda o mérito de permitir que todo mundo possa entender o que se passa e que faz falta fazer para honrar a paz e a segurança, o desenvolvimento e a justiça social e o pleno reconhecimento e respeito dos direitos humanos. Não é pouca coisa.

80 anos é tempo suficiente para a realização de reformas que tem de ser feitas, afinal o mundo de hoje não é mais aquele que surgiu das cinzas da Segunda Guerra. Há plena consciência dessa necessidade. Na 75ª AGNU, em 2020, o SG divulgou o relatório *Nossa Agenda Comum*¹. O documento propõe servir de agenda para a *Cúpula do Futuro*², que se realizou em setembro de 2024 e adotou o *Pacto para o Futuro*³. Em síntese, o relatório do SG ressalta a necessidade incontornável da solidariedade, propõe um novo contrato social ancorado nos direitos humanos e aponta para o adensamento de uma cooperação em rede, inclusiva e mais efetiva.

Ademais do *Foro Político de Alto Nível (HLPF)*, criado pela Conferência sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20)⁴ para acompanhar a implementação da futura Agenda

¹ <https://www.un.org/en/content/common-agenda-report/>

² <https://www.un.org/en/summit-of-the-future>

³ <https://www.un.org/en/summit-of-the-future/pact-for-the-future>

⁴ <https://www.un.org/en/conferences/environment/rio2012>

2030 e os seus 17 ODS⁵, estabelecida pela resolução A/Res/70/1⁶, a ONU deverá realizar ainda as seguintes 4 grandes conferências: a) *III Conferência sobre Oceanos*, de 9 a 13 de junho, em Nice⁷; b) *IV Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento*, 30 de junho a 3 de julho, em Sevilha⁸, que deverá examinar as formas para estimular o financiamento dos ODS; c) *II Conferência Mundial para o Desenvolvimento Social*, de 4 a 6 de novembro, em Doha⁹, que também deverá focar sobre a necessidade de estimular o financiamento dos ODS com vistas a não deixar ninguém para trás; d) *COP 30* (UNFCCC COP 30), de 10 a 21 de novembro, em Belém¹⁰.

O *Foro Político de Alto Nível*, que este ano se realiza sob os auspícios do ECOSOC deverá apresentar relatório sobre os avanços dos ODS. O último relatório¹¹, como se recordará, informa que somente 17% das metas estariam no caminho para serem alcançadas até a data limite de 2030. As demais estavam paralisadas, em retrocesso ou com progressos tímidos e insuficientes. Nesse contexto, o relatório deste ano não deverá ser muito diferente, tendo em conta que não se produziu nenhum fato extraordinário que pudesse alterar a curva de progresso dos ODS.

Com respeito à *IV Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento* não há razão em esperar que mude algo com a aparente resistência em conseguir dos países desenvolvidos recursos para estimular o progresso dos ODS. Recorde-se que os EUA decidiram abandonar a Agenda 2030 e os europeus estão voltados a investir mais em defesa e menos no social. Nesse contexto, caberia recordar as palavras do Presidente Lula em entrevista ao jornalista Jon Lee Anderson, publicada pela revista *The New Yorker*, em 8 de maio do corrente ano: “Não creio em dinheiro vindo dos países desenvolvidos. Eles prometeram US\$ 100 bilhões em 2009 (para ações de adaptação para os países em desenvolvimento) e até agora não entregaram. São 16 anos. Hoje as necessidades montam a US\$ 1.3 bilhão e tampouco entregarão”¹².

A *II Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Social* é a que mais promete. A I Conferência sobre o tema, realizou-se em 1995, Copenhague. O fim da Guerra Fria era uma oportunidade de retomar os ideais de uma família humana unida. Os Chefes de Estado e de Governo adotaram a Declaração de Copenhague sobre Desenvolvimento Social, bem como o Plano de Ação da Cimeira¹³.

O primeiro parágrafo da Declaração, reproduzido a seguir na versão em inglês, é surpreendente: *For the first time in history, at the invitation of the United Nations, we gather as heads of State and Government to recognize the significance of social development and human well-being for all and to give to these goals the highest priority both now and into the twenty-first century.*

A surpresa decorre da circunstância de os líderes terem sido chamados a reunir-se para reconhecer o significado dos objetivos de desenvolvimento social, de bem-estar para todos e a

⁵ <https://sdgs.un.org/goals>

⁶ <https://sdgs.un.org/2030agenda>

⁷ <https://sdgs.un.org/conferences/ocean2025>

⁸ <https://financing.desa.un.org/ffd4>

⁹ <https://social.desa.un.org/world-summit-2025>

¹⁰ <https://unfccc.int/cop30>

¹¹ <https://unstats.un.org/sdgs/report/2024/>

¹² www.newyorker.com/news/the-lede/brazils-president-confronts-a-changing-world

¹³ <https://docs.un.org/en/A/CONF.166/9>

eles atribuir a mais alta prioridade. A Carta, recorde-se, procura garantir de maneira integrada e interdependente paz e segurança, desenvolvimento e justiça social, pleno reconhecimento e respeito dos direitos humanos. É mais que evidente que o desenvolvimento social e o bem-estar de todos decorrem naturalmente da Carta. O que surpreende é que os líderes tenham sido chamados para reconhecer algo tão óbvio. É de supor que o clima da Guerra Fria não era favorável para o florescimento dos temas sociais, deixados de lado em favor da necessidade de defesa, armamentismo e a possibilidade de guerra. Privilegiar a defesa em prejuízo do social é o que reúne os países da Europa na atualidade. Não parece provável que acudam à Conferência sobre Desenvolvimento Social, em Doha, com o mesmo entusiasmo que os levou a Copenhague. Ainda mais quando o 4º parágrafo da histórica Declaração faz um panegírico em favor dos valores e princípios que até pouco orientavam a ordem internacional: *4. We are convinced that democracy and transparent and accountable governance and administration in all sectors of society are indispensable foundations for the realization of social and people-centered sustainable development.*

O *Projeto 2025*, que é um documento com recomendações elaboradas por conservadores para o Partido Republicano norte-americano, define o multilateralismo da seguinte maneira: *A esquerda woke busca um mundo determinado por tratados globais, por ela redigidos, que lhe conferem poderes ditatoriais sobre todas as nações, sem risco de ter que responder por seus atos*¹⁴.

Não é somente uma parte do Partido Republicano que compartilharia o mesmo juízo. Em distintos países, muitos são os que creem na inutilidade das Nações Unidas e em todas as suas conferências. Os mesmos, talvez, apoiariam, ainda que à distância, as 143 ordens executivas promulgadas pelo Governo Trump em seus primeiros 100 dias que, segundo a Revista Time Magazine, espelham em larga medida o Projeto 2025¹⁵. Assim, o Projeto 2025 poderia ser o veículo para um modo de pensar centrado na destruição, ou melhor, na desconstrução, contra o coletivismo, contra tudo o que, a seus olhos, impede a liberdade. Não seria absurdo imaginar que para personagens atraídos pelas recomendações exóticas do Projeto 2025, a Carta das Nações Unidas deveria ser descartada ou, na impossibilidade, substituída por algo novo que se acomode com a crítica à esquerda *woke*.

As primeiras palavras da Carta são as hoje famosas *Nós, os povos*. A impressão imediata que se tem é que há uma elipse. Falta o complemento *representantes* depois do pronome nós, uma vez que não foram os povos, com as suas particularidades e diferenças em todo o espectro social, que tomaram a histórica decisão de criar as Nações Unidas. *Nós, os representantes*, seria mais correto, mas soaria como uma imposição de cima para baixo, como um *diktat*. O importante era resguardar-se de possíveis responsabilidades. Nós, os povos, sem o complemento representantes, é algo que pode não dar certo, e nenhum país poderia ser responsabilizado. Nenhum país, mas seria mais fácil jogar raios contra o Secretariado, com as suas responsabilidades administrativas e orçamentárias.

O Papa Francisco teve uma participação surpresa em uma Conferência TED, em abril de 2017, intitulada *O Futuro Tu*¹⁶. Certamente o título lhe terá inspirado. A seguir são reproduzidas

¹⁴ Ver páginas 10/11 do documento *Mandate for Leadership: the Conservative Party Promise* em https://static.project2025.org/2025_MandateForLeadership_FULL.pdf

¹⁵ <https://time.com/7209901/donald-trump-executive-actions-project-2025/>

¹⁶ [https://en-m-wikipedia-org.translate.goog/wiki/TED_\(conference\)?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt&_x_tr_pto=tc](https://en-m-wikipedia-org.translate.goog/wiki/TED_(conference)?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt&_x_tr_pto=tc)

as suas primeiras palavras, na versão em inglês: *I am thrilled to be participating in your conference. I very much like its title – “The Future You” – because, while looking at tomorrow, it invites us to open a dialogue today, to look at the future through a “you.” “The Future You:” the future is made of yous, it is made of encounters, because life flows through our relations with others.*

O *futuro tu* engloba uma totalidade e talvez encerre algo mais profundo. O *tu* unido a outros *tus*, é a um só tempo um *nós* e um *nos* que daria o verdadeiro sentido às palavras iniciais do preâmbulo da Carta que deveriam ser *Nós*, os povos, *nos* unimos nas Nações Unidas. Esse é o verdadeiro sentido da Carta, que proclama as nações unidas, a família humana. O pronome reto *nós* apresenta algo. O pronome oblíquo *nos* recebe esse algo. Todos somos responsáveis!

No final de sua fala, o Papa Francisco disse estas palavras: *The future of humankind isn’t exclusively in the hands of politicians, of great leaders, of big companies. Yes, they do hold enormous responsibility. But the future is, most of all, in the hands of those people who recognize the other as a “you” and themselves as part of an “us”.*

We é *nós*. *Us* é *nos*. É sutil, mas é profundo. Quando Francisco pedia que rezassem por ele havia um apelo à união do *nós com o nos*. Não deixar ninguém para trás, como proclamado pela *Laudato Si* e a Agenda 2030, significa unir a todos, os que dão e os que recebem. *Nós*, os povos *nos* unimos! Esse é o sentido profundo da prece de Francisco, que entendeu com clareza como todos estamos unidos, como tudo está unido, como todos estamos unidos a tudo.

Todo dia, às 19:00, ligava para a Igreja da Sagrada Família em Gaza. Falava, perguntava, se interessava. Como um pai conversando com o seu filho. *Tus* unidos em *nos*. A fé, dizia, deve ser o motor para a ação e a mudança.

Como disse o SG, Antônio Guterres, por ocasião da sessão da AGNU em comemoração do Papa Francisco: *Pope Francis put that engine into overdrive as an unstoppable voice for social justice and equality*¹⁷.

O mote cravado no brasão de Leão XIV é *In Illo uno unum*, onde ressoam *tus* encontrados em *nos*. Prevost já dissera antes que iria promover a sinodalidade, que nada mais é senão o caminhar juntos, todos, em comunhão, como irmãos e irmãs que somos. Agostinho ligado a Francisco

¹⁷ <https://www.un.org/sg/en/content/sg/statement/2025-04-29/secretary-generals-remarks-the-general-assembly-event-commemoration-of-his-holiness-pope-francis-trilingual-delivered-scroll-down-for-all-english-and-all-french>

Um sopro e um vômito

Adhemar Bahadian

Uma gaivota regurgitou um rato no mesmo teto, na mesma hora em que a chaminé da Capela Sistina expelia fumaça branca. A notícia foi discretamente abafada. Mas, há quem veja na coincidência mais do que um mero acaso. Um aviso. Uma metáfora.

Acaso, ou não, é bom botar as barbas de molho. E, aqui entre nós, não terá sido também mero acaso que Leão XIV, ainda Cardeal, em sua primeira alocução pública excomunga a visão de Vance, vice, sobre a hierarquização da solidariedade cristã, em que os imigrantes quase são excluídos. Logo ele, Leão XIV, Papa apostólico imigrante. Provocação insolente.

E é bom não esquecer que Francisco, antes de partir, fez questão de deixar claro ao mesmo Vance a soberania papal na indicação de cardeais nos Estados Unidos. Será que nossa indisposta gaivota sabia disto?

Minha geração nos anos cinquenta do século XX rezou pela conversão da Rússia, pátria então do comunismo anti-cristão. Hoje, surpreende o descaminho que impulsiona os Estados Unidos de Trump numa ladeira escorregadia muito longe dos princípios de solidariedade cristã e de regras do Direito Internacional.

Não creio que a escolha do Papa em se fazer continuador da obra de Leão XIII e da encíclica *Rerum Novarum*, pedra fundamental da Doutrina Social da Igreja, esteja desvinculada das óbvias arritmias dos Estados Unidos de hoje, cuja população cristã - não necessariamente católica - parece se curvar a um destino em tudo e por tudo alheio, quando não antagônico, aos objetivos da “Paz na Terra”, outro pilar essencial da Doutrina Social da Igreja.

A rápida eleição de um Papa de origem americana, muito antes de ser fruto de um polegar autoritário de Trump, é um sopro da solidariedade cristã diante de uma ameaça de cisma cristão de repercussões imprevisíveis. Vance está se especializando em rondar o impensável.

E, convenhamos, a reação do Conclave é a primeira reação efetivamente orgânica e articulada contra o desmonte da civilização, como a conhecemos desde as derrotas dos totalitarismos nos anos da primeira metade do século XX. Um sopro capaz de reduzir as brasas de um capitalismo depredador e imensamente divisivo, sôfrego de um enriquecimento sempre parasitário. Antropofágico. Neocolonial.

Não se deve minimizar a força trazida pelo renascimento da Doutrina Social da Igreja sobre as falências óbvias dos partidos extremistas e totalitários, incapazes de responder a demandas de justiça social crescentes. E não será a primeira vez que a Doutrina Social da Igreja servirá de contraponto a um Destino manifestamente indigesto.

O Brasil, apesar das tensões bruxuleantes em nossa sociedade, vem apresentando sucessivos bons resultados macroeconômicos. Ao contrário dos Estados Unidos da América que, em poucos meses, destruiu o sistema internacional de regras econômicas e políticas, o Brasil assiste perplexo a tentativa de solapar as Universidades americanas, bem como o sistema de saúde pública daquele país. Em nome de quê?

A nós não interessa interromper nosso processo de desenvolvimento econômico em nome de um experimento suicida que nos chega cotidianamente como marolas de uma ressaca sem sentido. Somos pobres demais para adiarmos um prato de comida. Ou uma bolsa-família. Ou um subsídio escolar a promover uma revolução educacional.

A inserção dos princípios da Doutrina Social da Igreja em nosso horizonte de progresso será elemento mais do que bem-vindo para retomarmos a trilha do desenvolvimento solidário.

Registro a agenda Internacional deste ano de 2025 no Brasil, e em especial no Rio de Janeiro, oportunidade única de reunirmos os Brics e aqui discutirmos temas assinalados como prioritários pelo próprio Francisco em sua grande encíclica.

A COP 30 talvez possa dar novo entendimento sobre a responsabilidade de todos os países diante da crise climática, cuja dimensão não pode ser tratada com esta indiferença maligna, sobretudo de países que não se julgam responsabilizados pelos riscos que estamos a correr.

A tentativa de responsabilizar exclusivamente países como o Brasil pela conservação de florestas é mais uma forma de escapismo, como tantos outros com que fomos submetidos desde os tempos coloniais. As florestas tropicais são fonte de vida para todos nós e por todos nós devem ser financiadas. É responsabilidade financeira coletiva. É hipócrita a exigência de um “selo bom” em nossas exportações agrícolas, sem a contrapartida de um esforço coletivo no saneamento do planeta. Ainda que os canudinhos de papel incomodem sua Alteza.

A reforma do sistema internacional exigirá uma visão muito além da odiosa política do protecionismo, tarifário ou não, bem como uma clara condenação dos mecanismos de concentração oligopolista da transferência de tecnologia. E o que Trump está a nos oferecer é retorno à odiosa política de “empobrecer o seu vizinho”, que havíamos superado com a cláusula de nação mais favorecida, que Trump entende ser uma regra a beneficiar exclusivamente os Estados Unidos da América.

Talvez poucas vezes na história de nossa aventura planetária nos tenha sido colocado de forma tão definitiva o desafio de nos mostrarmos mais inteligentes do que um bando de narcisistas odiosos e ignorantes. E estupidamente monetário - trogloditas.

O último trem para a sanidade acaba de sair da Praça de São Pedro. A história não se repete. Se reconstrói.

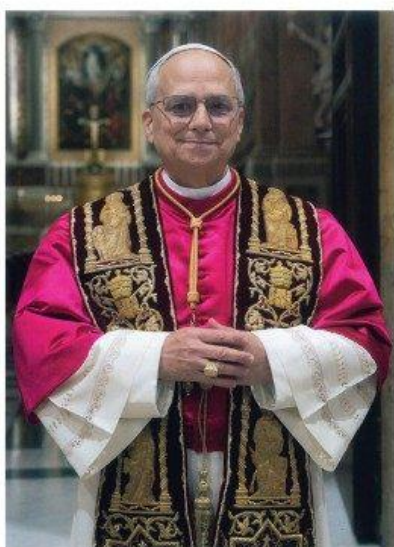
LEÃO XIV¹⁸

Habemus papa ecoou mundo a fora no final da tarde romana de 8 de maio de 2025, anunciando a eleição do cardeal estadunidense-peruano e agostiniano **Robert Francis Prevost** como **Papa Leão XIV**. O Vaticano anuncia que Prevost toma *posse dia 18 de maio*, na Basílica de São Pedro, em Roma, quando lhe será imposto o pálio e o Anel do Pescador. A comunidade católica global, mas não apenas ela, aguarda com ansiedade a primeira homília do líder católico.

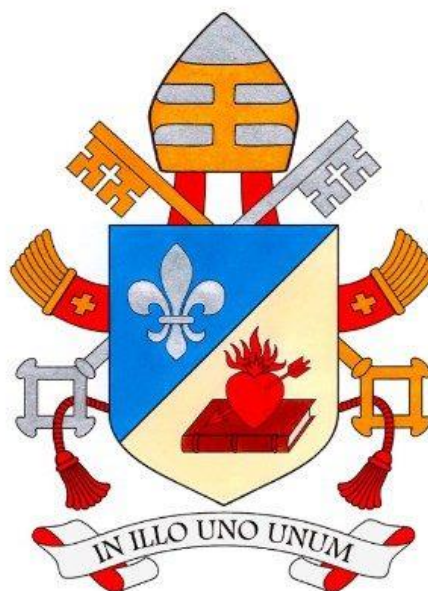
O mundo todo passou a especular as razões da eleição e as perspectivas do pontificado de um natural dos EUA, mas com longa passagem total, ainda que intermitentes, pelo Peru, na América Latina, incluindo a diocese da pobre região de Chiclayo, no norte do país, de 2015 a 2023, quando foi alçado a Roma por Francisco para cuidar do Dicastério dos Bispos, que administra as nomeações dos prelados católicos em todo o mundo.

Todas as indicações, vindas de cardeais próximos ou que atentamente ouviram as prédicas e intervenções de Prevost, assim como de vaticanistas, admitem que o mais provável é que seu pontificado manterá fortes laços e alguma continuidade com o de Francisco. Ambos coincidem em defesa de migrantes, críticas às guerras e a importância da paz, meio ambiente, mas Leão XIV será mais conservador em costumes: família, aborto, população LGBT+, entre outros.

O Vaticano divulgou, em 10 de maio, a **foto oficial** e o **brasão do novo pontífice** <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2025-05/papa-leao-xiv-publicados-brasao-e-lema.html>, assim como sua biografia oficial <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2025-05/robertum-franciscum-prevostleone-xiv.html>



*Stanza PP. XIV
8 maggio 2025*



Fonte:

<https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2025-05/papa-leao-xiv-publicados-brasao-e-lema.html>

¹⁸ Nota preparada pelo editor, **Paulo M. Buss**, sobre notas divulgadas no portal do Vaticano e periódicos globais

Nestas notas trazemos traços da biografia de Prevost, o significado do brasão que escolheu e as primeiras declarações de Leão XIV que podem ajudar-nos a especular sobre as perspectivas do seu pontificado, do ponto de vista político-ideológico, foco destes Cadernos, e não religioso.

O brasão

O brasão traz como lema episcopal do novo pontífice a frase em latim "*In Illo uno unum*", pronunciada em um sermão por Santo Agostinho que significam a *Exposição sobre o Salmo 127*, para explicar que "embora nós cristãos sejamos muitos, no único Cristo somos um".

Acima do lema, encontra-se um escudo dividido diagonalmente em dois setores: o superior tem um fundo azul e nele está representado um lírio branco. O inferior tem um fundo claro e apresenta a imagem de um livro fechado sobre o qual há um coração transpassado por uma flecha, também uma referência ao Bispo de Hipona, pois remete à experiência de conversão de Santo Agostinho, que ele próprio explicava com as palavras "*Vulnerasti cor meum verbo tuo*" (*Feriste meu coração com a tua Palavra*).

Nos traços essenciais, diz o Vaticano, Leão XIV confirmou o brasão anterior, escolhido por ocasião de sua consagração episcopal, bem como o lema "*In Illo uno unum*".

Em uma entrevista aos meios de comunicação vaticanos em julho de 2023, o próprio Prevost explicava: "*Como se depreende do meu lema episcopal, a unidade e a comunhão fazem parte justamente do carisma da Ordem de Santo Agostinho e também do meu modo de agir e pensar. Acredito que é muito importante promover a comunhão na Igreja, e sabemos bem que comunhão, participação e missão são as três palavras-chave do Sínodo. Portanto, como agostiniano, para mim, promover a unidade e a comunhão é fundamental. Santo Agostinho fala muito sobre a unidade na Igreja e sobre a necessidade de vivê-la.*"

Primeiras declarações e medidas

Após qualquer eleição, começam as especulações sobre quem ocupará os ministérios. No pequeno *Estado do Vaticano*, não é diferente. Sobre os responsáveis e membros das instituições da *Cúria Romana*, bem como os secretários e o presidente da Pontifícia Comissão do Estado da Cidade do Vaticano, o Pontífice expressou o desejo de "*reservar um certo tempo para reflexão, oração e diálogo, antes de qualquer nomeação ou confirmação definitiva*". Assim, decidiu que continuem provisoriamente em seus respectivos cargos, além de Parolin como Secretário de Estado, todos os demais ocupantes dos Dicasterios e outras posições de relevo na hierarquia da igreja católica romana. Não significa, entretanto, que não vá fazer mudanças no futuro próximo, uma vez que a nota do Vaticano termina com *donec aliter provideatur* (em latim, *até providências em contrário*).

Disse na primeira homilia, que *a tecnologia, o poder e o dinheiro* estavam se sobrepondo à doutrina da igreja sobre a *caridade*. Usa os sapatos simples como Bergoglio, e não os vermelhos de Ratzinger, mas o restante de sua indumentária é mais sofisticada e a cruz escolhida é de ouro.

Já foi convidado para vir a COP30, em Belém. Tomara que aceite e chegue com as mensagens da *Laudato Si*, pois em uma declaração disse que na área ambiental a Igreja e o mundo têm que passar das palavras à ação. Sua longa estadia em Chiclayo, no norte do Peru, ainda que localizada na costa do país, certamente fê-lo sentir a questão amazônica.

Em suas *redes sociais*, levantam alguns jornalistas mais curiosos, foram postadas cerca de 400 mensagens nos últimos 4 anos. Durante a *pandemia* defendeu as orientações de afastamento físico e usou máscaras; criticou o vice católico dos EUA, *J.D. Vance*, quando este se meteu a teólogo e, para justificar a *xenofobia*, explicava a “hierarquização do amor” (primeiro eu, depois a família, depois a comunidade, e... então os “de fora”), assim como as políticas de *deportação de imigrantes* que separavam pais de filhos; e o *racismo* que impregna o atual governo dos EUA). Se o novo Papa enfrentará *Trump* de frente em suas políticas deploráveis quanto ao *meio ambiente*, ao *neoimperialismo expansionista*, a *anticiência* e o afastamento do país da *ajuda humanitária e da solidariedade global* é outra questão.

Pergunta-se ainda se enfrentará as *políticas racistas e anti-imigração da Europa*. E se continuará ampliando o *colégio de cardeais e a comunidade global de bispos*, com padres progressistas em doutrina e na militância missionária.

Biografia do Cardeal Robert Prevost podem dar pistas sobre o pontificado de Leão XIV¹⁹

A biografia de Roberto pessoa e do clérigo Prevost podem ajudar a entender quem ele é, por isso vem parcialmente reproduzida aqui, a partir do portal do Vaticano.

Primeiro papa agostiniano, é o segundo pontífice americano depois de Francisco, mas do norte do continente, os Estados Unidos da América. *Robert Francis Prevost*, de 69 anos, nasceu em 14 de setembro de 1955 em Chicago, Illinois, EUA, filho de Louis Marius Prevost, de ascendência francesa e italiana, e de Mildred Martínez, de ascendência espanhola. Ele tem dois irmãos, Louis Martín e John Joseph.

Passou a infância e a adolescência com a família e estudou primeiro no Seminário Menor dos Padres Agostinianos e depois na Villanova University, na Pensilvânia, onde se formou em 1977 em Matemática e estudou Filosofia. Em 1º de setembro do mesmo ano, ingressou no noviciado da Ordem de Santo Agostinho (OSA) em St. Louis, na província de Nossa Senhora do Bom Conselho, em Chicago, e fez sua primeira profissão em 2 de setembro de 1978. Em 29 de agosto de 1981, emitiu seus votos solenes.

Estudou na Catholic Theological Union em Chicago, graduando-se em Teologia. Aos 27 anos, foi enviado por seus superiores a Roma para estudar Direito Canônico na Pontifícia Universidade de Santo Tomás de Aquino (Angelicum). Na Urbe, foi ordenado sacerdote em 19 de junho de 1982, no Colégio Agostiniano de Santa Mônica, por Dom Jean Jadot, pró-presidente do Pontifício Conselho para os Não Cristãos, hoje Dicastério para o Diálogo Inter-religioso.

Prevost obteve a licenciatura em 1984 e, no ano seguinte, enquanto preparava sua tese de doutorado, foi enviado para a missão agostiniana em Chulucanas, Piura, Peru (1985-1986). Em 1987 defendeu sua tese de doutorado sobre "O papel do prior local da Ordem de Santo Agostinho" e foi nomeado Diretor de Vocações e Diretor de Missões da Província Agostiniana "Mãe do Bom Conselho" em Olympia Fields, Illinois (EUA).

No ano seguinte, ingressou na missão de Trujillo, também no Peru, como diretor do projeto de formação comum para os aspirantes agostinianos dos vicariatos de Chulucanas, Iquitos e Apurímac. Durante onze anos, ocupou os cargos de Prior da comunidade (1988-1992), Diretor de Formação (1988-1998) e formador dos professores (1992-1998) e na Arquidiocese de

¹⁹ Fonte: <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2025-05/robertum-franciscum-prevostleone-xiv.html>

Trujillo foi Vigário Judicial (1989-1998) e Professor de Direito Canônico, Patrística e Moral no Seminário Maior “São Carlos e São Marcelo”. Ao mesmo tempo, também lhe foi confiado o cuidado pastoral de Nossa Senhora Mãe da Igreja, que mais tarde foi erigida como paróquia com o título de Santa Rita (1988-1999), na periferia pobre da cidade, e foi administrador paroquial de Nossa Senhora de Monserrat de 1992 a 1999.

Em 1999, foi eleito prior provincial da Província Agostiniana “Mãe do Bom Conselho” de Chicago, e dois anos e meio depois, no Capítulo Geral Ordinário da Ordem de Santo Agostinho, seus coirmãos o escolheram como prior geral, confirmando-o em 2007 para um segundo mandato.

Em outubro de 2013, retornou à sua província agostiniana, em Chicago, e foi diretor de formação no convento de Santo Agostinho, primeiro conselheiro e vigário provincial; cargos que ocupou até que o Papa Francisco o nomeou, em 3 de novembro de 2014, administrador apostólico da diocese peruana de Chiclayo, elevando-o à dignidade episcopal como bispo titular de Sufar. Ele entrou na diocese em 7 de novembro, na presença do Núncio Apostólico James Patrick Green, que o ordenou bispo pouco mais de um mês depois, em 12 de dezembro, festa de Nossa Senhora de Guadalupe, na Catedral de Santa Maria.

O seu lema episcopal é *“In Illo uno unum”*, palavras que Santo Agostinho pronunciou em um sermão, a Exposição sobre o Salmo 127, para explicar que “embora nós cristãos sejamos muitos, no único Cristo somos um”.

Em 26 de setembro de 2015, foi nomeado bispo de Chiclayo pelo pontífice argentino e, em março de 2018, foi eleito segundo vice-presidente da Conferência Episcopal Peruana, na qual também foi membro do Conselho Econômico e presidente da Comissão de Cultura e Educação.

Em 2019, por decisão de Francisco, foi incluído entre os membros da Congregação para o Clero em 13 de julho de 2019 e, no ano seguinte, entre os membros da Congregação para os Bispos (21 de novembro). Nesse meio tempo, em 15 de abril de 2020, recebe a nomeação pontifícia também como administrador apostólico da diocese peruana de Callao.

Em 30 de janeiro de 2023, o Papa o chamou a Roma como Prefeito do Dicastério para os Bispos e Presidente da Pontifícia Comissão para a América Latina, promovendo-o a arcebispo. E no Consistório de 30 de setembro do mesmo ano, ele o criou e o tornou cardeal, atribuindo-lhe o diaconato de Santa Mônica. Prevost tomou posse em 28 de janeiro de 2024 e, como chefe do dicastério, participou das últimas viagens apostólicas do Papa Francisco e da primeira e segunda sessões da XVI Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos sobre a Sinodalidade, realizadas em Roma de 4 a 29 de outubro de 2023 e de 2 a 27 de outubro de 2024, respectivamente. Uma experiência em assembleias sinodais já adquirida no passado como Prior dos Agostinianos e representante da União dos Superiores Gerais (UGS).

Enquanto isso, em 4 de outubro de 2023, Francisco o incluiu entre os membros dos Dicastérios para a Evangelização, Seção para a Primeira Evangelização e as Novas Igrejas Particulares; para a Doutrina da Fé; para as Igrejas Orientais; para o Clero; para os Institutos de Vida Consagrada e as Sociedades de Vida Apostólica; para a Cultura e a Educação; para os Textos Legislativos; da Pontifícia Comissão para o Estado da Cidade do Vaticano.

Finalmente, em 6 de fevereiro deste ano, ele foi promovido à ordem dos bispos pelo Pontífice argentino, obtendo o título de Igreja Suburbicária de Albano.

A escolha do nome Leão

Certamente os papas indicam “intenções” quando escolhem seus nomes eclesiásticos. Sem explorar a série dos pontífices ‘Leões’ da igreja católica e apostólica romana, podemos mirar apenas no seu antecessor imediato, Leão XIII, apontado como o iniciador da doutrina social da igreja, com a encíclica *Rerum Novarum*²⁰ (*Das Coisas Novas*), publicada em 1891. Apenas para instigar o leitor, levanto aquelas que penso serem as duas intenções principais da Encíclica.

A Encíclica abre forte com: “1. A sede de inovações, que há muito tempo se apoderou das sociedades e as tem numa agitação febril, devia, tarde ou cedo, passar das regiões da política para a esfera vizinha da economia social. Efetivamente, os progressos incessantes da indústria, os novos caminhos em que entraram as artes, a alteração das relações entre os operários e os patrões, a influência da riqueza nas mãos dum pequeno número ao lado da indigência da multidão, a opinião enfim mais avantajada que os operários formam de si mesmos e a sua união mais compacta, tudo isto, sem falar da corrupção dos costumes, deu em resultado final um temível conflito.”

Continua revelando as boas intenções de: “2. *Em todo o caso, estamos persuadidos, e todos concordam nisto, de que é necessário, com medidas prontas e eficazes, vir em auxílio dos homens das classes inferiores, atendendo a que eles estão, pela maior parte, numa situação de infortúnio e de miséria imerecida. (...)*”.

Logo depois, revela sua outra intenção, que é conter os movimentos socialistas materialistas que se expandiam pela Europa e ameaçavam as elites e o *status quo* da burguesia europeia de então: 3. *Os Socialistas, para curar este mal, instigam nos pobres o ódio invejoso contra os que possuem, e pretendem que toda a propriedade de bens particulares deve ser suprimida, que os bens dum indivíduo qualquer devem ser comuns a todos, e que a sua administração deve voltar para - os Municípios ou para o Estado. Mediante esta transladação das propriedades e esta igual repartição das riquezas e das comodidades que elas proporcionam entre os cidadãos, lisonjeiam-se de aplicar um remédio eficaz aos males presentes. Mas semelhante teoria, longe de ser capaz de pôr termo ao conflito, prejudicaria o operário se fosse posta em prática. Pelo contrário, é sumamente injusta, por violar os direitos legítimos dos proprietários, viciar as funções do Estado e tender para a subversão completa do edifício social.*

Nossa intenção, por outro lado, é apenas trazer os conteúdos basilares do *principal documento pontifício de Leão XIII*, e deixar nossos leitores com suas conjecturas sobre o mesmo.

Considerações finais

Como dizíamos na apresentação do Caderno 7: “Foi-se o líder do fim-do-mundo e o líder de todo o mundo. **Francisco** foi um chefe de Estado, de uma igreja de quase 2.000 anos e, simultaneamente, um dos homens mais doces e lutadores dos séculos XX e XXI. Entra para a história como um defensor dos pobres, dos excluídos, dos injustiçados. Sua contribuição política, conceitual e ideológica aos seus contemporâneos e ao futuro, materializou-se em dois documentos seminais:



²⁰ Ver: [Rerum Novarum: sobre a condição dos operários \(15 de maio de 1891\) | LEÃO XIII](#)

as encíclicas papais Laudato Si²¹ e Fratelli tutti²², além do Exortação Apostólica Evangelii Gaudium²³, uma espécie de ‘programa de governo’ do seu pontificado”. (...) Vamos sentir muito a falta de Francisco! Oxalá, o colégio de cardeais eleitores – grande parte deles indicados por Francisco, ampliando a participação de África, Ásia e América Latina – decida pela continuidade das políticas lançadas pelo papa que veio do fim-do-mundo.”

As sinalizações parecem indicar que em algumas *políticas fundamentais*, sim, esta continuidade está garantida, mas os avanços na *área de costumes* poderão sofrer atrasos importantes. Quiçá os *movimentos sociais de leigos e o clero mais progressista* consiga empurrar Leão XIV para posições que reforcem uma igreja militante pela verdadeira e ampla inclusão social.

²¹ Ver: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html

²² Ver: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20201003_enciclica-fratelli-tutti.html

²³ Ver: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html

Revisão do sistema multilateral da saúde às margens da AMS

Paula Reges

Luana Bermudez

Luiz Augusto Galvão

Resumo. A 78ª Assembleia Mundial da Saúde (AMS), que se inicia em 19 de maio de 2025, será marcada por intensos debates sobre a reorganização da OMS, com foco em uma reestruturação financeira e administrativa devido à crise orçamentária. A proposta envolve a redução de divisões programáticas e cargos de liderança. A OMS enfrenta um déficit de US\$ 600 milhões para 2025, e a redução orçamentária para o biênio 2026-2027 pode chegar a US\$ 1,9 bilhão. O novo orçamento, com foco em equidade e resiliência dos sistemas de saúde, prioriza atenção primária, cobertura universal e preparação para emergências. Além disso, a 78ª AMS discutirá a aprovação do Acordo Pandêmico, um tratado de prevenção e resposta a pandemias, cuja adoção é vista como um teste para a governança sanitária global. Outro tema central é a reformulação do Sistema da ONU e as implicações na área da saúde, com propostas de fusão de agências para melhorar a eficiência, embora haja resistência. Por fim, o relatório da OMS sobre determinantes sociais da saúde destaca as desigualdades persistentes que afetam a saúde, com ênfase na necessidade de reorientar políticas públicas para enfrentar as causas estruturais dessas iniquidades, especialmente em países de baixa e média renda.

Palavras-chave: AMS, Orçamento, Determinantes Sociais de Saúde

Abstract. The 78th World Health Assembly (WHA) begins on May 19, 2025. It will be marked by intense debates on the reorganization of the WHO, with a focus on financial and administrative restructuring due to the budget crisis. The proposal involves the reduction of programmatic divisions and leadership positions. The WHO faces a deficit of US\$ 600 million for 2025, and the budget reduction for the 2026-2027 biennium could reach US\$ 1.9 billion. The new budget, focused on equity and resilience of health systems, prioritizes primary care, universal coverage and emergency preparedness. In addition, the 78th WHA will discuss the approval of the Pandemic Agreement, a treaty on the prevention and response to pandemics, whose adoption is seen as a test for global health governance. Another central topic is the reform of the UN system and its implications for the health area, with proposals for merging agencies to improve efficiency, although there is resistance. Finally, the WHO report on social determinants of health highlights the persistent inequalities that affect health, with an emphasis on the need to reorient public policies to address the structural causes of these inequities, especially in low- and middle-income countries.

Keywords: WHA, Budget, Social Determinants of Health

Expectativas para a Assembleia Mundial da Saúde

Às margens do início da 78ª Assembleia Mundial da Saúde (AMS), que será realizada a partir de 19 de maio em Genebra, intensificam-se os debates e especulações em torno da reorganização estrutural da Organização Mundial da Saúde (OMS). Em meio a um cenário de severas restrições orçamentárias, a Assembleia se inicia sob o signo da austeridade, com a

expectativa de cortes profundos que já repercutem diretamente na configuração institucional da agência.

Como apontado em edições anteriores deste informe, a proposta de reestruturação da OMS prevê a redução de dez para apenas quatro divisões programáticas em sua sede em Genebra, além da manutenção de apenas seis postos na alta liderança — fora o cargo de Diretor-Geral. Essa transformação implicaria na redução de mais da metade do número de departamentos, atualmente em 57, para cerca de 33, e na diminuição significativa do corpo diretivo, de 76 para 34 diretores.

Esse enxugamento institucional já tem consequências concretas: mudanças no alto escalão estão em curso, com saídas previstas de diversos diretores-adjuntos e incertezas quanto à permanência de outros. Algumas funções de destaque, como a Vice-Direção-Geral e departamentos estratégicos como o de Cobertura Universal de Saúde, enfrentam reconfigurações e possível extinção. Funções críticas como o monitoramento de dados em saúde, inteligência artificial e classificação internacional de doenças estão sendo condensadas em estruturas com escopo ampliado e complexidade crescente, levantando dúvidas sobre sua eficácia operacional.

Ao mesmo tempo, os reflexos da crise orçamentária são cada vez mais evidentes. Após o anúncio da suspensão do apoio financeiro dos Estados Unidos à OMS, a organização passou a enfrentar um déficit projetado de US\$ 600 milhões para 2025, incluindo um rombo de US\$ 333 milhões na folha salarial — metade desse montante concentrado em Genebra. Para o biênio 2026–2027, a situação se agrava, com um déficit estimado de até US\$ 1,9 bilhão. A meta orçamentária inicial de US\$ 5,3 bilhões para o período já foi revisada para US\$ 4,2 bilhões, valor ainda questionado por Estados-membros europeus quanto à sua viabilidade, diante da falta de garantias concretas de captação de novos recursos.

Nesse contexto, a reestruturação é apresentada pela direção da OMS como uma medida inevitável, tanto para adequação à nova realidade fiscal quanto para garantir a sobrevivência institucional da agência. No entanto, persistem dúvidas sobre os impactos dessa transformação na capacidade da organização de cumprir seu mandato, especialmente em áreas sensíveis como acesso a medicamentos, resistência antimicrobiana, emergências em saúde e fortalecimento dos sistemas de informação em saúde.

Mais do que uma simples reengenharia organizacional, o momento atual marca uma inflexão crítica no papel da OMS no sistema multilateral de saúde global. À medida que a AMS se aproxima, as decisões tomadas nos bastidores podem redefinir os contornos da governança sanitária internacional para os próximos anos.

Além destas movimentações internas da Organização, a 78ª AMS será palco de debates centrais sobre o futuro do multilateralismo em saúde. Entre os principais pontos de pauta está a aprovação do orçamento programático da OMS para o biênio 2026–2027. Trata-se do primeiro orçamento integralmente baseado no 14º Programa Geral de Trabalho (GPW14), que tem como pilares a equidade em saúde e a resiliência dos sistemas sanitários. O novo plano orçamentário reconhece a crescente complexidade do cenário global — com pandemias, mudanças climáticas, conflitos, fragilidade econômica e desigualdades — e reforça a importância da OMS como plataforma essencial de cooperação internacional.

O documento apresenta uma visão estratégica ancorada em quatro eixos: impacto nos países, equidade, maximização de valor e construção de parcerias. Em termos operacionais, o

orçamento prioriza o fortalecimento da atenção primária, o avanço da cobertura universal e o reforço das capacidades globais de preparação e resposta. Contudo, a proposta reflete também uma resposta pragmática à crise financeira que a OMS atravessa. O envelope orçamentário foi reduzido de US\$ 5,3 bilhões, inicialmente proposto, para US\$ 4,2 bilhões, em consonância com o esforço de contenção de gastos e readequação à realidade do financiamento global para a saúde.

A proposta de orçamento reafirma o compromisso com o apoio direto aos Estados Membros, especialmente na implementação de estratégias nacionais de saúde. O foco nas realidades locais, aliado ao fortalecimento das capacidades institucionais e à adoção de intervenções baseadas em evidências, é apresentado como estratégia central para garantir resultados concretos em nível nacional. Ao mesmo tempo, o orçamento busca preservar a alocação de recursos para países prioritários, conforme orientações estabelecidas na 156ª sessão do Conselho Executivo.

O documento também se apoia em mecanismos reforçados de responsabilização e monitoramento de desempenho, com metas e indicadores de impacto voltados à transparência e ao acompanhamento contínuo. A equidade permanece como princípio orientador: mulheres, crianças, pessoas com deficiência e populações em situação de vulnerabilidade são explicitamente destacadas como prioritárias. Nesse sentido, a proposta reforça a defesa do direito à saúde para todos e a luta contra disparidades persistentes no acesso aos serviços essenciais.

Finalmente, o orçamento 2026–2027 é apresentado como um investimento coletivo em um mundo mais justo, seguro e saudável. Em um contexto de declínio da ajuda oficial ao desenvolvimento e retração nos aportes voluntários, a proposta orçamentária incorpora medidas para garantir a sustentabilidade financeira. Entre elas, destaca-se a continuidade do aumento das contribuições obrigatórias aprovado em 2022 e o lançamento da primeira rodada de captação de investimentos da OMS, ambos vistos como instrumentos centrais para assegurar a resiliência e a capacidade de resposta da Organização no médio prazo.

O programa detalhado que será apresentado na AMS pode ser lida na íntegra neste [LINK](#) (1).

Ademais, o que se espera como um dos momentos decisivos desta 78ª AMS é a aprovação direta do Acordo Pandêmico, tratado cuja negociação tem mobilizado intensamente os Estados Membros ao longo de mais de três anos. A expectativa é de que o texto, resultado do trabalho do Órgão Intergovernamental de Negociação (INB), seja submetido à adoção formal, representando um marco sem precedentes na consolidação de um instrumento jurídico vinculante para a prevenção, preparação e resposta a pandemias. Ainda assim, mesmo com ampla articulação diplomática para garantir sua aprovação por consenso, é possível que ocorram intervenções na plenária — como já sinalizou a Argentina, ao solicitar que fique registrado em ata que o país não endossará o acordo. Essa postura reflete uma tendência de questionamento das organizações multilaterais e de defesa de políticas nacionais independentes, o que pode impactar a dinâmica das negociações internacionais e a efetividade de acordos globais em saúde pública.

A eventual adoção do tratado representará não apenas um novo capítulo na governança sanitária global, mas também um teste político para o próprio multilateralismo em saúde. O processo de negociação foi marcado por tensões entre países de alta e baixa renda, disputas

sobre propriedade intelectual, acesso equitativo a contramedidas médicas e responsabilidades financeiras diferenciadas. Mesmo com os esforços de mediação, inclusive por parte da presidência do INB e da direção da OMS, persistem pontos de desacordo sensíveis que podem dificultar a sua ratificação plena por todos os Estados Membros.

O tratado se somará à revisão do Regulamento Sanitário Internacional (RSI), consolidando um novo arcabouço normativo para lidar com ameaças sanitárias de potencial pandêmico. Trata-se de um esforço claro da OMS para responder às fragilidades expostas durante a pandemia de COVID-19, buscando não apenas corrigir falhas operacionais, mas também reafirmar sua centralidade como autoridade técnica e política na arquitetura global de saúde.

Por fim, o cenário político da 78ª AMS sugere uma confluência entre três agendas críticas: o novo orçamento baseado no GPW14, o acordo pandêmico e a reconfiguração da presença e ausência de grandes atores geopolíticos, em especial os Estados Unidos. Nesse entrelaçamento entre financiamento, normatividade e diplomacia, o fortalecimento da OMS depende, mais do que nunca, da capacidade coletiva dos Estados em sustentar um sistema multilateral legítimo, efetivo e equitativo. A saúde global, neste momento, se reafirma como arena estratégica para a disputa de valores, recursos e visões de mundo.

UN80 e as propostas de reformulação do Sistema ONU

Documento elaborado pela Força-Tarefa da Iniciativa UN80 (aqui) (2) revela uma proposta abrangente de reformulação da arquitetura institucional das Nações Unidas, com foco declarado na busca por maior eficiência, coesão e sustentabilidade financeira. As sugestões expostas, embora caracterizadas como preliminares e confidenciais, revelam um impulso estratégico de racionalização que, ao mesmo tempo em que aponta para uma resposta a limitações orçamentárias, também traduz uma leitura crítica das fragilidades estruturais acumuladas ao longo de décadas de expansão do sistema multilateral.

O centro da reflexão está na constatação de que a proliferação de agências, fundos e programas levou a uma fragmentação funcional, com sobreposição de mandatos, duplicação de esforços e desperdício de recursos. A proposta de fusões entre entidades como a OMS e o UNAIDS, ou entre a UN Women e o UNFPA, não se limita a ajustes financeiros; ela aponta para um esforço de redefinir as fronteiras operacionais das organizações internacionais, muitas vezes construídas sob lógicas de épocas já superadas ou condicionadas por contextos políticos hoje transformados. Nesse sentido, o diagnóstico estrutural se articula com uma tentativa de reorientar o multilateralismo para responder aos desafios contemporâneos com maior agilidade, foco e coerência.

Essa proposta foi frontalmente rebatida pela própria UNAIDS. Apesar da crise orçamentária enfrentada por ambas as instituições, a UNAIDS reafirmou publicamente que nenhuma fusão está em curso neste momento. Em nota à imprensa especializada (Health Policy Watch) (3), confirmou-se cortes substanciais no quadro de pessoal — de 600 para aproximadamente 280-300 — e uma redução significativa na presença territorial da agência, de mais de 80 para cerca de 35 a 40 países. Ainda assim, enfatizou-se que o mandato da UNAIDS permanece relevante enquanto a epidemia de HIV/AIDS persistir. Criada em 1996 para preencher lacunas políticas não cobertas pela OMS, a UNAIDS atua como elo entre comunidades, governos, financiadores e o sistema ONU, com papel estratégico na produção e uso de dados epidemiológicos utilizados por iniciativas como o Fundo Global e o PEPFAR. A

resistência à fusão também reflete preocupações com a possível diluição de uma agenda historicamente marcada pela mobilização de base comunitária e pela interseccionalidade com direitos humanos, saúde sexual e reprodutiva e equidade. A tentativa de absorção, ainda que apresentada sob o argumento da eficiência, revela, portanto, tensões mais profundas sobre o futuro da governança em saúde global e sobre quais agendas permanecerão visíveis e politicamente priorizadas no redesenho do sistema multilateral.

Essa busca por sinergia e integração institucional carrega riscos significativos. A incorporação de agendas específicas em entidades maiores e multifuncionais pode levar à diluição de enfoques especializados e à perda de protagonismo de causas historicamente marginalizadas. A proposta de integração estratégica da UNAIDS à OMS, por exemplo, precisa ser lida não apenas como medida de eficiência, mas também à luz de tendências políticas e financeiras que vêm minando o apoio internacional a determinadas agendas de saúde pública. Ao apontar o fim do mandato da UNAIDS em 2030 como justificativa para sua absorção, o documento sinaliza que a decisão sobre sua permanência não se dará apenas por critérios técnicos ou epidemiológicos, mas será influenciada por realinhamentos políticos globais.

Além disso, o enfoque territorial que propõe a transferência de operações para locais de menor custo ou mais próximos do campo de atuação levanta questionamentos sobre a capacidade das instituições multilaterais de manter padrões de qualidade e neutralidade em suas ações, especialmente em contextos de instabilidade política ou institucional. A descentralização, embora atraente sob a ótica da economicidade, pode esbarrar em desafios de governança, coordenação e responsabilização, sobretudo em áreas sensíveis como direitos humanos, resposta humanitária e migração.

A proposta de fusões nos setores de resposta humanitária e direitos humanos evidencia a tensão permanente entre centralização e especialização. A criação de departamentos únicos que aglutinem estruturas como OCHA, ACNUR e IOM, ou ainda OHCHR com outras entidades da ONU, pode facilitar a coordenação e evitar redundâncias. No entanto, ela também pode resultar em hierarquizações internas entre mandatos, na perda de vozes técnicas autônomas e na subordinação de temas sensíveis à lógica política dos grandes blocos diplomáticos. As críticas sobre a seletividade de certos órgãos de direitos humanos da ONU são sintomáticas dessa fragilidade e reforçam a necessidade de garantir salvaguardas institucionais frente à instrumentalização política.

Em suma, o documento da Força-Tarefa da Iniciativa UN80 expressa um esforço inegavelmente necessário de reestruturação do sistema das Nações Unidas. A reconfiguração proposta parte de um diagnóstico pertinente sobre a crise de eficiência e legitimidade do multilateralismo. No entanto, a transformação estrutural sugerida só poderá alcançar seus objetivos se for acompanhada de um profundo compromisso com a preservação da diversidade temática, da expertise técnica e da centralidade dos direitos humanos. Caso contrário, o risco é que a promessa de modernização se converta em uma racionalização despolitizada e tecnocrática, que silencie agendas cruciais e enfraqueça ainda mais a confiança da comunidade internacional em suas instituições multilaterais.

Determinantes sociais da saúde: a urgência de reorientar o eixo da equidade na governança sanitária global

A publicação do World Report on Social Determinants of Health Equity (4), relatório global sobre os determinantes sociais da saúde pela Organização Mundial da Saúde (OMS), no

último dia 06 de maio de 2025, recoloca no centro do debate sanitário global uma realidade inaceitável, mas persistente: as iniquidades em saúde seguem ceifando vidas e comprometendo décadas de expectativa de vida saudável, mesmo após 17 anos da publicação do relatório da Comissão sobre Determinantes Sociais da Saúde, em 2008. O novo relatório não apenas confirma o fracasso coletivo em alcançar as metas estabelecidas até 2040, como revela o aprofundamento das desigualdades entre e dentro dos países. Com isso, impõe-se uma crítica contundente à lentidão e superficialidade das respostas políticas às causas estruturais da má saúde.

A desigualdade na expectativa de vida entre países pode chegar a 33 anos, enquanto 94% das mortes maternas ocorrem em países de baixa e média renda. Tais números, longe de representarem fatalidades biológicas ou falhas técnicas do setor saúde, refletem padrões históricos de injustiça social, discriminação estrutural, racismo, desigualdade de gênero, precarização dos serviços públicos e captura de políticas públicas por interesses comerciais. O relatório denuncia, por exemplo, que quatro setores — alimentos ultraprocessados, combustíveis fósseis, álcool e tabaco — são responsáveis por pelo menos um terço das mortes evitáveis globalmente. A influência dessas indústrias sobre governos e instituições públicas, incluindo a distorção do debate científico e normativo, deve ser encarada como uma questão central da governança sanitária contemporânea.

Entre os fatores destacados pela OMS como determinantes críticos da saúde estão as condições de moradia, trabalho, educação, inclusão social e proteção contra discriminação. O conceito de "gradiente social em saúde" é reiterado como eixo explicativo das disparidades — quanto mais baixa a posição social de um indivíduo ou grupo, piores serão seus indicadores de saúde. A segmentação étnico-racial amplia esse abismo: no Canadá, a diferença de expectativa de vida entre populações Inuit e não-Indígenas chega a 12,5 anos; na Austrália, são 10 anos; em Camarões, o povo Baka vive, em média, 21,5 anos a menos que a população majoritária. Mesmo em países de alta renda, como os Estados Unidos, as mulheres negras não hispânicas enfrentam uma taxa de mortalidade materna quase três vezes superior à de mulheres brancas não hispânicas.

O impacto da pandemia de COVID-19 agravou essas iniquidades, expondo a fragilidade das políticas universais e o desmonte pré-existente de sistemas de proteção social. O relatório aponta que mais de 3,8 bilhões de pessoas ainda vivem sem cobertura social mínima, e que a maioria dos países enfrenta restrições fiscais severas para investir em infraestrutura social básica. Essa compressão do espaço fiscal, aliada à crescente pressão da dívida — cujo serviço quadruplicou nos 75 países mais pobres da última década — compromete a capacidade dos Estados de enfrentar as causas sociais da má saúde. Soma-se a isso a crise climática, que deve empurrar até 135 milhões de pessoas para a pobreza extrema nos próximos cinco anos, ampliando ainda mais o ciclo de vulnerabilidades.

Ao trazer evidências robustas, o relatório da OMS não apenas descreve um cenário alarmante, mas oferece diretrizes para ação: reorientar os investimentos públicos, reformar mecanismos de governança para além do setor saúde, enfrentar interesses comerciais nocivos e fortalecer a ação comunitária. Trata-se de uma convocação à responsabilidade compartilhada, que exige que governos, instituições multilaterais, sociedade civil, academia e setor privado reconheçam e enfrentem os determinantes sociais não como externalidades, mas como o próprio centro da política de saúde.

A equidade em saúde, portanto, não pode ser um princípio abstrato ou um apêndice técnico das políticas públicas. Ela precisa ser tratada como critério estruturante da ação coletiva — um imperativo ético, político e econômico. A fragmentação da resposta global às desigualdades sanitárias revela a necessidade de um novo pacto social e fiscal internacional que coloque a vida no centro das decisões. Em um momento em que os discursos sobre segurança sanitária, mudanças climáticas e transição digital ganham força nos fóruns multilaterais, cabe lembrar que nenhuma inovação tecnológica, nenhum tratado internacional e nenhuma agenda de desenvolvimento sustentável serão suficientes se não forem capazes de confrontar as raízes estruturais da desigualdade.

Referências

Proposed programme budget 2026-2027 [Internet]. 2025 [cited 2025 May 12]. Disponível em: https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA78/A78_6-en.pdf.

UN80 structural changes and programmatic realignment Compilation of non-attributable suggestions by the UN80 Task Force [Internet]. [cited 2025 May 12]. Disponível em: https://healthpolicy-watch.news/wp-content/uploads/2025/05/Consolidated_ideas__realignments_restricted_2504081.pdf

WHO's Samira Asma Reportedly Leaving Tedros' Leadership Team - UNAIDS Scraps Merger Plan - Health Policy Watch [Internet]. Health Policy Watch. 2025 [cited 2025 May 12]. Disponível em: <https://healthpolicy-watch.news/whos-samira-asma-reportedly-leaving-tedros-leadership-team-unaidscraps-merger-with-who/>

World Report on Social Determinants of Health Equity [Internet]. Who.int. 2025. Disponível em: <https://www.who.int/teams/social-determinants-of-health/equity-and-health/world-report-on-social-determinants-of-health-equity>

Determinantes Sociais da Equidade em Saúde: o novo Relatório Mundial da OMS

Paulo M. Buss²⁴

Em 2021, pela resolução WHA74.16, a 74ª Assembleia Mundial da Saúde solicitou ao Diretor-Geral que preparasse um relatório atualizado sobre os determinantes sociais da saúde, seu impacto na saúde e na equidade sanitária, os progressos feitos desde 2008 – data de lançamento do primeiro relatório mundial – até agora, e recomendações para ações futuras. Em 6 de maio de 2025 o novo **Relatório Mundial sobre Determinantes Sociais da Equidade em Saúde** foi lançado em evento realizado na sede da OMS, em Genebra, e vai agora para exame da 78ª. Assembleia Mundial da Saúde (AMS 78).



Trata-se de um documento de 214 páginas e 1.053 referências bibliográficas, que pode ser acessado para *download* em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240107588>

O relatório foi desenvolvido com a contribuição de grupos consultivos científicos e políticos, artigos encomendados e revisões de evidências, amplas contribuições internas nos três níveis da OMS e consulta aos Estados-Membros por meio do Conselho Executivo e da Assembleia Mundial da Saúde.

Antecedidos de um *prefácio* e um *sumário executivo*, o Informe está organizado em três partes e 9 capítulos, assim distribuídos:

Parte 1) O estado dos determinantes sociais da equidade em saúde

- Capítulo 1: Iniquidades no mundo de hoje
- Capítulo 2: Os determinantes sociais da equidade em saúde

²⁴ Professor Emérito da Fundação Oswaldo Cruz; Diretor do Centro Colaborador em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul da OMS/OPS na Fiocruz; Membro Titular da Academia Nacional de Medicina

Parte 2) Abordar os determinantes sociais da equidade em saúde em múltiplas frentes

- Capítulo 3: Reduzir a desigualdade econômica e investir em serviços públicos universais como caminho para a equidade na saúde
- Capítulo 4: Combater a discriminação estrutural e os determinantes e impactos dos conflitos, emergências e migrações
- Capítulo 5: Orientar as megatendências para a equidade na saúde: alterações climáticas e digitalização

Parte 3) Promover mudanças através de novas abordagens de governação

- Capítulo 6: Governo local, comunidades e sociedade civil em ação
- Capítulo 7: Construir um setor de saúde e assistência que garanta ações sobre os determinantes sociais, acesso equitativo e participação genuína
- Capítulo 8: Governança e dados para ação
- Capítulo 9: Uma visão renovada da saúde informada por ações para abordar os determinantes sociais da equidade em saúde

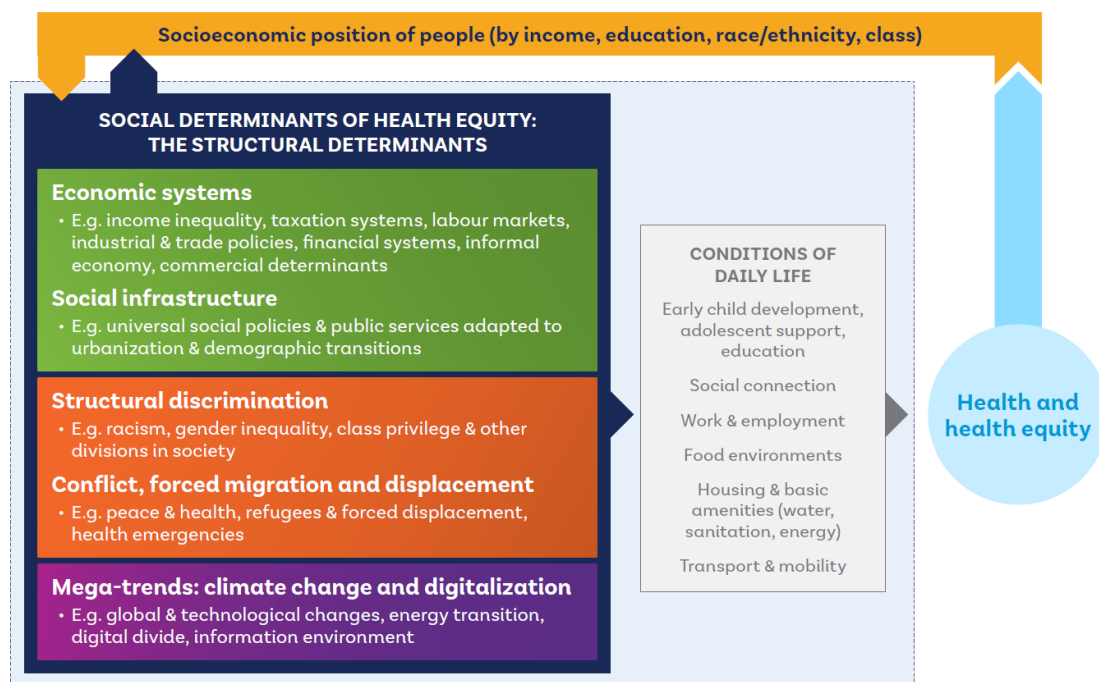
Conclusão: Equidade é uma escolha política

====*=====

Segundo o Informe, *persistem lacunas inaceitáveis na expectativa de vida saudável das pessoas*. Essas lacunas dependem dos países e comunidades em que as pessoas vivem; do seu nível de educação e renda; da sua raça, etnia e gênero; e da existência ou não de alguma condição prévia de má saúde. Os **determinantes sociais da equidade em saúde** – ou seja, as condições em que as pessoas nascem, crescem, vivem, trabalham e envelhecem, e o acesso das pessoas a poder, dinheiro e recursos – têm uma influência poderosa nessas lacunas de saúde evitáveis e injustas.

O Relatório analisa o progresso insuficiente no cumprimento das metas de equidade em saúde apresentadas na **Comissão da OMS sobre Determinantes Sociais da Saúde de 2008**. Com *14 recomendações específicas para ação*, o novo Relatório Mundial concentra a narrativa e a agenda em quatro áreas de ação no que produz e reproduz as iniquidades em saúde e nas soluções políticas comprovadas disponíveis. Seu *objetivo* é informar a *formulação de políticas globais, nacionais e locais*, fornecendo uma base para ações coordenadas e investimentos em determinantes sociais da equidade em saúde. Exemplos de países ao longo do relatório apresentam ações e estratégias diversas para implementar suas recomendações em diferentes contextos.

A Figura 1 abaixo apresenta uma visão geral dos determinantes sociais da equidade em saúde e das áreas de ação abordadas neste relatório.



Fonte: Relatório, pg. Xiii

O lugar onde você vive, as comunidades das quais faz parte, seu nível de escolaridade, etnia, raça, renda, gênero e se você tem alguma deficiência — tudo isso influencia drasticamente por quanto tempo você pode esperar viver com saúde. Em média, as pessoas no país com a maior expectativa de vida vivem 33 anos a mais do que aquelas nascidas no país com a menor expectativa. Há diferenças significativas de expectativa de vida até entre países com níveis de renda muito semelhantes: os dados mostram que, independentemente da renda, alguns países conseguiram reduzir pela metade as mortes prematuras no último meio século, enquanto em outros esse índice permaneceu o mesmo ou até aumentou. Dentro de um mesmo país, a expectativa de vida pode variar em décadas, dependendo da região onde se vive e do grupo social ao qual se pertence.

Essas diferenças evitáveis na saúde são, em grande parte, resultado dos determinantes sociais da equidade em saúde. A conclusão da Comissão sobre Determinantes Sociais da Saúde da OMS em 2008 de que "a injustiça social mata em grande escala" ainda ecoa hoje. Apesar do consenso global sobre a necessidade de enfrentar esses determinantes, os avanços desde 2008 têm sido insuficientes. Embora as disparidades em saúde entre países tenham diminuído, graças ao progresso socioeconômico de muitas nações, dentro delas as desigualdades estão aumentando — aprofundando, por sua vez, as iniquidades em saúde. O crescimento da desigualdade interna, especialmente em países de baixa renda, mina sua capacidade de criar instituições inclusivas, essenciais para alcançar prosperidade, e aumenta o risco de ficarem presos em ciclos de conflito e subdesenvolvimento.

Progresso em relação às metas da Comissão sobre Determinantes Sociais da Saúde

A Comissão de 2008 estabeleceu a ambição de eliminar as disparidades em saúde em uma geração. No ritmo atual, essa meta não será alcançada. Melhorias nas condições de vida — incluindo acesso a educação de qualidade, oportunidades econômicas e emprego, além de água, saneamento, energia, moradia e transporte — contribuíram muito para avanços na saúde

populacional. Mas esse progresso foi interrompido por uma série de crises globais previsíveis e evitáveis — financeiras, climáticas, conflitos e pandemias.

A Comissão tinha como meta *reduzir pela metade a diferença na expectativa de vida entre grupos sociais dentro dos países* até 2040. Onde há dados disponíveis, essas disparidades frequentemente aumentaram. Globalmente, a *mortalidade de menores de cinco anos* caiu pela metade entre 2000 e 2023, mas ficou aquém da redução de 90% necessária para atingir a meta da Comissão até 2040. Países de baixa renda tiveram a queda relativa mais rápida, mas, em 2023, sua taxa de mortalidade infantil ainda era 13 vezes maior do que em países de alta renda.

A *mortalidade materna global* caiu 40% entre 2000 e 2023 (de 328 para 197 mortes por 100 mil nascidos vivos), mas precisará chegar a menos de 16 por 100 mil até 2040 para cumprir a meta da Comissão. Mulheres de grupos desfavorecidos ou marginalizados — seja por renda, raça, etnia, escolaridade ou local de residência — ainda têm muito mais chances de morrer por causas relacionadas à gravidez do que as mais privilegiadas, em países de todos os níveis de renda.

Para avanços sustentáveis em equidade em saúde, é essencial vontade política e ações concretas que enfrentem tanto os determinantes sociais estruturais, quanto as condições cotidianas de vida.

Os impactos desiguais da pandemia de COVID-19

A pandemia de COVID-19 foi um exemplo global marcante de como os determinantes sociais influenciam resultados de saúde de forma desigual. Desde o início, a desigualdade socioeconômica foi um fator determinante para maior mortalidade. Entre países, as disparidades nos resultados da COVID-19 foram agravadas pelo acesso desigual a diagnósticos, vacinas e outros recursos. Dentro dos países, maior incidência e mortalidade por COVID-19 estiveram associadas a desigualdades sociais e econômicas mais profundas, incluindo diferenças alarmantes ligadas a raça e etnia em muitas nações. Além do acesso desigual a medicamentos e vacinas, as iniquidades sociais e econômicas prejudicaram a eficácia das medidas de saúde pública no controle da disseminação do vírus.

Os efeitos da pandemia na aceleração das desigualdades persistiram mesmo após o auge da crise. Muitos países de baixa e média renda saíram da pandemia com dívidas soberanas elevadas, reduzindo sua capacidade de investir em infraestrutura social e física essencial para melhorar a saúde e gerando atrasos significativos nos serviços de saúde.

O progresso global em direção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) já estava fragilizado antes da pandemia — agora, está ainda mais comprometido. A COVID-19 não será a última pandemia com impactos graves na saúde e na equidade sanitária, a menos que sejam adotadas medidas mais robustas para enfrentar as desigualdades sociais e econômicas como parte da prevenção, preparação e resposta a pandemias.

Quebrando o círculo

A OMS enfatiza que medidas para lidar com a desigualdade de renda, a discriminação estrutural, os conflitos e as mudanças climáticas são essenciais para superar as desigualdades de saúde profundamente enraizadas. Estima-se que as mudanças climáticas, por exemplo, levarão de 68 a 135 milhões de pessoas à pobreza extrema nos próximos cinco anos.

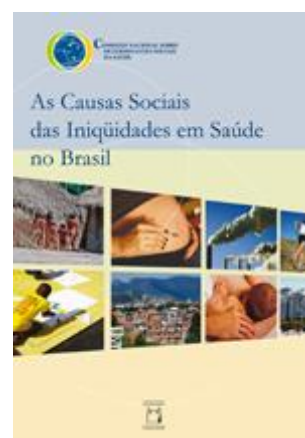
Atualmente, 3,8 bilhões de pessoas no mundo todo estão privadas de cobertura de proteção social adequada, como licença médica remunerada ou licença-maternidade/paternidade, o que tem impactos diretos e duradouros em seus resultados de saúde. O alto endividamento dos governos prejudicou severamente sua capacidade de investir nesses serviços, e o valor total dos pagamentos de juros dos 75 países mais pobres do mundo quadruplicou na última década.

A OMS apela à ação coletiva dos governos nacionais e locais, dos líderes da saúde, do meio acadêmico, da investigação e da sociedade civil, juntamente com o setor privado, para:

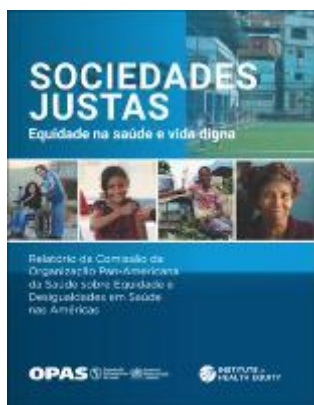
- Abordar a desigualdade econômica e investir em infraestrutura social e serviços públicos universais;
- Superar a discriminação estrutural e os fatores determinantes e efeitos dos conflitos, emergências e migrações forçadas;
- Gerir os desafios e oportunidades da ação climática e da transformação digital para promover os benefícios indiretos da equidade em saúde, e
- Promover mecanismos de governança para priorizar ações sobre os determinantes sociais da equidade em saúde, como gerenciar plataformas e estratégias de políticas intergovernamentais, alocar dinheiro, poder e recursos ao nível mais local, onde o maior impacto pode ser alcançado, e capacitar e envolver comunidades e a sociedade civil.

Um pouco de história e memória

O Brasil e a Fiocruz mantêm amplas relações com o tema dos determinantes sociais da saúde no âmbito global e da OMS, assim como no plano nacional. O presidente da Fiocruz, Paulo Buss, foi o coordenador da *Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde*, instituída em 2005 pelo então ministro da saúde Saraiva Felipe, no governo Lula 1. A Comissão era formada por sanitaristas, cientistas e membros da sociedade civil brasileira. O Relatório da Comissão Nacional – As causas sociais das inequidades em saúde no Brasil – saiu em 2008, na mesma época em que foi divulgado o da Comissão Global, liderada por Sir Michael Marmot. Ambos os relatórios tiveram expressiva repercussão nos espaços que alcançaram. Acesso: [SciELO Books | As causas sociais das inequidades em saúde no Brasil](#)



Em 2011, o Brasil, por meio da Fiocruz, realizou no Rio de Janeiro, com a OMS, a *Conferência Mundial sobre Determinantes Sociais da Saúde* <https://dssbr.ensp.fiocruz.br/biblioteca/memoria-da-cmdss-2/> para repercutir o relatório mundial e discutir suas principais conclusões e os progressos alcançados. O resultado foi a *Declaração Política do Rio sobre Determinantes Sociais da Saúde*, documento referido até hoje em todas as discussões sobre o tema nos vários âmbitos (político, acadêmico etc.). Amplo material sobre determinantes sociais da saúde encontra-se disponível no portal da Escola Nacional de Saúde Pública, que por longos anos liderou um processo sobre o tema no país (ver: <https://dssbr.ensp.fiocruz.br/>).



A Fiocruz, por meu intermédio, participou também da iniciativa da Organização Panamericana (OPS) em torno aos determinantes sociais e da equidade em saúde, que gerou, em 2019, o informe *Sociedades justas: Equidade em saúde e vida com dignidade - Relatório da Comissão da Organização Pan-Americana da Saúde sobre Equidade e Desigualdades em Saúde nas Américas*, disponível em: [Sociedades justas: Equidade em saúde e vida com dignidade. Relatório da Comissão da Organização Pan-Americana da Saúde sobre Equidade e Desigualdades em Saúde nas Américas](#).

Desde então, transformou-se em documento de referência sobre o tema na América Latina e Caribe.

OMS alerta para desaceleração dos ganhos globais de saúde em novo relatório estatístico²⁵

Ademais do informe sobre os determinantes sociais da equidade na saúde, a OMS publicou um documento basicamente complementar e de extrema valia, o **Relatório de Estatísticas Mundiais de Saúde 2025**. Contém a compilação anual de indicadores de saúde e relacionados à saúde e é publicado pela Organização Mundial da Saúde desde 2005.

A edição de 2025 consolida dados de *indicadores relacionados à saúde dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*²⁶. Avalia o progresso em direção às metas acordadas globalmente, descreve os principais desafios para os próximos anos e inclui análises sobre tópicos de saúde global, como expectativa de vida saudável e mortalidade prematura, as metas do Triple Billion e desigualdades na imunização.

O documento revela, por exemplo, os impactos mais profundos na saúde causados pela pandemia de *COVID-19* na perda de vidas, longevidade e saúde e bem-estar geral. Em apenas dois anos, entre 2019 e 2021, a expectativa de vida global caiu 1,8 ano – a maior queda da história recente – revertendo uma década de ganhos em saúde. O aumento dos níveis de ansiedade e depressão ligados à *COVID-19* reduziu a expectativa de vida saudável global em 6 semanas, apagando a maior parte dos ganhos obtidos com a menor mortalidade por doenças não transmissíveis (DNT) durante o mesmo período.

O relatório também resume os dados globais sobre o progresso em direção às *metas de três bilhões da OMS*, revelando os impactos não apenas do choque pandêmico, mas também de uma tendência mais longa de *desaceleração do progresso mesmo antes da pandemia, seguida por uma recuperação mais lenta desde então*. A OMS alerta que o progresso geral está ameaçado e é necessária uma ação global urgente para voltar aos trilhos.

"Por trás de cada ponto de dados está uma pessoa – uma criança que não completou cinco anos, uma mãe perdida no parto, uma vida interrompida por uma doença evitável", disse o Dr. Tedros Adhanom Ghebreyesus, diretor-geral da OMS. "Essas são tragédias evitáveis. Eles apontam para lacunas críticas no acesso, proteção e investimento – especialmente para mulheres e meninas. *O progresso da saúde está diminuindo*. Todo governo tem a responsabilidade de agir, com urgência, compromisso e prestação de contas às pessoas a quem serve."

²⁵ Nota reproduzida do portal da OMS

²⁶ Ver: [World Health Statistics](#)

Progressos e retrocessos na saúde

O relatório **Estatísticas Mundiais de Saúde 2025** apresenta progressos mistos em direção às metas de Triplo Bilhão da OMS. Estima-se que mais 1,4 bilhão de pessoas estavam vivendo de forma mais saudável até o final de 2024, ultrapassando a meta de 1 bilhão. O progresso em vidas mais saudáveis foi impulsionado pela redução do uso do tabaco, melhoria da qualidade do ar e melhor acesso à água, higiene e saneamento. Mas o progresso em direção ao aumento da cobertura de serviços essenciais de saúde e proteção contra emergências ficou para trás: apenas mais 431 milhões de pessoas obtiveram acesso a serviços essenciais de saúde sem dificuldades financeiras, e cerca de 637 milhões de pessoas a mais estavam mais protegidas contra emergências de saúde.

As mortes maternas e infantis não estão caindo rápido o suficiente para atingir as metas globais. O progresso estagnou, colocando milhões de vidas em risco. Essa desaceleração segue duas décadas de ganhos notáveis: entre 2000 e 2023, as mortes maternas caíram mais de 40% e as mortes de crianças menores de 5 anos caíram mais da metade. Mas o subinvestimento em cuidados primários de saúde, a escassez de profissionais de saúde qualificados e as lacunas em serviços como imunização e parto seguro estão atrasando os países.

Sem uma correção de rumo urgente para cumprir as metas de 2030, o mundo corre o risco de perder a chance de evitar mais 700.000 mortes maternas e 8 milhões de mortes de menores de 5 anos entre 2024 e 2030.

Doenças crônicas que levam a mais perdas de vidas

As mortes prematuras por DNT – como doenças cardíacas, derrame, diabetes e câncer – estão aumentando, impulsionadas pelo crescimento populacional e envelhecimento, e agora são responsáveis pela maioria das mortes entre pessoas com menos de 70 anos em todo o mundo. O mundo está atualmente fora do caminho para reduzir a mortalidade prematura por DNT em um terço até 2030. O progresso foi possível onde os governos e a sociedade civil se comprometeram a agir: o *uso do tabaco* está diminuindo e o *consumo global de álcool* caiu de 5,7 para 5,0 litros per capita entre 2010 e 2022. A *poluição do ar* continua sendo uma das principais causas de morte evitável em todo o mundo. O impacto da *saúde mental* precária continua a impedir o progresso.

A recuperação nos *serviços essenciais de saúde* permanece incompleta. Um déficit de 11,1 milhões de profissionais de saúde ainda está projetado até 2030, com quase 70% da lacuna concentrada nas regiões da OMS na África e no Mediterrâneo Oriental.

"Sistemas de saúde fortes dependem de informações de saúde fortes. Dados oportunos e confiáveis levam a melhores decisões e resultados mais rápidos", disse o Dr. Haidong Wang, chefe da unidade de dados e análises de saúde da OMS. "A OMS está apoiando os países por meio da estratégia SCORE para fortalecer os sistemas de informação em saúde e por meio do World Health Data Hub, que está ajudando a padronizar, melhorar e desbloquear o valor dos dados entre países e sistemas."

Progresso desigual em doenças infecciosas

As taxas de incidência de *HIV* e *TB* estão caindo e menos pessoas precisam de tratamento para *doenças tropicais negligenciadas*. Mas a *malária* vem ressurgindo desde 2015, e a *resistência antimicrobiana* continua sendo um desafio de saúde pública. Em 2023, a *cobertura vacinal infantil* – incluindo a terceira dose da vacina contendo difteria, coqueluche-tétano (DTP3)

– não havia retornado aos níveis pré-pandêmicos. Muitos países também estão ficando para trás na *abordagem de riscos fundamentais à saúde* - como desnutrição, poluição do ar e condições de vida inseguras.

As recentes interrupções na *ajuda internacional* ameaçam desestabilizar ainda mais o progresso, particularmente nos países com maiores necessidades de saúde. O *financiamento sustentado e previsível* – de fontes nacionais e internacionais – é urgentemente necessário para proteger os ganhos duramente conquistados e responder às crescentes ameaças.

Considerações finais

Esta longa e profícua história da saúde pública brasileira e da Fiocruz com o tema dos determinantes sociais da saúde encontra amplo respaldo e justificativa nas profundas desigualdades sociais, econômicas, ambientais e sanitárias da sociedade brasileira que impactam desfavoravelmente a saúde humana e planetária. Por isso mesmo, a saga continua. A Fiocruz vai promover a tradução ao português e repercutir amplamente este informe mundial da OMS 2025.

Registre-se, por outro lado, que em 2023 o Ministério da Saúde do Brasil lançou a iniciativa *Estratégia de Eliminação de Doenças Socialmente Determinadas*, criando, para implementá-la, um *Comitê Interministerial para Eliminação da Tuberculose e Outras Doenças Determinadas Socialmente (CIEDS)* <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/junho/em-acao-inedita-governo-federal-lanca-comite-interministerial-para-eliminacao-de-doencas-socialmente-determinadas>, que se encontra em implementação.

Sabe-se, por conclusões da experiência brasileira e mundial, que apenas com assistência médica e outras medidas implementadas exclusivamente no âmbito do setor saúde será impossível alcançar os melhores resultados em saúde. Para isso, é imprescindível implementar ações intersetoriais coordenadas, tal como preconiza o novo relatório mundial da OMS. Por isso mesmo, suas conclusões e recomendações devem ser examinadas com atenção pela comunidade de sanitaristas e pesquisadores da saúde pública brasileira, revitalizando o tema, em prol da saúde dos brasileiros.

Pela ruptura da circularidade entre enunciação de direitos humanos e sua imaterialidade cotidiana: necessidades em saúde mental e o investimento estrutural em saúde pública

Armando De Negri Filho

Fabiane Gaspar

Quando refletimos sobre a materialidade que os direitos humanos requerem, particularmente desde o âmbito dos direitos econômicos, sociais e culturais, nos deparamos com o imperativo de uma conexão entre o direito à saúde, o direito à seguridade social e finalmente o direito coletivo ao desenvolvimento. A resenha do informe sobre a saúde mental e os direitos humanos (apresentado pelo Alto Comissariado de Direitos Humanos na 58ª Sessão do CDH) nos desafia a uma reflexão profunda sobre o dever ser de políticas e sistemas de atenção à saúde mental, mas não indica efetivamente como materializar este direito.

O direito à saúde no qual se inclui o direito à saúde mental alcança dimensões múltiplas, onde a condição de qualidade de vida ou o bem-estar em geral contribuem diretamente para os estados anímicos e sofrimentos psíquicos que não tem nada de imaginário, sendo a expressão dura e direta das condições de desigualdade, insegurança, incerteza, solidão e abandono de grandes contingentes populacionais.

Ao reconhecer estas dimensões de realidade, a primeira estratégia em favor de nossa saúde mental encontra materialidades em vários direitos tangíveis como de educação, moradia, trabalho, renda, ambiente e suas expressões de direitos civis e políticos de direito à identidade e a não discriminação e exclusão, integrados todos em garantias do direito à existência e ao desenvolvimento.

O destaque que ganhou a saúde mental no contexto da Pandemia de Covid19, destacou a dimensão e a complexidade dos problemas de sofrimento psíquico, mas não resultou em uma mudança do subfinanciamento da atenção à saúde mental, com a concentração dos escassos recursos em poucos serviços biomédicos e deixando muito negligenciados os cuidados de base comunitária e as diversas modalidades de reinserção social, de cuidado e de incidência na determinação da saúde mental e sua relação com as condições de vida – sofrimentos psíquicos que demandam transformação da realidade, mas também uma extensa rede de serviços de seguridade social e não apenas de atenção à saúde.

O Informe do Alto Comissariado destaca que 75% das necessidades em saúde mental estão nos países de baixo e médio ingresso, com um gasto global em saúde mental de 2,1% do gasto total em saúde pública e com um alto grau de problemas de saúde mental nas populações privadas de liberdade e entre afrodescendentes, representando os setores mais excluídos e maltratados pelos sistemas econômicos e sociais hegemônicos. Em contraste nos países da OCDE, alcança-se quase 20% do gasto público total em saúde é para a atenção em saúde mental, o que demonstra a escala das brechas de desigualdades injustas que temos que enfrentar no âmbito comparativo dos sistemas de saúde e de seguridade social.

Se queremos avançar na materialidade dos direitos, rompendo a circularidade da enunciação dos direitos para transformar estados e sociedades conforme esses valores, necessitamos examinar e incidir sobre suas barreiras estruturais.

Onde está o espaço com potencial de afetar as formas em que a realidade hegemônica se reproduz e onde se erigem as formas que limitam a priori as possibilidades de transformação?

A primeira barreira é de ordem epistêmica - temos que pensar o mundo fora da matriz hegemônica, identificando os conceitos e suas ferramentas que reproduzem as impossibilidades impostas como definitivas e que de fato se amparam em mecanismos de submissão e máximo utilitarismo, como o são a arquitetura das dívidas e com a captura por parte do capital financeiro dos recursos dedicados ao social como sendo gastos correntes e não como investimento estratégico no desenvolvimento. Pois uma classificação como investimento, em uma escala suficiente e sustentada, transformaria as políticas de saúde em políticas de expansão das economias nacionais e de desenvolvimento integrado.

De esta forma poderíamos promover um debate que rompa as limitações das políticas de austeridade. Uma boa oportunidade nesta direção é o que apontam os desafios da 4ª Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento (FfD4) em Sevilla em junho 2025 e o documento da UNCTAD de 17 de março de 2025, que volta a insistir sobre a arquitetura das dívidas como o fez antes em seu informe anual de 2017 e que requer retomar um debate casado com o direito ao desenvolvimento, e que permite romper a desassistência programada que naturaliza a insuficiência do acesso à saúde e perpetua a imaterialidade do direito à saúde apesar de tantas declarações.

Crise da dívida: Dívida externa de países em desenvolvimento atinge recorde de US\$ 11,4 trilhões | UN Trade and Development (UNCTAD)* [Debt crisis: Developing countries' external debt hits record \\$11.4 trillion | UN Trade and Development \(UNCTAD\)](#). Acesso em 11 mai. 2025.

“Os países em desenvolvimento estão afundando cada vez mais em uma crise de desenvolvimento impulsionada pela dívida. Sua dívida externa – dinheiro devido a credores estrangeiros – quadruplicou em duas décadas, atingindo um recorde de US\$ 11,4 trilhões em 2023, equivalente a 99% de suas receitas de exportação.

Uma combinação de fatores alimentou esse aumento, incluindo maior endividamento para projetos de desenvolvimento, volatilidade nos preços de commodities e o crescimento dos déficits públicos. A pandemia da COVID-19 agravou a situação, já que os países contraíram empréstimos pesados para compensar os impactos econômicos e financiar medidas de saúde pública.

Embora a dívida possa ser uma ferramenta vital para o crescimento e o desenvolvimento econômico, ela se torna um problema quando os custos do pagamento superam a capacidade de um país de honrá-los. Esse agora é o caso de dois terços dos países em desenvolvimento.

O risco de inadimplência agora ameaça mais da metade dos 68 países de baixa renda elegíveis para o Fundo Fiduciário para Redução da Pobreza e Crescimento do FMI – mais que o dobro do número em 2015.

Inadimplência no desenvolvimento: O custo real da dívida

Quando os governos priorizam o pagamento da dívida em vez de serviços públicos e investimentos, a população paga o preço. Escolas ficam sem recursos, hospitais carecem de suprimentos e a infraestrutura se deteriora.

No entanto, como os mecanismos existentes de reestruturação da dívida são ineficientes e caros, a maioria dos governos evita a inadimplência a todo custo – mesmo que isso signifique sacrificar metas de desenvolvimento e ações climáticas.

Como resultado, os países podem não inadimplir em suas dívidas, mas inadimplam em seu desenvolvimento.

Em 2023, um número histórico de 54 nações em desenvolvimento – quase metade na África – destinou pelo menos 10% dos recursos governamentais ao pagamento de juros da dívida. Hoje, 3,3 bilhões de pessoas vivem em países que gastam mais com pagamentos da dívida do que com saúde ou educação.

Um momento decisivo para a reforma da dívida global.

A 14ª Conferência Internacional sobre Gestão da Dívida, organizada pela UN Trade and Development (UNCTAD) de 17 a 19 de março 2025 em Genebra, reuniu autoridades governamentais, gestores seniores da dívida, especialistas de organizações internacionais, acadêmicos, líderes empresariais e representantes da sociedade civil para examinar as causas da atual crise de desenvolvimento impulsionada pela dívida e explorar soluções.

As discussões se concentraram em construir resiliência, gerenciar riscos e navegar pelas complexidades das crises globais.

Enquanto o mundo avança para a 4ª Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento (FfD4), o encontro da UNCTAD sobre gestão da dívida ajudou a moldar a agenda global de financiamento para o desenvolvimento – da qual a dívida é um elemento crítico. "

Na mesma perspectiva se alinha o debate sobre o possível impacto de um Tratado sobre o Direito ao Desenvolvimento para superar a desassistência programada. [Tackling the 'Planned Lack of Care': Could a Right to Development Treaty Promote Universal Social Protection Systems?](#) Acesso em 11 mai. 2025.

"Nas políticas sociais, pode-se afirmar que a hegemonia existente promoveu um distanciamento progressivo da abordagem de direitos humanos. Isso significa que o universalismo foi substituído pela focalização; a integralidade foi substituída pelo utilitarismo, representado pela relação custo-efetividade ou custo-eficiência aplicada de acordo com as capacidades econômicas das diferentes classes sociais; e o igualitarismo foi substituído por uma "equidade da exclusão", que é funcional a um processo de focalização, oferecendo o que é possível de acordo com a capacidade de cada um ou a capacidade do Estado de fornecer seguros sociais controlados pelo capital financeiro privado (De Negri Filho 2014).

A colonialidade persistente das políticas internacionais foi dramaticamente revelada durante a pandemia da COVID-19. Além do eufemismo de sistemas de proteção social e saúde resilientes, observou-se a "falta planejada de cuidado" ou "miséria planejada", que correspondia a uma insuficiência deliberada, abandonando os sonhos de acesso universal com resultados igualitários e definindo a ausência de robustez dos serviços e sistemas de política social.

O que pode ser definido como "falta planejada de cuidado" é, portanto, a forma adotada pela hegemonia vigente para tornar "natural" o não cumprimento dos direitos, usando o argumento da escassez e sempre opondo a necessidade de mais recursos aos baixos padrões alegados dos serviços públicos, que imporiam reformas extensivas antes da injeção de novos

recursos. Esse debate circular expõe uma estratégia muito oportunista para justificar cortes orçamentários e o atraso na incorporação de mais recursos.

O caminho a seguir é "seguir o dinheiro", buscando total transparência, ao mesmo tempo que se promove a busca por justiça fiscal, a expansão do espaço fiscal e esforços redistributivos, combinando maior tributação sobre fluxos financeiros de capital e a tributação progressiva de renda e propriedades – incluindo impostos sobre grandes fortunas e heranças, bem como taxas alfandegárias e royalties de recursos naturais, atualmente insuficientemente tributados.

A exclusão da propriedade privada sobre bens comuns de interesse público, como água e saneamento, educação, assistência social e serviços de saúde, são recuperações públicas essenciais que precisam ser amplamente implementadas. Sem soberania econômica e redistribuição tributária por meio de serviços públicos, não há possibilidade de sistemas efetivos de proteção social.”

Não existirá possibilidade de alcançar as políticas sociais e a arquitetura de serviços que o informe de saúde mental sugere, sem modificações profundas na economia política dos sistemas de saúde, estaremos sempre canibalizando-nos entre áreas de prioridade sem politizar porque os recursos nacionais são continuamente drenados, impedindo o desenvolvimento onde o setor saúde é um setor econômico estratégico e um fator fundamental de satisfação das demandas democráticas das sociedades.

Resenha do Informe do ACDH, 58ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos. Abril 2025: Saúde Mental e Direitos Humanos

Introdução

Este informe traz o relatório “Saúde Mental e Direitos Humanos” (DOC A/HRC/58/38) do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, submetido na 58ª. sessão do Conselho de Direitos Humanos, conforme a resolução 52/12 (DOC A/HRC/RES/52/12). Traduzimos alguns parágrafos do relatório que contém uma análise dos principais obstáculos e desafios na aplicação de uma abordagem baseada em direitos humanos à saúde mental. O relatório também contém recomendações para a integração de uma abordagem baseada em direitos humanos à saúde mental, abordando os desafios e melhores práticas para implementar medidas normativas e políticas para a realização dos direitos humanos de pessoas com deficiências psicossociais e usuários de serviços de saúde mental.

Contexto

Segundo o relatório, o direito à saúde é reconhecido em vários instrumentos internacionais de direitos humanos, incluindo a Declaração Universal dos Direitos Humanos (art. 25), o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (art. 12), a Convenção sobre os Direitos da Criança (art. 24), a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (art. 25) e a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (arts. 10 (h), 11 (1) (f) and (2), 12 e 14 (2) (b)).

De acordo com as normas e padrões internacionais de direitos humanos, os Estados são obrigados a proteger, respeitar e cumprir todos os direitos econômicos, sociais e culturais. o

Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais observou que, sob o artigo 2 (1) do Pacto²⁷, os Estados partes devem tomar medidas para garantir o gozo dos direitos estabelecidos nele e que essa obrigação inclui a adoção de medidas para garantir o acesso a recursos judiciais eficazes para a proteção dos direitos reconhecidos no Pacto.

Globalmente, os serviços de saúde mental permanecem focados em um modelo biomédico, negligenciando determinantes sociais chave da saúde, como diversidade cultural, experiência vivida e fatores sociais e ambientais. Esse foco não prioriza uma resposta holística, incluindo serviços de saúde comunitários e apoio psicossocial. Como resultado, os sistemas de saúde mental frequentemente são incapazes de fornecer respostas e suporte abrangentes que considerem a complexa interação entre saúde mental e fatores sociais, ambientais, educacionais e econômicos mais amplos.

Formas interseccionais de discriminação e estigma

A discriminação e estigmatização de pessoas com deficiências psicossociais e usuários de serviços de saúde mental permanecem alarmantemente disseminadas ao redor do mundo. Esses desafios se manifestam de várias formas, através de restrições indevidas sistemáticas aos seus direitos humanos devido a barreiras que impedem o acesso igualitário aos serviços e instalações básicas que necessitam. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), mais de 75% das pessoas com transtornos mentais, neurológicos e de uso de substâncias em países de baixa e média renda não recebem nenhum tratamento.

Existem desafios únicos da saúde mental como resultado de fatores biológicos, sociais e culturais que incluem violência baseada em gênero, discriminação racial, e barreiras econômicas e sociais. Pessoas com deficiências psicossociais e usuários de serviços de saúde mental são desproporcionalmente expostos à violência e ao uso excessivo de força por autoridades policiais. Foi demonstrado que pessoas de ascendência africana com condições de saúde mental foram submetidas ao uso excessivo de força pela polícia durante encontros, exacerbando os riscos de lesões ou até mesmo morte durante a prisão.

Da mesma forma, pessoas com deficiências psicossociais e usuários de sistemas de saúde mental são desproporcionalmente expostos aos sistemas de justiça criminal, refletindo múltiplos vetores de discriminação. Por exemplo, o Mecanismo Internacional Independente para Avançar a Justiça Racial e a Igualdade na Aplicação da Lei ficou alarmado com o fato de que um número desproporcional de pessoas com uma condição de saúde mental atual ou deficiência psicossocial estava encarcerado em prisões e cadeias nos Estados Unidos da América: 43% nas prisões estaduais e 44% nas cadeias locais. Muitas dessas pessoas são africanas e descendentes de africanos, fornecendo evidências de que a discriminação racial exacerba a criminalização de indivíduos com deficiências psicossociais. A OMS estima que um terço das pessoas nas prisões na Europa tem uma condição de saúde mental.

Pessoas com experiência vivida de condições de saúde mental ou deficiências psicossociais frequentemente enfrentam estigma entre os profissionais de saúde. Em um

²⁷ Art. 2(1) do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais: “Cada Estado Parte do presente Pacto compromete-se a adotar medidas, tanto por esforço próprio como pela assistência e cooperação internacionais, principalmente nos planos econômico e técnico, até o máximo de seus recursos disponíveis, que visem a assegurar, progressivamente, por todos os meios apropriados, o pleno exercício dos direitos reconhecidos no presente Pacto, incluindo, em particular, a adoção de medidas legislativas”.

relatório publicado em 2021, a OMS mostrou que, em países com supervisão limitada das práticas psiquiátricas, pessoas com condições de saúde mental eram duas a três vezes mais propensas a experimentar coerção em comparação com outros grupos de pessoas. Esses problemas são ainda mais exacerbados pela negação da capacidade legal e pela falta de acesso efetivo à proteção legal contra práticas como detenção arbitrária ou outras violações de direitos humanos.

Práticas coercitivas

Leis e práticas de saúde continuam permitindo o tratamento involuntário e a institucionalização, afetando, em particular, pessoas com deficiências psicossociais. Pessoas com deficiências psicossociais e usuários de serviços de saúde mental permanecem em instituições, confinadas e submetidas a tratamento involuntário, muitas vezes em condições desumanas, incluindo serem acorrentadas

Em média, apenas 2,1% dos orçamentos de saúde globalmente são destinada à saúde mental, dos quais a maioria dos recursos vai para instituições psiquiátricas em vez de cuidados comunitários não biomédicos. Consequentemente, os sistemas de cuidados comunitários são subdesenvolvidos e subutilizados. Os esforços limitados para a transição da institucionalização para serviços e suporte de saúde mental baseados na comunidade são prejudicados por limitações de infraestrutura, subfinanciamento crônico e resistência dentro dos sistemas de saúde mental biomédicos. Essas práticas frequentemente deixam pessoas com deficiências psicossociais ou necessidades de saúde mental para trás.

Sobreviventes da institucionalização psiquiátrica têm demanda por reconhecimento, reparação e indenizações pelas violações de direitos humanos sofridas, em conformidade com o direito internacional dos direitos humanos. Os danos passados e abusos de direitos humanos precisam ser reconhecidos e passos significativos devem ser dados em direção ao reconhecimento e reparações. Isso inclui, mas não se limita a, restituição e reabilitação. Esses passos devem ir além da compensação financeira. Também é essencial priorizar o acesso a cuidados com base na comunidade.

Desafios sistêmicos na legislação e implementação de políticas

Reformas legislativas são necessárias. A maioria dos Estados ratificou tratados de direitos humanos, mas esforços são necessários para incorporar essas obrigações nas leis nacionais e garantir a capacidade de instituições competentes. Outra preocupação relaciona-se tanto com a criminalização do suicídio e das tentativas de suicídio, quanto com o uso de drogas, reforçando o estigma e desencorajando os indivíduos a buscar ajuda.

A Convenção Americana sobre Direitos Humanos, a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, a Carta Árabe sobre Direitos Humanos e a Declaração de Direitos Humanos da Associação das Nações do Sudeste Asiático incluem disposições sobre o mais alto padrão possível de saúde física e mental. Notavelmente, em seus Princípios e Diretrizes sobre a Implementação dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais na Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, a Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos conclama os Estados a 'Integrar os cuidados de saúde mental tanto quanto possível nos sistemas de saúde comunitários e apoiar as pessoas com deficiências a viverem de forma independente na comunidade, em vez de em instituições. Para isso, são necessários esforços intensificados para tornar os serviços apropriados disponíveis, especialmente para pessoas que vivem em áreas rurais e favelas, e sobreviventes de conflitos.

Acesso a cuidados de saúde mental e apoio

O acesso oportuno aos sistemas de apoio psicossocial é crucial. Condições de saúde mental não tratadas causam mais sofrimento psicológico, exacerbam problemas de saúde física e necessitam de maior uso de cuidados de emergência e serviços sociais, resultando em custos adicionais diretos e indiretos em todo o sistema de saúde, sistemas de bem-estar social e outros setores.

O apoio à saúde mental e as intervenções precoces e direcionadas baseadas em direitos humanos melhoram a qualidade de vida, a produtividade econômica e a resiliência geral de indivíduos e comunidades, reduzindo custos e necessidades a longo prazo. Consequentemente, investir em sistemas de saúde baseados em direitos também é economicamente mais sustentável.

Equipe escolar ao redor do mundo carece de treinamento em saúde mental, deixando crianças e adolescentes frequentemente sem cuidados adequados e oportunos. Consequentemente, muitas vezes os jovens não conseguem acessar cuidados de saúde mental de qualidade e em tempo hábil, deixando condições não identificadas ou piores.

A falta de dados adequados e oportunos

A coleta de dados sobre indicadores, como acesso ao emprego, moradia e educação e a situação socioeconômica geral das pessoas que utilizam serviços de saúde mental, pode fornecer importantes *insights* sobre formas interseccionais de discriminação. Dados mais detalhados também devem ser coletados sobre os impactos indiretos na saúde mental das mudanças climáticas, migração e dificuldades econômicas para informar as respostas de saúde mental.

Participação significativa limitada e inclusão de pessoas com experiência de vida

Comunidades e pessoas com experiência de vida devem ser ativamente envolvidas na elaboração de políticas e legislação sobre saúde mental. (...) O envolvimento de pessoas com experiência de vida tem sido frequentemente moldado por vieses sistêmicos, dificultando sua participação significativa e capacidade de influenciar decisões que as afetam. Além disso, famílias e comunidades são frequentemente excluídas do processo de elaboração e implementação de políticas e legislação de saúde mental. Restrições de recursos têm limitado a capacidade dos Estados de garantir uma participação genuína.

Medidas normativas e políticas para promover uma abordagem baseada em Direitos Humanos

- a) Reformas legislativas e políticas incluem:
 - Adotar, alterar ou implementar legislação baseada em direitos humanos que garanta que políticas de saúde mental forneçam cuidados comunitários de qualidade.
 - Reformas em leis civis sobre capacidade legal e consentimento livre e informado são essenciais para estabelecer cuidados de saúde mental baseados em direitos humanos.
 - Reformas legislativas para descriminalizar o suicídio podem reduzir o estigma e encorajar a busca por apoio psicossocial.
 - A abolição de tutelas e foco em modelos de tomada de decisão apoiada para cuidados de saúde mental.
- b) Serviços com base na comunidade envolvem:

- Priorizar abordagens comunitárias para tratar a saúde mental em conformidade com o direito internacional dos direitos humanos.
- A colaboração entre governos locais, promotores de saúde comunitária e defensores da saúde mental, com a participação de pessoas com experiência de vida.
- Foco holístico no autocuidado, nutrição, condicionamento físico, empoderamento familiar, desenvolvimento de habilidades, apoio à subsistência, assistência entre pares e facilitação do acesso aos serviços comunitários convencionais.

Responsabilização através de monitoramento independente e supervisão

Grupos em situação de marginalização – como aqueles de origens socioeconômicas baixas, minorias ou migrantes – frequentemente carecem de proteção sob as leis de saúde mental. Isso pode resultar em maus-tratos em 'comunidades terapêuticas' e 'campos de oração', onde a prática de acorrentamento e encarceramento ocorre, mesmo que sejam ilegais. A discriminação estrutural e a supervisão insuficiente do Estado frequentemente deixam esses grupos sem acesso à justiça, enquanto o medo da aplicação da lei reforça ainda mais a exclusão. Violações persistentes de direitos humanos, incluindo admissões compulsórias e o uso de instalações desatualizadas, são agravadas pela falta de supervisão independente e responsabilização.

A responsabilização pelo gozo do direito à saúde mental depende de três elementos: (a) monitoramento; (b) revisão independente e não independente, como por órgãos judiciais, quase-judiciais, políticos e administrativos, bem como por mecanismos de responsabilização social; e (c) remédios jurídicos eficazes e reparação completa.

Combate ao estigma e conscientização

Alguns Estados têm liderado campanhas públicas de conscientização sobre saúde mental para reduzir o estigma e prevenir o suicídio. A sociedade civil e outras organizações têm aumentado a conscientização sobre os direitos das pessoas com experiência de vida.

Práticas culturais apropriadas

Particularmente em países onde a qualidade dos serviços é pobre ou não está disponível, indivíduos e suas famílias tendem a buscar práticas alternativas para cuidados de saúde mental, como o apoio de líderes religiosos, xamãs ou terapeutas alternativos.

Incorporar práticas alternativas e indígenas de saúde mental nos modelos convencionais de cuidados de saúde mental pode fornecer suporte culturalmente apropriado e eficaz, desde que essas práticas sejam totalmente compatíveis com os padrões de direitos humanos. O conceito indígena de 'buen vivir' (viver bem), aplicado em alguns países da América Latina, enfatiza comunidade, dignidade e harmonia com a natureza, inspirando reformas na saúde mental que priorizam a relevância cultural. Essa e outras abordagens promovem paradigmas que buscam transformação social ao integrar valores e práticas tradicionais na política de saúde mental, criando modelos de cuidados de saúde mental mais inclusivos e eficazes.

Integração da Saúde Mental na Atenção Primária

Os serviços de saúde mental devem ser acessíveis e disponíveis para todos nos níveis de atenção primária e especializada. Integrar a saúde mental na atenção primária é uma estratégia eficaz para melhorar o acesso para populações carentes e garantir que qualquer pessoa possa acessar serviços de saúde mental em um estágio inicial e próximo de suas casas e comunidades.

Um desenvolvimento promissor nesse sentido é o esforço intensificado para integrar serviços de saúde mental na atenção primária, tornando esses serviços mais acessíveis, aceitáveis, desestigmatizantes, holísticos e culturalmente apropriados (...).

Determinantes Sociais da Saúde Mental

Os determinantes sociais da saúde referem-se aos fatores mais amplos, não biológicos, que influenciam os resultados de saúde, incluindo as condições ambientais, sociais, econômicas e políticas em que os indivíduos vivem, moldadas pela distribuição de recursos, políticas e estruturas sociais. Ação nos setores econômico, social e de justiça é necessária para abordar esses determinantes, por exemplo, por meio de estratégias de antidiscriminação e igualdade de oportunidades, apoio comunitário e sistemas de proteção social, habitação, emprego, ações contra as mudanças climáticas e a promoção de estruturas comunitárias que aumentem o reconhecimento social e o apoio à diversidade.

Durante crises financeiras e econômicas, medidas de austeridade, incluindo a adoção de medidas retrógradas, devem ser adotadas apenas quando inevitáveis. Essas medidas devem ser necessárias e proporcionais, e estar em conformidade com as obrigações internacionais de direitos humanos, incluindo o direito à saúde. Isso inclui prestar mais atenção aos direitos humanos dos cuidadores familiares e à proteção de condições de trabalho justas e favoráveis para trabalhadores de cuidado e apoio. Suas necessidades são frequentemente negligenciadas, enquanto são regularmente expostos a sofrimento mental.

Conclusões e caminho a seguir

A reforma sistêmica dos sistemas de saúde mental é urgentemente necessária, priorizando uma abordagem baseada nos direitos humanos. Isso envolve uma transição de uma ênfase estreita em abordagens biomédicas para uma compreensão mais holística e inclusiva da saúde mental e, portanto, uma transição para cuidados e apoio de saúde mental baseados na comunidade é essencial. Isso requer mudanças na legislação e nas políticas, mudando da institucionalização para cuidados de saúde mental baseados na comunidade e alocando recursos adequados para alternativas de cuidados de saúde mental baseados na comunidade à institucionalização.

Os esforços de reforma legislativa precisam ser acompanhados por esforços para combater o estigma e a discriminação, expandir o acesso a cuidados de saúde mental baseados em direitos humanos e apoio, e construir uma base mais sólida para o trabalho nessa área com base em dados desagregados. Subjacente a todas essas iniciativas deve estar um compromisso fundamental de garantir a participação significativa de pessoas com deficiências psicossociais, aquelas com experiência de vida e usuários de serviços de saúde mental no processo de formulação de políticas relacionadas a essas questões.

O financiamento adequado e a colaboração intersetorial são fundamentais para promover serviços de saúde mental sustentáveis, baseados em direitos humanos e na comunidade. Uma abordagem interseccional é necessária para abordar a discriminação composta com base em raça, status socioeconômico, orientação sexual, deficiência, identidade de gênero e outros fatores que pessoas com condições de saúde mental enfrentam. Esses fatores afetam significativamente os resultados de saúde mental.

Para alcançar esses objetivos, é necessária uma expansão substancial de recursos financeiros para abordagens de saúde mental baseadas em direitos humanos, especialmente

em países de baixa e média renda. Doadores e parceiros de desenvolvimento internacional devem apoiar os países necessitados, e há uma maior necessidade de cooperação internacional para garantir que os sistemas de saúde mental baseados em direitos sejam devidamente financiados. Esse apoio é urgentemente necessário para permitir que os países façam a transição da institucionalização para cuidados de saúde mental baseados na comunidade e nos direitos humanos. Esforços mais amplos para criar espaço fiscal para fornecer os recursos máximos disponíveis com o objetivo de alcançar progressivamente a plena realização dos direitos econômicos, sociais e culturais são necessários, incluindo garantir um padrão de vida adequado, condições de trabalho justas e favoráveis, habitação e acesso à educação.

Recomendações

O Alto Comissário recomenda que os Estados e outras partes interessadas:

(a) Garantam que a legislação nacional sobre saúde mental seja totalmente compatível com as normas e padrões internacionais de direitos humanos. Quando apropriado, a reforma e harmonização da legislação devem servir como um veículo para promover o exercício dos direitos e a inclusão social;

(b) Considerem a adoção de reformas legais, políticas e institucionais sobre as seguintes questões estruturais como uma prioridade:

(i) Mudar o paradigma de abordagens punitivas para medidas centradas na saúde e nos direitos humanos, descriminalizando o suicídio e o uso e posse de drogas para uso pessoal, fornecendo alternativas à prisão; e abordar o estigma e introduzir acesso oportuno a cuidados e apoio. Isso inclui implementar uma abordagem restaurativa que se concentre em fornecer cuidados de saúde mental baseados na comunidade em vez de punição;

(ii) Garantir que o consentimento livre e informado seja a base de todas as intervenções relacionadas à saúde mental, reconhecendo que a capacidade dos indivíduos de tomar decisões sobre seus próprios cuidados de saúde e escolhas de tratamento é um elemento essencial do direito à saúde. Consequentemente, acabar com práticas coercitivas na saúde mental, incluindo internação involuntária, tratamento forçado, isolamento e contenções para respeitar os direitos das pessoas que utilizam serviços de saúde mental. Garantir que todos os sistemas de saúde mental respeitem a autonomia e o consentimento informado das pessoas com deficiências psicossociais e usuários de serviços de saúde mental, de acordo com a lei internacional de direitos humanos;

(iii) Tomar medidas, com o máximo de seus recursos disponíveis, com o objetivo de garantir que os serviços de saúde mental sejam disponíveis, acessíveis, equitativos e culturalmente apropriados, incluindo para grupos em situações marginalizadas ou vulneráveis;

(c) Priorizar a mudança de cuidados de saúde mental institucionais para cuidados de saúde mental baseados na comunidade e nos direitos, e serviços de apoio que enfatizem a recuperação, autodeterminação e integração social;

(d) Integrar intervenções lideradas pela comunidade e por pares que sejam culturalmente apropriadas em iniciativas de saúde mental. Alocar recursos suficientes para a saúde mental, em particular para cuidados de saúde mental baseados na comunidade e apoio.

Levar em conta as necessidades de pessoas em áreas rurais, comunidades de baixa renda e populações marginalizadas;

(e) Realizar campanhas nacionais para combater o estigma da saúde mental, incluindo as vozes daqueles com experiência de vida e promover a conscientização e compreensão da sociedade.

(f) Garantir que agentes da lei, profissionais de saúde, formuladores de políticas e líderes comunitários recebam treinamento direcionado para abordar preconceitos, adotar abordagens baseadas em direitos e combater o estigma e o abuso, conforme exigido pela lei internacional de direitos humanos. Desenvolver programas abrangentes focados nas necessidades de mulheres, crianças, pessoas com deficiência, jovens, indivíduos LGBTQ+, refugiados e minorias para promover equidade e inclusão;

(g) Implementar programas de benefícios sociais não contributivos para pessoas com condições de saúde mental, com o objetivo de abordar desigualdades sistêmicas e garantir um padrão de vida adequado, em conformidade com os padrões internacionais de direitos humanos;

(h) Estabelecer sistemas robustos para a coleta de dados desagregados sobre saúde mental, levando em consideração interseções com raça, gênero e fatores socioeconômicos, e abordar disparidades;

(i) Estabelecer mecanismos de justiça reparadora para sobreviventes de práticas coercitivas de saúde mental, incluindo compensação financeira, desculpas públicas e supervisão liderada pela comunidade, consistente com os princípios de justiça e reparações sob a lei internacional de direitos humanos.

Conclusão

A conclusão que podemos absorver do relatório "*Mental health and human rights*" do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos está relacionado à urgência necessária uma reforma sistêmica dos sistemas de saúde mental, priorizando uma abordagem baseada nos direitos humanos, envolvendo uma transição da ênfase da abordagem biomédica para uma compreensão mais holística e inclusiva da saúde mental, com base na comunidade e na rede de apoio.

As reformas legislativas devem ser acompanhadas por esforços para combater o estigma e a discriminação, expandir o acesso a cuidados de saúde mental baseados em direitos humanos e apoio, e construir uma base mais sólida para o trabalho nessa área com base em dados desagregados. É fundamental garantir a participação significativa de pessoas com deficiências psicossociais, aquelas com experiência de vida e usuários de serviços de saúde mental no processo de formulação de políticas relacionadas a essas questões.

Além disso, é necessário um financiamento adequado e colaboração intersetorial para promover serviços de saúde mental sustentáveis, baseados em direitos humanos e na comunidade. Uma abordagem interseccional é necessária para abordar a discriminação composta com base em raça, status socioeconômico, orientação sexual, deficiência, identidade de gênero e outros fatores que pessoas com condições de saúde mental enfrentam. Esses fatores afetam significativamente os resultados de saúde mental.

Para alcançar esses objetivos, é necessária uma expansão substancial de recursos financeiros para abordagens de saúde mental baseadas em direitos humanos, especialmente em países de baixa e média renda. Doadores e parceiros de desenvolvimento internacional devem apoiar os países necessitados, e há uma maior necessidade de cooperação internacional para garantir que os sistemas de saúde mental baseados em direitos sejam devidamente financiados. Esse apoio é urgentemente necessário para permitir que os países façam a transição da institucionalização para cuidados de saúde mental baseados na comunidade e nos direitos humanos.

Referências

Organização das Nações Unidas. Conselho de Direitos Humanos. **Saúde Mental health and human rights.** Disponível em: <https://docs.un.org/en/A/HRC/58/38> Acesso em 09 mai. 2025.

COPs das Convenções de Basileia, Roterdã e Estocolmo de 2025

Danielly Magalhães

Guto Galvão

Resumo: As reuniões conjuntas de 2025 das Convenções de Basileia, Roterdã e Estocolmo (BRS) aconteceram em Genebra, de 28 de abril a 9 de maio. Entre os principais resultados, destaca-se a inclusão de novos produtos químicos nas listas de controle, como carbossulfan, e clorpirifós. A Convenção de Basileia atualizou sua definição de operações de descarte e incluiu resíduos têxteis como prioridade. A de Estocolmo passou a restringir ácidos perfluorados e parafinas cloradas, associados a sérios riscos à saúde. Países em desenvolvimento enfatizaram o impacto desproporcional dos resíduos e pediram mais apoio financeiro e técnico; já países desenvolvidos apoiaram avanços técnicos, mas hesitaram quanto a compromissos financeiros vinculativos. As próximas COPs ocorrerão no Panamá em 2027, com trabalhos intersessionais focados em financiamento regional e combate à poluição plástica.

Summary: *The 2025 joint meetings of the Basel, Rotterdam, and Stockholm (BRS) Conventions took place in Geneva from April 28 to May 9. Key outcomes included the addition of new chemicals to control lists, such as carbosulfan and chlorpyrifos. The Basel Convention updated its definition of disposal operations and prioritized textile waste. The Stockholm Convention began restricting perfluorinated acids and chlorinated paraffins, which are linked to serious health risks. Developing countries emphasized the disproportionate impact of hazardous waste and called for increased financial and technical support, while developed countries supported technical progress but were reluctant to commit to binding financial obligations. The next COPs will take place in Panama in 2027, with intersessional work focusing on regional financing strategies and tackling plastic pollution.*

As reuniões conjuntas de 2025 das Conferências das Partes (COPs) das Convenções de Basileia, Roterdã e Estocolmo (BRS) foram realizadas em Genebra, Suíça, de 28 de abril a 9 de maio de 2025. Mais de 1.600 participantes compareceram, incluindo 1.190 representantes de Estados de 191 países, 95 de agências da ONU e mais de 300 de organizações observadoras.

Realizadas sob o tema "Tornando visível o invisível", as COPs tiveram como objetivo abordar a crescente complexidade e o impacto global de produtos químicos e resíduos perigosos na saúde e no meio ambiente. Os principais objetivos incluíam melhorar a cooperação entre as convenções, fortalecer a conformidade e avançar nas decisões que garantem o gerenciamento adequado de produtos químicos e resíduos - especialmente diante de poluentes emergentes e fluxos de resíduos em expansão, como plásticos, lixo eletrônico e têxteis. Os documentos das reuniões podem ser encontrados [no website do evento](#) e um resumo mais completo pode ser encontrado [no website do IISD](#) ou ainda as principais discussões [em cada dia](#).

2. Sobre os três acordos

As Convenções de Basileia, Roterdã e Estocolmo são três acordos internacionais fundamentais que abordam os riscos globais representados por produtos químicos e resíduos perigosos. Embora cada convenção tenha sido criada em um momento diferente com um foco

distinto, elas agora são discutidas e implementadas juntas devido às suas fortes interconexões e objetivos compartilhados.

A **Convenção de Basileia**, adotada em 1989 e entrando em vigor em 1992, foi estabelecida em resposta à crescente preocupação internacional com o movimento de resíduos perigosos - particularmente a prática de exportar resíduos tóxicos de países desenvolvidos para países em desenvolvimento. O seu principal objectivo é reduzir a produção e o movimento transfronteiriço de resíduos perigosos e garantir que esses resíduos sejam geridos de uma forma ambientalmente correcta (ESM). A Convenção promove o tratamento e a eliminação de resíduos o mais próximo possível da sua origem e exige o consentimento prévio informado para a circulação transfronteiriça de resíduos perigosos. Ele desempenha um papel crítico na proteção da saúde humana e do meio ambiente, especialmente no Sul Global, que muitas vezes carrega o fardo dos resíduos do mundo.

A **Convenção de Roterdã**, adotada em 1998 e entrando em vigor em 2004, foi criada para melhorar a transparência e a cooperação no comércio global de produtos químicos e pesticidas perigosos. Ele introduziu o procedimento de Consentimento Prévio Informado (PIC), que exige que os países exportadores obtenham o consentimento dos países importadores antes de enviar certas substâncias perigosas. O objetivo é capacitar os países – particularmente aqueles com capacidade regulatória limitada – a tomar decisões informadas sobre os produtos químicos que permitem entrar em suas fronteiras. A Convenção aborda uma ampla gama de pesticidas e produtos químicos industriais e visa prevenir danos à saúde e ao meio ambiente causados pela importação não regulamentada ou indesejada de substâncias tóxicas.

A **Convenção de Estocolmo**, adotada em 2001 e também entrando em vigor em 2004, concentra-se em Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs) - produtos químicos altamente tóxicos que permanecem no meio ambiente por longos períodos, se acumulam em organismos vivos e viajam através das fronteiras internacionais. A Convenção busca eliminar ou restringir a produção e o uso desses poluentes, muitos dos quais estão ligados ao câncer, distúrbios reprodutivos e danos ao sistema imunológico. Também apoia os países na gestão de estoques de substâncias proibidas e locais contaminados e promove a adoção de alternativas mais seguras e melhores práticas.

Embora cada Convenção tenha sua própria estrutura e mandato legal, elas agora são implementadas em conjunto por meio de **Conferências das Partes (COPs) coordenadas** – um processo que começou em 2013. Esta abordagem conjunta reflecte a realidade de que muitas substâncias perigosas e fluxos de resíduos são abrangidos por mais do que uma convenção. Por exemplo, uma transferência de lixo eletrônico (abrangida pela Convenção de Basileia) pode conter substâncias regulamentadas pelas Convenções de Estocolmo e de Roterdã. Do mesmo modo, um pesticida incluído na lista da Convenção de Estocolmo pode também estar sujeito aos requisitos PIC da Convenção de Roterdã.

A razão para discutir e implementar essas convenções em conjunto reside na eficiência e coerência que essa abordagem oferece. Ajuda a evitar a duplicação, fortalece o apoio técnico e garante que recursos limitados – especialmente nos países em desenvolvimento – sejam usados de forma eficaz. As COPs conjuntas promovem sinergias por meio de órgãos científicos e técnicos compartilhados, centros regionais de treinamento e apoio e estratégias comuns de conformidade, monitoramento e fiscalização.

Em essência, as Convenções BRS coletivamente formam uma estrutura poderosa para abordar o ciclo de vida de produtos químicos perigosos - desde a produção e comércio até o descarte - ao mesmo tempo em que protegem o meio ambiente e a saúde pública. Sua implementação coordenada permite que a comunidade internacional responda de forma mais eficaz a desafios complexos e transversais, como poluição, mudança climática e a crescente carga de doenças ligadas à exposição a produtos químicos.

3. Principais decisões e resultados

Convenção de Basileia (COP17)

- [Quadro estratégico 2025-2031](#): A Convenção de Basileia adotou um novo quadro que enfatiza a gestão ambientalmente correta (ESM) de resíduos, priorizando a prevenção, reutilização e reciclagem.
- Resíduos têxteis: Reconhecendo o fardo do Sul Global, os resíduos têxteis foram formalmente adicionados como uma área de foco.
- Revisão do Anexo IV: A definição atualizada de "operações de eliminação" clarifica as obrigações em matéria de rastreamento e manuseamento de resíduos.

Convenção de Roterdã (COP12)

- Novas listagens de produtos químicos: A COP aprovou a adição de formulações de carbossulfan e fentião de volume ultrabaixo ao Anexo III, sujeitando-as ao procedimento de consentimento prévio informado (PIC).
- Listagens não resolvidas: Nenhum consenso foi alcançado sobre a listagem de mercúrio, brometo de metila ou clorpirifós - em grande parte devido à resistência política de algumas partes.
- Melhorar a eficácia: Foi adotada uma decisão para fortalecer o funcionamento do Comitê de Revisão de Produtos Químicos.

Convenção de Estocolmo (COP12)

- **Novos POPs listados**: A COP concordou em eliminar o clorpirifós e restringir os ácidos perfluorocarboxílicos de cadeia longa (LC-PFCAs) e as parafinas cloradas de cadeia média (MCCPs). Esses poluentes orgânicos persistentes (POPs) estão ligados a efeitos graves à saúde, incluindo câncer, desregulação endócrina e distúrbios do desenvolvimento.
- **Isenção UV-328**: Uma rara decisão foi tomada para reabrir uma listagem para permitir seu uso limitado em selantes de aeronaves, gerando preocupação sobre o estabelecimento de precedentes.

3. As tensões entre as perspectivas do Norte Global e do Sul Global foram proeminentes ao longo das COPs:

- **Preocupações do Sul Global**: As regiões da África, Árabe, Ásia-Pacífico e GRULAC (América Latina e Caribe) enfatizaram o impacto desproporcional de resíduos perigosos, lixo eletrônico e POPs em suas populações. Eles pediram apoio financeiro, mecanismos de conformidade mais fortes e reconhecimento dos desafios regionais de resíduos. O Grupo Africano propôs uma nova estratégia de mobilização de recursos e pediu

alinhamento com a Convenção de Bamako, com foco na gestão de resíduos tóxicos na África.

- **Posições do Norte Global:** A UE e seus aliados apoiaram diretrizes técnicas mais rígidas e proibições mais amplas de produtos químicos, mas muitas vezes resistiram a compromissos financeiros vinculativos. Alguns países do Norte, incluindo a Federação Russa, se opuseram a referências a obrigações históricas ou responsabilidades de financiamento global, considerando-as politicamente motivadas. Enquanto isso, os países europeus pressionaram por uma integração mais ampla da gestão de produtos químicos e resíduos na governança ambiental global.

4. Os resultados das COPs do BRS 2025 têm implicações significativas para a saúde pública:

- POPs, pesticidas e resíduos industriais listados ou debatidos nas COPs estão ligados a cânceres, atrasos no desenvolvimento e doenças crônicas. Ao restringir essas substâncias, as convenções visam reduzir a exposição humana, particularmente em comunidades informais e de baixa renda, onde as medidas de regulamentação e mitigação são mais fracas.
- As decisões sobre lixo eletrônico, plásticos e resíduos têxteis ajudam a lidar com a contaminação ambiental que afeta diretamente a água potável, a segurança alimentar e a saúde respiratória.
- Ao reforçar o procedimento PIC e revisar o Anexo IV, as COPs ajudam a prevenir transferências ilegais ou perigosas de resíduos perigosos para países vulneráveis, reduzindo a exposição nas comunidades da linha de frente.
- Por meio de uma cooperação aprimorada e da adoção do Plano de Monitoramento Global, a Convenção de Estocolmo melhorará o rastreamento dos níveis de poluentes nas populações humanas e no meio ambiente, especialmente em regiões com capacidade limitada de monitoramento.

5. Olhando para o futuro

Embora tenham sido feitos progressos em várias frentes técnicas e políticas, permanecem lacunas no financiamento e na aplicação. As próximas COPs serão realizadas na Cidade do Panamá em abril de 2027. Enquanto isso, o trabalho intersessional se concentrará em estratégias regionais de mobilização de recursos, relatórios de dados aprimorados e maior coordenação entre convenções e tratados - incluindo aqueles que visam a poluição plástica.

Os resultados das COPs do BRS 2025 ilustram os pontos fortes e os desafios da governança ambiental multilateral. À medida que a fabricação de produtos químicos continua a crescer – especialmente no Sul Global – as decisões das convenções moldarão o cenário global de saúde nos próximos anos.

Conceitos e discursos hegemônicos de ‘sustentabilidade’ e de ‘trabalho sustentável’ são postos em xeque quando comparados com narrativas de comunidades afetadas pela mineração: importância e necessidade do processo de decolonialidade

Hegemonic concepts and discourses of ‘sustainability’ and ‘sustainable work’ are challenged when compared with narratives of communities affected by mining: the importance and necessity of the decoloniality process

René Mendes

Resumo: Para o presente número de Cadernos CRIS foi selecionado um artigo recentemente publicado na *Revista Internacional do Trabalho* (OIT), que foca a diferença de conceitos, valores e discursos a respeito dos conceitos ‘oficiais’ de “sustentabilidade” (como nos ODS, por exemplo) e de “trabalho sustentável” (como o da OIT, por exemplo), quando é aberto espaço de ausculta de populações habitualmente consideradas subalternas ou marginais, como, por exemplo, aquelas que vivem e trabalham em áreas ocupadas pelas grandes empresas de mineração. O estudo selecionado valoriza o **processo de decolonialidade**, comparando duas áreas afetadas pela mesma empresa mineradora, uma em Minas Gerais, no Brasil, e outra no Canadá. Verifica-se que para as populações locais, os critérios e jargões ‘oficiais’, de “trabalho sustentável” não têm significado, além de terem grande conteúdo falacioso. Ao contrário: a noção dominante de ‘trabalho sustentável’ pode ser utilizada para perpetuar estruturas capitalistas coloniais de desigualdade, racismo ambiental e exclusão social, sob o pretexto de “mineração sustentável”. Essa visão não apenas subordina, mas é incompatível com os princípios e práticas normativas enraizadas na reciprocidade, no cuidado com a vida humana e não humana e na reprodução da comunidade, que são encontrados nas narrativas locais mais decolonizadas. Esses princípios reorientam o conceito de trabalho sustentável para além do mercado, oferecendo assim novas bases para orientar políticas públicas e marcos regulatórios sem reforçar os padrões coloniais existentes. Mas para que isso seja possível, essas vozes devem ser ouvidas, reconhecidas e levadas a sério.

Palavras-chave: trabalho sustentável; meios de subsistência; mineração; extrativismo; empregos verdes; abordagens decoloniais; Brasil; Canadá.

Summary: For this issue of *Cadernos CRIS*, a recent article published in the *International Labour Review* (ILO) was selected. It focuses on the difference in concepts, values and discourses regarding the “official” concepts of “sustainability” (such as in the SDGs, for example) and “sustainable work” (such as that of the ILO, for example), when space is opened for listening to populations usually considered subordinate or marginal, such as, for example, those who live and work in areas occupied by large mining companies. The selected study emphasizes the process of decoloniality, comparing two areas affected by the same mining company, one in Minas Gerais, Brazil, and the other in Canada. It is clear that for local populations, the “official” criteria and jargon of “sustainable work” have no meaning, in addition to being highly misleading. On the contrary: the dominant notion of “sustainable work” can be used to perpetuate colonial capitalist structures of inequality, environmental racism and social exclusion, under the pretext of “sustainable mining”. This vision not only subordinates but is incompatible with the normative

principles and practices rooted in reciprocity, care for human and non-human life, and community reproduction that are found in most decolonized local narratives. These principles reorient the concept of sustainable work beyond the market, thus offering new foundations for guiding public policies and regulatory frameworks without reinforcing existing colonial patterns. But for this to be possible, these voices must be heard, recognized, and taken seriously.

Keywords: sustainable work; livelihoods; mining; extractivism; green jobs, decolonial approaches; Brazil; Canada.

INTRODUÇÃO

O número mais recente da *Revista Internacional do Trabalho*²⁸, publicada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 2 de maio deste ano, trouxe uma série de artigos focados nos aspectos conceituais, normativos e políticos do “trabalho sustentável”²⁹. Como parte deste excelente número, selecionamos o artigo (publicado em inglês, espanhol e francês), cuja tradução em português poderia receber este título: **“O trabalho sustentável pode ser descolonizado? Lições de comunidades afetadas pela mineração.”**³⁰ A autoria do artigo é de Ania Zbyszewska, professora de Direito e Trabalho, Departamento de Direito e Estudos Jurídicos da Universidade de Carleton, no Canadá, e de Flávia Maximo, professora de Direito do Trabalho e da Seguridade Social, Faculdade de Direito da Universidade Federal de Ouro Preto, (UFOP), em Ouro Preto/MG.

Nosso artigo trará uma breve ‘panorâmica’ sobre o tema, e depois, alguns dos trechos mais importantes deste artigo serão transcritos. Segundo as autoras, foram abordados os discursos que caracterizam espaços de disputa entre diferentes visões de trabalho e sustentabilidade. Com base em pesquisas em andamento em comunidades afetadas pela mineração no Brasil e no Canadá, as autoras examinaram como os entendimentos decorrentes de políticas dominantes interagem com outras práticas e entendimentos — especialmente aqueles que emanam de perspectivas marginalizadas. Abriu-se, com isto, “vislumbres de uma concepção decolonial de trabalho sustentável”.

Ideia central: perspectivas decoloniais sobre o trabalho sustentável

As estruturas políticas dominantes tendem a definir o **trabalho sustentável** em termos de **“empregos verdes”** e inclusão nos mercados de trabalho capitalistas. Paradoxalmente, essas abordagens frequentemente legitimam setores e práticas econômicas com credenciais de sustentabilidade questionáveis. É o caso da extração de recursos e da mineração em larga escala, que agora são cada vez mais apresentadas como sustentáveis e geradoras de empregos “verdes”, especialmente quando se trata de minerais “críticos” necessários para a transição energética pós-combustíveis fósseis. Essa narrativa ignora os legados coloniais e a violência social e ambiental bem documentada do desenvolvimento extrativista, incluindo seu impacto em outras formas de subsistência.

É possível conceber um trabalho sustentável de forma a evitar ou confrontar diretamente essa instrumentalização? As autoras propõem — com base no pensamento

²⁸ <https://www.ilo.org/es/revista-internacional-del-trabajo>

²⁹ <https://es.ilr-rit.org/issue/1676/info/>

³⁰ <https://www.ilo.org/es/resource/news/puede-el-trabajo-sostenible-ser-descolonizado-lecciones-de-comunidades>

decolonial desenvolvido na América do Norte e do Sul — que tal alternativa deve ser fundamentada em valores de **reciprocidade, cuidado com as pessoas, comunidade e natureza não humana**, bem como no reconhecimento de **formas de subsistência além das estruturas capitalistas**. As duas experiências de estudo oferecem exemplos que aproximam esses valores.

Estudos de caso: narrativas contrastantes no Brasil e no Canadá

Sudbury, uma cidade mineira que já foi reconhecida como uma das maiores fontes de poluição por enxofre no mundo, agora é conhecida por seus esforços de ‘ecologização’. Embora permaneça atrelada à lógica extrativista, tanto o governo quanto empresas como a Vale, gigante brasileira da mineração, citam Sudbury como exemplo de boas práticas ambientais. O envolvimento de nações indígenas locais por meio de acordos sobre mineração, treinamento e emprego acrescenta legitimidade a essas iniciativas de sustentabilidade. Embora alguns grupos comunitários defendam visões alternativas, a narrativa predominante é que empregos na extração de recursos e na mineração podem ser sustentáveis e necessários para uma transição verde.

Em contraste, em Antônio Pereira — um distrito de Ouro Preto, Brasil — a inclusão de populações marginalizadas e dimensões ecológicas continua marginalizada no discurso corporativo, apesar da publicidade da Vale por seu papel em tornar Sudbury mais verde. Antônio Pereira está há muito tempo exposto aos impactos sociais, ambientais e econômicos da mineração em larga escala, incluindo os riscos associados ao armazenamento de rejeitos de mineração e, recentemente, ao deslocamento forçado de parte de sua população devido ao descomissionamento da barragem Doutor da Vale. A população do distrito, predominantemente afrodescendente, obteve poucos benefícios econômicos do desenvolvimento extrativista. Aqui, movimentos de resistência — especialmente aqueles liderados por mulheres — desafiam a visão dominante ao destacar concepções alternativas de sustentabilidade baseadas no cuidado e em economias baseadas na terra.

Por que isso é importante?

Segundo as autoras, essas visões conflitantes trazidas no artigo ressoam com os discursos de outros atores — sindicatos de trabalhadores da mineração, garimpeiros de Antônio Pereira, associações indígenas que promovem inclusão econômica e outros ativistas comunitários e ambientais — e destacam a importância de localizações geopolíticas e de “corpo político”, bem como demandas locais específicas.

Para elas, a noção dominante de trabalho sustentável pode ser usada para perpetuar **estruturas capitalistas coloniais** de **desigualdade, racismo ambiental** e **exclusão social**, sob o pretexto de “mineração sustentável”. Essa visão não apenas subordina, mas é incompatível com os princípios e práticas normativas enraizadas na **reciprocidade**, no **cuidado com a vida humana e não humana** e na **reprodução da comunidade**, que também foram encontradas em algumas das histórias analisadas. Esses princípios reorientam o conceito de **trabalho sustentável** para além do mercado, oferecendo assim novas bases para orientar políticas públicas e marcos regulatórios sem reforçar os padrões coloniais existentes. Mas para que isso seja possível, essas vozes devem ser ouvidas, reconhecidas e levadas a sério.

Conclusão: Rumo a uma compreensão mais inclusiva do trabalho sustentável

A **decolonialidade** é um processo contínuo de luta anticolonial que envolve um desligamento epistemológico e político das estruturas de poder coloniais. Isso representa um

desafio particular quando se fala sobre o significado do **trabalho sustentável**, uma vez que a colonialidade limita imaginários alternativos. As abordagens tradicionais já reconheceram a necessidade de melhorar a sustentabilidade ecológica e entender o trabalho como um conjunto mais amplo de práticas. “Como podemos avançar e transformar as estruturas de sustentabilidade para refletir as experiências e necessidades reais das comunidades mais afetadas pelo extrativismo?” desafiam as autoras.

O artigo completo pode ser lido em espanhol³¹ ou em inglês³², e recomendamos sua leitura atenta e discussão.

TRECHOS SELECIONADOS DO ARTIGO ORIGINAL

“Narrativas de trabalho sustentável em comunidades afetadas pela mineração. Articulação de um conceito decolonial”

Resumo: Os conceitos de trabalho sustentável defendidos por agências das Nações Unidas, como a OIT, promovem economias verdes e inclusivas. Por meio de uma análise narrativa de inspiração decolonial de fontes textuais e audiovisuais relacionadas a comunidades afetadas pela mineração no Brasil e no Canadá, examina-se como essas concepções predominantes são adotadas e questionadas na prática. Analisam-se essas narrativas em relação a diversas características que uma concepção decolonial de trabalho sustentável pode conter. Enquanto as concepções decoloniais se concentram no cuidado com as pessoas e a terra, na dependência ecológica, na reverência à vida e no trabalho reprodutivo, as noções predominantes de trabalho sustentável são frequentemente instrumentalizadas para legitimar práticas irreconciliáveis com as visões decoloniais

1. Introdução

No discurso hegemônico, especialmente em uma perspectiva internacional, o conceito de **trabalho sustentável** está associado às diretrizes políticas sobre a **economia verde** e os **objetivos de desenvolvimento sustentável**. Sua manifestação mais notável, como formulada por várias agências das Nações Unidas, é o trabalho “decente” ou “digno”, ou empregos “verdes”. Segundo a OIT, esses são empregos que “contribuem para a preservação e restauração do meio ambiente” (OIT 2016), bem como “para a erradicação da pobreza e a inclusão social” (OIT 2015, 4; OIT 2012). Uma característica fundamental do trabalho sustentável, conforme declarado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, é que ele promove o desenvolvimento humano ao mesmo tempo que “reduz ou elimina externalidades negativas que podem ser vivenciadas em diferentes contextos geográficos e temporais” (PNUD 2015, 37). Essa característica nos incentiva a excluir da categoria aqueles setores econômicos e empregos que contribuem para o esgotamento de recursos e geram encargos sociais e ambientais significativos local e globalmente, inclusive para as gerações futuras. No entanto, como argumenta este artigo, a instrumentalização de concepções dominantes de sustentabilidade pode legitimar práticas econômicas que, embora sustentáveis no sentido de que se baseiam no cuidado com as pessoas e com a Terra, parecem irreconciliáveis com o conceito de trabalho sustentável. Especificamente, a extração de recursos e a mineração em larga escala, especialmente para os chamados minerais “críticos”, são frequentemente apresentadas como uma fonte sustentável de empregos “verdes”. Isso ocorre apesar da óbvia violência ambiental e social do extrativismo (Shapiro e

³¹ <https://es.ilr-rit.org/article/pubid/18835/>

³² <https://en.ilr-rit.org/issue/1677/info/>

McNeish 2021), principalmente por causa de sua incompatibilidade com outras estratégias de subsistência e as implicações conceituais do trabalho sustentável.

A incongruência inerente ao conceito de atividades (e empregos) "verdes" na indústria extrativa é representativa de contradições mais amplas nas abordagens políticas dominantes sobre a sustentabilidade e sua relação com o trabalho. Por um lado, muitas políticas das Nações Unidas reconhecem que o trabalho sustentável é um conjunto de práticas que vão além de "postos de trabalho e emprego", incluindo cuidados, voluntariado e outras formas de trabalho não remunerado fora do mercado de trabalho (PNUD 2015). Diversos meios de subsistência também são levados em consideração, incluindo aqueles de comunidades tradicionais e povos indígenas (OIT 2019a), que frequentemente estão vinculados ao cuidado da terra em uma relação de interdependência e baseados em sistemas econômicos e de conhecimento não capitalistas ou híbridos. Por outro lado, a atenção dada à integração e formalização do mercado de trabalho (OIT 2019b), e ao crescimento como parte inerente do desenvolvimento sustentável, continua muito presente mesmo em políticas que concebem o trabalho e os meios de subsistência de forma mais ampla. A agenda de formalização da OIT, elogiada por seu compromisso com o trabalho digno e a extensão de proteções aos trabalhadores mais vulneráveis, também foi criticada por agrupar um conjunto cada vez maior de pessoas e estratégias de subsistência em estruturas de produção capitalistas, divisões globais de trabalho racializadas e de gênero e relações coloniais em andamento (Ashiagbor 2019). Da mesma forma, o mundo acadêmico criticou a insistência em um modelo de desenvolvimento baseado no crescimento porque ele reifica o que, na verdade, é um fator-chave para a insustentabilidade (Littig 2018; Rai, Brown e Ruwanpura 2019), alguns deles defendendo estratégias de desenvolvimento que se afastam radicalmente da linha dominante ('mainstream') (Gudynas 2011; Kothari, Demaria e Acosta 2014).

Este artigo investiga as contradições inerentes às concepções hegemônicas de trabalho sustentável, examinando como elas se manifestam em comunidades afetadas pela atividade de mineração, em comparação com outras concepções e práticas, especialmente aquelas que emanam de perspectivas marginalizadas, que desafiam os modelos predominantes. A análise é baseada em teorias contra hegemônicas que não inspiraram políticas dominantes porque vêm de sujeitos subalternos. Tradições de conhecimento não ocidentais, negras e indígenas são exemplos de perspectivas marginalizadas ou contra hegemônicas porque foram subordinadas a normas e ideias decorrentes de sistemas de conhecimento eurocêntricos, masculinos e brancos. A dominação epistêmica, ou hegemonia, desses sistemas tem sido um instrumento fundamental para manter e consolidar hierarquias construídas em eixos de gênero, raça e coloniais nas atividades dos capitalismo modernos (Lugones 2008; Coulthard 2014). Essa mesma hegemonia também determina como as condições trabalhistas, territoriais e ambientais são articuladas entre si (Zbyszewska e Maximo 2023) e, por extensão, como o trabalho sustentável é conceituado na política dominante. Para vislumbrar outras formas de entender o trabalho sustentável, é preciso questionar e descentralizar concepções hegemônicas.

Este artigo articula esse questionamento com uma abordagem decolonial. Entre as teorias contra hegemônicas, a abordagem decolonial oferece um método que não simplesmente adiciona perspectivas subalternas às categorias normativas e regulatórias existentes (por exemplo, trabalho), o que constituiria um mero apêndice às concepções dominantes, mas busca uma mudança mais profunda, a ponto de teorias e práticas subalternas se tornarem centrais para reestruturar conceitos e estruturas normativas (incluindo aqueles relacionados ao trabalho e à sustentabilidade), em vez de simplesmente adaptá-los para mitigar os piores excessos do

capitalismo racial/colonial (Smith 1999; Gudynas 2011). Um conceito decolonial de trabalho sustentável se concentrará em atender às necessidades da comunidade, integrando o trabalho à natureza em um vínculo indissolúvel e regulando-o por meio de critérios estabelecidos coletivamente que dão centralidade ao cuidado da vida, elementos compatíveis com os valores de reciprocidade expressos em muitas perspectivas subalternas (Corntassel 2012; Coulthard 2014; Tzul Tzul 2015; Bispo dos Santos 2018). Em última análise, tal conceito será fundamentado, localizado e orientado em torno de práticas. Portanto, provavelmente será compreendido e materializado de diferentes maneiras.

Para compreender as concepções existentes na prática, é realizada uma análise preliminar das diferentes narrativas sobre o significado do trabalho sustentável em duas comunidades — Antônio Pereira (Brasil) e Sudbury (Canadá) — onde os autores deste artigo estão conduzindo pesquisas em andamento. Ao longo da história, ambas as comunidades foram afetadas pela extração intensa de recursos, ambas abrigam grandes operações de mineração de propriedade da gigante brasileira de mineração Vale S.A. e sofrem persistentes problemas sociais e ambientais causados pelas práticas do setor. No entanto, há diferenças importantes entre os dois em termos da distribuição de benefícios e danos resultantes do extrativismo e da integração da população local na mineração industrial, um processo no qual raça, gênero, indigeneidade e colonialidade são eixos-chave da "marginalidade". Embora ambos sejam espaços de colonização, eles se encaixam diferentemente na matriz geopolítica colonial devido à sua localização nos hemisférios Sul e Norte, respectivamente. Consequentemente, as concepções de raça e gênero nestes locais são distintas, assim como as exigências de justiça racial e decolonial.

Como o trabalho sustentável é entendido nessas duas comunidades? Até que ponto as narrativas que operam na prática ecoam as perspectivas hegemônicas da política dominante ou se inclinam para uma abordagem decolonial? É possível conciliar as perspectivas daqueles afetados de diversas maneiras pela mineração, que ganham a vida por vários meios (dentro e fora do setor extrativo), com o conceito dominante de trabalho sustentável? Esta análise narrativa é baseada em documentos recentes e disponíveis gratuitamente, produzidos por atores da indústria, do governo e da sociedade civil.

O artigo está estruturado da seguinte forma. Após descrever a metodologia decolonial e os estudos de caso com mais detalhes (seção 2), são apresentadas as narrativas de trabalho sustentável extraídas das fontes documentais (seção 3). Em seguida, analisa-se a convergência ou divergência dessas narrativas em relação às concepções hegemônicas de trabalho sustentável predominantes nas políticas públicas (seção 4). Como se verá, muitas das narrativas reproduzem integralmente ou evocam parcialmente concepções hegemônicas, enquanto outras respondem a uma cultura baseada no cuidado com as pessoas e com a terra, na dependência ecológica, no trabalho reprodutivo e no respeito à vida. Além disso, as concepções políticas dominantes de trabalho sustentável são frequentemente instrumentalizadas para legitimar práticas que são absolutamente irreconciliáveis com essas últimas perspectivas. Por fim, defende-se um conceito decolonial de trabalho sustentável que abarque a multiplicidade de modos de vida e esteja em sintonia com a heterogeneidade do conhecimento e a interdependência das vidas que habitam a Terra (seção 5).

2. Metodologia e estudos de caso

2.1. A decolonialidade como método

A decolonialidade concebida como método é uma abordagem que, para muitos autores, deve ser aplicada em qualquer tipo de pesquisa sociológica, independentemente de seu referencial teórico (Lugones 2008; Datta 2018). Alguns argumentam que a pesquisa sem decolonialidade pode perpetuar a opressão de povos marginalizados, incluindo comunidades indígenas, reforçando a desigualdade econômica e racial e prejudicando os meios de subsistência tradicionais (Smith 1999; Rivera Cusicanqui 2010). A prática da decolonialidade na pesquisa envolve reconhecer o pluralismo epistêmico, considerando prioritariamente o conhecimento produzido por sujeitos subalternos, sem “essencializá-los”. Portanto, delimitar um único conceito, que no nosso caso se refere ao significado de trabalho sustentável, seria contrário à própria abordagem decolonial. No entanto, é possível determinar alguns princípios orientadores para definir um espectro de interpretações marginais deste conceito (Corntassel 2012; Tzul Tzul 2015).

O pensamento decolonial se baseia em perspectivas que emanam de saberes contra hegemônicos, como os produzidos por mulheres e povos negros e indígenas, relegados na modernidade a um status subalterno ou marginal. Todas estas tradições heterogêneas reconhecem de várias maneiras o valor da própria natureza e concebem os meios de vida, reprodução social e socialidade como aspectos ligados à terra e ao território, bem como ao gênero, raça e posição geopolítica (Gudynas 2011). Essa visão impacta a maneira como entendemos a sustentabilidade, incluindo o trabalho sustentável. Segundo essa leitura da literatura decolonial, incluindo o ressurgimento indígena, o conceito de trabalho sustentável apresentaria as seguintes características: seria definido democraticamente, visaria à sustentabilidade da vida humana e não humana e pressuporia a indissociabilidade entre natureza, trabalho e comunidade (Corntassel 2012; Coulthard 2014; Tzul Tzul 2015; Bispo dos Santos 2018). Essas características e dimensões são inspiradas em diversos princípios indígenas e negros baseados na reciprocidade, ou seja, no estabelecimento de relações sociais anticapitalistas contrárias à lógica predatória do capital que se manifesta no extrativismo de recursos naturais — humanos ou não — e que também está vinculado à cultura e a normas profundamente arraigadas (Gudynas 2011; Coulthard 2014; Shapiro e McNeish 2021; Machado Araoz 2023). Ou seja, trata-se de ‘desmercantilizar’ o trabalho e a natureza de forma a levar em conta as relações de poder raciais e geopolíticas estabelecidas durante a colonização. Nesse sentido, os modos participativos de governança ou democracia direta são aspectos intrínsecos da reciprocidade, que aspiram a integrar coletivamente o cuidado da vida humana e não humana como elemento central das relações comunitárias, sem hierarquias de posições e saberes (Corntassel 2012; Coulthard 2014; Tzul Tzul 2015; Simpson 2017; Bispo dos Santos 2018).

Consequentemente, os estudos decoloniais tendem a destacar a incompatibilidade do trabalho em um sistema capitalista racial/colonial com a ideia de sustentabilidade (Gudynas 2011; Corntassel 2012), dois conceitos considerados irreconciliáveis, uma vez que a essência do capitalismo reside na exploração/expropriação ilimitada da natureza e do trabalho humano (Gudynas 2011; Simpson 2017). A perspectiva decolonial entende o capitalismo como um sistema inerentemente racial/colonial porque, desde a colonização das Américas, ele se baseia em regimes de acumulação baseados no extrativismo, reproduzidos por meio da discriminação racial e de gênero na divisão do trabalho, articulando todas as formas históricas de controle do trabalho em torno do capital (Quijano 2000; Corntassel 2012). A “colonialidade do poder” ainda está viva e continua a minar a vida nos países pós-coloniais do chamado Sul global e nos espaços

onde o colonialismo de povoamento persiste (Quijano 2000; Simpson 2017). Portanto, a colonialidade difere do colonialismo, pois não se limita ao momento de controle territorial colonial por uma metrópole (Quijano 2000).

Assim, a decolonialidade é um processo contínuo de luta anticolonial que implica um desligamento epistêmico e político dos padrões de poder colonial (Quijano 2000; Denzin, Lincoln e Smith 2008; Corntassel 2012; Coulthard 2014). O desafio é complexo quando se trata de entender os conceitos de trabalho sustentável, visto que a colonialidade reprime imaginários alternativos. Em referência ao ressurgimento indígena, Corntassel (2012, 95) aponta que a colonialidade inculca "a falsa premissa de que não há alternativas legítimas ao sistema de mercado, o que serve para enfraquecer a confiança dos povos indígenas e questionar sua própria capacidade de imaginar qualquer coisa além do desenvolvimento econômico como um canal viável para o ressurgimento".

Além disso, descolonizar o conhecimento não significa impor teorias sobre as experiências como muitas intervenções acadêmicas fazem, aplicando sua visão "universal" de práticas de base (Rivera Cusicanqui 2010; Coulthard 2014; Simpson 2017; Picq, Paza Guanolesma e Pérez Guartambel 2017). Uma abordagem decolonial deve operar por meio de "relações de respeito que permitam que experiências ativistas informem a teoria acadêmica e vice-versa, relações nas quais os acadêmicos podem e devem encontrar suas próprias maneiras de se envolver com a teoria e a práxis" (Picq, Paza Guanolesma e Pérez Guartambel 2017, 415). Portanto, a abordagem decolonial exige que toda pesquisa seja enquadrada dentro de uma geopolítica e 'corporopolítica' do conhecimento, o que significa compreender as inter-relações dessas posições (espaciais e corporais) com o sujeito investigado, para subverter o universalismo do eurocentrismo (Anzaldúa 1987; Datta 2018). Ao tentar construir pontes entre conhecimento e prática, é essencial considerar a própria conexão com os territórios e sujeitos analisados. Portanto, neste artigo, as localidades de Antônio Pereira (Brasil) e Sudbury (Canadá) foram escolhidas como estudos de caso para análise narrativa em relação à própria 'posicionalidade' dos autores como pesquisadores que habitam espaços coloniais de povoamento no Brasil e no Canadá. Embora o artigo não se baseie em dados obtidos por meio do envolvimento explícito da comunidade, o projeto de pesquisa mais amplo em andamento envolve a construção desses tipos de relacionamentos em ambos os locais de estudo, um processo que já começou por meio da pesquisa de campo.

Ao analisar as narrativas de trabalho sustentável no caso de Antônio Pereira e Sudbury, a abordagem decolonial também leva em conta que as concepções dominantes e contra hegemônicas não são hermeticamente separadas, mas podem se sobrepor em maior ou menor grau, inclusive na maneira como certos atores articulam suas concepções (Maldonado-Torres 2007). Para compilar essas diferentes narrativas, as autoras basearam-se em artigos de imprensa recentes disponíveis publicamente, documentos de políticas, sites institucionais, documentários em áudio e audiovisual e outras fontes semelhantes. O artigo examina produtos produzidos pelo governo e agências públicas em diferentes níveis jurisdicionais, empresas, sindicatos e organizações de trabalhadores, organizações não governamentais e comunitárias, e a imprensa. Como as fontes são textuais e audiovisuais, é importante lembrar que elas não refletem necessariamente com exatidão a realidade observada na pesquisa de campo. Na próxima fase deste projeto, as narrativas aqui apresentadas serão comparadas com os depoimentos orais coletados durante o trabalho de campo. Antes de passar para a análise dos principais temas narrativos, serão fornecidas algumas informações históricas sobre Sudbury e Antônio Pereira.

As seções abaixo não foram transcritas e traduzidas, por razões de espaço:

2.2. Contextualização histórica dos casos estudados

3. Narrativas de trabalho sustentável em Sudbury e Antônio Pereira

3.1. Mineração como emprego sustentável

3.2. Trabalho sustentável como modo de vida

3.3. O cuidado como elemento central do trabalho sustentável

4. Rumo a um conceito descolonial de trabalho sustentável

As narrativas de diferentes atores sobre o trabalho sustentável em Sudbury e Antônio Pereira destacam a diversidade de perspectivas que coexistem nesses dois lugares geopoliticamente distantes. A documentação analisada mostra que, ao lado de abordagens mais próximas dos conceitos de **trabalho sustentável** da política dominante, existem múltiplas narrativas contra hegemônicas que sugerem a possibilidade de uma mudança na abordagem política. Primeiramente, serão analisadas as manifestações da abordagem dominante. Em seguida, seguindo o método decolonial, serão apontadas as dimensões contra hegemônicas que aparecem nas narrativas analisadas. O objetivo é avançar em direção a um conceito de **trabalho sustentável** que facilite um processo contínuo de desligamento do paradigma de conhecimento capitalista racial/colonial, ainda visível na mercantilização do nexos trabalho-natureza e nos processos regulatórios relacionados.

As narrativas dominantes de ‘ecologização’ e remediação são frequentemente invocadas para fins instrumentais, para justificar e consolidar o *status quo*. No caso de Sudbury, a narrativa de que empregos na mineração podem ser sustentáveis e são, de fato, necessários para a transição ecológica é promovida localmente, mas também é “vendida” no exterior por meio de campanhas de comunicação da Vale e de atores governamentais. Esse discurso está alinhado às diretrizes políticas da OIT e das Nações Unidas, o que lhe confere legitimidade, independentemente de essas organizações pretenderem ou não apoiar as narrativas promovidas pelas grandes empresas. A narrativa dominante obscurece conceitos alternativos de trabalho sustentável, como aqueles propostos por alguns dos grupos comunitários estudados. A Vale destaca seus esforços em Sudbury como um exemplo de boas práticas e estabeleceu parcerias com nações e comunidades indígenas para impulsionar o treinamento e o emprego. Esta estratégia é um exemplo claro de ‘ecoimpostura’ (ou ‘ecoimposição’). Entretanto, assim como em Sudbury a empresa tem incentivos para incluir trabalhadores indígenas para dar credibilidade às suas iniciativas de sustentabilidade, em Antônio Pereira a dimensão ambiental continua sendo um aspecto tangencial no discurso da empresa e do sindicato. Isso indica que a narrativa hegemônica, embora presente em ambos os locais, difere de acordo com sua posição geopolítica. Assim, a colonialidade opera de forma diferente no Norte e no Sul, manifestando-se em diferentes marcos regulatórios e respostas corporativas dependendo do território em questão.

Essas dinâmicas também permitem diferenciar as diversas narrativas agrupadas na categoria “trabalho sustentável como meio de vida”. Neste caso, entende-se por trabalho sustentável aquele que garante autonomia e sobrevivência, seja pelo acesso a bons empregos sindicalizados, a empregos de qualidade na economia formal em geral, ou a empregos no setor informal de mineração, como os garimpeiros. Todas essas narrativas convergem com as da Vale

e da indústria de mineração na ideia de que a mineração pode ser sustentável, embora difiram na forma como entendem e implementam a sustentabilidade.

Da perspectiva dos trabalhadores sindicalizados em ambos os contextos, os benefícios socioeconômicos são aspectos essenciais do trabalho sustentável. No entanto, isso é concebido como um trabalho típico, sem levar suficientemente em conta sua composição de gênero, raça e colonial, nem é dada atenção ao seu impacto ecológico ou comunitário. Para alguns mineiros artesanais e algumas nações e organizações indígenas, o acesso à terra e a inclusão nos benefícios econômicos do desenvolvimento extrativo são essenciais para suas práticas de sobrevivência. Alguns trabalhadores indígenas acreditam que a mineração pode ser uma estratégia de subsistência viável em uma economia capitalista colonial de assentamentos, na qual eles foram marginalizados por muito tempo, principalmente porque suas oportunidades de ganhar a vida na terra são severamente restritas. É importante destacar que, assim como observado no caso dos garimpeiros, legados raciais e coloniais também persistem por meio da criminalização histórica de algumas formas de trabalho, estabelecendo uma distinção marcante entre os diferentes trabalhadores dedicados às atividades extrativas (Costa 2009; Martins 2009).

Essa diferenciação racial, de gênero e geopolítica fica ainda mais evidente ao examinar a terceira categoria de narrativas, “o cuidado como elemento central do trabalho sustentável”. Nesse sentido, trabalho sustentável significa cuidar das pessoas e da terra. Para algumas organizações indígenas e comunidades relacionadas em Sudbury e arredores, o trabalho sustentável está inextricavelmente ligado ao respeito pela terra, sua preservação para as gerações futuras e um processo de descolonização que valoriza adequadamente as tradições e epistemologias indígenas. Da mesma forma, para as mulheres de Antônio Pereira, o trabalho de cuidado que realizam em sua comunidade não apenas gera valor social, emocional, ecológico e econômico, mas também atua como um escudo protetor contra os efeitos devastadores da mineração predatória na comunidade. Sua narrativa questiona a centralidade do valor de mercado do trabalho e da natureza, que é determinado pelas divisões raciais e de gênero do trabalho herdadas do capitalismo racial/colonial. Este terceiro conjunto de narrativas, que coincide de certa forma com a perspectiva e a localização geopolítica dos garimpeiros, desafia os discursos dos mineiros sindicalizados e informais, bem como a narrativa hegemônica, demonstrando que **as atividades extrativas — formais ou informais, "verdes" ou não — destroem os meios de subsistência e os modos de ser baseados na terra.**

5. Conclusões

Este artigo levanta a questão de se as concepções decoloniais de **trabalho sustentável**, conforme refletidas nas narrativas examinadas aqui, podem ser conciliadas com a perspectiva política dominante. Como a análise narrativa revela, concepções contra hegemônicas de trabalho sustentável estão presentes, mas elas lutam para prosperar dentro de um sistema capitalista racial/colonial. As abordagens dominantes para o **trabalho sustentável** defendidas na política internacional, incluindo a OIT, reconhecem a necessidade de aumentar a sustentabilidade ecológica e veem o trabalho como um conjunto mais amplo de práticas. Isso ocorre em parte porque a OIT fez progressos na incorporação de vozes subalternas em suas políticas e padrões relacionados ao trabalho e ao desenvolvimento sustentável. O problema é que essas políticas também parecem legitimar o **extrativismo** como uma atividade sustentável, acreditando que ele contribui para a criação de empregos mais verdes e economias mais inclusivas. No entanto, é importante não esquecer que a extração intensiva de recursos impacta negativamente as comunidades, especialmente aquelas que dependem de mão de obra agrícola ‘desmercantilizada’ ou de economias e meios de subsistência híbridos.

A distorção do conceito de **trabalho sustentável** se deve, entre outros fatores, ao fato de que a abordagem hegemônica, enraizada em um sistema capitalista racial/colonial, reifica as relações de mercado e relega o cuidado, o trabalho ‘desmercantilizado’ baseado na terra e o conhecimento de sujeitos subalternos a posições marginais. Esse arcabouço conceitual não afeta apenas a reprodução da vida, mas também determina quais paradigmas de conhecimento controlam o significado do trabalho e da sustentabilidade como categorias, influenciando os processos regulatórios. De acordo com a perspectiva decolonial, se as estruturas políticas e regulatórias forem baseadas em uma concepção capitalista de trabalho e natureza, elas não apenas terão dificuldade em promover a sustentabilidade da vida, mas também poderão legitimar a colonialidade, perpetuando desigualdades trabalhistas baseadas em raça, gênero e geopolítica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS CITADAS (transcritas do artigo original)

Anzaldúa, Gloria. 1987. *Borderlands/La Frontera: The New Mestiza*. San Francisco: Aunt Lute Books. [Traducido al español por Carmen Valle. *Borderlands/La Frontera: la nueva mestiza*. Madrid: Capitán Swing.]

Ashagbor, Diamond (ed.). 2019. *Re-imagining Labour Law for Development: Informal Work in the Global North and South*. Oxford: Hart.

Bispo dos Santos, Antônio. 2018. «Somos da Terra». *PISEAGRAMA* 12 (agosto): 44-51.

Corntassel, Jeff. 2012. «Re-envisioning Resurgence: Indigenous Pathways to Decolonization and Sustainable Self-Determination». *Decolonization: Indigeneity, Education & Society* 1 (1): 86-101.

Costa, Luciano Rodrigues. 2009. «Os garimpos clandestinos de ouro em Minas Gerais e no Brasil: tradição e mudança». *Revista História & Perspectivas* 1 (36-37): 247-279.

Coulthard, Glen Sean. 2014. *Red Skin, White Masks: Rejecting the Colonial Politics of Recognition*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

Datta, Ranjan. 2018. «Decolonizing Both Researcher and Research and Its Effectiveness in Indigenous Research». *Research Ethics* 14 (2): 1-24. <https://doi.org/10.1177/1747016117733296>.

Denzin, Norman K., Yvonna S. Lincoln y Linda Tuhiwai Smith (eds.). 2008. *Handbook of Critical and Indigenous Methodologies*. 2008. Thousand Oaks: SAGE.

Gudynas, Eduardo. 2011. «Buen Vivir: Today's Tomorrow». *Development* 54 (4): 441-447. <https://doi.org/10.1057/dev.2011.86>.

Kothari, Ashish, Federico Demaria y Alberto Acosta. 2014. «Buen Vivir, Degrowth and Ecological Swaraj: Alternatives to Sustainable Development and the Green Economy». *Development* 57 (3-4): 362-375. <https://doi.org/10.1057/dev.2015.24>.

Littig, Beate. 2018. «Good Work? Sustainable Work and Sustainable Development: A Critical Gender Perspective from the Global North». *Globalizations* 15 (4): 565-579. <https://doi.org/10.1080/14747731.2018.1454676>.

Lugones, María. 2008. «Colonialidad y Género». *Tabula Rasa* 9 (julio-diciembre): 73-101.

Machado Araoz, Horácio. 2023. «El extractivismo y las raíces del “Antropoceno”. Regímenes de sensibilidad, régimen climático y derechos de la Naturaleza». *Direito e Práxis* 14 (1): 407-435. <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2023/73117e>.

Maldonado-Torres, Nelson. 2007. «Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto». En *El giro decolonial: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*, editado por Santiago Castro-Gómez y Ramón Grosfoguel, 127-168. Bogotá: Siglo del Hombre.

Martins, Marcos Lobato. 2009. «As mudanças nos marcos regulatórios da mineração diamantífera e as reações dos garimpeiros: o caso da Região do Alto Jequitinhonha». *Revista Geografias* 5 (1): 37-49. <https://doi.org/10.35699/2237-549X..13262>.

OIT - 2012. *Hacia el desarrollo sostenible: Oportunidades de trabajo decente e inclusión social en una economía verde*. Ginebra.

OIT - 2015. *Directrices de política para una transición justa hacia economías y sociedades ambientalmente sostenibles para todos*. Ginebra.

OIT - 2016. «¿Qué es un empleo verde?». 13 de abril de 2016. <https://www.ilo.org/es/resource/article/que-es-un-empleo-verde>.

OIT - 2019a. *Aplicación del Convenio sobre pueblos indígenas y tribales núm. 169 de la OIT: Hacia un futuro inclusivo, sostenible y justo*. Ginebra.

OIT - 2019b. *Trabajar para un futuro más prometedor: Comisión Mundial sobre el Futuro del Trabajo*. Ginebra.

Picq, Manuela, Manuel Paza Guanolesma y Carlos Pérez Guartambel. 2017. «Activismo y academia: Complementariedad en la resistencia». En *Pedagogías decoloniales: Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir*, Tomo II, editado por Catherine Walsh, 413-424. Quito: Ediciones Abya-Yala.

PNUD (Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo). 2015. *Informe sobre Desarrollo Humano 2015: Trabajo al servicio del desarrollo humano*. Nueva York.

Quijano, Anibal. 2000. «Coloniality of Power, Eurocentrism, and Latin America». Traducido por Michael Ennis. *Nepantla: Views from South* 1 (3): 533-580.

Rai, Shirin M., Benjamin D. Brown y Kanchana N. Ruwanpura. 2019. «SDG 8: Decent Work and Economic Growth – A Gendered Analysis». *World Development* 113 (enero): 368-380. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2018.09.006>.

Rivera Cusicanqui, Silvia. 2010. *Ch'ixinakak utxiwa: Una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores*. Buenos Aires: Tinta Limón.

Shapiro, Judith, y John-Andrew McNeish (eds.). 2021. *Our Extractive Age: Expressions of Violence and Resistance*. Abingdon: Routledge.

Simpson, Leanne Betasamosake. 2017. *As We Have Always Done: Indigenous Freedom through Radical Resistance*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

Smith, Linda Tuhiwai. 1999. *Decolonizing Methodologies: Research and Indigenous Peoples*. Londres: Zed Books. [Traducido al español por Kathryn Lehman. 2016. *A descolonizar las metodologías: Investigación y pueblos indígenas*. Santiago de Chile: LOM Ediciones.]

Tzul Tzul, Gladys. 2015. «Sistemas de gobierno comunal indígena: la organización de la reproducción de la vida». *El Apantle* 1 (octubre): 125-140.

Zbyszewska, Ania, y Flavia Maximo. 2023. «Rethinking the Labour-Environment (Land) Nexus: Beyond Coloniality, Towards New Epistemologies for Labour Law». *International Journal of Comparative Labour Law and Industrial Relations* 39 (3-4): 293-314. <https://doi.org/10.54648/ijcl2023021>.

Crises climáticas, desastres e saúde planetária: desafios para o futuro das crianças
Climate Crises, Disasters, and Planetary Health: Challenges for Children's Future
Crisis climáticas, desastres y salud planetaria: desafíos para el futuro de los niños

Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos
Maria Teresa Rossetti Massari
Maria Auxiliadora Souza Mendes Gomes

Resumo: Neste escrito, apresentamos três publicações que abordam os impactos das crises climáticas e ambientais na saúde infantil e, consequentemente, no futuro das crianças, destacando desafios urgentes e recomendações para políticas públicas. As publicações evidenciam a urgência de ações globais para proteger a saúde e os direitos das crianças frente às crises climáticas e ambientais. Recomendam-se políticas robustas, redução de emissões de gases, gestão sustentável de resíduos e priorização do interesse infantil nas decisões ambientais. A falta de ação pode resultar em consequências irreversíveis para as gerações futuras.

Palavras-chave: Saúde da Criança; Saúde Ambiental; Mudança Climática; Saúde Global.

Abstract: *This document presents three publications examining the impacts of climate and environmental crises on children's health and consequently their future, highlighting urgent challenges and policy recommendations. The publications demonstrate the critical need for global action to protect children's health and rights in the face of these crises. They recommend implementing strong policies, reducing gas emissions, sustainable waste management, and prioritizing children's welfare in environmental decision-making. Failure to act may lead to irreversible consequences for future generations.*

Key words: *Child Health; Environmental Health; Climate Change; Global Health.*

Resumen: *En este documento presentamos tres publicaciones que analizan los impactos de las crisis climáticas y ambientales en la salud infantil y, por consiguiente, en el futuro de los niños, destacando desafíos urgentes y recomendaciones para políticas públicas. Las publicaciones evidencian la urgente necesidad de acciones globales para proteger la salud y los derechos de los niños frente a estas crisis. Se recomiendan políticas sólidas, reducción de emisiones de gases, gestión sostenible de residuos y priorizar el interés superior del niño en las decisiones ambientales. La falta de acción podría resultar en consecuencias irreversibles para las generaciones futuras.*

Palabras-clave: *Salud Infantil; Salud Ambiental; Cambio Climático; Salud Global.*

Introdução

Neste escrito, apresentamos três publicações que abordam os impactos das crises climáticas e ambientais na saúde e no futuro das crianças, destacando desafios urgentes e recomendações para políticas públicas. O primeiro é um artigo publicado recentemente na Revista Nature em que se constata que as gerações atuais, enfrentarão exposição sem precedentes a eventos climáticos extremos. O segundo é um relatório da UNICEF o qual aponta que crianças são mais vulneráveis a riscos ambientais devido a fatores biológicos e sociais, e as

principais ameaças são poluição do ar, substâncias tóxicas, água contaminada e desastres climáticos. Por fim, o terceiro é um relatório também da UNICEF, que aborda crianças expostas a plásticos tóxicos em produtos cotidianos, com impactos na saúde, que geram doenças respiratórias e neurológicas, por exemplo. Países de baixa renda são os mais afetados, especialmente por queima de resíduos e falta de regulamentação. A redução do uso de plásticos, a garantia da transparência química em produtos infantis e a promoção da justiça ambiental são algumas das soluções identificadas.

As publicações evidenciam a urgência de ações globais para proteger a saúde e os direitos das crianças frente às crises climáticas e ambientais. Recomendam-se políticas robustas, redução de emissões, gestão sustentável de resíduos e priorização do interesse infantil nas decisões ambientais. A falta de ação pode resultar em consequências irreversíveis para as gerações futuras.

Artigo: Emergência global da exposição a extremos climáticos (Grant et al., 2025)

A revista Nature publicou estudo de Grant et al. (2025) que aborda o aumento da exposição vitalícia a eventos climáticos extremos devido às mudanças climáticas induzidas pelo homem. Utilizando modelos climáticos, dados demográficos e projeções de aquecimento global, os autores estimam que as gerações atuais enfrentarão uma exposição sem precedentes a fenômenos como ondas de calor, falhas na produção agrícola, inundações fluviais, secas, incêndios florestais e ciclones tropicais. Esses eventos, que anteriormente eram raros ou inexistiam, se tornarão comuns ao longo da vida das pessoas, principalmente das crianças, especialmente sob cenários de aquecimento global de 2,7 °C até 2100.

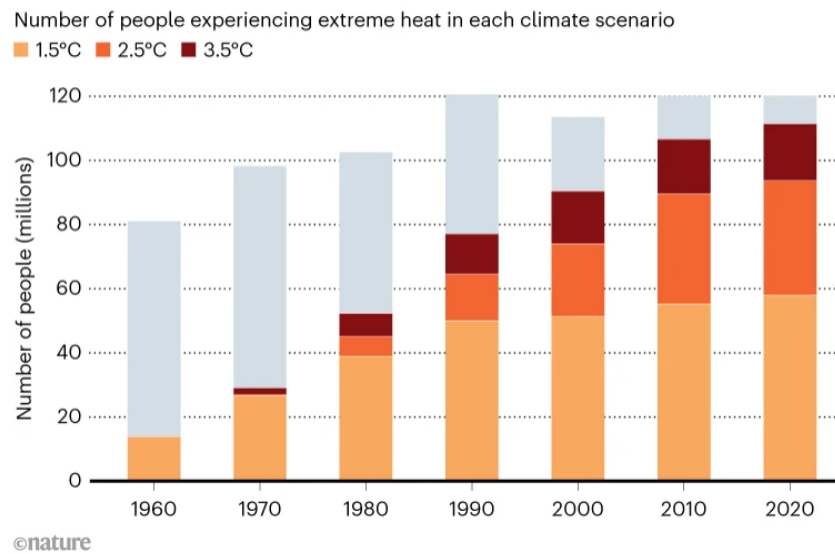
Em sua metodologia, a pesquisa combinou projeções climáticas de múltiplos modelos com dados demográficos e trajetórias de aquecimento global. Os autores aplicaram uma abordagem de "exposição vitalícia sem precedentes" (ULE, na sigla em inglês) para quantificar o número de pessoas que experimentarão eventos climáticos extremos acima do percentil 99,99 da exposição esperada em um clima pré-industrial. Essa abordagem permitiu avaliar como diferentes gerações serão impactadas ao longo de suas vidas.

Crianças enfrentando calor extremo

A proporção de indivíduos em cada geração que provavelmente experimentarão exposição ao calor extremo variou consideravelmente. Entre os 81 milhões de pessoas nascidas globalmente em 1960 — atualmente com cerca de 60 anos de idade — apenas 13 milhões, ou aproximadamente 16%, atingiriam esse limiar de exposição ao longo da vida, independentemente do cenário climático considerado.

Em contrapartida, entre os 120 milhões de crianças nascidas em 2020, cerca de 58 milhões (aproximadamente 50%) enfrentarão esse nível de exposição, mesmo no cenário mais otimista analisado, que considera um aumento máximo de 1,5 °C na temperatura média global em relação aos níveis pré-industriais até o ano de 2100. No cenário mais pessimista, que projeta um aquecimento de 3,5 °C, a proporção de crianças de cinco anos que deverão experimentar exposição ao calor extremo por toda a vida sobe para 92%, o que corresponde a cerca de 111 milhões de pessoas (Figura 1).

Figura 1 - Número de pessoas vivendo em calor extremo em cada cenário climático



Fonte: Nature, 2025.

Os principais resultados incluem:

- **Aumento da exposição:** Sob políticas de mitigação atuais, a fração de pessoas nascidas em 2020 que enfrentarão exposição vitalícia sem precedentes a ondas de calor será de 52%. Se o aquecimento global atingir 3,5 °C até 2100, essa fração aumentará para 92% para ondas de calor, 29% para falhas na produção agrícola e 14% para inundações fluviais.
- **Vulnerabilidade socioeconômica:** A probabilidade de enfrentar exposição vitalícia sem precedentes a ondas de calor é significativamente maior entre grupos populacionais com alta vulnerabilidade socioeconômica.
- **Comparação intergeracional:** As gerações mais jovens enfrentarão uma carga substancialmente maior de eventos climáticos extremos ao longo de suas vidas em comparação com as gerações mais velhas, destacando questões de equidade intergeracional.

Os resultados do estudo apontam para implicações políticas e enfatiza a necessidade urgente de reduções profundas e sustentadas nas emissões de gases de efeito estufa para limitar a exposição das gerações atuais e futuras a eventos climáticos extremos. A falta de ação pode resultar em impactos significativos na saúde, segurança alimentar, infraestrutura e bem-estar geral da população mundial.

Relatório: Crianças enfrentam vulnerabilidades únicas a perigos ambientais em cada fase da vida (UNICEF, 2025)

O relatório da UNICEF intitulado *“Children face unique vulnerabilities to environmental hazards at every stage of life”*, publicado em fevereiro de 2025, destaca que crianças, em todas as fases do seu desenvolvimento — desde a gestação até a adolescência — apresentam vulnerabilidades específicas e amplificadas aos riscos ambientais, em comparação com adultos. Essa suscetibilidade decorre tanto de fatores biológicos (como metabolismo imaturo, maior taxa respiratória e rápida divisão celular) quanto de fatores comportamentais e sociais (como exposição indireta por meio de cuidadores e moradias precárias).

1. Janela de vulnerabilidade ampliada

O relatório estrutura os riscos ambientais à infância segundo o conceito de "janelas críticas de desenvolvimento", que são períodos durante os quais órgãos e sistemas do corpo estão se formando e são particularmente sensíveis a interferências:

- **Durante a gestação:** a exposição intrauterina a poluentes ambientais pode ocorrer por meio da placenta. Substâncias como chumbo, mercúrio, pesticidas e disruptores endócrinos atravessam essa barreira, afetando o desenvolvimento fetal.
- **Na infância precoce:** o crescimento acelerado do cérebro, do sistema imunológico e de outros órgãos torna os efeitos de poluentes mais severos e com maior potencial de dano irreversível.
- **Durante a adolescência:** a puberdade representa outro período de reorganização hormonal e vulnerabilidade, especialmente a compostos hormonais sintéticos.

2. Riscos ambientais mais comuns enfrentados por crianças

A UNICEF identifica múltiplos perigos ambientais predominantes que afetam desproporcionalmente a saúde infantil:

- **Poluição do ar** (interna e externa), associada a doenças respiratórias, asma, infecções pulmonares, redução da função cognitiva, e aumento da mortalidade infantil. Fontes incluem combustíveis fósseis, queimadas, queima de resíduos e poluição industrial.
- **Exposição a substâncias químicas tóxicas**, incluindo metais pesados (como chumbo), pesticidas, e produtos derivados de plásticos. A exposição pode ocorrer por ingestão, inalação ou absorção cutânea, com efeitos como transtornos neurológicos e do desenvolvimento, disfunções hormonais, alterações reprodutivas e câncer.
- **Água contaminada e falta de saneamento básico**, que contribuem para a propagação de desnutrição, infecções parasitárias e doenças diarreicas, uma das principais causas de mortalidade infantil. Crianças pequenas, especialmente em comunidades sem acesso a saneamento básico, são mais vulneráveis à contaminação por coliformes fecais e metais pesados.
- **Desastres naturais e mudanças climáticas (ondas de calor, enchentes, secas)** têm consequências graves, como traumas físicos, deslocamento forçado, interrupção da educação, desnutrição e impactos na saúde mental, além de com efeitos indiretos (insegurança alimentar, aumento de doenças infecciosas, desastres climáticos). Eventos extremos são agravados por infraestrutura precária e gestão ambiental inadequada.

Essa categorização reforça a necessidade de políticas públicas intersetoriais que integrem saúde, meio ambiente, urbanismo, educação e proteção social. Recomenda-se uma abordagem baseada no princípio da precaução, na redução da desigualdade ambiental e na priorização do interesse da criança em decisões ambientais e regulatórias.

3. Comportamentos específicos da infância que aumentam a exposição

Crianças exploram o ambiente de forma distinta dos adultos: engatinham, colocam objetos na boca e brincam em áreas potencialmente contaminadas (como solo ou poeira). Além disso, proporcionalmente, elas respiram, comem e bebem mais em relação ao seu peso corporal, o que amplifica a carga tóxica de contaminantes ambientais absorvidos.

4. Efeitos documentados por faixa etária

Aponta-se evidências científicas de impactos adversos que variam conforme a etapa da vida:

- **Pré-natal:** risco aumentado de aborto espontâneo, parto prematuro, baixo peso ao nascer e anomalias congênitas.
- **Primeira infância:** alterações no desenvolvimento neurocomportamental (incluindo TDAH e menor QI), doenças respiratórias, imunológicas e endócrinas.
- **Infância tardia e adolescência:** obesidade, puberdade precoce, transtornos reprodutivos, alterações na tireoide, câncer infantil, entre outros.

5. Dimensão ética e de direitos humanos

O relatório articula os dados científicos com uma perspectiva normativa, ancorada na Convenção sobre os Direitos da Criança, defendendo que:

- Toda criança tem direito a um ambiente limpo, saudável e sustentável. Isto é, os riscos não são apenas sanitários ou ambientais, mas representam uma grave violação dos direitos da criança, conforme estabelecido na Convenção sobre os Direitos da Criança e no Comentário Geral nº 26 (2023), que estabelece o direito das crianças a um ambiente limpo, saudável e sustentável.
- A proteção ambiental deve ser incorporada às políticas de saúde, urbanismo, educação e justiça social com prioridade ao interesse da criança.
- A falta de ação representa uma **injustiça ambiental intergeracional**.

O relatório evidencia que, para além de sua vulnerabilidade biológica, as crianças muitas vezes vivem em contextos de pobreza, insegurança alimentar, deslocamento forçado ou trabalho informal - fatores que agravam a exposição a riscos ambientais.

É importante que governos, sociedade civil e organismos internacionais priorizarem a infância em todas as decisões relacionadas ao meio ambiente e mudanças climáticas, com políticas baseadas no princípio da precaução e da equidade.

Relatório: Geração Plástica: Desvendando o impacto do plástico sobre as crianças (UNICEF, 2024)

O relatório *Generation Plastic: Unpacking the impact of plastic on children*, publicado pela UNICEF em novembro de 2024, apresenta uma análise inédita dos impactos da poluição plástica na saúde, no bem-estar e nos direitos das crianças. A publicação parte do reconhecimento de que a atual geração de crianças está exposta ao plástico em todas as fases de sua vida, desde o período gestacional até a adolescência, e em múltiplos contextos - domiciliares, escolares, comunitários e ambientais. Em resposta a esse cenário, o documento adota o conceito de “Geração Plástica” para denominar crianças que crescerão sob níveis históricos de produção, uso e descarte de plásticos.

O relatório alerta que, sem intervenções e políticas rigorosas, a produção global de plásticos poderá aumentar em até 70% entre 2020 e 2040, enquanto o volume de resíduos plásticos mal gerenciados deverá crescer cerca de 50% no mesmo período. Produtos infantis comuns contêm substâncias químicas perigosas associadas ao plástico - como ftalatos, bisfenóis, PFAS, retardadores de chama, estireno, PVC e resíduos de pneus usados como enchimento em parquinhos. Crianças que vivem em comunidades com descarte e queima abertos de resíduos

plásticos enfrentam riscos intensificados por desigualdades sociais. Nestes contextos marcados por desigualdades socioeconômicas e lacunas de regulamentações, as crianças se configuram como um grupo particularmente vulnerável aos efeitos tóxicos associados ao ciclo de vida dos plásticos.

Crianças em países de baixa e média renda, especialmente aquelas em comunidades marginalizadas, sofrem os impactos mais intensos da poluição plástica — com menor acesso a serviços de saúde, proteção social e educação. Neste sentido, a crise do plástico amplifica desigualdades já existentes, colocando em risco o direito das crianças a um ambiente limpo, saudável e sustentável.

Desigualdades geográficas e sociais no impacto da poluição plástica sobre crianças

Queima e descarte a céu aberto – África, Ásia e América Latina

- Cerca de **57% dos resíduos plásticos são queimados abertamente** todos os anos — prática comum em **áreas rurais e urbanas periféricas** da África, Ásia e América Latina.
- **Na África**, por exemplo, até **75% do lixo urbano** em algumas cidades é queimado ao ar livre.
- **Na Índia**, uma pesquisa de 2022 com 700 vilarejos indicou que **67% das famílias rurais queimam plástico regularmente**.
- Crianças respiram o ar contaminado com dioxinas, metais pesados e partículas ultrafinas — muitas vezes desde o nascimento.

Trabalho infantil em resíduos – Gana, Síria, Paquistão, Brasil

- Estima-se que **mais de 20 milhões de adultos e crianças** no mundo atuem como catadores de resíduos, inclusive plásticos.
- Em **Gana**, um levantamento nacional apontou que **15% dos catadores informais de resíduos plásticos tinham entre 5 e 12 anos**, e **80% estavam fora da escola**.
- Na **Síria**, crianças coletam plásticos em lixões abertos com resíduos hospitalares e munições. Em 2020, meninos morreram soterrados enquanto trabalhavam.
- **No Brasil**, a UNICEF lançou na década de 1990 a campanha “*Criança no Lixo, Nunca Mais*”, que buscou erradicar o trabalho infantil em lixões, criando o Fórum Nacional Lixo e Cidadania.

Comunidades próximas à produção de plástico – Estados Unidos e outros países industrializados

- Nos **Estados Unidos**, comunidades conhecidas como *fenceline communities*, situadas próximas a refinarias e fábricas petroquímicas, apresentam **maiores taxas de câncer infantil, leucemia e partos prematuros**.
- Em 2023, um desastre químico em **East Palestine, Ohio**, liberou grandes quantidades de cloreto de vinila (usado na produção de PVC) após o descarrilamento de um trem. Crianças e gestantes foram identificadas como os grupos mais vulneráveis, com possíveis impactos ainda incertos.

Enchentes agravadas por plástico – Serra Leoa

- Em **Freetown (Serra Leoa)**, uma enchente e deslizamento de terra em 2017, intensificados por resíduos plásticos que entupiam bueiros, causaram **mais de 1.100 mortes e desaparecimentos — 369 eram crianças em idade escolar**.
- Quase metade das pessoas afetadas tinha menos de 14 anos. Muitas crianças foram deixadas sem moradia e sem acesso à escola.

Poluição marinha e impactos nos meios de vida – Pequenos Estados Insulares e Etiópia

- Em **países costeiros e insulares**, como os do Pacífico, resíduos plásticos afetam diretamente os ecossistemas marinhos, prejudicando setores econômicos como a pesca e o turismo — base de sustento de muitas famílias.
- Em **Etiópia**, estudos mostram que o gado consome grandes volumes de plástico, o que compromete a saúde dos animais e os meios de subsistência das famílias pastoris.

Esses dados mostram como a poluição plástica é uma crise ambiental com profundas implicações sociais e de direitos humanos, exigindo respostas específicas, sensíveis ao território e à infância.

A análise concentra-se em cinco categorias principais de riscos para a infância:

1. **Exposição tóxica proveniente do descarte inadequado de resíduos plásticos:** a queima e o despejo a céu aberto geram emissões de substâncias altamente nocivas, como dioxinas, metais pesados e hidrocarbonetos persistentes. Crianças respiram mais por unidade de peso corporal e possuem sistemas metabólicos menos desenvolvidos para eliminar toxinas.
2. **Poluição derivada da produção de plásticos:** comunidades próximas a polos industriais e à extração de combustíveis fósseis (conhecidas como *fenceline communities*) enfrentam riscos aumentados de câncer infantil, doenças respiratórias e distúrbios no desenvolvimento fetal.
3. **Impacto dos resíduos plásticos sobre os meios de subsistência e o aumento de enchentes:** resíduos sólidos obstruem drenagens urbanas, intensificam desastres climáticos e comprometem infraestruturas básicas de saneamento, agravando o risco de doenças infecciosas em populações infantis.
4. **Presença de substâncias químicas tóxicas em produtos de uso cotidiano:** materiais como ftalatos, bisfenóis (como BPA), PFAS, retardadores de chama, estireno e PVC estão presentes em brinquedos, fraldas, mamadeiras, utensílios alimentares e materiais escolares. Tais substâncias são associadas a disfunções hormonais, neurotóxicas e reprodutivas.
5. **Lacunas de conhecimento e regulação:** dos mais de 16 mil compostos químicos potencialmente utilizados em plásticos, cerca de 3.600 são considerados preocupantes do ponto de vista toxicológico, embora a maioria permaneça sem regulamentação ou testes de segurança adequados.

O relatório também destaca os efeitos adversos à saúde associados à exposição precoce a esses compostos, incluindo nas áreas do desenvolvimento neurológico, endócrino, reprodutivo, cardiovascular, respiratório e imunológico. Condições como Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), obesidade, puberdade precoce, disfunções cognitivas e câncer infantil são mencionadas como possíveis desfechos relacionados.

Apesar da gravidade dos riscos, o relatório reconhece o protagonismo de crianças e adolescentes em iniciativas de mobilização ambiental. A partir de pesquisas, a UNICEF aponta que jovens têm exigido mudanças estruturais, melhores sistemas de gestão de resíduos, maior regulação da produção plástica e alternativas sustentáveis.

Por fim, apresenta três eixos de recomendação prioritária:

- **Mudança sistêmica no ciclo de vida dos plásticos**, com foco na eliminação de usos desnecessários e no avanço de práticas circulares (reduzir, reutilizar, reorientar e reciclar);

- **Aprimoramento da transparência química e da segurança dos produtos destinados ao público infantil**, com base no princípio da precaução;
- **Promoção da justiça ambiental para as crianças mais afetadas**, como aquelas envolvidas no trabalho informal com resíduos e residentes de áreas contaminadas.

À luz do Comentário Geral nº 26 do Comitê dos Direitos da Criança da ONU, o relatório reitera que decisões ambientais devem considerar, em primeiro lugar, o interesse superior da criança. A superação da crise do plástico é, portanto, uma questão urgente de saúde pública, equidade e garantia de direitos.

Referências

Grant L, Vanderkelen I, Gudmundsson L, Fischer E, Seneviratne SI, Thiery W, et al. Global emergence of unprecedented lifetime exposure to climate extremes. *Nature*. 2025 May 7; 641:374–9. Available from: <https://doi.org/10.1038/s41586-025-08907-1>

Brown M, Solomon A. *Fragile Beginnings: Children's Unique Vulnerabilities to Environmental Hazards at Every Stage of Life*. New York: United Nations Children's Fund (UNICEF); 2025 Feb. 48 p. Available from: <https://www.unicef.org/reports/children-face-unique-vulnerabilities-environmental-hazards-every-stage-life>

United Nations Children's Fund (UNICEF). *Generation Plastic: Unpacking the impact of plastic on children*, UNICEF, New York, 2024. Available from: <https://www.unicef.org/reports/generation-plastic>

A redução do consumo de sal no mundo continua patinando, mas há oportunidades de retomar os avanços

Eduardo Nilson

Denise Oliveira e Silva

Resumo. Este informe retoma, depois de um ano, os avanços e desafios no combate ao consumo excessivo de sal, tema central da Semana Mundial de Conscientização Sobre o Sal (World Salt Awareness Week). Apesar de reconhecido como um dos principais fatores de risco para doenças cardiovasculares, o alto consumo de sódio não tem sido tratado com a devida prioridade nas políticas públicas nacionais, regionais e globais, ainda que se reconheça que tais políticas são eficazes e custo-efetivas.

O mês de maio traz novamente a discussão de um tema muitas vezes invisível, mas de grande impacto para a saúde pública global: o consumo excessivo de sal pelas populações. O informe traz um certo *deja vu* em função de termos tratado deste tema em maio de 2024, mas os avanços nesse íterim nos países, incluindo o Brasil, têm sido aquém do esperado, em especial considerando que estamos no ano da nova Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) para discutir especificamente as doenças crônicas não-transmissíveis, além da reta final para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e para a Década de Ação sobre a Nutrição.

Um dos grandes desafios dessa abordagem ainda é que o sal está onipresente na vida de praticamente todos os humanos, sendo ingrediente culinário e industrial, além de frequentemente ser usado como veículo para políticas de fortificação com micronutrientes. Por outro lado, seu consumo excessivo está associado a doenças mediadas e não mediadas pela hipertensão arterial, incluindo doenças cardiovasculares e renais, câncer de estômago e inclusive com mecanismos da obesidade. Por ser um dos componentes do sal de cozinha e de outros sais usados em alimentos, o sódio é o verdadeiro responsável por esses desfechos, mas é comum que se fale do sal para a facilidade da compreensão pela população, de forma que usaremos o termo sal de agora em diante.

No cenário global, durante as últimas décadas, as doenças crônicas não-transmissíveis (DCNTs) consolidaram-se como a principal causa de mortes e adoecimentos no mundo e, dentre os fatores de risco dietético, o consumo excessivo de sal apresenta maior impacto global (Afshin *et al.*, 2019). Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o consumo recomendado per capita diário para adultos é de 5g (o equivalente a 2g de sódio), mas a grande maioria das populações consomem muito mais do que isso (World Health Organization (WHO), 2012).

Em resposta a esse quadro, a OMS estabeleceu um conjunto de *best buys* ou seja, as políticas mais custo-efetivas para a prevenção e controle das DCNTs, que incluem a redução do consumo de sal por meio da reformulação de alimentos, da oferta de alimentos com menos sal em ambientes como hospitais, escolas e locais de trabalho, de campanhas de mídia e da implementação da rotulagem nutricional frontal (World Health Organization (WHO), 2017). Além disso, a OMS elaborou um pacote técnico específico para orientar os países em suas

políticas, o SHAKE, que é o acrônimo para *Surveillance, Harness industry, Adopt standards for labelling and marketing, Knowledge e Environment*.

Nesse contexto, entre 12 e 18 de maio se celebra a Semana Mundial de Conscientização Sobre o Sal (*World Salt Awareness Week*), em que se busca discutir evidências, mostrar o progresso e as lacunas na redução do consumo de sal nos países e dar visibilidade a essa prioridade de saúde pública e chamar governos, setores, instituições e pessoas para trabalharem sobre essa questão. Neste ano, a campanha global está focada na implementação de políticas e medidas, pois meio da mensagem “5 meios para 5 gramas” (“*5 ways to 5 grams*”), em alusão às medidas mais custo-efetivas para reduzir o consumo de sal para alcançar a recomendação de consumo per capita máximo de 5g ao dia ao sal.

Além de movimentos internacionais como o WASSH (*Word Action on Salt, Sugar and Health*), estão previstas muitas atividades coordenadas pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e pela Organização Mundial da Saúde (OMS), destacando um webinar que destacará a importância de reduzir o sal em alimentos processados e promover a saúde pública e apresentará o SHAKE 2.0, uma estrutura estratégica para a redução do consumo de sódio, e compartilharemos experiências de países que estão implementando com sucesso estratégias de redução de sódio.

Uma mensagem central desses atores é que a redução do consumo de sal/sódio é uma das intervenções mais custo-efetivas para prevenir a hipertensão e as doenças cardiovasculares e os “5 meios para 5 gramas” incluem:

1. Reformular produtos alimentícios para conter menos sal/sódio e estabelecer níveis máximos obrigatórios para a quantidade de sal/sódio em alimentos e refeições.
2. Criar um ambiente favorável em instituições públicas, como hospitais, escolas, locais de trabalho e asilos, para oferecer opções com menor teor de sódio.
3. Promover comunicação para mudança de comportamento e campanhas de mídia por meio do marketing social para conscientizar sobre a redução do consumo de sal.
4. Implementar padrões de rotulagem frontal e restrições à publicidade.
5. Monitoramento: Medir o consumo populacional de sal/sódio, o teor de sal/sódio nos alimentos e as principais fontes alimentares de sódio.

Para além das medidas governamentais tão necessárias para ambientes promotores da saúde e de escolhas saudáveis, são também divulgadas recomendações para os indivíduos, tais como preferir alimentos frescos e minimamente processados, remover o saleiro da mesa, cozinhar com pouco ou nenhum sal adicionado, usar ervas e temperos naturais para realçar o sabor, em vez de sal, substituir o sal comum por alternativas com menos sódio, como sais com potássio, limitar o uso de molhos industrializados, temperos prontos e produtos instantâneos, reduzir o consumo de alimentos processados e ultraprocessados, escolher alimentos com baixo teor de sódio ou versões “light” em sódio e evitar produtos com os selos “alto em” ou “excesso de” sal/sódio, caso o país possua rotulagem frontal de advertência.

A relação do sal com os alimentos e a saúde

A exemplo do que fizemos no informe sobre a Semana Mundial de Conscientização Sobre o Sal do ano passado, vale a pena revistar um pouco da história do sal com a humanidade, os alimentos e a saúde para melhor contextualizar o problema enfrentado e suas soluções. O sal tem sido um elemento fundamental na história da humanidade, desde sua descoberta como conservante de alimentos até seu papel como moeda de troca, como no *salarium* romano, que

deu origem à palavra "salário" (Bloch, 1963). Um de seus principais valores foi sua capacidade de inibir o crescimento microbiano e prolongar a vida útil de carnes e peixes, de modo que se tornou essencial para o desenvolvimento da fixação de aglomerações humanas e até das primeiras civilizações (Kurlansky, 2002).

Depois, foram descobertas mais utilidades para o sal, incluindo aplicações industriais, desde a produção de medicamentos até fertilizantes e tecidos, bem como outras funções nos alimentos. Além da conservação, o sal realça o sabor dos alimentos, tornando até ingredientes de baixa qualidade mais palatáveis. O sal também desempenha funções tecnológicas em alimentos processados, influenciando textura, fermentação e emulsificação. Por exemplo, em panificados, ele fortalece o glúten e melhora o crescimento da massa e em queijos e carnes, afeta propriedades como derretimento e solubilização de proteínas (Guinee e Fox, 2004).

Assim, com o avanço da produção em grande escala, seja do mar ou de minas, e da tecnologia alimentar o sal passou de um ingrediente caro e restrito a um produto barato e onipresente. Contudo, esse uso massivo criou um consumo individual excessivo em todo o mundo e em todos os grupos etários e atualmente esse excesso representa um desafio para a saúde pública, especialmente devido à sua relação com a hipertensão e doenças cardiovasculares (Henney, Taylor e Boon, 2010).

Se, por um lado, o sódio (um dos principais componentes do sal, junto com o cloro) é essencial para o equilíbrio hídrico e eletrolítico, seu consumo excessivo está associado à hipertensão, doenças cardiovasculares, renais e até osteoporose (Strazzullo e Leclercq, 2014). Para além desses desfechos, evidências mais recentes também relacionaram o excesso de sal a danos vasculares, inflamação, alterações na microbiota intestinal e maior risco de câncer gástrico (He et al., 2020).

É importante notar que evolutivamente, os humanos estão adaptados a uma dieta com menos de 0,25g de sal por dia, oriundo do sódio naturalmente presente nos alimentos de origem animal e vegetal, porém, devido à adição de sal a preparações culinárias e a alimentos processados e ultraprocessados, consumimos entre 9g e 12g diários (He e Macgregor, 2007). Por exemplo, o Intersalt, um grande estudo multicêntrico internacional, realizado em 1989, mostrou que populações com baixo consumo de sal, como indígenas Yanomami, apresentavam pressão arterial mais baixa e menor incidência de hipertensão do que outras populações (Carvalho *et al.*, 1989).

Uma boa notícia é que reduções moderadas no consumo de sódio podem diminuir significativamente a pressão arterial em adultos e crianças, reduzindo o risco de doenças cardiovasculares (He, Li & MacGregor, 2013).

Outro desafio paralelo à redução do consumo de sal/sódio é harmonizá-la às políticas de fortificação universal para a prevenção e controle da deficiência de iodo. Essa agenda, ainda que invisibilizada, é muito importante no campo da saúde pública, na medida que, no Brasil, a obrigatoriedade da iodação desde 1995 reduziu a prevalência de bócio de 20,7% para 1,4% (Medeiros-Neto, 2009).

Estimativas do consumo de sódio e suas fontes dietéticas no Brasil e no mundo

O estudo de Carga Global da Doença (GBD – *Global Burden of Disease*) estima que o fator dietético que mais contribui para mortes prematuras e anos de vida perdidos por

incapacidade e, conseqüentemente, perdas de DALY (anos de vida perdidos ajustados por incapacidade) é o consumo excessivo de sódio (Afshin *et al.*, 2019).

Estima-se que, no Brasil, haja aproximadamente 47 mil mortes anuais atribuíveis ao excesso de sal na dieta, implicando custos diretos com o tratamento de doenças associadas da ordem de US\$192 milhões ao SUS, bem como US\$753 milhões em custos indiretos à economia em função da mortalidade prematura (Nilson *et al.*, 2020). Além disso, a carga econômica do sódio de produtos ultraprocessados representa anualmente em torno de R\$343,0 milhões de custos diretos ao SUS e pelo menos R\$94,7 milhões em custos indiretos relacionados ao absenteísmo por licenças médicas e benefícios previdenciários oficiais (como auxílio-doença e aposentadorias precoces) (Nilson, 2024).

As principais fontes de sal/sódio estão fortemente associadas aos padrões alimentares dos países. Por exemplo, de modo geral, nos países de maior renda, o sódio nas dietas é predominantemente de alimentos industrializados (em particular, os ultraprocessados) e de alimentos consumidos fora do domicílio. Enquanto isso, em países asiáticos e latino-americanos o sal adicionado no preparo e consumo dos alimentos, incluindo o sal de mesa, molhos e condimentos à base de sal, frequentemente ainda representam a principal fonte de sódio nas dietas (Pan American Health Organization (PAHO), 2013). Ao mesmo tempo, por sua presença e consumo frequente em grande parte das culturas pelo mundo, os panificados são uma importante fonte dietética global de sódio (Elliott e Brown, 2006).

Por isso, a redução do consumo de sal deve considerar as diferentes fontes dietéticas, as funções do sal e outros compostos de sódio nos alimentos e comportamentos alimentares da população para garantir sua sustentabilidade e efetividade. Isso é ainda mais desafiador considerando que as estimativas mais recentes de consumo de sal disponíveis nas Américas mostram irregularidade e descontinuidade nos inquéritos populacionais, particularmente nos países latino-americanos.

Por exemplo, no Chile, foi estimado o consumo de 9,8 g/dia de sal (3,9 g/dia de sódio), no Inquérito Nacional de Saúde de 2009-2010, e dados de consumo de sal do inquérito de 2016-2017 ainda não foram publicados (Ministerio de Salud, 2010). Na Argentina, os últimos dados populacionais, de 2011, estimavam consumo médio de perto de 12g de sal ao dia, equivalente a 4,8 g/dia de sódio (Ferrante *et al.*, 2012). Na Costa Rica, estimativas por meio de aquisição de alimentos mostraram que a ingestão de sódio aumentou de 3,9g para 4,6g/dia (de 9,7g a 11,5g de sal) entre 2004-05 e 2012-13, sendo que as principais fontes de dietéticas identificadas foram o sal de mesa (60%), seguido de alimentos industrializados e condimentos (27.4%) (Blanco-Metzler *et al.*, 2017).

Em países da América do Norte, também se observa consumo elevado de sal: 8,7g/dia no México (Colin-Ramirez *et al.*, 2017), 2,7g/dia no Canadá (Health Canada, 2018a) e 3,2g/dia nos Estados Unidos (Brouillard, Kraja e Rich, 2019).

No Canadá, os alimentos industrializados também correspondem a 77% do sal na dieta, destacando panificados, pratos prontos e carnes processadas, que somam mais da metade do sódio, seguidos de queijos, sopas, condimentos, salgadinhos (*snacks*), molhos, produtos de peixe e frutos do mar e cereais matinais. O consumo excessivo de sal no país é elevado em todos os grupos de idade: 58% dos canadenses de 1 a 4 anos de idade consomem sal em excesso, sendo que esse percentual chega a 93% das crianças de 4 a 8 anos e a 93% dos meninos adolescentes (Health Canada, 2018b).

Nos Estados Unidos, o consumo de sódio aumentou de 7,9g/dia, em 1999- 2000, para 8,2g/dia, em 2015-2016, com mais de 75% do sal vindo de alimentos industrializados e alimentos consumidos fora do domicílio, incluindo panificados, pizza, sanduíches, carnes processadas, sopas e burritos e tacos (HHS/USDA, 2015).

Na população brasileira, a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2013 incluiu a excreção urinária de sódio, que estimou um consumo médio de sal de 9,34 g/dia, equivalentes a 3,74 g/dia de sódio. Os resultados mostraram, ainda, poucas diferenças segundo grupos etários, cor da pele e escolaridade, contudo o consumo foi maior em homens (9,63 g/dia) do que em mulheres (9,08 g/dia) (Mill *et al.*, 2021). Apesar da PNS 2019 não ter incluído a estimativa do sódio urinário, a edição de 2025 voltará a incluir a medida, permitindo novas análises mais atualizadas sobre o impacto do consumo de sal/sódio no país.

Além disso, metodologias indiretas de estimativa do consumo de sal pela população, baseadas na aquisição domiciliar de alimentos são fundamentais, na medida que identificam e quantificam as fontes dietéticas para melhor orientar as políticas. No Brasil, por exemplo, foi evidenciado que a participação do sal e dos temperos se reduziu em 17% (de 66,6% para 55%), enquanto a porcentagem de sódio dietético dos alimentos processados aumentou 20,3% e dos alimentos ultraprocessados aumentou em 47,6% (de 11,3% para 13,6% e 17% para 25,1%, respectivamente)(Nilson *et al.*, 2024).

Outro ponto importante de avaliação refere-se aos comportamentos e aos conhecimentos de saúde para orientar as medidas educativas às populações. No Brasil, em particular, é muito preocupante, porém, que enquanto somente 14,2% dos adultos afirmavam que seu consumo de sal como excessivo (Oliveira *et al.*, 2015), na verdade 97,6% consumiam sal em excesso segundo os inquéritos nacionais e somente 2,4% de fato consumia menos de 5g por dia de sal (Mill *et al.*, 2021).

Políticas e intervenções para a redução o consumo de sal

Por conta da magnitude do problema global representado pelas doenças cardiovasculares entre as DCNTs, além do reconhecimento do custo-efetividade da redução do consumo sal no seu enfrentamento, foi firmado compromisso global para a redução do consumo de sal em 30% até 2025 pelos países membros na Assembleia Mundial da Saúde e no seu Plano de Ação Global para Prevenção de DCNTs 2013-2020 (World Health Organization (WHO), 2013), depois renovado até 2025.

Na sequência, visando apoiar as medidas de prevenção de doenças crônicas associadas ao consumo excessivo de sódio, a OMS revisou o guia para consumo de sódio, reforçando o limite máximo de ingestão de 2 g de sódio (5g de sal) para adultos e estabelecendo que os limites para crianças e adolescentes devem ser menores e ajustados em função do grupo etário (World Health Organization (WHO), 2012). Em nível regional, também se destacam iniciativas como a coordenada pela Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) desde 2009, por meio da formação de uma Força Tarefa para a Redução do Consumo de Sódio nas Américas (2009-2011) de subsequentes Grupos Técnico Assessores para a Prevenção de Doenças Cardiovasculares por meio de Políticas e Intervenções de Controle do Sal/Sódio nas Dietas (2012-2015 e 2016-2019) e de um Consórcio Regional para a Redução do Sódio (iniciado em 2013).

Dentre os materiais produzidos por estes grupos, destaca-se a Declaração Política Regional para a Redução do Consumo de Sal/Sódio nas Américas (2011) e a proposição de metas regionais para a redução do conteúdo de sódio em categorias prioritárias a partir dos avanços

de países da região na agenda, incluindo o Brasil e a Argentina (Campbell *et al.*, 2015), bem como materiais de apoio para os países no *advocacy*, planejamento e monitoramento das políticas (Pan American Health Organization (PAHO), 2013).

Além disso, a OMS elaborou um pacote técnico para orientar os países em suas políticas, o SHAKE, que é o acrônimo para *Surveillance* (medir e monitorar o consumo de sal), *Harness industry* (envolver a indústria, por meio da reformulação de alimentos e preparações para que contenham menos sal), *Adopt standards for labelling and marketing* (adotar padrões para rotulagem e publicidade), *Knowledge* (conhecimentos, ou seja, educar e comunicar a população para empoderá-la para consumir menos sal), e *Environment* (ambientes para apoiar escolhas alimentares saudáveis). Ainda não temos os detalhes do pacote SHAKE 2.0, que será divulgado nos próximos dias, mas espera-se que reforce as recomendações de políticas com base nas informações mais recentes de monitoramento de políticas nacionais e das evidências sobre o custo-efetividade das estratégias.

Mais recentemente, a Opas atualizou essas metas regionais (Pan American Health Organization (PAHO), 2021), enquanto a OMS publicou as primeiras metas globais para os teores de sódio em alimentos (World Health Organization, 2021), que foram posteriormente atualizadas e ampliadas, como formas de apoiar os países em suas políticas, incentivando as maiores reduções possíveis nos teores de sódio. A existência de metas já implementadas em países de diferentes regiões do mundo é muito importante porque, entre outras vantagens, mostram valores máximos de sódio em produtos de diferentes categorias de alimentos que são factíveis em termos das tecnologias disponíveis e que são aceitas pelos consumidores.

Na última década, estratégias nacionais de redução do consumo de sal têm sido implementadas em várias regiões do mundo, incluindo desde políticas baseadas em múltiplas estratégias até estratégias individuais como a reformulação voluntária ou mandatória dos alimentos industrializados, a taxação de alimentos não saudáveis, intervenções no âmbito das escolas, aconselhamento nutricional individual, aconselhamento comunitário e mudanças na rotulagem nutricional.

Evidências recentes a partir da avaliação destas políticas sugerem que políticas de escopo populacional e baseadas em um conjunto amplo de estratégias integradas de reformulação de alimentos (particularmente a mandatória), rotulagem nutricional e campanhas de mídia poderiam alcançar maior impacto na redução do consumo populacional de sódio do que intervenções individuais e focalizadas (Hyseni *et al.*, 2017)(Vargas-Meza *et al.*, 2023).

No contexto internacional, as experiências nacionais mais antigas e bem documentadas agenda da redução do consumo de sódio são de países europeus, como Finlândia e Inglaterra (He e MacGregor, 2009). No primeiro, a partir de uma experiência piloto regional, adotou-se uma substituição em nível nacional do sal de cozinha e industrial por um sal misto de cloreto de sódio, potássio e magnésio, reforço à rotulagem nutricional do sódio e de produtos ricos em sódio e campanhas educativas, sendo reduzido o consumo de sódio em até 30% a 40% (diminuição de 4g /dia de sal ou 1,6g/dia de sódio) ao longo de três décadas.

No Reino Unido, um plano nacional de pactuação voluntária de metas de redução do conteúdo de sódio em alimentos industrializados foi sido modelo para muitos países. Avaliações posteriores deste programa, que foi baseado na associação de campanhas de comunicação com a reformulação dos alimentos industrializados, demonstraram, ainda, uma redução nos teores

de sódio nos alimentos e resultou na redução de 1,45g por dia na ingestão de sal na população (equivalentes a 0,6g de sódio), entre 2003 e 2011 (Wyness, Butriss e Stanner, 2012).

Entretanto, na continuidade da avaliação da própria estratégia britânica, observou-se que o declínio anual no consumo diário de sódio diminuiu significativamente de 0,2 g/dia em homens e 0,12 g/dia, no período de 2003 a 2010, para 0,11 g/dia nos homens e 0,07 g/dia ao ano nas mulheres, depois de 2011. Essa mudança coincidiu com a implementação do *Responsability Deal*, política que manteve as metas voluntárias, mas que foi criticado por não contar com mecanismos independentes e robustos para estabelecer as metas, assim como para o monitoramento e aplicação das metas, existentes anteriormente. Assim, estimou-se que as mudanças tenham contribuído para aumentar a ocorrência de 9.900 casos de doenças cardiovasculares que seriam evitados se a política anterior fosse mantida e que a continuidade 34 do *Responsability Deal* pode levar a 26.000 casos adicionais de doenças cardiovasculares e 3.800 casos de câncer gástrico até 2025 (Lavery *et al.*, 2018).

Infelizmente, esse retrocesso em políticas antes exitosas continuou no Reino Unido, conforme destacado por Burt e cols em 2022, declarando que o sal é o inimigo esquecido da saúde pública no país ("*Salt: the forgotten foe in UK public health policy*") (Burt *et al.*, 2022). Mostrou, ainda, que medidas voluntárias podem ter efeito limitado e, sem mecanismos fortes de governança e responsabilização, podem sofrer o mesmo futuro da estratégia do Reino Unido.

De modo geral, grande parte das estratégias nacionais adotadas incluem componentes de redução do teor de sódio em alimentos industrializados, em diferentes modelos quanto ao número de produtos, abordagem em relação às indústrias (metas de caráter voluntário ou estabelecidas por medidas regulatórias) e instrumentos de monitoramento (relato pelas indústrias, pesquisas de rotulagem nutricional e análise laboratorial de alimentos). Nesse sentido, tem sido frequente o início das estratégias de redução do sal por meio dos pães, que em grande parte dos países em diferentes regiões do globo, está entre as principais fontes de sódio na dieta. Em revisões sistemáticas sobre o progresso das políticas nacionais de redução do sódio em alimentos industrializados mostrou-se que são mais comuns as abordagens voluntárias enquanto uma minoria estabeleceu limites mandatórios (regulatórios) para o sal nos alimentos (Rosewarne *et al.*, 2022).

Em geral, as abordagens voluntárias possuem maior capacidade de efetivamente aplicar os limites no teor de sódio, mas, por outro lado, são mais difíceis de serem aprovadas e atualizadas com regularidade. No caso das estratégias voluntárias, são mais facilmente implementadas e ajustadas ao longo do tempo, mas dependem do compromisso das indústrias e de um monitoramento forte e regular para alcançar as mudanças desejadas no perfil nutricional dos produtos (Trieu *et al.*, 2015).

Enquanto isso, no Canadá o alcance das metas voluntárias de redução do teor de sódio entre 2011 e 2017 foi baixo (14%) e não houve progressos significativos na redução ou 35 até houve aumento no conteúdo de sódio em 48% das categorias de alimentos pactuadas e somente 30% dos produtos mais salgados do mercado reduziram seu conteúdo para níveis similares aos produtos da mesma categoria (Health Canada, 2020).

No campo das estratégias mandatórias de reformulação dos alimentos industrializados, destacaram-se as experiências da Argentina e da África do Sul. No caso da Argentina, os limites regulatórios máximos para produtos cárneos e farináceos, sopas e molhos foram estabelecidos em 2013, baseados em limites voluntários que foram estabelecidos previamente. Contudo, o

país no momento tem que lidar com uma das dificuldades das abordagens regulatórias ou mandatórias, o tempo e a burocracia necessárias para modificar instrumentos legais. Tais mudanças são necessárias para estabelecer novos limites de sódio, mais baixos, tendo em vista que a maioria dos grupos incluídos na regulação já atendem aos máximos estabelecidos, assim como é necessário incluir mais categorias de alimentos na regulação (Allemandi *et al.*, 2015). Em estudo mais recente, baseada em dados de 2018, confirmou-se o alcance das metas regulatórias por mais de 90% dos produtos. Ainda assim, mostrou-se que ainda havia grande variabilidade no conteúdo de sódio dentro das categorias e que somente 50% dos produtos estavam abaixo das metas regionais mais rigorosas estabelecidas pela Opas, evidenciando que maiores reduções são necessárias e que são tecnicamente factíveis (Allemandi *et al.*, 2019).

Ao final de 2018, dando continuidade à política, o Código Alimentar argentino foi modificado, de modo a revisar as metas estabelecidas em 2013 e ampliar as categorias de alimentos na política, assim como agregar outras medidas voltadas a restaurantes e outros estabelecimentos, tais como a retirada dos saleiros das mesas, a disponibilização de opções alternativas sem adição de sal e a disponibilidade de sal reduzido em sódio (Argentina, 2018).

Enquanto isso, na África do Sul, foram estabelecidos limites de conteúdo de sódio por meio de lei federal sem acordos voluntários prévios com as indústrias em 2016. As primeiras avaliações da política já mostram que a maioria das indústrias está rapidamente reformulando seus produtos para atender às metas mandatórias e que, apenas um ano após seu estabelecimento, dois terços das categorias de alimentos já alcançaram as metas e outras muitas se encontram próximas de suas metas (Peters *et al.*, 2017).

Para além dessas medidas, são fundamentais ações paralelas como o aprimoramento da rotulagem nutricional dos produtos, como mediante a declaração obrigatória da quantidade de sódio, bem como da adoção de informações nutricionais complementares que apoiem os consumidores na escolha de produtos, que repercutem diretamente em foros regionais e globais de regulação de alimentos, tais como o *Codex Alimentarius* e mercados comuns.

No âmbito dos Comitês de Rotulagem de Alimentos e de Nutrição e Alimentos para Fins Especiais do *Codex Alimentarius* (respectivamente, CCFL e CCNFSDU), coordenados conjuntamente pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), esta agenda foi abordada na discussão dos valores de referência de nutrientes para prevenção de doenças crônicas não-transmissíveis (NRV-NCD), que reiteram o limite diário de ingestão de 2g de sódio e discutiram valores de referência para o potássio para uso da declaração nutricional, além de padrões globais para a rotulagem nutricional frontal de alimentos (FAO/WHO, 2020).

Ao mesmo, são reforçadas as demandas por critérios globais de quantidade de sódio em produtos de indústrias transnacionais, cujos produtos são fabricados em diferentes regiões do mundo e comercializados entre fronteiras, mas que ainda assim apresentam frequentemente diferente composição nutricional.

Outra discussão importante debate que permeia este tema é a relação entre as iniciativas de reformulação, fortificação e funcionalização dos alimentos e as estratégias de marketing das indústrias de alimentos, como maneiras de ganhar novos mercados e valer-se de argumentos nutricionais para legitimar sua presença no mercado. Nesse sentido, há um risco inerente às políticas de reformulação de legitimar o atual nível de consumo de produtos ultraprocessados e de estimular seu consumo em mercados emergentes, bem como há

preocupação crescente com os riscos associados ao uso de aditivos para substituir o sódio, as gorduras e açúcar (Scrinis e Monteiro, 2018).

Atuação da sociedade civil internacional

Tendo em vista todo esse acúmulo de evidências, fica claro que metas mandatárias (estabelecidas por instrumento regulatório) são muito superiores às voluntárias e constituem componente essencial das políticas nacionais. Por isso, instituições como o GHAI (*Global Health Advocacy Incubator*) junto com o *Resolve to Save Lives* têm atuado fortemente na agenda da redução do sódio nos países.

Um de seus primeiros pontos é a sensibilização em relação ao tema, reforçando que o excesso de sódio é um problema global de saúde e que consumir muito sódio aumenta o risco de doenças cardíacas, derrame e outras doenças não transmissíveis, que tem como resultado quase dois milhões de mortes no mundo estão ligadas a dietas ricas em sódio por ano. Além disso, reforçam que, na maioria dos países, as pessoas consomem mais que o dobro da quantidade recomendada pela Organização Mundial da Saúde (OMS): menos de dois gramas por dia de sódio (equivalentes a cerca de uma colher de chá rasa de sal).

Outra mensagem relevante refere-se às fontes dietéticas do sódio nos diferentes locais. Enquanto em alguns lugares a maior parte do sódio consumido vem desses alimentos industrializados e não do sal que adicionamos durante o cozimento ou à mesa, em outros lugares, onde a principal fonte é o sal adicionado na preparação e consumo dos alimentos, há uma mudança preocupante para o maior consumo desses produtos, que estão substituindo dietas tradicionais. Em consequência, os consumidores têm com pouco ou nenhum controle sobre sua ingestão de sódio, já que a indústria alimentícia define o teor de sódio de seus produtos. Ainda como resultado, fica difícil fazer escolhas saudáveis, contribuindo para o consumo excessivo de sódio e agravando a crise de saúde relacionada à alimentação.

Dessa maneira, defendem que a ação governamental forte não é apenas necessária, mas urgente. Nesse sentido, políticas obrigatórias de redução de sódio podem forçar a indústria a diminuir os níveis, como já feito em vários países, melhorando os ambientes alimentares e priorizando a saúde pública em vez de interesses comerciais.

Outra mensagem-chave é que a redução do consumo de sódio não só faz bem à saúde, mas também é uma medida custo-efetiva para os governos. A OMS classificou a redução de sódio como uma das melhores intervenções para prevenir doenças relacionadas à alimentação: para cada dólar investido nessa redução, estima-se um retorno de pelo menos US\$ 12. Ainda assim, estima-se que atualmente apenas 26% da população mundial vive em países com medidas obrigatórias de redução de sódio.

Por isso, reforçam que a OMS e outras organizações internacionais recomendam que os governos implementem políticas obrigatórias para reduzir o consumo de sódio em nível populacional e proteger o direito à saúde, tendo em vista que é uma das formas mais eficazes de diminuir a pressão arterial e o risco de doenças cardiovasculares em larga escala. Evidências mostram que essas metas melhoram os resultados de saúde e economizam recursos para os sistemas nacionais.

Uma das medidas centrais que as organizações defendem é reduzir o sódio em alimentos industrializados (processados e ultraprocessados), estabelecendo limites específicos para cada categoria. Destacam, ainda, que as políticas de redução de sódio não devem agir

isoladamente, pois precisam fazer parte de uma estratégia mais ampla para melhorar a qualidade da alimentação, incluindo: rotulagem frontal de advertência, restrições à publicidade de alimentos, políticas fiscais e iniciativas para tornar alimentos nutritivos (como frutas, verduras e grãos integrais) mais acessíveis e baratos.

Como instrumento para apoiar os países, as organizações produziram o novo documento, *Metas Obrigatórias de Redução de Sódio em Alimentos Processados*, apresenta os passos necessários para implementar essas metas, com base em experiências de países onde essas políticas já deram certo e trazendo as seguintes recomendações claras e baseadas em evidências para formuladores de políticas e defensores da saúde pública (GHA and Resolve to Save Lives, 2025):

1. **Adotar uma abordagem obrigatória** para garantir o cumprimento da política e maximizar seu impacto na saúde pública.
2. **Assegurar transparência no processo de formulação de políticas**, com mecanismos robustos de prestação de contas, priorizando a saúde pública em detrimento de interesses comerciais.
3. **Utilizar as Referências Globais de Sódio da OMS** como base para definir metas, complementando com recomendações regionais (como as da OPAS e do SEARO, quando aplicável).
4. **Adaptar as referências da OMS (ou OPAS/SEARO) de forma gradual**, considerando os níveis atuais de sódio nos alimentos, com prazos definidos para redução progressiva e inclusão de novas categorias de alimentos, se necessário.
5. **Estabelecer limites máximos obrigatórios** para garantir implementação e monitoramento eficazes das iniciativas de redução de sódio.
6. **Avaliar o contexto e a capacidade do país** ao escolher o modelo de regulamentação. Países com maior capacidade devem adotar um modelo **abrangente e obrigatório**, cobrindo a maioria das categorias de alimentos. Já países com recursos limitados podem começar com um **modelo conservador**, focado em categorias-chave que mais contribuem para o consumo de sódio, expandindo gradualmente.
7. **Padronizar as medidas**, definindo metas de sódio **por 100 g (sólidos) e 100 ml (líquidos)**.
8. **Criar um sistema robusto de monitoramento e fiscalização antes da implementação**, supervisionado por governos ou entidades independentes sem conflitos de interesse, para avaliar o progresso e a eficácia da política.
9. **Implementar medidas complementares**, como rotulagem nutricional obrigatória, advertências frontais em embalagens e restrições à publicidade, entre outras boas práticas.
10. **Promover mudanças de comportamento do consumidor** por meio de campanhas de comunicação e mídia, reforçando os esforços regulatórios.

Trajetória das políticas para redução do consumo de sal no Brasil

O plano brasileiro para a redução do consumo de sódio foi desenvolvido a partir de contribuições de atores dos setores público e privado e da sociedade civil e representações de profissionais de saúde, com base em eixos prioritários de ação para a formulação, monitoramento e avaliação abordando: o aumento da oferta de alimentos saudáveis (básicos e ou minimamente processados), reformulação de alimentos processados, comunicação, educação e sensibilização da população, profissionais de saúde e manipuladores de alimentos e orientações sobre o uso da rotulagem nutricional dos alimentos industrializados (Nilson, Jaime e Resende, 2013).

No campo das ações educativas e de comunicação, trabalhadas principalmente com base no Guia Alimentar para a População Brasileira (Ministério da Saúde, 2014) e o Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de 2 Anos (Ministério da Saúde, 2019), em ambientes estratégicos e por meio de campanhas principalmente em mídias sociais.

O alcance destas estratégias de comunicação tem sido menor do que o necessário, pois tentativas de parcerias com supermercados foram descontinuadas ainda na fase de pilotos e sem passar para a escala nacional, além das campanhas publicitárias e mensagens em mídias sociais serem limitadas no tempo e sofrendo de descontinuidade.

No campo da rotulagem nutricional, a declaração obrigatória do sódio nos produtos embalados foi iniciada em 2003, porém avanços adicionais na legislação sobre rotulagem nutricional no sentido de facilitar a compreensão pelos consumidores, tais como a revisão das porções declaradas e a rotulagem frontal de alimentos com declaração do excesso de sódio, açúcares adicionados e gorduras saturadas nos alimentos só vieram em 2020, mas com a implementação efetiva da medida adiada até 2022 (Anvisa, 2020). Porém, a efetividade da rotulagem frontal foi reduzida pela adoção de um modelo de perfil nutricional (limites para os nutrientes) que é menos rigoroso do que o adotado em outros países da América Latina e recomendado pela Opas, ou seja, nem todos os produtos que deveriam receber o selo de “alto em sódio” trarão de fato esse alerta.

Mesmo não constituindo a principal fonte de sal na dieta da população brasileira, a necessidade de redução do sódio em alimentos industrializados no Brasil é também apoiada por dados recentes sobre o perfil nutricional destes produtos no país, que evidenciam elevado teor de sódio em grande parte deste grupo (Louzada *et al.*, 2015), assim como em produtos direcionados para crianças (Rodrigues *et al.*, 2016).

A seleção de categorias prioritárias para a negociação e estabelecimento de metas de redução baseou-se em microdados de pesquisas populacionais de aquisição e consumo de alimentos e tabelas de composição de alimentos, avaliando os alimentos segundo sua contribuição para a ingestão de sódio pela população (consumo total do produto e teor médio de sódio), bem como alimentos direta ou indiretamente voltados a públicos vulneráveis como adolescentes e crianças (Nilson, Jaime e Resende, 2013). Assim, a partir de 2011, foram selecionadas as seguintes categorias de alimentos, para as quais foram estabelecidas metas de redução: pão de forma, bisnaguinhas, massas instantâneas, bolos e misturas para 38 bolos, biscoitos (salgados, doces e recheados), batatas fritas, salgadinhos de milho, pão francês, cereais matinais, margarina, caldos e temperos, laticínios (queijo muçarela e requeijão), produtos cárneos (salsicha, presunto, hambúrguer, empanados, linguiça, salame, mortadela) e sopas.

Entre 2014 e 2018, foram realizadas três rodadas de monitoramento oficial da redução do teor de sódio nesses produtos, compreendendo todas as categorias prioritárias, demonstram o cumprimento das metas de redução pela maioria dos produtos de cada categoria e reduções médias no teor médio de sódio de 5% a 20% entre 2011 e 2013 (Nilson *et al.*, 2017).

Especificamente no contexto das políticas brasileiras de redução do consumo de sal na população, demonstrou-se que o impacto das atuais metas voluntárias é limitado em relação à necessidade de redução do consumo de sódio na população, portanto precisa ser ampliado mediante ações para a diminuição ainda maior no teor de sódio de alimentos processados e ultraprocessados e complementado por outras estratégias que contemplem outras fontes dietéticas de sal.

Estudos recentes para o Brasil mostraram que a aplicação das metas voluntárias brasileiras de sódio para alimentos embalados entre 2013 e 2032 poderia prevenir ou adiar aproximadamente 110 mil casos de doenças cardiovasculares, além de prevenir ou adiar aproximadamente 2.600 mortes por doenças cardiovasculares. Em termos econômicos, isso poderia gerar uma economia líquida de aproximadamente US\$ 220 milhões em custos médicos para o Sistema Único de Saúde brasileiro para o tratamento de doenças coronarianas e acidentes vasculares cerebrais, e economizar aproximadamente US\$ 71 milhões em custos informais com saúde das famílias (Nilson *et al.*, 2021).

Esses resultados são similares aos de avaliação das metas de redução de sódio nos Estados Unidos, propostas pela agência regulatória (*FDA -US Food and Drug Administration*), que reforçam a importância do compromisso continuado do setor produtivo para o alcance de maiores impactos na redução de adoecimentos, mortes e custos relacionados às doenças cardiovasculares (Pearson-Stuttard *et al.*, 2018) e até permitiram avaliar o impacto na saúde dos próprios trabalhadores do setor produtivo (Collins *et al.*, 2019).

Contudo, esses impactos são bem menores do que os que seriam obtidos com a adoção de metas mandatórias para os teores de sódio no Brasil, além de outras políticas complementares. Nesse sentido, novo estudo mostrou que, entre 2019 e 2038, a adoção de metas regulatórias poderia prevenir ou adiar aproximadamente 850 mil casos e cerca de 15 mil mortes por doenças cardiovasculares (três vezes mais do que as metas voluntárias no mesmo período). Além disso, a rotulagem nutricional frontal para o excesso de sódio nos produtos poderia prevenir ou adiar aproximadamente 400 mil casos e 7 mil mortes por doenças cardiovasculares e a substituição de 10% do sal de cozinha regular por sal de potássio poderia prevenir ou adiar aproximadamente 780 mil casos e 55 mil mortes por doenças cardiovasculares. A economia total relacionada ao tratamento de doenças cardiovasculares em 20 anos poderia alcançar respectivamente Int\$ 1,1 bilhão, Int\$ 1,7 bilhão e Int\$ 2,4 bilhões para a rotulagem nutricional frontal, para o sal de cozinha com 10% de potássio e para as metas regulatórias (Nilson *et al.*, 2022).

Vale destacar que, ao longo da implementação e discussão do processo de pactuação de metas e seu monitoramento, foram evidenciadas diversas limitações e críticas, tais como a necessidade de ampliar o alcance das metas de redução para todo o mercado de alimentos (incluindo abordagens regulatórias para estabelecer e fiscalizar os limites de sódio), a capacidade analítica insuficiente do sistema de monitoramento laboratorial oficial, definição de metas que representem mais precisamente o mercado (metas de redução do teor médio das categorias e metas ponderadas em função da participação no mercado dos produtos), a demanda por espaços para a participação de organizações da sociedade civil no processo de negociação e monitoramento e a necessidade de expandir e fortalecer instrumentos e pesquisas de avaliação das políticas em nível populacional (incluindo seus impactos sobre a morbimortalidade e gastos em saúde), entre outros (Nilson, 2015).

Mesmo diante dessas reconhecidas limitações, a pauta da redução do consumo de sal esteve presente constantemente na agenda do Ministério da Saúde ao longo dos anos, inclusive na sua agenda internacional, tanto na participação na Câmara Intergovernamental de Segurança Alimentar e Nutricional (Cisan) do Mercosul quanto na coordenação Rede de Ação da Década de Nutrição sobre a redução do consumo de sódio em países. Isso colocou o país em posição de liderança regional na agenda que, porém, com a estagnação das ações, essa liderança está se perdendo regional e globalmente.

Primeiramente, a repactuação das metas de sódio foi interrompida para a pactuação das primeiras metas de redução do açúcar nos alimentos e bebidas entre 2016 e 2018, e a tentativa de retomada desse processo foi interrompida com a pandemia de Covid-19. Ainda assim, houve uma retomada das conversações com as indústrias em 2021 e 2022, também se orientando pelas metas globais da OMS e as metas regionais atualizadas da Opas e prevendo maiores avanços nos produtos que já vinham sendo pactuados e a inclusão de novas categorias. Contudo, esse processo mostrou muitas dificuldades de avanços na incorporação dessas novas referências e no estabelecimento de prazos mais curtos de implementação com vistas a buscar maiores impactos sobre a saúde pública.

Durante esse período de dificuldades na agenda, um ponto positivo foi que o Ministério da Saúde usou as evidências nacionais existentes para publicar um *policy brief* sobre a redução do consumo de sal, em que defende, entre outras mudanças, que as metas nacionais deveriam mudar para um modelo mandatário ou regulatório (Ministry of Health of Brazil, 2022).

Contudo, a pauta não avançou junto à direção do Ministério desde então, principalmente em relação à discussão das metas nacionais de conteúdo de sódio. Depois, com a mudança de gestão em 2023, apesar da expectativa de retomada de agendas antes fragilizadas ou interrompidas, a condução da política de redução do consumo de sal ficou indefinida, mantendo inativas as discussões sobre os limites de sódio nos alimentos (que datam de 2016) e trazendo poucas movimentações aos próprios trabalhos da Rede de Ação regional sobre a redução do consumo de sal.

Vale destacar, ainda, que alguns posicionamentos durante esse tempo foram unicamente focados na rotulagem frontal como instrumento de redução do consumo do sal, sem reconhecer a necessidade de múltiplas estratégias coordenadas e, em particular da relevância das metas. Nesse sentido, apesar da rotulagem frontal ser um instrumento importante, sua efetividade na redução do conteúdo de sódio está provavelmente limitada a um pequeno número de categorias de alimentos, mediante a possibilidade de reformulação para não receber o selo de “alto em sódio”, contudo não haverá incentivo à redução do sódio em alimentos muito consumidos cujos teores de sódio estejam abaixo do limite para o selo (como os pães) e mesmo para produtos caracteristicamente altos em sódio que sempre terão o selo. Nesses casos, a reformulação para a redução do conteúdo de sódio somente será impulsionada com limites mais baixos de conteúdo, preferencialmente obrigatórios.

Enquanto isso, políticas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar avançaram significativamente no estabelecimento de restrições para alimentos altos em sódio e produtos ultraprocessados, além dos reconhecidos avanços nas compras da agricultura familiar e priorização de alimentos in natura e minimamente processados. Também avançam discussões para uma regulação nacional da restrição ou proibição da venda de ultraprocessados nas escolas, lembrando que produtos ultraprocessados ricos em sódio, gordura e açúcar, como salgadinhos e bebidas açucaradas, são fortemente direcionados para crianças e adolescentes.

Mais recentemente, já em 2024, houve uma grande oportunidade de avançar nessa agenda por meio de políticas fiscais, no contexto da discussão da reforma tributária, em que pesquisadores, sociedade civil e áreas técnicas do Ministério da Saúde defendiam a adoção do imposto seletivo para toda a categoria dos produtos ultraprocessados (lembrando que ultraprocessados têm frequentemente alto conteúdo de sódio, gorduras e açúcar). Entretanto, a proposta final aprovada pelo Congresso Nacional limitou o imposto seletivo às bebidas açucaradas, ainda que grande parte dos ultraprocessados ainda estariam na alíquota mais

elevada do imposto e que tenha mantido uma cesta básica de alimentos alinhada com o Guia Alimentar para a População Brasileira. Além da proposta mais limitada do que a originalmente defendida pela saúde, é possível que mais mudanças no texto durante a tramitação no legislativo diminuam ainda mais o alcance e a efetividade dessa reforma sobre a saúde com o intenso lobby das indústrias de alimentos.

Conclusões

Novamente, chegamos à Semana Mundial de Conscientização Sobre o Sal buscando reforçar uma agenda que deveria ser uma prioridade de todos os governos nacionais, incluindo o Brasil, mas que tem perdido parte de sua prioridade de outros momentos. É essencial reconhecer que a redução do consumo de sal em nível populacional nos países só será alcançada por meio de múltiplas estratégias complementares, que estão entre as medidas mais custo-efetivas para a prevenção e controle das DCNTs. Nesse sentido, as evidências científicas e nas experiências nacionais existentes mostram que são necessárias metas de redução do sódio em alimentos (preferencialmente mandatórias), o aprimoramento da rotulagem nutricional frontal, a possível substituição parcial do sal de cozinha, as medidas fiscais que favoreçam escolhas alimentares saudáveis e desincentivem as não-saudáveis, a regulação de ambientes e da publicidade e a realização de ações de informação, educação e comunicação para a população.

Nesse sentido, o tema da de 2024 traz um importante alerta para governos, considerando seus compromissos assumidos, mas também para os organismos internacionais e para a sociedade civil, considerando, respectivamente, o apoio aos governos e o *advocacy* pela agenda.

Como alertamos em 2024, a descontinuidade de algumas ações e a fragilização de outras nessa agenda em alguns países, incluindo o Brasil, tem impactado a carga epidemiológica e econômica relacionada a esse fator de risco, além de distanciar os países de seus compromissos globais e mesmo de suas metas nacionais em relação às DCNTs, particularmente neste ano em que a Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) terá essas doenças novamente como tema central.

Não podemos deixar que, a exemplo do que tem sido denunciado no Reino Unido, que o consumo excessivo de sal se torne um inimigo esquecido o Brasil. Portanto, os compromissos precisam ser renovados e fortalecidos, acelerando o progresso mediante a efetiva priorização dessa agenda prioritária e do conjunto de medidas necessárias. Essas medidas dialogam diretamente com o Guia Alimentar para a População Brasileira, por meio da implementação de políticas para reduzir o consumo de produtos ultraprocessados e aumentar o consumo de alimentos in natura e minimamente processados, mas não podem deixar de atuar na redução dos danos causados pelo excesso de sódio presente nos ultraprocessados.

Além da oportunidade representada pela AGNU, com a prorrogação do término da Década de Ação sobre a Nutrição para 2030 e os próprios ODS, temos uma oportunidade adicional de reativar mecanismos como as Redes de Ação e outros mecanismos para impulsionar a agenda em nível regional e nacional, em conjunto com as orientações do pacote SHAKE 2.0, além de aproveitar oportunidades nacionais como a discussão dos temas da agenda regulatória da Anvisa para o biênio 2026-2027 para colocar os limites mandatórios de sódio nos alimentos como possível pauta.

Referências

- AFSHIN, A. *et al.* Health effects of dietary risks in 195 countries, 1990–2017: a systematic analysis for the Global Burden of Disease Study 2017. **The Lancet**, v. 393, n. 19, p. 1958–1972, 2019.
- ALLEMANDI, L. *et al.* Sodium content in processed foods in Argentina : compliance with the national law. **Cardiovasc Diagn Ther**, v. 5, n. 3, p. 197–206, 2015.
- _____. Monitoring sodium content in processed foods in Argentina 2017–2018: Compliance with national legislation and regional targets. **Nutrients**, v. 11, n. 7, p. E1474, 2019.
- ANVISA. **Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N° 429, de 8 de outubro de 2020 - Dispõe sobre a rotulagem nutricional dos alimentos embalados.** Disponível em: <http://antigo.anvisa.gov.br/documents/10181/3882585/RDC_429_2020_.pdf/9dc15f3a-db4c-4d3f-90d8-ef4b80537380>.
- ARGENTINA. **Resolución Conjunta SRyGS y SAyB N° 1/2018 rectificada por Resolución Conjunta SRyGS y SAyB N° 24/2019** Buenos Aires, Argentina Secretaría de Regulación y Gestión Sanitaria y Secretaría de Alimentos y Bioeconomía, , 2018. Disponível em: <<https://www.boletinoficial.gob.ar/detalleAviso/primera/192839/20180925>>
- BLANCO-METZLER, A. *et al.* Baseline and estimated trends of sodium availability and food sources in the Costa Rican population during 2004–2005 and 2012–2013. **Nutrients**, v. 9, n. 1020, p. E1020, 2017.
- BLOCH, M. R. The social influence of salt. **Scientific American**, v. 209, n. 1, p. 88–99, 1963.
- BROUILLARD, A. M.; KRAJA, A. T.; RICH, M. W. Trends in Dietary Sodium Intake in the United States and the Impact of USDA Guidelines: NHANES 1999–2016. **American Journal of Medicine**, v. 132, n. 10, p. 1199–1206, 2019.
- BURT, H. E. *et al.* Salt: the forgotten foe in UK public health policy. **BMJ**, v. 377, p. e070686, 21 jun. 2022.
- CAMPBELL, N. *et al.* Inaugural Maximum Values for Sodium in Processed Food Products in the Americas. **Journal of Clinical Hypertension**, v. 17, n. 8, p. 611–613, 2015.
- CARVALHO, J. J. M. *et al.* Blood pressure in four remote populations in the INTERSALT study. **Hypertension**, v. 14, n. 3, p. 238–246, 1989.
- COLIN-RAMIREZ, E. *et al.* Food sources of sodium intake in an adult mexican population: A sub-analysis of the SALMEX study. **Nutrients**, v. 9, n. 8, p. 810, 2017.
- COLLINS, B. *et al.* FDA Sodium Reduction Targets and the Food Industry: Are There Incentives to Reformulate? Microsimulation Cost-Effectiveness Analysis. **The Milbank Quarterly**, v. 97, n. 3, p. 858–880, 2019.
- ELLIOTT, P.; BROWN, I. J. **Sodium Intakes around the World - Background document prepared for the Forum and Technical meeting on Reducing Salt Intake in Populations (Paris 5-7th October 2006).** [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://www.who.int/dietphysicalactivity/Elliott-brown-2007.pdf>>.
- FAO/WHO. **Codex Alimentarius Committee on Nutrition and Foods for Special Dietary Uses (CCNFSDU).** Disponível em: <<http://www.fao.org/fao-who-codexalimentarius/committees/committee/en/?committee=CCNFSDU>>.
- FERRANTE, D. J. K. *et al.* Relación costo-utilidad de la disminución del consumo de sal y su efecto en la incidencia de enfermedades cardiovasculares en Argentina. **Revista Panamericana de Salud Publica/Pan American Journal of Public Health**, v. 32, p. 274–80, 2012.
- GHAH AND RESOLVE TO SAVE LIVES. **Position Paper - Mandatory Sodium Reduction Targets for Processed Foods.** [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://www.advocacyincubator.org/program-areas/food-and-nutrition/reducing-demand-for-unhealthy-food/mandatory-sodium-reduction-targets-position-paper>>.
- GUINEE, T.; FOX, P. Cheese: chemistry, physics and microbiology. In: FOX, P. *et al.* (Eds.). . **Cheese: chemistry, physics and microbiology.** 3rd. ed. [s.l.] Elsevier Academic Press, 2004. p. 207–259.
- HE, F. J.; MACGREGOR, G. A. Dietary salt, high blood pressure and other harmful effects on health. In: KILCAST, D.; ANGUS, F. (Eds.). . **Reducing salt in foods: Practical strategies.** [s.l.] Woodhead Publishing Limited, 2007. p. 18–54.

HE, F. J.; MACGREGOR, G. A. A comprehensive review on salt and health and current experience of worldwide salt reduction programmes. **Journal of human hypertension**, v. 23, n. 6, p. 363–84, 2009.

HEALTH CANADA. **Sodium Intake of Canadians in 2017**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://www.canada.ca/en/health-canada/services/publications/food-nutrition/sodium-intake-canadians-2017.html#a9>>.

____. **Sodium Reduction in Processed Foods in Canada: An Evaluation of Progress toward Voluntary Targets from 2012 to 2016**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://www.canada.ca/en/health-canada/services/food-nutrition/legislation-guidelines/guidance-documents/guidance-food-industry-reducing-sodium-processed-foods-progress-report-2017.html>>.

____. **Voluntary sodium reduction targets for processed foods 2020-2025**. Disponível em: <<https://www.canada.ca/en/health-canada/services/food-nutrition/healthy-eating/sodium/sodium-reduced-targets-2020-2025.html>>.

HENNEY, J. E.; TAYLOR, C. L.; BOON, C. S. **Strategies to reduce sodium intake in the United States**. [s.l.] National Academy of Sciences, 2010.

HHS/USDA. **2015–2020 Dietary Guidelines for Americans**. 8th. ed. [s.l.] U.S. Department of Health and Human Services and U.S. Department of Agriculture, 2015.

HYSENI, L. *et al.* Systematic review of dietary salt reduction policies: Evidence for an effectiveness hierarchy? **PLoS ONE**, v. 12, n. 5, p. e0177535, 2017.

KURLANSKY, M. **Salt: a world history**. [s.l.: s.n.].

LAVERTY, A. A. *et al.* Quantifying the impact of the Public Health Responsibility Deal on salt intake, cardiovascular disease and gastric cancer burdens: interrupted time series and microsimulation study. **Journal of Epidemiology and Community Health**, v. 73, n. 9, p. 881–887, 2018.

LOUZADA, M. L. DA C. *et al.* Ultra-processed foods and the nutritional dietary profile in Brazil. **Revista de Saude Publica**, v. 49, p. 38, 2015.

MEDEIROS-NETO, G. Iodine nutrition in Brazil: where do we stand? **Arquivos Brasileiros de Endocrinologia e Metabologia**, v. 53, n. 4, p. 470–474, 2009.

MILL, J. G. *et al.* Fatores associados ao consumo de sal na população adulta brasileira: Pesquisa Nacional de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 2, p. 555–567, 12 fev. 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Guia Alimentar para a População Brasileira**. Brasília: [s.n.].

____. **Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de 2 Anos**. Brasília, Brasil: [s.n.].

MINISTERIO DE SALUD. **Encuesta Nacional de Salud - ENS Chile 2009-2010**. Santiago, Chile: [s.n.]. Disponível em: <http://www.minsal.cl/portal/docs/page/minsalcl/g_home/submenu_portada_2011/ens2010.pdf>.

MINISTRY OF HEALTH OF BRAZIL. **Policy brief: Sodium reduction in processed and ultra-processed foods in Brazil**. Brasília/DF: [s.n.].

NILSON, E. A. F. The strides to reduce salt intake in Brazil: have we done enough? **Cardiovascular diagnosis and therapy**, v. 5, n. 3, p. 243–247, 2015.

NILSON, E. A. F. *et al.* Sodium reduction in processed foods in Brazil: Analysis of food categories and voluntary targets from 2011 to 2017. **Nutrients**, v. 9, n. 7, p. E742, 2017.

NILSON, E. A. F. *et al.* Modelling the effect of compliance with WHO salt recommendations on cardiovascular disease mortality and costs in Brazil. **PLoS ONE**, v. 15, n. 7, p. e0235514, 2020.

____. Estimating the health and economic effects of the voluntary sodium reduction targets in Brazil: microsimulation analysis. **BMC Medicine**, v. 19, n. 1, p. 1–10, 2021.

____. Quantifying the health and economic benefits of different salt reduction strategies in Brazil: a microsimulation analysis. **Journal of Epidemiology and Community Health**, v. Unpublishe, n. Suppl 1, p. A19–A20, 1 ago. 2022.

____. **Estimação dos custos diretos e indiretos atribuíveis ao consumo de álcool no Brasil**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <https://actbr.org.br/wp-content/uploads/2024/12/reset_estudo_custo_atribuivel.pdf>.

NILSON, E. A. F. *et al.* Trends in sodium intake and dietary sources in the Brazilian population from 2002-2003 to 2017-2018. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 40, n. 2, p. e00073823, 2024.

NILSON, E. A. F.; JAIME, P. C.; RESENDE, D. DE O. Iniciativas desenvolvidas no Brasil para a redução do teor de sódio em alimentos processados. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 32, n. 4, p. 287–92, 2013.

OLIVEIRA, M. M. DE *et al.* Consumo elevado de sal autorreferido em adultos: dados da Pesquisa Nacional de Saúde, 2013. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 24, n. 2, p. 249–256, 2015.

PAN AMERICAN HEALTH ORGANIZATION (PAHO). **Salt-Smart Americas: A Guide for Country-Level Action**. [s.l.] PAHO - Pan American Health Organization, 2013.

____. **Updated PAHO Regional Sodium Reduction Targets**. Washington, DC: [s.n.].

PEARSON-STUTTARD, J. *et al.* Estimating the health and economic effects of the proposed US Food and Drug Administration voluntary sodium reformulation: Microsimulation cost-effectiveness analysis. **PLoS Medicine**, v. 15, n. 4, p. e1002551, abr. 2018.

PETERS, S. A. E. *et al.* The sodium content of processed foods in South Africa during the introduction of mandatory sodium limits. **Nutrients**, v. 9, n. 4, p. E404, 2017.

RODRIGUES, V. M. *et al.* Comparison of the nutritional content of products, with and without nutrient claims, targeted at children in Brazil. **British Journal of Nutrition**, v. 115, n. 11, p. 2047–56, 2016.

ROSEWARNE, E. *et al.* A Global Review of National Strategies to Reduce Sodium Levels in Packaged Foods. **Advances in nutrition (Bethesda, Md.)**, 29 abr. 2022.

SCRINIS, G.; MONTEIRO, C. A. Ultra-processed foods and the limits of product reformulation. **Public Health Nutrition**, v. 21, n. 1, p. 247–252, 2018.

STRAZZULLO, P.; LECLERCQ, C. Sodium. **Advances in Nutrition**, v. 5, n. 2, p. 188–190, 2014.

TRIEU, K. *et al.* Salt reduction initiatives around the world-A systematic review of progress towards the global target. **PLoS ONE**, v. 10, n. 7, p. e0130247, 2015.

VARGAS-MEZA, J. *et al.* Effective and Scalable Interventions to Reduce Sodium Intake: a Systematic Review and Meta-Analysis. **Current Nutrition Reports** 2023, v. 1, p. 1–9, 24 maio 2023.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Guideline: Sodium intake for adults and children**. [s.l.: s.n.].

____. **Global action plan for the prevention and control of noncommunicable diseases 2013-2020**. Geneva, Switzerland: World Health Organization (WHO), 2013.

____. ‘Best Buys’ and Other Recommended Interventions for the Prevention and Control of Noncommunicable Diseases. n. 2017, 2017.

WORLD HEALTH ORGANIZATION, (WHO). **WHO global sodium food for different benchmarks categories**. Geneva: [s.n.].

WYNESS, L. A.; BUTRISS, J. L.; STANNER, S. A. Reducing the population’s sodium intake: The UK Food Standards Agency’s salt reduction programme. **Public Health Nutrition**, v. 15, n. 2, p. 254–261, 2012.

**Investimento em educação, cultura, ciência e cooperação internacional são a base
para a construção das defesas da paz**

***Investment in education, culture, science, and international cooperation are the
foundation for building the defenses of peace***

**Fabiane Gaspar
Gisele Sanglard
Heliton Barros
Vitor Rodrigues**

Resumo. Em continuidade ao informe 06-25 que tratou do relatório sobre os Resultados Estratégicos 2024 apresentado na 221ª sessão do Conselho Executivo da UNESCO, neste informe, destacaremos o orçamento estimado para o biênio 2026-2027 (Documento [43 C/5](#)), uma comparação com orçamentos aprovados nos biênios anteriores e o aumento das contribuições voluntárias, demonstrando o esforço e confiança dessa organização em concretizar as ações, projetos e programas sob seu mandato. Relatamos o aumento dos investimentos na indústria bélica de forma que concluímos que as defesas da paz têm um longo caminho a percorrer enquanto não houver um sólido investimento em educação, cultura, ciências e na cooperação solidária entre os povos.

Palavras-chave. UNESCO. Orçamento. Educação. Indústria Bélica.

Abstract. *Following up on report 06-25, which addressed the Strategic Results 2024 report presented at the 221st session of the UNESCO Executive Board, this report will highlight the estimated budget for the 2026-2027 biennium (Document 43 C/5), a comparison with approved budgets in previous biennia, and the increase in voluntary contributions, demonstrating the effort and confidence of this organization in implementing actions, projects, and programs under its mandate. We report the increase in investments in the war industry, concluding that the defenses of peace have a long way to go as long as there is no solid investment in education, culture, science, and in the solidarity cooperation among peoples.*

Keywords. UNESCO. Budget. Education. War Industry.

“Uma vez que as guerras se iniciam nas mentes dos homens, é nas mentes dos homens que devem ser construídas as defesas da paz” (Preâmbulo da Constituição da UNESCO)

Introdução

Em continuidade ao informe 06-25 ([Caderno 6 de 2025](#)) que tratou do relatório sobre os Resultados Estratégicos 2024 apresentado na 221ª sessão do Conselho Executivo da UNESCO, neste informe, destacaremos o orçamento estimado para o biênio 2026-2027 (Documento [43 C/5](#)), uma comparação com orçamentos aprovados nos biênios anteriores e, de acordo com os documentos dos orçamentos apresentados, concluímos que o esforço em realizar parcerias e

assim captar recursos para as contribuições voluntárias tem tido resultados promissores para a manutenção orçamentária e execução dos programas e projetos sob o mandato dessa Organização.

Por outro lado, os gastos na indústria bélica são os maiores mais vistos nos últimos quarenta anos, segundo aponta o relatório elaborado pelo Instituto Internacional de Pesquisa para a Paz de Estocolmo (SIPRI, sigla em inglês).

Previsão orçamentária da UNESCO para o biênio 2026-2027

O Programa e Orçamento da UNESCO para o biênio 2026-2027, parte do quadriênio 2026-2029, aborda alocações financeiras, planos estratégicos e principais iniciativas em vários programas e setores.

Para o biênio 2026-2027, foram apresentadas três propostas de cenários de orçamento:

UNESCO Cenários de Orçamento 2026-2027 (em Dólar)

Orçamento	Cenário de Crescimento Real Zero (ZRG)	Cenário de Crescimento Nominal Zero 1 (ZNG1)	Cenário de Crescimento Nominal Zero 2 (ZNG2)
Orçamento Regular	\$719.717.095	\$685.444.872	\$685.444.872
Outras Fontes*	\$1.203.889.735	\$1.203.889.734	\$1.203.889.734
Orçamento Total**	\$1.923.606.830	\$1.889.334.606	\$1.889.334.606

*fundos gerados por receitas e contribuições voluntárias

**o cenário ZRG, orçamento mantém o mesmo, incorporando ajustes de inflação. Os cenários ZNG1 e ZNG2 mantém o orçamento com diferenças nas alocações financeiras dos programas e serviços relacionados

Fonte: UNESCO, 2025

Os principais programas e suas respectivas prioridades sob a responsabilidade da UNESCO são as seguintes:

- **Educação:** foco em educação inclusiva e de qualidade, aprendizagem ao longo da vida, políticas para professores, educação STEM, contextos de crise, igualdade de gênero e transformação digital.
- **Ciências Naturais:** conservação da biodiversidade, segurança hídrica, redução de riscos de desastres, adaptação climática e desenvolvimento sustentável.
- **Ciências Sociais e Humanas:** abordagem dos impactos das mudanças climáticas, governança ética de tecnologias, combate à discriminação, promoção do engajamento juvenil e uso do esporte para o desenvolvimento.
- **Cultura:** salvaguarda do patrimônio cultural, promoção da economia criativa, resposta a emergências que afetam a cultura e combate ao tráfico ilícito de bens culturais.
- **Comunicação e Informação:** promoção da liberdade de expressão, literacia midiática e informacional, transformação digital inclusiva e governança ética da IA.

Ressalte-se que o plano plurianual da Unesco-Brasil, apresentado no último caderno do CRIS ([Caderno 7 de 2025](#)), espelha as prioridades da UNESCO.

De modo geral, o programa mantém as prioridades globais que são o “reforço das prioridades globais África e igualdade de gênero” e “apoio direcionado para Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS) e juventude”.

A alocação do orçamento para a estrutura política geral e direção inclui aumento entre 2,6% (Órgãos de governança) a 7,4% (Normas internacionais e assuntos jurídicos). Houve uma redução no orçamento alocado para a Diretoria (-1,9%) e sem alteração para a participação no sistema ONU.

Nos programas e serviços relacionados, destacamos o aumento de 22% para o Instituto de Estatísticas da UNESCO (25,9 milhões de dólares) e o aumento de 13,4% para o programa de Ciências Sociais e Humanas (103,3 milhões de dólares). O menor aumento de orçamento foram para a Cultura (1,2% = 299,3 milhões de dólares) e Comunicação e Informação (2,1% = 100,5 milhões de dólares).

Comparação orçamentária anual da UNESCO

O orçamento integrado aprovado para o período 2022-2023 foi de aproximadamente de um bilhão e meio de dólares enquanto para o período 2024-2025, o valor foi aproximadamente de um bilhão, oitocentos milhões de dólares. No detalhamento por biênio (Tabela 1), os programas e serviços relacionados a programas continuam sendo o maior percentual a receber recursos orçamentários, equivalente a 90% do orçamento total líquido.

Nos três últimos biênios, houve uma variação substancial no valor total integrado com o retorno das contribuições dos Estados Unidos à UNESCO, e consequentemente, haverá um novo impacto com a saída anunciada do mesmo país como Estado-Membro dessa Organização.

De 2022-2023 para 2024-2025, houve um aumento de 24,6% do total do valor orçamentário integrado, o que não se repetiu do biênio 2024-2025 para a previsão de 2026-2027, cujo aumento foi de apenas 6,6%.

Tabela 1 – Orçamento total integrado por biênio (em Dólar)

Orçamento / Biênio	2022 – 2023	2024 – 2025	2026 – 2027
Parte I – Política Geral e Direção	49.674.000	55.995.199	57.221.327
Parte II - Programas e Serviços relacionados a Programas	1.281.224.000	1.630.514.742	1.738.675.908
Parte III – Serviços Corporativos + Responsabilidade de longo prazo do seguro de saúde pós-serviço (ASHI)	160.603.000 + 3.973.000	172.753.014	183.673.233
Parte IV - Reembolsos de Empréstimos para Despesas de Capital	5.064.000	5.725.500	6.125.038
Parte V – Reserva de Contingência	-	-	5.000.000
Parte VI – Avaliação para Financiamento de Despesas de Capital + outras despesas	-	23.301.556	20.000.000
Subtotal Parte I a VI	1.500.538.000	1.888.290.011	2.010.659.506
Compensações	(52.780.000)	(83.842.712)	(87.052.676)
Orçamento Total Integrado*	1.447.758.000	1.804.447.299	1.923.606.830

*Orçamento regular + contribuições voluntárias - compensações

Fonte: UNESCO, 2022, 2023, 2025

Um outro destaque ao analisar os orçamentos é quanto à fonte de recursos (Tabela 2). O valor total das contribuições voluntárias possui um alto percentual de participação do orçamento global, o que, por um lado, indica a discricionariedade das Nações para a escolha dos

programas a serem financiados, por outro, essa flexibilidade pode atrair diversos tipos de parcerias, como tem acontecido nas chamadas Alianças Globais, assim os Governos e outros parceiros públicos e privados podem apoiar causas alinhadas às suas diretrizes. Em todos os relatórios orçamentários, há a indicação de risco corporativo e da continuidade dos programas em função da possibilidade em não continuar com as contribuições voluntárias, porém, os dados orçamentários têm provado o contrário.

Tabela 2 – Orçamento por fonte de recursos por biênio (em Dólar)

Fonte de recursos / Biênio	2022 - 2023	2024-2025	2026-2027*
Orçamento regular	534.647.000	685.444.872	719.717.095
Fundos geradores de receitas	38.226.000	----	----
Contribuições voluntárias**	927.664.000	1.119.002.427	1.203.889.735
Orçamento Total Integrado*	1.447.758.000	1.804.447.299	1.923.606.830

*cenário orçamentário 1

**valor líquido, descontado das compensações financeiras

Fonte: UNESCO, 2022, 2024, 2025

O aumento das contribuições voluntárias pode indicar que haja maior confiança na Organização na execução de seus programas e conseqüentemente, o aumento e permanência das contribuições voluntárias.

Gastos na indústria da guerra

Temos acompanhado os noticiários, relatórios, informes sobre conflitos armados nesta década, e de forma bem clara, conseguimos ver os fatos que demonstram o resultado dos gastos militares.

Segundo aponta pesquisa realizada pelo Instituto Internacional de Pesquisa para a Paz de Estocolmo (SIPRI, sigla em inglês), houve um aumento global com as despesas militares mundiais em 9,4% em termos reais, atingindo um total de US\$2.718 trilhões somente em 2024, o maior valor já registrado pelo SIPRI. Este foi o décimo ano consecutivo de aumentos.

Abaixo, seguem alguns dados emitidos pelo SIPRI que servem como referencial para o monitoramento dos gastos militares:

1. As despesas militares representaram 2,5% do PIB global em 2024.
2. Os cinco países com maior gasto militar foram Estados Unidos, China, Rússia, Alemanha e Índia, que juntos representaram 60% das despesas militares mundiais.
 - a. **Estados Unidos:** US\$997 bilhões
 - b. **China:** US\$314 bilhões (estimado)
 - c. **Rússia:** US\$149 bilhões (estimado), um aumento de 38%
 - d. **Alemanha:** US\$88,5 bilhões
 - e. **Índia:** US\$86,1 bilhões
3. As despesas militares na Europa aumentaram 17%, totalizando 693 bilhões de dólares. Todos os países europeus, exceto Malta, aumentaram suas despesas militares.
4. Os membros da OTAN gastaram \$1,506 trilhões, representando 55% das despesas globais. 18 dos 32 membros da OTAN gastaram pelo menos 2% do PIB em suas forças militares.

5. As despesas militares por Região:

- a. **Américas:** US\$1,100 trilhão
- b. **Ásia e Oceania:** US\$629 bilhões
- c. **Médio Oriente:** US\$243 bilhões (estimado)
- d. **África:** US\$52,1 bilhões

O relatório destaca o impacto de conflitos geopolíticos, como a guerra Rússia-Ucrânia e conflitos no Médio Oriente, nas tendências de aumento das despesas militares. Também aborda os desafios econômicos e sociais decorrentes do aumento das despesas militares, como o redirecionamento de fundos de outras prioridades nacionais e o aumento da dívida pública.

Itens importantes no orçamento dos EUA incluíam **caças furtivos** F-35 e seus sistemas de combate (US\$ 61,1 bilhões), novos navios para a Marinha (US\$ 48,1 bilhões), modernização do **arsenal nuclear** (US\$ 37,7 bilhões) e defesa antimísseis (US\$ 29,8 bilhões).

O orçamento americano incluiu US\$ 48,4 bilhões em **ajuda à Ucrânia**, quase três quartos do orçamento de Defesa de Kiev, que é de US\$ 64,8 bilhões.

“O rápido aumento nos gastos entre os integrantes europeus da Otan foi impulsionado principalmente pela ameaça russa e pelas preocupações com o possível desligamento dos EUA da aliança”, comentou Jade Guiberteau Ricard, pesquisadora do Programa de Despesas Militares e Produção de Armas do SIPRI.

A Índia, por sua vez, teve o quinto maior orçamento de defesa do mundo (US\$ 86,1 bilhões) em 2024 e o continente africano aumentou os gastos militares 3% no geral, em 2024.

Em 2024, o total de despesas militares na Ásia e Oceania atingiu US\$629 bilhões, refletindo um aumento de 6,3% em relação a 2023 e um aumento de 46% em relação a 2015. Esse aumento faz parte de uma tendência contínua de alta impulsionada por tensões geopolíticas crescentes na região, especialmente no Leste Asiático.

Considerações finais

A construção de uma sociedade sustentável e pacífica passa pela transformação da ética, dos valores e da valorização do ser humano integrado com o ambiente e com os demais povos. Enquanto houver aumento de gastos militares em “defesa” do seu território, povo e recursos naturais em detrimento dos investimentos em educação, cultura, ciência e nas relações de cooperação entre os povos, as defesas da paz terão um longo caminho a percorrer para que sejam efetivados plenamente entre os povos.

O investimento em educação, cultura, ciência e cooperação internacional são a base para a construção das defesas da paz e os esforços que a UNESCO, mas não somente, todos os que defendem a paz, devemos manter a crença, a força e persistência nessas áreas de atuação para alterar o atual cenário bélico.

Referências

London, Brand. CNN Brasil. *Nível de gastos militares mundiais é o maior em 40 anos, diz relatório*. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/nivel-de-gastos-militares-mundiais-e-o-maior-em-40-anos-diz-relatorio/#:~:text=Os%20Estados%20Unidos%20continuam%20sendo,trilh%C3%A3o%20de%20d%C3%B3lares%20em%202024>

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Cultura e a Ciência (UNESCO). *Approved Programme and Budget. First biennium 2022-2023*. Paris, 2022. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000380868>

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Cultura e a Ciência (UNESCO). *2024-2025 Approved Programme and Budget. Second biennium 2022-2025*. Paris, 2024. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000389188>

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Cultura e a Ciência (UNESCO). *43 C/5, Volume 1: Draft resolutions: first biennium of the 2026-2029 quadrennium, Volume 2: Draft Programme and budget, first biennium of the 2026-2029 quadrennium*. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000392982>

Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). *Funding NATO*. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_67655.htm

Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI). *SIPRI Yearbook 2024*. Disponível em: <https://www.sipri.org/yearbook/2024>

Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI). *Trends in World Military Expenditure, 2024*. Disponível em: <https://www.sipri.org/publications/2025/sipri-fact-sheets/trends-world-military-expenditure-2024>

O Importante Apoio do BID e do Banco Mundial ao Haiti: um Exemplo para os Outros Bancos Multilaterais de Desenvolvimento

The Important Support of the IADB and the World Bank to Haiti: an Example for Other Multilateral Development Banks

Isis Pillar Cazumbá

Abstract: *The Inter-American Development Bank (IADB) has launched a Project to support the recovery of Haiti considered the poorest country in Latin America and the Caribbean. The Project will last five years (2025-2030) and will have the importante collaboration of the World Bank (WB), which through its data, has determined the priority áreas to be work on, the European Union (EU) and the United Nations (UN). The implementation of this specific project shows other Multilateral Development Banks another way of cooperating with countries.*

Keywords: *IADB. World Bank. Multilateral Development Banks. Haiti. Development*

Resumo: O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) lançou um projeto que visa apoiar a recuperação do Haiti, país considerado o mais pobre da América Latina e do Caribe. O projeto terá um período de cinco anos (2025-2030) e contará com a colaboração importante do Banco Mundial (BM), que através dos seus dados direcionou as áreas prioritárias a serem trabalhadas, da União Europeia (UE) e da Organização das Nações Unidas (ONU). A realização deste projeto específico mostra para os demais Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs) uma outra forma de cooperar com os países.

Palavras-chave: BID. Banco Mundial. Bancos Multilaterais de Desenvolvimento. Haiti. Desenvolvimento

Sobre o atual cenário da Haiti

Atualmente, o Haiti detém o título de país mais pobre da América Latina e do Caribe (ALC) e está entre os países mais pobres do mundo. A renda per capita do haitiano não ultrapassa de U\$ 1.693 segundo dados do Banco Mundial (BM)³³. Já o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Haiti foi considerado de categoria média, posicionado no 158º em um ranking com 193 países, de acordo com o relatório de 2024 lançado pela Organização das Nações Unidas (ONU)³⁴.

A respeito do desenvolvimento econômico, o Haiti enfrenta sérias dificuldades, pois a instabilidade política persistente, o aumento da violência e a insegurança evidenciam a fragilidade em que o País se encontra, sendo difícil estabelecer um crescimento contínuo. Nos últimos anos, a economia haitiana contraiu por cinco anos consecutivos (2019 a 2023) devido aos desastres naturais e as gangues espalhadas pelo País que controlam os distritos comerciais³⁵.

³³ Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/country/haiti>

³⁴ Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/country/haiti>

³⁵ Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/country/haiti>

Quando se trata de desenvolvimento humano, o Haiti possui dados preocupantes no âmbito da saúde. A mortalidade infantil e materna possui altos índices, tendo a cobertura de medidas de prevenção nada promissoras, principalmente entre as famílias mais vulneráveis. De acordo com o BM, o Haiti teve 34.896 de casos confirmados de cólera em 2024³⁶, doença bacteriana que está diretamente ligada à falta de saneamento básico e higiene³⁷.

Ainda sobre o desenvolvimento humano, a ONU identificou no ano de 2024 que o Haiti enfrenta uma grave crise de segurança, onde estimou-se a morte de pelo menos 3.661 pessoas entre os meses de janeiro e junho. A escalada da crise de segurança influencia também na luta cotidiana de 5,4 milhões de haitianos à procura de alimento, de acordo com o BM³⁸.

Apoio do BID e do Banco Mundial

Anunciado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e pelo governo do Haiti, o *Plano de Recuperação e Desenvolvimento de Médio Prazo 2025-2030* foi elaborado para ajudar no processo de recuperação e desenvolvimento do País pelos próximos cinco anos. O presidente do BID, Ilan Goldfajn e o ministro da Economia e Finanças do Haiti, Alfred Fils Metellus formalizaram o acordo do plano em uma declaração conjunta durante um evento privado das Reuniões de Primavera do BM-FMI, que foram realizadas no final de abril, nos EUA. A pedidos das lideranças haitianas, o BID ficará responsável de coordenar a implementação deste projeto conjuntamente com o BM, a União Europeia (UE) e a ONU³⁹.

Liderada pelo BM, a *Avaliação Rápida de Impacto da Crise*⁴⁰ orientou quais seriam as áreas mais urgentes a serem trabalhadas no plano, priorizando as ações na região metropolitana da capital Porto Príncipe. Os pontos principais identificados foram: i) *Reforçar o desenvolvimento econômico e fortalecer o setor privado para um crescimento rápido, inclusivo e sustentado*; ii) *Melhorar a prestação de serviços básicos e o desenvolvimento do capital humano*; e iii) *Melhorar a capacidade institucional, o Estado de Direito, a justiça e a segurança*⁴¹.

Os recursos estimados para a implementação do plano foram orçados em US\$ 644 milhões, visando atender os 107 programas das áreas prioritárias contidas na Avaliação feita pelo BM. O governo haitiano sinalizou uma mobilização de recursos através de parceiros internacionais de mais de US\$ 209 milhões, restando US\$ 364 milhões de financiamento para os primeiros dois anos, que permitirão a realização de intervenções consideradas mais urgentes⁴².

Primeiramente, o plano planeja criar um pólo de desenvolvimento econômico em uma região conhecida como Grande Norte, onde o governo do Haiti, o BID, o BM e a ONU realizaram reuniões técnicas com o objetivo de identificar investimentos críticos para esta região. Avançando nesta etapa, o intuito é a de que todas as regiões do País possam ter as necessidades

³⁶ Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/country/haiti>

³⁷ Disponível em: [Cólera — Ministério da Saúde](#)

³⁸ Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/country/haiti>

³⁹ Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/idb-lead-haitis-medium-term-recovery-and-development-plan-2025-2030>

⁴⁰ Disponível em: <https://thedocs.worldbank.org/en/doc/aebfe0d6bc8d531600611abb53f1f5a5-0370012025/original/WB-RCIA-REP-ENG.pdf>

⁴¹ Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/feature/2025/04/28/haiti-the-costs-of-inaction-would-be-unbearable>

⁴² Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/feature/2025/04/28/haiti-the-costs-of-inaction-would-be-unbearable>

mais urgentes atendidas, diminuindo os desafios e pavimentando os caminhos para o desenvolvimento sustentável⁴³.

Durante a viagem ao Haiti, o presidente do BID se reuniu com várias lideranças do governo, deixando claro o posicionamento dele e do Banco no compromisso de apoiar o País em ações atuais e futuras⁴⁴. A visita, que foi considerada histórica⁴⁵, também contou com a assinatura de um projeto sobre saneamento básico entre a instituição e o governo, que promete expandir o acesso à água em caráter de urgência para mais de 130.000 casas e uma reunião com empresários haitianos para discutir sobre a criação de mais empregos e a mobilização de investimentos⁴⁶.

Considerações finais

O Haiti é considerado um país que vive com extremas vulnerabilidades, assim como muitos ao redor do mundo, sendo necessário o apoio e o comprometimento da comunidade internacional para ajudá-los a caminharem. O ideal seria que estes países conseguissem caminhar com “as suas próprias pernas”, porém, não é a realidade.

Os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs) vem ajudando países como o Haiti com projetos temáticos, nos âmbitos da saúde, da educação, da economia, das mudanças climáticas e entre outros ao longo de vários anos. Entretanto, um projeto específico como este que foi lançado pelo BID mostra para os outros BMDs a necessidade de uma nova abordagem, sendo esta mais aprofundada em relação às fragilidades vividas pelos países.

Um Plano de Ação é muito mais abrangente do que um programa temático contendo outros países. Trata-se de um projeto específico, focado nos problemas daquele país e com duração mais longa para a sua implementação; se bem aplicado, pode trazer resultados mais expressivos no combate às fragilidades.

Referências

Banco Interamericano de Desenvolvimento [homepage na internet] [acesso em 09 mai 2025]. Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/idb-lead-haitis-medium-term-recovery-and-development-plan-2025-2030>

Banco Interamericano de Desenvolvimento [homepage na internet] [acesso em 12 mai 2025]. Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/historic-visit-idb-president-showcases-support-haitis-recovery-and-private-sector-jobs>

Banco Mundial [homepage na internet] Historic Visit by IDB President Showcases Support for Haiti's Recovery and Private-Sector Jobs [acesso em 09 mai 2025]. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/feature/2025/04/28/haiti-the-costs-of-inaction-would-be-unbearable>

Banco Mundial [homepage na internet] Overview Haiti [acesso em 09 mai 2025]. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/country/haiti>

Ministério da Saúde [homepage na internet] Cólera [acesso em 12 mai 2025]. Disponível em: [Cólera — Ministério da Saúde](#)

⁴³ Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/idb-lead-haitis-medium-term-recovery-and-development-plan-2025-2030>

⁴⁴ Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/historic-visit-idb-president-showcases-support-haitis-recovery-and-private-sector-jobs>

⁴⁵ A primeira visita em anos de um presidente de um Banco Multilateral de Desenvolvimento.

⁴⁶ Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/historic-visit-idb-president-showcases-support-haitis-recovery-and-private-sector-jobs>

Projetos do Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB) relacionados à Saúde

Laura Tavares Soares

Resumo. Neste Informe é feita uma apresentação dos **Projetos financiados pelo Banco Asiático de Desenvolvimento - ADB** (sigla em inglês) na área da **Saúde** - na Ásia e na Região do Pacífico. Do ponto de vista da abrangência eles são regionais - contemplando toda uma região ou um grupo de países - ou nacionais. O financiamento de projetos é feito através de empréstimos, subvenções e assistência técnica. A modalidade prevalente dos projetos aqui apresentados é a de Assistência Técnica. Os projetos na área da Saúde contemplam diversos aspectos: problemas de saúde específicos, grupos populacionais e territórios vulneráveis, intervenções em áreas afetadas por mudanças climáticas, e promoção de mudanças institucionais através de *reformas do setor saúde* - presente na maioria dos projetos. O sistema *seguro de saúde* pode ser observado em alguns países. Vale destacar que os projetos possuem uma padronização, apresentando a localização / abrangência; a modalidade de assistência; as fontes de financiamento e os respectivos valores; a descrição das atividades; a contextualização do problema na região e/ou país; a inserção na política de saúde vigente; os resultados esperados e obtidos; e o impacto na população e/ou território. Foram aqui apresentados vinte e um (21) projetos, para os anos de 2025 e 2024. Em todos eles os resultados e os impactos foram considerados como positivos.

Palavras-Chave. Banco Asiático de Desenvolvimento ADB - Projetos na área da Saúde na Ásia e na região do Pacífico - Problemas de Saúde em países da Ásia e da região do Pacífico - Financiamento de Projetos em Saúde - Modalidades de assistência em Projetos de Saúde.

O Banco Asiático de Desenvolvimento ADB

Antecedentes

O Banco Asiático de Desenvolvimento (**ADB - sigla em inglês**) é um banco de desenvolvimento regional criado em 1966 para promover o desenvolvimento econômico e social na **Ásia e na região do Pacífico**. Está sediado em Manila e tem escritórios em 37 países ao redor do mundo. O ADB tem 68 países membros, dos quais 49 são da região da Ásia e do Pacífico.

A principal missão do Banco Asiático de Desenvolvimento é fomentar o crescimento e a cooperação entre os países da região Ásia-Pacífico. Foi responsável por vários grandes projetos na região, levantando capital através dos mercados de títulos internacionais.

Os dois **maiores acionistas** do Banco Asiático de Desenvolvimento são os **Estados Unidos e o Japão**. Embora a maioria dos membros do Banco seja da região Ásia-Pacífico, as nações industrializadas também estão bem representadas.

O Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB) é uma instituição financeira de desenvolvimento regional criada para promover o crescimento econômico, reduzir a pobreza e promover o desenvolvimento sustentável na região da Ásia-Pacífico. Desde a sua criação em 1966, o ADB tem desempenhado um papel fundamental no financiamento de projetos de infra-estruturas, apoiando iniciativas de desenvolvimento social e facilitando a cooperação regional

para enfrentar os diversos desafios de desenvolvimento que os seus países membros enfrentam. Através dos seus recursos financeiros, conhecimentos técnicos e diálogo político, o ADB esforça-se por melhorar a qualidade de vida e promover o crescimento inclusivo e ambientalmente sustentável em toda a Ásia e no Pacífico.

Missão e Objetivos do ADB

A missão principal do ADB é promover o progresso económico e social na região Ásia-Pacífico, fornecendo assistência financeira, conhecimentos técnicos e aconselhamento político aos seus países membros. Os objetivos globais do ADB incluem:

1. **Redução da Pobreza:** O ADB visa aliviar a pobreza investindo em projetos e programas que promovam o crescimento económico inclusivo, melhorem as oportunidades de subsistência e melhorem o acesso a serviços básicos como educação, cuidados de saúde e saneamento.
2. **Desenvolvimento de infraestruturas:** O ADB apoia o desenvolvimento de activos de infraestruturas essenciais para o crescimento económico e a integração regional, incluindo redes de transporte, sistemas de energia, abastecimento de água e instalações de saneamento.
3. **Sustentabilidade Ambiental:** O ADB promove o desenvolvimento ambientalmente sustentável, investindo em projetos que mitigam as mudanças climáticas, protegem os recursos naturais e promovem tecnologias de energia limpa.
4. **Cooperação e Integração Regional:** O ADB promove a cooperação e integração regional entre os seus países membros para promover sinergias económicas, facilitar os fluxos comerciais e de investimento e enfrentar desafios comuns através de acção colectiva.
5. **Desenvolvimento do Setor Privado:** O ADB trabalha para catalisar o investimento e o empreendedorismo do sector privado, fornecendo apoio financeiro, assistência técnica e aconselhamento político para facilitar o desenvolvimento empresarial e melhorar o ambiente favorável à participação do sector privado.

Modalidades Operacionais do ADB

O ADB opera através de várias modalidades para atingir os seus objectivos de desenvolvimento, incluindo:

1. **Financiamento de projetos:** O ADB fornece empréstimos, subvenções e assistência técnica para financiar projetos e programas de desenvolvimento em setores como infra-estruturas, agricultura, educação, **saúde** e governança. Estes projetos visam enfrentar desafios específicos de desenvolvimento e contribuir para o crescimento económico sustentável e a redução da pobreza.
2. **Diálogo Político e Advocacia:** O ADB envolve-se no diálogo político com governos, organizações da sociedade civil e outras partes interessadas para promover reformas políticas, capacitação institucional e boas práticas de governação conducentes ao desenvolvimento sustentável. Através da defesa de políticas e assistência técnica, o ADB apoia os seus países membros na formulação e implementação de políticas e estratégias de desenvolvimento sólidas.
3. **Capacitação e Compartilhamento de Conhecimento:** O ADB oferece assistência técnica, programas de treinamento e atividades de compartilhamento de conhecimento para aumentar a capacidade de agências governamentais, organizações da sociedade civil e outras partes interessadas no planeamento, implementação, monitoramento e avaliação

de projetos. Ao partilhar melhores práticas, lições aprendidas e soluções inovadoras, o ADB contribui para a construção de capital humano e capacidade institucional em toda a região.

4. **Parcerias e Colaboração:** O ADB colabora com outros parceiros de desenvolvimento, incluindo bancos multilaterais de desenvolvimento, doadores bilaterais, organizações internacionais e o setor privado, para alavancar recursos, conhecimentos especializados e redes para um maior impacto no desenvolvimento. Através de parcerias estratégicas e esforços coordenados, o ADB aumenta a eficácia e a sustentabilidade das suas intervenções de desenvolvimento.

Estrutura de Governança do ADB

O ADB opera sob uma estrutura de governança composta por três órgãos principais:

1. **Conselho de Governadores:** O mais alto órgão de decisão do ADB, composto por representantes dos seus países membros. O Conselho de Governadores reúne-se anualmente para analisar as operações do ADB, aprovar as suas demonstrações financeiras e definir orientações e políticas estratégicas.

2. **Conselho de Administração:** O Conselho de Administração, composto por diretores executivos que representam os países e regiões membros do ADB, supervisiona as operações diárias e a gestão do ADB. Aprova empréstimos, subvenções e projetos de assistência técnica, bem como políticas e estratégias para orientar as operações do ADB.

3. **Gestão:** A equipe de gestão do ADB, liderada pelo Presidente, é responsável pela implementação das políticas e decisões do Conselho de Administração, pela gestão das operações e recursos do ADB e por fornecer liderança e direção para alcançar os objetivos de desenvolvimento do ADB.

Presença Regional e Parcerias

O ADB mantém uma presença regional através da sua **sede em Manila, Filipinas**, e de **escritórios regionais localizados em vários países da Ásia e do Pacífico**. Estes escritórios regionais facilitam uma colaboração mais estreita com os países membros, agências governamentais, parceiros de desenvolvimento e outras partes interessadas para identificar prioridades de desenvolvimento, conceber soluções personalizadas e garantir a implementação eficaz de projetos e programas apoiados pelo ADB.

O ADB também colabora com uma vasta gama de **parceiros de desenvolvimento**, incluindo **bancos multilaterais de desenvolvimento, doadores bilaterais, organizações internacionais, organizações da sociedade civil e o setor privado**. Através de parcerias estratégicas e esforços coordenados, o ADB aproveita recursos, conhecimentos especializados e redes para maximizar o impacto das suas intervenções de desenvolvimento e promover resultados de desenvolvimento sustentável na região.

Presidente do Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB) pede ação coletiva para resolver desafios complexos na 58ª Reunião Anual do Conselho de Governadores do ADB

MILÃO, ITÁLIA (5 de maio de 2025) — As incertezas que a Ásia e o Pacífico enfrentam também são uma oportunidade para construir um futuro mais resiliente e sustentável, afirmou o presidente do Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB), Masato Kanda, na Sessão de Abertura da 58ª Reunião Anual do Conselho de Governadores do ADB.

“Choques externos, o peso da dívida e as mudanças climáticas pesam fortemente sobre as pessoas e as economias da região. Mas não estamos começando do zero. O crescimento permanece sólido, o comércio e a integração econômica estão se aprofundando, as cadeias de suprimentos estão se diversificando e a conectividade digital e a inovação estão acelerando”, disse o Sr. Kanda. “A incerteza não é motivo para recuo. É um chamado para sermos mais ousados, para avançarmos mais rápido e para trabalharmos mais próximos do que nunca.”

Mais de 5.000 participantes participaram da Reunião Anual em Milão, Itália, composta por representantes de governos — incluindo a primeira-ministra italiana Giorgia Meloni —, do setor privado, da sociedade civil e da academia.

A Reunião Anual deste ano destaca quatro áreas de foco essenciais para impulsionar mudanças transformadoras na Ásia e no Pacífico.

Primeiro, para abordar a vulnerabilidade dos **sistemas alimentares** da região, o ADB aumentará o financiamento para a transformação dos sistemas alimentares para **US\$40 bilhões até 2030**.

Segundo, o ADB está investindo em **tecnologias digitais** para melhorar o acesso à educação, ao financiamento e aos mercados.

Terceiro, o ADB está investindo na **modernização e na conexão de sistemas de energia**, incluindo a prontidão para comprometer até US\$10 bilhões para apoiar o trabalho na Rede Elétrica da ASEAN.

Em quarto lugar, o ADB está aprofundando os investimentos para construir resiliência, fortalecendo a infraestrutura, restaurando e protegendo ecossistemas e ajudando comunidades vulneráveis a se adaptarem aos impactos das **mudanças climáticas**.

O ADB também reafirmou seu compromisso de ampliar o desenvolvimento do setor privado, com o objetivo de quadruplicar o financiamento do setor privado, para US\$13 bilhões anuais até 2030.

O ADB é um banco multilateral de desenvolvimento líder que apoia o crescimento inclusivo, resiliente e sustentável na Ásia e no Pacífico. Trabalhando com seus membros e parceiros para resolver desafios complexos em conjunto, o ADB utiliza ferramentas financeiras inovadoras e parcerias estratégicas para transformar vidas, construir infraestrutura de qualidade e proteger nosso planeta. Fundado em 1966, o ADB é composto por 69 membros — 50 da região.

PROJETOS ATIVOS EM 2025 E 2024 NA ÁREA DA SAÚDE

1. Ampliando as Ações de Ar Limpo para Melhor Saúde e Resiliência

País / Economia - Regional

Bangladesh

Índia

Indonésia

República do Quirguistão

República Democrática Popular do Laos

Mongólia

Nepal

Paquistão

Filipinas

Tailândia

Uzbequistão

Vietnã

Tipo de Projeto / Modalidade de Assistência: Assistência Técnica

Fonte de Financiamento / Valor

Fundo Especial de Assistência Técnica / US\$ 630.000,00

Fundo Fiduciário para Resiliência Urbana no âmbito do Mecanismo de Parceria para Financiamento Urbano / US\$ 1,50 milhão

Fundo Japonês para o Mecanismo de Crédito Conjunto / US\$ 1,00 milhão

Setor / Subsetores

Agricultura, recursos naturais e desenvolvimento rural / Gestão de resíduos sólidos rurais

Energia / Eficiência e conservação energética

Saúde / Controle de doenças crônicas não transmissíveis e outros programas prioritários

Indústria e comércio / Desenvolvimento de pequenas e médias empresas

Transporte / Transporte público urbano

Água e outras infraestruturas e serviços urbanos / Outros serviços urbanos - Gestão de resíduos sólidos urbanos

Gênero: Alguns elementos de gênero

Descrição

A AT proposta apoiará a implementação do ***Programa Céus Azuis Limpos da Ásia*** (ACBSP), o programa corporativo do ADB para melhorar a qualidade do ar na Ásia e no Pacífico. Este é um dos programas que apoiarão a implementação do pilar da poluição, um dos três pilares do Plano de Ação Ambiental (PAA) proposto. O programa apoia os DMCs em políticas, planos, estratégias, capacitação em qualidade do ar a montante e, a jusante, na identificação, preparação e implementação de soluções e investimentos para ar limpo. O apoio será direcionado a cidades, DMCs e regiões específicas que enfrentam problemas crônicos de poluição do ar, incluindo poluição transfronteiriça. Dado que as soluções para ar limpo também reduzem os gases de efeito estufa (GEE) e geram co benefícios para a saúde, as tarefas desta AT estarão estreitamente alinhadas com o Plano de Ação para Mudanças Climáticas (PAMC) e a Iniciativa Clima e Saúde.

Justificativa do Projeto e Relação com a Estratégia Nacional/Regional

A poluição do ar é o desafio ambiental mais urgente para a saúde. Causou cerca de 8,1 milhões de mortes em todo o mundo em 2021. Cerca de 67% dessas mortes ocorreram na Ásia. Em 2023, 99 das 100 cidades mais poluídas do mundo estavam na Ásia. 83 dessas 99 cidades estavam na Índia. A poluição do ar tem graves consequências econômicas devido ao aumento dos custos com saúde e à perda de produtividade. O custo dos danos à saúde causados pela poluição do ar foi estimado em US\$ 8,1 trilhões, equivalente a 6,1% do PIB global em 2019 e chegando a 9,3% do PIB no Leste Asiático e Pacífico e 10,3% do PIB no Sul da Ásia. O Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB) está respondendo a essa situação desafiadora implementando o Programa Céus Azuis Limpos da Ásia.

Os principais fatores que contribuem para a poluição atmosférica na região são múltiplos, abrangendo uma complexa combinação de causas e condições que vão desde

políticas, capacidade e sistemas institucionais precários até a dependência contínua de combustíveis e processos industriais poluentes e financiamento inadequado. Além disso, as mudanças climáticas, que estão agravando a ocorrência de ondas de calor, secas, incêndios florestais e tempestades de poeira, estão se tornando uma das principais causas de episódios de neblina em todo o mundo.

O combate à poluição atmosférica requer uma abordagem sistemática e abrangente, voltada para o fortalecimento da capacidade dos ministérios relevantes, o fortalecimento de políticas e a fiscalização, o incentivo ao uso de tecnologias limpas e a desincentivação de tecnologias e processos poluentes. Uma área fundamental de melhoria necessária é a quantificação e a monetização do valor do ar limpo e seus benefícios econômicos e para a saúde. O financiamento para ações voltadas ao ar limpo precisa ser significativamente ampliado, incluindo a exploração de esquemas inovadores, como títulos para o ar limpo, garantias de crédito e outras ferramentas de financiamento.

Impacto: Melhoria nos níveis de qualidade do ar em DMCs e sub-regiões selecionadas (definido pela AT)

Resultado do Projeto /Descrição do Resultado: Investimentos em qualidade do ar em DMCs aumentaram

Descrição dos resultados do projeto:

- . Políticas, planos e estratégias para ar limpo desenvolvidos ou aprimorados
- . Conhecimento e capacidade para implementar soluções para ar limpo aprimorados
- . Investimentos e soluções de financiamento para ar limpo projetados

Localização Geográfica

Bangladesh - Em todo o país; Índia - Em todo o país; Indonésia - Em todo o país; República do Quirguistão - Em todo o país; República Democrática Popular do Laos - Em todo o país; Mongólia - Em todo o país; Nepal - Em todo o país; Paquistão - Em todo o país; Filipinas - Em todo o país; Tailândia - Em todo o país; Uzbequistão - Em todo o país; Vietnã - Em todo o país

2. Fortalecimento do Ecossistema Regulatório e da Fabricação de Vacinas, Terapêuticos e Diagnósticos na Ásia e no Pacífico

País / Economia / Regional

Bangladesh

Indonésia

Paquistão

Tipo de Projeto / Modalidade de Assistência: Assistência Técnica

Fonte de Financiamento / Valor

Fundo de Parceria para o Conhecimento e Ásia República da Coreia: US\$ 1,00 milhão

Setor / Subsetor: Saúde / Controle de doenças transmissíveis

Gênero: Integração efetiva da perspectiva de gênero

Descrição

A assistência técnica (AT) apoiará os Países Membros em Desenvolvimento (DMCs) do **Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB)** por meio da capacitação para fortalecer seus

ecossistemas regulatórios para vacinas, terapias e diagnósticos (VTD). O fortalecimento das capacidades regulatórias ajudará os DMCs a se prepararem, prevenirem e responderem a futuros surtos de doenças e pandemias. A AT apoiará inicialmente Bangladesh, Indonésia e Paquistão. Outros DMCs serão considerados com base em suas necessidades regulatórias, compromisso governamental, relevância regional e potencial de impacto escalável.

A AT apoiará a implementação da Estratégia 2030 do ADB, particularmente a prioridade operacional (OP) 1 (combater a pobreza restante e reduzir as desigualdades), a OP3 (combater as mudanças climáticas, desenvolver a resiliência climática e a desastres e aumentar a sustentabilidade ambiental) e sua área de foco de aprimoramento do capital humano e da proteção social para todos.

Justificativa do Projeto e Articulação com a Estratégia Nacional/Regional

A pandemia da doença causada pelo coronavírus (COVID-19) evidenciou vulnerabilidades significativas no sistema global de segurança de vacinas, cujo objetivo era garantir o acesso equitativo a vacinas de qualidade, de forma acessível e em tempo hábil. O acesso às vacinas é fundamental para a prevenção e resposta a surtos, epidemias e pandemias; e o atraso no acesso foi evidente globalmente e na Ásia e no Pacífico durante a pandemia. Portanto, os ecossistemas regulatórios e as capacidades para a vacinação preventiva (VTD) precisam ser fortalecidos, pois são essenciais para garantir a segurança das vacinas na região.

As autoridades reguladoras nacionais (ARNs) são responsáveis pela segurança, qualidade e eficácia dos VTDs. As ARNs supervisionam e implementam regulamentações de medicamentos e regulam atividades relacionadas à importação e aquisição de matérias-primas e embalagens. Elas regulam a exportação de medicamentos, diagnósticos, equipamentos, reagentes de diagnóstico, bioterapêuticos e vacinas. Um regulador eficaz e totalmente operacional é essencial para garantir a segurança, eficácia e qualidade dos produtos farmacêuticos. Uma supervisão regulatória robusta é fundamental para promover uma base local de fabricação de vacinas sustentável e focada na qualidade. Diretrizes e requisitos regulatórios claros podem promover o desenvolvimento de VTDs seguros e eficazes. As vias regulatórias também são pontos de entrada críticos para avaliar as diferenças baseadas em sexo e gênero em termos de segurança, eventos adversos, eficácia e efetividade dos VTDs.

Os países em desenvolvimento (DMCs) na Ásia e no Pacífico enfrentam sérios desafios na regulamentação de VTDs. Embora processos regulatórios para autorização de comercialização e inspeções regulatórias estejam estabelecidos em muitos países, persistem atrasos no registro e na inspeção de VTDs. Isso se deve, em parte, à incapacidade de muitos países de determinar os produtos prioritários necessários para sua população e à falta de capacidade para implementar abordagens regulatórias baseadas em risco. Certas atividades regulatórias, particularmente monitoramento, vigilância e farmacovigilância, são limitadas ou quase inexistentes em alguns DMCs. Essa implementação limitada enfraqueceu o rastreamento das cadeias de fabricação e fornecimento de produtos farmacêuticos e vacinas, bem como dos eventos adversos relacionados a medicamentos ou vacinas. Isso resultou em produtos falsificados e de baixa qualidade no setor informal, muitos dos quais fazem alegações duvidosas ou exageradas sobre sua eficácia. Além disso, sexo e gênero não são adequadamente considerados no desenho e nos relatórios de ensaios clínicos, como foi observado durante o desenvolvimento das vacinas contra a COVID-19.

Os desafios são mais complexos do que nunca devido (i) à natureza cada vez mais transnacional da produção de medicamentos e da cadeia de suprimentos, (ii) à rápida evolução da ciência e tecnologia de produtos, (iii) às crescentes expectativas dos profissionais de saúde e pacientes em relação à qualidade dos produtos, (iv) à necessidade contínua de competência legal e técnica e (v) à necessidade de sistemas de produção e fornecimento de baixo carbono e resilientes ao clima. Portanto, a colaboração entre as ARNs está se tornando mais importante do que nunca, particularmente no que diz respeito ao compartilhamento de informações, à divisão de trabalho e à confiança e ao reconhecimento, pelas ARNs, das decisões regulatórias de outras ARNs por meio de acordos multilaterais e bilaterais.

O desenvolvimento e a fabricação de vacinas resilientes ao clima, bem como o design e a implementação de tecnologias de fabricação de vacinas resilientes ao clima, são cruciais, especialmente no contexto dos esforços globais para reduzir as emissões de gases de efeito estufa. A produção tradicional de vacinas e as cadeias de suprimentos consomem muita energia, contribuindo significativamente para as emissões de gases de efeito estufa, que agravam as mudanças climáticas. Ao inovar tecnologias resilientes ao clima na fabricação e na cadeia de suprimentos de vacinas, sua pegada de carbono pode ser substancialmente reduzida. Tais avanços garantiriam que os benefícios essenciais da vacinação para a saúde pública sejam fornecidos de forma mais sustentável do ponto de vista ambiental. Além disso, essas tecnologias podem ajudar a manter a eficácia e a estabilidade das vacinas, incluindo a garantia da disponibilidade de matérias-primas e da distribuição das vacinas, diante de condições climáticas cada vez mais imprevisíveis e extremas causadas pelas mudanças climáticas. Integrar a resiliência climática ao desenvolvimento e à produção de vacinas não é apenas um imperativo ambiental, mas também crucial para garantir a segurança das vacinas e salvaguardar a segurança sanitária regional na Ásia e no Pacífico.

A AT será implementada inicialmente em três países em desenvolvimento (DMCs): Bangladesh, Indonésia e Paquistão. Outros DMCs com necessidades também serão considerados. Espera-se que a AT apoie a implementação do Projeto de Fabricação e Fortalecimento Regulatório de Vacinas, Terapêuticos e Diagnósticos de Bangladesh, em andamento, no âmbito do Mecanismo de Acesso a Vacinas da Ásia-Pacífico, e forneça apoio à Indonésia e ao Paquistão para um potencial projeto em andamento, incluindo uma iniciativa de fortalecimento do sistema regulatório. A categorização de gênero da AT é uma efetiva integração de gênero.

Impacto: Acesso a serviços de saúde de qualidade em países-membros em desenvolvimento (DMCs) selecionados melhorado.

Resultado do Projeto / Descrição do Resultado: Fortalecimento do ecossistema regulatório nos DMCs, com ênfase na resiliência climática na fabricação de vacinas e aprimoramento das capacidades regulatórias e de biofabricação.

Descrição dos resultados do projeto:

- . Roteiros para o fortalecimento do sistema regulatório desenvolvidos em países em desenvolvimento selecionados.

- . Capacidade aprimorada para funções regulatórias na entrada no mercado e no controle pós-mercado.

- . Transferência de tecnologia para fabricação de VTD facilitada.

Localização geográfica:

Bangladesh - em todo o país; Indonésia - em todo o país; Paquistão - em todo o país

3. Subprojeto 1: Alavancando a Iniciativa Clima e Saúde do ADB para Fortalecer Sistemas de Saúde Resilientes e de Baixo Carbono em Áreas Urbanas

País / Economia/Regional

Bangladesh

Índia

Indonésia

Nepal

Papua-Nova Guiné

Ilhas Salomão

Tipo de Projeto / Modalidade de Assistência: Assistência Técnica

Fonte de Financiamento / Valor

Fundo Fiduciário para Resiliência Urbana no âmbito do Mecanismo de Parceria para Financiamento Urbano

/ US\$ 3,00 milhões

Prioridades Operacionais

OP1: Combater a pobreza remanescente e reduzir as desigualdades

OP2: Acelerar o progresso na igualdade de gênero

OP3: Combater as mudanças climáticas, construir resiliência climática e a desastres e aprimorar a sustentabilidade ambiental

OP4: Tornar as cidades mais habitáveis

OP6: Fortalecer a governança e a capacidade institucional

OP7: Promover a cooperação e a integração regionais

Sector / Subsetor: Saúde / Desenvolvimento do setor da saúde e Reforma

Gênero: Integração efetiva da perspectiva de gênero

Descrição

O cluster de assistência técnica (AT) apoiará os países membros em desenvolvimento (DMCs) do Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB) na aceleração da transição para sistemas de saúde de baixo carbono, resilientes aos impactos negativos das mudanças climáticas. O cluster de AT operacionalizará a Iniciativa Clima e Saúde (CHI) do ADB e aumentará a capacidade do ADB de fornecer soluções climáticas e de saúde aos DMCs.

Justificativa do Projeto e Vínculo com a Estratégia Nacional/Regional

A AT visa (i) aprimorar o conhecimento e as evidências sobre os impactos das mudanças climáticas na saúde dos DMCs; (ii) desenvolver as capacidades dos DMCs para projetar e implementar soluções climáticas e de saúde inovadoras, baseadas em evidências e sensíveis à questão de gênero; (iii) desenvolver um conjunto de investimentos transformadores que fortalecerão sistemas de saúde resilientes ao clima e de baixo carbono.

Este Subprojeto de Assistência Técnica apoiará o Programa de Ação para Mudanças Climáticas (CHI), um produto fundamental do Plano de Ação para Mudanças Climáticas do ADB. Alavancará os empréstimos soberanos e não soberanos do ADB para mobilizar investimentos e expertise técnica. A Assistência Técnica se alinhará aos planos e metas de mudança climática

dos Países-Membros em Desenvolvimento (DMCs), conforme refletido em suas respectivas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) e planos nacionais de adaptação à saúde (PNASs). Apoiará áreas de crescimento, incluindo atenção primária urbana, reformas do setor de saúde, força de trabalho em saúde e investimentos que abordem onexo clima-saúde. Promoverá infraestrutura e serviços de saúde sustentáveis, bem como desenvolverá recursos humanos sustentáveis para a saúde e a resiliência climática das unidades de saúde.

Impactos

Os impactos do subprojeto de AT estão alinhados com a resiliência climática dos serviços de saúde para reduzir a pobreza e as desigualdades nas comunidades (OP1).

Igualdade de gênero e empoderamento das mulheres por meio do desenvolvimento de capacidades e promoção de novos ou aprimorados sistemas de saúde (OP2).

Aumento do número de pessoas com resiliência climática e a desastres fortalecida (OP3).

Aumento do número de pessoas beneficiadas por serviços aprimorados em áreas urbanas por meio de novas ou aprimoradas infraestruturas ou sistemas de saúde (OP4).

Resultado do Projeto /Descrição do Resultado

Capacidade regional e dos países em desenvolvimento (DMCs) para **desenvolver sistemas de saúde de baixo carbono e resilientes ao clima fortalecidas**. Este resultado contribuirá para o resultado do cluster de AT: a melhoria das capacidades regionais e dos países em desenvolvimento (DMCs) para desenvolver sistemas de saúde inclusivos, resilientes ao clima e de baixo carbono

4. Apoiando Sistemas de Saúde Resilientes ao Clima e de Baixo Carbono por meio da Iniciativa Clima e Saúde: Fortalecendo a Resiliência Climática dos Sistemas de Saúde no Sudeste Asiático, Subprojeto 2

País / Economia: Regional

Camboja

República Democrática Popular do Laos

Filipinas

Tailândia

Vietnã

Tipo de Projeto / Modalidade de Assistência Assistência Técnica

Fonte de Financiamento / Valor

Fundo Japonês para uma Ásia e Pacífico Prósperos e Resilientes

US\$ 2,00 milhões

Prioridades Operacionais

OP1: Combater a pobreza remanescente e reduzir as desigualdades

OP2: Acelerar o progresso na igualdade de gênero

OP3: Combater as mudanças climáticas, construir resiliência climática e a desastres e aprimorar a sustentabilidade ambiental

OP4: Tornar as cidades mais habitáveis

OP6: Fortalecer a governança e a capacidade institucional

OP7: Promover a cooperação e a integração regionais

Setor/Subsetor: Saúde/Desenvolvimento e reforma do setor da saúde

Gênero: Integração efetiva da perspectiva de gênero

Descrição

A assistência técnica (AT) proposta é o Subprojeto 2 do Cluster de Assistência Técnica (AT): Apoio a Sistemas de Saúde Resilientes ao Clima e de Baixo Carbono por meio da Iniciativa Clima e Saúde (Projeto nº 58085-001). A Iniciativa Clima e Saúde (CHI) integrará a agenda clima-saúde no ADB. O cluster de AT inclui vários subprojetos. O Subprojeto 1, no valor de US\$ 3 milhões, foi aprovado pelo Fundo Fiduciário para Resiliência Urbana (URTF) em 18 de março de 2024.

Justificativa do Projeto e Vínculo com a Estratégia Nacional/Regional

O Sudeste Asiático é uma das regiões mais vulneráveis ao clima do mundo, com Filipinas, Tailândia e Vietnã entre os 10 países mais afetados pelo clima nas últimas duas décadas. Espera-se que os efeitos das mudanças climáticas na saúde se intensifiquem na região, aumentando os riscos de desastres, doenças infecciosas e doenças cardiovasculares e respiratórias. Indivíduos com condições preexistentes (por exemplo, asma, doenças cardiovasculares) e grupos marginalizados, incluindo mulheres e crianças pobres, estão entre os mais afetados. A maioria dos países do Sudeste Asiático fez progressos modestos no fortalecimento da resiliência climática de seus sistemas de saúde. Frequentemente, as políticas são insuficientemente traduzidas em ações devido à insuficiência de financiamento e pessoal especializado em resiliência climática. A fraca coordenação intergovernamental e o engajamento com a sociedade civil e o setor privado continuam sendo barreiras. Para enfrentar esses desafios, o Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB) comprometeu US\$ 100 bilhões para financiamento climático de 2019 a 2030 e 15% para financiamento climático em projetos de saúde. A prioridade operacional 3 da Estratégia 2030 do ADB concentra-se no combate às mudanças climáticas, na construção de resiliência climática e a desastres e no aumento da sustentabilidade ambiental.

O subprojeto 2 do cluster de AT terá como resultado o fortalecimento da capacidade de resiliência climática dos sistemas de saúde do Sudeste Asiático. O resultado do subprojeto 2 está totalmente alinhado com o resultado do cluster de AT, com a melhoria das capacidades regionais e dos países-membros em desenvolvimento (DMC) para desenvolver sistemas e serviços de saúde inclusivos, resilientes ao clima e de baixo carbono.

Os países-alvo do subprojeto 2 serão Camboja, República Democrática Popular do Laos (RDP do Laos), Filipinas, Tailândia e Vietnã.

Impactos

Resiliência climática aprimorada dos sistemas de saúde do Sudeste Asiático.

- Resiliência climática aprimorada dos serviços de saúde para reduzir a pobreza e as desigualdades nas comunidades.
- Fortalecimento da mitigação e adaptação climática dos sistemas de saúde.
- Promover a colaboração regional e transfronteiriça e o compartilhamento de conhecimento sobre a resiliência climática dos sistemas de saúde como um bem público regional.

Resultado do Projeto / Descrição do Resultado

Capacidade de resiliência climática dos sistemas de saúde do Sudeste Asiático fortalecida.

Descrição dos Resultados do Projeto:

- Aprendizagem regional sobre sistemas de saúde resilientes ao clima fortalecida.

- . Projetos de investimento para sistemas de saúde resilientes ao clima desenvolvidos.
- . Financiamento para sistemas de saúde resilientes ao clima mobilizado.

Localização Geográfica: Regional

5. Nutrição Infantil e Adolescente: Desafios e Impacto das Intervenções Públicas

País / Economia: Regional

Bangladesh

Indonésia

Paquistão

Tipo de Projeto/Modalidade de Assistência: Assistência Técnica

Fonte de Financiamento/Valor

Fundo Japonês para uma Ásia e Pacífico Prósperos e Resilientes

US\$ 2,00 milhões

Prioridades Operacionais

OP3: Combater as mudanças climáticas, construir resiliência climática e a desastres e aumentar a sustentabilidade ambiental

OP5: Promover o desenvolvimento rural e a segurança alimentar

OP6: Fortalecer a governança e a capacidade institucional

Setor/Subsetor: Agricultura, recursos naturais e desenvolvimento rural / Política agrícola, desenvolvimento institucional e de capacidades / Segurança Alimentar

Gênero: Alguns elementos de gênero

Descrição

A assistência técnica (AT) apoiará (i) a preparação de estudos para subsidiar políticas de nutrição infantil e adolescente em Bangladesh, Indonésia e Paquistão, e (ii) a realização de atividades de capacitação para funcionários governamentais e pesquisadores locais nos países membros do ADB mencionados anteriormente.

Justificativa do Projeto e Vínculo com a Estratégia Nacional/Regional

A nutrição e a saúde precárias de crianças e adolescentes continuam sendo um grande desafio para o desenvolvimento dos países em desenvolvimento membros do ADB. Altos índices de nanismo persistem, especialmente em Bangladesh (26,4%), Indonésia (31%) e Paquistão (34%), e a deficiência de micronutrientes é comum. Em 2011, cerca de 86% das crianças em idade pré-escolar no Paquistão e 52% em Bangladesh apresentavam pelo menos deficiência de ferro, zinco ou vitamina A. Há uma preocupação crescente com a deterioração do estado nutricional e de saúde entre os países em desenvolvimento (PDM) devido à pandemia da doença do coronavírus (COVID-19), à inflação dos preços dos alimentos nos últimos anos e aos danos de curto e longo prazo nos sistemas alimentares devido às mudanças climáticas.

Em 6 de agosto de 2018, o ADB aprovou a AT de conhecimento e apoio sobre o Impacto do Apoio Nutricional de Adolescentes nos Resultados de Desenvolvimento para o Governo da Indonésia, no valor de US\$ 2.000.000, financiado pelo Fundo Japonês para a Ásia e o Pacífico Prósperos e Resilientes. A AT produziu estudos sobre questões e intervenções nutricionais na Indonésia e conduziu atividades de capacitação. A AT proposta é a segunda fase e se baseará nos resultados alcançados pela AT anterior e expandirá o escopo do apoio para incluir Bangladesh, Indonésia e Paquistão. Ela continuará a conduzir estudos-piloto para examinar a relação custo-efetividade em diferentes modalidades de intervenções nutricionais, incluindo

programas de merenda escolar, suplementação de ferro e ácido fólico (IFA) e uso de alimentos fortificados em programas de assistência pública nos países-alvo, uma vez que as evidências de relação custo-efetividade desses programas são limitadas. Também fortalecerá a capacidade de pesquisadores da saúde para aprimorar o conhecimento sobre nutrição e questões de saúde.

Impacto

Nutrição e saúde de crianças e adolescentes melhoradas em Bangladesh, Indonésia e Paquistão

Resultado do Projeto

Conhecimento sobre as necessidades e resultados nutricionais de crianças e adolescentes aprimorados em Bangladesh, Indonésia e Paquistão

Descrição dos Resultados do Projeto

. Viabilidade dos programas de alimentação escolar avaliada e recomendações de políticas propostas

. Eficácia das intervenções nutricionais públicas para promover a nutrição de crianças e adolescentes examinada e recomendações de políticas propostas

. Estudo dos impactos das mudanças climáticas na nutrição e saúde de crianças e adolescentes na Ásia e no Pacífico, e propostas de recomendações políticas.

. Fortalecimento do conhecimento e da capacidade de autoridades governamentais locais e pesquisadores de saúde em programas de nutrição pública.

Localização geográfica.

Bangladesh - em todo o país; Indonésia - em todo o país; Paquistão - em todo o país

6. Promovendo Investimentos Sustentáveis em Cuidados Infantis de Qualidade e Acessíveis na Ásia e no Pacífico

País / Economia / Regional

Ilhas Cook

República do Quirguistão

Filipinas

Vanuatu

Tipo de Projeto / Modalidade de Assistência Assistência Técnica

Fonte de Financiamento / Valor

Fundo Especial de Assistência Técnica

US\$ 900.000,00

Prioridades Operacionais

OP2: Acelerar o progresso na igualdade de gênero

OP4: Tornar as cidades mais habitáveis

OP6: Fortalecer a governança e a capacidade institucional

Setor/Subsetor: Saúde/Financiamento da saúde - Desenvolvimento e *reforma* do setor da saúde

Descrição

A assistência técnica (AT) apoiará o desenvolvimento de políticas e serviços de assistência infantil em toda a Ásia e Pacífico, com foco nas Ilhas Cook, República do Quirguistão, Filipinas e Vanuatu. Esta será a primeira AT regional do Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB) focada na prestação formal de serviços de assistência infantil, que proporcionará pesquisa, diálogo político e capacitação para apoiar a introdução e a expansão de serviços de assistência infantil de qualidade, acessíveis e a preços acessíveis para crianças de 6 anos em toda

a Ásia e Pacífico, e para acelerar os benefícios socioeconômicos e educacionais para cuidadores e crianças.

A AT gerará conhecimento e evidências iniciais para subsidiar o desenvolvimento de políticas nos países membros em desenvolvimento (DMCs) do ADB e apoiará diretamente a implementação de atividades relacionadas a cuidados infantis vinculadas a projetos em andamento nos países selecionados. Especificamente, a AT gerará novos conhecimentos e dados sobre modelos de financiamento e custos de cuidados infantis, fornecerá treinamento a partes interessadas do governo e cuidadores, desenvolverá padrões para qualificações de cuidadores e estabelecerá padrões de qualidade em cuidados infantis. Dado que o cuidado infantil formal continua sendo uma área política emergente na Ásia e no Pacífico, os recursos da AT são necessários para introduzir boas práticas e padrões reconhecidos internacionalmente. A AT inclui dois pequenos estados insulares em desenvolvimento — as Ilhas Cook e Vanuatu — onde a conscientização sobre políticas de cuidados infantis é mais incipiente e onde será buscada uma abordagem personalizada, ciente dos desafios interseccionais de normas demográficas, geográficas e culturais.

Esta AT contribui para as prioridades operacionais 2, 4 e 6 da Estratégia 2030 do ADB e para a área de foco estratégico Resiliência e Empoderamento da Revisão Intercalar da Estratégia 2030. A expansão da oferta de cuidados infantis está alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4 e 5. A AT está alinhada com as prioridades de desenvolvimento dos países em desenvolvimento (PDMs) e está ancorada nas respectivas estratégias de parceria com os países e na Abordagem do Pacífico.

Justificativa do Projeto e Articulação com a Estratégia Nacional/Regional

Sistemas de creche de alta qualidade, acessíveis e com *preços acessíveis* proporcionam múltiplos resultados positivos para o desenvolvimento de crianças, mulheres e economias. A creche formal, também comumente chamada de educação e cuidados na primeira infância (ECEC), fornece uma base fundamental para o desenvolvimento de habilidades cognitivas e sociais para crianças em idade pré-escolar (6 anos), fortalecendo seus resultados educacionais em idades posteriores e aumentando seu acesso a outros benefícios de saúde, como nutrição, que são particularmente relevantes para aqueles de famílias de baixa renda.

O cuidado formal com as crianças também é um facilitador fundamental para o acesso das mulheres ao mercado de trabalho formal e contribui para um melhor equilíbrio entre vida profissional e pessoal para pais que trabalham (nota de rodapé 4). Evidências da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e de outras economias desenvolvidas indicam correlações positivas entre os gastos governamentais com educação infantil e cuidados para a infância e as taxas de participação feminina na força de trabalho, bem como a importância da educação e do cuidado de qualidade durante os primeiros 1.000 dias de vida da criança (até os 5 anos de idade) para o desenvolvimento cerebral e as habilidades cognitivas e sociais. A disponibilidade limitada de serviços de cuidado infantil acessíveis, especialmente para crianças de 3 anos apresenta desafios significativos para as mulheres em famílias vulneráveis, muitas vezes forçando-as a se retirar do mercado de trabalho após se tornarem mães.

Em toda a Ásia e Pacífico, o cuidado infantil continua altamente feminizado e informal, limitando seu potencial para apoiar a participação das mulheres na força de trabalho e oportunidades de trabalho decente. Nos países em desenvolvimento do ADB, a maior parte do cuidado de crianças em idade pré-primária é realizada em casa por familiares femininas não

remuneradas ou por cuidadoras mal remuneradas e pouco qualificadas. Em toda a Ásia e Pacífico, as mulheres passam em média quatro vezes mais tempo em atividades de cuidado não remuneradas do que os homens, que realizam a menor parcela de trabalho de cuidado não remunerado de todas as regiões globais. As evidências sugerem que a distribuição desigual do tempo gasto em atividades de cuidado não remuneradas está fortemente correlacionada com a participação das mulheres no mercado de trabalho; em economias onde a distribuição é mais equitativa, a participação das mulheres no mercado de trabalho é maior. A distribuição desigual do trabalho de cuidado não remunerado reflete e reforça as normas sociais de que o cuidado é "trabalho de mulheres". A força de trabalho de cuidado infantil é altamente feminizada; por exemplo, na República do Quirguistão, 96% das cuidadoras são mulheres. Além disso, os salários geralmente estão abaixo das garantias do salário mínimo nacional e são os mais baixos no setor educacional devido à percepção de que o trabalho de assistência é menos qualificado.

Gastos públicos limitados e a ausência de marcos regulatórios afetam negativamente a acessibilidade, a *acessibilidade financeira* e a qualidade dos cuidados infantis. Compromissos no âmbito dos ODS 4.2, ODS 5.4 e outros marcos internacionais e regionais destacaram a necessidade de maiores investimentos e políticas mais fortes no setor de cuidados infantis. No entanto, nenhuma economia na Ásia e no Pacífico oferece cuidados infantis gratuitos e universais para crianças de 0 a 2 anos de idade, e as famílias enfrentam custos significativos, como refeições, taxas de matrícula e transporte. Na região, apenas 24 países têm políticas de cuidados infantis (incluindo provisões de financiamento) para pessoas de 35 anos, e apenas oito têm políticas que abrangem crianças de 0 a 2 anos. Crianças com deficiência têm o acesso mais vulnerável a cuidados infantis formais, com infraestrutura e qualificações da equipe raramente adaptadas para atender às suas necessidades. O acesso aos serviços de cuidados infantis é fortemente determinado pelo status socioeconômico das famílias, bem como pela localização ou distância, com as famílias rurais tendo menos acesso do que aquelas em centros urbanos.

Os custos dos cuidados infantis formais permanecem elevados e contribuem para o aprofundamento das disparidades no acesso de famílias de baixa renda e crianças vulneráveis. Os serviços de cuidados infantis para bebês e crianças pequenas são tipicamente mais caros na Ásia e no Pacífico. O número de medidas públicas está crescendo em toda a região, mas permanece insuficiente para compensar os custos das famílias. A regulamentação dos cuidados infantis também varia amplamente na Ásia e no Pacífico; embora a maioria dos países tenha estabelecido padrões pedagógicos e de infraestrutura, apenas um pequeno número de países possui medidas de monitoramento para regulamentar os padrões em creches.

Valor agregado do ADB. Esta AT busca promover uma abordagem de gênero transformadora, em consonância com o ODS 5, para promover o empoderamento econômico das mulheres, reduzindo e redistribuindo seu trabalho de cuidado não remunerado e promovendo soluções sistêmicas para apoiar sua participação na força de trabalho. Os dados e evidências extraídos desta AT contribuirão para o enfrentamento de lacunas críticas de conhecimento na prestação de serviços e infraestrutura de cuidados infantis. Por meio desta AT, o ADB agregará valor significativo ao desenvolvimento de políticas e sistemas de cuidados infantis na Ásia e no Pacífico, alavancando sua expertise, recursos e parcerias regionais para abordar lacunas críticas em acessibilidade, custo e qualidade; e fornecer orientação sobre marcos regulatórios, padrões de qualidade e modelos de financiamento.

Impacto

O trabalho de cuidado não remunerado das mulheres foi reduzido, redistribuído e valorizado em conformidade com os ODS 4 e 5

Resultado do Projeto

Serviços de creche acessíveis, de qualidade e com preços acessíveis nos países em desenvolvimento foram aprimorados

Descrição dos Resultados do Projeto

. Evidências e capacidade institucional sobre políticas de creche foram fortalecidas.

. Modelos de creche inclusivos e inovadores foram apoiados e expandidos

Localização geográfica

Ilhas Cook - Em todo o país; República do Quirguistão - Em todo o país; Filipinas - Em todo o país; Vanuatu - Em todo o país

7. Fortalecimento da Cooperação Regional em Saúde na Sub-região do Grande Mekong – Fase 2

País / Economia / Regional

Camboja

República Democrática Popular do Laos

China, República Popular do

Tailândia

Vietnã

Tipo de Projeto / Modalidade de Assistência: Assistência Técnica

Fonte de Financiamento / Valor

Fundo Especial de Assistência Técnica

US\$ 1,00 milhão

Fundo Japonês para uma Ásia e Pacífico Prósperos e Resilientes

US\$ 2,00 milhões

Prioridades Operacionais

OP1: Combater a pobreza remanescente e reduzir as desigualdades

OP2: Acelerar o progresso na igualdade de gênero

OP3: Combater as mudanças climáticas, construir resiliência climática e a desastres e aprimorar a sustentabilidade ambiental

OP6: Fortalecer a governança e a capacidade institucional

OP7: Promover a cooperação e a integração regionais

Setor / Subsetor: Saúde / Controle de doenças transmissíveis - Desenvolvimento do sistema de saúde

Gênero Integração efetiva da perspectiva de gênero

Descrição

A AT proposta apoiará a implementação da Estratégia de Cooperação Regional em Saúde da Sub-região do Grande Mekong (GMS) 2024-2030 no Camboja, na Província de Yunnan e na Região Autônoma de Guangxi Zhuang, na República Popular da China, na República Democrática Popular do Laos, na Tailândia e no Vietnã. O impacto será uma comunidade GMS saudável e sustentável, onde o bem-estar de todos os cidadãos seja alcançado. O resultado será o fortalecimento da cooperação regional em saúde na GMS.

O projeto visa alcançar esse objetivo por meio de três resultados: (i) operacionalização dos pilares estratégicos da Estratégia de Cooperação em Saúde 2024-2030 da GMS; (ii) promoção e expansão do apoio ao conhecimento para a cooperação regional em saúde na GMS;

e (iii) fortalecimento do apoio operacional ao Grupo de Trabalho para Cooperação em Saúde (WGHC) da GMS e seu secretariado.

Justificativa do Projeto e Vínculo com a Estratégia Nacional/Regional

A AT ajudará a enfrentar os desafios e lacunas regionais de saúde no GMS, mitigando ameaças e riscos atuais relacionados à segurança sanitária e às mudanças climáticas, além de abordar questões regulatórias e políticas, bem como os desafios de desenvolvimento da força de trabalho sub-regional. A AT ajudará a preparar os projetos subsequentes e apoiará uma abordagem custo-efetiva com custos de transação mais baixos do que para várias AT preparatórias independentes e separadas.

Impacto

Uma comunidade saudável e sustentável na GMS, onde o bem-estar de todos os cidadãos é buscado

Resultado do Projeto: Cooperação regional em saúde na GMS fortalecida

Descrição dos Resultados do Projeto

Pilares estratégicos da Estratégia de Cooperação em Saúde da GMS 2024-2030 operacionalizados

Apoio ao conhecimento para a cooperação regional em saúde na GMS promovido e expandido

Apoio operacional ao Grupo de Trabalho de Saúde e Saúde da GMS e seu secretariado fortalecido

Localização Geográfica

Camboja - em todo o país; China - em todo o país; República Democrática Popular do Laos - em todo o país; Tailândia - em todo o país; Vietnã - em todo o país

8. Fortalecimento da Gestão de Equipamentos Médicos na República Democrática Popular do Laos

País / Economia República Democrática Popular do Laos

Tipo de Projeto / Modalidade de Assistência / Assistência Técnica

Fonte de Financiamento / Valor

Fundo Japonês para a Ásia e o Pacífico Prósperos e Resilientes

US\$ 2,00 milhões

Prioridades Operacionais

OP1: Combater a pobreza remanescente e reduzir as desigualdades

OP2: Acelerar o progresso na igualdade de gênero

OP3: Combater as mudanças climáticas, construir resiliência climática e a desastres e aprimorar a sustentabilidade ambiental

OP4: Fortalecimento da governança e da capacidade institucional

Setor/Subsetor: Saúde/Desenvolvimento do sistema de saúde

Gênero Integração efetiva da perspectiva de gênero

Descrição

Esta AT fortalecerá a gestão de equipamentos médicos no Ministério da Saúde (MS) da República Democrática Popular do Laos. A AT terá três resultados: (i) fortalecimento dos sistemas de gestão de equipamentos, (ii) aprimoramento da gestão de armazéns e (iii) melhoria da funcionalidade dos equipamentos.

Por meio desses resultados, a AT sistematizará as operações de gerenciamento de equipamentos em nível nacional e aplicará essas melhorias às instalações apoiadas pelo Projeto de Melhoria da Qualidade dos Cuidados de Saúde (Empréstimo-4337) e pelo Projeto de Cuidados Primários Verdes proposto (Projeto Número-58008), para consolidar um modelo replicável de gerenciamento de equipamentos médicos para a República Democrática Popular do Laos.

Justificativa do Projeto e Relação com a Estratégia Nacional/Regional

Os equipamentos médicos encontram-se em mal estado nas instalações do Ministério da Saúde (MS). O acesso a equipamentos médicos foi identificado como a segunda maior barreira à qualidade da assistência médica na República Democrática Popular do Laos, e um terço dos respiradores de oxigênio e autoclaves não funcionam. Os desafios relacionados aos equipamentos médicos no MS incluem um número limitado de técnicos de reparo, planejamento e visibilidade deficientes para a manutenção dos equipamentos e departamentos de engenharia hospitalar mal administrados.

A gestão inadequada de armazéns médicos resulta em desafios no rastreamento e manuseio de peças de reposição e no excesso de equipamentos ociosos, o que limita o espaço para peças de reposição, longarinas quebradas, painéis de ferramentas e equipamentos de emergência. Vários departamentos gerenciam equipamentos e registram dados por meio de sistemas fragmentados e registros manuais. A qualidade do atendimento e a cobertura universal de saúde dependem de equipamentos médicos funcionais. As instalações do Ministério da Saúde se beneficiariam de um projeto de assistência técnica nessa área.

Impacto

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável relacionados à saúde alcançados até 2030.

Resultado do Projeto

Gestão de equipamentos médicos aprimorada.

Descrição dos Resultados do Projeto

Sistemas de gestão de equipamentos fortalecidos

Gestão de armazéns aprimorada.

Funcionalidade do equipamento aprimorada

Localização Geográfica: Em todo o país (República Democrática Popular do Laos)

9. Fortalecimento do Desenvolvimento do Projeto do Setor de Saúde e Proteção Social (Subprojeto 7)

País / Economia: Geórgia

Tipo de Projeto / Modalidade de Assistência /Assistência Técnica

Fonte de Financiamento / Valor

Fundo Especial de Assistência Técnica

US\$ 200.000,00

Prioridades Operacionais

OP1: Combater a pobreza remanescente e reduzir as desigualdades

OP2: Acelerar o progresso na igualdade de gênero

OP3: Fortalecer a governança e a capacidade institucional

Setor/Subsetor: Saúde/Financiamento da saúde - Desenvolvimento do sistema de saúde

Descrição

O objetivo geral da AT será apoiar o Ministério dos Deslocados Internos dos Territórios Ocupados, Trabalho, Saúde e Assuntos Sociais, comumente conhecido como Ministério da Saúde (MS), no desenvolvimento de capacidades, aconselhamento político e identificação e preparação de potenciais programas. A AT apoiará os dois novos projetos-piloto de proteção social do MS em serviços de assistência domiciliar e assistência pessoal que têm estreita ligação com o setor da saúde (fisioterapia, terapia ocupacional, cinesiologia, nutrição, saúde mental, etc.).

Justificativa do Projeto e Articulação com a Estratégia Nacional/Regional

A AT explora o nexo entre saúde e proteção social e está estrategicamente vinculada a um objetivo geral comum, que visa permitir um ambiente propício para o setor e abrir novas oportunidades de negócios. A AT está particularmente alinhada com o objetivo estratégico (ii) do ADB: promover uma sociedade mais resiliente e inclusiva, no âmbito da atual estratégia de parceria nacional do ADB para a Geórgia (CPS), 2024-2028. O projeto de AT está vinculado às seguintes prioridades operacionais: OP1: Combater a pobreza remanescente e reduzir as desigualdades; OP2: Acelerar o progresso na igualdade de gênero; e OP6: Fortalecer a governança e a capacidade institucional. A AT alcançará o impacto esperado, fornecendo o aconselhamento político necessário para a ampliação dos serviços de proteção social e fortalecendo a capacidade das instituições relevantes na gestão e na formulação de soluções políticas para garantir um alcance mais amplo dos serviços de proteção social a longo prazo.

Impacto

Promover uma sociedade mais resiliente e inclusiva

Resultado do Projeto

O principal resultado do AT é fortalecer os novos serviços de proteção social do Ministério da Saúde (MS), beneficiando especialmente mulheres e pessoas com deficiência. Os indicadores de desempenho do AT são:

Até o final de 2025:

1. Sistema de monitoramento e avaliação do MS desenvolvido para implementação.
2. A taxa de retenção de cuidadores domiciliares e assistentes pessoais do MS (dos quais 80% são mulheres) melhorou.

Descrição dos resultados do projeto

Expansão geográfica dos serviços de assistência domiciliar e assistente pessoal financiados pelo estado fortalecida.

Ferramentas e processos para serviços de assistência domiciliar e assistente pessoal aprimorados.

Gestão de recursos humanos do Ministério da Saúde para serviços de assistência domiciliar e assistente pessoal fortalecida.

Localização geográfica Em todo o país Geórgia

10. Integração da Medicina Tradicional Chinesa no Cuidado de Idosos por meio de Tecnologia Inteligente

País / Economia: China, República Popular da

Tipo de Projeto / Modalidade de Assistência / Assistência Técnica

Fonte de Financiamento / Valor

Fundo Especial de Assistência Técnica

US\$ 300.000,00

Prioridades Operacionais

OP1: Combater a pobreza remanescente e reduzir as desigualdades

Setor/Subsetor: Saúde/Controle de doenças crônicas não transmissíveis e outros programas prioritários

Gênero Integração efetiva da perspectiva de gênero

Descrição

O objetivo geral da AT é melhorar a saúde e o bem-estar da população idosa, desenvolvendo diretrizes e treinamentos sobre a integração da Medicina Tradicional Chinesa (MTC) no cuidado ao idoso e a disseminação do conhecimento da MTC para idosos e prestadores de serviços de Saúde Comunitária e Cuidado ao Idoso por meio de uma plataforma digital de conhecimento aprimorada.

A AT estará alinhada com o seguinte impacto: Melhoria da saúde e do bem-estar da população idosa. A AT terá o seguinte resultado: mais 500.000 pessoas em todo o país terão maior acesso ao conhecimento e às práticas da MTC.

Justificativa do Projeto e Relação com a Estratégia Nacional/Regional

A população de idosos na República Popular da China (RPC) está aumentando rapidamente. Devido à queda nas taxas de fertilidade e ao aumento da expectativa de vida, estudos preveem que o país passará de uma sociedade envelhecida para uma sociedade envelhecida até 2027, e a proporção de pessoas com 60 anos ou mais deverá aumentar de 18,7% em 2020 para 35,0% até 2050, tornando a população, em ritmo acelerado, uma das mais velhas do mundo.

Com o envelhecimento da população, há um aumento no número de indivíduos com necessidades complexas de saúde, múltiplas comorbidades e falta de redes de apoio social adequadas. Isso é ainda mais agravado pelo aumento da carga de doenças crônicas não transmissíveis, que exigem habilidades de autocuidado e um gerenciamento sustentado e de longo prazo. Estima-se que 66% da população com mais de 65 anos tenha uma doença crônica não transmissível, 60% enfrentem desafios na vida independente e 17% necessite de algum cuidado e suporte para suas atividades diárias.

A medicina tradicional e complementar é um importante recurso de saúde com diversas aplicações, e sua aplicabilidade na prevenção e no tratamento de doenças crônicas relacionadas ao estilo de vida, bem como no atendimento às necessidades de saúde de populações idosas, é reconhecida pela Organização Mundial da Saúde. A Medicina Tradicional Chinesa (MTC) envolve uma gama de práticas, como acupuntura, moxabustão, fitoterapia, massagem terapêutica, terapia dietética e exercícios como Tai Chi Chuan e Qi Gong. A aplicação adequada dessas práticas pode melhorar a funcionalidade física e cognitiva, reduzir a dor e melhorar a qualidade de vida de pacientes idosos. Ao contribuir para a capacidade de autogestão da saúde e para a saúde geral, a MTC pode contribuir ainda mais para aliviar a pressão financeira sobre os indivíduos e os sistemas de saúde.

A MTC é parte integrante do sistema de saúde da RPC, desde a atenção primária até a terciária. O Governo da RPC priorizou fortemente a melhoria do acesso à MTC, incluindo programas para o desenvolvimento da MTC no Plano de Desenvolvimento da China Saudável 2030 e no Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Medicina Tradicional Chinesa (2016-2030) do Conselho de Estado. Durante o período do 13º Plano Quinquenal (2016-2020) e após a aprovação da primeira lei da MTC em 2016, houve um rápido crescimento na oferta de MTC. O número de instituições médicas de MTC aumentou 41%, chegando a 65.809 no final de 2019, o número de clínicas de MTC registradas aumentou de 195 em 2017 para 19.000 em setembro de 2020, e os esforços para melhorar a capacidade de serviço de MTC no nível de base resultaram em 98,3% dos centros de serviços médicos comunitários e 97,1% dos centros de saúde municipais fornecendo serviços de MTC até o final de 2019. Os hospitais de MTC agora são obrigados a fornecer departamentos geriátricos, e as instituições médicas de MTC em toda a China tiveram 1,16 bilhão de consultas em 2019, acima dos 910 milhões em 2015, de acordo com dados da Comissão Nacional de Saúde. Embora algumas instituições residenciais para idosos tenham integrado serviços de MTC em conformidade com a diretriz de implementação do 13º Plano Quinquenal, ainda existem grandes lacunas no acesso e na utilização da MTC em nível comunitário. Estima-se que apenas 19% das pessoas com 40 anos ou mais utiliza a MTC.

Impacto

Aumento da *inclusão social* de idosos

Resultado do Projeto

Aumento do acesso ao conhecimento e às práticas da MTC

Descrição dos Resultados do Projeto

Diretrizes sobre a integração da MTC no Cuidado ao Idoso desenvolvidas

Conhecimento e treinamento em MTC disseminados

Status do Progresso da Implementação (Resultados, Atividades e Problemas)

Localização Geográfica Amplamente Nacional

11. Desenvolvimento da Capacidade de Cuidados para Idosos

País / Economia: Mongólia

Tipo de Projeto / Modalidade de Assistência / Assistência Técnica

Fonte de Financiamento / Valor

Fundo Especial de Assistência Técnica

US\$ 500.000,00

Prioridades Operacionais

OP1: Combater a pobreza remanescente e reduzir as desigualdades

OP2: Acelerar o progresso na igualdade de gênero

OP6: *Fortalecer a governança* e a capacidade institucional

Setor/Subsetor: Saúde/Financiamento da saúde

Gênero Alguns elementos de gênero

Descrição

A assistência técnica (AT) apoiará o Governo da Mongólia no aumento da capacidade institucional dos principais ministérios e agências governamentais envolvidos na prestação de cuidados de longa duração e serviços de assistência a idosos.

A AT ajudará a desenvolver um arcabouço financeiro, jurídico e político nacional coeso que servirá de base para a prestação de serviços integrados de atendimento a idosos, ao mesmo tempo em que delineará claramente as funções e responsabilidades de órgãos como o Ministério do Trabalho e Proteção Social (MLSP), o Ministério da Saúde (MS) e o Ministério das Finanças (MOF), além das estruturas a nível de aimag (província). As atividades da AT incluem a organização de workshops sobre políticas, seminários de treinamento e visitas de estudo.

A AT está alinhada com o Plano Operacional da Estratégia 2030 do Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB) para o Enfrentamento da Pobreza Persistente e a Redução das Desigualdades, com ênfase na melhoria da vida de pessoas vulneráveis na Ásia e no Pacífico, incluindo a população idosa da região. A AT está incluída no pipeline indicativo de projetos nacionais e no relatório de monitoramento do ADB para a Mongólia, referentes ao período de 2024 a 2027.

Justificativa do Projeto e Relação com a Estratégia Nacional/Regional

Envelhecimento populacional da Mongólia. A população da Mongólia em 2024 é de 3,5 milhões e, até 2040, projeta-se que aumente para 4,1 milhões. De 1990 a 2015, o ritmo de envelhecimento populacional foi lento, com a porcentagem de pessoas com 60 anos ou mais (idosos) permanecendo abaixo de 6% da população. Desde então, o ritmo de envelhecimento acelerou e, até 2040, espera-se que 14,4% da população esteja nessa faixa etária. A mudança na estrutura etária e sexual, bem como na distribuição geográfica da população, representa desafios significativos para o governo, incluindo: (i) uma proporção crescente de idosos mais velhos (acima de 80 anos), (ii) um maior número de mulheres na população idosa devido à menor expectativa de vida masculina, (iii) um aumento na taxa de dependência dos idosos, (iv) uma mudança no padrão de envelhecimento populacional nas áreas rurais e (v) uma maior vulnerabilidade dos idosos às mudanças climáticas.

Erosão do apoio familiar. O apoio familiar tradicionalmente desempenha um papel fundamental no cuidado de idosos na Mongólia, mas as famílias estão cada vez mais incapazes de atender às necessidades básicas dos idosos. Os idosos são geralmente cuidados em suas próprias casas ou na casa de um cuidador familiar. Os pais tendem a depender dos filhos, mas os filhos se tornaram menos disponíveis para cuidar dos pais idosos devido à redução do tamanho da família, à migração interna e externa e às obrigações familiares e profissionais.

Principais desafios no sistema de assistência a idosos. O sistema de assistência a idosos do país é fragmentado e enfrenta muitos desafios. Primeiro, não há uma política e legislação nacional coesas sobre assistência a idosos, e dados, análises e experiência em assistência a idosos são insuficientes para desenvolver políticas baseadas em evidências. A supervisão, a coordenação e a cooperação ineficazes entre as agências responsáveis pelo setor e a fraca aplicação das diretrizes de prestação de serviços de assistência a idosos e do monitoramento da qualidade dos serviços e do sistema também são desafios importantes. Além disso, há baixa capacidade institucional do sistema de proteção social e de saúde do país para enfrentar os desafios da assistência a idosos. Isso inclui a falta de treinamento e educação específicos em profissões relacionadas ao cuidado e um sistema de incentivos fraco para a equipe de cuidado de idosos, o que cria desafios no recrutamento de pessoal qualificado e resulta em alta rotatividade de pessoal; falta de conscientização e informação sobre o cuidado de idosos entre os principais profissionais médicos e dos setores sociais e formuladores de políticas; e falta de utilização das melhores práticas para serviços de cuidado de idosos, incluindo aqueles que envolvem serviços baseados na comunidade. Terceiro, a ausência de um sistema de

financiamento dedicado ou fundo nacional para a implementação das políticas de cuidado de idosos e o financiamento inadequado do sistema de cuidado de idosos levam a lacunas na prestação e no acesso aos serviços. Por fim, o país também carece de modelos de serviço para atender às diversas necessidades e preferências dos idosos, o que contribui ainda mais para o subdesenvolvimento dos serviços e do sistema de cuidado de idosos no país.

Problemas no financiamento e nas políticas de assistência a idosos. O governo carece de uma análise abrangente das despesas totais com assistência a idosos, pois a abordagem para o cuidado de idosos como um sistema nacional permanece descoordenada. Há uma lacuna significativa de dados sobre despesas privadas, como pagamentos diretos de indivíduos e famílias por serviços de assistência a idosos. Atualmente, o fundo de seguridade social fornece a maior parte das despesas de proteção social, e o setor de saúde é financiado pelo fundo de seguridade social e pelo orçamento do governo. O MLSP financia benefícios e serviços de assistência social, incluindo subsídios para idosos e seus cuidadores, e faz pagamentos diretos a uma gama limitada de prestadores de cuidados. No entanto, o financiamento alocado para serviços de assistência social baseados na comunidade é insuficiente, possivelmente devido a uma compreensão deficiente das necessidades de tais serviços e à capacidade limitada de fornecê-los. O Ministério da Saúde e o fundo de seguridade social financiam cuidados preventivos, curativos, de enfermagem, de reabilitação e paliativos para idosos em três níveis de prestação de cuidados. Como todos esses serviços de assistência têm elementos de assistência a idosos, é impossível separar as despesas gerais com saúde dos serviços de assistência a idosos. Financiamento em nível de AIMAG também está disponível para financiar a prestação de alguns serviços de cuidado a idosos. Apesar de receberem uma pensão, 80% dos idosos na Mongólia consideram-se pobres devido ao rápido aumento dos preços dos bens de consumo (nota de rodapé 2). O governo atribui importância à clarificação do financiamento futuro do cuidado a idosos em suas políticas, visto que as despesas relacionadas provavelmente aumentarão devido a fatores como a expansão e a utilização dos serviços. O orçamento do Estado, por si só, pode não ser suficiente para arcar com o ônus financeiro do cuidado a idosos.

Alinhamento com as prioridades do país. A AT proposta está alinhada com o Plano Estratégico do Governo da Mongólia para Cuidados de Longa Duração para Idosos.

Impacto

Saúde e bem-estar de idosos na Mongólia melhorados

Resultado do Projeto

Financiamento e estrutura política para cuidados com idosos desenvolvidos

Descrição dos Resultados do Projeto

Financiamento, avaliações e estratégias de políticas para cuidados com idosos preparados

Capacidade institucional para desenvolver políticas de cuidados com idosos fortalecida

Status do Progresso da Implementação (Produtos, Atividades e Questões)

Localização Geográfica: Em todo o país

12. Programa de Investimento para Melhoria do Acesso a Serviços de Saúde para Grupos Desfavorecidos (2a parcela)

País / Economia Mongólia

Tipo de Projeto / Modalidade de Assistência: Empréstimo

Fonte de Financiamento / Valor

Empréstimo de recursos de capital ordinário concessional de US\$ 82,20 milhões

Prioridades Operacionais

OP1: Combater a pobreza remanescente e reduzir as desigualdades

OP2: Acelerar o progresso na igualdade de gênero

OP3: Combater as mudanças climáticas, fortalecer a resiliência climática e a desastres e aprimorar a sustentabilidade ambiental

Setor/Subsetor: Saúde/Desenvolvimento do sistema de saúde

Gênero Tema da equidade de gênero

Descrição

A segunda parcela proposta dá continuidade ao apoio ao Ministério da Saúde da Mongólia no âmbito do mecanismo de financiamento multi parcelas para melhorar os serviços de saúde primários e secundários em áreas urbanas e rurais e apoia o modelo estratégico de financiamento da saúde.

O programa também continua a apoiar a capacitação e o fortalecimento institucional das principais agências de implementação nas áreas de compras e gestão financeira.

Justificativa do Projeto e Articulação com a Estratégia Nacional/Regional

O programa (i) fortalecerá a atenção primária à saúde urbana e rural; (ii) aprimorará os serviços hospitalares distritais e aimag (províncias); (iii) fortalecerá o sistema de financiamento da saúde; e (iv) fortalecerá a capacidade de compras e gestão financeira das entidades governamentais de saúde. O programa está alinhado com a Política Estadual de Saúde 2017-2026, as Diretrizes Principais para o Desenvolvimento Quinquenal da Mongólia 2021-2025 e o Plano de Ação do Governo da Mongólia 2024-2028, recentemente aprovado.

Impacto

Melhoria no estado de saúde dos mongóis

Resultado do Projeto

Acesso a serviços de saúde primários e secundários de qualidade e acessíveis em Ulaanbaatar e em províncias selecionadas do projeto melhorado

Descrição dos Resultados do Projeto

Atenção primária à saúde (APS) urbana e rural fortalecida

Serviços hospitalares distritais e aimag melhorados

Sistema de financiamento da saúde fortalecido

Capacidade de aquisição e gestão financeira de entidades governamentais de saúde fortalecida

Localização Geográfica Em todo o país

13. Fortalecimento dos Serviços de Saúde Pública na Mongólia

País / Economia Mongólia

Tipo de Projeto / Modalidade de Assistência / Assistência Técnica

Fonte de Financiamento / Valor

Fundo Especial de Assistência Técnica

US\$ 500.000,00

Prioridades Operacionais

OP1: Combater a pobreza remanescente e reduzir as desigualdades

Setor/Subsetor: Saúde/Desenvolvimento e reforma do setor da saúde

Gênero Integração efetiva da perspectiva de gênero

Descrição

A AT auxiliará o governo a alcançar os objetivos relacionados à saúde definidos na Visão 2050, a política nacional de desenvolvimento de longo prazo da Mongólia, e as estratégias e prioridades de médio prazo, por meio da implementação da Lei de Saúde Pública (2024). A lei cria a base legal para os novos desenvolvimentos no sistema de prevenção e controle de doenças, promoção da saúde e resposta a ameaças e emergências de saúde pública.

A assistência da AT incluirá consultoria para o desenvolvimento e a implementação de recomendações práticas e ações para implementar a lei, incluindo a definição da estrutura e das funções do novo sistema de serviços de saúde pública, políticas para garantir a disponibilidade de recursos humanos qualificados para os serviços de saúde pública e a concepção de sistemas otimizados para o fornecimento de educação em saúde à população em geral e a promoção da saúde no local de trabalho, complementados por uma ampla gama de iniciativas de capacitação. A AT apoiará o Subprograma 2 do PBL para o Fortalecimento da Segurança Sanitária, auxiliando o governo na implementação de ações políticas relacionadas à implementação da Lei de Saúde Pública e do Plano de Resiliência do Setor da Saúde. A AT está em linha com as diretrizes do longo engajamento e apoio do ADB ao setor da saúde na Mongólia e com a visão da Estratégia de Saúde da CAREC 2030: as ameaças à saúde pública na região da CAREC são abordadas de forma abrangente, eficiente e sustentável.

Justificativa do Projeto e Vínculo com a Estratégia Nacional/Regional

A Mongólia fez progressos significativos na melhoria de seus resultados de saúde. A expectativa de vida ao nascer aumentou e atingiu 71,0 (mulheres 76,5; homens 67,1) em 2022, um aumento de 1 ano em comparação com a média dos dez anos anteriores. A Mongólia atingiu suas metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio para mortalidade materna e infantil em 2015. A boa cobertura de cuidados pré-natais e pós-natais contribui para a redução da mortalidade materna (35,1 por 100.000 nascidos vivos, 2022) e infantil, e das taxas de mortalidade de menores de 5 anos (12,4 e 15,5 por 1.000 nascidos vivos, 2022). Embora os resultados de saúde tenham melhorado devido a melhorias significativas nos serviços médicos curativos, o país ainda luta para organizar um sistema robusto para garantir assistência pública eficaz. medidas de saúde para prevenir e controlar doenças, promover a saúde e responder a ameaças e emergências de saúde pública.

As DCNTs representam um grande fardo, com as doenças cardiovasculares e o câncer devendo permanecer como as principais causas de mortalidade, tendo sido responsáveis por 32,5% e 23,7% de todas as mortes, respectivamente, em 2022. Os principais fatores de risco das DCNTs, como tabagismo, consumo de álcool e obesidade, exacerbados pela inatividade física e dieta pouco saudável, tendem a aumentar de forma constante. Além disso, algumas doenças transmissíveis, como tuberculose (186 por 100.000 em 2006 e 70 por 100.000 em 2022) e hepatite viral, continuam sendo um desafio para o país. Portanto, melhorar a prevenção e o controle de doenças transmissíveis e não transmissíveis é um problema que precisa ser enfrentado com urgência. A Mongólia manteve uma das menores taxas de letalidade durante a pandemia de COVID-19 e durante seus picos em 2021-2022 (JHU, junho de 2022). No entanto, eram visíveis deficiências na resposta multissetorial coordenada às ameaças à saúde pública. Isso precisa ser abordado, considerando a crescente ameaça global de doenças infecciosas e zoonoses emergentes, com potencial para uma pandemia.

O governo reconhece a necessidade de fortalecer o sistema para garantir a saúde pública, conforme previsto nas políticas nacionais de desenvolvimento de longo e médio prazo. Apresentou a nova Lei de Saúde Pública, aprovada pelo Parlamento em janeiro de 2024. A lei define os principais princípios a serem seguidos pelo Estado em relação à saúde pública e fornece um ambiente legal para o Ministério da Saúde reformar o sistema de prestação de serviços de saúde pública. A lei prevê o fortalecimento do sistema por meio da criação de um centro nacional de saúde pública, com funções semelhantes às dos centros de controle e prevenção de doenças em outros países, que liderará as medidas de saúde pública em todo o país e supervisionará e coordenará as respostas a ameaças e emergências de saúde pública.

O centro garantirá a supervisão técnica e o apoio aos centros de saúde pública em aimags (províncias) e cidades, centros de atenção primária à saúde e outros setores e instituições relevantes. O governo planeja impulsionar a educação e a promoção da saúde em todo o país, incluindo a promoção da saúde no local de trabalho, com o envolvimento de organizações e entidades públicas e privadas de diversos setores, implementando modelos de parceria público-privada sempre que possível. Como todos esses planos exigem pessoal qualificado com trajetórias de carreira bem definidas, o governo precisa definir uma política de desenvolvimento de recursos humanos em saúde pública que abranja a formação de graduação e pós-graduação.

O ADB é um importante parceiro internacional de desenvolvimento para o setor de saúde da Mongólia e tem apoiado o governo em reformas críticas do sistema de saúde desde 1994. O AT é consistente com o longo engajamento e apoio do ADB para fortalecer o sistema de saúde por meio de reformas sistêmicas, incluindo assistência contínua à atenção primária à saúde, amplo apoio recente à resposta à COVID-19 e melhoria da segurança sanitária de longo prazo e preparação para emergências de saúde pública. O AT se alinhará com políticas e estratégias nacionais de longo e médio prazo, como (i) Visão 2050, que define o objetivo de ter cidadãos com comportamento saudável e estilo de vida ativo e ter um sistema de saúde de qualidade, acessível e eficaz; (ii) Principais Direções para o Desenvolvimento Quinquenal da Mongólia, 2021-2025, que delineia o objetivo de médio prazo para reformar o sistema de saúde para melhorar a qualidade, acessibilidade e eficiência, com ênfase na preparação para emergências de saúde pública e triagem e detecção precoce de DNTs.

Mais de 80% dos profissionais de saúde na Mongólia são mulheres, que estarão diretamente envolvidas e se beneficiarão das atividades de capacitação da AT. A AT abordará o controle e a prevenção de DNTs, como o câncer cervical, que serão os principais beneficiados pelas mulheres.

Impacto

A qualidade e a acessibilidade dos serviços públicos de saúde aumentaram.

Resultado do Projeto

O sistema de prevenção e controle de doenças melhorou.

Descrição dos resultados do projeto

Resultado 1: O sistema de controle e prevenção de doenças é fortalecido.

Resultado 2. Política de recursos humanos em saúde pública definida.

Resultado 3. Sistema de promoção da saúde apoiado.

Localização geográfica Em todo o país

14. Programa de Melhoria da Qualidade da Assistência à Saúde

País / Economia: Armênia

Tipo de Projeto / Modalidade de Assistência

Empréstimo

Assistência Técnica

Fonte de Financiamento / Valor

Recursos de capital ordinários

US\$ 50,00 milhões

Fundo Japonês para uma Ásia e Pacífico Prósperos e Resilientes

US\$ 2,00 milhões

Prioridades Operacionais

OP1: Combater a pobreza remanescente e reduzir as desigualdades

OP2: Acelerar o progresso na igualdade de gênero

OP3: Combater as mudanças climáticas, fortalecer a resiliência climática e a desastres e aprimorar a sustentabilidade ambiental

OP6: Fortalecer a *governança* e a capacidade institucional

Setor/Subsetor: Saúde/Desenvolvimento e reforma do setor da saúde

Gênero Integração efetiva da perspectiva de gênero

Descrição

O programa visa melhorar a qualidade da assistência à saúde, conforme estipulado no Programa do Governo 2021-2026, na Estratégia do Setor da Saúde 2023-2026, no Documento Conceitual da UHI e na Estratégia para a Qualidade da Assistência 2022-2026.

O programa RBL proposto está alinhado com o seguinte impacto: melhoria da saúde pessoal e pública. O resultado do programa RBL será a melhoria da qualidade da assistência à saúde, medida por (i) redução da mortalidade por doenças crônicas; (ii) redução da mortalidade hospitalar por infarto agudo do miocárdio; e (iii) redução da taxa de hospitalização por doenças sensíveis à atenção ambulatorial. O programa terá os seguintes resultados: (i) melhoria da infraestrutura e dos equipamentos para a prestação de serviços de saúde de qualidade; (ii) fortalecimento da capacidade e da organização para a qualidade da assistência; e (iii) institucionalização de intervenções e monitoramento para melhoria da qualidade.

Os indicadores vinculados ao desembolso (DLIs) podem incluir (i) redução da mortalidade por condições crônicas; (ii) redução da mortalidade hospitalar por infarto agudo do miocárdio; (iii) unidades de saúde modernizadas ou construídas e equipadas levando em consideração a resiliência climática e a capacidade de resposta de gênero; (iv) estrutura e liderança institucionais, inclusive para líderes femininas, para o fortalecimento da qualidade do atendimento; (v) melhoria da disponibilidade de profissionais de saúde qualificados; (vi) padrões de qualidade do atendimento e ferramentas de melhoria sensíveis ao gênero e ao clima, testados em um número selecionado de *marzes* (entidades administrativas regionais) e aprovados para expansão nacional; e (vii) unidades de saúde relatando dados de indicadores de qualidade em tempo hábil.

Justificativa do Projeto e Articulação com a Estratégia Nacional/Regional

Com a implementação do seguro saúde universal na Armênia, espera-se que a demanda e a utilização dos serviços de saúde aumentem devido à maior acessibilidade dos serviços. Além

da melhoria da acessibilidade dos serviços de saúde para a população, a melhoria da qualidade da assistência à saúde é uma prioridade na agenda de reformas do governo. A oferta de cobertura abrangente de saúde exigirá melhorias simultâneas na qualidade do atendimento para levar a melhores resultados em saúde. A melhoria da qualidade do atendimento exigirá apoio em todos os elementos estruturais da qualidade (infraestrutura, equipamentos e recursos humanos) para melhorar a disponibilidade dos serviços, aprimorar a qualidade dos processos de atendimento e o monitoramento para mensurar o desempenho e os resultados.

A chave para sustentar intervenções de melhoria da qualidade é garantir institucionalização, orçamento, mensuração e responsabilização suficientes. O programa de empréstimo baseado em resultados (RBL) proposto apoiará a implementação da qualidade do atendimento como parte da agenda de reformas.

O programa RBL está alinhado com a prioridade operacional (OP) 1 da Estratégia 2030 do Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB) (combater a pobreza remanescente e reduzir as desigualdades), OP2 (melhorando a capacidade de resposta de gênero dos serviços de saúde), OP3 (promovendo medidas de adaptação e mitigação das mudanças climáticas) e OP6 (fortalecendo a governança e a capacidade institucional no setor da saúde); e com o Guia Direcional do Setor da Saúde da Estratégia 2030 do ADB.

Impacto

Saúde pessoal e pública melhorada

Resultado do Projeto

Descrição do Resultado

Melhorias na qualidade do atendimento demonstradas

Instalações de saúde inclusivas e sensíveis às questões climáticas e de gênero para a prestação de serviços de saúde de qualidade

Capacidade e organização para a qualidade do atendimento fortalecidas

Mensuração e responsabilização da qualidade do atendimento institucionalizadas

Localização Geográfica Em todo o país

15. Projeto de Atenção Integrada à Saúde Materno-Infantil - Financiamento Adicional

País / Economia Tajiquistão

Tipo de Projeto / Modalidade de Assistência: Subvenção

Fonte de Financiamento / Valor

Fundo Asiático de Desenvolvimento

US\$ 30,00 milhões

Prioridades Operacionais

OP1: Combater a pobreza remanescente e reduzir as desigualdades

OP2: Acelerar o progresso na igualdade de gênero

OP3: Combater as mudanças climáticas, construir resiliência climática e a desastres e aprimorar a sustentabilidade ambiental

Setor/Subsetor Saúde/Desenvolvimento do sistema de saúde - Assistência à saúde materno-infantil

Gênero Tema de equidade de gênero

Descrição

O AF apoiará a expansão dos respectivos resultados com componentes adicionais.

Resultado 1: Melhoria na prestação integrada de serviços de Saúde Materna e Infantil (SMNI) de qualidade nos distritos do projeto. O resultado será fortalecido por meio de maior apoio a (i) planejamento, gestão e desenvolvimento de capacidades de RHS; (ii) ferramentas e processos para aprimorar a qualidade e a integração dos serviços de Saúde Materna e Infantil (SMNI); e (iii) desenvolvimento e teste de mecanismos de financiamento hospitalar mais eficientes:

(i) Planejamento, gestão e desenvolvimento de capacidades de RHS. O AF será utilizado para (a) atualizar as normas de pessoal e as descrições de cargos em nível hospitalar distrital; (b) aprimorar o registro eletrônico de RHS existente (desenvolvido no âmbito do projeto em andamento) com recursos analíticos e de relatórios adicionais, apoiar sua implementação em mais três distritos e desenvolver um roteiro de implementação para sua expansão em escala nacional (incluindo custos, suporte institucional e requisitos de treinamento); e (c) envolver o Instituto Médico de Pós-Graduação na concepção, desenvolvimento e implementação de um programa de treinamento e educação médica continuada em áreas relevantes para a Saúde Mental e Mental (SMNI) para a equipe de saúde nos distritos do projeto (médicos, enfermeiros, gerentes de instalações), incluindo equipes móveis de especialistas para treinamento e supervisão no local de trabalho.

(ii) Ferramentas e processos para aprimorar a integração dos serviços de Saúde Materna e Infantil (SMNI) e a garantia da qualidade. Para apoiar a integração dos serviços de Saúde Materna e Infantil (SMNI) e a coordenação dos cuidados em diferentes níveis de atenção à saúde, o AF será utilizado para (a) revisar e revisar o protocolo nacional de encaminhamento e os percursos dos pacientes em serviços perinatais e (b) implementar o sistema eletrônico de encaminhamento perinatal (desenvolvido no âmbito do projeto em andamento) nos três distritos adicionais. Para apoiar a garantia da qualidade da SMNI, o AF será utilizado para contratar o Khadamot (Serviço Estatal de Monitoramento de Serviços de Saúde) para treinamento e implementação de melhorias contínuas da qualidade e supervisão de apoio em distritos adicionais do projeto.

(iii) Mecanismos de financiamento hospitalar mais eficientes. O projeto em andamento apoia a pilotagem do financiamento baseado em casos hospitalares (CBF) em distritos do projeto, o que requer mais refinamentos metodológicos e aprimoramentos no sistema de informações do CBF. O AF será usado para aprimorar a pilotagem do CBF em distritos do projeto em andamento e expandir os pilotos para outros distritos selecionados da Região de Sughd, a fim de sincronizá-los com as iniciativas de outros parceiros de desenvolvimento que apoiam as compras estratégicas de saúde.

Resultado 2: Infraestrutura e equipamentos para serviços de saúde mental e mental (SMNI) racionalizados e aprimorados nos distritos do projeto. Com este resultado, o AF será utilizado para expandir o apoio à infraestrutura hospitalar relacionada à SMNI e ao fornecimento de equipamentos médicos em três distritos adicionais. O AF apoiará novas construções, incluindo uma maternidade com 80 leitos em Dangara; uma maternidade com 40 leitos em Ayni; e um hospital distrital central com 100 leitos em Darvoz. Para garantir o inventário, o funcionamento e a manutenção adequados dos equipamentos médicos, o AF apoiará o estabelecimento de um sistema de gestão de ativos digitais (OpenMedis) e o treinamento relevante nos distritos do projeto por meio do Centro Republicano para Manutenção e Reparo de Equipamentos Médicos.

Resultado 3: Melhoria do conhecimento sobre saúde mental e comportamentos de busca por saúde. Com este resultado, o AF apoiará o treinamento e o desenvolvimento de capacidades em comunicação para mudança comportamental (CCM) para equipes de saúde mental e de extensão nos três distritos adicionais, incluindo a impressão e distribuição de materiais de CCM.

Justificativa do Projeto e Relação com a Estratégia Nacional/Regional

Contexto demográfico e epidemiológico. O Tajiquistão é um país sem litoral, predominantemente rural, de renda média-baixa, com um produto interno bruto per capita de US\$ 1.054 e uma taxa de pobreza nacional de 22,5%. Possui a população mais jovem e de crescimento mais rápido da Ásia Central, com uma taxa média de crescimento populacional anual de 2,1% e uma taxa de fecundidade de 3,2 nascimentos por mulher. Nas últimas décadas, o Tajiquistão alcançou melhorias louváveis nos resultados de saúde e apresentou um bom desempenho em relação a outros países de renda média-baixa.

No entanto, o país enfrenta uma carga combinada de doenças, onde, apesar das doenças crônicas não transmissíveis serem a principal causa de morte, os distúrbios maternos e neonatais ainda representam uma grande parcela da carga de doenças. Em meio às altas taxas de natalidade, os níveis de mortalidade infantil e neonatal permanecem entre os mais altos da região, juntamente com grandes disparidades no acesso à saúde materna por geografia e nível socioeconômico. Para melhorar ainda mais os indicadores de saúde materna e infantil, o acesso da população a serviços de saúde materno-infantil de qualidade precisa ser ampliado, especialmente em áreas carentes.

Impacto

Melhoria no estado de saúde e bem-estar de mães e crianças nos distritos do projeto (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3)

Assistência médica acessível e de qualidade prestada a todos os cidadãos (Estratégia Nacional de Saúde 2030)

Resultado

A cobertura de mulheres e crianças com serviços de saúde materna e infantil de qualidade nos distritos do projeto melhorou.

Progresso em direção ao Resultado

A partir do primeiro trimestre de 2022, os termos de referência foram desenvolvidos para a implementação de atividades de comunicação para mudança de comportamento na comunidade, com o envolvimento de ONGs locais e profissionais de saúde comunitários treinados.

Descrição dos Resultados do Projeto

Melhoria na prestação integrada de serviços de Saúde Materno-Infantil (SMI) de qualidade nos distritos do projeto

Racionalização e melhoria da infraestrutura e dos equipamentos para serviços de Saúde Materno-Infantil (SMI) nos distritos do projeto

Aprimoramento do conhecimento sobre SMI e dos comportamentos de busca por saúde nos distritos do projeto

Localização Geográfica Amplo Nacional

16. Projeto de Cuidados Perinatais Integrados

País / Economia Uzbequistão

Tipo de Projeto / Modalidade de Assistência: Empréstimo

Fonte de Financiamento / Valor

Empréstimo de recursos de capital ordinário concessional de US\$ 100 milhões

Prioridades Operacionais

OP1: Combater a pobreza remanescente e reduzir as desigualdades

OP2: Acelerar o progresso na igualdade de gênero

OP3: Combater as mudanças climáticas, construir resiliência climática e a desastres e aprimorar a sustentabilidade ambiental

Sector/Subsetor Saúde/Saúde materno-infantil

Gênero Tema de equidade de gênero

Descrição

O projeto está alinhado com a primeira estratégia operacional da Estratégia 2030 do ADB, que visa alcançar uma saúde melhor para todos, melhorando a qualidade e a cobertura dos serviços de saúde governamentais e apoiando a melhoria do acesso a serviços de saúde de qualidade. O ADB possui vasta experiência no setor de saúde do Uzbequistão. A Estratégia de Parceria com o País (CPS) 2019-2023, em consonância com a nova estratégia de saúde do governo, afirma que apoiará "(&) a redução da mortalidade materna e infantil, das disparidades rurais-urbanas na qualidade da prestação de cuidados de saúde e auxiliará no desenvolvimento de um sistema de saúde digital, visando integrar diferentes níveis de assistência à saúde e aumentar sua eficiência".

Em geral, o projeto está alinhado com o ODS 3 sobre Cobertura Universal de Saúde (CUS), em particular com o ODS 3.1.1 sobre redução da RMM e o ODS 3.2.2 sobre redução da TMN, e com o ODS 5 sobre acesso universal à saúde reprodutiva. O projeto promoverá o foco claro do ODS 3 na equidade, incluindo monitoramento e avaliação com foco na equidade, para ajudar a garantir que as metas sejam cumpridas e que ninguém seja deixado para trás, contribuindo para o alcance do ODS 5.

Justificativa do Projeto e Vínculo com a Estratégia Nacional/Regional

O Projeto de Melhoria da Assistência Perinatal (IPCP) proposto é um empréstimo para o projeto. A AT da transação auxiliará o Governo do Uzbequistão a (i) revisar a viabilidade técnica, econômica e financeira do projeto e apurar sua justificativa, escopo, custo, cronograma, arranjos de implementação, riscos e medidas de mitigação; (ii) garantir a conformidade com a declaração de política de salvaguardas do Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB) (2009) e identificar medidas de mitigação e fortalecimento institucional; e (iii) auxiliar a agência executora (EA) e a agência implementadora (IA) do projeto na contratação antecipada do projeto de empréstimo subsequente.

Impacto

Mortalidade materna e neonatal reduzida

Resultado do Projeto

Descrição do Resultado

Serviços de cuidados perinatais de qualidade, amigáveis à mulher e ao bebê, utilizados de forma otimizada

Descrição dos Resultados do Projeto

Centros perinatais modernizados e atualizados

Sistema de encaminhamento perinatal fortalecido

Adesão à qualidade nos centros perinatais aprimorada
Comportamento de busca de saúde materna aprimorado
Localização Geográfica Em todo o país

17. Programa de Fortalecimento do Setor da Saúde

País / Economia Geórgia

Tipo de Projeto / Modalidade de Assistência Empréstimo

Fonte de Financiamento / Valor

Recursos de capital ordinários

US\$ 50,00 milhões

Prioridades Operacionais

OP1: Combater a pobreza remanescente e reduzir as desigualdades

OP2: Acelerar o progresso na igualdade de gênero

OP3: Combater as mudanças climáticas, construir resiliência climática e a desastres e aprimorar a sustentabilidade ambiental

OP4: Fortalecer a governança e a capacidade institucional

Sector/Subsector Saúde/Desenvolvimento e *reforma* do setor da saúde

Gênero Integração efetiva da perspectiva de gênero

Descrição

O programa proposto apoiará as reformas do setor de saúde da Geórgia, que priorizarão a atenção primária à saúde (APS) e os serviços ambulatoriais e diagnósticos especializados por meio da regulamentação do setor, redefinindo os benefícios da assistência médica, aprimorando os mecanismos de compras estratégicas e reestruturando a governança e os arranjos organizacionais, a fim de aprimorar a eficiência operacional, a prestação de serviços e a sustentabilidade financeira do setor. O programa está alinhado com a Estratégia 2030 do Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB) e apoia as prioridades operacionais de combate à pobreza remanescente e redução das desigualdades; aceleração do progresso na igualdade de gênero; combate às mudanças climáticas, construção de resiliência climática e a desastres e aprimoramento da sustentabilidade ambiental; e fortalecimento da governança e da capacidade institucional.

O programa é consistente com a estratégia de parceria nacional do ADB para a Geórgia, visando apoiar a prioridade de desenvolvimento do governo para o desenvolvimento de capital humano, bem como a ação contra as mudanças climáticas. O empréstimo autônomo baseado em políticas (PBL) proposto compreende duas parcelas, totalizando US\$ 50 milhões, provenientes dos recursos ordinários de capital do ADB.

Justificativa do Projeto e Vínculo com a Estratégia Nacional/Regional

A Estratégia Nacional de Saúde 2022-2030 da Geórgia, com duração de oito anos, representa uma oportunidade para reformas transformadoras no setor da saúde, que exigem financiamento, expertise internacional e apoio institucional para atingir as metas em tempo hábil.

O governo da Geórgia está comprometido em focar nas reformas da APS de forma abrangente e holística para enfrentar os desafios de saúde atuais e futuros. São necessários conhecimentos e capacidades adicionais para: (i) aumentar os benefícios e a clareza dos

benefícios oferecidos à população em APS, serviços ambulatoriais especializados e serviços de diagnóstico; (ii) fortalecer a qualidade da prestação de serviços de APS por meio de compras estratégicas; (iii) aprimorar os sistemas de informação digital para uma gestão eficiente da programação da APS baseada em resultados e do financiamento da saúde; e (iv) aprimorar a gestão e a governança da APS, os protocolos clínicos, a qualidade da assistência à saúde, a educação médica continuada e o desenvolvimento profissional contínuo.

O empréstimo baseado em políticas é a modalidade mais apropriada, considerando que (i) o governo tem um forte compromisso com reformas concretas no setor da saúde; (ii) o Ministério da Saúde tem experiência na implementação de projetos do Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB); (iii) o ADB tem experiência no setor de saúde da Geórgia e apoiou análises sobre financiamento da saúde, APS, gestão das finanças públicas e segurança sanitária regional, que contribuíram para o diálogo e o desenvolvimento de políticas; e (iv) o apoio orçamentário é necessário para cobrir as lacunas de financiamento do desenvolvimento.

Localização Geográfica Amplamente Nacional

18. Projeto de Saúde das Áreas Fronteiriças da Sub-região do Grande Mekong

País / Economia Camboja

Tipo de Projeto / Modalidade de Assistência /Subvenção /Empréstimo

Fonte de Financiamento / Valor

Fundo Asiático de Desenvolvimento

US\$ 5,55 milhões

Empréstimos concessionais de recursos ordinários de capital

US\$ 27,00 milhões

Prioridades Operacionais

OP1: Combater a pobreza remanescente e reduzir as desigualdades

OP2: Acelerar o progresso na igualdade de gênero

OP3: Combater as mudanças climáticas, construir resiliência climática e a desastres e aprimorar a sustentabilidade ambiental

OP7: Promover a cooperação e a integração regionais

Sector/Subsetor: Saúde/Controle de doenças transmissíveis - Controle de doenças não transmissíveis e outros programas prioritários - Financiamento da saúde - Seguro saúde e programas de saúde subsidiados - Desenvolvimento do sistema de saúde - Assistência à saúde materno-infantil

Gênero Integração efetiva da perspectiva de gênero

Descrição

O projeto melhorará o acesso a serviços de saúde de qualidade para populações que residem e migram pela província de Banteay Meanchey, no noroeste do Camboja. A província de Banteay Meanchey serve como ponto de trânsito para migrantes que partem e retornam da Tailândia. Também serve como ponto de destino para migrantes internos que buscam oportunidades nas zonas econômicas especiais (ZEEs) e nas indústrias do setor informal da província. As populações que residem e migram por Banteay Meanchey são suscetíveis a ameaças à saúde relacionadas à mobilidade, incluindo doenças transmissíveis e fatores de risco ambientais e sociais. O projeto investirá em novas instalações e equipamentos de saúde, ampliará a disponibilidade de atendimento clínico e serviços de saúde específicos para

migrantes, melhorará a qualidade da força de trabalho em saúde e estenderá a proteção financeira relacionada à saúde aos migrantes.

Justificativa do Projeto e Articulação com a Estratégia Nacional/Regional

Impactos da cooperação e integração regional na saúde. O fortalecimento da cooperação e integração regional (RCI) na Sub-região do Grande Mekong (GMS) tem sido um impulsionador do crescimento econômico da sub-região, levando ao aumento da movimentação de pessoas em busca de oportunidades econômicas proporcionadas por uma maior conectividade. A movimentação populacional facilitada pela RCI gerou um conjunto singular de desafios de saúde, impulsionados pela dinâmica da disseminação de doenças transmissíveis, determinantes ambientais e do local de trabalho e pelos comportamentos de busca por saúde dos indivíduos. Os desafios de saúde relacionados à mobilidade são mais evidentes nas regiões de fronteira ligados aos principais corredores econômicos que servem como ponto de trânsito para migrantes transfronteiriços que partem e retornam e como destino para migrantes internos que buscam oportunidades de emprego em zonas econômicas especiais (ZEEs). Os sistemas de saúde nessas áreas de fronteira geralmente não estão equipados adequadamente para responder aos desafios de saúde relacionados à mobilidade, como ilustrado durante a pandemia da doença do coronavírus (COVID-19), quando mais de 260.000 trabalhadores migrantes cambojanos retornaram ao Camboja. A maioria reentrou pelas fronteiras terrestres com a Tailândia, sobrecarregando a capacidade dos sistemas de saúde da área de fronteira para detecção, quarentena e tratamento de casos de COVID-19. Os países do GMS concordaram coletivamente sobre a necessidade de aumentar a proteção das comunidades vulneráveis contra os impactos da integração regional na saúde, e o fortalecimento dos sistemas de saúde nas áreas de fronteira foi priorizado como uma área de ação.

Perfil dos migrantes cambojanos. Em 2018, mais de 1,23 milhão de trabalhadores cambojanos migraram, e 41% desses trabalhadores eram mulheres. Desse total, 1,15 milhão migraram para a Tailândia, que é o principal destino dos trabalhadores migrantes do Camboja. O número total de cambojanos trabalhando na Tailândia é considerado muito maior, com muitos indivíduos migrando por canais irregulares. A migração interna também é generalizada no Camboja. Cerca de 1,2 milhão de pessoas migraram internamente durante 2015-2019. Altas taxas de pobreza rural combinadas com a falta de oportunidades de trabalho atuam como catalisadores para a migração interna, com trabalhadores rurais buscando oportunidades de emprego em áreas urbanas e nas ZEEs do país. As remessas de trabalhadores migrantes internacionais e internos, que totalizaram US\$ 1,5 bilhão em 2019, demonstraram reduzir a taxa de pobreza em 2% no nível nacional ou 5% para as famílias beneficiárias. Em 2020, as remessas diminuíram 13,5% devido à pandemia da COVID-19, destacando a vulnerabilidade da força de trabalho migrante.

Migração na província de Banteay Meanchey. A província de Banteay Meanchey fica no extremo noroeste do Camboja, fazendo fronteira com a Tailândia. Duas travessias de fronteira internacionais, ambas localizadas no município de Poipet, facilitam o movimento ao longo do corredor econômico entre Phnom Penh e Bangkok. Essas travessias de fronteira são importantes centros de trânsito para pessoas e mercadorias, com até 30.000 indivíduos e 400 veículos passando diariamente. O movimento transfronteiriço de pessoas para a Tailândia também ocorre através dos três portões de fronteira locais da província. Banteay Meanchey abriga três ZEEs, duas das quais estão localizadas em Poipet e empregam mais de 7.000 trabalhadores de todo o país. Estima-se que outros 27.000 migrantes cambojanos trabalhem no setor informal de emprego da província, a maioria em Poipet.

Capacidade de atendimento hospitalar na província de Banteay Meanchey. A dupla demanda por serviços de saúde por parte da população local e dos migrantes que passam pela província cria desafios únicos para os hospitais locais. O Hospital de Referência de Poipet é a unidade hospitalar mais próxima das travessias de fronteira internacionais e das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) da província. Em 2020, a taxa de ocupação de leitos do hospital foi de 124,8% e as consultas ambulatoriais totalizaram 22.234 (67% mulheres), das quais pelo menos 30% foram estimadas como sendo de migrantes. No Hospital Provincial de Mongkol Borei, o hospital de referência para as unidades distritais, a taxa de ocupação de leitos também ultrapassou 100% em 2019 e 2020. Restrições na oferta contribuem para as pressões enfrentadas em cada unidade, comprometendo a qualidade do atendimento ao paciente. Ambos os hospitais carecem de infraestrutura e equipamentos para fornecer o nível e a combinação de serviços de internação e ambulatorial de acordo com seus níveis de unidade designados. Os hospitais são contratados pelos programas de seguro social de saúde (SHI) do Camboja.

Desafios de saúde dos migrantes transfronteiriços. Vulnerabilidades ao longo do ciclo migratório aumentam a suscetibilidade do migrante a ameaças à saúde. Apesar dos esforços dos países da GMS para expandir a cobertura universal de saúde para suas populações, os trabalhadores migrantes são cada vez mais negligenciados pelos sistemas de saúde, tanto no país quanto no exterior. Indivíduos que decidem migrar por canais regulares enfrentam requisitos complexos de triagem de saúde antes da partida. Esses requisitos contribuem para que as pessoas optem por sair dos canais regulares de migração e migrem por canais irregulares, aumentando sua vulnerabilidade no país de destino. A falta de serviços de saúde dedicados à migração antes da partida, particularmente no que diz respeito à saúde e direitos sexuais e reprodutivos (SDSR), saúde materno-infantil (SMI), segurança ocupacional e questões sociais, incluindo violência de gênero (VBG), deixa mulheres e homens mal equipados para gerenciar sua saúde ao longo do ciclo migratório. A incapacidade dos migrantes de acessar seu histórico médico e de tratamento pessoal enquanto estão nos países de destino representa uma barreira à qualidade do atendimento. As altas taxas de uso de smartphones entre migrantes (em uma amostra de mulheres migrantes que retornaram, 89% possuíam um smartphone) criam oportunidades para o uso inovador de tecnologias facilitadoras para garantir a continuidade do atendimento. No retorno ao Camboja, a falta de acesso sistemático a serviços essenciais de triagem e tratamento no ponto de chegada compromete o bem-estar tanto dos migrantes quanto das comunidades anfitriãs.

Desafios de saúde dos migrantes internos. Os migrantes internos que trabalham tanto nas Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) do Camboja quanto no setor informal são suscetíveis a riscos à saúde. Questões ambientais, como emissões atmosféricas, poluição hídrica e sonora, somadas à falta de equipamentos adequados para a segurança no local de trabalho, criam riscos de acidentes de trabalho. Fatores relacionados ao estilo de vida, incluindo a falta de acesso a água potável e alimentos nutritivos, contribuem para o mau estado de saúde dos trabalhadores migrantes. Uma pesquisa com operários de fábrica cambojanos, a maioria mulheres, encontrou alta prevalência de anemia e baixo peso. O apoio inadequado para questões de saúde reprodutiva e o acesso a serviços deixam as operárias de fábrica, especialmente aquelas com menos de 30 anos, suscetíveis a problemas de saúde sexual e reprodutiva. A ausência de serviços médicos no local de trabalho nas ZEEs, somada às rigorosas condições de trabalho e às longas jornadas de trabalho, faz com que os trabalhadores usem farmácias para assistência médica em vez de irem a um centro de saúde ou hospital.

Proteção financeira da saúde. No Camboja, os pagamentos diretos representaram 64% das despesas com saúde em 2019. Para mais de 17,0% das famílias, 10% de suas despesas anuais eram com saúde, enquanto para 5,1% das famílias, 25% de suas despesas eram com saúde. O autofinanciamento dos cuidados de saúde leva a um aumento da dívida das famílias e a atrasos no acesso aos cuidados. As opções de cobertura do seguro social de saúde (SHI) para trabalhadores migrantes internos, tanto do sexo feminino quanto do masculino, a maioria dos quais empregados no setor informal, são limitadas. Embora o Fundo Nacional de Seguridade Social do Camboja seja acessível aos trabalhadores do setor informal, a adesão é baixa. Os procedimentos operacionais do fundo, que se baseiam em um modelo de emprego formal, não são adequados às necessidades dos trabalhadores do setor informal. Os atuais critérios de elegibilidade, procedimentos de registro e acordos de contribuição são obstáculos à adesão. Migrantes transfronteiriços, especialmente mulheres, enfrentam obstáculos semelhantes no acesso à proteção social. A inscrição no Fundo de Seguridade Social da Tailândia (SSF), que visa fornecer cobertura a migrantes empregados por meio de canais regulares de emprego, é estimada em 40% para mulheres migrantes regulares. Migrantes regulares em trabalho doméstico e em funções de meio período na agricultura e construção (posições desproporcionalmente preenchidas por mulheres migrantes) não são elegíveis para cobertura do SSF. Mesmo para os migrantes em empregos elegíveis para o SSF, existem barreiras à inscrição. Ao retornar ao Camboja, as migrantes são significativamente mais propensas do que os homens a abrir mão de cuidados de saúde devido a barreiras financeiras. O Conselho Nacional de Proteção Social (NSPC) do Camboja reconhece o risco de migrantes internos em funções no setor informal e migrantes transfronteiriços escaparem da rede de segurança do SHI. A resposta da programação é dificultada pela falta de dados desagregados por gênero sobre os comportamentos de busca de saúde desses grupos de migrantes e pelas barreiras à inscrição e ao acesso a benefícios que contribuem para a baixa cobertura do SHI. São necessárias ferramentas eficazes para estender a cobertura do SHI a esses segmentos vulneráveis da população, tanto no Camboja quanto além-fronteiras.

Impacto

Proteção de comunidades vulneráveis contra os impactos da integração regional na saúde fortalecida

Resultado do Projeto

Descrição do Resultado

Acesso a serviços de saúde de qualidade para populações que residem e migram através de áreas fronteiriças selecionadas melhorado

Descrição dos Resultados do Projeto

Prestação de serviços de saúde em áreas fronteiriças selecionadas fortalecida

Proteção financeira da saúde para populações migrantes melhorada

Sistemas para prestação integrada e sensível à questão de gênero de serviços de saúde dentro e através das fronteiras aprimorados

Localização Geográfica Em todo o país

19. Fortalecimento da Cobertura Universal de Saúde por meio do Seguro Saúde

País / Economia Nepal

Tipo de Projeto / Modalidade de Assistência /Assistência Técnica

Fonte de Financiamento / Valor

Fundo Japonês para uma Ásia e Pacífico Prósperos e Resilientes

US\$ 1,50 milhão

Prioridades Operacionais

OP1: Combater a pobreza remanescente e reduzir as desigualdades

OP6: Fortalecer a governança e a capacidade institucional

Setor / Subsetor Saúde / *Seguro saúde* e programas de saúde subsidiados - Desenvolvimento e reforma do setor saúde

Gênero Alguns elementos de gênero

Descrição

A AT proposta visa avaliar os problemas que dificultam a implementação do Programa Nacional de Seguro Saúde (PNSS), identificar causas sistêmicas, políticas, processuais e técnicas, e fornecer soluções de capacitação institucional e gestão da informação para superar esses desafios. O foco está tanto na implementação do PNSS quanto na arquitetura de informação que sustenta o PNSS e outros programas de proteção social.

Justificativa do Projeto e Relação com a Estratégia Nacional/Regional

Em 2021, o gasto atual com saúde per capita no Nepal, de US\$ 65, foi significativamente menor do que a média regional do Sul da Ásia, de US\$ 206. Desse total, 51,3% são gastos diretos, ligeiramente acima da média regional de 48,2%, enquanto o governo contribui com apenas 33,2%. Com uma parcela considerável dos gastos com saúde sendo pagos diretamente, as famílias nepalesas enfrentam maior vulnerabilidade a gastos catastróficos com saúde, correndo o risco de empobrecimento.

Para resolver isso, o Governo do Nepal se comprometeu a alcançar a cobertura universal de saúde, melhorando a proteção contra riscos financeiros, fornecendo serviços básicos de saúde gratuitos e de qualidade e fornecendo medicamentos essenciais de qualidade e acessíveis para todos. A Constituição garante o direito fundamental de acesso gratuito a serviços básicos de saúde, incluindo serviços essenciais de saúde em caso de emergências de saúde imprevistas. A Constituição também fornece a base para a Lei do Seguro de Saúde de 2017, garantindo a proteção contra riscos financeiros e reduzindo os gastos diretos. O Programa Nacional de Seguro de Saúde (NHIP) é o principal instrumento para melhorar a proteção contra riscos financeiros para as famílias. Todas as famílias nepalesas podem se inscrever no NHIP, e aquelas abaixo da linha da pobreza estão isentas do pagamento de prêmios. O Conselho de Seguro de Saúde (HIB) implementa o NHIP. Além disso, o Fundo de Seguridade Social (SSF) também fornece seguro de saúde aos funcionários, mas não às suas famílias, no setor formal.

A AT está alinhada com a Estratégia 2030 do ADB, com as áreas prioritárias de cobertura universal de saúde do Fundo Japonês para a Ásia e o Pacífico Prósperos e Resilientes (JFPR) e com a prioridade de apoio ao conhecimento da estratégia de parceria nacional do ADB para o Nepal, 2020-2024, que se concentra no fortalecimento da prestação inclusiva e sustentável de serviços sociais. A AT apoia as prioridades operacionais da Estratégia 2030: (i) combater a pobreza remanescente e reduzir as desigualdades (OP1); e (ii) fortalecer a governança e a capacidade institucional (OP6), e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 1 e 3. Esta AT baseia-se no apoio contínuo e anterior prestado pelo ADB para fortalecer o Plano Nacional de Assistência Social (PNIS).

Desde o seu início em 2017, o NHIP foi gradualmente introduzido em diferentes partes do país e está disponível em todo o país desde julho de 2023. A taxa de inscrição no NHIP aumentou gradualmente, com 23% da população e 33% de todas as famílias inscritas em 2021.

No entanto, a implementação do NHIP não está progredindo conforme o planejado. A inscrição no NHIP aumentou mais lentamente do que o esperado, com diferenças regionais significativas e um número limitado de famílias continuando a inscrição após 1 ano. Além disso, existem vários desafios para a operacionalização do NHIP: (i) a contribuição real do NHIP para a redução dos gastos diretos ainda não foi avaliada; (ii) não há um processo sistêmico para identificar as famílias de menor renda; (iii) o mapeamento da pobreza começou em 2012 e foi concluído em apenas cerca de dois terços do país, sem nenhum processo de atualização dos dados em vigor, e apenas nos distritos concluídos as famílias pobres são isentas de prêmios; (iv) a qualidade dos serviços de saúde fornecidos varia significativamente; (v) um número limitado de unidades de saúde participa do NHIP; (vi) em 2021, apenas 343 dos 753 governos locais forneceram uma unidade de saúde credenciada; (vii) o pacote de benefícios não mudou desde 2017 e precisa ser atualizado; (viii) o HIB tem atrasos significativos na liquidação de sinistros e implementa um controle de acesso muito limitado no processamento de sinistros para conter custos; e (ix) o HIB não tem orçamento e pessoal para implementar e expandir o NHIP em seu design atual. Há indícios de que a entrega eficaz do NHIP é prejudicada por problemas de integridade no nível de prestação de serviços, como superfaturamento, fraude e provedores de saúde favorecendo pacientes com menos complicações para economizar custos, o chamado 'nata skimming'. Esses problemas poderiam ser resolvidos com a digitalização aprimorada das funções do HIB.

O uso de tecnologias digitais para fortalecer a implementação do Plano Nacional de Proteção Social (PNPS) é dificultado pela capacidade limitada de governança eletrônica em nível nacional. Os sistemas de informação utilizados para implementar o PNPS e outros programas de proteção social funcionam isoladamente. A validação de dados e os processos sistemáticos de atualização de alta qualidade são quase inexistentes, levando a exercícios pontuais regulares para coletar os mesmos dados. O uso múltiplo de dados por meio do compartilhamento e da interligação entre sistemas é limitado. Padrões de interoperabilidade de dados não existem em nível setorial; em nível técnico, eles existem, mas não são aplicados. Os dados sobre pobreza, essenciais para os programas de proteção social, são mal automatizados e não são coletados, atualizados e vinculados sistematicamente aos sistemas de informação dos programas de proteção social que utilizam esses dados. O cadastro básico de pessoas com dados pessoais confiáveis, o banco de dados nacional de identificação, um dos pilares de todos os sistemas de prestação de serviços, ainda não foi concluído. Um cadastro social integrado planejado, abrangendo dados socioeconômicos em nível domiciliar e individual, ainda não foi desenvolvido. Os esforços envidados pelo Ministério da Comunicação e Tecnologia da Informação (MOCIT) e pela Comissão de Governança Eletrônica do Gabinete do Primeiro-Ministro em relação aos padrões de desenvolvimento de sistemas, à transformação gradual de sistemas legados independentes em sistemas integrados, aos padrões de interoperabilidade de dados e aos registros básicos, incluindo a finalização e a manutenção do Banco de Dados Nacional de Identificação como o registro básico para as pessoas, serão vitais para apoiar a implementação eficiente do Plano Nacional de Proteção Social (PNSI) e de outros programas de proteção social.

Impacto

Aumento da cobertura do Plano Nacional de Saúde (PNSS).

Resultado do Projeto

Descrição do Resultado

Implementação do Programa Nacional de Seguro Saúde (PNSS) aprimorada

Descrição dos Resultados do Projeto

Conhecimento gerado para orientar políticas e estratégias no fortalecimento da implementação do PNS e da arquitetura da informação.

Capacidade de uso de sistemas de informação no HIB e em agências públicas que gerenciam programas de saúde e proteção social fortalecida.

Localização Geográfica: Em todo o país

20. Projeto de Aprimoramento das Operações e Planejamento da Saúde

País / Economia Cazaquistão

Tipo de Projeto / Modalidade de Assistência / Assistência Técnica

Fonte de Financiamento / Valor

Fundo Especial de Assistência Técnica

US\$ 160.000,00

Prioridades Operacionais

OP1: Combater a pobreza remanescente e reduzir as desigualdades

OP2: Fortalecer a governança e a capacidade institucional

Sector/Subsector Saúde/Desenvolvimento do sistema de saúde

Gênero Sem elementos de gênero

Descrição

A assistência técnica proposta apoiará o Ministério da Saúde da República do Cazaquistão (MS) e a Turar Healthcare no planejamento do setor de saúde, incluindo análise setorial, planejamento geral dos serviços de saúde, planejamento da infraestrutura hospitalar, identificação de projetos e capacitação relacionada. O aprimoramento do planejamento da saúde ajudará a estabelecer uma rede de serviços de saúde integrada, modernizada e resiliente ao clima, para alcançar melhor qualidade e eficiência dos serviços de saúde pública em direção à Cobertura Universal de Saúde (CUS) e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Justificativa do Projeto e Articulação com a Estratégia Nacional/Regional

O Governo da República do Cazaquistão estabeleceu a Turar Healthcare como Operadora Nacional com o objetivo de modernizar os serviços de saúde estaduais. Isso inclui planos para o desenvolvimento de hospitais universitários e multidisciplinares, além de unidades de atenção primária à saúde (APS), financiadas pelo Estado ou por meio de parcerias público-privadas (PPP). O Ministério da Saúde da República do Cazaquistão (MS) identificou o desenvolvimento da infraestrutura de saúde como prioridade e solicitou ao ADB a assistência necessária na análise setorial, no planejamento geral, na concepção de hospitais, na definição do escopo do projeto e na capacitação relacionada.

Em 1991, o governo herdou um sistema de saúde ineficiente e baseado em insumos, com foco em especialistas e internação. As reformas do setor da saúde iniciadas em 1995 levaram a uma grande racionalização dos hospitais e ao fortalecimento da APS. O país alcançou uma cobertura universal de saúde (CUS) de 80% em 2021, um índice elevado para a região. O seguro social de saúde atingiu 84% da população em 2020 e oferece um pacote básico de benefícios. No entanto, indicadores de saúde como a saúde materno-infantil não são compatíveis com o rápido crescimento econômico do país, com uma média anual de cerca de 6% do Produto Interno Bruto (PIB) nas últimas duas décadas.

Embora a carga de doenças esteja diminuindo, a demanda e o custo dos serviços de saúde estão aumentando, com a mudança para doenças crônicas não transmissíveis, ligadas ao

envelhecimento da população e às condições ambientais e de estilo de vida, que exigem uma abordagem multissetorial com maior esforço na prevenção. O próprio setor da saúde ainda está em transição, com reformas e iniciativas de investimento incompletas. A maioria dos hospitais e centros de saúde no Cazaquistão pertence e é operada pelo setor público, e cerca de metade deles precisa de modernização e reforma. O sistema de saúde continua tendencioso para cuidados especializados e serviços de internação. O acesso e a qualidade dos serviços de saúde rurais são insuficientes e desafiadores devido à baixíssima densidade populacional rural de cerca de 3 pessoas por km². A qualidade dos serviços de saúde também é afetada por instituições de ensino e hospitais universitários com poucos recursos. O país de 19 milhões de habitantes possui 12 faculdades de medicina credenciadas e reconhecidas globalmente. Os gastos com saúde do Cazaquistão em 2020 totalizaram 3,8% do Produto Interno Bruto (PIB) ou US\$ 342 per capita, com uma participação do governo de 66% e uma modesta parcela de desembolso de 27%.

De acordo com o projeto nacional "Nação Saudável: saúde de qualidade e acessível para todos os cidadãos", o governo prioriza o desenvolvimento da infraestrutura de saúde, juntamente com o desenvolvimento do capital humano, a modernização tecnológica, a digitalização, a melhoria da eficiência por meio de uma melhor gestão e a redução de despesas diretas. A infraestrutura pública deve ser aprimorada em termos de capacidade de leitos, eficiência, alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e melhores compras e manutenção. O governo orientou a construção de até 5 hospitais greenfield e 300 unidades de saúde primária (APS) e propôs aumentar o investimento privado em saúde de US\$ 260 milhões para US\$ 1,68 bilhão entre 2020 e 2025, adicionando 13.000 profissionais de saúde e aumentando a produção farmacêutica nacional.

A construção de hospitais e unidades de APS pode estar utilizando o modelo de gestão de instalações por parceria público-privada (PPP). O grupo privado pode projetar, financiar, construir, operar e manter o novo hospital, além de fornecer serviços não médicos, enquanto o estado fornecerá serviços médicos. Até setembro de 2022, 228 PPPs foram registradas no setor de saúde, principalmente em nível local, a um custo total de cerca de US\$ 400 milhões. Projetos de PPP na área da saúde podem ser contratados por meio do Ministério da Saúde para projetos republicanos, governos locais para projetos regionais e Turar Healthcare. O ADB apoiou o planejamento da PPP para o Hospital Universitário Médico de Karaganda, possivelmente com início em 2024. O Banco Europeu para Reconstrução e Desenvolvimento (BERD) auxiliou no planejamento do Hospital Universitário Médico Nacional do Cazaquistão e do Hospital Geral de Kyzylorda, mas é provável que sejam financiados pelo estado. O Cazaquistão reteve espaço fiscal suficiente para investimentos públicos. No entanto, os interesses do governo e do setor privado em PPP estão melhorando.

A transformação do Cazaquistão em uma economia verde é desafiadora, dadas as condições climáticas adversas, a poluição ambiental e o alto custo de infraestrutura per capita. O Conceito para a Transição da República do Cazaquistão para uma Economia Verde, proposto pelo governo, visa abordar as mudanças climáticas e as questões ambientais por meio do aumento da eficiência energética, da modernização da infraestrutura existente, da melhoria da gestão de resíduos e de outras medidas. Os hospitais são uma importante fonte de gases de efeito estufa e resíduos. O governo tem acesso a diversos fundos climáticos, incluindo o financiamento climático do ADB.

Impacto

Saúde de qualidade e acessível [?] para todos os cidadãos

Resultado do Projeto

Descrição do Resultado

Planejamento aprimorado da saúde que ajudará a estabelecer uma rede de serviços de saúde integrada, *modernizada* e ecologicamente correta, para alcançar melhor qualidade e *eficiência* nos serviços de *saúde pública* [?].

Descrição dos Resultados do Projeto

Planos diretores de equipamentos de saúde elaborados.

Planos diretores de recursos humanos em saúde elaborados.

Localização Geográfica Em todo o país

21. República da Indonésia: Melhorando a Eficiência dos Gastos do Sistema Nacional de Seguro Saúde

País / Economia Indonésia

Tipo de Projeto / Modalidade de Assistência / Assistência Técnica

Fonte de Financiamento / Valor

Fundo Japonês para uma Ásia e Pacífico Prósperos e Resilientes

US\$ 2,00 milhões

Prioridades Operacionais

OP1: *Combater a pobreza remanescente e reduzir as desigualdades*

Setor/Subsetor Saúde/*Seguro saúde* e programas de saúde *subsidiados*

Gênero Alguns elementos de gênero

Descrição

A AT proposta apoiará o governo indonésio a melhorar a eficiência dos gastos de seu plano nacional de seguro saúde, com o objetivo de alcançar uma cobertura universal de saúde financeiramente sustentável que ofereça boa qualidade de atendimento. A necessidade de um plano de cobertura universal de saúde sustentável é ainda mais premente à medida que o país reestrutura seu sistema de saúde em vista da pandemia de COVID-19. Tanto o Ministério da Saúde (MS) quanto a agência nacional de seguro saúde, ADBan Penyelenggara Jaminan Sosial Kesehatan (BPJS-K), estarão intimamente envolvidos na implementação da AT. A AT avaliará o nível atual de eficiência nas atuais operações do seguro saúde nacional. Em seguida, diagnosticará as causas-raiz e as restrições vinculativas que resultam em baixa eficiência e, posteriormente, projetará soluções potenciais para aliviar essas restrições. A eficácia das soluções será avaliada, com o objetivo de identificar as restrições de implementação e ampliar os elementos bem-sucedidos.

Justificativa do Projeto e Vinculação com a Estratégia Nacional/Regional

O sistema de seguro saúde da Indonésia, o Jaminan Kesehatan Nasional (JKN), alcançou conquistas importantes desde sua criação em 2014, mas também não atingiu sua meta de alcançar a cobertura universal de saúde em cinco anos de implementação. Em parte devido aos altos subsídios e aos altos pagamentos, o JKN sofre com uma alta taxa de sinistralidade – a relação entre as despesas com serviços de saúde e a receita – que tem consistentemente ultrapassado 100%. Para abordar o problema, a AT analisará a baixa eficiência operacional do JKN, elaborando métricas para capturar o nível de eficiência e ajudar a identificar suas possíveis causas e a elaborar possíveis soluções.

Impacto

A cobertura universal [?] de serviços essenciais de saúde de qualidade por meio de um serviço público de saúde *eficiente e financeiramente sustentável* é alcançada.

Resultado do Projeto

Descrição do Resultado

Entrega mais eficiente do JKN (Sistema de Seguro Saúde da Indonésia)

Descrição dos Resultados do Projeto

Tendências na eficiência operacional do JKN medidas e causas da baixa eficiência identificadas

Soluções para melhorar a eficiência operacional do JKN testadas

Impacto das soluções avaliado e suporte para expansão fornecido.

Capacidade de usar e analisar dados administrativos para medir a eficiência operacional aprimorada.

Localização Geográfica Em todo o país

Considerações Finais

Na análise dos Projetos financiados pelo Banco Asiático de Desenvolvimento - ADB na área da **Saúde** vários aspectos podem ser destacados. O primeiro deles é a enorme diversidade de países da Ásia e da Região do Pacífico, que vão desde a República Popular da China até as ilhas do Pacífico. Neste sentido, evidentemente, a diversidade dos problemas e dos contextos enfrentados pelos Projetos é gigantesca, passando por migrações, desastres climáticos, população idosa, desnutrição infantil, doenças infecciosas e crônicas, problemas urbanos, entre outros.

Por outro lado, na maioria dos países analisados, existem situações sociais comuns que afetam a saúde, como a desigualdade, a pobreza e a enorme vulnerabilidade de grupos populacionais - agravada por condições climáticas extremas e por migrações.

Também podem ser consideradas comuns as condições de precariedade da assistência à saúde, constituída por serviços de baixa qualidade, com pouca efetividade e eficácia; bem como as situações de insuficiência de oferta institucional refletindo-se na ausência de sistemas públicos de saúde estruturados e universais. O caráter público dos serviços de saúde é praticamente ausente, implicando no gasto privado por parte da população, restringindo assim o acesso universal.

Como agravante, boa parte dos projetos que se apresentam diante dessa fragilidade institucional incluem propostas como *reformas* e melhoria da *governança* cujas soluções não apenas não resolvem os problemas estruturais como muitas vezes podem agravar a ausência de uma oferta pública universal, com soluções que são ainda mais restritivas e privatizantes. A proposta de fortalecer os *seguros* de saúde é um exemplo.

Fontes de Consulta

1. <https://www.adb.org/>
2. https://www.bussoladoinvestidor.com.br/abc_do_investidor/banco-asiatico-de-desenvolvimento-ADB/
3. <https://www.adb.org/projects/58076-001/main>
4. <https://www.adb.org/projects/58071-001/main>
5. <https://www.adb.org/projects/58085-003/main>
6. <https://www.adb.org/projects/58085-002/main>
7. <https://www.adb.org/projects/57178-001/main>
8. <https://www.adb.org/projects/58172-001/main>

9. <https://www.adb.org/projects/51151-002/main>
10. <https://www.adb.org/projects/58236-001/main>
11. <https://www.adb.org/projects/58174-005/main>
12. <https://www.adb.org/projects/58235-001/main>
13. <https://www.adb.org/projects/56213-001/main>
14. <https://www.adb.org/projects/49173-005/main>
15. <https://www.adb.org/projects/58233-001/main>
16. <https://www.adb.org/projects/54293-001/main>
17. <https://www.adb.org/projects/51010-004/main>
18. <https://www.adb.org/projects/52340-001/main>
19. <https://www.adb.org/projects/56069-001/main>
20. <https://www.adb.org/projects/53290-001/main>
21. <https://www.adb.org/projects/57204-001/main>
22. <https://www.adb.org/projects/57315-001/main>
23. <https://www.adb.org/projects/56127-001/main>

Minerais Críticos na Transição Energética e Digital, ODS na OMPI e a Reforma da OMC: Desafios e Oportunidades para o Desenvolvimento e a Saúde Global

Critical Minerals in the Energy and Digital Transition, SDGs at WIPO and WTO Reform: Challenges and Opportunities for Development and Global Health

Claudia Chamas
Bernardo Bahia Cesário

Abstract. *This report analyzes two documents: the UNCTAD Global Trade Update focusing on copper as a critical mineral, and a speech by WTO Director-General Ngozi Okonjo-Iweala regarding WTO reform. The UNCTAD report highlights copper's strategic importance in the green and digital economy, noting supply constraints, the impact of trade restrictive measures on value addition in producing countries, and the growing role of recycling. It emphasizes that developing economies must move beyond ore exportation to refining and manufacturing to capture real value, a process complicated by tariff escalations and varying levels of economic complexity. The WTO DG's speech underscores a broad agreement on the necessity of WTO reform as a central priority for MC14, viewing current global trade disruptions as an opportunity to address systemic weaknesses. The report synthesizes these perspectives, exploring the implications of the critical minerals trade and WTO reforms for developing countries, particularly concerning local value addition, economic diversification, and the potential for the multilateral trading system to better support development and global health objectives. During the 34th session of the Committee on Development and Intellectual Property of WIPO, the United States criticized WIPO's engagement with the Sustainable Development Goals, considering it inconsistent with American sovereignty.*

Keywords: *Critical Minerals, Copper, Global Trade, Local Value Addition, Economic Complexity, WTO Reform, Developing Countries, Global Health, WIPO, SDG*

Resumo. Este informe analisa dois documentos centrais: o Global Trade Update da UNCTAD (maio de 2025) com foco no cobre como mineral crítico, e um discurso da Diretora-Geral da OMC, Ngozi Okonjo-Iweala, sobre a reforma da OMC. O relatório da UNCTAD destaca a importância estratégica do cobre na economia verde e digital, observando restrições de oferta, o impacto de medidas comerciais restritivas na agregação de valor em países produtores e o crescente papel da reciclagem. Enfatiza que as economias em desenvolvimento devem ir além da exportação de minério para o refino e a manufatura a fim de capturar valor real, um processo complicado pela escalada tarifária e por níveis variados de complexidade econômica. O discurso da DG da OMC ressalta um amplo acordo sobre a necessidade da reforma da OMC como prioridade central para a MC14 (março de 2026), encarando as atuais perturbações no comércio global como uma oportunidade para abordar fraquezas sistêmicas. O informe sintetiza essas perspectivas, explorando as implicações do comércio de minerais críticos e das reformas da OMC para os países em desenvolvimento, particularmente no que tange à adição de valor local, diversificação econômica e o potencial do sistema multilateral de comércio para melhor apoiar os objetivos de desenvolvimento e saúde global. Durante a 34ª sessão do Comitê de Desenvolvimento e Propriedade Intelectual da OMPI, os Estados Unidos criticaram o engajamento da OMPI com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, considerando-o inconsistente com a soberania americana.

Palavras-chave: Minerais Críticos, Cobre, Comércio Global, Adição de Valor Local, Complexidade Econômica, Reforma da OMC, Países em Desenvolvimento, Saúde Global, OMPI, ODS

Análise tarifária e dinâmica comercial recente (Global Trade Update - March 2025)

Panorama

O cenário global do comércio e desenvolvimento é cada vez mais influenciado pela transição para uma economia verde e digital, onde minerais críticos, como o cobre, desempenham um papel fundamental. A UNCTAD, em seu "Global Trade Update" de maio de 2025, projeta que a demanda por cobre aumentará mais de 40% até 2040, impulsionada por tecnologias de energia limpa e pela expansão da economia digital. Para atender a essa demanda, seriam necessários aproximadamente 80 novas minas de cobre até 2030, exigindo investimentos de até US\$ 250 bilhões. Este aumento na demanda ocorre em um contexto de pressão crescente devido a limitações de oferta, incertezas geopolíticas, tensões comerciais e declínio da qualidade dos minérios. Em 2023, a construção civil e os eletrônicos de consumo foram responsáveis por quase metade do consumo global de cobre. Paralelamente, o sistema multilateral de comércio, representado pela Organização Mundial do Comércio (OMC), enfrenta o que sua Diretora-Geral, Ngozi Okonjo-Iweala, descreveu em maio de 2025 como "uma das maiores perturbações na história do comércio mundial". Nesse contexto, há um "amplo acordo" entre os membros da OMC de que o reposicionamento e a reforma da organização devem ser prioridade central para a 14ª Conferência Ministerial (MC14) em março de 2026.

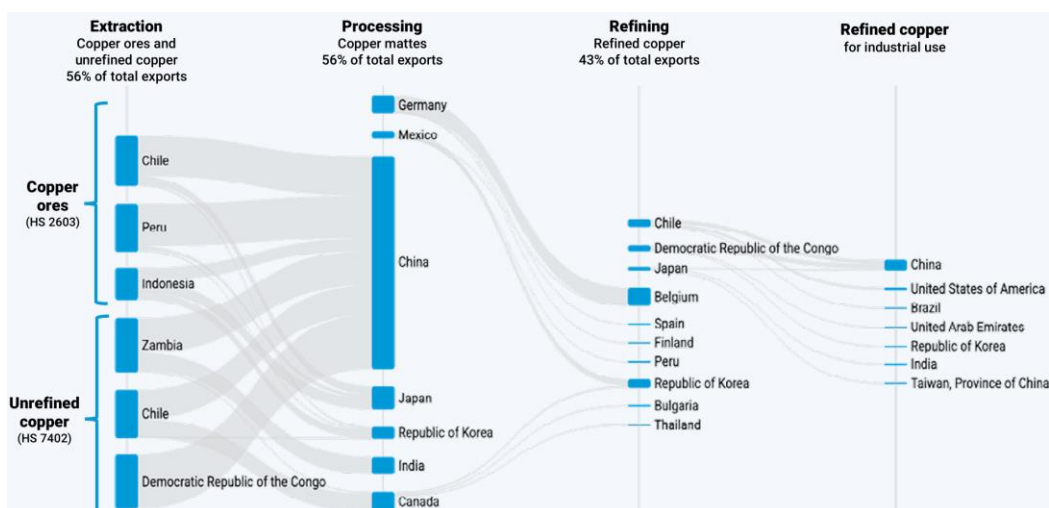
O Mercado Global de Cobre: Dinâmicas e Desafios (Baseado no UNCTAD Global Trade Update, maio de 2025)

O cobre é insumo estratégico para a transição energética e a economia digital, sendo essencial em setores como construção, eletrônicos, energia renovável, transporte e defesa. A cadeia de suprimentos global do cobre inicia-se com a extração e beneficiamento do minério, seguindo para o processamento (fundição em mates, blísteres e anodos) e refino (transformação de anodos em cobre refinado para uso industrial) (UNCTAD, 2025).

A China se destaca como um centro de processamento de cobre

Os fluxos comerciais bilaterais de cobre em 2023 evidenciam o papel central da China como um hub de processamento. No segmento upstream, Chile e Peru respondem por quase metade das exportações globais de minério e concentrado de cobre (26% e 21%, respectivamente). Zâmbia e a República Democrática do Congo (RDC) são exportadores chave de cobre não refinado, com a China sendo o destino da maioria dessas exportações (60%). Mais adiante na cadeia, a China também é o maior importador de cobre refinado, seguida por Estados Unidos, Índia e Brasil. Os fluxos de extração de países como Chile, Peru, Indonésia e Zâmbia convergem majoritariamente para a China para processamento e refino, e de lá, o cobre refinado segue para diversos usos industriais globalmente (UNCTAD, 2025).

Figura 1 - Fluxos comerciais e principais exportadores e importadores, 2023

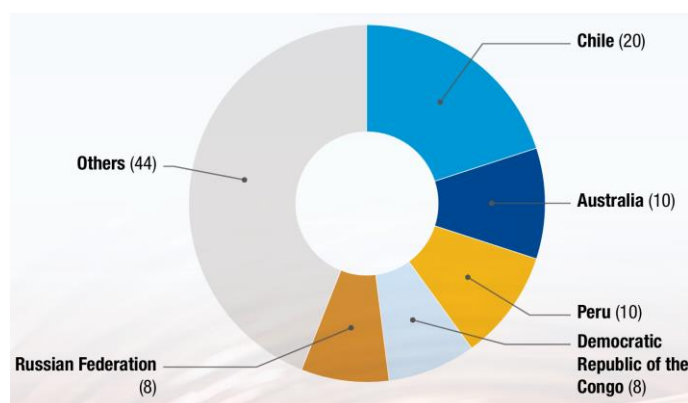


Fonte: UCTAD, 2025.

Mais de 50% das reservas estão concentradas em cinco países

O Chile detém as maiores reservas (cerca de 20%), seguido por Austrália e Peru (10% cada), enquanto a República Democrática do Congo e a Federação Russa possuem 8% cada. Os 44% restantes estão distribuídos por outras nações. A RDC possui reservas de alto teor de cobre em grande parte inexploradas, oferecendo significativo potencial de crescimento. Esta concentração de reservas em poucos países tem implicações geopolíticas e de segurança de suprimento (UNCTAD, 2025).

Figura 2 - Países com maiores reservas de cobre, percentual, 2024

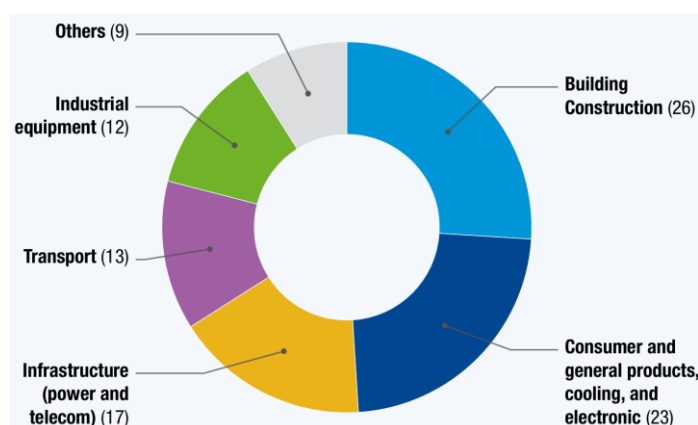


Fonte: UCTAD, 2025.

Construção civil e eletrônicos impulsionam a demanda por cobre

Quase metade do consumo global de cobre foi impulsionada pela construção civil (26%) e por produtos de consumo geral, refrigeração e eletrônicos (23%). Os demais setores de demanda incluem infraestrutura (energia e telecomunicações, 17%), transporte (13%) e equipamentos industriais (12%). A projeção de crescimento da demanda, superior a 40% até 2040, é fortemente influenciada pela transição para energia limpa, que sozinha poderia triplicar a demanda por cobre até 2040, exigindo mais de 10 milhões de toneladas adicionais (UNCTAD, 2025).

Figura 3 - Participação dos principais setores de demanda, percentual, 2023



Fonte: UCTAD, 2025.

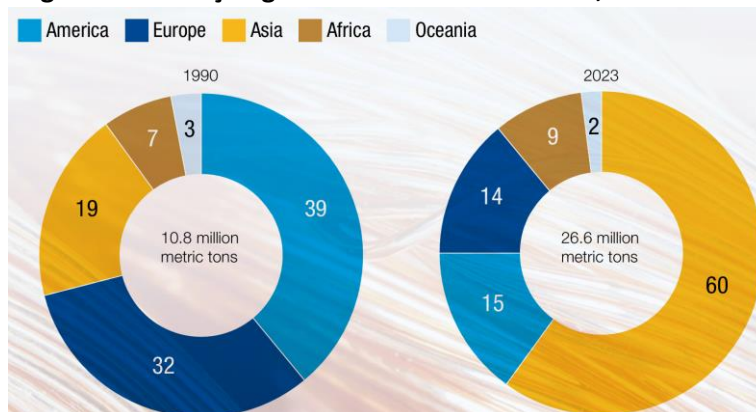
Produção de Cobre: Minado e Refinado

A produção global de cobre é categorizada em minada (extração) e refinada (processamento). Países em desenvolvimento são centrais na mineração. Em 2024, o Chile liderou a produção mineral com aproximadamente 23% do total (5,3 milhões de toneladas métricas), seguido pela RDC (14%, 3,3 milhões de toneladas métricas) e Peru (11%, 2,6 milhões de toneladas métricas). Juntos, esses três países representaram quase metade da produção mundial de cobre. A RDC quase triplicou sua produção mineral entre 2016 e 2024, enquanto a do Chile declinou 5% no mesmo período (UNCTAD, 2025).

A produção de refinaria na Ásia triplicou em 30 anos, liderada pela China

A produção global de refinaria de cobre, que cresceu de 10,8 milhões de toneladas métricas em 1990 para 26,5 milhões em 2023 (incluindo 4,5 milhões de toneladas de refino secundário a partir de sucata). A China foi o motor dessa expansão, respondendo por 45% da produção global de refino. A Ásia tornou-se a região dominante, aumentando sua participação de 19% em 1990 para 60% em 2023, impulsionada pela China. Em contraste, a participação das Américas caiu de 39% para 15%, e a da Europa de 32% para 14% no mesmo período. A África viu um aumento modesto de 7% para 9%. Isso demonstra uma clara consolidação da capacidade de refino na Ásia, especialmente na China (UNCTAD, 2025).

Figura 4 - Produção global de refinaria de cobre, 1990 e 2023

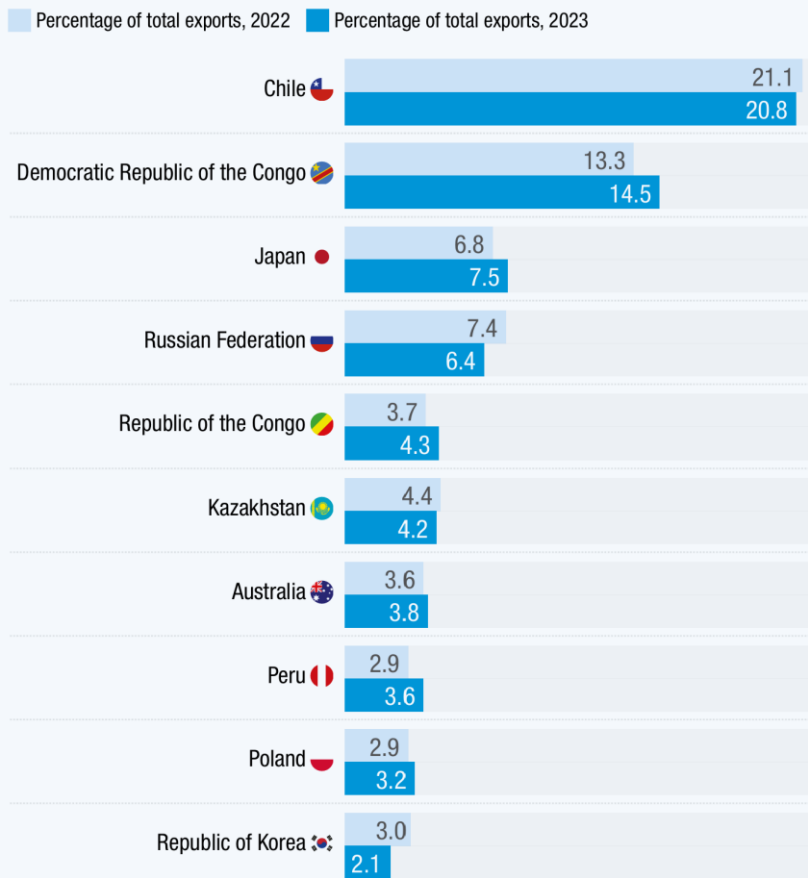


Fonte: UCTAD, 2025.

Chile lidera como principal exportador de cobre refinado e ligas de cobre

Em 2023, o Chile foi o principal exportador, com 20,8% do mercado global, seguido pela República Democrática do Congo com 14,5%. Outros exportadores significativos incluem Japão (7,5%), Federação Russa (6,4%), e República do Congo (4,3%). Para países como a RDC, essas exportações representam uma parcela substancial de suas exportações totais, indicando alta dependência (UNCTAD, 2025).

Figura 5 - Participação da exportação de cobre refinado e ligas de cobre do país nas exportações globais de cobre refinado e ligas de cobre, percentual, 2022 e 2023



Fonte: UNCTAD, 2025

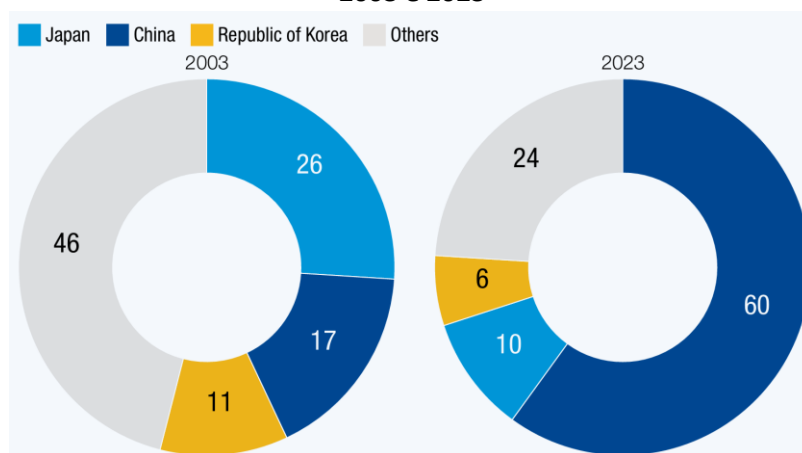
O Valor do Cobre Reciclado: Resíduos e Sucatas

A iminente escassez de cobre frente à demanda crescente impulsiona a reciclagem como alternativa sustentável crucial, pois o processo conserva as propriedades do metal com menor gasto energético e impacto ambiental. Alinhado aos princípios da economia circular, o cobre reciclado é vital para suprir a demanda, e a exportação de sucata para centros de reciclagem avançados gera benefícios econômicos. Em 2023, fontes recicladas representaram quase um terço do consumo global de cobre, sendo os países desenvolvidos os principais exportadores dessa sucata, liderados por EUA (14,5%), Alemanha (6,7%) e Japão (6,7%), conforme detalhado na Figura 12 do relatório da UNCTAD (UNCTAD, 2025).

A China ultrapassou o Japão como principal importador global, respondendo agora por 60% das importações globais de minério de cobre e cobre não refinado

Esta figura da UNCTAD demonstra uma transformação dramática nos padrões de importação de minério de cobre e cobre não refinado nas últimas duas décadas. Em 2003, o Japão era o principal importador com 26% das importações globais, enquanto a China detinha 17%. Em 2023, a China emergiu como o importador dominante, comandando 60% do mercado global, enquanto a participação do Japão diminuiu para 10%. Esta mudança reflete o papel de liderança da China na cadeia de suprimentos global de cobre e mudanças mais amplas na geografia da demanda industrial (UNCTAD, 2025).

Figura 6 - Principais importadores de minério de cobre e cobre não refinado, percentual, 2003 e 2023



Fonte: UCTAD, 2025.

Tarifas e Adição de Valor Local

Um desafio significativo para os países produtores de cobre que buscam adicionar valor localmente é a estrutura tarifária global. Enquanto o cobre refinado e ligas brutas (HS 7403) geralmente enfrentam tarifas de importação baixas (inferiores a 2% em mercados como EUA e China), as tarifas aumentam acentuadamente para produtos de cobre semiacabados e de maior valor agregado. Por exemplo, em 2023, as tarifas sobre fios de cobre (HS 7408) podiam chegar a 6,5% na República da Coreia e 6,0% na China; para chapas e tiras de cobre (HS 7409), até 8% na República da Coreia e 7,5% na Índia; e para tubos e conexões de cobre (HS 7411, 7412), também com tarifas mais elevadas em diversos países. A média tarifária para cobre refinado e ligas brutas nos países listados era de 3,50%, enquanto para fios de cobre era 4,80%, para chapas e tiras 4,40%, e para tubos e canos e suas conexões, 5,00%. Este padrão de escalada tarifária "reforça as assimetrias da cadeia de valor global, entrincheirando o papel das economias em desenvolvimento como fornecedoras de matérias-primas, limitando sua participação na manufatura de maior valor". Países da América Latina, como Chile e Peru, grandes produtores de minério, enfrentam essas barreiras ao tentar avançar na cadeia de valor (UNCTAD, 2025).

Tabela 1 - Taxas tarifárias médias simples da Nação Mais Favorecida (NMF) pelos principais importadores de cobre em 2023 (percentual)

Refined copper and copper alloys, unwrought		Copper wire		Copper plates, sheets and strip, of a thickness ex		Copper tube and pipes		Copper tube or pipe fittings	
Country	Tariff	Country	Tariff	Country	Tariff	Country	Tariff	Country	Tariff
Switzerland	0.02	South Africa	0.80	Thailand	1.50	Thailand	1.50	United States of America	3.00
United States of America	1.00	United States of America	2.50	United States of America	2.40	United Kingdom	4.00	Australia	5.00
Japan	1.30	Austria	4.80	Japan	3.00	Czechia	4.80	Austria	5.20
China	1.80	Italy	4.80	Czechia	4.80	France	4.80	Belgium	5.20
Morocco	2.50	Poland	4.80	France	4.80	Italy	4.80	France	5.20
Republic of Korea	3.60	India	5.00	Germany	4.80	Poland	4.80	Germany	5.20
India	5.00	Oman	5.00	Italy	4.80	Türkiye	4.80	Czechia	5.20
United Arab Emirates	5.00	Qatar	5.00	India	5.00	Indonesia	5.00	Netherlands	5.20
Brazil	6.00	China	6.00	China	6.30	India	7.50	Poland	5.20
Saudi Arabia	9.00	Saudi Arabia	9.00	Republic of Korea	6.50	Republic of Korea	8.00	China	5.50
Average	3.50	Average	4.80	Average	4.40	Average	5.00	Average	5.00

Fonte: UNCTAD, 2025.

Adição de Valor Local e Complexidade Econômica

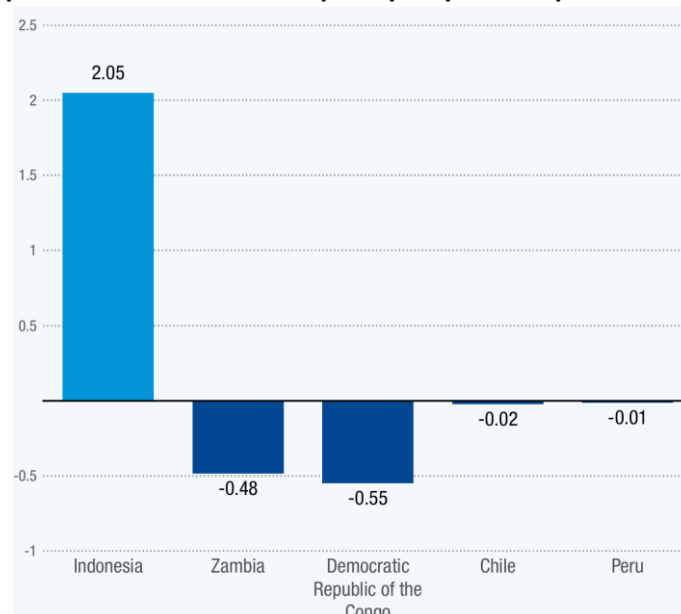
A UNCTAD ressalta que "para as economias em desenvolvimento, minerar e exportar minério não é mais suficiente. Para capturar valor real, elas devem refinar, manufaturar e vender – não apenas cavar e enviar". A adição de valor através do processamento doméstico pode fortalecer indicadores macroeconômicos, apoiar o desenvolvimento industrial, a criação de empregos e o progresso tecnológico. No caso do cobre, a adição de valor está largamente concentrada na produção de fio de cobre (63% do primeiro uso). Apesar das oportunidades, como nos componentes para veículos elétricos (EVs) que são intensivos em cobre, muitos países exportadores de cobre permanecem abaixo da média global em complexidade econômica (UNCTAD, 2025).

Adição de Valor Local, Modernização Industrial e a Complexidade Econômica na Cadeia do Cobre

O relatório da UNCTAD destaca o potencial significativo para adição de valor local e modernização industrial nos países produtores de cobre. Oportunidades em manufatura baseada em cobre estão se expandindo, especialmente em setores como o de veículos elétricos (EVs), cujos componentes, como fiação e folhas para baterias, são altamente intensivos em cobre. Países em desenvolvimento poderiam se posicionar como fornecedores competitivos se investissem na infraestrutura de manufatura pertinente. Mesmo os estágios iniciais de beneficiamento, como a produção de mates ou cobre refinado, podem gerar transbordamentos industriais positivos, melhorando a capacidade produtiva mais ampla de um país (UNCTAD, 2025).

Contudo, a maioria dos principais países exportadores de cobre ainda se classifica abaixo da média global no Índice de Complexidade do Produto (PCI). A Indonésia (PCI de 2,05) é uma exceção notável, posicionando-se bem acima da média global (0). Em nítido contraste, nações como Zâmbia (-0,48), República Democrática do Congo (-0,55), e os importantes produtores latino-americanos Chile (-0,02) e Peru (-0,01) apresentam índices de complexidade econômica inferiores à média. A complexidade econômica serve como um indicador da capacidade tecnológica e da sofisticação industrial de um país, e a diversificação em direção a produtos de maior complexidade é crucial para o desenvolvimento sustentado a longo prazo (UNCTAD, 2025).

Figura 7 - Complexidade econômica dos principais países exportadores de cobre, 2023



Fonte: UCTAD, 2025.

A Reforma da OMC em um Contexto de Disrupção Comercial

O sistema multilateral de comércio passa por um período de intensa reflexão e busca por relevância. A Diretora-Geral da OMC, Ngozi Okonjo-Iweala, em seu discurso ao Comitê de Negociações Comerciais (TNC) em 7 de maio de 2025, enfatizou que existe um "amplo acordo" entre os membros da OMC de que o reposicionamento e a reforma da organização devem ser uma "prioridade central" para a 14ª Conferência Ministerial (MC14), prevista para março de 2026 em Yaoundé, Camarões (OMC, 2025).

A DG Okonjo-Iweala situou essa necessidade de reforma no contexto de "uma das maiores perturbações na história do comércio mundial". Ela ressaltou que os membros destacaram a importância da MC14 enviar uma mensagem política clara, reafirmando a relevância e resiliência da OMC em meio à incerteza global. Muitos membros propuseram "ações corretivas prospectivas para inadequações no atual livro de regras da OMC, juntamente com reformas nas funções centrais, incluindo monitoramento e transparência, negociações e solução de controvérsias".

A DG propôs uma abordagem em fases para a reforma: um exercício de escopo liderado por facilitadores antes da MC14, orientação ministerial na MC14 sobre passos acionáveis e implementação pós-MC14, com vistas a resultados concretos para a MC15 ou antes. Áreas prioritárias identificadas para a MC14 incluem agricultura, a "segunda onda" de negociações

sobre subsídios à pesca, o programa de trabalho sobre comércio eletrônico e a moratória, a incorporação do Acordo de Facilitação de Investimentos para o Desenvolvimento e questões de desenvolvimento.

Considerações Finais

Os recentes debates sobre minerais críticos — com ênfase no cobre — e sobre a reforma da OMC convergem para desafios que continuam relevantes para o Brasil e outros países latino-americanos.

O relatório da UNCTAD destaca a necessidade de agregar valor localmente às cadeias minerais. Para Chile, Peru e Brasil, detentores de grandes reservas, a escalada tarifária ainda desencoraja o processamento doméstico e limita a exportação de bens com maior conteúdo tecnológico, postergando ganhos de complexidade econômica.

No plano comercial, a diretora-geral Ngozi Okonjo-Iweala tem sugerido que a atual conjuntura abre espaço para ajustes no sistema multilateral. Do ponto de vista da saúde coletiva, três frentes parecem especialmente pertinentes:

1. **Reequilíbrio das regras** – Persistem assimetrias que restringem o uso pleno das flexibilidades do Acordo TRIPS por países em desenvolvimento, algo crítico para o acesso a medicamentos e tecnologias em saúde.
2. **Resposta a emergências sanitárias** – A COVID-19 expôs limites na distribuição equitativa de vacinas e insumos. Mecanismos que facilitem licenças compulsórias e ampliem a produção descentralizada podem aumentar a resiliência.
3. **Coerência interinstitucional** – Há margem para maior articulação entre normas da OMC e mandatos de organismos como a OMS, de forma que a saúde seja tratada como dimensão transversal do desenvolvimento.

Em síntese, a crise atual pode servir de catalisadora para uma reforma que alinhe o comércio internacional aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em especial ao ODS 3 (Saúde e Bem-Estar).

Posição dos Estados Unidos no Comitê de Desenvolvimento e Propriedade Intelectual da OMPI

Durante a 34ª sessão do Comitê de Desenvolvimento e Propriedade Intelectual (CDIP) da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), os Estados Unidos criticaram o engajamento da OMPI com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), considerando-o inconsistente com a soberania americana. Essa atitude, expressa em 7 de maio de 2025, reflete o ceticismo mais amplo dos EUA em relação à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que caracteriza como promotora de uma forma de "governança global suave". A delegação americana enfatizou que a implementação dos ODS está fora do mandato central da OMPI e afirmou que quaisquer decisões que impactem a alocação de recursos da OMPI devem ser reservadas ao Comitê de Programa e Orçamento, cuja próxima sessão está agendada para 19 a 23 de maio de 2025 (OMPI, 2025)

“Os Estados Unidos não apoiam nenhuma proposta que não esteja relacionada ao mandato da OMPI e que tenha como objetivo promover a implementação dos ODSs. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável promoveram um programa de governança global branda que é inconsistente com a soberania dos EUA e adverso aos direitos e interesses dos americanos.

Os Estados Unidos não apoiam esse Comitê na criação de KPIs, inclusive para a implementação dos SDGs pela OMPI. Os Estados Membros podem individualmente escolher trabalhar para alcançar os SDGs, mas não é responsabilidade da OMPI fazê-lo.

Os Estados Unidos não apoiam a inclusão de relatórios adicionais sobre os desafios relacionados aos ODS e as lições aprendidas como parte dos relatórios de progresso dos projetos em andamento.

Os relatórios anuais de progresso já contêm uma seção para cada projeto sobre a experiência adquirida e as lições aprendidas.

Uma seção relacionada aos SDGs seria redundante.

Os Estados Unidos também não apoiam relatórios adicionais para projetos em andamento que excedam o escopo dos parâmetros de projeto aprovados.

Embora os Estados Unidos não se oponham a que a OMPI conduza o trabalho dentro de seu mandato e em alinhamento com o orçamento aprovado para 2024-2025, não apoiamos a alocação de recursos adicionais para a organização de iniciativas de conscientização e capacitação destinadas a explicar a um público mais amplo os vínculos entre a PI e os ODSs, pois quaisquer decisões que afetem a alocação de recursos precisam ser consideradas e decididas pelo Comitê de Programa e Orçamento⁴⁷.”

Referências

1. UNCTAD. Global trade update: Focus on critical minerals: Copper in the new green and digital economy. 2025. Disponível em: <https://unctad.org/system/files/official-document/ditcinf2025d2.pdf>
2. WTO. DG Okonjo-Iweala: Broad agreement on WTO reform as "central priority" for MC14. Trade Negotiations Committee. 2025. Disponível em: https://www.wto.org/english/news_e/news25_e/tnc_07may25_e.htm
3. OMPI. Committee on Development and Intellectual Property Thirty Fourth Session - CDIP 34 Day 3 Morning. 2025. Disponível em: https://webcast.wipo.int/video/CDIP_34_2025-05-07_AM_124980

⁴⁷ Original: “The United States does not support any proposal unrelated to WIPO's mandate and intended to advance the implementation of the SDGs. The 2030 Agenda for Sustainable Development and the Sustainable Development Goals advanced a program of soft global governance that is inconsistent with U.S. sovereignty and adverse to the rights and interests of Americans.

The United States does not support this Committee creating KPIs including for WIPO's implementation of the SDGs. Member States may individually choose to work towards the achievement of the SDGs but it is not WIPO's responsibility to do so.

The United States does not support the inclusion of additional reporting on the SDG-related challenges and lessons learned as part of the progress reports for ongoing projects.

The annual progress reports already contain a section for each project on experience gained and lessons learned.

An SDG-related section would be duplicative. The United States also does not support additional reporting for ongoing projects that exceeds the scope of the approved project parameters.

While the United States does not object to WIPO conducting work within its mandate and in alignment with the 2024-2025 approved budget, we do not support the allocation of additional resources for the organization of awareness raising and capacity building initiatives designed to explain to a broader audience the links between IP and the SDGs as any decisions affecting resource allocation need to be considered and decided by the Program and Budget Committee”.

Desafios e estratégias da sociedade civil frente à crise humanitária e à exclusão sistêmica

Patrícia Lewis Carpio, Matheus dos Santos da Silveira, Tatiana Cerqueira Machado Medrado, Jesús Enrique Patiño Escarcina, Diana Zeballos, Renan Amaral Oliveira, Laurenice Pires, Ana Carol Aldapi Vaquera e Luís Eugênio de Souza

Resumo. No presente informe, foram consideradas as manifestações registradas no período de 23 de abril a 6 de maio de 2025. Das 62 organizações acompanhadas, 42 apresentaram manifestações relevantes, abrangendo organizações da sociedade civil (OSC) de interesse público e de interesse privado. A conjuntura internacional revela, mais uma vez, um cenário de crises humanitárias, conflitos armados, desastres ambientais e violações sistemáticas de direitos, com graves repercussões sobre a saúde pública global. Em regiões como Gaza, República Democrática do Congo, Myanmar e Afeganistão, populações enfrentam fome, deslocamento forçado e colapso de serviços essenciais, especialmente para mulheres e crianças. Organizações como ActionAid, CARE e Médicos Sem Fronteiras vêm denunciando a intensificação de ataques a civis, bloqueios humanitários e negligência institucional que evidenciam a fragilidade da proteção internacional. Paralelamente, a mobilização de organizações da sociedade civil de interesse privado, como a Fundação Gates e a Wellcome Trust, tem se voltado para o financiamento de pesquisas, inovação em saúde e fortalecimento de capacidades locais, com destaque para o enfrentamento de doenças transmissíveis e não transmissíveis, vacinação e saúde mental. Tanto as OSC de interesse público, quanto as de interesse privado têm denunciado os cortes na ajuda internacional e retrocessos políticos, como os ocorridos durante o governo Trump, expondo os riscos de uma ordem global que desvaloriza a ciência, a igualdade e os direitos humanos. Diante desse panorama, torna-se urgente a articulação de respostas integradas, multissetoriais e baseadas em justiça social e climática, capazes de enfrentar, de forma equitativa, as múltiplas crises em curso.

Palavras-chave: Sociedade civil. Direitos humanos. Conflitos armados. Mudanças climáticas

Introdução

No presente informe, foram consideradas as manifestações registradas no período de 23 de abril a 6 de maio de 2025. Das 62 organizações da sociedade civil (OSC) acompanhadas, 42 apresentaram manifestações de relevância, abrangendo as organizações de interesse público e as de interesse privado. Os conflitos violentos e as consequentes crises humanitárias, os efeitos das medidas do governo de Trump e a crise climática foram os principais temas das manifestações neste período, como em muitos períodos anteriores. Na Faixa de Gaza, a continuidade do bloqueio à entrada de ajuda humanitária tem aprofundado a catástrofe humanitária, com aumento expressivo nos índices de desnutrição infantil e colapso de serviços básicos de saúde. Denúncias de organizações como ActionAid e CARE revelam a institucionalização de práticas que violam frontalmente o direito internacional, ao restringir de

forma intencional o acesso a insumos vitais, configurando um cenário de fome imposta e sofrimento programado. Situação semelhante ocorre na República Democrática do Congo, onde o conflito armado, aliado a desastres ambientais como enchentes, compromete a segurança alimentar, a integridade física das populações deslocadas e a capacidade de resposta dos serviços de saúde, sobretudo no atendimento às mulheres e crianças. Em Myanmar, os efeitos do terremoto devastador agravaram a situação já vulnerável das populações atingidas, principalmente em regiões marcadas por baixa cobertura de serviços de saúde, desigualdade de acesso a serviços básicos e instabilidade política, aumentando a exposição a doenças e a insegurança alimentar.

O deslocamento forçado, por sua vez, assume proporções alarmantes, nas fronteiras do México e no retorno em massa de afegãos ao seu país de origem. Crianças migrantes enfrentam riscos severos, incluindo exploração, violência e barreiras ao acesso à educação e à saúde, enquanto o Afeganistão lida com a reintegração de populações em um cenário de extrema precariedade. Em contextos de guerra e conflito, como na Ucrânia, no Sudão e na Faixa de Gaza, organizações como Médicos Sem Fronteiras e CARE denunciam a intensificação de ataques a civis e à infraestrutura vital, evidenciando uma crise global da proteção aos direitos humanos. Paralelamente, emergem preocupações ambientais interligadas, como os efeitos dos combustíveis fósseis, o desmatamento na Amazônia, a mineração em alto-mar e os impactos da radiação nuclear, como destacam organizações como o Greenpeace e a ActionAid.

As medidas de austeridade, os cortes no financiamento à ajuda externa e as mudanças políticas no governo de Donald Trump continuam impactando significativamente a saúde global e os direitos humanos. Organizações como Médicos Sem Fronteiras e Medici Mundi alertam para as consequências devastadoras dessas decisões, que comprometem o acesso a serviços essenciais de saúde, nutrição e vacinação em contextos de crise humanitária, como no Iêmen e na África Subsaariana. As políticas ambientais do governo Trump foram alvo de duras críticas por parte do Greenpeace, que denunciou a priorização de interesses corporativos em detrimento da proteção ambiental, evidenciada pela retirada do Acordo de Paris e pelo incentivo à produção e ao uso de combustíveis fósseis. No âmbito da indústria farmacêutica, denunciou-se a instrumentalização de tarifas e pressões comerciais para enfraquecer políticas de acesso a medicamentos em países em desenvolvimento, favorecendo monopólios e elevando preços.

A mobilização internacional em torno das doenças não transmissíveis (DCNTs) ganhou destaque com a aproximação da Quarta Reunião de Alto Nível da ONU, impulsionando demandas por compromissos políticos, financiamento sustentável e políticas públicas eficazes, com ênfase na atuação da sociedade civil. Organizações como a World Heart Federation e a NCD Alliance reforçaram essa agenda, enquanto entidades como a World Medical Association e a Federação Mundial dos Terapeutas Ocupacionais defenderam melhores condições de trabalho para profissionais da saúde. Ao mesmo tempo, diante da ameaça de surtos evitáveis, organizações como a Public Citizen denunciaram o enfraquecimento das políticas de vacinação e vigilância durante o governo Trump. A esse panorama, somam-se iniciativas voltadas à saúde de mulheres, crianças e adolescentes, bem como à saúde mental e ao enfrentamento do HIV/AIDS, que reforçam a centralidade dos direitos humanos nas políticas de saúde. Tratando de questões como resistência antimicrobiana, acesso a medicamentos e erradicação da pólio, as OSC chamam a atenção para a urgência de abordagens intersetoriais, inclusivas e comprometidas com a equidade.

Organizações da sociedade civil de interesse privado têm desempenhado papel estratégico na promoção da saúde global por meio do financiamento de pesquisas, apoio à inovação e fortalecimento de capacidades institucionais, especialmente em países de baixa e média renda. A Wellcome Trust e a Fundação Gates, por exemplo, têm investido no combate à tuberculose e em inovações regulatórias, como no campo da neurotecnologia e da biologia sintética, com ênfase na equidade e na prevenção dos riscos éticos associados. Iniciativas como o Mental Health Data Prize e o Mission 300 Fellowship, financiadas por Wellcome e Rockefeller Foundation, respectivamente, demonstram o esforço de adaptar os modelos de fomento à pesquisa às realidades locais africanas, promovendo inclusão e desenvolvimento sustentável.

No campo da vacinação, ações coordenadas por Gavi e The Vaccine Alliance têm fortalecido a imunização em contextos de crise, reforçando a infraestrutura de saúde e estimulando a autonomia dos países por meio do cofinanciamento. O Global Fund, por sua vez, destaca avanços no enfrentamento da malária e do HIV, incluindo a aquisição de medicamentos produzidos na África, promovendo segurança sanitária regional. Contudo, alertas sobre cortes na ajuda internacional, como apontado por Mark Suzman (Fundação Gates), evidenciam os riscos de retrocessos, agravados por desafios emergentes como a resistência antimicrobiana intensificada pelas mudanças climáticas.

ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO

Crise humanitária

Faixa de Gaza

A ActionAid denunciou que, após mais de [50 dias sem a entrada de ajuda humanitária na Faixa de Gaza](#), os preços dos alimentos aumentaram consideravelmente de preço, agravando uma crise humanitária catastrófica. A escassez de alimentos, aliada à destruição da infraestrutura agrícola, tem levado milhares de crianças à desnutrição aguda e deixado hospitais sem recursos para atender gestantes, doentes crônicos e feridos. A organização alerta para o risco iminente de fome em massa e acusa as autoridades israelenses de violação do direito internacional ao impedir deliberadamente o acesso à ajuda vital.¹

República Democrática do Congo

A International Federation of Social Workers publicou notícia pedindo [apoio para os assistentes sociais e comunidades na República Democrática do Congo](#), que “estão enfrentando uma crise humanitária crescente e multifacetada”. De acordo com a matéria, em Kivu do Norte, Goma, o conflito em curso e o deslocamento em massa criaram condições devastadoras para milhares de civis, especialmente mulheres, crianças e grupos vulneráveis. “Somando-se a esta emergência humanitária, graves inundações causadas por chuvas torrenciais atingiram a província de Tanganica, desalojando quase 10.000 pessoas e destruindo casas, escolas e terras agrícolas. As enchentes agravaram a já grave insegurança alimentar, destruíram plantações essenciais e aumentaram o risco de surtos de doenças, em particular a cólera”.²

A CARE, representada por seu Diretor de Operações Humanitárias, expressou grave preocupação com a crise humanitária na República Democrática do Congo (RDC), onde [milhões foram deslocados devido ao conflito contínuo](#). Em sua recente visita ao leste da RDC, o foco foi nas mulheres que, além de enfrentarem múltiplos deslocamentos e violência extrema, desempenham papéis vitais no apoio às suas comunidades. A CARE destacou a dificuldade no fornecimento de ajuda humanitária devido à insegurança e apelou por um esforço conjunto para

garantir a paz duradoura, apoiar organizações lideradas por mulheres e assegurar que as vítimas, especialmente mulheres e meninas, não apenas sobrevivam, mas prosperem em um ambiente de paz.³

Terremoto em Mianmar

Um mês após o terremoto de 7,7 graus em Mianmar, [mais de 40 mil pessoas seguem em abrigos precários](#), com risco elevado de doenças e sem infraestrutura adequada para enfrentar a temporada de chuvas. A Save the Children alerta para a urgência de apoio financeiro contínuo e sustentável para garantir resposta humanitária eficaz, especialmente para proteger crianças e manter serviços básicos.⁴

Um mês após o terremoto de magnitude 7,7 em Mianmar, a CARE alertou que as [necessidades humanitárias continuam críticas](#), especialmente para mulheres e meninas, que enfrentam riscos crescentes de violência, exploração e condições precárias de abrigo e saneamento. Segundo avaliação realizada pela organização em regiões duramente atingidas, como Mandalay, Southern Shan e Sagaing, a insegurança, a escassez de alimentos, água potável e a aproximação da temporada de monções agravam ainda mais a situação. A CARE está ampliando sua resposta emergencial para alcançar 100 mil pessoas nos próximos meses, mas reforça que é urgente o aumento do financiamento para garantir proteção e apoio digno às populações mais vulneráveis.⁵

Deslocamento forçado

Um novo relatório da Plan International e da Save the Children revela que [milhares de crianças migrantes que chegam à fronteira norte do México estão enfrentando violência, separação familiar e violações de direitos](#). Com base em 155 entrevistas em cidades como Ciudad Juárez, Reynosa e Tijuana, o estudo mostra que, mesmo após fugirem de situações perigosas, muitas crianças encontram-se em abrigos superlotados, fora da escola e expostas a novos riscos, como exploração e recrutamento por grupos armados. A maioria das crianças entrevistadas não têm acesso a apoio psicológico e enfrenta barreiras para frequentar a escola, agravadas pela xenofobia. Ambas as organizações alertam que algumas famílias cogitam retornar aos locais dos quais fugiram, tamanha a precariedade.⁶

Diante do [retorno em massa de afegãos do Paquistão](#), a Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha (IFRC) lançou um Llamamiento de Emergência para arrecadar 25 milhões de francos suíços, a fim de apoiar a Cruz Vermelha Afegã na oferta de ajuda vital, como abrigo, alimentos, água e cuidados de saúde, e promover a reintegração sustentável dessas populações vulneráveis. A IFRC alerta para a gravidade da crise e apela à solidariedade internacional para garantir dignidade e segurança aos retornados, especialmente mulheres, crianças e pessoas com deficiência.⁷

Guerras e conflitos

Violência na RDC

Médicos Sem Fronteiras (MSF) denunciou a [grave escalada da violência em Masisi, na República Democrática do Congo](#), após o assassinato de mais um de seus profissionais, um enfermeiro baleado em casa por homens armados com uniforme militar. Este é o terceiro membro da equipe morto em Kivu do Norte apenas em 2025. MSF alerta que civis e trabalhadores humanitários vêm sendo alvo constante de ataques, assaltos e intimidações, e

exige que as autoridades garantam a segurança da população e dos profissionais de saúde, lembrando que a proteção de civis em zonas de conflito é uma obrigação legal.⁸

Conflito na Ucrânia

A organização Médicos Sem Fronteiras (MSF) denunciou os [bombardeios indiscriminados das forças russas na Ucrânia](#), que continuam atingindo hospitais, escolas, edifícios residenciais e civis, causando inúmeras vítimas. Em cidades como Kyiv e Kryvyi Rih, os ataques resultaram em mortes, ferimentos graves e destruição massiva, deixando a população em constante estado de medo. MSF alerta que o sistema de saúde ucraniano enfrenta uma crise contínua com vítimas em massa e traumas físicos e psicológicos crescentes.⁹

Conflito no Sudão

Em [resposta ao conflito no Sudão](#), a organização CARE está fornecendo suporte essencial de saúde e nutrição para mulheres e crianças deslocadas, atingidas pela escassez de serviços de saúde e pela grave crise de desnutrição. Com parcerias com a UNICEF, a CARE oferece atendimento médico gratuito para cerca de 1,1 milhão de pessoas nas regiões mais afetadas, incluindo crianças desnutridas e mulheres grávidas. Além dos cuidados médicos, a CARE também oferece apoio psicossocial para ajudar as vítimas do trauma e da violência, especialmente mulheres e crianças. A situação exige ação urgente para salvar vidas e restaurar a esperança.¹⁰

Guerra em Gaza

Após mais de dois meses de bloqueio às fronteiras de Gaza, a CARE, em colaboração com o Programa Mundial de Alimentos (WFP), enfrenta a [escassez crítica de suprimentos essenciais](#), como alimentos, medicamentos e roupas. O estoque de alimentos está esgotado e as taxas de desnutrição entre crianças e gestantes estão aumentando. A CARE continua a fornecer cuidados de saúde primários em seu centro de saúde em Deir Al-Balah, mas os recursos estão quase se esgotando, com menos de um mês de suprimentos médicos disponíveis. A organização faz um apelo pela quebra do bloqueio e pela cessação das hostilidades para permitir a entrada de ajuda vital.¹¹

Por ocasião do Dia da Liberdade de Imprensa, a Progressive International destacou uma declaração conjunta de organizações de mídia exigindo o fim do genocídio em Gaza e denunciando a [morte de jornalistas palestinos e a censura digital](#). O texto afirma que não há liberdade de imprensa onde há violência sistemática contra repórteres e acusa governos de cumplicidade silenciosa frente às violações cometidas por Israel.¹²

O Greenpeace condenou o [ataque de drones a um navio humanitário](#) que transporta ajuda para Gaza. O ataque, que ocorreu em meio ao bloqueio de Israel em Gaza, é uma violação do direito internacional humanitário. O Greenpeace pede, mais uma vez, um cessar-fogo, a libertação de reféns e a entrega de ajuda sem obstáculos.¹³

O Greenpeace apontou que organizações humanitárias realizaram uma coletiva de imprensa sobre os [impactos devastadores do cerco de dois meses de Israel](#) a Gaza, que bloqueou a ajuda e os bens comerciais. O manifesto apontou a situação terrível, incluindo fome aguda, desnutrição e o direcionamento de instalações médicas. As organizações pediram por um cessar-fogo completo e permanente e a entrada irrestrita de ajuda.¹⁴

O Greenpeace apontou que cinquenta e cinco organizações que operam em Israel e no território palestino ocupado (oPt) pedem [ações urgentes contra as novas regras de registro israelenses para ONGs internacionais](#). Essas regras, baseadas em critérios vagos e politizados, ameaçam encerrar as operações humanitárias e silenciar a defesa baseada no direito internacional humanitário e de direitos humanos. As organizações pedem à comunidade internacional que proteja as operações humanitárias, garanta o acesso irrestituível e apoie ONGs e organizações da sociedade civil.¹⁵

Governo Trump

Cortes no financiamento

Médicos Sem Fronteiras alertou para os [efeitos devastadores dos cortes dos Estados Unidos na ajuda externa](#), que vêm comprometendo gravemente o acesso a cuidados de saúde e serviços humanitários em contextos de crise ao redor do mundo. Embora MSF não receba financiamento do governo americano, a organização destaca que a retirada abrupta do apoio dos EUA tem afetado programas essenciais de saúde, nutrição, vacinação, cuidados reprodutivos e resposta a epidemias, prejudicando populações extremamente vulneráveis em países como Iêmen, Afeganistão, Somália e Sudão do Sul. Segundo Avril Benoît, diretora-executiva de MSF nos EUA, trata-se de uma catástrofe provocada por decisões políticas que colocam milhões de vidas em risco.¹⁶

Medicus Mundi manifesta preocupação para os [cortes anunciados pela administração Trump na Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional \(USAID\)](#) os quais colocam em risco décadas de avanços na luta contra a malária, alertando para um possível aumento de até 15 milhões de casos e mais de 107 mil mortes anuais. A suspensão de 90% dos contratos da USAID afeta diretamente 53 milhões de pessoas em 14 países africanos, interrompendo programas essenciais como a distribuição de mosquiteiros, medicamentos e campanhas de vacinação. Esse retrocesso ameaça a meta de erradicação da doença até 2030 e coincide com o início da temporada de chuvas, agravando ainda mais a situação nas regiões mais vulneráveis.¹⁷

Organizações do Greenpeace em todo o mundo [protestaram contra as políticas do presidente dos EUA, Donald Trump](#), destacando suas ações durante seus primeiros 100 dias no cargo. Os protestos se concentraram nas políticas ambientais de Trump, incluindo sua retirada do Acordo Climático de Paris e o apoio aos combustíveis fósseis. O Greenpeace enfatizou a necessidade de resistir à influência de bilionários e corporações nas decisões políticas.¹⁸

O Greenpeace apontou que em seus primeiros 100 dias, [o presidente Trump desmantelou ativamente as proteções ambientais](#), priorizando os lucros corporativos em vez das pessoas e do planeta. Isso inclui deixar o Acordo Climático de Paris, abrir áreas protegidas para perfuração de petróleo e pesca industrial e impulsionar os combustíveis fósseis. Bilionários e empresas de combustíveis fósseis, usando ações judiciais SLAPP e outras táticas, estão tentando silenciar ativistas ambientais, mas o Greenpeace e seus aliados vão revidar.¹⁹

Indústria farmacêutica

A People's Medicine Alliance, junto com outras organizações, publicou um relatório sobre a [ameaça da indústria farmacêutica à Europa em meio ao caos tarifário provocado por Trump](#). O documento denuncia que empresas do setor afirmam poder deslocar investimentos em pesquisa e desenvolvimento e produção para os EUA, caso a Europa não adote políticas mais

favoráveis à indústria. Aproveitando o clima de incerteza gerado pelas tarifas propostas por Trump, a Federação Europeia da Indústria Farmacêutica (EFPIA) pressiona por preços mais altos, monopólios de patentes mais longos, regulamentação mais flexível e menor controle ambiental. O relatório argumenta que essas ameaças não se baseiam em fundamentos reais, pois as decisões de fabricação não dependem do preço dos medicamentos, e a realocação da produção seria lenta e custosa. A tática da EFPIA visa apenas aumentar lucros, em detrimento do acesso a medicamentos e da saúde pública na Europa.²⁰

A Public Citizen divulgou matéria sobre como o governo Trump tem usado tarifas “recíprocas” e o Relatório Especial 301 como ferramentas para [pressionar outros países a enfraquecer políticas de acesso a medicamentos, favorecendo os interesses da indústria farmacêutica](#). O relatório critica leis que dificultam monopólios, como o licenciamento compulsório e normas contra o “evergreening”, e busca impor barreiras à entrada de genéricos. Essa abordagem ameaça o acesso a medicamentos em países em desenvolvimento e pode também resultar em preços mais altos nos EUA.²¹

Meio ambiente

O Greenpeace saudou a mensagem de unidade do Secretário-Geral da ONU sobre a [ação climática após uma reunião com os líderes da UE, China e outras grandes economias](#). Eles enfatizaram a necessidade de metas ousadas de 2035 para manter 1,5°C ao alcance e planos concretos para combater os combustíveis fósseis.²²

Poluição por combustíveis fósseis

O Greenpeace apontou que os [combustíveis fósseis, que compreendem 80% da energia global](#), representam riscos significativos para a segurança, soberania e saúde pública. Eles apoiam regimes autoritários, financiam conflitos e exacerbam as mudanças climáticas, levando a eventos climáticos extremos. A organização apontou que a transição para a energia renovável é crucial para alcançar a verdadeira segurança e independência energética.²³

O Greenpeace apontou que os [lucros da indústria de combustíveis fósseis](#), no valor de US\$31,315 trilhões entre 2000 e 2019, poderiam ser recuperados por meio de impostos e multas para apoiar as comunidades impactadas pelo clima. Essa receita poderia financiar apoio de emergência, segurança alimentar, assistência em contas de energia, prevenção de ondas de calor e proteção contra inundações. Os governos devem implementar impostos justos e proporcionais, garantindo que o fardo recaia sobre os investidores e complementando os regulamentos para eliminar gradualmente os combustíveis fósseis.²⁴

O Greenpeace apontou que o [custo ambiental da IA está aumentando](#), particularmente no Leste Asiático, onde as emissões de fabricação de chips de IA aumentaram 4,5 vezes em um ano. Isso se deve à forte dependência da região de combustíveis fósseis para eletricidade, com empresas de tecnologia como TSMC, SK hynix e Samsung contribuindo significativamente. Embora existam soluções de energia renovável, gigantes da tecnologia como NVIDIA, Microsoft e Google devem se comprometer com energia 100% renovável em suas cadeias de suprimentos para mitigar esse impacto.²⁵

O Greenpeace está fazendo campanha por leis nas Filipinas e na Califórnia para fazer com que as empresas de petróleo e gás paguem pelos desastres climáticos que causam. O [Projeto de Lei CLIMA nas Filipinas](#) criaria um fundo de reparações a partir de penalidades sobre os poluidores, enquanto a Lei do Superfundos Poluidores Pagam Clima na Califórnia imporia

taxas às empresas petrolíferas com base em suas emissões. Esses esforços fazem parte de um movimento global para responsabilizar os poluidores pelos impactos das mudanças climáticas.²⁶

O Greenpeace lembrou que o [Pacto de Pagamento de Poluidores](#) impõe impostos e multas ousadas sobre as corporações de petróleo e gás para fazê-las pagar por danos climáticos. Assim, apontou que com o crescente apoio público, 2025 apresenta oportunidades para pressionar por mudanças nas principais conferências da ONU. O pacto visa unir comunidades e organizações para pressionar os governos a fazer com que os poluidores paguem pela crise climática.²⁷

Amazônia

O Greenpeace lembrou que a [Floresta Amazônica](#) é o lar de 10% de todas as espécies animais conhecidas, com novas descobertas feitas a cada dois dias. No entanto, o desmatamento e a expansão industrial ameaçam a biodiversidade, colocando em risco espécies como o golfinho do Rio Amazonas, a lontra gigante, o Tucuxi, o Sun Conure e o guboi amazônico. Foi apontado que proteger a Amazônia é crucial para preservar seu delicado equilíbrio ecológico e a sobrevivência de seus habitantes.²⁸

[Bombeiros florestais voluntários na Amazônia](#) arriscam suas vidas lutando contra incêndios florestais exacerbados pelas mudanças climáticas e pelo desmatamento. Os principais impulsionadores desses incêndios são as emissões de combustíveis fósseis e as práticas do agronegócio, incluindo incêndios ilegais para renovação de pastagens. O autor, um bombeiro voluntário, pede que os governos responsabilizem as corporações de petróleo e gás e imponham impostos sobre elas para financiar os esforços de combate a incêndios e lidar com as mudanças climáticas.²⁹

Ativista ambientais

A Actionaid publicou uma [carta enviada por jovens ativistas do Sul Global](#) à direção do banco HSBC, denunciando seu papel como maior financiador europeu de combustíveis fósseis e da agricultura industrial prejudicial entre 2016 e 2022, com mais de US\$80 bilhões investidos. A carta, assinada por representantes de países como Uganda, Bangladesh e Peru, exige o fim imediato do apoio financeiro a empresas responsáveis por mudanças climáticas, desmatamento, expulsão de comunidades e violações de direitos humanos. Os jovens alertam que os impactos da crise climática já são realidade em seus territórios, afetando especialmente meninas e mulheres, e cobram do HSBC compromissos claros com justiça ambiental, transparência e responsabilidade corporativa.³⁰

O Greenpeace apontou que a [JBS](#), a maior empresa de carne do mundo, está ligada ao desmatamento significativo na Amazônia e no Cerrado, impulsionada por atividades criminosas como lavagem de gado e apropriação ilegal de terras. Apesar de reivindicar uma política de desmatamento zero e uma promessa de “zero líquido até 2040”, a pegada de metano da JBS rivaliza com a Big Oil. O Greenpeace está pedindo ações para impedir a destruição da Amazônia e impedir a listagem da JBS na Bolsa de Valores de Nova York.³¹

Ativistas do Greenpeace Brasil interromperam a reunião anual de [acionistas da JBS](#) em São Paulo, protestando contra a destruição ambiental e o impacto climático da empresa. Os ativistas, que também organizaram manifestações globais, pediram que a listagem da Bolsa de Valores de Nova York da JBS fosse interrompida devido às suas ligações com desmatamento, corrupção e abusos de direitos humanos. O Greenpeace publicou um dossiê detalhando a

história de promessas quebradas da JBS e pediu aos governos que responsabilizem a agricultura industrial.³²

Greenwashing

A ACT Promoção da Saúde denunciou práticas de *greenwashing* — [estratégias enganosas usadas por grandes empresas](#), como Coca-Cola, Philip Morris e Heineken, para parecer sustentáveis sem promover mudanças reais — apontando contradições entre suas campanhas ambientais e seus impactos poluentes.³³

Resiliência Climática

Dezoito meses após a passagem em 2023 do devastador ciclone tropical Lola, famílias em Vanuatu estão adotando “[técnicas agrícolas inteligentes para o clima](#)”, como o cultivo de sementes resistentes, para se preparar melhor frente a futuros desastres climáticos. Esse programa de recuperação liderado pela Save the Children, em parceria com o governo e organizações locais, distribuiu sementes adaptadas ao clima e treinou mais de 1.100 famílias em práticas resilientes, incluindo o uso de viveiros desmontáveis e o plantio de árvores frutíferas de pequeno porte. Segundo a diretora da organização no país, o objetivo é fortalecer a segurança alimentar e a capacidade das comunidades de resistir a futuros eventos extremos, especialmente diante do impacto desproporcional que essas crises têm sobre as crianças.³⁴

A European Lung Foundation comentou o relatório publicado no *Future Healthcare Journal* e divulgado pela British Lung Foundation, alertando que [a crise climática representa uma ameaça crescente à saúde humana](#), agravando doenças respiratórias, dificultando o acesso a alimentos, água potável e serviços de saúde, especialmente em países de baixa e média renda. O estudo reforça que ações urgentes como a redução da poluição por combustíveis fósseis e o fortalecimento dos sistemas de saúde são essenciais para mitigar esses impactos, destacando o papel central dos profissionais da saúde na promoção de políticas públicas mais justas e sustentáveis.³⁵

Mineração em alto mar

O Greenpeace denunciou que o governo dos EUA assinou uma [Ordem Executiva avançando planos de mineração em alto mar nas águas dos EUA e internacionais](#), contornando a Autoridade Internacional do Leito do Mar (ISA). O Greenpeace condenou essa ação, pedindo uma moratória global sobre a mineração em alto mar para proteger o mar profundo como herança comum da humanidade. Destacou que o movimento prejudica a cooperação multilateral e a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS).³⁶

O Greenpeace nas Nações Unidas defendeu o Tratado Global do Oceano, [tratado que visa proteger 30% dos oceanos do mundo](#) e entrará em vigor depois que 60 países o ratificarem. Apesar do progresso, as ações do governo dos EUA prejudicam os esforços multilaterais para proteger os oceanos.³⁷

Efeitos da radiação nuclear

Cientistas e especialistas do Greenpeace embarcaram em uma turnê de seis semanas a bordo do Rainbow Warrior, visitando os atóis Enewetak, Bikini e Rongelap nas Ilhas Marshall. Esses atóis carregam as [cicatrizes dos testes de armas nucleares da Guerra Fria](#), com Enewetak abrigando o Runit Dome, contendo 85.000 metros cúbicos de resíduos radioativos. A missão visa avaliar as consequências ambientais e radiológicas a longo prazo dos testes nucleares,

destacando o impacto contínuo nas comunidades de Marshall e a necessidade urgente de prestação de contas.³⁸

As Ilhas Marshall têm uma rica história de liderança e ativismo das mulheres. De Darlene Keju, que lançou luz sobre os [efeitos devastadores dos testes nucleares dos EUA](#), a Hilda Heine, a primeira mulher presidente, as mulheres têm estado na vanguarda do tratamento das mudanças climáticas e das questões do legado nuclear. Através da poesia, ativismo político e liderança, mulheres como Kathy Jetnil-Kijiner, Ariana Tibon Kilma, Abacca Anjain-Maddison e Selina Leem continuam a inspirar e moldar o futuro da nação.³⁹

Diversidade, equidade e inclusão

O Greenpeace reconheceu os desafios enfrentados pelos valores de [diversidade, equidade e inclusão](#) (DEI) globalmente. Mas, apesar dos contratempos, aborda com otimismo o progresso social e enfatiza a importância da educação contínua e das interações sociais para superar o medo e abraçar a inclusão. Se acredita, assim, que um mundo mais verde e sustentável só pode ser alcançado através dos valores DEI, pedindo ações coletivas para enfrentar preconceitos e criar um futuro melhor para todos.⁴⁰

Doenças não transmissíveis

Audiência multissetorial da ONU sobre DCNT

A World Heart Federation publicou notícia sobre a [audiência multissetorial da ONU sobre DCNT](#) em que o Presidente da Federação Mundial do Coração fez declaração alertando que as doenças cardiovasculares continuam sendo a principal causa de morte prematura no mundo. Entre os pedidos feitos pelo presidente estavam: o tratamento de mais 500 milhões de pessoas com hipertensão até 2030; a adoção de pelo menos 50% de impostos especiais de consumo sobre tabaco, álcool e bebidas açucaradas, e ação com mais firmeza contra a poluição do ar.⁴¹

A NCD Alliance publicou notícia sobre o apelo de mais de 2,5 milhões de vozes de 115 países, aos [governos para que mobilizem o investimento, acelerem a implementação e prestem contas sobre as DCNT](#), antes da Audiência Multissetorial sobre a Prevenção e Controle das Doenças Não Transmissíveis, em 02 de maio. O grupo fez um apelo para um compromisso político imediato em relação a um dos desafios de saúde mais urgentes e negligenciados do mundo, pedindo que: acelerem a implementação de políticas custo-efetivas sobre DCNT; mobilizem investimento para um financiamento sustentável em saúde; prestem contas das metas e engajem comunidades em todos os estágios de tomadas de decisões.⁴²

Nas mobilizações em torno da Audiência, a NCD Alliance também co-organizou um [painel em parceria com a Unicef, o George Institute for Global Health e a Ely Lilly](#), em que discutiram o papel e a importância vital das comunidades, da sociedade civil, dos jovens e das pessoas que vivem com doenças não transmissíveis no avanço da prevenção e do controle das DCNT.⁴³

Dia da Hipertensão Pulmonar

A World Heart Federation publicou notícia sobre o [Dia da Hipertensão Pulmonar](#), 05 de maio, lançando uma campanha global de conscientização sobre o tema. De acordo com a matéria, “A hipertensão pulmonar é uma condição que altera a vida e que muitas vezes passa despercebida até atingir um estágio avançado. Neste Dia da Hipertensão Pulmonar, vamos

lançar luz sobre esta doença silenciosa, apoiar o diagnóstico precoce e apoiar aqueles que convivem com ela todos os dias.⁴⁴

GT NCDs

Em 2 de maio de 2025, o [Grupo de Trabalho da Sociedade Civil da OMS sobre Doenças Não Transmissíveis \(CSWG\)](#), que inclui 32 organizações civis líderes, lançou uma Declaração de Consenso em preparação para a Quarta Reunião de Alto Nível da ONU sobre NCDs e Saúde Mental. A declaração, apoiada pela European Public Health Alliance (EPHA), pede ações globais audaciosas e equitativas para enfrentar as doenças não transmissíveis (DNTs) e as condições de saúde mental. A CSWG exige maior envolvimento das comunidades, fortalecimento dos sistemas de saúde primária, enfrentamento dos determinantes comerciais e estruturais da saúde, financiamento sustentável e aprimoramento da vigilância e responsabilização.⁴⁵

Profissionais e trabalhadores da saúde

Durante sua 229ª sessão em Montevidéu, a World Medical Association pediu maior [clareza nos títulos e funções de profissionais de saúde não médicos](#), para evitar confusão entre os pacientes e proteger a qualidade do cuidado. A resolução, apoiada pela Associação Médica Britânica, alerta que termos como "physician associate" ou "anesthesia associate" podem induzir o público ao erro, sugerindo uma formação médica que esses profissionais não possuem. A organização defende que designações tradicionalmente médicas, como "profissional médico" ou "com formação médica", não devem ser atribuídas a não médicos.⁴⁶

A World Medical Association condenou a [detenção e o desaparecimento forçado de profissionais de saúde no Sudão](#), com base em denúncias do sindicato local de médicos. Desde outubro de 2024, médicos vêm sendo arbitrariamente detidos pelo Exército Sudanês e pelas Forças de Apoio Rápido, violando o direito internacional humanitário e o princípio da neutralidade médica. A organização exige a libertação imediata dos profissionais detidos e pede que todas as partes respeitem a integridade da assistência médica e a segurança dos profissionais de saúde, inclusive em contextos de conflito armado.⁴⁷

Perfil global dos terapeutas ocupacionais

A Federação Mundial dos Terapeutas Ocupacionais (WFOT) anunciou a publicação do Projeto de Recursos Humanos (2024), um conjunto de dados que [fornece informações valiosas sobre o perfil global da profissão de terapia ocupacional](#)⁴⁸, disponível em uma plataforma interativa: <https://hr-project.wfot.org/>

Semana Nacional da Enfermagem

Durante a Semana Nacional da Enfermagem, a Cruz Vermelha Americana celebrou o trabalho de [mais de 15.400 voluntários de saúde e saúde mental](#) que atuam em emergências e desastres, promovendo resiliência e cuidado comunitário. A organização destacou a dedicação desses profissionais em 2024 e 2025 diante de furacões, incêndios e inundações, reafirmando seu compromisso com uma força de trabalho preparada, ágil e diversa para enfrentar os crescentes desafios humanitários.⁴⁹

Dia Mundial do Trabalho

Para chamar atenção para o Dia Mundial do Trabalho Social, a International Federation of Social Workers fez publicação divulgando o tema deste ano que é "[Fortalecendo a Solidariedade Intergeracional para o Bem-Estar Duradouro](#)". Este tema enfatiza a importância

das conexões intergeracionais e do cuidado para o bem-estar de todos os membros da sociedade, diz a matéria. A matéria visa também reconhecer a contribuição dos milhares de assistentes sociais que trabalham pela melhoria da vida de indivíduos, famílias e comunidades em todo o mundo.⁵⁰

No Dia Internacional das Trabalhadoras e dos Trabalhadores, a Fòs Feminista alerta que as [desigualdades de gênero no mundo do trabalho persistem](#) e comprometem tanto a justiça social quanto o desenvolvimento econômico. Mulheres continuam sub-representadas no mercado formal, recebem salários menores, enfrentam maiores taxas de desemprego e assumem, em sua maioria, o trabalho de cuidado não remunerado. Muitas atuam sem contrato, sem proteção social e expostas a situações de assédio, enquanto barreiras estruturais limitam especialmente as jovens e mulheres migrantes.⁵¹

No dia 1º de maio, [Dia Internacional do Trabalhador](#), ouvimos a jornada pessoal de nossa estagiária, Francelly Jimenez, MPH. Ela compartilha porque a saúde global é importante para ela e como espera melhorá-la. Ela é a primeira pessoa em sua família a seguir carreira profissional, trazendo uma perspectiva diversa e contribuindo para um local de trabalho mais inclusivo e inovador.⁵²

Vacinas

A Public Citizen informou que a OMS, o UNICEF e a Gavi alertaram que [surto de doenças evitáveis por vacinas estão aumentando](#) e décadas de progresso podem colapsar. Liza Barrie, da Public Citizen, criticou duramente o governo Trump por cortar fundos para vigilância de surtos, erradicação da pólio e por ameaçar cancelar US\$1,9 bilhões prometidos à Gavi. Esses cortes, segundo ela, enfraquece os sistemas que evitam epidemias como o sarampo, colocando em risco milhões de vidas, inclusive nos EUA. Ela apelou ao Congresso para manter o financiamento e proteger a saúde global.⁵³

A Public Citizen criticou as declarações recentes do governo Trump sobre possíveis [novas exigências para aprovar vacinas atualizadas contra a COVID-19](#) e que estão gerando incerteza quanto à disponibilidade da versão 2025-2026. A Public Citizen alertou que exigir estudos anuais de eficácia atrasaria a produção e distribuição, tornando a vacina obsoleta. O Dr. Robert Steinbrook defendeu a manutenção do processo atual da FDA, que trata essas atualizações como ajustes rotineiros, e criticou a falta de reuniões do comitê consultivo da agência. A COVID-19 ainda causa milhares de hospitalizações e mortes, reforçando a urgência das atualizações anuais da vacina.⁵⁴

A Federação Internacional sobre Envelhecimento (IFA) divulgou uma declaração de consenso, destacando o papel crítico das organizações da sociedade civil nos processos de tomada de decisão do Grupo Consultivo Técnico Nacional de Imunização do Canadá. Esta declaração ressalta a [importância de políticas de imunização inclusivas, transparentes e informadas por evidências](#).⁵⁵

Saúde das mulheres e crianças

Em abril de 2025, a *European Public Health Alliance* (EPHA) respondeu à consulta pública do Parlamento Europeu sobre saúde das mulheres, defendendo uma [abordagem interseccional e inclusiva nas políticas de saúde da UE](#). A organização destacou desigualdades persistentes no acesso aos cuidados, especialmente entre mulheres migrantes, racializadas, com deficiência, em situação de pobreza e LGBTIQ. Também apontou o viés de gênero na pesquisa médica, a

negligência com a saúde mental e a necessidade de ações estruturais para combater disparidades. A EPHA propôs acesso universal aos direitos sexuais e reprodutivos, sistemas de saúde sensíveis ao gênero e financiamento para pesquisas interseccionais com dados desagregados.⁵⁶

Promoção da proteção infantil

Diante do aumento de 10% dos casos de bullying nas escolas de Manila, a Save the Children lançou uma [campanha de "Parentalidade Positiva" nas Filipinas](#) para combater os efeitos da punição física, ainda legal no país, promovendo práticas educativas baseadas no afeto e no respeito, em parceria com a rede Child Rights Network e em apoio aos esforços do governo por uma política nacional de segurança escolar.⁵⁷

Mortalidade materna

A Global Health Council traz um come reflexão sobre o mais recente relatório da ONU sobre tendências da [mortalidade materna](#) aponta uma redução global de 40% entre 2000 e 2023, mas alerta para a desaceleração significativa dos avanços desde 2016. Com a retirada de recursos por parte de grandes doadores, o relatório faz um apelo urgente por ações concretas. O mundo já está fora do caminho para atingir as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), e, sem investimentos consistentes e imediatos, os avanços na redução da mortalidade materna correm o risco de estagnar ou retroceder.⁵⁸

Saúde mental

A Organização Mundial de Médicos de Família (WONCA) anunciou o tema deste ano do Dia Mundial do Médico de Família, celebrado em 19 de maio: "Construindo resiliência para um mundo em mudança". O tema destaca a importância do [bem-estar mental](#), não apenas para os pacientes, mas para os próprios médicos de família.⁵⁹

A Feira de Saúde Integral realizada pela Universidade de El Salvador, em coordenação com a Medicus Mundi La Rioja, teve a saúde mental como foco principal, oferecendo [orientação emocional, palestras educativas e serviços básicos de saúde](#). A atividade, parte de um projeto financiado pelo Governo de La Rioja, reforça o compromisso das instituições em promover o bem-estar integral da comunidade, com ênfase na atenção à saúde de adolescentes e jovens.⁶⁰

HIV/AIDS

Em 28 de abril de 2025, durante as consultas sobre a Estratégia Global de AIDS, a Global Network of People living with HIV (GNP+) enfatizou a [importância da liderança das pessoas vivendo com HIV \(PVHIV\) na formulação de políticas públicas](#). Annah Page, Oficial Sênior de Advocacia da GNP+, destacou a necessidade de integrar as experiências e vozes das PVHIV em todas as etapas do processo decisório. A organização reiterou seu compromisso com uma abordagem centrada na comunidade, visando garantir que as estratégias globais reflitam as realidades e necessidades das PVHIV.⁶¹

A ACON informou que está organizando, junto com a Positive Life NSW, o Sydney Candlelight Memorial 2025, que integra o [International AIDS Candlelight Memorial](#), realizado anualmente em diversas cidades do mundo, no terceiro domingo de maio, como forma de lembrar e celebrar as vidas perdidas pela epidemia de HIV/AIDS. Durante o evento, será exibido um painel do Australian AIDS Memorial Quilt, que homenageia pessoas que morreram em

decorrência do HIV/AIDS por meio de colchas artesanais com nomes e símbolos, reafirmando o compromisso da comunidade com a solidariedade, a lembrança e a luta contra o estigma.⁶²

Proteção da saúde pública

A World Medical Association, por meio de uma resolução de emergência aprovada durante sua 229ª sessão do conselho em Montevidéu, expressou grave preocupação com o [uso de agentes de controle de distúrbios](#), como gás lacrimogêneo, balas de borracha e canhões de água, pelas autoridades turcas contra manifestantes pacíficos. A organização condenou o uso desses agentes, destacando seus efeitos nocivos à saúde, que incluem dificuldades respiratórias, lesões oculares, irritações na pele e traumas psicológicos, afetando não apenas os manifestantes, mas também moradores, transeuntes e profissionais de saúde, o que representa uma séria ameaça à saúde pública.⁶³

Sociedade civil e participação social

International Federation of Social Workers fez publicação divulgando a participação da entidade em conferência que teve também a presença da Associação Internacional de Escolas de Serviço Social (IASSW) e o Conselho Internacional de Assistência Social (ICSW). O evento destacou a necessidade urgente de incorporar uma governança inclusiva e participativa aos sistemas de assistência social. O presidente da Federação defendeu “a [participação como um direito humano fundamental e um pilar fundamental do bem-estar individual e coletivo](#)”. Ele enfatizou a importância crucial de garantir que todas as pessoas, especialmente aquelas em comunidades rurais, remotas e marginalizadas, tenham influência genuína sobre as políticas e serviços que afetam suas vidas”.⁶⁴

Suspensão da Federação Israelense de Estudantes de Medicina

A Federação Internacional de Associações de Estudantes de Medicina (IFMSA) emitiu um esclarecimento oficial sobre o status de membro da [Federação Israelense de Estudantes de Medicina](#) (FIEM), informando que, após uma revisão minuciosa e duas avaliações jurídicas independentes, concluiu que a suspensão da FIEM durante a Assembleia Geral de agosto de 2024 foi processualmente inválida e não tinha legitimidade legal.⁶⁵

Tributação da riqueza

O Greenpeace apontou que os Ministros das Finanças do G20 não conseguiram dar um sinal de solidariedade em sua reunião em Washington D.C. devido à turbulência econômica em andamento. O Greenpeace África criticou os ministros por não buscarem a [tributação da riqueza](#) e pediu uma resposta unificada e multilateral para enfrentar os desafios econômicos e as mudanças climáticas.⁶⁶

O salário do CEO global aumentou 50% desde 2019, superando o crescimento salarial médio do trabalhador de 0,9%. Essa disparidade destaca a [necessidade de impostos mais altos sobre os super-ricos](#) para investir nas pessoas e no planeta. A Oxfam e a ITUC defendem a tributação justa, os salários dignos e os direitos de negociação coletiva dos trabalhadores.⁶⁷

Inovação e tecnologias em saúde

Incorporação de tecnologias

A Federação Internacional de Hospitais (IHF) apresentou seu Grupo de Interesse Especial de Atendimento Virtual que substitui o Grupo de Telessaúde. A IHF justifica a mudança,

afirmando assim incorporar a [ampla gama de atendimento virtual](#) disponível, que, além da telessaúde, inclui atendimento em casa, no hospital e em uma ambulância.⁶⁸

Tecnologias sociais e equidade

A IANPHI relatou a iniciativa multicêntrica liderada pelo Fórum Itaboraí da Fiocruz, a qual reuniu Institutos Nacionais de Saúde Pública da Argentina, Colômbia, El Salvador, México e FLACSO Paraguai para aplicar [tecnologias sociais em comunidades urbanas, semi urbanas e rurais](#) com o objetivo de reduzir desigualdades em saúde. Utilizando ferramentas como Diagnóstico Participativo Rápido e Mapeamento Participativo, o projeto promoveu escuta qualificada, engajamento comunitário e avanços metodológicos significativos, com impacto em políticas públicas e propostas de integração da tecnologia social em currículos acadêmicos e estratégias governamentais.⁶⁹

Dívida externa e austeridade

Durante as Reuniões da Primavera de 2025 do FMI e do Banco Mundial, a ActionAid criticou severamente a falta de soluções estruturais para a [crise da dívida que afeta países de baixa renda](#), denunciando a insistência em medidas de austeridade que prejudicam os serviços públicos essenciais. A organização defende que a resolução das dívidas soberanas seja transferida para a ONU, por meio de um novo marco jurídico global, mais justo e inclusivo, capaz de enfrentar as desigualdades estruturais e promover economias resilientes no Sul Global.⁷⁰

Equidade em saúde e emergências

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) registrou a realização de um webinar sobre [Equidade em Saúde e Preparação para Emergências](#) em que se discutiu como garantir a equidade em saúde e estar preparado para emergências em todo o mundo. O professor Sir Michael Marmot foi o convidado especial. Assista ao webinar completo aqui: <https://lnkd.in/d4vVms>⁷¹.

Resistência Antimicrobiana

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) noticiou a participação de seu representante na reunião do Painel Independente de Lições Aprendidas sobre [Resistência Antimicrobiana](#) (RAM), em Lagos, Nigéria, de 28 a 29 de abril de 2025. A reunião, co-organizada pela Academia Nigeriana de Ciência, pela Academia Nacional de Medicina dos EUA e pela Universidade Boston, explorou as melhores práticas e a importância de evidências multissetoriais, governança inclusiva e ação global sustentada contra a RAM.⁷²

Dia Mundial da Tuberculose

A Federação Internacional de Associações de Estudantes de Medicina (IFMSA) registrou a participação de seu Diretor Regional para a Ásia-Pacífico no Diálogo Regional do Sudeste Asiático de 2025 para o [Dia Mundial da Tuberculose](#) - levantando vozes dos jovens, ultrapassando limites e defendendo um futuro livre de TB.⁷³

Doenças dermatológicas

A Organização Mundial de Médicos de Família (WONCA) anunciou a formação de um novo Grupo de Interesse Especial em Dermatologia, destacando que as [condições dermatológicas estão entre os problemas mais comuns](#) observados na atenção primária e, no

entanto, em muitos lugares, o treinamento e os recursos para apoiar os médicos de família são limitados.⁷⁴

Acesso a medicamentos controlados

A Federação Internacional de Associações de Estudantes de Medicina (IFMSA) registrou sua participação no Encontro de Jovens Médicos do Escritório das Nações sobre Drogas e Crimes e destacou a [necessidade urgente de acesso equitativo a medicamentos controlados](#).⁷⁵

Saúde sexual e chemsex

A Fundación Huésped divulgou orientações sobre os [cuidados com o chemsex](#), que é o uso intencional de drogas antes, durante e/ou depois de um encontro sexual-afetivo, com o objetivo de facilitar a excitação, a desinibição, a experimentação, aumentar a autoconfiança e prolongar os encontros sexuais. Os cuidados recomendados envolvem o consentimento, o uso da prevenção combinada e o conhecimento sobre os efeitos, as doses e as interações das substâncias que serão utilizadas, sempre com atenção à saúde física e mental.⁷⁶

Erradicação da pólio

No Paquistão, mais de 400 mil agentes comunitários de saúde, a maioria mulheres, atuam como peça-chave na [erradicação da poliomielite](#), indo de casa em casa para vacinar crianças e conscientizar famílias, especialmente em áreas remotas. Segundo o *Rotary International*, que lidera essa luta em parceria com o Unicef por meio da Iniciativa Global de Erradicação da Pólio (GPEI), esses agentes são selecionados nas próprias comunidades para garantir confiança local, recebem treinamento contínuo e desempenham papel crucial também em saúde materno-infantil.⁷⁷

ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PRIVADO

Pesquisa e Desenvolvimento

A Wellcome Trust e a Fundação Gates têm financiado [pesquisas para acelerar o combate à tuberculose](#) com foco em equidade e acesso, diante da persistência da doença que ainda mata mais de 1,2 milhão de pessoas por ano. Com tratamentos longos e uma vacina limitada (BCG), a falta de investimento tem dificultado o avanço de soluções, apesar de progressos como a vacina experimental M72, que entrou na fase 3 de testes em 2025.⁷⁸

Após baixa participação sul-africana em sua primeira edição, o Wellcome Trust reformulou o [Mental Health Data Prize](#) para ampliar o alcance em toda a África, incluir a psicose como tema e oferecer apoio técnico em parceria com o APHRC. Em 2024, o prêmio recebeu 112 propostas de 27 países, premiando dez equipes, e destacou a importância de adaptar o financiamento científico às realidades locais.⁷⁹

Financiado pela The Rockefeller Foundation, a ODI Global Washington lançou o programa Mission 300 Fellowship, que [selecionará 14 jovens profissionais africanos altamente qualificados para atuarem durante dois anos em governos de 14 países do continente, com o objetivo de acelerar o acesso à energia](#). A iniciativa apoia a meta do Banco Africano de Desenvolvimento e do Banco Mundial de fornecer eletricidade a 300 milhões de africanos até 2030. O programa oferecerá aos fellows experiências práticas em políticas energéticas, integração regional e atração de investimentos, contribuindo para reformas e projetos alinhados aos Pactos Energéticos Nacionais.⁸⁰

Regulamentação dos avanços científicos

Com os avanços acelerados em áreas como inteligência artificial, organoides, neurotecnologia e biologia sintética, [cresce a necessidade de que as políticas públicas acompanhem o ritmo da ciência](#). Em artigo da Wellcome publicado em abril de 2025, Ignacio Vázquez analisa relatórios encomendados pela instituição que revelam lacunas e complexidades regulatórias nesses campos, especialmente em relação à equidade, ética e consentimento. Tecnologias como organoides cerebrais e edição genética oferecem promessas significativas à saúde global, mas também exigem mecanismos ágeis e globais de supervisão para evitar riscos. A Wellcome propõe estratégias como mapas regulatórios, envolvimento público desde o início e colaboração internacional para garantir que a inovação científica ocorra de forma segura, inclusiva e eficaz.⁸¹

Vacinação

O CORE Group, por meio de uma parceria humanitária com a Gavi, a Vaccine Alliance, tem promovido ações de [vacinação rotineira e de reforço em comunidades afetadas](#) por conflitos e crises humanitárias. Até o momento, a iniciativa ZIP já aplicou a primeira dose de vacinas em mais de 1,5 milhão de crianças e assegurou a imunização completa de mais de 819 mil.⁸²

A GAVI, The Vaccine Alliance destaca que a [imunização rotineira é fundamental para construir sistemas de saúde resilientes na África](#). Além de prevenir doenças, as campanhas de vacinação fortalecem a infraestrutura de saúde, promovem a equidade no acesso aos serviços e capacitam comunidades locais. A política de cofinanciamento da GAVI incentiva os países a investirem em seus próprios programas de vacinação, promovendo sustentabilidade e autonomia. Essa abordagem integrada é vista como essencial para enfrentar desafios como surtos de doenças e crises humanitárias.⁸³

Em fórum realizado em Istambul, parlamentares de países africanos e asiáticos firmaram um compromisso conjunto para [fortalecer o financiamento da imunização](#). A iniciativa, apoiada pela GAVI, The Vaccine Alliance e organizada pelo Global Health Advocacy Incubator, resultou em um chamado à ação para aumentar investimentos domésticos e garantir a sustentabilidade dos programas de vacinação. A colaboração entre legisladores é vista como crucial para alcançar metas de cobertura vacinal e fortalecer os sistemas de saúde regionais.⁸⁴

Doenças Infecciosas

O Global Fund destacou a importância de acabar com a [malária](#) para a segurança da saúde global e a prosperidade econômica. Sinalizou que fortalecer os sistemas de saúde, melhora a vigilância de doenças e libera recursos para outras necessidades de saúde. Assim, investir no controle da malária não apenas salva vidas, mas também aumenta a produtividade e o comércio, beneficiando tanto os países endêmicos da malária quanto a economia global.⁸⁵

Pelo [Dia Mundial da Malária 2025](#) o Global Fund, destacou os avanços na luta contra a malária, que evitou cerca de 2,2 bilhões de casos e 12,7 milhões de mortes nas últimas duas décadas. Apesar do progresso, foi sinalizado que a doença continua sendo um desafio global, especialmente para crianças e gestantes, com estagnação devido a conflitos, crises humanitárias, eventos climáticos extremos, resistência a medicamentos e inseticidas, e falta de financiamento. Se enfatizou a necessidade de intensificar esforços, apoiar países na revitalização

do combate à malária e evitar retrocessos, sendo crucial reinvestir, reimaginar e reacender a luta para erradicar a malária, garantindo um futuro mais saudável e equitativo.⁸⁶

O Global Fund destacou um marco histórico ao adquirir, pela primeira vez, um [tratamento de primeira linha para HIV](#) fabricado na África. O medicamento antirretroviral TLD, aprovado pela OMS, foi produzido por uma empresa farmacêutica do Quênia e entregue a Moçambique, com volume suficiente para tratar mais de 72 mil pessoas por ano. A iniciativa reforçou o compromisso do Global Fund em promover a fabricação regional, fortalecer a segurança de fornecimento e expandir o acesso a produtos de saúde de qualidade e acessíveis na África, contribuindo para a segurança sanitária global. O Global Fund continua colaborando com parceiros como o CDC África e o Banco Mundial para apoiar a capacitação e a sustentabilidade na produção e aquisição de medicamentos no continente.⁸⁷

Cortes no Financiamento Internacional

Mark Suzman, CEO da Fundação Gates, alerta para os riscos da [queda global na ajuda ao desenvolvimento](#), que pode comprometer décadas de progresso contra a pobreza e doenças evitáveis. Com cortes em países como EUA e Reino Unido, programas vitais como Gavi e o Fundo Global estão ameaçados. Ele defende foco em intervenções eficazes, como vacinas, e ressalta que a filantropia não substitui o papel dos governos, sendo necessária uma colaboração internacional para garantir sistemas sustentáveis.⁸⁸

Mudanças Climáticas

Um estudo divulgado pela GAVI, The Vaccine Alliance revela que as [mudanças climáticas estão agravando a resistência antimicrobiana](#), especialmente em países de baixa renda. Fatores como aumento de temperatura e eventos climáticos extremos elevam a incidência de infecções, levando ao uso excessivo de antibióticos e, consequentemente, à resistência. Projeções indicam um aumento de até 4,1% na resistência em países mais pobres até 2050. Especialistas alertam para a necessidade de políticas que integrem ações climáticas e de saúde pública para mitigar esse risco crescente.⁸⁹

EVENTOS

Durante a conferência "Direitos Sexuais e Reprodutivos na Era Digital", promovida pela Medicus Mundi Switzerland, a organização Handicap International – Humanité & Inclusion, integrante do CORE Group, apresentou as mais recentes atualizações sobre o [aplicativo Diversity Health](#) — uma ferramenta inclusiva desenvolvida pela Diversity Innovation Initiative (DIV). O aplicativo disponibiliza informações essenciais em língua de sinais local sobre direitos sexuais e reprodutivos, saúde materna, HIV e violência baseada em gênero, ampliando o acesso à saúde para jovens surdos em Uganda.⁹⁰

O Global Health Centre anunciou um evento paralelo à 78ª Assembleia Mundial da Saúde (WHA78), intitulado "[Perspectivas Críticas sobre o Multilateralismo em Saúde Global em 2025](#)". O evento ocorrerá em 18 de maio de 2025, presencialmente em Genebra, com transmissão online. A discussão abordará os desafios geopolíticos e financeiros enfrentados pela Organização Mundial da Saúde (OMS), especialmente à luz da intenção declarada dos Estados Unidos de se retirarem da OMS e de questões mais amplas de financiamento da saúde global. O painel explorará como a OMS e a diplomacia em saúde têm navegado por crises desde sua fundação em 1945, oferecendo insights sobre os desafios atuais e futuros da governança em saúde global. Para mais informações, é necessário se registrar na página do Centro.⁹¹

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das crises em curso no mundo, a interseção entre colapsos humanitários, degradação ambiental e injustiças estruturais revela os limites dos atuais modelos de governança global, ancorados em interesses geopolíticos e econômicos que negligenciam a dignidade humana. A persistência de bloqueios humanitários, conflitos armados e deslocamentos forçados, muitas vezes agravados por desastres climáticos, evidencia a insuficiência das respostas internacionais baseadas em lógicas securitárias e assistencialistas, sem enfrentar as raízes estruturais das desigualdades globais.

Ao mesmo tempo, a instrumentalização da política externa por agendas nacionalistas, como se observa no caso do governo Trump, compromete severamente a cooperação internacional em saúde, fragilizando estruturas multilaterais e aprofundando desigualdades no acesso a bens essenciais. A saída dos EUA de acordos ambientais, os cortes no financiamento à ajuda externa e o favorecimento de interesses corporativos em detrimento da saúde pública revelam como decisões políticas em nível nacional podem gerar impactos devastadores em escala global, especialmente para populações vulnerabilizadas em contextos de crise.

Nesse cenário, embora a atuação de organizações da sociedade civil, fundações filantrópicas e profissionais de saúde tenha sido estratégica para sustentar respostas emergenciais e promover inovações em políticas e tecnologias, tais esforços não substituem o papel central dos Estados na construção de sistemas de proteção social e políticas públicas. A fragmentação das ações e a dependência de agendas privadas levantam preocupações éticas e reforçam a necessidade de maior transparência, responsabilização e participação social nos processos decisórios.

Por fim, torna-se urgente avançar rumo a uma governança global transformadora, que articule justiça social, sustentabilidade ambiental e direitos humanos por meio de abordagens intersetoriais e sensíveis às especificidades das populações mais afetadas, sobretudo no Sul Global. A mobilização em torno de temas como justiça climática, valorização do trabalho em saúde, acesso equitativo a medicamentos e fortalecimento da vigilância epidemiológica deve ser acompanhada de compromissos políticos concretos que assegurem o financiamento sustentável, a cooperação solidária e a centralidade da dignidade humana nas políticas internacionais.

REFERÊNCIAS

1. ActionAid International. Gaza flour prices soar to \$300 a bag after more than 50 days without new aid deliveries [Internet]. 2025 [cited 2025 May 9]. Available from: <https://actionaid.org/news/2025/gaza-flour-prices-soar-300-bag-after-more-50-days-without-new-aid-deliveries>
2. International Federation of Social Workers. Urgent call for funding to support our colleagues and communities in the Democratic Republic of Congo [Internet]. 2025 [cited 2025 May 5]. Available from: <https://www.ifsw.org/urgent-call-for-funding-to-support-our-colleagues-and-communities-in-the-democratic-republic-of-congo/>
3. CARE. Vulpillieres M. Democratic Republic of Congo: CARE Chief Humanitarian Officer on humanitarian crisis and peace efforts [Internet]. CARE. 2025 [cited 2025 May 7]. Available from: <https://www.care.org/media-and-press/democratic-republic-of-congo-care-chief-humanitarian-officer-on-humanitarian-crisis-and-peace-efforts/>
4. Save the Children. Myanmar: More than 40,000 people including children living in shelters one month after earthquake [Internet]. [cited 2025 May 9]. Available from:

<https://www.savethechildren.net/news/myanmar-more-40000-people-including-children-living-shelters-one-month-after-earthquake>

5. CARE. Spadacini B. One month after earthquake, Myanmar's most vulnerable struggle to recover as monsoon season approaches [Internet]. CARE. 2025 [cited 2025 May 7]. Available from: <https://www.care.org/media-and-press/one-month-after-earthquake-myanmars-most-vulnerable-struggle-to-recover-as-monsoon-season-approaches/>
6. Save the Children. Migrant children fleeing violence face new dangers and uncertainty at Mexico's northern border [Internet]. [cited 2025 May 9]. Available from: <https://www.savethechildren.net/news/migrant-children-fleeing-violence-face-new-dangers-and-uncertainty-mexicos-northern-border-new>
7. International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies (IFRC). IFRC lanza llamamiento de emergencia ante escalada de crisis de población afgana retornada [Internet]. [cited 2025 May 9]. Available from: <https://www.ifrc.org/es/press-release/ifrc-lanza-llamamiento-emergencia-ante-escalada-crisis-poblacion-afgana-retornada>
8. MSF. RDC: após segundo profissional morto, MSF pede fim da violência contra civis em Masisi [Internet]. MSF Brasil. 2025 [cited 2025 May 6]. Available from: <https://www.msf.org.br/noticias/rdc-apos-segundo-profissional-morto-msf-pede-fim-da-violencia-contra-civis-em-masisi/>
9. MSF. Bombardeios implacáveis e indiscriminados na Ucrânia precisam parar [Internet]. MSF Brasil. 2025 [cited 2025 May 6]. Available from: <https://www.msf.org.br/noticias/bombardeios-implacaveis-e-indiscriminados-na-ucrania-precisam-parar/>
10. CARE. [Sobhan H. Sudan conflict: Lifesaving healthcare and nutrition for women and children](#) [Internet]. CARE. 2025 [cited 2025 May 7]. Available from: <https://www.care.org/news-and-stories/sudan-healthcare-and-nutrition-for-women-and-children/>
11. CARE. Spadacini B. Gaza Blockade: More than two months without lifesaving supplies, stocks near depletion [Internet]. CARE. 2025 [cited 2025 May 7]. Available from: <https://www.care.org/media-and-press/gaza-blockade-more-than-two-months-without-lifesaving-supplies-stocks-near-depletion/>
12. Progressive International. In defense of press freedom, we demand an end to Israel's genocide [Internet]. [cited 2025 May 7]. Available from: <https://progressive.international/wire/2025-05-05-in-defense-of-press-freedom-we-demand-an-end-to-israels-genocide/en>
13. Greenpeace International. Greenpeace Statement on Drone Bombing of the Conscience Aid Ship [Internet]. Greenpeace International. 2025 [cited 2025 May 7]. Available from: <https://www.greenpeace.org/international/press-release/74508/greenpeace-international-statement-on-drone-bombing-of-the-conscience-aid-ship/>
14. Oxfam International. MEDIA ADVISORY: EMERGENCY PRESS BRIEFING FROM HUMANITARIAN ORGANISATIONS IN GAZA AS ISRAEL'S TOTAL SIEGE ON GAZA MARKS TWO MONTHS [Internet]. Oxfam International. 2025 [cited 2025 May 7]. Available from: <https://www.oxfam.org/en/press-releases/media-advisory-emergency-press-briefing-humanitarian-organisations-gaza-israels>
15. Oxfam International. Israel's New INGO Registration Measures Are a Grave Threat to Humanitarian Operations and International Law – 55 Organisations Say [Internet]. Oxfam International. 2025 [cited 2025 May 7]. Available from: <https://www.oxfam.org/en/press-releases/israels-new-ingo-registration-measures-are-grave-threat-humanitarian-operations>
16. MSF Brasil. Os primeiros 100 dias de uma crescente emergência global humanitária e de saúde [Internet]. 2025 [cited 2025 May 6]. Available from: <https://www.msf.org.br/noticias/os-primeiros-100-dias-de-uma-crescente-emergencia-global-humanitaria-e-de-saude/>
17. Medicus Mundi. La malaria y su impacto global por los recortes de USAID [Internet]. [cited 2025 May 7]. Available from: <https://medicusmundi.es/es/actualidad/noticias/1749/malaria-recortes-USAID>
18. Greenpeace International. Global protests marking Trump's 100 days show world is ready to resist [Internet]. Greenpeace International. 2025 [cited 2025 May 7]. Available from: <https://www.greenpeace.org/international/press-release/74424/global-protests-trumps-100-days-world-resist/>

19. Greenpeace International. 100 days of Trump & his billionaires' war on the environment [Internet]. Greenpeace International. 2025 [cited 2025 May 7]. Available from: <https://www.greenpeace.org/international/story/74319/100-days-trump-billionaires-war-environment/>
20. People's Medicines. *REALITY CHECK: Big Pharma's "Warning" to the European Union Capitalizes on Trump's Chaos* [Internet]. 2025 [cited 2025 May 7]. Available from: <https://peoplesmedicines.org/resources/media-releases/reality-check-big-pharmas-warning-to-the-european-union-capitalizes-on-trumps-chaos/>
21. Public Citizen. *Trump Administration's New Big Pharma Hit List Raises Concerns About "Reciprocal Tariffs" Talks* [Internet]. 2025 [cited 2025 May 7]. Available from: <https://www.citizen.org/news/trump-administrations-new-big-pharma-hit-list-raises-concerns-about-reciprocal-tariffs-talks/>
22. Greenpeace International. Greenpeace comment on Joint Leaders Session on Climate and Just Transition [Internet]. Greenpeace International. 2025 [cited 2025 May 7]. Available from: <https://www.greenpeace.org/international/press-release/74157/greenpeace-comment-joint-leaders-session-climate-just-transition/>
23. Greenpeace International. Fossil fuels are a threat to our security – here's 6 reasons why [Internet]. Greenpeace International. 2025 [cited 2025 May 7]. Available from: <https://www.greenpeace.org/international/story/74236/fossil-fuels-are-a-threat-to-our-security-heres-6-reasons-why/>
24. Greenpeace International. A multi-billion dollar question: What good can come from taxing oil and gas corporations for climate damages? [Internet]. Greenpeace International. 2025 [cited 2025 May 7]. Available from: <https://www.greenpeace.org/international/story/74239/a-multi-billion-dollar-question-what-good-can-come-from-taxing-oil-and-gas-corporations-for-climate-damages/>
25. Greenpeace International. The true cost of AI romance: A 4.5-fold increase in emissions in one year [Internet]. Greenpeace International. 2025 [cited 2025 May 7]. Available from: <https://www.greenpeace.org/international/story/74220/the-true-cost-of-ai-romance-a-4-5-fold-increase-in-emissions-in-one-year/>
26. Greenpeace International. From Manila to LA: How Greenpeace is turning Make Polluters Pay into law [Internet]. Greenpeace International. 2025 [cited 2025 May 7]. Available from: <https://www.greenpeace.org/international/story/74307/from-manila-to-la-how-greenpeace-is-turning-make-polluters-pay-into-law/>
27. Greenpeace International. 2025 is the year to make polluters pay [Internet]. Greenpeace International. 2025 [cited 2025 May 7]. Available from: <https://www.greenpeace.org/international/story/74246/2025-is-the-year-to-make-polluters-pay/>
28. Greenpeace International. The definitive guide to the animals of the Amazon Rainforest [Internet]. Greenpeace International. 2025 [cited 2025 May 7]. Available from: <https://www.greenpeace.org/international/story/74273/the-definitive-guide-to-the-animals-of-the-amazon-rainforest/>
29. Greenpeace International. We risk our lives facing Amazon wildfires. What will politicians risk to make the polluters behind them pay [Internet]. Greenpeace International. 2025 [cited 2025 May 7]. Available from: <https://www.greenpeace.org/international/story/74477/we-risk-our-lives-facing-amazon-wildfires-what-will-politicians-risk-to-make-the-polluters-behind-them-pay/>
30. [ActionAid International. Letter from Global South youth to HSBC \[Internet\]. ActionAid International. \[cited 2025 May 5\]. Available from: https://actionaid.org/news/2025/letter-global-south-youth-hsbc](https://www.actionaid.org/news/2025/letter-global-south-youth-hsbc)
31. Greenpeace International. JBS: Big Ag's Villain Origin Story [Internet]. Greenpeace International. 2025 [cited 2025 May 7]. Available from: <https://www.greenpeace.org/international/story/74450/jbs-big-villain-origin-story/>
32. Greenpeace International. Disruption at JBS shareholder meeting as Greenpeace stage global protests [Internet]. Greenpeace International. 2025 [cited 2025 May 7]. Available from: <https://www.greenpeace.org/international/press-release/74311/disruption-jbs-shareholder-meeting->

greenpeace-global-protests/

33. Waetge J. Greenwashing: mentiras verdes para enganar o público e salvar a reputação de empresas poluidoras [Internet]. ACT. 2025 [cited 2025 May 7]. Available from: <https://actbr.org.br/greenwashing-mentiras-verdes-para-enganar-o-publico-e-salvar-a-reputacao-de-empresas-poluidoras/7521/>
34. Save the Children. Vanuatu families find climate-smart ways to grow crops 18 months after cyclone devastation [Internet]. [cited 2025 May 7]. Available from: <https://www.savethechildren.net/news/vanuatu-families-find-climate-smart-ways-grow-crops-18-months-cyclone-devastation>
35. European Lung Foundation. Understanding the health impacts of the climate crisis [Internet]. 2025 [cited 2025 May 7]. Available from: <https://europeanlung.org/en/news-and-blog/understanding-the-health-impacts-of-the-climate-crisis/>
36. Greenpeace International. US government confirms their support for deep sea mining plans that bypass United Nations: Greenpeace response [Internet]. Greenpeace International. 2025 [cited 2025 May 7]. Available from: <https://www.greenpeace.org/international/press-release/74249/us-government-confirms-their-support-for-deep-sea-mining-plans-that-bypass-united-nations-greenpeace-response/>
37. Greenpeace International. Jane Fonda stands with Greenpeace to defend the oceans at United Nations global oceans talks [Internet]. Greenpeace International. 2025 [cited 2025 May 7]. Available from: <https://www.greenpeace.org/international/press-release/74164/jane-fonda-stands-greenpeace-defend-oceans-united-nations-global-oceans-talks/>
38. Greenpeace International. Tracing radiation through the Marshall Islands: Reflections from a Greenpeace nuclear specialist [Internet]. Greenpeace International. 2025 [cited 2025 May 7]. Available from: <https://www.greenpeace.org/international/story/74328/tracing-radiation-through-the-marshall-islands-reflections-from-a-greenpeace-nuclear-specialist/>
39. Greenpeace International. Meet 6 Marshallese women activists who are changing the world [Internet]. Greenpeace International. 2025 [cited 2025 May 7]. Available from: <https://www.greenpeace.org/international/story/74169/meet-6-marshallese-female-activists-who-are-changing-the-world/>
40. Greenpeace International. Why we must still dare to dream of an inclusive world for all [Internet]. Greenpeace International. 2025 [cited 2025 May 7]. Available from: <https://www.greenpeace.org/international/story/74503/why-we-must-still-dare-to-dream-of-an-inclusive-world-for-all/>
41. World Heart Federation. WHF President Prof. Jagat Narula delivers key statement at UN hearing on NCDs and mental health [Internet]. 2025 [cited 2025 May 5]. Available from: <https://world-heart-federation.org/news/whf-president-prof-jagat-narula-delivers-key-statement-at-un-hearing-on-ncds-and-mental-health/>
42. NCD Alliance. Global advocates representing over 2.5 million people deliver powerful call to action on noncommunicable diseases to the United Nations [Internet]. 2025 [cited 2025 May 5]. Available from: <https://ncdalliance.org/news-events/news/global-advocates-representing-over-25-million-people-deliver-powerful-call-to-action-on-noncommunicable-diseases-to-the-united-nations>
43. NCD Alliance. Putting people at the heart of the NCD response [Internet]. 2025 [cited 2025 May 5]. Available from: <https://ncdalliance.org/news-events/news/putting-people-at-the-heart-of-the-ncd-response>
44. World Heart Federation. Pulmonary Hypertension Day 2025: a patient advocate's perspective [Internet]. 2025 [cited 2025 May 5]. Available from: <https://world-heart-federation.org/news/pulmonary-hypertension-day-2025-a-patient-advocates-perspective/>
45. European Public Health Alliance. WHO Civil Society Working Group on NCDs: Consensus Statement for the 2025 UN High-Level Meeting on NCDs and Mental Health - EPHA. [cited 2025 May 7]; Available from: <https://epha.org/who-civil-society-working-group-on-ncds-consensus-statement/>
46. World Medical Association. World Medical Association urges clearer definitions for non-physician

roles to protect patient safety [Internet]. 2025 [cited 2025 May 7]. Available from: <https://www.wma.net/news-post/world-medical-association-urges-clearer-definitions-for-non-physician-roles-to-protect-patient-safety/>

47. World Medical Association. The World Medical Association condemns the detention and abduction of health professionals in Sudan [Internet]. 2025 [cited 2025 May 7]. Available from: <https://www.wma.net/news-post/the-world-medical-association-condemns-the-detention-and-abduction-of-health-professionals-in-sudan/>

48. World Federation of Occupational Therapists. Human Resources Project 2024 – now available [Internet]. WFOT; 2025 [cited 2025 May 7]. Available from: <https://wfot.org/news/2025/human-resources-project-2024-now-available>

49. Cruz Roja. Semana de la Enfermería: la Cruz Roja celebra la salud y a los voluntarios de salud mental [Internet]. 2025 [cited 2025 May 7]. Available from: <https://www.redcross.org/cruz-roja/nosotros/noticias-y-eventos/articulos-de-noticias/2025/es-la-semana-nacional-de-la-enfermeria.html>

50. International Federation of Social Workers. World Social Work Day 2025 report [Internet]. 2025 [cited 2025 May 5]. Available from: <https://www.ifsw.org/world-social-work-day-2025-report/>

51. Feminista F. International Worker's Day [Internet]. 2025 [cited 2025 May 7]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/fos-feminista_international-workers-day-activity-7323720883162820610-5NGM

52. World Federation of Public Health Associations. First-generation workers, the first in their families to pursue professional careers. WFPHA; 2025.

53. Public Citizen. The Trump Administration must heed WHO-UNICEF-Gavi warning to prioritize vaccinations, save lives [Internet]. 2025 [cited 2025 May 7]. Available from: <https://www.citizen.org/news/the-trump-administration-must-heed-who-unicef-gavi-warning-to-prioritize-vaccinations-save-lives/>

54. Public Citizen. FDA must immediately dispel uncertainty about timely availability of 2025–2026 COVID-19 vaccine [Internet]. 2025 [cited 2025 May 7]. Available from: <https://www.citizen.org/news/fda-must-immediately-dispel-uncertainty-about-timely-availability-of-2025-2026-covid-19-vaccine/>

55. [International Federation on Ageing. New Consensus Statement Released! IFA; 2025.](#)

56. European Public Health Alliance. EPHA responds to the European Parliament's Women's Health Survey - EPHA. [cited 2025 May 7]; Available from: <https://epha.org/epha-responds-to-the-european-parliaments-womens-health-survey/>

57. Save the Children. Increase in bullying in Philippines schools over past year fuels campaign to end corporal punishment [Internet]. 2025 [cited 2025 May 7]. Available from: <https://www.savethechildren.net/news/increase-bullying-philippines-schools-over-past-year-fuels-campaign-end-corporal-punishment>

58. Global Health Council. The UN's latest report on maternal mortality trends shows a 40% global decrease in maternal mortality [Internet]. LinkedIn. 2025 [cited 2025 May 7]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/global-health-council_the-uns-latest-report-on-maternal-mortality-activity-7324130907517325313-IGI8

59. World Organization of Family Doctors (WONCA). How do you care for your mental health as a family doctor? [Internet]. LinkedIn; 2025 [cited 2025 May 9]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/wonca_family-doctors-how-do-you-care-for-your-activity-7325536574824222720-i5k/

60. Medicus Mundi. La salud mental, protagonista de la Feria de Salud Integral en El. [Internet]. Medicus Mundi. [cited 2025 May 7]. Available from: <https://medicusmundi.es/es/actualidad/noticias/1750/salud-mental-Feria-Salud-ElSalvador>

61. GNP+ Remarks: Global AIDS Strategy Stakeholder Consultations, 28th April 2025 [Internet]. [cited 2025 May 7]. Available from: <https://gnpplus.net/latest/news/gnp-remarks-global-aids-strategy-stakeholder-consultations-april-28th/>

62. ACON. Latest News [Internet]. 2015 [cited 2025 May 7]. Available from: <https://www.acon.org.au/about-acon/latest-news/>
63. WMA. [Website \[Internet\]. Available from: https://www.wma.net/news-post/physician-leaders-call-for-immediate-cessation-of-riot-control-agent-use-in-turkey-and-protection-of-healthcare-workers/](https://www.wma.net/news-post/physician-leaders-call-for-immediate-cessation-of-riot-control-agent-use-in-turkey-and-protection-of-healthcare-workers/)
64. IFSW. [Participation and Wellbeing: IFSW, IASSW, and ICSW Call for Inclusive Governance \[Internet\]. 2025 \[cited 2025 May 5\]. Available from: https://www.ifsw.org/participation-and-wellbeing-ifsw-iassw-and-icsw-call-for-inclusive-governance/](https://www.ifsw.org/participation-and-wellbeing-ifsw-iassw-and-icsw-call-for-inclusive-governance/)
65. IFMSA. International Federation of Medical Students Associations. IFMSA has issued an official clarification on the membership status of the.... 2025.
66. Greenpeace International. Stakes high as G20 ministers miss opportunity to pursue solidarity, wealth tax [Internet]. Greenpeace International. 2025 [cited 2025 May 7]. Available from: <https://www.greenpeace.org/international/press-release/74213/stakes-high-as-g20-ministers-miss-opportunity-to-pursue-solidarity-wealth-tax/>
67. Oxfam International. Global CEO pay increased by 50 percent since 2019, 56 times more than worker wages [Internet]. Oxfam International. 2025 [cited 2025 May 7]. Available from: <https://www.oxfam.org/en/press-releases/global-ceo-pay-increased-50-percent-2019-56-times-more-worker-wages>
68. International Hospital Federation. Virtual care, hospital management, and healthcare leadership [Internet]. LinkedIn; 2025 [cited 2025 May 11]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/international-hospital-federation_virtualcare-hospitalmanagement-healthcareleadership-activity-7325382612368134146-jyBi/
69. IANPHI. [Latin American Nations Launch Multicenter Initiative to Address Health Inequities Using Social Technology \[Internet\]. \[cited 2025 May 7\]. Available from: https://ianphi.org/news/2025/latin-american-nations-launch-multicenter-initiative.html](https://ianphi.org/news/2025/latin-american-nations-launch-multicenter-initiative.html)
70. Action Aid. April 26. IMF Spring Meetings fall short amid push for more “heartless” public budget cuts [Internet]. ActionAid International. [cited 2025 May 5]. Available from: <https://actionaid.org/news/2025/imf-spring-meetings-fall-short-amid-push-more-heartless-public-budget-cuts>
71. WFPHA. World Federation of Public Health Associations. During our Global Public Health Week, Michelle Herrera Corvalan organized a webinar on Health Equity & Emergency Preparedness [Internet]. 2025 [cited 2025 May 6]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/wfpha_globalpublichealth-publichealth-healthequity-activity-7325078054316208130-e44Y
72. WFPHA. World Federation of Public Health Associations. The WFPHA and Young WFPHA proudly highlight Augusto Barón Cruz’s participation at the Lessons Learned for AMR Independent Panel [Internet]. 2025 [cited 2025 May 6]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/wfpha_science-sciencepolicy-engagement-activity-7325497093563858945-Jt6z
73. IFMSA. International Federation of Medical Students Associations. IFMSA Empowering Youth in the Fight Against TB: World TB Day 2025.... 2025.
74. WONCA. World Organization of Family Doctors. Dermatological conditions are among the most common issues seen in primary.... 2025.
75. IFMSA. International Federation of Medical Students Associations. IFMSA at the UNODC Young Doctors Meeting: Advocating for Equitable Access.... 2025.
76. [Huesped. Chemsex: qué es, cómo cuidarte y cuidar a otras personas \[Internet\]. Fundación Huésped. 2025 \[cited 2025 May 7\]. Available from: https://huesped.org.ar/noticias/chemsex-que-es-como-cuidarte-y-cuidar-a-otras-personas/](https://huesped.org.ar/noticias/chemsex-que-es-como-cuidarte-y-cuidar-a-otras-personas/)
77. Rotary. [Lehoczyk PE. No Paquistão, um “exército” oculto atua na linha de frente da imunização \[Internet\]. \[cited 2025 May 7\]. Available from: https://www.rotary.org/pt/a-hidden-army-is-on-the-frontlines-of-immunization-in-pakistan](https://www.rotary.org/pt/a-hidden-army-is-on-the-frontlines-of-immunization-in-pakistan)
78. Wellcome Trust. Tuberculosis is curable and preventable – why do millions still die? [Internet]. Wellcome Trust. 2023 [cited 2025 May 7]. Available from: <https://wellcome.org/news/tuberculosis->

curable-and-preventable-why-do-millions-still-die

79. Wellcome Trust. Bolukbasi E. How we redesigned our Mental Health Data Prize for scientists in Africa [Internet]. Wellcome Trust. 2023 [cited 2025 May 7]. Available from: <https://wellcome.org/news/redesigning-mental-health-data-prize-scientists-africa>
80. Rockefeller Foundation. ODI Global Washington Issues Call for Mission 300 Fellowship Program in Africa [Internet]. The Rockefeller Foundation. 2025 [cited 2025 May 7]. Available from: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/odi-global-washington-issues-call-for-mission-300-fellowship-program-in-africa/>
81. Wellcome Trust. [Vázquez I. Is policy keeping up with science and technology breakthroughs? \[Internet\]. Wellcome. 2025 \[cited 2025 May 7\]. Available from: https://wellcome.org/news/policy-keeping-science-and-technology-breakthroughs](#)
82. CORE Group. Humanitarian Partnership provides routine and catch-up immunization for missed communities in conflict and crisis [Internet]. LinkedIn. 2025 [cited 2025 May 6]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/core-group-dc_zip-gavi-the-vaccine-alliances-humanitarian-activity-7322620669316190208-q6w8
83. GAVI. Building resilient health systems through immunisation: protecting African children one vaccine at a time [Internet]. 2025 [cited 2025 May 7]. Available from: <https://www.gavi.org/vaccineswork/building-resilient-health-systems-through-immunisation-protecting-african-children>
84. GAVI. [Global Health Advocacy Incubator. Parliamentarians Unite for Immunization Financing in Africa and Asia Resulting in the Istanbul Call to Action \[Internet\]. 2025 \[cited 2025 May 7\]. Available from: https://www.gavi.org/vaccineswork/parliamentarians-unite-immunization-financing-africa-and-asia-resulting-istanbul](#)
85. The Global Fund. Ending Malaria Makes Everyone Healthier, Safer and More Prosperous [Internet]. The Global Fund. 2025 [cited 2025 May 7]. Available from: <https://www.theglobalfund.org/en/opinion/2025/2025-04-23-ending-malaria-makes-everyone-healthier-safer-more-prosperous/>
86. The Global Fund. World Malaria Day 2025 [Internet]. The Global Fund. 2025 [cited 2025 May 7]. Available from: <https://www.theglobalfund.org/en/events/world-malaria-day/>
87. The Global Fund. In Historic First, the Global Fund Procures African-Made First-Line HIV Treatment [Internet]. The Global Fund. 2025 [cited 2025 May 7]. Available from: <https://www.theglobalfund.org/en/news/2025/2025-05-06-historic-first-global-fund-procures-african-made-first-line-hiv-treatment/>
88. Gates Foundation. The head of the Gates Foundation on how to keep helping the poor as aid shrinks [Internet]. Gates Foundation; 2025 [cited 2025 May 7]. Available from: <https://www.gatesfoundation.org/ideas/articles/development-aid-cuts-despite-progress>
89. GAVI. Climate change fuels drug resistance in poor countries [Internet]. 2025 [cited 2025 May 7]. Available from: <https://www.gavi.org/vaccineswork/climate-change-fuels-drug-resistance-poor-countries>
90. CORE Group. Sexual and Reproductive Rights in the Digital Age. [Internet]. LinkedIn. 2025 [cited 2025 May 6]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/core-group-dc_ministryofhealth-srhr-digitalhealth-activity-7323756852792410112-ltH6
91. Graduate Institute Geneva. Soft war: Geopolitics and financing at the WHO [Internet]. 2025 [cited 2025 May 7]. Available from: <https://www.graduateinstitute.ch/communications/events/wha-week-2025-side-event-1>

FfD4 e o Acordo Pandêmico: 2025 como ano decisivo para o modelo de financiamento do desenvolvimento global

FfD4 and the Pandemic Agreement: 2025 as a decisive year for the global development financing framework

Rafaela Venturella De Negri

Armando De Negri Filho

Abstract. *In our first section, the feminist economic critique following the IMF/World Bank Spring Meetings (April 2025) stands out, where organizations like MENAFEM denounced the persistence of a neoliberal multilateralism that ignores gender and climate, while Global South countries face the debt crisis. We also analyze in this section the proposal for a UN Framework Convention on Debt as an alternative to the current financial architecture, with the 4th Financing for Development Conference (FfD4) being seen as a key moment for systemic reforms. In Health, the negotiations of the Pandemic Agreement at the WHA reveal tensions between developed and developing countries, particularly regarding the creation of an expert committee for the PABS system – criticized for conflicts of interest due to the inclusion of industry representatives. Simultaneously, the crisis of nurses in Zimbabwe exemplifies the global health collapse.*

Keywords: *Financial architecture reform. Debt Crisis. PABS. Pandemic Agreement. FfD4.*

Resumo. No Panorama político-econômico, destaca-se a crítica econômica feminista pós-Reuniões de Primavera do FMI/Banco Mundial (abril/2025), onde organizações como a MENAFEM denunciaram a continuidade de um multilateralismo neoliberal que ignora gênero e clima, enquanto países do Sul Global enfrentam a crise da dívida. Analisamos também neste bloco a proposta de uma Convenção-Quadro da ONU sobre Dívida, como alternativa à arquitetura financeira atual, com a 4ª Conferência de Financiamento para o Desenvolvimento (FfD4) sendo vista como momento-chave para reformas sistêmicas. Em Saúde, as negociações do Acordo Pandêmico na WHA revelam tensões entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, especialmente sobre a criação de um comitê de especialistas para o sistema PABS - criticado por conflitos de interesse ao incluir representantes da indústria. Paralelamente, a crise dos enfermeiros no Zimbábue exemplifica o colapso sanitário global.

Palavras-chave: Reforma na arquitetura financeira. Crise da Dívida. PABS. Acordo Pandêmico. FfD4.

Seguimos com nossos dois grandes e interconectados blocos estruturantes de análise. No Panorama político-econômico, trazemos o resumo crítico dos *spring meetings* do BM e do FMI, cujos comentários nos ligam a crise da dívida e à construção de um documento base de partida para as conversas da 4FfD que está agora a poucos meses de acontecer. Em Saúde, exploramos as novas etapas do Acordo Pandêmico, que parece estar longe de ser de fato concluído e fechamos com a situação das enfermeiras e enfermeiros do Zimbábue.

Panorama político-econômico

Dando seguimento as colocações feitas a partir das reuniões de primavera do Grupo do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional no informe de número 7. As organizações da sociedade civil não ficaram satisfeitas com os enfoques e soluções apresentados pelo grupo,

com o movimento *MENAFEM* verbalizando as críticas no seu artigo “Feminist Reflections on the WB and IMF 2025 Springs: No Tears for a Dying System” publicado dia 8 de maio. Tara Povey condena o alinhamento parcial das instituições com o governo trumpista - com tópicos como gênero e clima sendo ignorados - e sua jura de coligação com as empresas privadas; enquanto lembra que o multilateralismo defendido pelos grupos - mesmo que em teoria pareça oposto ao isolacionismo realista de Trump - é ainda um modelo de multilateralismo que vê na paz liberal o caminho mais fácil para a manutenção do modelo econômico atual (evocando a definição de Walden Bello).

“Os Estados do Sul Global ficaram descontentes com o nível de autocensura que o Fundo e o Banco estão praticando, mesmo antes das Reuniões de Primavera. As Instituições de Bretton Woods (o FMI e o Grupo Banco Mundial) e a arquitetura financeira internacional, como estão estruturadas atualmente, limitaram a capacidade dos Estados do Sul Global de buscar uma transformação econômica que lhes permitisse escapar dos ciclos de endividamento, causados em grande parte por choques exógenos. Desde 2022, os credores privados estrangeiros extraíram cerca de US\$ 141 bilhões a mais em pagamentos de serviço da dívida de tomadores do setor público em economias em desenvolvimento do que disponibilizaram em novos financiamentos. Isso é especialmente relevante agora, considerando a corrida por capacidade técnica ligada à ‘Transição Verde’, que está seguindo um modelo extrativista.

Entre as organizações da sociedade civil (OSCs), as discussões se concentraram principalmente em questões de dívida em um ano crucial de jubileu, nos danos contínuos das políticas de austeridade e na probabilidade de muitos países enfrentarem piora em suas condições econômicas, o que, por sua vez, aprofundará uma crise da dívida que é estrutural e sistêmica no funcionamento da economia global. Foi uma Primavera discreta em termos de Fóruns de Políticas da Sociedade Civil (FPSCs), já que muitos colegas não puderam participar devido a problemas de visto e segurança, e o programa oficial foi menos dinâmico. No entanto, houve destaques, como eventos paralelos e reuniões estratégicas sobre dívida, austeridade, a próxima Quarta Conferência sobre Financiamento para o Desenvolvimento (FFD4), e muitas discussões sobre como feministas e defensores devem navegar no novo cenário geopolítico.”

Como nova teoria de partida, *MENAFEM* traz a economia feminista crítica e sua capacidade de atravessar e evitar bases de concepção que se alcem em segregação racial, de gênero e de classe.

“As feministas têm uma crítica sistêmica à ordem global, vista como fundada em um patriarcado capitalista, racista e heterossexista. Se entendermos a austeridade, como descreve David Harvey, como “acumulação por espoliação” e analisarmos suas raízes históricas e conexões com esses sistemas, então podemos ver que o governo Trump é tanto uma continuação quanto uma intensificação de um projeto que sempre foi fundamental para o funcionamento da hegemonia dos EUA e do Norte Global e, consequentemente, das Instituições de Bretton Woods (o FMI e o Banco Mundial). Como argumenta Kate Aronoff, isso deveria reforçar os apelos para desafiar o domínio dos EUA sobre a arquitetura financeira internacional e o papel das Instituições de Bretton Woods, onde a distribuição desigual de poder acionário permite a continuidade do domínio dos interesses econômicos e políticos do Norte Global.

Portanto, é vital que a sociedade civil não recue em suas críticas sistêmicas ao FMI e ao Grupo Banco Mundial, nem busque defender sua abordagem em relação à igualdade de gênero – com a qual temos divergências fundamentais. Isso também deve nos levar a fortalecer uma análise estrutural feminista sobre dívida e austeridade e a engajar-nos em advocacy que

construa coalizões para limitar o poder do FMI de impor políticas prejudiciais – principalmente por meio de condicionalidades.

O marxista italiano Antonio Gramsci escreveu: "O velho mundo está morrendo, e o novo mundo luta para nascer; agora é o tempo dos monstros". Como feministas, nossa tarefa não é sustentar estruturas que continuam a roubar os direitos, a dignidade e a liberdade de bilhões de pessoas, mas fortalecer, de todas as formas possíveis, nossa capacidade coletiva de resistir tanto aos monstros quanto ao sistema que os produz. Dado que os problemas urgentes do mundo exigem cooperação multilateral, isso significa focar nossa estratégia em espaços multilaterais como a FfD4 como locais de ação na construção de um novo sistema."

Apesar das atividades de revisão anuais - junto da primeira revisão de condicionalidade desde 2018 (ver informe 7) - os grupos seguem inertes frente a crise climática e a crise da dívida (talvez os dois assuntos mais comentados pela SCO no ano de 2024) e que seguem urgentes em 2025, com novos dados publicados pelo UNCTAD mostrando que a dívida externa dos países em desenvolvimento quadruplicou nos últimos 20 anos, chegando a 11,4 trilhões de dólares em 2023 e possivelmente ainda estando em crescimento exponencial, alimentada por armadilhas como a *debt fossil fuel trap* e pelas imposições e condicionalidades dos credores internacionais. Uma reforma da dívida deveria estar lado a lado com uma reforma de financiamento ao desenvolvimento, com a construção de um arcabouço teórico que enxergue a dívida sim como um problema (uma eterna transferência de capital que coloca o desenvolvimento como compra e não como direito) diferente do que foi exposto na Décima quarta *International Debt Management Conference* em março deste ano. Publicado pela *Society for International Development*, o artigo "Moving from Creditor-Centric Debt Relief Initiatives Towards the Realization of the UN Framework Convention on Sovereign Debt" expõe a crise da dívida como ela realmente é enquanto propõe uma nova dinâmica de abordagem para fugir das armadilhas da artificialidade.

"O mundo está lidando com uma dívida de pelo menos US\$ 315 trilhões, sendo que pelo menos 30% do total da dívida é de economias em desenvolvimento. Essas crises surgem mesmo após a implementação de grandes iniciativas de reestruturação da dívida. No entanto, a crise da dívida que vemos hoje no Sul Global é um sistema artificialmente criado que falhou em funcionar para a maioria. A proposta de uma Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Dívida Soberana é fundamental, pois pode atuar como um catalisador na promoção de uma arquitetura financeira que funcione para o desenvolvimento e facilite financiamentos acessíveis e de longo prazo, permitindo assim que os países se concentrem nas necessidades de desenvolvimento, em vez de nas restrições de curto prazo da dívida."

O artigo explora três pontos: a necessidade de reformar o sistema financeiro global e sua arquitetura e a falta de vontade do Norte Global; As soluções possíveis para remediar os métodos usados até agora; E alternativas para preencher o "Vácuo jurídico" necessário para reestruturação multilateral da dívida.

"Recomendações de Políticas Alternativas

Por décadas, surgiram propostas para reestruturar a crise da dívida no Sul Global, mas essas iniciativas têm sido moderadas ou incrementais por natureza. Elas incluem propostas do G20 ou de instituições financeiras internacionais, como o *"Evolution Roadmap"* (Roteiro de Evolução) do Banco Mundial. Além disso, houve apelos – como a Iniciativa de Bridgetown – para

reformular a arquitetura financeira internacional, ganhando destaque durante a última Cúpula de Paris por um Novo Pacto Financeiro Global.

No entanto, para avançar em direção a uma economia global justa e equitativa, é necessária uma reforma estrutural da arquitetura financeira internacional, crucial para um financiamento eficaz do desenvolvimento e no combate às mudanças climáticas. Esse é um dos maiores desafios do multilateralismo contemporâneo (Aboneaaj et al., 2022).

É imprescindível não apenas modernizar as instituições existentes, como o Banco Mundial e o FMI, mas também criar uma nova instituição dedicada à gestão de crises de dívida e à negociação de acordos fiscais internacionais. Como demonstrado, a ausência de mecanismos eficazes é a lacuna mais evidente no sistema financeiro global hoje – especialmente porque muitos países permanecem presos em ciclos de dívida insustentável, sem conseguir escapar mesmo com as instituições atuais (Perera, 2020). À medida que nos preparamos para a Quarta Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento (FfD4) em 2025, esta agenda deve estar no centro das considerações. Diante da atual reestruturação da dívida global e da governança vinculada a acordos sem mecanismos constitucionais, acreditamos que o apelo pela criação de uma Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Dívida Soberana – projetada para operar de forma inclusiva, independente de credores ou devedores – é crucial (Grupo de Resposta a Crises das Nações Unidas, 2023). Tal mecanismo legal deve equilibrar os interesses de diferentes atores no cenário da dívida global, ao mesmo tempo que proporciona segurança jurídica e codificação das regras. Instituições ineficazes e a falta de certeza normativa são um terreno fértil para perpetuar ainda mais problemas fiscais, especialmente no Sul Global. Para, pelo menos, iniciar uma mudança, é imperativo que defendamos essas soluções antes que o Sul Global seja empurrado para um abismo ainda mais profundo de contração fiscal e dívida insustentável.”

Assunto de unanimidade nos últimos meses, a quarta Conferência *Financing for Development* (4FfD) se aproxima e com isso vemos movimentos intensos dos grupos preparatórios de trabalho assim como das organizações da sociedade civil. A expectativa é de que a 4FfD seja um *turning point* não apenas para um financiamento sustentável e justo, mas também para a reestruturação de todo um sistema financeiro - incluindo aqui a crise da dívida. Muitos destes temas já foram adicionados ao primeiro rascunho do documento base da Conferência, com 2 áreas de ação e 58 objetivos: I. Uma estrutura global de financiamento renovada; seguida pelas II. Áreas de ação II. A. Recursos públicos domésticos, II. B. Financiamento e negócios privados domésticos e internacionais, II. C. Cooperação internacional para o desenvolvimento, II. D. Comércio internacional como motor do desenvolvimento, II. E. Dívida e sustentabilidade da dívida, II. F. Arquitetura financeira internacional e questões sistêmicas, II. G. Ciência, tecnologia, inovação e capacitação; e III. Dados, monitoramento e acompanhamento. O documento base engaja atores públicos e privados na busca por um sistema que promova financiamento suficiente e sustentável, se afastando do extrativismo e buscando da redistribuição de recursos via *accountability* a saída para a crise de financiamento. A reestruturação da maneira como pensamos o orçamento do desenvolvimento (fugindo da armadilha da dívida e seus pagamentos), tem o potencial de reestruturar toda agenda pública dos países em desenvolvimento, saindo de uma visão neoliberal de escassez artificial e indo de encontro a garantia dos direitos através da justiça econômica e ambiental, como Armando ratifica no artigo de 2022 “Tackling the ‘Planned Lack of Care’: Could a Right to Development Treaty Promote Universal Social Protection Systems?”:

“Durante a pandemia de COVID-19, as assimetrias dos sistemas de saúde e proteção social entre Norte e Sul tornaram-se mais visíveis e também expuseram as claras marcas do legado colonial. Um único número reflete essas assimetrias: o número médio de leitos hospitalares nos países da OCDE é de 4,7 para 1000 habitantes, em comparação com 1,5 leitos por 1000 no Sul Global. Em relação às preocupações em curso sobre como tornar os sistemas nacionais de saúde mais resilientes, é essencial considerar que, no contexto da fragilidade ou falta de robustez dos sistemas existentes, a busca pelo equilíbrio perdido (como resiliência) pode levar de volta a históricas provisões escassas de serviços públicos. Nas políticas sociais, pode-se afirmar que a hegemonia existente promoveu um distanciamento progressivo da abordagem baseada em direitos humanos. Isso significa que o universalismo foi substituído pelo focalismo; a integralidade foi substituída pelo utilitarismo, representado pela relação custo-efetividade ou custo-eficiência aplicada de acordo com as capacidades econômicas das diferentes classes sociais; e o igualitarismo foi substituído por uma "equidade da exclusão", que é funcional a um processo de focalização, fornecendo o que é possível de acordo com a capacidade de cada um ou a capacidade do Estado de fornecer seguros sociais controlados pelo capital financeiro privado (De Negri Filho 2014). A colonialidade persistente das políticas internacionais foi dramaticamente revelada durante a pandemia de COVID-19. Além do eufemismo de sistemas de proteção social e saúde resilientes, pode-se observar a "falta planejada de cuidado" ou "miséria planejada", que correspondia a uma insuficiência deliberada, deixando para trás os sonhos de acesso universal com resultados igualitários e definindo a ausência de robustez dos serviços e sistemas de política social. O que pode ser definido como uma "falta planejada de cuidado" é, portanto, a forma adotada pela hegemonia existente para tornar "natural" o não cumprimento de direitos, usando o argumento da escassez e sempre opondo a necessidade de mais recursos aos alegados baixos padrões dos serviços públicos, que imporiam reformas extensivas antes que novos recursos fossem injetados. Esse debate circular expõe uma estratégia muito oportunista para justificar cortes orçamentários e o atraso na incorporação de mais recursos. O caminho a seguir é "seguir o dinheiro" em busca de total responsabilização, ao mesmo tempo em que se promove a busca por justiça fiscal, a expansão do espaço fiscal e esforços redistributivos em uma combinação de maior tributação sobre fluxos financeiros de capital e a tributação progressiva de renda e propriedades, incluindo a taxação de grandes fortunas e heranças, bem como royalties de alfândegas e recursos naturais que atualmente são insuficientemente tributados. A exclusão da propriedade privada de bens comuns de interesse público, como água e saneamento, educação, assistência social e serviços de saúde, são recuperações públicas essenciais que precisam ser amplamente implementadas. Sem soberania econômica e redistribuição baseada em impostos por meio de serviços públicos, não há possibilidade de sistemas de proteção social efetivos. Essa é a razão pela qual o Secretário-Geral da ONU, António Guterres, propôs "Nossa Agenda Comum" (UNSG 2021), um plano de ação em que recursos fundamentais devem ser direcionados para um sistema forte de proteção social por meio de um novo contrato (eco)social (UNRISD 2021).”

Saúde

Acordo pandêmico - preparações para a *World Health Assembly*

Após a conclusão das negociações dentro do *INB*, o Acordo pandêmico está agora passando por discussões prévias a 78 *WHA* (a acontecer entre os dias 19 a 27 de maio de 2025). Conforme o organização *Spark Street Advisors* nos explica, o documento está passando por uma série de “resoluções” que visam estruturar 7 questões principais: estabelecer um grupo de trabalho intergovernamental (*IGWG*); Estabelecer um comitê de especialista ao redor do tema

do PABS; Engajamento de *stakeholders* com o grupo do IGWG; Promover coerência entre o documento do Acordo e outros acordos pré existentes; Estabelecer acordos de financiamento para o grupo de trabalho; Alinhar os processos de ratificação do Acordo; Recapitular\fortalecer a linha do tempo operacional do Acordo e decidir e criar mecanismos de monitoramento e reporte. A *Spark Street* traz colocações valiosas sobre os movimentos necessários dentro de cada um desses processos:

“1. Estabelecer um Grupo de Trabalho Intergovernamental (GTIG)

O rascunho da resolução convoca os Estados-Membros a estabelecer um Grupo de Trabalho Intergovernamental (GTIG) de natureza aberta para trabalhar nos próximos passos. O GTIG deve realizar sua primeira reunião até, no máximo, 30 de setembro de 2025. A resolução propõe que a primeira tarefa do GTIG seja negociar um Anexo sobre Acesso e Benefícios Relacionados a Patógenos (PABS) para apresentação à Assembleia Mundial da Saúde em maio de 2025. Somente após a conclusão dessa etapa, o GTIG poderá conduzir seus outros trabalhos (desenvolver regras de procedimento e regras financeiras para a Conferência das Partes (COP); um rascunho de orçamento; a estrutura, função e modalidades da Rede Global de Cadeia de Suprimentos e Logística; termos de referência para o Mecanismo Financeiro de Coordenação; trabalhos preparatórios e desenvolvimento de outros artigos) e preparação geral para a COP.

Nossa opinião: O GTIG deve trabalhar nas questões processuais simultaneamente e não esperar até que o anexo PABS seja acordado. Aguardar o acordo sobre o anexo PABS pode potencialmente (e necessariamente) atrasar o avanço do tratado, retardando os preparativos para a primeira COP (COP-1). O grupo também deve iniciar trabalhos preparatórios sobre outros artigos, incluindo os artigos 4, 5, 9, 10, 11 e implementação.

2. Comitê de especialistas sobre Acesso e Benefícios Relacionados a Patógenos (PABS)

A resolução propõe o estabelecimento de um grupo de especialistas para apoiar o GTIG na preparação do anexo PABS. Esse grupo de especialistas seria convocado até, no máximo, junho de 2025.

Nossa opinião: Apoiamos essa proposta, pois a inclusão de especialistas seria importante e positiva para desenvolver esse anexo altamente técnico. Com base no marco acordado no artigo 12 do PABS, o comitê poderia fornecer um relatório baseado em evidências que informe o trabalho do GTIG. No entanto, qualquer grupo de especialistas precisaria ser rigorosamente monitorado para evitar conflitos de interesse e aderir às regras e regulamentos relevantes da OMS.

3. Envolvimento de partes interessadas no GTIG

A resolução propõe o envolvimento de partes interessadas relevantes, seguindo o mesmo procedimento adotado no INB.

Nossa opinião: Este é o nível mínimo de envolvimento. O GTIG deve considerar um maior engajamento das partes interessadas relevantes, incluindo participação presencial nos procedimentos formais e negociações do GTIG.

4. Promover coerência com outros acordos internacionais relevantes

A resolução enfatiza a necessidade de promover coerência e complementaridade na implementação do Regulamento Sanitário Internacional (RSI, 2005) e outros trabalhos da OMS sobre emergências de saúde.

Nossa opinião: Além de enfatizar o papel importante do RSI, a resolução deve promover coerência com outros acordos internacionais relevantes, incluindo o Plano de Ação para Biodiversidade e Saúde da Convenção sobre Diversidade Biológica.

5. Financiamento para o GTIG

A resolução não menciona o financiamento do GTIG.

Nossa opinião: A AMS deve alocar recursos financeiros adequados e apropriados para o trabalho do GTIG (e, idealmente, um compromisso com o financiamento geral para a implementação do Acordo).

6. Processo de ratificação

O Acordo sobre Pandemias especifica que o tratado só estará aberto para assinatura após a adoção do anexo PABS (ver artigo 35.2). O rascunho da resolução, por outro lado, propõe que os Estados-Membros sejam encorajados a assinar, ratificar, aceitar ou aprovar o Acordo sobre Pandemias da OMS o mais rápido possível.

Normalmente, esperar-se-ia um impulso para assinatura e ratificação logo após a adoção pela AMS. Realisticamente, alguns países podem atrasar a ratificação até que o Anexo seja adotado, já que o acordo só entrará em vigor quando o Anexo PABS for finalizado. Além disso, é improvável que os países endossem a assinatura ou ratificação de um acordo ainda incompleto.

Nossa opinião: A contradição entre o texto do Acordo e a resolução deve ser resolvida para garantir consistência.

7. Resumo do cronograma sob a abordagem proposta

AMS 2025: Resolução e acordo adotados sem o Anexo PABS.

AMS 2026: Anexo PABS (espera-se) adotado.

Pós-AMS 2026: Os países começam a assinar e ratificar o Acordo completo.

Entrada em vigor: 30º dia após o depósito da 60ª ratificação.

COP-1: Realizada dentro de um ano após a entrada em vigor.

8. E o monitoramento e relatórios?

As prioridades atuais do GTIG estão focadas no que precisa acontecer antes da COP-1, o que implica que o trabalho sobre o instrumento de relatórios ou o quadro de monitoramento e mecanismo de implementação só ocorrerá após a COP-1, em preparação para a COP-2 (artigos 21.5 e 21.5).

Nossa posição: Incentivamos o GTIG a iniciar imediatamente os preparativos para este mecanismo, pois será fundamental para apoiar a implementação, além de considerar o potencial de um mecanismo de monitoramento.”

A *Third World Network* dedicou seu *TWN Info Service on Health Issues* do dia 8 de maio ao tópico de número 2 da lista da *Spark Street* - o comitê de especialista em PABS, trazendo suas preocupações sobre os possíveis interesses ao redor do tema que está sendo um assunto sensível desde o início das negociações.

“Os países em desenvolvimento levantaram preocupações sobre a proposta de comitê de especialistas para preparar propostas sobre o Instrumento de Acesso e Repartição de Benefícios Relacionados a Patógenos (PABS) para consideração do Grupo de Trabalho Intergovernamental (GTIG) durante a negociação do rascunho da resolução para adoção do Acordo sobre Pandemias da OMS.

Enquanto os países em desenvolvimento rejeitaram categoricamente a proposta de estabelecer tal comitê de especialistas, citando várias razões, incluindo conflitos de interesse, as demandas dos países desenvolvidos confirmaram as apreensões dos países em desenvolvimento sobre esses conflitos. Os países desenvolvidos buscaram incluir no comitê proposto partes interessadas no acesso e repartição de benefícios, como especialistas da indústria.

O Órgão de Negociação Intergovernamental (INB) concluiu as negociações sobre o Acordo sobre Pandemias (PA), e os Estados-Membros da OMS estão atualmente no processo de negociar um rascunho de resolução para sua adoção. O Rascunho da Resolução será submetido para consideração da 78ª Assembleia Mundial da Saúde (AMS) para adoção do Acordo. A resolução também definirá as modalidades para as negociações do GTIG sobre um Anexo ao PA, conhecido como Instrumento PABS, que operacionalizará o Sistema PABS (Artigo 12). As negociações estão ocorrendo na sede da OMS em formato híbrido, de 5 a 9 de maio de 2025.

O parágrafo 10 do Rascunho da Resolução propõe: "estabelecer um comitê de especialistas em conformidade com os Regulamentos da OMS para Painéis e Comitês Consultivos de Especialistas, para informar o trabalho do GTIG sobre o anexo ao Acordo sobre Pandemias da OMS descrito no Artigo [12] do Acordo, e que o comitê de especialistas preparará propostas para a primeira reunião do GTIG e estará disponível posteriormente para prestar assessoria ao GTIG, se solicitado."

Este parágrafo prevê a criação de um "comitê de especialistas" para elaborar "propostas", ou seja, textos negociáveis para o Instrumento PABS, a serem apresentados na primeira reunião do GTIG. Posteriormente, o comitê continuaria a "prestar assessoria ao GTIG, se solicitado". Seguindo a regra geral e a prática usual, o comitê seria estabelecido pelo Diretor-Geral, selecionando membros dos painéis de especialistas atualmente mantidos pela OMS. O Diretor-Geral também poderá convidar outros especialistas, conforme os regulamentos da OMS mencionados.

Enquanto vários países em desenvolvimento expressaram dúvidas sobre a composição desse comitê de especialistas, países europeus apresentaram propostas que abriram a porta para a inclusão de representantes da indústria no comitê, tornando óbvios os riscos de conflitos de interesse. A União Europeia também defendeu que gestores de laboratórios e bancos de dados, entre outros, fizessem parte desse comitê de especialistas, que elaboraria propostas de texto para o GTIG e assessoraria regularmente as negociações.

Muitos países em desenvolvimento temiam que o Comitê de Especialistas fosse uma proposta dos países desenvolvidos para incluir seus supostos especialistas "independentes" e "científicos", marginalizando as amplas propostas de texto já apresentadas por vários países em desenvolvimento – que contam com o apoio de cerca de 75 a 80 países. Essas preocupações parecem confirmadas pelas propostas dos países desenvolvidos mencionadas acima. (...)

É importante destacar que, no que diz respeito às questões de acesso e repartição de benefícios, os especialistas científicos não são diferentes de outras partes interessadas.** Isso

ocorre porque o sistema PABS exigirá transparência e responsabilização dos usuários científicos, no sentido de que eles também são potenciais usuários do sistema PABS e podem ter obrigações em relação ao acesso (por exemplo, assinando acordos padrão de transferência de material) e à repartição de benefícios (como usuários do sistema PABS). Eles têm interesses e participação direta no processo e, portanto, não são neutros.

Isso significa que os conselhos do comitê de especialistas serão motivados por interesses privados e comerciais da comunidade científica, em vez do interesse em garantir que o sistema PABS esteja alinhado com os objetivos e princípios da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e do Protocolo de Nagoya, bem como que haja transparência e responsabilização no acesso e repartição de benefícios, apoiados por uma estrutura de governança adequada sob a autoridade das partes do acordo sobre pandemias.”

Trabalhadores da saúde

Na segunda-feira da semana de publicação deste informe, dia 12 de maio, é celebrado o Dia Internacional da Enfermagem. Trazemos aqui, a história dos enfermeiros do Zimbábue que - como muitos outros trabalhadores da saúde ao redor do mundo - estão lutando por um piso salarial justo, direitos trabalhistas e condições estruturais de trabalho que garantam a salvaguarda da vida dos pacientes e profissionais. Os enfermeiros do país estão em protesto constante desde 2020, tendo no auge da pandemia do COVID 19 denunciado como seus salários haviam reduzido em 85% desde 2018. Após uma ameaça de greve, ajustes pontuais foram feitos, não tendo lidado com problemas sistêmicos. Agora, a classe enfrenta o mesmo desafio: salários que não condizem com as necessidades básicas reais.

“Os salários reais no país caíram drasticamente desde 2018, quando o Zimbábue iniciou uma fracassada experiência com uma nova moeda. Inicialmente atrelada em paridade 1:1 com o dólar americano (USD), ela perdeu valor abruptamente, corroendo a renda da população. Em abril passado, essa moeda foi abandonada em favor de uma nova moeda lastreada em ouro, chamada Zimbabwean Gold (ZiG), que já perdeu quase metade de seu valor. O salário mensal dos enfermeiros, que em 2018 equivalia a USD 840, caiu para menos de USD 400 – sendo USD 240 pagos em dólares e o equivalente a USD 150 em ZiG. Essa renda, que está "muito abaixo da linha de pobreza", "tornou nossas enfermeiras incapazes de mandar seus filhos para a escola, comprar roupas, pagar por alimentos ou mesmo garantir transporte para o trabalho. Muitas estão caminhando longas distâncias até seus postos de trabalho, enquanto outras são forçadas a viver em acomodações superlotadas de um único cômodo com suas famílias, devido à incapacidade de pagar aluguel", reclamou Dongo. Até USD 120 são descontados dos salários das enfermeiras que moram em alojamentos do governo, como aluguel mensal por quartos básicos. "Chocantemente", acrescentou ele, "esses descontos são feitos na parte em dólar de seus salários, não na parte em ZiG" – moeda que o Banco Central desvalorizou em 43% em setembro passado, apenas meses após sua introdução. Exigindo um salário mínimo mensal de USD 840, Dongo considerou crítico para "aliviar a crônica sub remuneração e as duras condições de vida enfrentadas por nossos profissionais de saúde"

As medidas de austeridade que marcaram a reforma econômica fracassada também atingem o sistema de saúde - que já foi sistema modelo, juntando os baixos salários a condições de trabalho que desafiam a prática da boa medicina.

“Suas condições de trabalho também são duras. Os hospitais estão deteriorados devido ao subfinanciamento crônico sob medidas de austeridade que esvaziaram o sistema de saúde

do país, outrora considerado um modelo para a África Subsaariana antes das reformas neoliberais. Comovido pelo que viu ao visitar um parente em um hospital, Tino Machakaire, Ministro do Empoderamento da Juventude, Desenvolvimento e Formação Profissional, escreveu em uma declaração dirigida ao presidente Emmerson Mnangagwa em 5 de maio: "O crescente clamor público sobre nosso sistema de saúde não é um exagero – reflete as difíceis experiências de muitos cidadãos." O público frequentemente culpa os profissionais de saúde "por atrasos e ineficiências, mas como você pode realizar milagres sem recursos básicos?", questionou Dongo. "Há uma grave falta de recursos médicos, equipamentos e medicamentos essenciais." A necessidade de improvisar constantemente com os limitados recursos disponíveis leva a "filas longas, atendimento lento e maior sofrimento dos pacientes. Isso também resulta em maior exposição" das enfermeiras "a infecções e fadiga extrema". Para escapar dessas condições de trabalho e vida, as enfermeiras têm emigrado em massa, especialmente para o Reino Unido, onde são absorvidas pelo Serviço Nacional de Saúde (NHS) sob um acordo bilateral. Esse êxodo de cérebros causou escassez crônica de funcionários nos hospitais do Zimbábue. Isso, por sua vez, sobrecarregou as enfermeiras restantes, que, enquanto lutam para sobreviver com salários de pobreza, trabalham longas e irregulares jornadas, com uma "proporção enfermeira-paciente tão alta quanto 1:20 ou até 1:30 em algumas enfermarias. Isso é insustentável e coloca em risco tanto o atendimento ao paciente quanto o bem-estar das enfermeiras", alertou Dongo."

Sul Global Global South

**Regina Ungerer
Erica Kastrup
Livia Ferreira
Rychard de Lima Monteiro**

Abstract: *With the advancement of technologies, the topic is present on the agendas of all institutions. The UNOSSC highlighted Morocco's intention to establish the Morocco Digital Centre for sustainable development, emphasizing the relevance of this new center, which will position the country as a hub for sharing digital capacities, innovation, and integration for Arab countries and all of Africa.*

Sierra Leone hosted the 3rd Africa High-Level Forum on South-South and Triangular Cooperation, aiming to accelerate sustainable development efforts across the continent. The UNOSSC Director, Dima Al-Khatib, participated in the high-level meeting, advocating for inclusive cooperation with middle-income countries and highlighting that the era of one-way cooperation is a thing of the past. She also met with the Regional Director of PAHO, Jarbas Barbosa, to discuss ongoing and future partnerships focused on health, supported by the India-UN Development Partnership Fund.

Brazil drew attention to Chagas disease, a chronic and preventable condition affecting about 7 million people in the Americas. It also emphasized that, at the current pace, gender equality in the business sector will only be reached in 134 years. Another important event for the country was the meeting of Human Milk Banks and climate change, whose conclusions will be presented at COP 30.

The Group of 77 (G-77) and China participated in 18 United Nations General Assembly meetings, with highlights including the final documents of the Political Declaration from the high-level meeting on the prevention and control of non-communicable diseases and the promotion of mental health and well-being; the debate of the 4th session of the Information Committee; the Ministerial Declaration of HLPF 2025; the 2nd World Summit for Social Development; as well as several sessions related to the preparatory committee for the 4th International Conference on Financing for Development (FfD4).

Regarding the Non-Aligned Movement, the highlight was the NAM Centre for the Study of the Movement, located in Belgrade, Serbia, which focuses on research and education about the history and principles of the movement.

The South Centre held its 25th Administrative Council Meeting, reviewing its activities and financial situation. It also participated in the Preparatory Committee of UNCTAD XVI, which is planning actions for the next four years. Additionally, it attended the FfD4 PrepCom meeting, supporting developing countries in seeking better outcomes in sovereign debt management. Documents were published to discuss strengthening global health financing for WHO, especially in light of the US announcement to withdraw from the organization, as well as the Global Digital Compact: charting a New Era in Digital Governance?

Keywords: South-South Cooperation. UNOSSC. G-77 and China. Non-Aligned Movement. South Centre.

Resumen: Con el avance de las tecnologías, el tema está presente en las agendas de todas las instituciones. El UNOSSC destacó la intención de Marruecos de establecer el Centro Marruecos Digital para el desarrollo sostenible, subrayando la relevancia de este nuevo centro, que posiciona al país como un hub para el intercambio de capacidades digitales, innovación e integración para los países árabes y para toda África.

Sierra Leona fue sede del 3º Foro de Alto Nivel de África sobre Cooperación Sur-Sur y Triangular, con el objetivo de acelerar los esfuerzos de desarrollo sostenible en todo el continente. La directora del UNOSSC, Dima Al-Khatib, participó en la reunión de alto nivel, defendiendo una cooperación inclusiva con países de ingresos medios y destacando que la era de la cooperación unidireccional quedó en el pasado. También se reunió con el director regional de la OPS, Jarbas Barbosa, para discutir alianzas en curso y futuras, con enfoque en salud, apoyadas por el Fondo de Asociación para el Desarrollo India-ONU.

Brasil llamó la atención sobre la Enfermedad de Chagas, una condición crónica y evitable que afecta a cerca de 7 millones de personas en las Américas. También resaltó que, al ritmo actual, la igualdad de género en el ámbito empresarial solo se alcanzará en 134 años. Otro evento importante para el país fue la reunión de los Bancos de Leche Humano y el cambio climático, cuyas conclusiones serán presentadas en la CoP 30.

El Grupo de los 77 (G-77) y China participaron en 18 reuniones de la Asamblea General de la ONU, con destaque para los documentos finales de la Declaración Política de la reunión de alto nivel sobre prevención y control de enfermedades no transmisibles y promoción de la salud mental y el bienestar; el debate de la 4ª sesión del Comité de Información; la Declaración Ministerial del HLPF 2025; la 2ª Cumbre Mundial para el Desarrollo Social; además de varias sesiones relacionadas con el comité preparatorio de la 4ª Conferencia Internacional sobre Financiamiento para el Desarrollo (FfD4).

En cuanto al Movimiento de Países No Alineados, el destaque fue para el Centro MNA para el Estudio del Movimiento, ubicado en Belgrado, Serbia, que se enfoca en la investigación y educación sobre la historia y los principios del movimiento.

El Centro Sur realizó la 25ª Reunión del Consejo Administrativo, revisando sus actividades y situación financiera. También participó en el Comité Preparatorio de la UNCTAD XVI, planificando acciones para los próximos cuatro años. Además, estuvo presente en la reunión del FfD4 PrepCom, apoyando a los países en desarrollo en la búsqueda de mejores resultados en la gestión de la deuda soberana. Se publicaron documentos para debatir el fortalecimiento del financiamiento global de la salud para la OMS, especialmente ante el anuncio de la retirada de Estados Unidos de la organización, así como el Pacto Digital Global: ¿trazando una nueva era en la gobernanza digital?

Palabras clave: Cooperación Sur-Sur. ONUSC. G-77 y China. Movimiento de Países No Alineados. Centro Sur.

Resumo: Com o avanço das tecnologias, o tema está presente nas agendas de todas as instituições. O UNOSSC destacou a intenção de Marrocos de estabelecer o Centro Marrocos Digital para o desenvolvimento sustentável, ressaltando a relevância desse novo centro, que

posiciona o país como um hub de compartilhamento de capacidades digitais, inovação e integração para os países árabes e para toda a África.

Serra Leoa sediou o 3º Fórum de Alto Nível da África sobre Cooperação Sul-Sul e Triangular, com o objetivo de acelerar os esforços de desenvolvimento sustentável em todo o continente. A diretora do UNOSSC, Dima Al-Khatib, participou da reunião de alto nível, defendendo uma cooperação inclusiva com países de renda média e destacando que a era da cooperação unidirecional ficou no passado. Ela também se reuniu com o diretor regional da OPAS, Jarbas Barbosa, para discutir parcerias em andamento e futuras, com foco na saúde, apoiadas pelo Fundo de Parceria para o Desenvolvimento Índia-ONU.

O Brasil chamou atenção para a Doença de Chagas, uma condição crônica e evitável que afeta cerca de 7 milhões de pessoas nas Américas. Também ressaltou que, na velocidade atual, a igualdade de gênero no meio empresarial só será alcançada em 134 anos. Outro evento importante para o país foi a reunião dos Bancos de Leite Humano e as mudanças climáticas, cujas conclusões serão apresentadas na CoP 30.

O Grupo dos 77 (G-77) e a China participaram de 18 reuniões da Assembleia Geral da ONU, com destaque para os documentos finais da Declaração Política da reunião de alto nível sobre prevenção e controle de doenças não transmissíveis e promoção da saúde mental e do bem-estar; o debate da 4ª sessão do Comitê de Informação; a Declaração Ministerial do HLPF 2025; a 2ª Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social; além de várias sessões relacionadas ao comitê preparatório da 4ª Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento (FfD4).

No que diz respeito ao Movimento dos Não-Alinhados, o destaque foi o Centro do MNA para o Estudo do Movimento, localizado em Belgrado, Sérvia, que foca em pesquisa e educação sobre a história e os princípios do movimento.

O Centro Sul realizou a 25ª Reunião do Conselho Administrativo, revisando suas atividades e situação financeira. Também participou do Comitê Preparatório da UNCTAD XVI, planejando ações para os próximos quatro anos. Além disso, esteve presente na reunião do FfD4 PrepCom, apoiando países em desenvolvimento na busca por melhores resultados na gestão da dívida soberana. Publicaram documentos para debater o fortalecimento do financiamento global da saúde para a OMS, especialmente diante do anúncio da retirada dos EUA da organização e também o Pacto Digital Global: traçando uma Nova Era na Governança Digital?

Palavras-chave: Cooperação Sul-Sul. UNOSSC. G-77 e China. Movimento dos Não-Alinhados. Centro Sul.

Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)

O Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul promove, coordena e apoia a cooperação Sul-Sul e triangular globalmente e dentro do sistema das Nações Unidas, incluindo: 1) Política e Apoio Intergovernamental; 2) Desenvolvimento de capacidades; 3) Cocriação e Gestão do Conhecimento; 4) Gestão do Fundo Fiduciário Sul-Sul. O UNOSSC atua como uma plataforma de compartilhamento de recursos onde parceiros do Sul Global se conectam buscando soluções e explorando oportunidades de financiamento. Também conecta governos, especialistas e grupos de reflexão para garantir que as perspectivas do Sul sejam incluídas nos diálogos políticos.

Destaques do UNOSSC

09 de maio de 2025 - Agenda Digital para o Desenvolvimento Sustentável (D4SD) no Marrocos



Declaração de Intenções para estabelecer o Centro Marrocos Digital para o Desenvolvimento Sustentável (D4SD)

A Diretora do UNOSSC ressaltou que o investimento em infraestrutura e transformação digital pode gerar retornos socioeconômicos importantes, sobretudo para as economias em desenvolvimento. “Temos plena convicção de que a transformação digital funciona como um nivelador, oferecendo oportunidades em diversos setores.”

Dima Al-Khatib enfatizou a relevância do novo Centro D4SD Marrocos, que consolida o país como um centro de compartilhamento de capacidades digitais, inovação e integração entre os Estados Árabes e a África.



07 a 09 de maio de 2025 - 3º Fórum de Alto Nível da África sobre Cooperação Sul-Sul e Triangular

O fórum atraiu a participação de mais de 50 países africanos, além de importantes parceiros de desenvolvimento, incluindo agências da ONU, a União Africana, comunidades econômicas regionais e doadores internacionais. Serra Leoa, como

anfitriã, demonstrou seu comprometimento apresentando projetos locais de desenvolvimento sustentável e compartilhando suas experiências de recuperação pós-conflito.



O objetivo geral do fórum foi acelerar os esforços de desenvolvimento sustentável em todo o continente, alavancando o conhecimento compartilhado, a transferência de tecnologia e novos mecanismos de financiamento.

A 3ª edição do Fórum teve como objetivo abordar as seguintes questões:

- Importância da SSTrC na promoção do 2º plano decenal de implementação da Agenda 2063 no contexto da atual transformação global e continental (G20, BRICs, etc.)
- Avaliação da atual transformação da arquitetura financeira global e seu impacto no progresso da África, incluindo o estabelecimento de agências de classificação de crédito, financiamento misto e parcerias público-privadas.
- Implementação do documento final do BAPA+40 na África. Construção de ecossistemas nacionais para SSTrC em nível nacional e contribuição para o mandato do MARP/UA na promoção da boa governança.
- Fortalecimento de parcerias com países do hemisfério sul para enfrentar desafios de governança, incluindo segurança alimentar, educação, industrialização e saúde.
- Fornecimento de uma plataforma continental para jovens e jovens mulheres compartilharem iniciativas nacionais sobre os ODS e a implementação da Agenda 2063.

Os principais temas abordados foram:

- **Transformação Digital e Infraestrutura:** Enfatizar o investimento em tecnologias digitais para preencher lacunas de conectividade, melhorar a prestação de serviços e impulsionar o crescimento socioeconômico.
- **Ação Climática e Resiliência:** Compartilhar estratégias para mitigar os impactos das mudanças climáticas e construir infraestrutura resiliente, especialmente em comunidades vulneráveis.
- **Crescimento Econômico Inclusivo:** Promover o desenvolvimento equitativo por meio da cooperação na agricultura, indústria e comércio.
- **Saúde e Educação:** Fortalecer os sistemas de saúde e educação por meio de parcerias colaborativas e compartilhamento de tecnologias.
- **Inovação e capacitação:** Promover centros de inovação e centros de excelência, como o centro D4SD Marrocos, para capacitar nações africanas na integração digital.



07 de maio de 2025 – A Diretora do UNOSSC, Dima Al-Khatib e o Diretor da OPAS, Jarbas Barbosa, discutiram parceria em andamento e potenciais, com foco em iniciativas relacionadas à saúde apoiadas pelo Fundo de Parceria para o Desenvolvimento Índia-ONU.

O UNOSSC reconheceu a OPAS por suas valiosas contribuições à sua plataforma de conhecimento Sul-Sul, publicações, esforços de coordenação interinstitucional e esforços mais amplos de Cooperação Sul-Sul e Triangular na América Latina e no Caribe.



06 de maio de 2025 - A Diretora do UNOSSC, Dima Al-Khatib e o embaixador do Cazaquistão, Kairat Umarov, discutiram estratégias para fortalecer a cooperação entre o UNOSSC e o Cazaquistão em transição verde, modernização da governança e desenvolvimento digital, entre outros.

A diretora parabenizou o Cazaquistão pela criação do novo Centro Regional das Nações Unidas para os ODS para a Ásia Central e o Afeganistão que foi reconhecido como uma plataforma importante para o fortalecimento da cooperação regional, o compartilhamento de conhecimento e a Cooperação Sul-Sul e Triangular.

De acordo com o Embaixador, foram discutidas formas de fortalecer a cooperação em todo o Sul Global com oportunidades para iniciativas conjuntas.



28 e 29 de abril de 2025 – Reunião de Alto Nível pede cooperação inclusiva com países de renda média

UNOSSC destacou que a era da cooperação unidirecional é coisa do passado, pois os países do Sul estão se envolvendo em modelos de aprendizagem colaborativa para compartilhar soluções sustentáveis e econômicas para enfrentar os desafios de desenvolvimento.

Nesta reunião realizada na cidade de Makati, nas Filipinas, de 28 a 29 de abril, foi adotado um novo plano de ação global voltado para o apoio aos países de renda média, conhecido como Declaração de Makati, resultado da Conferência de Alto Nível dos Países de Renda Média, organizada pelo governo filipino na qualidade de novo Presidente desses países.

O Presidente do Comitê de Alto Nível sobre Cooperação Sul-Sul, o Embaixador do Marrocos, Omar Hilale, declarou que a cooperação Sul-Sul não é apenas uma modalidade, é um movimento de solidariedade, liderança compartilhada e ação, observando que os países de renda média não são apenas beneficiários, mas também contribuintes ativos para a cooperação Sul-Sul. Esta é a chave para liberar o potencial dos países de renda média e abordar as lacunas estruturais que ainda impedem muitos de realizar plenamente os ODS.



Com a presença de mais de 200 líderes e representantes sêniores de 24 Países de Renda Média, o principal objetivo da reunião foi elaborar estratégias que auxiliem esses países a crescerem de forma sustentável e a desempenharem um papel mais forte na agenda global de desenvolvimento, sendo a Declaração de Makati o documento que endossa recomendações para alcançar esse crescimento sustentável e evitar a chamada "**armadilha da renda média**", entre outras medidas.

Pontos principais da Declaração de Makati

- Desenvolvimento da capacidade produtiva
- Desenvolvimento humano e social
- Meio ambiente e mudanças climáticas
- Ciência, tecnologia, inovação e transformação digital
- Cooperação inclusiva para o desenvolvimento
- Parcerias globais com múltiplas partes interessadas
- Cooperação Sul-Sul e Triangular (CSST)
- Medidas para o desenvolvimento sustentável além do PIB
- Construindo resiliência a choques globais e crises multidimensionais.

Para saber mais, [clique aqui](#).

UNOSSC - Boletim de [abril de 2025](#)

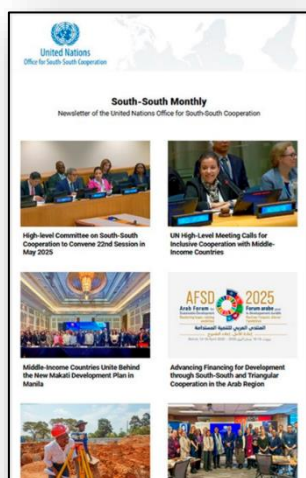
Basta clicar na figura ao lado, ou em cada destaque para entrar no Boletim.

[Comitê de Alto Nível sobre Cooperação Sul-Sul convocará 22ª sessão em maio de 2025](#)

[Reunião de Alto Nível da ONU pede cooperação inclusiva com países de renda média](#)

[Promover o financiamento para o desenvolvimento através da cooperação Sul-Sul e triangular na região árabe](#)

[Fortalecendo a Arquitetura Financeira Global: Workshop sobre a Reforma das IFIs Prepara o Cenário para o Multilateralismo Renovado Antes do FfD4](#)



[OPAS/OMS lança novo projeto para fortalecer a eliminação da transmissão vertical do HIV, sífilis e hepatite B no Caribe](#)

O Brasil na cooperação Sul-Sul

O Brasil ressaltou a relevância de duas questões-chave: a Doença de Chagas e a igualdade de gênero.

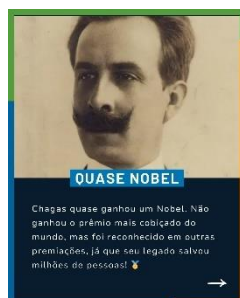
Doença de Chagas



Carlos Chagas foi o único cientista na história a descrever sozinho todos os detalhes de uma doença infecciosa ao descobrir o parasita *Trypanosoma cruzi*, causador da doença que leva seu nome. Sua primeira paciente foi Berenice, uma menina de 2 anos, em cujo sangue ele encontrou o parasita, transformando para sempre a medicina.

O inseto transmissor, conhecido como barbeiro, esconde-se em casas de pau-a-pique e ataca principalmente durante a noite. A doença de Chagas pode permanecer silenciosa por anos, até que eventualmente afete o coração.

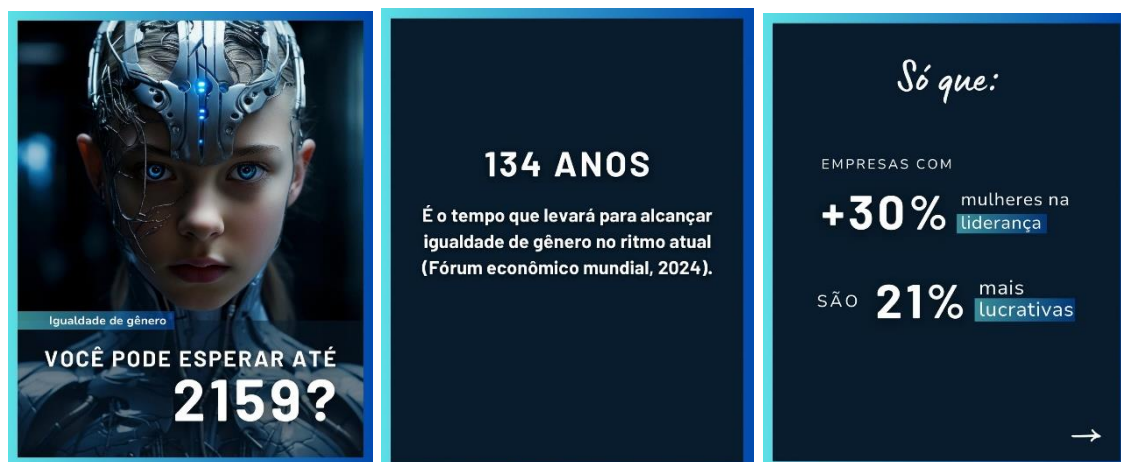
O Brasil tem se destacado liderando projetos de cooperação Sul-Sul para combater a doença em outros países, fortalecendo ações de vigilância e prevenção. A iniciativa ibero-americana “**Nenhum bebê com Chagas**” atua em 21 países da região, atendendo cerca de 6 milhões de pessoas.



Anualmente, aproximadamente 8 mil recém-nascidos são infectados durante a gestação, já que a doença pode ser transmitida de mãe para filho.

Embora Carlos Chagas não tenha recebido o prêmio Nobel, seu legado foi reconhecido em outras premiações, pois suas descobertas salvaram milhões de vidas. Em 2019, a Assembleia Mundial da Saúde da OMS instituiu o Dia Mundial da Doença de Chagas, celebrado em 14 de abril, com o objetivo de aumentar a conscientização sobre a enfermidade.

Igualdade de gênero



Estima-se que o mundo levará 134 anos para alcançar a igualdade de gênero, caso nada mude.

No Brasil, apenas 19,5% dos cargos de alto nível são ocupados por mulheres, percentual inferior à média ibero-americana.

O novo relatório da Secretária-geral Ibero-Americana (SEGIB) reúne dados, comparações e propostas concretas para acelerar essa transformação. O relatório analisa a presença e o papel das mulheres em diferentes setores econômicos na Iberoamérica, destacando que, apesar dos avanços, a inclusão feminina ainda é desigual. Aborda os desafios enfrentados para garantir a igualdade de gênero nas empresas e apresenta recomendações para incentivar a participação e liderança feminina como parte da promoção da equidade e do desenvolvimento sustentável na região.

Para acessar o relatório, [clique aqui](#).



6 e 7 de maio de 2025 - Bancos de Leite Humano e Mudanças Climáticas - O que podemos fazer a mais?

O evento foi realizado em Belém do Pará e ressaltou o papel estratégico dos Bancos de Leite Humano (BLH) no enfrentamento dos desafios impostos pelas mudanças climáticas.

O encontro reuniu especialistas de mais de 20 países para discutir ações de saúde pública em emergências climática.

O Brasil é líder mundial ao contar com a maior e mais complexa Rede de Bancos de Leite Humano, a rBLH-BR, coordenada pela Fundação Oswaldo Cruz e reconhecida pela ONU como modelo internacional. Até hoje, essa rede beneficiou mais de 1,8 milhão de recém-nascidos.

De notar que as mudanças climáticas têm agravado os desafios da saúde materno-infantil, como ficou evidente durante as enchentes em Porto Alegre, onde a rede precisou mobilizar a Força Aérea Brasileira para garantir o fornecimento de leite humano às UTIs neonatais.

A política brasileira de BLH, referência internacional, conta com 220 unidades no país e 91 espalhadas em 23 países, tendo atendido 17,8 milhões de mulheres e distribuído mais de 1,5 milhão de litros de leite humano.

Durante o evento, foi lançada a campanha do Dia Mundial da Doação de Leite Humano, com o lema “**Um gesto humanitário que alimenta esperança**”, alinhada aos ODS.

O encontro também resultou na criação de um grupo de trabalho voltado para a expansão dos BLH na Pan-Amazônia.

As conclusões desse grupo serão apresentadas na COP30, onde o Brasil apresentará os bancos de leite como uma política pública integrada nas áreas de saúde e sustentabilidade.

Para ler a notícia completa, [clique aqui](#).



6 de maio de 2025 - Fórum Internacional Sistemas Agroalimentares Urbanos.

O governo brasileiro, por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social (MDS), em parceria com a FAO e o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Irrigação do Peru, organizou o Fórum Internacional de Sistemas Agroalimentares Urbanos, realizado no Peru.

O evento reuniu especialistas de sete países da região para discutir temas como sustentabilidade, resiliência no planejamento urbano e o Programa Alimenta Cidades.

Esse fórum fez parte da Semana Técnica sobre Sistemas Agroalimentares Urbanos, que teve como objetivo fortalecer capacidades e promover a troca de boas práticas para a construção de ambientes alimentares sustentáveis. Na cerimônia de abertura, o Ministro Conselheiro da Embaixada do Brasil no Peru destacou a prioridade do Brasil no combate à fome e à pobreza por meio da cooperação Sul-Sul. Especialistas presentes ressaltaram a urgência de transformar os sistemas alimentares das cidades diante da rápida urbanização.

Os participantes realizaram uma visita técnica a Pachacámac, em Lima, para conhecer experiências locais e organizaram uma sessão de planejamento para identificar oportunidades de cooperação.

Essa iniciativa faz parte do projeto “Fortalecimento da Agenda Regional de Sistemas Alimentares para o Contínuo Urbano-Rural na América Latina e no Caribe”, financiado pelo governo brasileiro.

Para saber mais, [clique aqui](#).



06 de maio de 2025 - XIII Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica entre Brasil e El Salvador

A reunião de trabalho realizada em San Salvador, capital de El Salvador, foi dedicada à elaboração de novos projetos de cooperação entre os países.

A programação incluiu reuniões estratégicas e visitas de campo, que permitiram uma melhor compreensão dos desafios locais e a proposição de ações baseadas em políticas públicas brasileiras de sucesso.

Essa iniciativa reforça o compromisso de ambos os países com a solidariedade internacional e o desenvolvimento sustentável, buscando unir esforços para promover melhorias concretas na região usando a cooperação como ferramenta essencial para enfrentar desafios globais, promover sustentabilidade e melhorar a vida da população.



05 de maio de 2025 -

O Brasil recebeu a visita do Chanceler da Guatemala, Carlos Ramiro Martinez, em um encontro que fortaleceu a cooperação bilateral entre os dois países.

As conversas giraram em torno de projetos importantes sobre saúde, meio ambiente, segurança e alimentação escolar.

Além de representantes das coordenações dos diversos projetos de cooperação, também participaram autoridades envolvidas na cooperação humanitária, demonstrando o compromisso conjunto com o desenvolvimento sustentável e a integração regional.

Esse encontro reforça a importância das parcerias entre Brasil e Guatemala para enfrentar desafios comuns e promover o bem-estar das populações de ambos os países.



29 de abril de 2025 – Programa de Formação de Recursos Humanos em Saúde Brasil–Angola

Mais de 150 estudantes e preceptores participaram da aula inaugural do Programa de Formação de Recursos Humanos em Saúde Brasil–Angola, realizada virtualmente para marcar o início da turma de 2025.

Esta iniciativa é uma parceria entre a ABC, os ministérios da Saúde e da Educação do Brasil e a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), com o objetivo de fortalecer o sistema de saúde angolano por meio da formação de profissionais em instituições brasileiras.

Durante o evento, a ABC ressaltou o compromisso do Brasil com a cooperação internacional. O representante do Ministério da Saúde de Angola destacou a importância dessa formação, mencionando que cerca de 300 angolanos já se formaram no Brasil. Arthur Chioro, presidente da EBSERH, enfatizou o valor do intercâmbio de conhecimento entre os países.

Fernando Mateus Sito, estudante angolano, compartilhou sua experiência positiva no Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão (HU-UFMA), onde atualmente 43

estudantes angolanos estão matriculados. A gerente de ensino do HU-UFMA também destacou o impacto positivo da presença desses estudantes na instituição.

Lançado oficialmente em abril de 2024, o programa oferece diversas modalidades de capacitação, incluindo residência, mestrado e cursos de aperfeiçoamento. Instituições renomadas como USP, UNICAMP e Fiocruz já aderiram ao programa, ampliando a oferta de cursos para 2025.



Dia 25 de Abril de 2025 – Doação Humanitária ao Suriname

O Brasil realizou a entrega simbólica de uma doação humanitária ao Suriname, composta por 2.500 ampolas de Midazolam e 200 comprimidos de Tafenoquina, medicamentos essenciais no combate à malária.

A cerimônia contou com a presença do Ministro da Saúde do Suriname, que destacou a importância da parceria com o Brasil, especialmente para o atendimento às comunidades em áreas remotas.

Essa doação reforça os laços de solidariedade e cooperação entre os dois países, demonstrando o compromisso do Brasil com a saúde regional. A iniciativa é fruto de esforços conjuntos da Agência Brasileira de Cooperação, do Ministério da Saúde e da Embaixada do Brasil em Paramaribo.

Para saber mais, [clique aqui](#).

Grupo do G-77

O G-77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas e sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas.

O G-77 é uma estrutura institucional permanente que se desenvolveu gradualmente, o que levou à criação de Capítulos com escritórios de ligação em Genebra (UNCTAD)⁴⁸, Nairóbi (UNEP)⁴⁹, Paris (UNESCO)⁵⁰, Roma (FAO/IFAD)⁵¹, Viena (UNIDO)⁵² e Washington (G-24)⁵³.

Em 2025, o Iraque detém a presidência pró tempore do G-77.

Destaques do G-77

09 de maio de 2025 - Declaração realizada pela República do Iraque em nome do G-77 e da China nas consultas informais no nível de embaixadores e apresentação da versão ZERO da declaração política para a cúpula social mundial sob o título “a 2ª Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social

⁴⁸ UNCTAD - Comércio de Desenvolvimento da ONU

⁴⁹ UNEP - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

⁵⁰ UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

⁵¹ FAO - Organização para a Alimentação e Agricultura e IFAD - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola

⁵² UNIDO - Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

⁵³ G-24 - Assuntos monetários internacionais e desenvolvimento

O Grupo considerou o rascunho zero uma base sólida para reafirmar o compromisso com a Declaração de Copenhague e a Agenda 2030. Apesar de algum progresso desde a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social há 30 anos, os desafios globais, especialmente pobreza, emprego e inclusão social, continuam a impactar desproporcionalmente as pessoas. Com menos de cinco anos para cumprir os ODS, são necessárias ações urgentes e concretas, em nível nacional e global, especialmente nos países em desenvolvimento.

Sobre o rascunho, o G-77 e a China fizeram algumas considerações:

Para avançar de forma efetiva, é fundamental **construir a ponte para o legado da Agenda 2030**, conectando compromissos passados com as metas futuras de desenvolvimento sustentável. Nesse processo, é imprescindível **fortalecer a solidariedade** internacional, promovendo confiança mútua e cooperação multilateral. Para garantir resultados duradouros, deve-se investir em **instituições resilientes**, capazes de responder aos desafios sociais e econômicos com eficácia e transparência. Além disso, é necessário criar um **ambiente favorável** que estimule o desenvolvimento econômico, social, cultural e tecnológico, ampliando as oportunidades para todos.

Por fim, cabe reafirmar os **princípios da Carta da ONU — harmonia, igualdade, soberania, diversidade cultural e direitos humanos — como compromissos fundamentais** que devem guiar todas as nossas ações no caminho para o desenvolvimento social inclusivo e sustentável.

Além disso, fizeram diversas sugestões ao texto para que o tornasse mais expressivo e robusto.

Sugestões de Fortalecimento do texto

É imprescindível reafirmar o direito ao desenvolvimento como base para a promoção do progresso social e econômico. A Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA) desempenha um papel crucial especialmente para apoiar os países em desenvolvimento. A erradicação da pobreza continua sendo a maior prioridade global, demandando ações efetivas e inclusivas.

A educação deve ser valorizada como um direito fundamental e como motor da inclusão social e da mobilidade, proporcionando oportunidades para todos. É fundamental proteger os direitos dos migrantes, assegurando apoio e segurança para essa população vulnerável. Ao mesmo tempo, é necessário combater as medidas coercitivas unilaterais que dificultam o progresso do desenvolvimento em várias regiões.

Para enfrentar os desafios do emprego informal e avançar no cumprimento do ODS 8, devem-se implementar estratégias que promovam a transição para uma economia formal, com proteção social e igualdade salarial. No âmbito econômico, é vital garantir um sistema comercial multilateral justo, baseado em regras e não discriminatório, centrado na Organização Mundial do Comércio (OMC), com apoio específico ao Sul Global e melhor acesso a mercados.

O desenvolvimento deve estar fundamentado em estratégias nacionais que respeitem prioridades, culturas, democracia e participação popular. É urgente eliminar as desigualdades digitais por meio de apoio financeiro, tecnológico e estruturas de governança que assegurem a proteção de dados e o uso inclusivo da inteligência artificial.

É essencial reforçar a conexão entre desenvolvimento social, direitos humanos, paz, segurança, dignidade humana e inclusão para resultados sustentáveis. Também é necessário

abordar os impactos históricos do colonialismo, respeitando a integridade territorial e a independência política dos Estados.

Deve-se adotar políticas específicas para o envelhecimento populacional, aproveitando os dividendos demográficos para o avanço social. A inclusão deve ser ampliada, com um foco particular em pessoas com deficiências e grupos vulneráveis.

Reconhece-se a situação precária enfrentada pelas mulheres no setor informal, que lidam com falta de proteção social e desigualdades salariais, exigindo ações concretas. A garantia do acesso equitativo a tecnologias de saúde de qualidade, vacinas, medicamentos e produção local, além do fortalecimento dos sistemas de saúde, é fundamental para o direito à saúde.

Deve-se também incluir a promoção da integração social de pessoas de ascendência africana, pessoas em situação de rua e assentados informais. E é preciso combater o racismo estrutural, a discriminação e a xenofobia.

Além disso, deve-se incorporar referências à desertificação, assim como manter discussões sobre resiliência climática e transição justa, mantendo o compromisso internacional firme.

Por fim, deve-se apoiar um mecanismo robusto de monitoramento e revisão, com um papel fortalecido para a Comissão de Desenvolvimento Social (CSocD) após a 2ª Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social.

06 de maio de 2025 - Declaração realizada pela República do Iraque em nome do G-77 e da China sobre o item 155 da pauta: Aspectos administrativos e orçamentários do financiamento das operações de manutenção da paz da ONU por conta de apoio, na 2ª parte da retomada da 79ª sessão do 5º Comitê da AGNU

O G-77 e a China são fortes apoiadores das operações de paz da ONU, com seus membros contribuindo financeiramente e sendo os maiores provedores de tropas e policiais e a maioria das missões ativas está sediada em países pertencentes a esse grupo. Para o período de julho de 2025 a junho de 2026, o orçamento proposto para a conta de apoio é de US\$ 427,1 milhões, contemplando 1.534 cargos distribuídos em 17 entidades, o que representa um aumento de cerca de US\$ 43 milhões em relação ao ciclo anterior. Esse incremento orçamentário deve-se a ajustes nos custos, novas necessidades operacionais e à ampliação do apoio em áreas como gestão ambiental e transições de missões.

O Grupo destacou que os recursos destinados ao apoio devem ser adequados, constantes e alinhados com os mandatos estabelecidos pelo Conselho de Segurança e pela Assembleia Geral. Reconheceram a recomendação do Comitê Consultivo sobre Questões Administrativas e Orçamentárias (ACABQ) para a realização de uma revisão funcional e de pessoal. No entanto, insistiram que tais revisões não devem implicar em redução do efetivo nem comprometer a qualidade ou a agilidade do suporte prestado às operações de paz. Além disso, defenderam que a conta de apoio mantenha flexibilidade e escalabilidade, a fim de responder às mudanças nas necessidades das missões, com alocação de recursos transparente e fundamentada em demandas reais.

Quanto às reformas de gestão atualmente em curso, o Grupo ressaltou que estas devem preservar a responsabilidade e fortalecer o papel do Secretariado no apoio às operações, e não o enfraquecer.

O suporte oferecido pela Sede da ONU às missões de paz deve ser integrado e eficiente, evitando duplicidades e garantindo alta qualidade nos serviços prestados em campo.

Por fim, o Grupo salientou a importância de uma ampla representação dos países contribuintes de tropas e policiais, especialmente em cargos de alto nível, tanto nas missões quanto na Sede, para assegurar maior coerência no cumprimento dos mandatos.

05 de maio de 2025 - Declaração realizada pela República do Iraque em nome do G-77 e da China sobre o item 155 da pauta: Aspectos administrativos e orçamentários do financiamento das operações de manutenção da paz da ONU: Posição financeira atualizada das missões de manutenção de paz encerradas na 2ª parte da retomada da 79ª sessão do 5º Comitê da AGNU

O 5º Comitê da AGNU é responsável pelas questões administrativas e orçamentárias da ONU

O Grupo analisou o relatório do Secretário-Geral sobre a situação financeira de 32 missões de paz encerradas da ONU em junho de 2024. Expressou grande preocupação pelo fato de 13 dessas missões apresentarem um déficit de caixa de US\$ 156,3 milhões, principalmente devido à inadimplência de contribuições por parte dos Estados-membros, o que impede a quitação de obrigações pendentes com fornecedores, terceiros, Estados-membros e países contribuintes de tropas e policiais (algumas pendências já duram anos).

O Grupo destacou a necessidade de que essas dívidas sejam liquidadas com prioridade e reforça o apelo para que os Estados-membros cumpram integralmente e pontualmente suas obrigações financeiras.

Além disso, 19 missões encerradas apresentam um saldo positivo de US\$ 5,75 milhões, decorrente principalmente de ativos residuais de duas missões específicas, mas ressalta a necessidade de monitoramento rigoroso e resolução rápida de todas as pendências. Duas missões passaram de déficit a superávit devido a rendimentos de juros. O Grupo registrou com satisfação que não houve empréstimos de fundos de missões encerradas para o orçamento regular.

O documento destacou a importância de atualizações financeiras regulares e, embora apoie as propostas para devolução de saldos excedentes aos Estados-membros, afirmaram que o pagamento das contribuições em aberto é a única solução duradoura. O Grupo solicitou ao Secretário-Geral que mantenha a Assembleia Geral informada sobre o andamento dessas questões.

05 de maio de 2025 - Declaração realizada pela República do Iraque em nome do G-77 e da China sobre o item 155 da pauta: Aspectos administrativos e orçamentários do financiamento das operações de manutenção da paz da ONU: Orçamento para a base logística da ONU em Brindisi, Itália (UNLB) e o orçamento para o centro de serviços regionais em Entebbe, Uganda RSCE)

Sobre a base logística em Brindisi (UNLB)

O Grupo destacou que a Base Logística em Brindisi, operacional desde 1994, apoia missões de campo globalmente por meio de gestão logística, de TIC e de cadeias de suprimentos. O Grupo pretende revisar as necessidades de recursos para 2025/2026 e buscou informações detalhadas e transparentes sobre os serviços prestados, os recursos necessários e os arranjos de recuperação de custos (com expectativa de uma receita de US\$ 16,9 milhões).

Ressaltaram a importância do contínuo melhoramento do modelo de escalabilidade, enfatizaram a necessidade de transparência e conformidade com as regras de compras da ONU (observando que o conceito de compras sustentáveis ainda não foi aprovado) e incentivaram esforços adicionais para alcançar equilíbrio de gênero e representação geográfica equitativa no quadro de pessoal, especialmente em cargos de liderança.

Sobre o Centro Regional de Serviços em Entebbe (RSCE)

O Grupo deseja recordar que a resolução 64/269, da AGNU, estabeleceu o Centro Regional de Serviços em Entebbe como o primeiro Centro de Serviços Compartilhados para Missões na região, no âmbito da Estratégia Global de Apoio em Campo, e que a Assembleia Geral, por meio da resolução 69/307, concedeu ao Centro independência operacional e gerencial.

O Grupo reconheceu o importante trabalho do Centro na prestação de serviços a 16 clientes, incluindo seis (6) Missões de Paz e escritórios de apoio e nove (9) Missões Políticas Especiais, bem como outras Missões na região, incluindo funções residuais de liquidação para missões de paz em encerramento ou já encerradas.

O Grupo observou que o Centro presta apoio a mais de 46% do quadro de pessoal do secretariado da ONU em todo o mundo e atende a mais de 16.449 funcionários, incluindo pessoal internacional, nacional e efetivos uniformizados. A carga de trabalho, a complexidade e o volume de transações realizadas pelo Centro aumentaram significativamente e, portanto, é importante que receba recursos financeiros e humanos adequados para que o Centro possa cumprir seu mandato.

O Grupo observou com apreço o contínuo melhoramento do modelo de escalabilidade do RSCE e reconheceu que tal modelo orienta as necessidades administrativas e orçamentárias do Centro. Diante disso, é importante permitir um período de estabilização da escalabilidade do Centro para alcançar de forma ideal as eficiências previstas e garantir que futuras revisões desse modelo não prejudiquem o cumprimento do mandato nem as necessidades de recursos do RSCE.

O Grupo destacou que, no que diz respeito à cultura de eficiência, o RSCE já economizou mais de 200 milhões de dólares com redução de custos para a Organização, incluindo 166 milhões desde sua criação, 45,8 milhões de economia em missões clientes e 17,3 milhões em descontos por pagamentos antecipados, além de economias adicionais decorrentes de esforços de nacionalização.

Em relação ao quadro de pessoal do Centro, o Grupo recordou que a AGNU solicitou ao Secretário-Geral que assegurasse a concessão de contratos contínuos ao pessoal nacional do Centro, em consonância com as disposições relevantes das resoluções da Assembleia Geral, e, portanto, pede ao Secretário-Geral que agilize a concessão de contratos contínuos ao pessoal nacional que atenda aos requisitos de elegibilidade, em conformidade com o Regulamento e as Regras do Pessoal das Nações Unidas.

Considerando o cenário em transformação das operações de paz e o papel do RSCE no contexto da arquitetura global de apoio, o Grupo destaca a importância do Centro e a necessidade de aproveitar a expertise adquirida pelo RSCE em Entebbe ao longo dos anos. O Grupo aguarda com expectativa a revisão em andamento referente à expansão dos serviços transacionais e todas as capacidades do RSCE para outras entidades das Nações Unidas, à Secretaria e à União Africana, com base na recuperação de custos.

05 de maio de 2025 - Declaração realizada pela República do Iraque em nome do G-77 e da China sobre o item 136 da pauta: Relatórios financeiros e demonstrações financeiras auditadas e relatórios do conselho de auditores sobre as operações de manutenção da paz da ONU durante a 2ª parte da retomada da 79ª sessão do 5º Comitê da AGNU

O 5º Comitê da AGNU é responsável pelas questões administrativas e orçamentárias da ONU

O Grupo reconheceu o importante apoio prestado pelo Comitê Consultivo sobre Questões Administrativas e Orçamentárias (ACABQ) e destaca a necessidade da apresentação oportuna de relatórios para garantir que o Comitê possa concluir seu trabalho.

O Grupo expressou sua gratidão a todos os integrantes das operações de paz pela dedicação e sacrifício. Comprometeu-se a analisar cuidadosamente todos os itens da agenda, especialmente aqueles relacionados aos aspectos financeiros das operações de paz, como questões transversais, missões encerradas, a Conta de Apoio e os respectivos orçamentos.

O Grupo também enfatizou a importância de uma alocação realista de tempo para lidar com a intensa carga de trabalho do Comitê e garantir deliberações eficazes.

05 de maio de 2025 - Declaração realizada pela República do Iraque em nome do G-77 e da China durante as consultas informais sobre o rascunho ZERO da Declaração Ministerial do HLPF 2025, convocado sob os auspícios do ECOSC e do segmento de alto-nível do ECOSOC 2025

O G-77 e a China começaram dizendo que o texto não refletia elementos importantes para o Grupo e portanto, eles iriam revisar o documento minuciosamente.

Eles enfatizaram a importância crucial de manter o foco na revisão da Agenda 2030 e de seus ODS, especialmente dos ODS em revisão este ano (3, 5, 8, 14, 17).

Diante do atual contexto global, todos devem se comprometer em produzir um documento que aborde não apenas os desafios do desenvolvimento, mas que também avance soluções duradouras e meios eficazes de implementação. Com menos de cinco anos até 2030, a tarefa de implementar os ODS é extremamente desafiadora. Portanto, é vital acelerar os esforços para cumprir a ambiciosa agenda que estabelecemos em 2015.

Por fim, é fundamental ter claro que este exercício não se resume a produzir um documento conciso, trata-se de traçar um caminho melhor para bilhões de pessoas ao redor do mundo que sofrem de diversas maneiras.

Principais Pontos do Texto relacionado ao ODS 3:

1. A Atenção Primária à Saúde (APS) deve ser apresentada explicitamente como parte integrante da Cobertura Universal da Saúde, seguindo a linguagem globalmente acordada para o fortalecimento dos sistemas de saúde, e não como um conceito separado.
2. Embora relacionado à saúde, WASH (água, Saneamento e Higiene) não deve ser incluído como componente da UHC ou APS, pois está ligado a infraestrutura, educação e redução da pobreza, e deve ser tratado como prioridade de desenvolvimento, com destaque próprio.
3. Reconhece-se a necessidade urgente de enfrentar a escassez global de profissionais de saúde, contudo, recomenda-se que a força de trabalho em saúde seja discutida isoladamente, separada dos temas de assistência oficial ao desenvolvimento (ODA), para manter clareza conceitual e foco em educação, emprego, retenção e capacitação institucional.

4. Solicita-se esclarecimento sobre o uso do termo “educação em saúde” no contexto da promoção da saúde e do bem-estar em países em desenvolvimento, visando alinhamento com o quadro geral da UHC.
5. Embora reconheça o impacto dos riscos ambientais sobre a saúde, o Grupo pede a remoção da menção à conexão entre saúde, poluição ambiental, mudança climática e perda de biodiversidade em determinada parte do texto, pois isso ultrapassa o escopo do ODS 3 e deve ser tratado em fóruns específicos como o UNFCCC.

Propostas para Inclusão na Revisão do Texto:

- ✓ Abordar determinantes sociais e econômicos mais amplos da saúde, incluindo insegurança alimentar recorrente, desnutrição e eliminação da pobreza como fatores centrais para o direito à saúde.
 - ✓ Incorporar linguagem da recente negociação intergovernamental sobre prevenção, preparação e resposta a pandemias, destacando o acesso equitativo e oportuno a produtos de saúde relacionados à pandemia, cooperação internacional, solidariedade e soberania estatal.
 - ✓ Garantir acesso oportuno, equitativo e sem barreiras a medicamentos, vacinas, diagnósticos, terapêuticos e tecnologias de saúde seguras, acessíveis, eficazes e de qualidade.
 - ✓ Promover transferência de tecnologia e compartilhamento de know-how para fortalecer capacidades locais e regionais de fabricação de insumos essenciais contra pandemias.
 - ✓ Apoiar países em desenvolvimento na construção de expertise e capacidade produtiva de vacinas, diagnósticos e medicamentos, especialmente diante de altos preços e acesso desigual.
 - ✓ Reconhecer que preços elevados de produtos de saúde e o custo financeiro para usuários dificultam o avanço da UHC, especialmente nos países em desenvolvimento.
 - ✓ Alertar sobre a concentração das instalações de fabricação em poucos países, e a falta de infraestrutura nos países em desenvolvimento, o que compromete o acesso oportuno a produtos de saúde, principalmente em emergências.
 - ✓ Manifestar preocupação com o acesso desigual dos países em desenvolvimento a vacinas e tecnologias contra COVID-19, e fortalecer iniciativas para garantir equidade no acesso.
 - ✓ Reafirmar que a UHC implica acesso não discriminatório a serviços e produtos essenciais de saúde (preventivos, curativos, reabilitadores, paliativos) sem dificuldades financeiras, com ênfase na população mais pobre e vulnerável.
 - ✓ Reconhecer o impacto desproporcional da COVID-19 sobre migrantes, seu papel essencial durante a pandemia e a necessidade de garantir-lhes acesso a cuidados de saúde e proteção contra retornos inseguros.
6. Reitera-se a necessidade de um compromisso abrangente e orientado para a ação já no primeiro rascunho, refletindo as prioridades e desafios dos países em desenvolvimento na busca pelo ODS 3 e na recuperação dos impactos das emergências globais de saúde.

O Grupo ainda destacou os ODS 5, 8 14 e 17.

Para ler a Declaração completa, [clique aqui](#).

02 de maio de 2025 - Declaração realizada pela República do Iraque em nome do G-77 e da China durante as segundas consultas interseccionais dos representantes permanentes do Comitê preparatório da 4ª Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento (FfD4)

- O Grupo está comprometido com um Documento Final inclusivo, equilibrado e orientado para a ação para a 4ª Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento (FfD4), com foco nas prioridades de desenvolvimento dos países.

- O Documento Final deve defender os princípios de equidade, sustentabilidade e o direito ao desenvolvimento.

Os principais elementos que devem ser mantidos incluem:

- ✓ Reforma da governança das instituições financeiras internacionais para uma representação justa dos países em desenvolvimento.
- ✓ Fortalecimento da rede de segurança financeira global para melhorar a resiliência e a liquidez.
- ✓ Mobilização de financiamento adequado, previsível e concessional, incluindo o cumprimento da meta de 0,7% de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (ODA).
- ✓ Melhoramento da cooperação internacional em ciência, tecnologia e inovação, especialmente para tecnologias emergentes como a inteligência artificial.
- ✓ Combate aos fluxos financeiros ilícitos e aumento da transparência fiscal.
- ✓ Promoção de um sistema de comércio multilateral justo, inclusivo, baseado em regras, não discriminatório e equitativo.
- ✓ Redução do custo de capital e aumento dos fluxos de capital privado para o desenvolvimento sustentável.
- ✓ Eliminar medidas econômicas, financeiras ou comerciais unilaterais inconsistentes com o direito internacional e a Carta da ONU.

O texto deve ser simplificado para evitar repetições, especialmente no que diz respeito a negócios privados, finanças, redução de riscos, financiamento combinado e promoção de investimentos, sem comprometer a substância.

- ✓ A inclusão é vital e o documento deve abordar de forma justa as diversas necessidades dos Países Menos Desenvolvidos, Países em Desenvolvimento Sem Litoral, Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento e Países de Renda Média.
- ✓ Medidas de impacto importantes incluem a reorientação voluntária de Direitos Especiais de Saque (DES) não utilizados, o aumento dos empréstimos do Banco Multilateral de Desenvolvimento (BMD), o apoio à mobilização de recursos internos e o financiamento climático adicional — todos essenciais para permitir um progresso significativo para os países em desenvolvimento.

01 de maio de 2025 - Declaração realizada pela República do Iraque em nome do G-77 e da China na 4ª sessão do comitê preparatório da 4ª Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento (FfD4) – Painel de discussão 7: negócios privados e finanças nacionais e internacionais

Desde a Agenda de Ação de Adis Abeba, a mobilização de capital privado para o desenvolvimento sustentável nos países em desenvolvimento tem ficado aquém das necessidades, com declínio do investimento estrangeiro direto e barreiras persistentes, como restrições regulatórias e percepções equivocadas de risco.

O G-77 e a China veem o processo FfD4 como uma oportunidade crucial para uma mudança de paradigma que impulsione os investimentos privados, abordando barreiras estruturais e criando um ambiente propício para investimentos estáveis, voltados para o desenvolvimento e de longo prazo.

As principais ações deveriam incluir o fortalecimento dos mercados de capitais nacionais, a melhoria do acesso das micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) ao financiamento e o apoio ao setor privado para diversificar as economias e criar empregos decentes, especialmente em setores sustentáveis, como infraestrutura e energia.

Os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs) desempenham um papel fundamental na redução de riscos de investimentos, fornecendo capital inicial, garantias e empréstimos em moeda local para ampliar o financiamento combinado e atrair a participação do setor privado alinhada às estratégias nacionais de desenvolvimento.

Ferramentas financeiras inovadoras, como títulos vinculados à sustentabilidade e sukuk⁵⁴, podem ajudar a desenvolver os mercados de capitais locais, aumentar o espaço fiscal e compartilhar riscos/recompensas entre os setores público e privado.

Os padrões ambientais, sociais e de governança não devem sobrecarregar os países em desenvolvimento nem reduzir sua competitividade; eles devem refletir realidades e prioridades diversas, apoiadas por plataformas inclusivas.

Há convergência no reconhecimento do potencial das remessas para o desenvolvimento sustentável, enfatizando a educação digital e financeira para migrantes e suas famílias.

Lembraram ainda que o financiamento privado complementa, mas não pode substituir, a Ajuda Oficial Desenvolvimento; depender exclusivamente do setor privado para preencher lacunas de financiamento sem ODA e recursos públicos é irrealista.

01 de maio de 2025 - Declaração realizada pela República do Iraque em nome do G-77 e da China na 4ª sessão do comitê preparatório da 4ª Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento (FfD4) – Painel de discussão 6: O comércio como motor para o desenvolvimento

O grupo começou dizendo que, o comércio internacional, um importante impulsionador do desenvolvimento, está cada vez mais ameaçado pelo aumento de tarifas e restrições comerciais que violam as regras da OMC em meio a negociações multilaterais paralisadas.

Embora a tecnologia digital abra novas oportunidades comerciais, a automação corre o risco de prejudicar os modelos de desenvolvimento que dependem de exportações de produtos

⁵⁴ Sukuk são certificados financeiros islâmicos semelhantes a títulos, mas em conformidade com a lei islâmica (Sharia). Ao contrário dos títulos convencionais que representam dívidas com pagamento de juros (proibidos pelo Islã), os sukuk representam a propriedade de um ativo tangível, projeto ou investimento. Os investidores obtêm retornos a partir do lucro gerado pelo ativo subjacente, e não dos juros.

manufaturados de baixo custo. Os países em desenvolvimento, incluindo os países menos desenvolvidos, os países em desenvolvimento sem litoral, os países africanos e os países de renda média, enfrentam desafios significativos devido à limitação de suas capacidades produtivas e suas infraestruturas.

Para garantir um sistema de comércio multilateral justo, aberto e baseado em regras, os países devem evitar medidas econômicas ou comerciais unilaterais que violem o direito internacional.

As medidas comerciais ambientais não devem ser discriminatórias ou injustificadamente restritivas e devem basear-se no consenso internacional ao abordar questões globais.

O Grupo insistiu na defesa da reciprocidade no acesso a mercados com base em concessões mutuamente acordadas, e não em tarifas uniformes. Isso é importante para proteger o acesso dos países em desenvolvimento aos principais mercados em condições justas e previsíveis. Reafirmaram o compromisso com um sistema de comércio transparente e inclusivo, centrado na OMC, incentivando a adesão e o apoio dos países em desenvolvimento.

Lembraram da importância da implementação plena dos acordos da OMC e a finalização dos acordos pendentes, como o Acordo de Subsídios à Pesca de 2022. Além disso, é essencial um tratamento especial e diferenciado para os países em desenvolvimento, para que estes possam enfrentar seus desafios específicos e permitir sua plena participação.

O Grupo apoiou a criação de espaço político dentro das regras da OMC para investimentos em desenvolvimento sustentável, juntamente com as reformas em andamento de tratados e acordos de investimento desatualizados para promover os ODS.

Houve um apelo para a avaliação do impacto de medidas comerciais e econômicas unilaterais no desenvolvimento sustentável por meio do Fórum de Financiamento para o Desenvolvimento do ECOSOC. Reconhecendo as crises de curto prazo enfrentadas pelos países membros em desenvolvimento, o Grupo se comprometeu a construir infraestrutura física e digital relacionada ao comércio, com foco em corredores de transporte que aliviem os gargalos comerciais, especialmente para os países mais vulneráveis.

Foi enfatizado o apoio aos países de renda média para modernizar a infraestrutura comercial e incrementar os corredores regionais. Deve-se ainda fortalecer o papel da UNCTAD para que haja esforços integrativos de comércio e desenvolvimento em finanças, tecnologia, investimento e desenvolvimento sustentável.

São necessários mecanismos de financiamento ao comércio para fornecer crédito acessível, reduzir custos e ajudar micro, pequenas e médias empresas em países em desenvolvimento, a acessar mercados internacionais. Apoiaram o papel do Centro de Comércio Internacional na capacitação e no acesso a mercados para micro, pequenas e médias empresas em países em desenvolvimento.

Por fim, o Grupo se comprometeu a impulsionar a competitividade das exportações, apoiando setores capazes de competir globalmente e fortalecendo a participação das indústrias locais nas cadeias de valor, promovendo a industrialização e o crescimento. Os países em desenvolvimento e os Países menos desenvolvidos ricos em recursos devem manter total flexibilidade política em relação aos minerais críticos, com ênfase na transparência, na responsabilização e na integridade financeira nesse setor.

01 de maio de 2025 - Declaração realizada pela República do Iraque em nome do G-77 e da China na 4ª sessão do comitê preparatório da 4ª Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento (FfD4) – Painel de discussão 5: Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

O G-77 e a China falaram primeiro, sobre a Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA).

Reafirmaram o papel fundamental da ODA na cooperação internacional para o desenvolvimento.

A necessidade do compromisso com o cumprimento da meta de 0,7% da ODA e a reversão dos recentes cortes no financiamento da ODA.

É preciso melhorar a qualidade da ODA, aumentando o apoio orçamentário, definindo claramente a ODA para excluir custos não relacionados ao desenvolvimento e aumentando a parcela de doações.

Em segundo lugar, o G-77 e a China se manifestaram em relação aos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs). É preciso um compromisso para triplicar os empréstimos dos BMDs e aumentar seu capital. É preciso apoiar propostas que facilitem a recanalização de Direitos Especiais de Saque (DESS) por meio dos BMDs. Importante melhorar as condições dos empréstimos dos BMDs, incluindo mais empréstimos concessionais, prazos de pagamento mais longos e maior volume de empréstimos em moedas locais.

Em terceiro lugar, o Grupo se manifestou sobre a expansão do acesso ao financiamento concessional, dizendo que é preciso utilizar critérios além do PIB para determinar a elegibilidade para financiamento concessional.

Em quarto lugar, no que diz respeito à cooperação para o desenvolvimento, o Grupo considerou que é importante promover lideranças e apropriação dos processos, de desenvolvimento, pelos países. E deve-se desvincular a ajuda, reduzir a fragmentação da ajuda, aumentar a transparência, a responsabilização mútua e melhorar a previsibilidade por meio de acordos plurianuais e financiamento central. E é preciso fortalecer o papel central da ONU na definição de padrões e no monitoramento da cooperação para o desenvolvimento por meio de um Fórum de Cooperação para o Desenvolvimento fortalecido.

Em quinto lugar, e em relação ao financiamento climático, o Grupo priorizou a manutenção do princípio da adicionalidade, garantindo que o financiamento climático seja novo e não reduza a ODA, com um compromisso claro de evitar a dupla contabilização entre ODA e financiamento climático.

01 de maio de 2025 - Declaração realizada pela República do Iraque em nome do G-77 e da China na 4ª sessão do comitê preparatório da 4ª Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento (FfD4) – Painel de discussão 4: Recursos públicos nacionais

O G-77 e a China reafirmaram que políticas públicas eficazes, junto com a mobilização e o uso responsável dos recursos públicos nacionais baseados na apropriação nacional, são centrais para financiar o desenvolvimento sustentável e alcançar os ODS. Para isso, é fundamental ampliar o apoio institucional, tecnológico e a capacitação de pessoas, de acordo com as necessidades dos países em desenvolvimento, especialmente em sistemas fiscais e na mobilização de recursos nacionais.

Destacaram a importância de fortalecer as políticas e sistemas fiscais nacionais para atender às prioridades do desenvolvimento sustentável, incluindo sistemas tributários progressivos e eficientes, que combatam a desigualdade e aumentem a arrecadação, além de incentivar a ampliação da base tributária, respeitando integralmente a soberania tributária de cada país. Nesse sentido, valorizam a prioridade dada ao fortalecimento da mobilização de recursos nacionais.

Também consideraram importante a inclusão de medidas que enfrentem os fluxos financeiros ilícitos e promovam a transparência fiscal, elementos essenciais para proteger e maximizar as receitas nacionais.

O Grupo destacou que combater eficazmente a evasão fiscal, a corrupção e os vazamentos de recursos são fundamentais para assegurar que os recursos nacionais sejam arrecadados, preservados e aplicados em prol dos objetivos de desenvolvimento nacionais.

Adicionalmente, ressaltaram a necessidade de criar estruturas sólidas e inovadoras para garantir a participação contínua do setor privado no financiamento do desenvolvimento, respeitando as características e prioridades específicas de cada país. Parcerias público-privadas, mecanismos de financiamento misto e incentivos direcionados para investimentos sustentáveis podem ser estimulados, desde que alinhados às metas de desenvolvimento e às formas de concessão de cada nação.

30 de abril de 2025 – Declaração realizada pela República do Iraque em nome do G-77 e da China na 4ª sessão do comitê preparatório da 4ª Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento (FfD4) – Painel de discussão 3: Ciência, tecnologia, inovação e desenvolvimento de capacidades

O G-77 e a China acolheram com satisfação o amplo consenso alcançado durante as consultas informais sobre Ciência, Tecnologia, Inovação (CTI) e Capacitação, ressaltando o papel fundamental da CTI para o desenvolvimento sustentável, a promoção da inclusão e o intercâmbio de inovações. Alertaram que avanços tecnológicos e digitais desregulados podem excluir certos países, a menos que sejam sustentados por uma cooperação internacional robusta, investimentos direcionados e fortalecimento da capacitação, especialmente nos países em desenvolvimento.

Consideraram o Fórum FFD do ECOSOC uma plataforma fundamental para compartilhar exemplos de sucesso, identificar desafios e mobilizar investimentos direcionados para fortalecer as capacidades de CTI nos países em desenvolvimento e apelaram para uma cooperação em ciência aberta, infraestrutura digital e bens públicos digitais.

Observando que os países em desenvolvimento são frequentemente excluídos das discussões sobre governança da IA, o Grupo defendeu maior inclusão, financiamento adequado e ambientes favoráveis para que esses países desenvolvam capacidades de IA e reduzam a exclusão digital. Também apoiaram a expansão da Infraestrutura Pública Digital para impulsionar a inclusão financeira e o crescimento econômico.

O Grupo enfatizou a oportunidade de tornar o processo de Financiamento para o Desenvolvimento prospectivo e cooperativo, insistindo em flexibilidade nas negociações para garantir acordos sólidos e inclusivos.

30 de abril de 2025 – Declaração realizada pela República do Iraque em nome do G-77 e da China na 4ª sessão do comitê preparatório da 4ª Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento (FfD4) – Painel de discussão 1: Arquitetura Financeira Internacional e questões sistêmicas

O G-77 e a China enfatizaram que o fortalecimento da rede de segurança financeira global requer uma governança econômica justa e inclusiva, com maior representação e poder de voto para os países em desenvolvimento em instituições como o FMI e o Banco Mundial. Eles defenderam a restauração dos votos básicos do FMI para 1/9 do total de direitos de voto⁵⁵ e uma boa revisão da participação acionária do Banco Mundial em 2025, garantindo uma tomada de decisão transparente e responsável, além de uma liderança geograficamente equilibrada.

As propostas para melhorar os recursos e a resiliência da rede de segurança financeira é bem-vinda, mas o G-77 e a China permaneceram preocupados com os esforços para remover medidas importantes que poderiam prejudicar o sucesso da Conferência. O Grupo insistiu na expansão da rede de segurança para abordar vulnerabilidades multidimensionais e torná-la mais confiável para os países em desenvolvimento investirem no desenvolvimento sustentável.

Reconhecendo que os países em desenvolvimento carecem de mecanismos confiáveis de apoio à crise em comparação com as redes bilaterais de ajuda dos países desenvolvidos, eles propuseram discutir uma linha de troca (*swap*) multilateral do FMI para melhor proteger economias mais vulneráveis.

O Grupo defendeu uma melhor utilização dos Direitos Especiais de Saque (DSE) para enfrentar os desafios de liquidez, incluindo um manual para melhorar a eficiência da emissão de DSE, a reorientação voluntária de 50% dos DSE não utilizados de países desenvolvidos para países em desenvolvimento e uma emissão anual de US\$ 300 bilhões para o financiamento do desenvolvimento sustentável. O Grupo criticou as condicionalidades que limitam o acesso a esses fundos onde são mais necessários.

Em relação à regulamentação financeira, eles esclareceram a necessidade de transparência, objetividade e responsabilização, esperando um progresso nas reformas das Agências de Classificação de Crédito, propondo diálogos anuais de alto nível com os Estados-Membros e melhores metodologias de classificação de crédito que reflitam os riscos multidimensionais e os esforços dos países em desenvolvimento para gerir os déficits fiscais. Seria melhor se houvessem classificações de longo prazo que fossem mais fortes e que recompensassem os investimentos e a resiliência em desenvolvimento sustentável.

⁵⁵ No FMI, cada país-membro tem dois tipos de votos:

Votos básicos: iguais para todos os membros, visando garantir um poder mínimo de voto, independentemente do porte econômico.

Votos baseados em cotas: baseados na contribuição financeira (cota) de um país, refletindo seu porte econômico.

Originalmente, os votos básicos representavam 1/9 de todos os votos combinados, proporcionando aos países pequenos ou em desenvolvimento uma influência relativamente maior.

Com o tempo, à medida que as cotas aumentavam e o número de membros se expandia, a proporção de votos básicos caiu abaixo desse nível de 1/9, reduzindo a voz relativa das nações menores.

Restaurar os votos básicos para 1/9 do total de direitos de voto significa aumentar a parcela desses votos iguais para reequilibrar o poder de voto de forma mais justa em favor dos países em desenvolvimento.

Portanto, esta proposta visa dar a todos os países uma voz mais forte e igualitária no FMI, independentemente de sua contribuição financeira.

30 de abril de 2025 – Declaração realizada pela República do Iraque em nome do G-77 e da China na 4ª sessão do comitê preparatório da 4ª Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento (FfD4) – Debate de alto-nível: um quadro de financiamento global renovado

O G-77 e a China enfatizaram a importância da reunião do Comitê Preparatório como um passo em direção a um resultado forte e equilibrado para a 4ª Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento (FfD4), em meio a desafios globais como desigualdade, pobreza, tensões geopolíticas, riscos climáticos e um déficit de financiamento de US\$ 4 trilhões para os ODS.

Eles destacaram três prioridades:

Reformar o sistema financeiro internacional para dar mais voz aos países em desenvolvimento, melhorar o acesso ao financiamento e reduzir os custos de capital, com a ONU desempenhando um papel fundamental para garantir a equidade.

Preencher o déficit de financiamento dos ODS cumprindo os compromissos dos países desenvolvidos com a Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (ODA), ampliando a cooperação Sul-Sul, apoiando a reestruturação justa da dívida, combatendo fluxos financeiros ilícitos e fortalecendo a cooperação tributária inclusiva.

Respeitar a soberania nacional e as prioridades de desenvolvimento alinhadas aos acordos internacionais.

O Grupo insiste com os parceiros a agirem com flexibilidade e solidariedade para alcançar resultados concretos na reforma financeira e na mobilização de recursos.

28 de abril de 2025 – Declaração realizada pela República do Iraque em nome do G-77 e da China durante o debate geral da 4ª sessão do Comitê de Informação

Reconhecendo o Departamento de Comunicações Globais (DGC) por seu papel vital na promoção de mensagens da ONU sobre paz, segurança, desenvolvimento, direitos humanos e resposta a crises globais, incluindo conflitos, mudanças climáticas e desafios dos ODS, o Grupo enfatizou a necessidade do fortalecimento da parceria entre o DGC e o Comitê de Informação para melhorar, cada vez mais, as comunicações estratégicas da ONU e apelaram por apoio contínuo aos esforços de comunicação do DGC sobre a crise na Palestina.

Ressaltaram a importância de disseminar informações precisas, imparciais e multilíngues, ao mesmo tempo em que devem combater a desinformação e eliminar as lacunas de acesso à informação por meio de financiamento e cooperação.

O Grupo reafirmou seu compromisso com os princípios da ONU, incluindo liberdade de imprensa, pluralismo e liberdade de expressão, e enfatizou a importância de proteção de jornalistas, condenando ataques a eles como violações do direito internacional.

28 de abril de 2025 – Declaração realizada pela República do Iraque em nome do G-77 e da China durante as consultas informais sobre o documento de reflexão dos co-facilitadores para a Declaração Política da reunião de alto-nível sobre a prevenção e controle de doenças não transmissíveis e a promoção da saúde mental e do bem-estar.

A 4ª Reunião de Alto Nível da AGNU sobre Prevenção e Controle de Doenças Não Transmissíveis (DNTs) e Promoção da Saúde Mental e Bem-Estar (HLM4) está agendada para 25 de setembro de 2025 durante a 80ª sessão da Assembleia Geral da ONU.

O Grupo gostaria de destacar o seguinte para a Declaração Política da 4ª Reunião de Alto Nível da AGNU sobre Prevenção e Controle de Doenças Não Transmissíveis (DNTs) e Promoção da Saúde Mental e Bem-Estar (HLM4)

1. Reiterar a Declaração Política da 3ª Reunião de Alto Nível da AGNU sobre a Prevenção e o Controle das Doenças Não Transmissíveis que foi realizada em 27 de setembro de 2018.
2. Reconhecer que a pobreza é o maior desafio global e que sua erradicação, em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema e multidimensional, é um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável.
3. Ressaltar a necessidade de erradicar a fome e a desnutrição como prioridade primária para a prevenção e o controle das Doenças Não Transmissíveis, reconhecendo, ao mesmo tempo, que o peso destas doenças agrava a pobreza, gera desigualdades e dificulta o desenvolvimento dos países.
4. Priorizar uma abordagem de saúde que leve em consideração as prioridades e circunstâncias de cada país, permitindo flexibilidade aos Estados-Membros na formulação e implementação de suas políticas públicas.
5. Enfatizar o papel da promoção da saúde como uma abordagem preventiva e custo-efetiva para abordar os determinantes da saúde, o que ajudará a reduzir os fatores de risco das Doenças Não Transmissíveis e o peso sobre os sistemas de saúde.
6. Ressaltar o importante papel da Cobertura Universal de Saúde no enfrentamento das Doenças Não Transmissíveis.
7. Deve-se priorizar os países em desenvolvimento.
8. Mobilizar e alocar recursos adequados, previsíveis e sustentáveis para a prevenção e o controle das Doenças Não Transmissíveis.
9. fomentar a solidariedade global e o esforço coletivo, e instar os Estados-Membros a fortalecerem a cooperação internacional, inclusive apoiando esforços para desenvolver e fortalecer a capacidade nos países em desenvolvimento, por meio do reforço da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento e do apoio financeiro e técnico, e facilitando o acesso a produtos médicos de alto custo.
10. Reafirmar que a disponibilidade frequente de dados e a vigilância são essenciais para monitorar o progresso, defender recursos e garantir o monitoramento e a responsabilização adequados.
11. É importante considerar outras Reuniões de Alto Nível relacionadas à saúde para evitar sobreposições de agendas.

Movimento dos Países Não Alinhados (MNA)

O MNA é a maior coligação de países depois das Nações Unidas, criada em 1961, hoje, o movimento é composto por 121 Estados Membros de todas as partes do mundo. Existem ainda 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

O Gabinete de Coordenação é sediado na ONU, sendo o principal instrumento para dirigir o trabalho das forças-tarefa, comitês e grupos de trabalho do MNA. O trabalho diário do MNA é realizado por Grupos de Trabalho, em nome do Gabinete de Coordenação.

De 2024 a 2027, a presidência do MNA está a cargo da República de Uganda. O presidente de Uganda, Yoweri Museveni é o presidente do Movimento dos Não-Alinhados. A Delegação de Uganda junto às Nações Unidas é o representante do Presidente na ONU.

Destaque do MNA

Centro do MNA para o Estudo do Movimento dos Não-Alinhados, localizado em Belgrado, Sérvia com foco na pesquisa e educação sobre a história e os princípios do movimento não alinhado.



Este Centro de Estudos do Movimento dos Países Não Alinhados, estrategicamente sediado em Belgrado não é somente um centro de preservação da memória, mas também um repositório vivo, encarregado da pesquisa e da educação continuada sobre a história e os princípios normativos do MNA.

O Centro atua como um conector entre o legado histórico, desde as raízes intelectuais vindas da Conferência de Bandung em 1955 e a formulação de princípios como os de Panchsheel, até os debates sobre a Nova Ordem Econômica Internacional (NIEO), e os desafios contemporâneos que confrontam o Sul Global.

Vale lembrar que os Princípios de Panchsheel, também conhecidos como os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica, são um conjunto de regras que visam orientar as relações entre governos de estados soberanos, promovendo a paz e a cooperação. A primeira codificação formal destes princípios ocorreu no acordo sobre Comércio e Intercâmbio entre a região do Tibete da China e a Índia, assinado em 29 de abril de 1954.

A ênfase do MNA na coexistência pacífica e na resolução diplomática de conflitos pode ser conectada à diplomacia da saúde, com vistas à cooperação em saúde, como vigilância epidemiológica transfronteiriça, respostas conjuntas a surtos ou programas de saúde em zonas de conflito, podendo servir como medidas de construção de confiança e abrir canais de diálogo entre nações, mesmo em contextos de tensão política, resgatando o ideal não alinhado de buscar a paz através da cooperação prática.

A missão institucional deste Centro de Estudos do MNA é a pesquisa e a educação, funcionando como um centro acadêmico e intelectual, atraindo pesquisadores, diplomatas, estudantes e analistas de diversas disciplinas para investigar a rica e multifacetada trajetória do MNA. Suas atividades, como conferências, publicações, manutenção de arquivos, promoção de debates, visam não apenas documentar o passado, mas extrair lições e analisar criticamente a evolução dos princípios fundacionais do MNA que são a soberania, a integridade territorial, o princípio da não agressão, da não intervenção, da igualdade, da coexistência pacífica, da cooperação Sul-Sul, em face das transformações globais.

Nesta perspectiva, o Centro não é apenas um guardião passivo da memória do MNA, ele é um agente ativo na construção social do significado do não-alinhamento.

Movimento Jovem dos Não Alinhados (NAMYO)

A Organização Jovem do Movimento dos Não-Alinhados (NAMYO) foi inaugurada oficialmente em outubro de 2021 em Baku no Azerbaijão e, desde então, vem atuando como

uma plataforma ampla, criando oportunidades para que os jovens possam se manifestar, apresentar suas ideias e perspectivas em temas relacionados com a conjuntura política global capacitando os mais jovens para se tornarem líderes do futuro.

Destaques do NAMYO

Movimento Jovem dos Não Alinhados



27 de abril de 2025 – Memorando de Entendimento de Khankend

Durante a cerimônia de abertura da Simulação da COP, o Movimento Jovem dos Não Alinhados e o Centro Regional Eurasiático do Fórum da Juventude da Cooperação Islâmica assinaram o Memorando de Entendimento de Khankend.

No mesmo evento, foi elaborado o Pacto da Juventude de Khankend, que tem como objetivo promover a participação ativa dos jovens em questões ambientais e mudanças climáticas. O pacto busca:

- Aumentar a conscientização sobre a importância da proteção ambiental e a necessidade de ações concretas para enfrentar as mudanças climáticas;
- Incentivar o engajamento dos jovens em iniciativas e políticas ambientais, reconhecendo seu papel fundamental na construção de um futuro sustentável;
- Facilitar a colaboração internacional entre jovens de diferentes países e organizações, promovendo o diálogo sobre práticas e soluções para os desafios ambientais globais.

Esse pacto representa um passo importante para fortalecer a voz da juventude na luta por um planeta mais sustentável.

Centro Sul

O Centro Sul é uma organização intergovernamental de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra, na Suíça, criada em 1995, que funciona como um *think tank* de reflexão e ação política em prol do Sul global. O Centro Sul sucedeu a Comissão do Sul, cujo principal objetivo era fortalecer a cooperação Sul-Sul nos assuntos internacionais. Em 2025, celebra seu 30º aniversário.



08 de maio de 2025 - O Centro Sul realizou sua 25ª Reunião do Conselho Administrativo em que os Estados-membros revisaram e opinaram sobre as atividades e a situação financeira do Centro Sul e expressaram seu apreço pelo trabalho realizado pela Secretariado, liderada pelo Diretor Executivo Dr. Carlos Correa.

E realizou sua 52ª Reunião do Conselho, presidida pelo ex-presidente Thabo Mbeki, da África do Sul em que revisou as atividades realizadas no 2º semestre de 2024 e discutiu estratégias para melhorar o apoio às operações do Centro.



08 de maio de 2025 - O Centro Sul participou ativamente do Comitê Preparatório da UNCTAD XVI, que realizou a primeira análise dos resultados preliminares, para dar suporte aos países em desenvolvimento para a concretização de metas ambiciosas, visando a revitalização e o fortalecimento das atividades da UNCTAD ao longo dos próximos quatro anos.



01 de maio de 2025 – O Centro Sul, participou da reunião do FfD4 PrepCom para apoiar os países em desenvolvimento em sua busca por melhores resultados na gestão da dívida soberana, atração de investimento estrangeiro direto e melhora da mobilização de recursos internos para o financiamento sustentável do desenvolvimento.

Além disso, o Centro Sul, a g20org e o Departamento de Planejamento, Monitoramento e Avaliação da África do Sul coorganizaram um evento paralelo para discutir as iniciativas da presidência sul-africana do G20 voltadas ao fortalecimento dos esforços internacionais contra os fluxos financeiros ilícitos e à mobilização de recursos internos no Sul Global.



29 de abril de 2025 - O Centro Sul realizou uma reunião direcionada aos países membros de língua francesa, sobre as áreas de pesquisa e as atividades de apoio a negociações multilaterais desenvolvidas pelo Centro Sul.



28 de abril de 2025 - Em um briefing com embaixadores organizado pelo Centro Sul, o Diretor Executivo, Prof. Carlos Correa, enfatizou a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos como fundamentais para o direito à saúde. Ele reafirmou o compromisso do Centro Sul e instou os países do Sul Global a defenderem uma abordagem baseada em direitos, Cooperação Sul-Sul e soberania em saúde para defender a saúde sexual e reprodutiva em meio a crises globais.



02 de maio de 2025 - O Conselho Executivo da OMS discutiu o fortalecimento do financiamento global da saúde em meio à crescente incerteza quanto ao financiamento da OMS, com o anúncio da retirada dos EUA - Por Viviana Munoz Tellez

Repercussões da saída planejada dos EUA da OMS

O anúncio dos Estados Unidos de sua saída da Organização Mundial da Saúde (OMS) alterou bastante o trabalho da OMS, já que os EUA são o maior contribuinte individual da Organização Mundial da Saúde (OMS). A OMS já enfrentava pressão crescente, com demandas cada vez maiores para executar suas atividades, porém sem

recursos financeiros suficientes. Uma das prioridades da OMS é garantir um financiamento constante e sustentável.

Nesse sentido, os Estados-Membros concordaram em aumentar suas contribuições obrigatórias, elevando a participação dessas contribuições no orçamento base de 20% para até 50% até o ciclo orçamentário de 2030-2031.

Essa mudança ainda não entrou em vigor, mas uma primeira rodada de investimentos foi realizada no ano passado para ampliar a base de doadores. Além disso, reformulações internas foram implementadas para garantir o financiamento das prioridades essenciais, aumentando a eficiência operacional e a supervisão financeira.

A lacuna de financiamento decorrente da retirada dos Estados Unidos afetará as atividades da OMS a partir de 2025. O Conselho Executivo (CE) tinha previsto de analisar em fevereiro passado, o projeto de orçamento-programa para o período de 2026-2027, formulado em conformidade com o 14º Programa Geral de Trabalho 2025-2028 (GPW 14), adotado em 2024. Todavia, diante das iminentes reduções no financiamento, fez-se necessário submeter tal projeto a uma revisão adicional antes de sua submissão à Assembleia Mundial da Saúde em maio. As novas restrições de financiamento da OMS impactam também o financiamento global da saúde e dificultam o avanço dos ODS especialmente o ODS3. Para ler o artigo completo, [clique aqui](#).



Pacto Digital Global: Traçando uma Nova Era na Governança Digital? - Aishwarya Narayanan

O Pacto Digital Global, adotado durante a Cúpula do Futuro em setembro de 2024, é o primeiro instrumento verdadeiramente multilateral que aborda questões relacionadas à governança digital global de forma abrangente e sistemática.

Embora este seja um avanço importante em termos de aumento da representatividade, melhoramento da coordenação e combate à fragmentação na governança digital, foi difícil alcançar o consenso e ainda há muita confusão em torno de sua interação com iniciativas e mecanismos existentes no sistema das Nações Unidas.

Apesar dos esforços de implementação já estarem em andamento, seu verdadeiro impacto e potencial para reduzir as desigualdades digitais só serão sentidos no futuro.

Para acessar o artigo completo, [clique aqui](#).

Visão do Sul



28 de abril de 2025 -Reestruturação da Mineração no Mali: Auditorias fiscais revelam perda massiva de receita e levam a mudanças políticas rigorosas

Anne Wanyagathi Maina e Kolawole Omole

As recentes mudanças regulatórias e acordos de disputas fiscais no Mali destacam a determinação do governo em garantir uma parcela maior dos benefícios econômicos de seus recursos naturais.

A abordagem do Mali representa uma lição para os países em desenvolvimento ricos em recursos.

O artigo explora as reformas tributárias do setor de mineração no país, as disputas e acordos fiscais subsequentes e suas implicações na mobilização de receitas.

Para ler o artigo completo, [clique aqui](#).

**G20 mobiliza reuniões sobre saúde, turismo e empoderamento de mulheres.
Diplomacia e Desafios Geopolíticos: Encontro EUA-Canadá e Tensão Índia-Paquistão.
Mercado ilícito, saúde e inflação na quinzena da OCDE**

***G20 holds meetings on health, tourism and women's empowerment. Diplomacy and
Geopolitical Challenges: US-Canada Meeting and India-Pakistan Tensions. Illicit
trade, health and inflation in the OECD fortnight***

***Pedro Burger
João Miguel Estephania
Vitória Kavanami
Thaiany Medeiros Cury
Nina Bouqvar
Paulo Esteves***

Abstract: *G20 - Gathered in their corresponding Working Groups and without much information disclosed, the G20 members mobilized discussions in the areas of health, tourism and women's empowerment.*

G7 - *In mid-May, Canada's new Prime Minister Mark Carney will visit the White House to restore ties with the US ahead of the G7 summit in June. Donald Trump's potential absence highlights his disregard for multilateralism. Meanwhile, G7 nations urge maximum restraint from both India and Pakistan.*

OCDE - *The OECD's highlights include a report on the market for counterfeit and pirated products, four studies on health-related issues and an update on global inflation.*

Keywords: *G20; G7; OECD; South Africa; Diplomacy; International Cooperation*

Resumo: *G20 - Reunidos nos respectivos Grupos de Trabalho e ainda sem muitas informações divulgadas, os membros do G20 mobilizaram discussões nas áreas da saúde, turismo e empoderamento das mulheres.*

G7 - *Na segunda semana de maio, o novo primeiro-ministro canadense Mark Carney visitará a Casa Branca buscando reatar laços com os EUA antes da cúpula do G7, marcada para junho no Canadá. A presença incerta de Donald Trump na reunião reflete seu histórico de desdém ao multilateralismo. Em paralelo, o G7 se mobiliza para conter tensões entre Índia e Paquistão após recentes ataques.*

OCDE - *Os destaques da OCDE se dividem entre um relatório sobre o mercado de contrafeitos e produtos pirateados, quatro estudos de assuntos relacionados à saúde e atualização sobre a inflação mundial.*

Palavras-chave: *G20; G7; OCDE; África do Sul; Diplomacia; Cooperação Internacional.*

G20

Com foco nos profissionais da área, o Grupo de Trabalho de Saúde (HWG, na sigla em inglês) do G20 realizou sua terceira reunião nos dias 8 e 9 de maio, em formato virtual⁵⁶. O encontro teve como pauta central a força de trabalho em saúde, reconhecida como alicerce dos sistemas de saúde e elemento estratégico para a conquista da cobertura universal (CUS), do crescimento inclusivo, da equidade e da segurança sanitária global. Atualmente, os países membros do G20 respondem por cerca de 73% da força de trabalho mundial em saúde — que inclui médicos, enfermeiros, parteiras, dentistas e farmacêuticos — e abrangem aproximadamente 59% da população global coberta por esses profissionais.

A segunda reunião do HWG foi realizada em março, na província sul-africana de KwaZulu-Natal. Na ocasião, o ministro da saúde, Dr. Aaron Motsoaledi, destacou a necessidade de os países realocarem recursos para o setor, fortalecerem as parcerias globais em saúde e buscarem mecanismos inovadores de financiamento como forma de enfrentar as persistentes lacunas orçamentárias. Já neste encontro, sob o tema “Acelerar a equidade na saúde, a solidariedade e a cobertura universal”, as discussões giraram em torno de tópicos como: o aumento dos investimentos em educação, empregabilidade e capacitação da força de trabalho em saúde e assistência; o fomento a inovações digitais, tecnológicas e à elevação da produtividade no setor; além da promoção de condições de trabalho dignas, proteção integral e suporte adequado aos profissionais que atuam nesses serviços essenciais.

Até o momento, não foram divulgadas informações adicionais sobre o encontro, o que segue o padrão de baixa transparência e comunicação adotadas por esta gestão do bloco. Vale lembrar que o fortalecimento dos recursos humanos para a saúde figura entre as cinco prioridades estabelecidas para a área neste mandato, ao lado do enfrentamento das doenças não transmissíveis (DNTs), da prevenção, preparação e resposta a pandemias (PPRP), da ênfase na atenção primária à saúde (APS) e da promoção da ciência e inovação voltadas à saúde e ao crescimento econômico.

Nesse contexto, algumas diretrizes preliminares sobre o tema da reunião já haviam sido anunciadas⁵⁷, com o objetivo de destacar a relevância do tema e construir consensos entre os países do G20 sobre políticas voltadas à formação, à criação de empregos dignos e à retenção da força de trabalho em saúde e assistência. A proposta central é que até a Cúpula dos Líderes possam ser desenvolvidas soluções sustentáveis para essa força de trabalho, com foco na promoção da atenção primária como caminho para a cobertura universal de saúde (CUS), na preparação e resposta a emergências sanitárias, e na inovação baseada em evidências científicas.

Entre as ações previstas, para além do encontro realizado em maio, está a discussão sobre a viabilidade de mecanismos de financiamento, tanto nacionais quanto internacionais, que possam apoiar a superação da crise de escassez e má distribuição de profissionais na área. Tais discussões deverão priorizar soluções sustentáveis, inovadoras e equitativas, com ênfase especial no enfrentamento do subinvestimento e no aproveitamento do potencial das tecnologias digitais em saúde. Por fim, recomenda-se que os Estados Membros do G20 considerem alinhar suas estratégias à Carta Africana de Investimento na Força de Trabalho em

⁵⁶ Health Department hosts G20 Health Working Group meeting. SA News. 8 mai. 2025. Disponível em: <https://www.sanews.gov.za/south-africa/health-department-hosts-g20-health-working-group-meeting>. Acesso em: 11 mai. 2025.

⁵⁷ HWG. G20. [s.d.]. Disponível em: <https://g20.org/track/health/>. Acesso em: 03 fev. 2025.

Saúde, como forma de promover sinergias e ampliar o impacto global das iniciativas voltadas ao setor.

A Fiocruz participa da delegação brasileira e, por isso, esteve presente nesta reunião virtual do HWG. A próxima reunião do HWG será presencial de 10 a 12 de junho em Johannesburg.

Além do trabalho específico do HWG, cabe destacar que as atenções se voltam para a 78ª Assembleia Mundial de Saúde (AMS), que ocorrerá em Genebra de 19 a 27 de maio. Durante a AMS, está previsto para acontecer a assinatura do instrumento de criação da Coalizão para Produção, Inovação e Acesso Equitativo Local e Regional, idealizada no G20 durante a presidência brasileira em 2024. Traremos mais informações sobre isso no próximo informe.

Em continuidade, outro encontro bastante significativo para a quinzena foi a realização da Conferência de Inclusão Financeira e Empoderamento das Mulheres do G20, nos dias 6 a 9 de maio⁵⁸. Baseado nos resultados da gestão brasileira no ano passado, o encontro deste ano teve como objetivo influenciar as futuras políticas do bloco por meio da apresentação de um Quadro de Diretrizes para a Integração das Prioridades das Mulheres⁵⁹. A proposta busca assegurar que o empoderamento econômico e financeiro delas continue sendo um elemento central nas reformas institucionais e econômicas globais.

Uma das principais novidades da Conferência deste ano é o lançamento de uma Trilha Acadêmica, que está sendo liderada pelo Centro de Desenvolvimento de Empreendedorismo da Universidade de Tecnologia de Tshwane (TUT). A trilha foi projetada para reunir pesquisadores e acadêmicos em uma série de diálogos sobre políticas e apresentações de pesquisas com o intuito de promover soluções baseadas em evidências para o empoderamento financeiro. Tal iniciativa está plenamente alinhada com as prioridades estabelecidas pela presidência sul-africana do G20, em especial com a segunda prioridade do Grupo de Trabalho de Empoderamento das Mulheres (EWWG): promover a inclusão financeira das mulheres e para as mulheres. Além disso, a proposta reforça o compromisso com as principais agendas de desenvolvimento, incluindo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, a Agenda 2063 da União Africana e o Plano Nacional de Desenvolvimento 2030 da África do Sul.

Organizado pelo Departamento de Mulheres, Juventude e Pessoas com Deficiência (DWYPD, na sigla em inglês), o evento cobriu sobretudo os seguintes assuntos: perspectivas políticas sobre a economia do cuidado; responsabilidades domésticas; promoção da inclusão financeira de e para mulheres; e o combate a violência baseada em gênero. Durante a abertura, Sindisiwe Chikunga, responsável pela administração do DWYPD, destacou em seu discurso⁶⁰ cinco eixos fundamentais para a inclusão financeira das mulheres que exigem atenção urgente: liderança econômica e participação em políticas públicas; reformas fiscais progressivas e revisão

⁵⁸ G20 conference champions financial inclusion and women's economic empowerment. SA News. 6 mai. 2025. Disponível em: <https://www.sanews.gov.za/south-africa/g20-conference-champions-financial-inclusion-and-womens-economic-empowerment>. Acesso em: 11 mai. 2025.

⁵⁹ Call for concrete roadmap to advance financial inclusion of women. SA News. 7 mai. 2025. Disponível em: <https://www.sanews.gov.za/africa-business-south-africa-world/call-concrete-roadmap-advance-financial-inclusion-women>. Acesso em: 11 mai. 2025.

⁶⁰ Ministry in the Presidency for women, youth and persons with disabilities Republic of South Africa. G20. 6 mai. 2025. Disponível em: <https://g20.org/g20-media/ministry-in-the-presidency-for-women-youth-and-persons-with-disabilities-republic-of-south-africa/>. Disponível em: 11 mai. 2025.

da arquitetura financeira global; acesso das mulheres à terra e a ativos produtivos; eliminação de barreiras comerciais com recorte de gênero; e ampliação do acesso ao crédito e a serviços financeiros⁶¹.

Segundo Chikunga a pobreza segue privando mulheres e meninas de serviços essenciais, como saúde e educação, além de restringir seu acesso a oportunidades socioeconômicas ao longo da vida. Mesmo quando existe o acesso a algumas dessas atividades, muitas das mulheres acabam relegadas ao setor informal, enfrentando dificuldades para acessar crédito e serviços financeiros formais. “Como resultado, as mulheres continuam a ser subrepresentadas nos cargos de tomada de decisões econômicas. Elas têm acesso limitado a crédito e capital, enfrentam discriminação no emprego, ganham menos, assumem responsabilidades desproporcionais de cuidados não remunerados e ficam para trás no acesso financeiro digital”, afirmou.

No eixo da liderança econômica, Chikunga defendeu a adoção de orçamentos sensíveis ao gênero em todos os órgãos governamentais, a implementação de cotas significativas para mulheres em instituições financeiras e órgãos reguladores, e a criação de conselhos econômicos especializados para fortalecer a participação feminina nos processos decisórios. A ministra também ressaltou a necessidade urgente de reformas estruturais para reduzir o déficit global de financiamento às mulheres empreendedoras, estimado em US\$ 1,7 trilhão, segundo o Fórum Econômico Mundial.

Outro ponto importante levantado foi a implicação da crescente pressão da dívida pública sobre as mulheres, podendo levar milhões delas à pobreza extrema à medida que os custos com o serviço da dívida desviam recursos de áreas fundamentais como educação e saúde. Por último, sobre a questão agrária, destacou o acesso à terra e a ativos produtivos como pilares essenciais da inclusão financeira e da geração de riqueza para as mulheres. "A inclusão econômica não pode coexistir com a falta de terra. Precisamos eliminar as barreiras legais, sociais e costumeiras que ainda impedem que as mulheres possuam terras, tenham acesso a crédito e controlem os meios de produção", concluiu.

Enfim, um último evento destacado no período foi o do Grupo de Trabalho de Turismo (TWG, na sigla em inglês), realizado nos dias 11 a 13 de maio⁶². E março, durante o primeiro encontro do grupo, os membros estabeleceram algumas prioridades para guiar a construção de um Plano de Ação de Turismo do G20, a saber: inteligência artificial e inovação centrada nas pessoas para melhorar startups de viagens e pequenas e médias empresas; financiamento e investimento em turismo para aumentar a igualdade e promover o desenvolvimento sustentável; conectividade aérea para viagens sem interrupções e uma resiliência aprimorada para o desenvolvimento do turismo inclusivo e sustentável.

Já neste segundo momento, a ministra de turismo da África do Sul, Patricia de Lille, ressaltou que um dos principais objetivos do encontro foi discutir como utilizar o turismo como um impulsionador de mudanças econômicas, sociais e ambientais. Especialmente num contexto pós pandemia onde o nomadismo digital e o trabalho remoto estão remodelando as tendências

⁶¹ Gendered socio-economic gap remains ‘untenable and unsustainable’. SA News. 7 mai. 2025. Disponível em: <https://www.sanews.gov.za/south-africa/gendered-socio-economic-gap-remains-untenable-and-unsustainable>. Acesso em: 11 mai. 2025.

⁶² SA to host Second G20 Tourism Working Group Meeting. SA News. 7 mai. 2025. Disponível em: <https://www.sanews.gov.za/south-africa/sa-host-second-g20-tourism-working-group-meeting>. Acesso em: 11 mai. 2025.

globais de viagens, é imprescindível explorar o potencial da área para apoiar a recuperação econômica de muitos países, bem como a transformação de longo prazo para uma economia verde. "Nem sempre é necessário reinventar a roda. Vamos analisar os métodos, as soluções e as experiências testadas e comprovadas que encontramos entre os membros do G20, porque às vezes tendemos a fazer as coisas começando do zero. Vamos aprender com boas práticas" disse a ministra⁶³.

O evento, que além dos membros reuniu 18 escolas de turismo e hotelaria, faz parte do chamado *Hackathon* de Turismo do G20, e tem a intenção de encontrar soluções criativas e tecnológicas para o setor⁶⁴. De acordo com De Lille, iniciativas como essas são vitais para preparar a próxima geração de líderes do turismo e exigem o investimento no desenvolvimento de habilidades como alfabetização digital, atendimento ao cliente orientado por IA, marketing digital, análise de dados e sustentabilidade. Ainda, como expressou em seu discurso, o turismo não se trata apenas de belas paisagens e experiências inesquecíveis, mas pode ser um poderoso motor para a criação de empregos e consequentemente o crescimento econômico. "Precisamos capacitar nossos jovens não apenas com habilidades, mas com orientação e oportunidades reais de liderança. Vamos transformar nossos jovens nos criadores de empregos de amanhã", completou.

G7

Na segunda semana de maio, a Casa Branca receberá o novo primeiro-ministro canadense Mark Carney, eleito em março deste ano. As perspectivas para o encontro rodam em torno da participação de Donald Trump na cúpula do G7, organizada para junho, em Alberta, Canadá. De acordo com fontes jornalísticas, a presença de Trump e seus assessores no evento principal do G7 ainda não está confirmada. Desde o início do seu mandato, o desprezo do presidente estadunidense quanto ao multilateralismo gera dúvidas acerca de sua participação. Sua ausência poderia significar uma confirmação da desconsideração das tradicionais alianças que os Estados Unidos carregam⁶⁵.

Um funcionário do governo canadense, em entrevista à CNN comentou que uma cúpula bem-sucedida do G7 conta com a presença de todos os membros e isso continua sendo uma prioridade para o Canadá. Portanto, espera-se que o encontro na próxima semana entre Carney e Trump seja uma oportunidade de Carney recuperar alguns laços com os EUA, discutindo principalmente as questões fronteiriças e tarifas entre os dois países, e exercer o diálogo para convencer Trump a participar de Alberta. Ao que parece, o novo primeiro-ministro ainda mantém sua imagem preservada perante ao presidente estadunidense, diferentemente de Justin Trudeau que saiu do governo recebendo ofensivas e ameaças de anexação de Trump. Isso não quer dizer que Trump tenha desistido do discurso de controle do Canadá, apenas não usa mais o termo "51º estado americano" ao se referir ao país vizinho ou sugere qualquer uso de

⁶³ G20 Presidency: Africa is ready. SA News. 11 mai. 2025. Disponível em: <https://www.sanews.gov.za/south-africa/g20-presidency-africa-ready>. Acesso em: 11 mai. 2025.

⁶⁴ Tourism key to youth jobs and economic growth. SA News. 7 mai. 2025. Disponível em: <https://www.sanews.gov.za/south-africa/tourism-key-youth-jobs-and-economic-growth>. Acesso em: 11 mai. 2025.

⁶⁵ As Carney visits White House, Trump hasn't committed to upcoming G7 in Canada. CNN. 2025. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2025/05/06/politics/carney-trump-meeting-white-house>>. Acesso em: 11/05/2025.

força militar. Entretanto, dá “boas vindas” caso o país queira se juntar aos Estados Unidos como território estadunidense⁶⁶.

As expectativas, por parte de Donald Trump, são de possíveis acordos com Carney. Já por parte do primeiro-ministro canadense, o encontro está sendo esperado com cautela, sem muita expectativa exceto pela oportunidade de melhoria das relações entre os dois Estados. Até o momento, a agenda não está definida para além da discussão geral sobre questões comerciais e de segurança. Autoridades canadenses não esperam grandes avanços em relação às tarifas já impostas (como ao aço e alumínio), apesar da possibilidade de lembrarem Trump da negociação e assinatura de um acordo comercial entre EUA, México e Canadá ainda durante seu primeiro mandato que vai na contramão dessa ofensiva comercial⁶⁷. Importante lembrar que na última reunião do G7 que o Trump participou no Canadá, em 2018, o líder americano não assinou a declaração final do G7 e, ainda, fez duras ofensivas a Trudeau, chamando-o de “fraco e desonesto”⁶⁸.

No que se refere ao conflito entre Índia e Paquistão, que ganhou novos contornos na última quarta-feira, dia 7 de maio, os países do G7 se mobilizaram para pedir aos vizinhos asiáticos que iniciassem um diálogo direto em meio ao acirramento das hostilidades a fim de alcançar um resultado pacífico. Em recente declaração, os países do G7 “condenam veementemente” o ataque de militares islâmicos na região da Caxemira, no fim de abril⁶⁹. Na ocasião, a Índia culpou o Paquistão, que negou as acusações e pediu uma investigação neutra. A Caxemira, de maioria muçulmana, é governada em parte pela Índia, de maioria hindu, e pelo Paquistão, de maioria islâmica, e tem sido uma arena de conflitos frequentes na última década.

Em paralelo, segundo o governo dos Estados Unidos, a Casa Branca ofereceu assistência para que ambos os países iniciassem “conversas construtivas”. O secretário de Estado, Marco Rubio, tem mantido o diálogo com ambos os países para que eles “reestabeleçam a comunicação direta para evitar erros de cálculo”. Segundo o analista internacional especialista no Sul da Ásia, Michael Kugelman, da revista Foreign Policy, a aproximação de Rubio em se conectar diretamente via ligação com os chefes militares e ministros das relações exteriores do Paquistão e Índia foi “a medida mais importante que os EUA tomaram” desde o início da crise. A situação é preocupante, visto que os dois países em conflito administram armas nucleares. Nos últimos anos, a Índia tem se colocado como uma parceira das potências ocidentais e neutralizadora da influência chinesa e o Paquistão segue sendo um aliado dos EUA⁷⁰.

OCDE

O constante desenvolvimento da globalização e a crescente interconexão das economias globais remodelaram as dinâmicas humanas e gerou novas oportunidades para o comércio e a inovação, melhorando aspectos como a eficiência, o desenvolvimento econômico

⁶⁶ Ibid. 2025.

⁶⁷ Ibid. 2025.

⁶⁸ Trump chama Trudeau de fraco e desonesto e diz não apoiar declaração do G7. PODER 360. 2018. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/internacional/trump-chama-trudeau-de-fraco-e-desonesto-e-diz-nao-apoia-declaracao-do-g7/>>. Acesso em: 11/05/2025.

⁶⁹ G7 Foreign Ministers’ statement on India and Pakistan. G7 CANADA. 2025. Disponível em: <<https://g7.canada.ca/en/news-and-media/news/g7-foreign-ministers-statement-on-india-and-pakistan/>>. Acesso em: 11/05/2025.

⁷⁰ US offers to help India and Pakistan start talks, G7 also urges dialogue. REUTERS. 2025. Disponível em: <<https://www.reuters.com/world/g7-nations-urge-india-pakistan-have-direct-dialogue-2025-05-10/>>. Acesso em: 11/05/2025.

e transformando os hábitos de consumo. Por outro lado, tal expansão e complexificação de cadeias de suprimentos e a ascensão do comércio eletrônico acabaram também por propiciar o comércio ilícito, especialmente o comércio de produtos falsificados e tornou mais desafiador proteger a propriedade intelectual e as marcas e fazer cumprir as regulamentações comerciais, além de representar riscos para a segurança pública, prejudica negócios legítimos e afeta a estabilidade econômica.

Diante do desenrolar dessa circunstância, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Instituto da Propriedade Intelectual da União Europeia (EUIPO) apresentaram durante a quinzena a publicação do estudo *“Mapping Global Trade in Fakes 2025: Global Trends and Enforcement Challenges”*⁷¹, uma produção conjunta oriunda de uma iniciativa entre as duas organizações refletindo sobre tal conjuntura.

O documento busca, portanto, oferecer um panorama detalhado do escopo, da escala e das principais características do mercado ilícito, com foco especial na União Europeia, além de analisar as tendências emergentes e enfatizar a urgência de esforços internacionais coordenados a fim de proteger as cadeias de suprimentos.

Seus resultados alertam sobre a gravidade da situação: com base nos dados mais recentes disponíveis, estima-se que produtos contrafeitos e pirateados representaram US\$ 467 bilhões no comércio global em 2021, configurando em até 2,3% do comércio global e até 4,7% das importações da UE. Vestuário, calçados e artigos de couro permaneceram entre os setores mais afetados, representando conjuntamente por 62% dos produtos falsificados apreendidos durante o período do estudo⁷². No entanto, constatou-se também que os falsificadores estão se expandindo para novos setores, atingindo quase todos os aspectos da vida cotidiana. Falsificações perigosas, incluindo peças automotivas, medicamentos, cosméticos, brinquedos e alimentos, têm se tornado cada vez mais predominantes, o que representa sérios riscos à saúde e à segurança do consumidor.

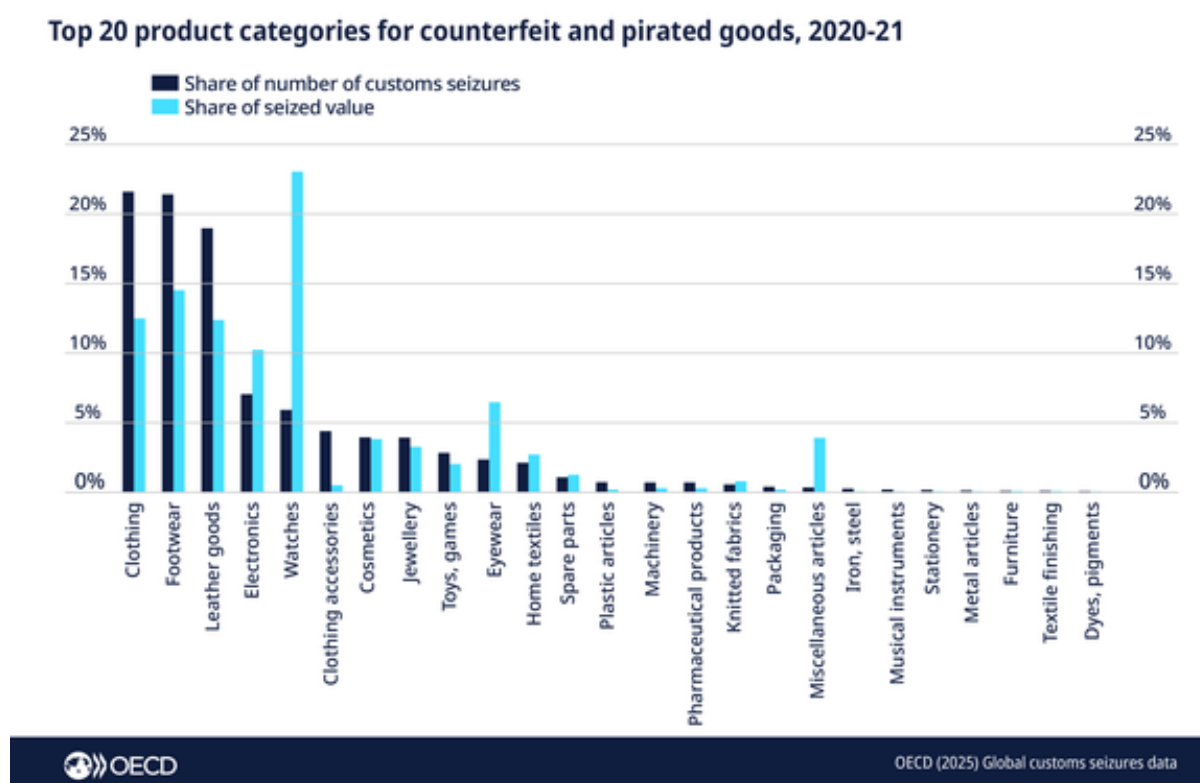
O documento publicado ainda procura traçar orientações práticas para formuladores de políticas protegerem os consumidores, apoiarem empresas legítimas e defenderem a integridade do comércio internacional de tal complexa e desafiante problemática. Advoga-se, então, em favor de um monitoramento contínuo e respostas mais coordenadas, incluindo o compartilhamento de informações em tempo real entre alfândegas, política, unidades de inteligência financeira e autoridades de fiscalização de mercado. As organizações também entendem que uma cooperação mais forte e o intercâmbio de práticas recomendadas entre intermediários comerciais, serviços postais e remessas, zonas de livre comércio e empresas de logísticas são essenciais para evitar o uso indevido de suas redes.

Ademais, durante o período de análise deste informe, a OCDE permaneceu a continuamente acrescentar diversos títulos, recursos e documentos próprios em seu acervo e biblioteca virtual, sendo, dentre tal fluxo de recentes ampliações, quatro pesquisas de assuntos relacionados à Saúde são aqui salientadas.

⁷¹ OCDE, EUIPO. Mapping Global Trade in Fakes 2025: Global Trends and Enforcement Challenges. Paris: OECD Publishing, 2025 [cited 2025 May 09]. Available from: <https://doi.org/10.1787/94d3b29f-en>.

⁷² OCDE. Global trade in fake goods reached USD 467 billion, posing risks to consumer safety and compromising intellectual property. OECD [Internet]. 2025 May 07 [cited 2025 May 09]. Available from: <https://www.oecd.org/en/about/news/press-releases/2025/05/global-trade-in-fake-goods-reached-USD-467-billion-posing-risks-to-consumer-safety-and-compromising-intellectual-property.html>.

Figura 1: As 20 principais categorias de produtos falsificados e pirateados, 2020-21.



Fonte: OCDE, 2025.

A primeira delas é o relatório *“OECD Reviews of Health Systems: Peru 2025”*⁷³, disponibilizado tanto nos idiomas inglês, como em espanhol na plataforma virtual da OCDE. Produto da iniciativa de organização voltada a examinar e analisar o desempenho dos sistemas nacionais de saúde de diversos países, a mais nova adição à revisão fornece interessantes informações sobre o sistema peruano e seu funcionamento, além de apresentar uma série de recomendações para a obtenção de um sistema de saúde mais equitativo, eficiente e sustentável, a fim de se alinhar com os padrões da OCDE e enfrentar os desafios encontrados no país latino-americano.

Paralelamente, o artigo intitulado *“Exploring the relationship between non-communicable diseases and depression”*⁷⁴ se preocupa em abordar sobre a questão das doenças não transmissíveis (DNTs) – tais como, por exemplo, câncer, diabetes, doenças cardiovasculares e respiratórias –, que estão entre as principais causas de incapacidade e morte nos países membros da OCDE, e sua relação com a depressão – o que pode, inclusive, piorar os resultados das DNTs, reduzir a qualidade de vida e aumentar os custos de saúde. Nesse sentido, os pesquisadores participantes do estudo procuraram entender se e até que ponto as DNTs aumentam o risco de depressão, concluindo assim que as pessoas que vivem com DNTs possuem um risco de 15% a 27% maior de sofrer de depressão, dependendo da doença. Além disso, perfis

⁷³ OCDE. OECD Reviews of Health Systems: Peru 2025. OECD Reviews of Health Systems [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2025 [cited 2025 May 09]. Available from: <https://doi.org/10.1787/f3ddb6a4-en>.

⁷⁴ Everard C, Vuik S, Lerouge A, Cecchini. Exploring the relationship between non-communicable diseases and depression. OECD Health Working Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2025 [cited 2025 May 09];178. Available from: <https://doi.org/10.1787/02a1cfc5-en>.

como mulheres e pessoas com dificuldades financeiras têm também maior probabilidade de sofrer de depressão.

A partir de seus resultados, o estudo, dessa forma, acentua em duas implicações políticas principais: (i) que deve-se levar em consideração a saúde mental e o bem-estar na política de DNTs, o que pode gerar benefícios para saúde e para os custos da saúde; e (ii) que as estratégias para redução a incidência de DNTs também podem reduzir a depressão, portanto os benefícios colaterais também devem ser considerados no desenvolvimento de políticas de promoção da saúde.

Já a pesquisa *“Towards identifying good practices in the assessment of digital medical devices”*⁷⁵ volta sua atenção para o tema de avaliação de tecnologias em saúde, especialmente devido à rápida evolução das tecnologias digitais de saúde e o grande interesse na análise de como governos têm se esforçado para adaptar e incrementar seus sistemas e os desafios enfrentados. Explorando casos de países como França, Alemanha, Israel, Coreia do Sul, Espanha e Reino Unido, o estudo revela como os mesmos têm abordado a avaliação de tecnologias em saúde, enfatizando os meios relevantes, as atribuições da tecnologia e métodos de avaliação. Os resultados apresentados no documento buscam contribuir para as discussões em andamento sobre a adaptação das estruturas da avaliação de tecnologias em saúde para melhorar a avaliação e a integração de dispositivos médicos digitais nos sistemas de saúde.

Outro destaque na recente leva de incrementos na biblioteca virtual da organização é o artigo intitulado *“Benefits of Regulation for Chemical Accident Prevention, Preparedness and Response”*⁷⁶, que ressalta a discussão sobre as estruturas legais para abordar a prevenção, a preparação e a resposta a acidentes químicos e a avaliação dos mesmos, frente aos acidentes químicos com graves consequências que continuam a acontecer nos países integrantes da OCDE e em todo mundo e os impactos da inação política ainda não suficientemente compreendidas por muitos tomadores de decisão. Desse modo, o documento apresentado objetiva fornecer informações básicas para apoiar a justificativa do porquê as regulamentações nesse campo são necessárias e como as regulamentações eficazes podem ser desenvolvidas.

Por fim, no que tange às atualizações apresentadas durante o período da quinzena pela organização sobre seus usuais estudos e medições estatísticas sobre a economia global, observa-se, novamente, que somente um de seus índices obteve seus dados atualizados.

Relativo ao seu acompanhamento sobre taxas de consumo e a inflação internacional, medido pelo Índice de Preços ao Consumidor (*Consumer Price Index*, em inglês)⁷⁷, agora com dados referentes ao mês de março de 2025, a pesquisa constatou que a inflação anual na OCDE recuou dos 4,5% em fevereiro para 4,2% no terceiro mês do ano – registrando, então, seu nível mais baixo desde julho de 2021. Durante o mês, a inflação diminuiu em 18 dos 28 países integrantes da entidade internacional – com as maiores quedas sendo registradas nos casos da

⁷⁵ Chapman S. Towards identifying good practices in the assessment of digital medical devices: Insights from several OECD countries. OECD Health Working Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2025 [cited 2025 May 09];177. Available from: <https://doi.org/10.1787/b485ee1f-en>.

⁷⁶ OCDE. Benefits of Regulation for Chemical Accident Prevention, Preparedness and Response: Presenting the Case for Senior Policymakers and other Stakeholders. Series on Chemical Accidents [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2025 [cited 2025 May 09]. Available from: <https://doi.org/10.1787/8b321d7e-en>.

⁷⁷ OCDE. Despite accelerating food prices, OECD headline inflation declines to 4.2% in March 2025. OECD [Internet]. 2025 May 07 [cited 2025 May 09]. Available from: <https://www.oecd.org/en/data/insights/statistical-releases/2025/05/consumer-prices-oecd-updated-7-may-2025.html>.

Estônia, da Hungria, da Noruega e da Turquia –, acelerou em 7 e ficou estável ou praticamente estável em 13 países. A inflação básica em março foi igual ou inferior a 2,0% em 11 países da OCDE, o mesmo número observado em fevereiro, e foi inferior a 1,0% em 4 países.

Apesar da desaceleração da inflação global da OCDE, o informe da pesquisa ressalta que os níveis médios de preços em toda a OCDE foram 32,7% mais altos em março de 2020 do que em dezembro de 2019, período prévio à emergência da pandemia de 2020.

Em paralelo, a inflação anual de alimentos da OCDE aflorou para 4,8% no terceiro mês do ano após os 4,4% de fevereiro, com aumentos em mais de dois terços dos países do grupo, enquanto notou-se uma queda na inflação de energia dos 3,8% de fevereiro para 3,0% em março, com reduções em 28 países.

Em relação aos dados coletados sobre a inflação anual nos países membros do G7, percebeu-se que a inflação permaneceu a diminuir e atingiu 2,4% em março, ante 3,7% em fevereiro. Na zona do Euro, a inflação medida pelo Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor (*Harmonised Index of Consumer Prices*, em inglês) foi de 2,2% após os 2,3% em fevereiro. No G20, a inflação recuou para 4,2% após os 4,3% no mês anterior.

Para o Brasil, BRICS deve primeiro consolidar tamanho atual, mas pode haver exceção a novas adesões

For Brazil, BRICS must first consolidate its current size, but there may be an exception for new members

Claudia Hoirisch

Abstract: Celso Amorim, special advisor to the Presidency of the Republic, indicated in Moscow that the BRICS countries may make an exception to expand the size of the group again, however, “the BRICS (first) must be consolidated as it is. Two countries that have been insisting on joining the bloc are Turkey and Venezuela. Turkey requested membership but received an invitation to become a partner last year. And Venezuela had its intended access as a partner vetoed by Brazil. Venezuelan authorities have reiterated to Brazil their interest in participating. Brazilian diplomats involved in the preparation of the July summit, to be held in Rio, have been rejecting another expansion, so much so that a new expansion was not included in the official agenda proposed by Brazil. Russian Foreign Minister Sergei Lavrov, however, defended the continuation of the expansion “very soon” and argued that partner associates would have priority to become members.

Keywords: BRICS. Expansion. Full-Member. Partner country.

Resumo: Celso Amorim, assessor especial da Presidência da República, indicou em Moscou que os países do BRICS podem abrir alguma exceção para expandir novamente o tamanho do grupo, entretanto, “o BRICS (primeiro) tem que ser consolidado como está. Dois países que vêm insistindo em ingressar no bloco são a Turquia e a Venezuela. A Turquia pediu um ingresso como membro, mas recebeu convite para parceiro no ano passado. E a Venezuela, teve o pretendido acesso como parceiro vetado pelo Brasil. As autoridades venezuelanas voltaram a reiterar ao Brasil o interesse de participar. Diplomatas brasileiros envolvidos na preparação da cúpula de julho, a ser sediada no Rio, vinham rechaçando outra ampliação, tanto assim, que uma nova expansão não entrou na pauta oficial proposta pelo Brasil. Já o chanceler russo Serguei Lavrov defendeu a continuidade da expansão “muito em breve” e defendeu que os associados parceiros teriam prioridade para se tornarem membros.

Keywords: BRICS. Expansão. Membro pleno. País parceiro.

Celso Amorim, assessor especial da Presidência da República, indicou em Moscou que os países do BRICS podem abrir alguma exceção para expandir novamente o tamanho do grupo. Entretanto, “o BRICS (primeiro) tem que ser consolidado como está. Tem uma exceção ou outra, não sei ainda direito como será, mas tem que ser consolidado basicamente com o tamanho (atual)”, disse Amorim. “Toda vez que você quer criar um grupo muito grande a coesão é muito difícil, então você não consegue tomar decisões. Eu acho que o BRICS está no tamanho certo”, afirmou Celso Amorim. Amorim defendeu que novas adesões não ocorram agora.

Diplomatas brasileiros envolvidos na preparação da cúpula de julho, a ser sediada no Rio, vinham rechaçando outra ampliação. Uma nova expansão não entrou na pauta oficial

proposta pelo Brasil. Mas um embaixador envolvido disse que “tudo pode ocorrer em se tratando de BRICS”. O grupo tem uma governança informal.

Atualmente, são membros plenos: Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul, e recentemente incorporou Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia, Indonésia e Irã. São parceiros: Belarus, Bolívia, Cazaquistão, Cuba, Malásia, Nigéria, Tailândia Uganda e Uzbequistão.

As últimas ampliações, em 2023 (plenos) e 2024 (parceiros), foram patrocinadas pela China e pela Rússia, a contragosto do Brasil. A diplomacia brasileira entende que o bloco grande perde coesão e que o País poderia ver seu protagonismo diluído.

A própria expansão dos membros criou empecilhos ao que já havia sido acordado antes e agora existe um esforço de adaptação institucional, formalização de regras e até do rodízio na presidência do bloco, que deverá respeitar a ordem alfabética dos nomes dos países em inglês.

Há insatisfação sobre o engajamento deles e o espaço previsto. Inicialmente, os “parceiros” foram convidados apenas para a reunião de chanceleres e de líderes e não possuem direito a veto. O grupo é guiado pela regra do consenso.

Dois países que vêm insistindo em ingressar no bloco são a Turquia e a Venezuela. A Turquia pediu um ingresso como membro, mas recebeu convite para parceiro no ano passado. E a Venezuela, por sua vez, teve o pretendido acesso como parceiro vetado pelo Brasil – Lula e o ditador Nicolás Maduro vivem um momento de estranhamento político. Questionado se agora o governo Lula desbloquearia o acesso do chavista, Amorim disse que “não precisa, porque não há nada bloqueado”. As autoridades venezuelanas voltaram a reiterar ao Brasil o interesse de participar^{78,79}.

Em abril, o chanceler russo Serguei Lavrov defendeu a continuidade da expansão “muito em breve” e defendeu que os associados parceiros teriam prioridade para se tornarem membros⁸⁰.

⁷⁸ <https://www.infomoney.com.br/mundo/brics-deve-consolidar-tamanho-atual-mas-pode-haver-excecao-a-nova-adesao-diz-amorim/>

⁷⁹ [Brics deve consolidar tamanho atual, mas pode haver exceção para nova adesão, indica Celso Amorim](#)

⁸⁰ [Chanceler da Rússia diz que expansão do Brics deve ser retomada em breve](#)

**Aproximações da América Latina com o Oriente:
uma saída para diversificação de parcerias?**

***Aproximaciones de América Latina con Oriente:
¿una salida para diversificar las alianzas?***

Sebastián Tobar
Samia de Brito Franco
Miryam Minayo

Resumo: Nessa edição do relatório trazemos um breve panorama político-diplomático dos países da região. Em seguida, como destaque, analisamos o Fórum China-CELAC que acontece nesse momento em Pequim. O Fórum não passou despercebido pela Casa Branca e comentamos sobre as estratégias do governo Trump na tentativa de contrabalançar o peso chinês e isolar a influência de Pequim na região. Ainda sobre o governo trumpista, observamos o resgate(?) por Washington dos opositores de Maduro asilados na embaixada Argentina, em Caracas. No âmbito das organizações regionais, a Cepal reviu as projeções de crescimento para a ALC e reduziu as suas previsões. O chanceleres do Mercosul se encontraram para discutir sobre o fortalecimento da integração regional e medidas para enfrentar a atual guerra comercial. O ORAS-Conhu discutiu o tema de migrações na região andina; o Conselho de Ministros de Saúde da América Central apresentou avanços estratégicos ao Parlamento Centro-americano e fortaleceram a cooperação em saúde regional com a OPAS e o SELA realizou fórum sobre desenvolvimento América Latina e Caribe – China. Por fim, atualizamos sobre a situação epidemiológica de sarampo na região das Américas, que tem sido fonte de preocupação.

Palavras-chave: América Latina e Caribe, CELAC, China, Integração regional

Resumen: En esta edición del informe, presentamos un breve panorama político-diplomático de los países de la región. A continuación, como tema destacado, analizamos el Foro China-CELAC que se lleva a cabo actualmente en Pekín. El Foro no pasó desapercibido para la Casa Blanca, y comentamos las estrategias del gobierno de Trump en su intento por contrarrestar el peso chino y aislar la influencia de Pekín en la región. También en relación con el gobierno trumpista, observamos el rescate por parte de Washington de los opositores a Maduro que se encontraban asilados en la embajada argentina en Caracas. En el ámbito de los organismos regionales, la CEPAL revisó sus proyecciones de crecimiento para América Latina y el Caribe, reduciendo sus estimaciones. Los cancilleres del Mercosur se reunieron para debatir sobre el fortalecimiento de la integración regional y las medidas necesarias para enfrentar la actual guerra comercial. Por su parte, el ORAS-Conhu abordó el tema de las migraciones en la región andina; el Consejo de Ministros de Salud de Centroamérica presentó avances estratégicos ante el Parlamento Centroamericano y fortaleció la cooperación regional en salud junto a la OPS; y el SELA organizó un foro sobre el desarrollo América Latina y el Caribe – China. Finalmente, actualizamos la situación epidemiológica del sarampión en la región de las Américas, que continúa siendo motivo de preocupación.

Palabras clave: América Latina y el Caribe, CELAC, China, Integración regional

Breve panorama dos países da região

Nas últimas semanas, a América Latina foi palco de uma série de acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e sanitários que refletem a complexidade e os desafios enfrentados pela região. Eleições provinciais na Argentina, tensões judiciais e políticas na Bolívia, movimentações diplomáticas do Chile na Ásia, e o papel da Colômbia no cenário internacional com a concessão de asilo ao ex-presidente panamenho são alguns dos episódios que marcaram o período. Somam-se a isso a intensificação das políticas migratórias na Costa Rica, alertas epidemiológicos no Equador, disputas territoriais e estratégicas no México, crises de segurança no Peru, o fechamento do ciclo eleitoral no Uruguai e o fortalecimento da aliança entre Venezuela, Rússia e Cuba. O conjunto desses eventos revela um panorama dinâmico de transformações e disputas internas e externas que moldam o presente e o futuro político da região.

A **Argentina**⁸¹ realizou eleições legislativas provinciais em quatro de suas províncias: Chaco, San Luis, Salta y Jujuy, onde os governadores obtiveram resultados muito bons, mas o partido governista de Milei, Libertad Avanza, não conseguiu obter números significativos. Um grande perdedor nessas eleições foi o peronismo, que não alcançou os resultados que seus candidatos esperavam.

Na **Bolívia**, o drama continua em relação às próximas eleições. Agora, a juíza Lilian Moreno, a mulher acusada de beneficiar Evo Morales ao revogar seu mandado de prisão no caso de tráfico, deve passar os próximos 30 dias na prisão. Acusada de desobediência a determinações em ações de defesa e de inconstitucionalidade e descumprimento de deveres de proteção à mulher em situação de violência, Moreno cumprirá prisão preventiva. Durante esse tempo, os promotores farão seu trabalho e investigarão os detalhes do caso.

Trinta e quatro ex-ministros “leais” a Evo Morales se uniram à polêmica e apelaram ao Alto Comissariado das Nações Unidas (ONU) para denunciar supostas violações de direitos humanos pelo ocorrido com o juiz que favoreceu o ex-cocaleiro⁸².

O presidente de **Chile**, Gabriel Boric liderará uma viagem pela Ásia, visitando a Expo de Osaka, se reunindo com o primeiro-ministro japonês em Tóquio e visitando a China, onde terá uma reunião bilateral com Xi Jinping. Boric tentará evitar qualquer potencial conflito⁸³ com os Estados Unidos, prestando atenção especial, principalmente, à situação na China, um país que foi severamente afetado pela guerra tarifária de Donald Trump. Boric quer seguir uma política externa que abra caminho para que investimentos americanos e chineses beneficiem o país sem exigir lealdades exclusivas. Mas essa tarefa exigirá não apenas diplomacia, mas também uma mistura de astúcia política, habilidades técnicas e estreita coordenação entre o governo, a oposição e o setor privado⁸⁴.

⁸¹ <https://www.pagina12.com.ar/824946-superdomingo-electoral-para-los-gobernadores>

⁸² <https://www.opinion.com.bo/articulo/pais/caso-evo-jueza-va-presa-palmasola-34-exministros-azules-recurren-onu/20250507000005971829.html>

⁸³ O governo do presidente Gabriel Boric tem procurado manter a neutralidade em relação ao conflito comercial entre os Estados Unidos e a China; uma tarefa às vezes complexa, quando o gigante asiático é o principal parceiro comercial do Chile. Isso, além do fato de que certas tensões surgiram com aquele país em relação à tecnologia e aos investimentos.

⁸⁴ <https://www.emol.com/noticias/Nacional/2025/05/09/1165820/boric-gira-china-guerra-comercial.html>

Na **Colômbia**, o Ministério das Relações Exteriores confirmou neste sábado, 10 de maio, que o governo colombiano concedeu asilo ao ex-presidente panamenho Ricardo Martinelli. Martinelli tem diversas condenações e julgamentos por todos os tipos de crimes enquanto foi presidente, entre 2009 e 2014. Em 2023, ao tentar retornar ao poder, foi condenado a quase 11 anos de prisão por lavagem de dinheiro durante o seu mandato, sentença que acabou sendo ratificada⁸⁵.

Costa Rica recebeu os primeiros 135 migrantes dos EUA para repatriação. Um total de 135 migrantes de países asiáticos e africanos chegaram hoje à Costa Rica, enviados pelo governo dos Estados Unidos para serem repatriados aos seus locais de origem. O voo de San Diego, EUA, chegou a San José com o grupo de migrantes de vários países, incluindo Cazaquistão, Tajiquistão, Uzbequistão, Geórgia e outros, de acordo com o Ministério da Segurança Pública. Os migrantes serão transferidos para o Centro Temporário de Atenção ao Migrante (CATEM⁸⁶), localizado na região sul do país, próximo à fronteira com o Panamá. O CATEM é um abrigo criado pelo governo da Costa Rica que inicialmente abrigava migrantes em trânsito do Panamá para os Estados Unidos. No entanto, agora está aceitando medidas para o retorno de migrantes em resposta às políticas anti-imigração do governo do presidente Donald Trump⁸⁷. O governo da Costa Rica afirmou que o acordo com os Estados Unidos visa servir de ponte para o repatriamento desses migrantes, que ficarão no país por um período entre três e seis semanas.

No **Equador**, o Ministério da Saúde Pública declarou alerta epidemiológico após um aumento preocupante de casos de febre amarela, coqueluche e leptospirose. Esta medida visa conter surtos localizados antes que eles se tornem uma epidemia nacional. Embora as autoridades de saúde insistam que esta não é uma crise generalizada, os números e surtos geram grande preocupação. Durante os primeiros meses de 2025, o Equador registrou 321 casos de **coqueluche**, o que representa um aumento de 127% em comparação ao mesmo período do ano passado. Em relação à **febre amarela**, um caso isolado apareceu em 2024 e, até o momento, em 2025, mais três foram confirmados, todos em províncias que fazem fronteira com o Peru. Isso reforça a teoria de que este é um problema regional, presente também na Colômbia, onde já foi declarada emergência nacional. Na cidade amazônica de Taisha (província de Morona Santiago), oito crianças morreram desde dezembro de 2024 devido à **leptospirose**⁸⁸.

A presidente de **México**, Claudia Sheinbaum entrou com uma ação judicial contra o Google; porque ele mudou o nome do Golfo do México para Golfo da América em seus mapas e plataformas⁸⁹. Enquanto isso, o Senado mexicano aprovou a Estratégia de Segurança Pública 2024-2030, proposta pela presidente Claudia Sheinbaum. A aprovação da estratégia ocorreu após a presença do Secretário de Segurança Pública e Participação Cidadã (SSPC), Omar García Harfuch, que passou mais de duas horas defendendo perante os parlamentares a nova política

⁸⁵ <https://www.elcolombiano.com/colombia/ricardo-martinelli-se-asila-en-colombia-EA27368914>

⁸⁶ O governo da Costa Rica confirmou que o CATEM tem capacidade para 1.500 pessoas e que os Estados Unidos financiarão a estadia dos migrantes que chegaram nesta quinta-feira, que serão atendidos por pessoal da Organização Internacional para as Migrações (OIM).

⁸⁷ <https://www.elpais.cr/2025/02/21/costa-rica-recibe-primeros-135-migrantes-provenientes-de-ee-uu-uu-para-ser-repatriados/>

⁸⁸ <https://ecuadornoticias360.com/ecuador-declara-la-alerta-epidemiologica-por-fiebre-amarilla-y-tos-ferina/>

⁸⁹ <https://www.eluniversal.com.mx/nacion/sheinbaum-interpone-demanda-contra-google-empresa-cambio-el-nombre-del-golfo-de-mexico-por-golfo-de-america-en-sus-mapas/>

que será seguida durante seu mandato de seis anos para alcançar a pacificação do país, conseguindo convencer a maioria da oposição⁹⁰.

No **Peru**, a presidente Dina Boluarte anuncia toque de recolher em Pataz após o massacre de 13 mineiros⁹¹. Enquanto isso, vale ressaltar que o Congresso Nacional Peruano negou permissão para Dina Boluarte deixar o país e comparecer ao funeral do Papa Francisco⁹².

O **Uruguai** realizou eleições municipais e a Frente Ampla manteve Montevideu e Canelones, recuperou Río Negro e perdeu Salto. Após as eleições de 11 de maio, que encerraram o ciclo eleitoral iniciado em 2024, o Partido Nacional (PN) governará em 13 municípios, a Frente Ampla (FA) o fará em três, a Coalizão Republicana (CR) governará em Salto —onde desbancou a FA— sob a liderança do nacionalista Carlos Albisu e o Partido Colorado (PC) continuará liderando o Município de Rivera. Em Lavalleja, com 100% dos votos apurados, a FA lidera o PN por 116 votos, então o resultado será determinado pelos votos observados⁹³.

O presidente da **Venezuela** Nicolás Maduro e o presidente russo Putin assinaram um Acordo de Parceria Estratégica e Cooperação de 10 anos. O tratado exige o desenvolvimento de uma infraestrutura financeira independente que facilite o comércio e o investimento, sem depender do investimento ocidental; investimentos conjuntos em petróleo, gás e mineração; a abertura de um maior número de rotas aéreas entre ambas as nações. Da mesma forma, propõe-se uma maior coordenação com a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e o Fórum dos Países Exportadores de Gás. A construção de uma estação terrestre na Venezuela para o sistema global de navegação (GLONASS) e a expansão da cooperação espacial entre as duas nações⁹⁴. Entre as discussões diplomáticas entre os dois países, também foi discutida a ideia de abandonar o "dólar" como moeda para negociações comerciais, já que o objetivo é criar uma alternativa comercial ao dólar. Nesse sentido, foram lembradas as negociações em curso para a entrada da Venezuela no BRICS, bem como a criação de um sistema destinado a eliminar o dólar como moeda de troca, motivadas, entre outros motivos, pelos abusos do governo dos Estados Unidos e pela imposição de sanções⁹⁵.

O presidente Maduro também se reuniu em Moscou nesta quinta-feira, 8 de maio, com seu homólogo cubano, Miguel Díaz-Canel, com o objetivo de continuar fortalecendo os laços de cooperação estratégica e solidariedade entre as duas nações no atual contexto global⁹⁶.

4º Fórum China-CELAC

O 4º Fórum China-CELAC marcou uma década de cooperação acelerada entre a China e os países da América Latina e Caribe. Os dados demonstram que as metas comerciais e de

⁹⁰ <https://www.jornada.com.mx/noticia/2025/04/30/politica/senado-aprueba-estrategia-de-seguridad-publica-20242030>

⁹¹ <https://diariocorreio.pe/politica/dina-boluarte-anuncia-toque-de-queda-en-pataz-tras-masacre-de-13-mineros-peru-cesar-acuna-gobierno-noticia/?ref=dcr>

⁹² <https://elbuho.pe/2025/04/congreso-niega-permiso-a-dina-boluarte-para-ir-al-funeral-del-papa-francisco-ejecutivo-protesta-al-vuelo/>

⁹³ <https://ladiaria.com.uy/politica/articulo/2025/5/el-fa-retuvo-montevideo-y-canelones-recupero-rio-negro-y-perdio-salto-lavalleja-se-definira-por-los-votos-observados/>

⁹⁴ <https://mincyt.gob.ve/venezuela-y-rusia-firman-acuerdo-sobre-asociacion-y-cooperacion-estrategica-por-10-anos/>

⁹⁵ <http://radiomundial.com.ve/yvan-gil-vamos-a-una-nueva-etapa-y-un-nuevo-amanecer-con-la-relacion-rusia-venezuela/>

⁹⁶ <https://www.telesurtv.net/venezuela-cuba-reafirman-alianza-en-moscu/>

investimento estipuladas em 2015 foram amplamente superadas, com o comércio bilateral ultrapassando os US\$ 518 bilhões e os investimentos chineses na região somando mais de US\$ 600 bilhões, em 2024. A cooperação avançou para áreas estratégicas como infraestrutura, tecnologia de ponta, agricultura e aeroespacial, revelando a diversificação e a sofisticação do relacionamento. Para o Brasil, maior país da região, essa parceria ganha relevância ao oferecer um canal alternativo frente ao unilateralismo comercial dos EUA, além de contribuir para a promoção do crescimento sustentável por meio de grandes projetos como o Porto de Chancay e a Ferrovia Bioceânica.⁹⁷

O Fórum é uma oportunidade para aprofundar a cooperação em andamento entre a China e os países da ALC, refletida em recentes compromissos de alto nível, como o Fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC) no Peru em 2024 e a próxima Cúpula do BRICS no Brasil em 2025, bem como inúmeras visitas presidenciais dos países da ALC à China em 2023. O encontro também oferece uma oportunidade para os países da região levantarem suas necessidades coletivas de desenvolvimento e promover o desenvolvimento da Parceria de Cooperação Abrangente China-América Latina e Caribe, caracterizada pela igualdade, benefício mútuo e desenvolvimento compartilhado, livres de todas as condicionalidades, para fomentar o desenvolvimento sustentável e integral das Partes^{98 99}.

Do ponto de vista geopolítico, o Fórum China-CELAC reforça a autodeterminação dos países latino-americanos diante das tensões do sistema internacional. A crescente aproximação com a China preocupa os EUA, que veem com apreensão a possibilidade de convergência política e estratégica entre a CELAC e Pequim. Nesse contexto, destaca-se o papel ativo da diplomacia brasileira, que tem promovido iniciativas para reduzir a dependência do dólar e reformar o sistema monetário internacional, especialmente no âmbito do BRICS. A abertura do fórum à discussão de temas como segurança internacional e mediação de conflitos também indica que o Brasil pode funcionar como ponte entre diferentes atores e interesses globais.

O encontro é também uma oportunidade para aumentar a diversificação da cooperação além do comércio de matérias-primas, em áreas de valor agregado, como tecnologia, inovação, energia renovável e economia digital.

Algumas oportunidades para a região podem ser identificadas¹⁰⁰:

✓ **Avanços nos investimentos chineses na região em energia verde e renovável:**

O investimento chinês pode ser estratégico para promover a transição energética na região, incentivando os setores público e privado em áreas como hidrogênio verde, transporte de veículos elétricos¹⁰¹, projetos de energia eólica e fornecendo recursos para um desenvolvimento mais sustentável.

⁹⁷ <https://portuguese.cri.cn/2025/05/12/ARTI1747053072035777>

⁹⁸ O fórum inclui a China e os 33 membros da CELAC: Antígua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, Dominica, Equador, El Salvador, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, São Cristóvão e Névis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela. <https://www.cancilleria.gov.co/international/consensus/celac-china>

⁹⁹ O Fórum está em desenvolvimento no momento em que este "Caderno" foi escrito, por isso analisaremos seus compromissos específicos na próxima quinzena.

¹⁰⁰ <https://www.bu.edu/gdp/2025/05/05/los-cinco-temas-clave-en-el-iv-foro-china-celac/>

¹⁰¹ <https://spanish.news.cn/20250429/781ef023ff794ad68c3bb9d5a7391715/c.html>

✓ **Minerais necessários para a transição para a energia verde:** Em relação ao ponto anterior, serão assinados novos acordos sobre minerais de transição¹⁰². O aumento do investimento, da pesquisa e desenvolvimento, e da transferência de tecnologia no setor de mineração têm sido as principais questões que ganharam importância no relacionamento China-CELAC, com ênfase particular no lítio¹⁰³ e no cobre¹⁰⁴. Uma questão fundamental é que os países da América Latina e do Caribe, as instituições financeiras de desenvolvimento e as empresas de investimento priorizam estruturas sólidas de gestão de riscos ambientais e sociais. É fundamental criar cadeias de fornecimento de minerais de transição sustentáveis e inclusivas.

✓ **Impacto da política tarifária de Trump na região:** A maioria dos países da CELAC impôs tarifas de 10% sobre seus produtos, bem como tarifas totalizando pelo menos 100% sobre produtos chineses. No entanto, nos últimos meses, também surgiram interrupções comerciais entre a China e as economias da ALC, além das tarifas dos EUA. Por exemplo, em 2024, Brasil, Chile e Colômbia impuseram tarifas antidumping de 25 a 35 % sobre o aço da China, o maior produtor mundial, em meio a quedas repentinas de preços causadas em parte pela turbulência no setor de construção da China. Embora a onda de proteções ao aço pareça estar diminuindo, o comércio agrícola entre a China e a ALC pode agora ser o foco das discussões¹⁰⁵.

✓ **Alternativas à desindustrialização prematura na região:** A demanda da China por matérias-primas da região contribuiu para a desindustrialização prematura da ALC (também

¹⁰² <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202504/alexandre-silveira-busca-parcerias-para-transicao-energetica-e-mineracao-sustentavel->

¹⁰³ No caso do lítio, os preços parecem estáveis após uma queda significativa em 2024, e vários países latino-americanos estão prontos para expandir sua produção. Além do “triângulo do lítio” formado pela Argentina, Chile e Bolívia, a mineração e extração de lítio em rocha sólida na região de Puno, no Peru, gerou expectativas. No Brasil, a aquisição de concessões de lítio em rocha sólida pela fabricante de veículos elétricos BYD no país foi anunciada recentemente, embora ainda esteja em fase exploratória. O Brasil está trabalhando ativamente para expandir a extração de lítio no chamado “Vale do Lítio”, apesar da significativa oposição local e dos impactos ambientais e sociais negativos que já ocorrem. O nióbio é outro mineral para o qual o Brasil espera atrair investimentos estrangeiros, especialmente considerando que mais de 90% das reservas mundiais conhecidas estão localizadas no país e que houve um avanço tecnológico recente de cientistas chineses no uso desse mineral.

¹⁰⁴ Chile e Peru já são exportadores dominantes de cobre, e há reservas significativas na Argentina. Ao contrário do lítio, cuja demanda poderá cair no futuro dependendo dos avanços na tecnologia de baterias, a demanda por cobre permanecerá alta em qualquer cenário tecnológico futuro. O Peru já é um importante destino para projetos de mineração de cobre financiados pela China há mais de uma década, com expansões e reinvestimentos nessas minas ao longo do tempo. Além do Chile e do Peru, o atual governo argentino também pretende expandir a produção de cobre, com oito projetos já em estágio avançado de exploração. Considerando os sucessos anteriores das empresas chinesas no trabalho com os governos provinciais da Argentina — atores-chave na governança da mineração dentro do sistema federal do país — é provável que haja interesse e cooperação contínuos neste setor.

¹⁰⁵ Tanto as exportações de aço quanto as agrícolas da ALC estão aumentando, e as recentes tarifas de 10 a 15 por cento da China sobre as importações agrícolas dos EUA, impostas em março de 2025, podem desencadear uma mudança semelhante, com Argentina, Brasil e Uruguai sendo os mais propensos a se beneficiar. Vários países da ALC estão negociando protocolos fitossanitários com a China para outros produtos agrícolas. Um ano após a entrada em vigor do TLC Equador-China, o Equador está negociando a exportação de quinoa, abacates, mirtilos, abacaxi e laticínios. A Argentina está buscando acesso ao mercado de feijão, grão-de-bico e lentilhas, além de outros produtos, como carne suína e bovina. Peru e China estão em processo de estabelecer protocolos fitossanitários para a exportação de carne suína e bovina, bem como romãs, pitaias, cerejas e mirtilos. O Fórum China-CELAC 2025 pode ser uma oportunidade para anunciar conclusões ou progressos nessas negociações em andamento sobre protocolos fitossanitários e comércio agrícola entre a China e a ALC.

conhecida como **reprimarização**), à medida que os setores de manufatura deram lugar a um retorno aos minerais básicos e às exportações agrícolas de eras passadas. Os setores de baixa tecnologia representam uma ampla gama de riscos para a região da ALC, incluindo maior vulnerabilidade à volatilidade dos preços das commodities, baixo crescimento da produtividade a longo prazo e maior impacto ambiental, além de uma propensão ao conflito social. Nos últimos anos, essa tendência se acelerou^{106;107}.

✓ **Alternativas ao dólar americano para transações:** Vários países começaram a abandonar o dólar como moeda para suas transações comerciais. Acordos bilaterais foram assinados entre grandes e pequenas economias ao redor do mundo que permitem o comércio em moedas locais, criptomoedas ou mecanismos alternativos. Em março de 2023, o Brasil assinou um acordo com a China que permite o comércio entre os dois países em yuans e reais. O acordo busca fortalecer a cooperação bilateral e reduzir a dependência da América Latina do dólar. A Argentina começou a implementar pagamentos em yuans para suas importações chinesas como parte de sua estratégia para proteger suas reservas em dólares diante da crise cambial doméstica. A **desdolarização** está ganhando força por vários motivos importantes, incluindo a necessidade de proteger as economias de sanções econômicas, reduzir os riscos associados à volatilidade do dólar e melhorar a soberania financeira¹⁰⁸. A alta dependência do sistema financeiro global em relação ao dólar americano é um ponto crítico. Investidores de países de alta renda se retiraram das economias em desenvolvimento em 2020, trazendo instabilidade aos mercados de dívida e câmbio dos países em desenvolvimento. As economias em desenvolvimento têm recorrido cada vez mais a swaps cambiais de bancos centrais e acordos financeiros regionais para amortecer essa fonte de volatilidade. Essa tendência vem aumentando, e o uso de moedas alternativas.

Por fim, a cooperação sino-latino-americana em ciência e tecnologia ganhou destaque, com ênfase na busca por independência tecnológica em áreas críticas como chips, inteligência artificial, vacinas e agricultura. A China, ao demonstrar que países em desenvolvimento podem liderar avanços científicos, serve de inspiração para parceiros regionais. O Brasil, com suas competências em biotecnologia, petróleo em águas profundas e agricultura tropical, tem um papel estratégico nessa agenda. O momento atual é considerado propício para alinhar políticas

¹⁰⁶ Por exemplo, em 2023, o cobre refinado deixou de ser uma das cinco principais exportações da ALC para a China, sendo substituído pela carne bovina. Essa mudança significou que todas as cinco principais exportações da região para a China (incluindo cobre não refinado, soja, minério de ferro não refinado, petróleo bruto e carne bovina) eram commodities com muito pouco valor agregado.

¹⁰⁷ No ano passado, a dependência de commodities trouxe novas dificuldades aos produtores da ALC, já que a China suspendeu as importações de carne bovina de sete produtores globais de baixo custo — incluindo Argentina, Brasil e Uruguai — em uma tentativa de proteger os produtores locais dos baixos preços globais <https://www.reuters.com/markets/commodities/chinas-customs-suspends-import-beef-products-brazil-argentina-uruguay-2025-03-03/>. Além disso, os produtores de minerais latino-americanos começaram a priorizar a ascensão no mercado neste setor tradicional, com alguma cooperação de investidores chineses. Por exemplo, o Chile garantiu o compromisso chinês de construir uma fábrica de cátodos em seu território, em vez de simplesmente extrair lítio para exportação bruta. Dadas as tensões atuais nos setores de baixo valor acrescentado e estas novas medidas para atingir uma produção de alta tecnologia. <https://www.bu.edu/gdp/2024/07/29/china-latin-america-and-the-caribbean-economic-bulletin-2024-edition/>

¹⁰⁸ <https://www.cronista.com/usa/economia-y-finanzas/se-despide-el-dolar-queda-prohibido-y-se-reemplaza-por-completo-en-estos-7-acuerdos-internacionales/>

públicas e investimentos em infraestrutura e inovação, com vistas a um modelo de desenvolvimento mais soberano e integrado para a América Latina.¹⁰⁹

As decisões do quarto fórum provavelmente refletirão preocupações sobre as relações comerciais moldadas por mudanças nos regimes tarifários globais e negociações fitossanitárias, a busca por modelos de produção de maior valor agregado, bem como a questão cada vez mais saliente de alternativas à dependência do dólar americano.

Estratégia do Governo Trump para Isolar a China em América Latina

O secretário de Defesa dos EUA, Pete Hegseth, viajou ao Panamá para continuar avançando na cruzada de Trump e demonstrar o domínio de seu país sobre a China no estratégico Canal do Panamá¹¹⁰.

A estratégia de Trump se desdobra em múltiplas frentes, com uma ênfase particular na formação de alianças para conter a influência chinesa. Um dos principais articuladores dessa abordagem é o Secretário do Tesouro, Scott Bessent, que desempenha um papel central na guerra tarifária em curso. Bessent conduz negociações com países asiáticos vizinhos à China, como o Japão, e com nações das Américas, incluindo Argentina, El Salvador e México, buscando alinhar esses parceiros aos interesses estratégicos dos Estados Unidos.

No site Axion, foi publicado o artigo *“Our Latin American friends”*¹¹¹, que aponta que *“governo Trump gosta de recompensar países com liderança de direita*. Nesse sentido, El Salvador e Argentina seriam as versões latino-americanas da Hungria e da Eslováquia na Europa. Repercutindo as notícias: enquanto o presidente salvadorenho Nayib Bukele, o autodenominado *“ditador mais descolado do mundo”*, estava na Casa Branca dando total apoio ao presidente Trump, o secretário do Tesouro, Scott Bessent, estava em Buenos Aires, cumprimentando o presidente argentino Javier Milei com um grande abraço.

Nas entrelinhas, Bukele e Milei são os avatares de uma direita populista na América Latina, aproveitando todas as oportunidades para fechar acordos com Trump. Mas na Casa Branca *“não tem almoço grátis”*, enquanto Bukele se ofereceu para cuidar de membros de gangues e terroristas nas prisões de El Salvador para encarcerar deportados dos Estados Unidos, Milei é o aliado sul-americano a quem ele pede que dê o primeiro passo contra a China, em troca do apoio do Fundo Monetário Internacional para um empréstimo de US\$ 20 milhões.

A presidência de Trump marca uma mudança em relação ao seu primeiro mandato, que buscou avançar essa ofensiva contra a China pressionando seus aliados a abandonar o SWAP como mecanismo de financiamento de suas economias, a abandonar a Rota da Seda e a fortalecer a moeda americana como padrão monetário.

Não será fácil para Trump afastar a América do Sul dos fluxos de dinheiro chinês, que representam US\$ 158 bilhões em 2024 (quase o dobro do valor dos Estados Unidos).

A decisão do Brasil de autorizar a gigante chinesa COFCO¹¹² a construir um porto na cidade de Santos ocorre após o Peru inaugurar o Porto de Chancay, em 2024, considerado

¹⁰⁹ <https://portuguese.cri.cn/2025/05/12/ARTI1747053072035777>

¹¹⁰ <https://elpais.com/america/2025-04-08/el-secretario-de-defensa-de-estados-unidos-visita-panama-en-medio-de-las-tensiones-por-el-control-del-canal.html>

¹¹¹ <https://www.axios.com/2025/04/15/trump-bukele-el-salvador-argentina>

¹¹² Gigante chinesa do agro está prestes a inaugurar o TEC, que promete atingir até 2026 a marca de 14 milhões de toneladas movimentadas por ano.

fundamental para a economia e os investimentos chineses na América Latina, o que gera preocupação na Casa Branca. A China também tentou estabelecer portos na Terra do Fogo e em Santa Cruz, na Argentina, que aparentemente foram colocados em espera devido à visita do chefe do Comando Sul e aos esforços diplomáticos dos Estados Unidos¹¹³.

Como é sabido, a Iniciativa do Cinturão e Rota, promovida pelo presidente Xi Jinping, visa a construir infraestrutura em todo o mundo e atraiu 22 países da América Latina e do Caribe, consolidando uma rede de investimentos em portos, transporte, tecnologia e recursos naturais. Esta iniciativa não é vista com bons olhos pela Casa Branca, que argumenta que ela oculta objetivos militares.

Brasil e China começaram a discutir a possibilidade de construir uma ferrovia ligando o Peru ao Brasil¹¹⁴, estendendo-se até o Megaporto de Chancay, inaugurado em 2024. O projeto envolve a construção de uma estrada que passaria pelo estado brasileiro do Acre, próximo à fronteira com a Bolívia, e se estenderia até a costa atlântica, no estado da Bahia.

Nessa estratégia de Trump de reivindicar supremacia sobre a China na região, parece haver uma primeira baixa. Claver-Carone, assessor especial do governo Trump para a América Latina, planeja deixar o governo no final deste mês para retornar como codiretor do Lara Fund¹¹⁵. Sua passagem pela política americana foi marcada por posturas duras, conflitos com líderes latino-americanos e um estilo que acabou irritando até mesmo seus próprios aliados na Casa Branca. Em seu novo papel no governo Trump, Claver foi relegado pela ascensão do senador Marco Rubio, atualmente secretário de Estado em exercício e um dos principais aliados do presidente na política externa¹¹⁶.

O governo Trump resgata (?) líderes da oposição do regime de Maduro na Venezuela

Em sua cruzada contra o governo Maduro, os Estados Unidos lançaram uma operação para resgatar líderes da oposição venezuelana da Embaixada Argentina em Caracas. Segundo o The Washington Post, essa situação *“reacendeu as tensões entre a Venezuela e Washington”*.

Marcos Rubio publicou na RedeX¹¹⁷: *“Os Estados Unidos celebram o resgate bem-sucedido de todos os reféns mantidos pelo regime de Maduro na Embaixada Argentina em Caracas. Após uma operação precisa, todos os reféns estão agora seguros em solo americano. O*

¹¹³ Em uma mudança significativa na geopolítica do sul da Argentina, os Estados Unidos prevaleceram sobre a China na disputa pela construção de um porto estratégico na Terra do Fogo em Argentina.

¹¹⁴ <https://www.infobae.com/peru/2025/05/10/brasil-quiere-construir-un-ferrocarril-que-lo-conecte-al-megapuerto-de-chancay-china-propuso-tramo-que-amenazaba-la-amazonia/>

¹¹⁵ Sua saída se deve ao fato de que, como "funcionário especial do governo", ele não pode servir por mais de 130 dias sem a confirmação do Senado, limite que deve atingir no final de maio.

¹¹⁶ Segundo o jornal argentino Clarín, *“Claver Carone exerceu muito poder no primeiro governo Trump como conselheiro de segurança nacional da Casa Branca. Mas agora ele foi ofuscado — e alguns dizem que não se dão bem — pelo Secretário de Estado Marco Rubio, que, como ele, é cubano-americano, mas ostenta crescente prestígio internacional e influência nacional. Trump acaba de dar a Rubio o cargo-chave — por enquanto temporário — de conselheiro de segurança nacional, substituindo Mike Waltz, sua primeira grande demissão em seu segundo mandato.”*
<http://www.cubadebate.cu/opinion/2025/05/10/cronica-de-una-muerte-anunciada-se-va-claver-carone/>

¹¹⁷ https://x.com/MariaCorinaYA/status/1919907601103597978?ref_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Eetweetembed%7Ctwterm%5E1919907601103597978%7Ctwgr%5E%7Ctwcon%5Es1_c10&ref_url=https%3A%2F%2Fwww.lanacion.com.ar%2Fel-mundo%2Fasi-reflejo-la-prensa-de-eeuu-la-mision-de-rescate-de-los-refugiados-en-la-embajada-argentina-nid07052025%2F

regime ilegítimo de Maduro minou as instituições venezuelanas, violou os direitos humanos e colocou em risco nossa segurança regional.” Os Estados Unidos reforçaram seu apoio à oposição venezuelana com a retirada dos cinco ativistas anti-Chávez asilados na Embaixada da Argentina em Caracas¹¹⁸.

Por sua parte, o chavismo nega que os requerentes de asilo tenham sido resgatados da embaixada argentina¹¹⁹. O governo venezuelano declarou, em 7 de maio¹²⁰, que não se tratava de uma operação de resgate, mas sim que negociações estavam em andamento para a transferência de cinco figuras da oposição que estavam asiladas na embaixada argentina há mais de um ano, assim como a mãe da líder anti-Chávez, María Corina Machado.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) também comemorou a saída dos membros da oposição, que agora estão “em um lugar seguro fora do país caribenho”.

CEPAL: Revisão para baixo da projeção de crescimento para as economias da região em 2025¹²¹

A CEPAL revisou para baixo a projeção de crescimento das economias da América Latina e do Caribe para 2025, estimando uma média regional de 2,0%, quatro décimos abaixo da previsão anterior. As quedas mais expressivas foram observadas no Caribe (1,8%, excluindo a Guiana) e na América Central e México (1,0%), enquanto a América do Sul apresentou maior estabilidade, com previsão de crescimento de 2,5%.

Segundo a CEPAL, o cenário internacional é marcado por alta incerteza e volatilidade, influenciado principalmente por tensões geoeconômicas e anúncios tarifários dos Estados Unidos. Esses fatores afetam diretamente as exportações da região e indiretamente a estabilidade dos mercados financeiros globais, com impactos nos principais parceiros comerciais — como EUA, China e União Europeia —, cujas projeções de crescimento também foram revistas para baixo.

A conjuntura internacional adversa tem provocado mudanças nas condições macroeconômicas da região, com desaceleração da demanda interna e externa, maior volatilidade cambial e menor dinamismo nos investimentos. A CEPAL alerta para a necessidade urgente de políticas macroeconômicas e produtivas mais ativas, que promovam investimentos de qualidade, com foco em inovação, tecnologias emergentes e uso sustentável do capital social e ambiental, a fim de romper o ciclo de baixo crescimento que marca a última década.

¹¹⁸ <https://www.infobae.com/america/agencias/2025/05/09/eeuu-cree-que-rescate-de-cinco-antichavistas-revela-su-compromiso-con-los-venezolanos/>

¹¹⁹ https://www.14ymedio.com/internacional/explicaciones-chavismo-rechaza-hubo-rescate_1_1113787.html

¹²⁰ <https://www.dw.com/es/venezuela-dice-que-negoci%C3%B3-la-salida-de-opositores-a-eeuu/a-72470081>

¹²¹ <https://www.cepal.org/es/comunicados/cepal-revisa-la-baja-proyecciones-crecimiento-america-latina-caribe-2025>

MERCOSUL: Chanceleres do Mercosul se reuniram para analisar o processo de integração regional^{122 123}

No dia 2 de maio, os chanceleres dos países do Mercosul se reuniram no Palácio San Martín, em Buenos Aires, pela segunda vez em menos de um mês, fato inédito em 34 anos e que simboliza o compromisso renovado dos Estados Partes com a unidade e a modernização do bloco diante das transformações do comércio internacional. A reunião teve como foco central o aprofundamento do processo de integração regional, incluindo a eliminação de barreiras ao comércio intrazona, a consolidação de cadeias regionais de valor, a harmonização regulatória e o fortalecimento da integração física e digital.

Na pauta externa, foram destacados avanços importantes como a finalização do Acordo com a União Europeia e o andamento das negociações com a EFTA e os Emirados Árabes Unidos, com expectativa de assinatura ainda em 2025. Também se acordou dinamizar negociações com outros parceiros estratégicos. Em relação à política tarifária, os chanceleres reafirmaram o consenso sobre a ampliação temporária da Lista Nacional de Exceções à Tarifa Externa Comum até 50 códigos, com previsão de conclusão do projeto de decisão ainda em maio, a ser formalizado em Montevideu. Essa ampliação ocorre em resposta à atual incerteza gerada pela política tarifária de Trump.

O encontro refletiu um momento de busca por maior unidade política dentro do bloco, mesmo diante de divergências estratégicas. Isso se manifesta também em iniciativas paralelas na região, como a defesa feita pelo presidente Lula, na IX Cúpula da CELAC, pela ampliação do uso de moedas locais nas transações comerciais regionais, visando reduzir a dependência de moedas fortes frente a tensões globais. Em linha semelhante, o presidente do Chile, Gabriel Boric, comprometeu-se a avançar em 2025 na ratificação do tratado aduaneiro entre o Mercosul e a Aliança do Pacífico, reforçando o desejo de articulação interblocos e fortalecimento da integração regional.

OPAS: Situação epidemiológica do sarampo na região das Américas

Entre as semanas epidemiológicas (SE) 1 e 16 de 2025, a Região das Américas notificou 2.325 casos confirmados de sarampo, incluindo quatro óbitos. Os casos foram registrados nos seguintes países: Argentina (n = 22), Belize (n = 7), Bolívia (n = 1), Brasil (n = 5), Canadá (n = 1.069), México (n = 421, com um óbito) e Estados Unidos da América (n = 800, com três óbitos). Este total representa um aumento de 11 vezes em relação aos 205 casos notificados no mesmo período de 2024.

A análise por semana epidemiológica indica um crescimento sustentado de casos a partir da SE 3 de 2025, com o pico registrado na SE 14. Esse aumento está relacionado a surtos em comunidades com baixa adesão à vacinação, distribuídas em diferentes países da região.

Entre os casos confirmados com dados disponíveis, observou-se a seguinte distribuição etária: 10 a 19 anos: 24%; 1 a 4 anos: 22% e 20 a 29 anos: 19%. Quanto ao histórico vacinal: 30% dos casos não estavam vacinados e, em 65% dos casos, a situação vacinal era desconhecida ou não informada.

¹²² <https://www.infobae.com/politica/2025/05/02/cancilleres-del-mercosur-se-reunieron-para-analizar-el-proceso-de-integracion-regional/>

¹²³ <https://www.perfil.com/noticias/internacional/flexibilizacion-del-mercosur-los-cancilleres-ratificaron-el-acuerdo-para-ampliar-las-exenciones-arancelarias.phtml>

Comparativamente, em 2024, entre as SE 1 e 52, foram notificados 17.887 casos suspeitos de sarampo na região, dos quais 465 foram confirmados. Os casos confirmados ocorreram na Argentina (n = 14), Bermudas (n = 2), Bolívia (n = 3), Brasil (n = 5), Canadá (n = 146), Estados Unidos (n = 284), México (n = 7), Peru (n = 2) e Turcas e Caicos (n = 2).

Distribuição etária dos casos confirmados em 2024: 10 a 19 anos: 27%, 1 a 4 anos: 25% e 20 a 29 anos: 63% dos casos não estavam vacinados e 18% apresentavam dados vacinais desconhecidos ou ausentes.

O aumento expressivo no número de casos em 2025, especialmente entre crianças, adolescentes e adultos jovens, reforça a necessidade de fortalecer as estratégias de vigilância epidemiológica, intensificar campanhas de vacinação e promover ações direcionadas a populações com baixa cobertura vacinal. A baixa proporção de casos com informação vacinal conhecida também destaca a importância de melhorar o registro e a comunicação dos dados de imunização.

O Organismo Andino de Saúde Convênio Hipólito Unanue (ORAS-Conhu) discutiu o tema de migrações na região andina¹²⁴¹²⁵

O ORAS-Conhu liderou uma reunião bilateral entre Chile e Peru para o fortalecimento da cooperação em saúde fronteiriça. Participaram da reunião os Escritórios de Relações Internacionais dos Ministérios de Saúde, a direção de Epidemiologia do Chile e equipes locais (Arica/Tacna) relacionadas a saúde de migrantes. O encontro teve como propósito estabelecer mecanismos para preparação da nova Análise da Situação de Saúde da Fronteira (ASIS) entre Arica e Tacna. Foram apresentados pelos representantes de relações internacionais os acordos em matéria de saúde relacionados ao Plano de Saúde de Fronteira e compromissos previamente estabelecidos pelas chancelarias na temática.

O ORAS-Conhu participou do Fórum “Rumo à governança e ao esquema de migração regional”, realizado pela Chancelaria colombiana que está exercendo a presidência pro tempore da Comunidade Andina. A reunião teve como objetivo conhecer as ações, fazer um balanço da implementação do Estatuto Migratório Andino e acompanhar os sistemas de controle e verificação migratórias. O evento contou com a presença de instituições do Sistema Andino de Integração, como universidades, o parlamento andino, banco de desenvolvimento, representantes dos Ministérios das Relações Exteriores entre outros.

O ORAS-Conhu tem participado ativamente na condução de ações no tema de saúde e migração. Desde os planos estratégicos de 2009, a organização iniciou a realizar um diagnóstico da situação das pessoas migrantes e também estudos relacionados a qualidade dos serviços de saúde e necessidades de atenção em saúde. Nos últimos anos, o ORAS-Conhu tem trabalhado em conjunto com a OPAS/OMS e a OIM para realizar estudos e elaborar um Plano Andino de Saúde para as pessoas migrantes 2025-2030 que foi finalizado e deve seguir para aprovação na próxima reunião de Ministros da Saúde da Área Andina.

¹²⁴ <https://www.orasconhu.org/es/el-sistema-andino-de-integracion-se-reune-para-actualizar-el-estatuto-migratorio-andino>

¹²⁵ <https://www.orasconhu.org/es/autoridades-sanitarias-de-chile-y-peru-avanzan-en-la-actualizacion-del-analisis-de-situacion-de>

O Conselho de Ministros de Saúde da América Central (COMISCA) apresentou avanços estratégicos ao Parlamento Centro-americano e fortaleceram a cooperação em saúde regional com a OPAS ¹²⁶¹²⁷

Em fins de abril, a secretária executiva do Comisca, Alejandra Acuña, apresentou um balanço orçamentário das atividades do Conselho frente ao Parlamento Centro-americano. Na ocasião foram expostos os avanços do Plano Estratégico 2022-2025 em coordenação do Plano de Saúde da América Central e República Dominicana e reforçou os eixos de atuação do Conselho: governança em sistemas de saúde, interculturalidade, fortalecimento de capacidades e atenção primária e respostas a desastres e migração.

Alejandra Acuña frisou que o plano estratégico tem sido implementado e deu destaque para algumas o fortalecimento de temas como saúde sexual e reprodutiva, nutrição, doenças crônicas e da abordagem de “uma só saúde”. Na área de vigilância, apontou a utilização da plataforma ECHO, avanços da saúde digital e o lançamento do Noti-FACEDRA, observatório regional de estudos clínicos. E por fim, sinalizou os trabalhos em coordenação com a OPAS nas temáticas de mudanças climáticas, gestão do risco e emergências.

No começo de maio, a Secretaria Executiva do COMISCA, a OPAS/OMS e o Projeto Mesoamérica assinaram uma Estratégia Subregional de Cooperação em Saúde para a América Central, República Dominicana e México (ECS CAM) 2025-2031 que busca fortalecer as capacidades de integração regional e acesso equitativo a serviços de saúde de qualidade. Os quatro pilares chave da Estratégia são: governança em saúde, atenção a doenças, preparação a emergências e acesso a serviços de saúde para pessoas em situação de mobilidade.

Durante o evento, o diretor da OPAS/OMS, Jarbas Barbosa, destacou que a estratégia é resultado da definição de prioridades compartilhadas entre países, mecanismos de integração e outros sócios estratégicos e que permite a identificação de áreas que necessitem abordagem comum e uma visão compartilhada sobre desenvolvimento humano e impacto sobre a saúde pública. A Secretaria Executiva do Comisca, Alejandra Acuña, destacou que a aliança será importante para facilitar a eficiência de processos e mecanismos para a implementação de políticas de saúde.

Por fim, o ministro Roberto Salazar indicou que a importância da saúde para o Plano estratégico 2024-2028 do Projeto Mesoamérica e destacou que o convênio entre as organizações permitirá o esforço conjunto de temas prioritários com saúde mental, doenças crônicas não transmissíveis e transmissíveis, protagonismos comunitários entre outros.

O Sistema Econômico Latino-Americano (SELA) realizou fórum sobre desenvolvimento América Latina e Caribe/ China ¹²⁸

O SELA organizou o “II Fórum de Desenvolvimento da América Latina e Caribe com China: aprendizagem recíproca na modernização e cooperação de alto nível” em conjunto com

¹²⁶ https://www.sica.int/noticias/se-comisca-presenta-avances-estrategicos-y-financieros-ante-el-parlacen_1_135162.html

¹²⁷ https://www.sica.int/noticias/centroamerica-republica-dominicana-y-mexico-dan-un-paso-historico-por-la-salud-regional_1_135189.html

¹²⁸ <https://www.sela.org/sela-comunidad-andina-e-ilas-cass-organizan-ii-foro-de-desarrollo-de-america-latina-y-el-caribe-con-china/>

a Comunidade Andina (CAN) e o Instituto de Estudos Latino-americanos (ILAS) da Academia Chinesa de Ciências Sociais.

O evento foi virtual e contou com a participação de representantes de organismos regionais como (CEPAL, ALADI, OLADE entre outras), acadêmicos, líderes empresariais com o objetivo de fortalecer a agenda de cooperação nos temas de desenvolvimento sustentável, a conectividade regional e diversificação econômica. Dentre os resultados esperados do foro estão: fortalecer os vínculos políticos, econômicos e culturais entre os países participantes, facilitar o diálogo, a cooperação e desenvolvimento sustentável nas áreas de associação econômica, projetos conjuntos em infraestrutura, transporte, energia e tecnologia entre outros.

Os temas centrais do fórum foram: troca de experiências de modernização, facilitação do comércio e investimento, investimentos em indústrias tradicionais e emergentes, cooperação para a governança mundial, setor de serviços entre outros.

IV Reunião Ministerial do Fórum CELAC-China

Declaração de Pequim e Plano de Ação Conjunto

Foram adotados os seguintes atos por ocasião do IV Reunião Ministerial do Fórum CELAC-China (Pequim, 13 de maio de 2025):

Declaração de Pequim - IV Reunião Ministerial do Fórum CELAC-China [\[ES\]](#)

Plano de Ação Conjunto CELAC-China para Cooperação em Áreas Chave (2025-2027) [\[ES\]](#)

DECLARACIÓN DE BEIJING DE LA CUARTA REUNIÓN MINISTERIAL DEL FORO CHINA-CELAC

1. Los Estados Miembros de la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños (CELAC) y la República Popular China nos hemos reunido bajo la premisa de “Planificando Juntos el Desarrollo y la Revitalización, Construyendo Conjuntamente una Comunidad China-ALC con un futuro compartido”, en la ciudad de Beijing el 13 de mayo de 2025, para la IV Reunión Ministerial del Foro CELAC-China (FCC), donde intercambiamos puntos de vista con el propósito de reafirmar nuestro compromiso con el fortalecimiento del diálogo político, la cooperación y el entendimiento mutuo.
2. Valoramos la presencia del presidente de China Xi Jinping y de los Jefes de Estado y de Gobierno Gustavo Petro, de la República de Colombia, Luiz Inácio Lula da Silva, de la República Federativa de Brasil y Gabriel Boric Font, de la República de Chile.
3. Celebramos el décimo aniversario del establecimiento del Foro CELAC-China. Durante los últimos diez años, las dos partes han logrado resultados fructíferos en la cooperación birregional, sustentados en los principios de igualdad soberana, el respeto, la pluralidad, la apertura y el beneficio mutuo, gracias a los esfuerzos conjuntos y la cooperación Sur-Sur. En este contexto de múltiples relaciones con diferentes regiones del mundo, reiteramos nuestra voluntad, con apertura e inclusión, de continuar trabajando en la consolidación del Foro CELAC-China como una plataforma para la ampliación de la cooperación birregional entre América Latina y el Caribe y la República Popular China.
4. Creemos que, en un contexto de rápidos cambios globales, el FCC se ha convertido en una de las plataformas más relevantes para fortalecer la cooperación entre los miembros de la CELAC y China. Destacamos el papel solidario de los países del Sur Global y reafirmamos nuestra intención por coordinar esfuerzos para avanzar hacia la modernización y el desarrollo sostenible, vinculando las fortalezas y capacidades de nuestros Estados.
5. Consideramos las posibilidades planteadas en el “Plan de Acción Conjunto CELAC-China para a Cooperación en Áreas Clave (2025-2027)” y expresamos nuestra disposición a analizarlas con base en nuestros principios compartidos, con miras a abordarlas posteriormente de manera coordinada en los temas de interés para las partes involucradas.
6. Reiteramos nuestra disposición a cooperar en áreas clave para hacer frente a los desafíos globales, actuando de acuerdo con los propósitos y principios de la Carta de las Naciones Unidas y del Derecho Internacional. Afirmamos que la cooperación regional y multilateral es esencial para el logro de un desarrollo sostenible, inclusivo y equilibrado en sus dimensiones económica, social y ambiental.
7. Enfatizamos que el desarrollo sostenible es una aspiración compartida por los pueblos del mundo y manifestamos nuestra disposición a promover el intercambio entre gobiernos para profundizar el aprendizaje mutuo en ámbitos como la infraestructura, la conectividad, la innovación científica y tecnológica, la transición energética y la reducción de la pobreza. Ambas partes reafirman su compromiso de apoyarse mutuamente en la exploración de modelos de desarrollo alineados con las características y necesidades de sus respectivas sociedades.
8. Las partes reconocen las contribuciones mutuas para salvaguardar la paz mundial, fortalecer la amistad y la cooperación y promover el desarrollo común a nivel global. Reiteramos el reconocimiento de la proclamación de América Latina y el Caribe como Zona de Paz y del Tratado para la Proscripción de las Armas Nucleares en América Latina y el Caribe.

9. Tomamos nota de varias iniciativas, que cuentan con la participación de algunos Estados, tales como el lanzamiento de la Alianza Global contra el Hambre y la Pobreza, propuesta por Brasil, así como la Iniciativa para el Desarrollo Global (IDG), la Iniciativa para la Seguridad Global (ISG) y la Iniciativa para la Civilización Global (ICG), propuestas por China, de las que algunos Estados son parte.

10. Valoramos la importancia de seguir avanzando en iniciativas que promuevan la integración

regional, el desarrollo de infraestructura sostenible, la conectividad y condiciones adecuadas para la implementación de proyectos de cooperación. Reconocemos los aportes de las partes involucradas en la Iniciativa de la Franja y la Ruta, que ha apoyado el desarrollo económico y social en algunas zonas de ambas regiones.

11. Coincidimos en la importancia de defender el Derecho Internacional y de promover los propósitos y principios de la Carta de las Naciones Unidas. Estamos comprometidos con los principios de igualdad entre las naciones, el respeto mutuo por la soberanía y la integridad territorial. Apoyamos la solución pacífica de las diferencias, disputas y conflictos, respetamos la no injerencia en los asuntos internos de otros Estados, nos oponemos a la amenaza o al uso de la fuerza en las relaciones internacionales y a la imposición de medidas coercitivas unilaterales, y estamos comprometidos a promover un orden internacional más democrático. Los Estados miembros de la CELAC que mantienen relaciones diplomáticas con China reafirman su adhesión al Principio de Una Sola China

12. Reiteramos la urgencia de reformar las instituciones de gobernanza global, para adaptarlas

a las realidades del siglo XXI. Reconocemos la necesidad de reformar el Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas con miras a hacerlo más representativo, democrático y eficaz, permitiendo que su composición responda de manera más adecuada a los desafíos globales y fortalezca la representación y la voz de los países en desarrollo, incluidos aquellos de América Latina y el Caribe. La reforma del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas debe adherirse a la consulta democrática.

13. China toma nota de la posición de los países de la parte de ALC de que ha llegado el momento para que una persona nacional de un Estado de América Latina y el Caribe asuma la Secretaría General de las Naciones Unidas, considerando que, de los nueve secretarios generales que ha tenido la ONU hasta la fecha, sólo uno ha sido originario de la región.

14. Abogamos por un mundo pacífico y una globalización económica que sea inclusiva y mutuamente beneficiosa. En este sentido, subrayamos la necesidad de que la gobernanza económica global aborde las prioridades compartidas de todas las naciones, en particular las de los países en desarrollo. Reafirmamos nuestro respaldo a un sistema multilateral de comercio justo, transparente y basado en normas.¹

15. Hacemos un llamado a la reforma del sistema financiero internacional con el fin de hacerlo más eficiente, más equitativo, mejor alineado con el mundo actual y capaz de responder a los desafíos que enfrentan los países en desarrollo, incluidos China y América Latina y el Caribe, en el cierre de la brecha de financiamiento para el cumplimiento de los compromisos internacionales¹²⁹.

16. A través de la globalización económica, buscamos profundizar la cooperación entre América Latina y el Caribe y la República Popular China, mejorando la conectividad. Trabajaremos para aumentar la seguridad económica y responder a los desafíos del financiamiento para el desarrollo.

17. Convocamos a todas las partes a considerar adherirse a los instrumentos internacionales sobre cambio climático, respetando el principio de responsabilidades comunes pero diferenciadas y las capacidades respectivas, sin utilizar estos instrumentos para establecer nuevas barreras comerciales. Deben considerarse las condiciones específicas de los países en desarrollo, incluidos los de América Latina y el Caribe, así como los Pequeños Estados Insulares en Desarrollo (PEID) y los países sin litoral.

18. Acogemos con satisfacción la celebración de la 30ª Conferencia de las Partes de la Convención Marco de las Naciones Unidas sobre el Cambio Climático (COP 30) en la región de América Latina y el Caribe, que tendrá lugar en Belém, Brasil, del 10 al 21 de noviembre de 2025, lo que brindará una oportunidad para fortalecer nuestros esfuerzos colectivos en la lucha contra el cambio climático. En este contexto, reiteramos nuestro compromiso con el multilateralismo, la cooperación internacional y el fortalecimiento

¹²⁹ El Gobierno de la República de Costa Rica se desasocia de este párrafo

de todos los pilares del régimen climático. También subrayamos la importancia de operacionalizar plenamente y capitalizar adecuadamente los fondos relacionados con el clima establecidos en las COP anteriores, incluyendo el Fondo de Pérdidas y Daños y el Fondo Verde para el Clima, para apoyar los esfuerzos de los países en desarrollo en el abordaje de los impactos del cambio climático y avanzar en una transición justa y equitativa.

19. Acogemos la celebración de la Segunda Conferencia Internacional sobre Reforma Agraria y Desarrollo Rural +20 (CIRADR +20) en Cartagena, Colombia. Esta Conferencia, con el apoyo de la Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura (FAO), promoverá la cooperación Sur-Sur y considerará también experiencias, incluida la estrategia de revitalización rural de China.

20. Tomamos nota de la adopción y apertura a firma del Acuerdo sobre la Conservación y el Uso Sostenible de la Diversidad Biológica Marina en Zonas Fuera de la Jurisdicción Nacional (BBNJ), en el marco de las Naciones Unidas, así como de la oferta de Chile para acoger la secretaría del Acuerdo en la ciudad de Valparaíso.

21. Afirmamos que la gobernanza de las tecnologías emergentes y transformadoras, como la Inteligencia Artificial (IA), debe tener a las Naciones Unidas en su centro para garantizar discusiones inclusivas y legítimas.

22. Nos comprometemos a promover los derechos humanos, incluyendo la igualdad entre todas las personas, el empoderamiento de todas las mujeres y niñas, considerar el cierre de brechas entre hombres y mujeres, y la protección de los derechos de la niñez, las personas mayores, las personas con discapacidad, los pueblos indígenas, las comunidades rurales, los pueblos descendientes de África y las personas en situación de vulnerabilidad, contribuyendo así a la igualdad, el desarrollo y la paz mundial.

23. Condenamos el terrorismo en todas sus formas y manifestaciones y rechazamos su asociación unilateral a cualquier religión, raza, etnia o nacionalidad. Advertimos sobre el uso indebido de los esfuerzos contra el terrorismo con fines incompatibles con el derecho internacional y reafirmamos nuestro compromiso con la cooperación internacional en medidas antiterroristas.

24. Creemos que la integridad es un valor compartido y que la prevención y lucha contra la delincuencia organizada transnacional y los delitos de tráfico de drogas y precursores químicos, el comercio ilegal de armas, la trata de personas, el tráfico de migrantes, la corrupción y la minería ilegal, entre otros; son esenciales para promover la justicia, el crecimiento económico y la protección del Estado de Derecho. Nos comprometemos a fortalecer la cooperación, incluida la colaboración judicial y en la aplicación de la ley, el intercambio de mejores prácticas y la acción conjunta en esta área, de conformidad con los acuerdos internacionales pertinentes.

25. Reafirmamos nuestro firme apoyo a la estabilidad de la República de Haití y nuestro compromiso de contribuir decididamente, dentro de nuestras respectivas capacidades, a Haití, en sus esfuerzos, junto con la comunidad internacional y las Naciones Unidas, por restablecer un entorno de seguridad humana que favorezca la normalización de su situación política, económica y social, mediante un enfoque integral de desarrollo.

26. Agradecemos a organismos regionales como el Parlamento Latinoamericano y Caribeño (PARLATINO), el Parlamento Centroamericano (PARLACEN), la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), el Banco de Desarrollo de América Latina y el Caribe (CAF), El Sistema Económico Latinoamericano y del Caribe (SELA) y Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO) y por su participación en esta reunión. China reitera su disposición a entablar el diálogo y la cooperación con estas y otras instancias regionales, en consenso con los Estados miembros de la CELAC, con el fin de construir una red de cooperación abierta, inclusiva e integral entre América Latina y el Caribe y la República Popular China.

27. Expresamos satisfacción por los resultados positivos de este encuentro. Los Estados miembros de la CELAC agradecen a la República Popular China por los preparativos realizados. China, a su vez, expresa su reconocimiento a las presidencias pro tempore de la CELAC, Honduras y Colombia, por facilitar la participación de los Estados miembros.

28. Acordamos mantener la comunicación respecto a la convocatoria de la próxima sesión del FCC en 2028.

* La República Argentina estuvo ausente del Plenario Ministerial en la Cuarta Reunión del Foro CELAC-China y no participó en la adopción de estos documentos.

PLAN DE ACCIÓN CONJUNTO CELAC - CHINA PARA LA COOPERACIÓN EN ÁREAS CLAVE **(2025-2027)**

La Cuarta Reunión Ministerial del Foro CELAC-China (FCC) se celebró el 13 de mayo de 2025 en Beijing. Con el objeto de seguir profundizando el FCC, la República Popular China y los Estados miembros de la CELAC (en adelante, “las Partes”) acordaron el siguiente Plan de Acción Conjunto CELAC-China para la Cooperación en Áreas Clave (2025-2027)¹³⁰, texto que se detalla a continuación:

I. Fortalecer las relaciones CELAC-China sobre la base de la igualdad y la confianza mutua

1. Intensificar los intercambios de alto nivel con miras a compartir puntos de vista y explorar posibilidades de coordinación sobre asuntos internacionales y regionales importantes, incluso en los foros internacionales para defender los intereses del Sur Global.
2. Ampliar los contactos a diferentes niveles a los efectos de fortalecer el intercambio de experiencias en áreas claves de interés mutuo.
3. Las Partes reconocen las relaciones entre sus parlamentos con miras a fortalecer el intercambio de experiencias en ámbitos propios de su competencia.
4. Las Partes acuerdan reflexionar sobre los mecanismos institucionales existentes con miras a fortalecer el Foro CELAC-China, incluyendo la posibilidad de avanzar hacia una mayor articulación política y un diálogo de alto nivel, teniendo en cuenta las distintas realidades y posiciones de los Estados miembros.

II. Promover una mayor sinergia de las estrategias de desarrollo para beneficios mutuos y resultados en los que todos ganen

1. Promover el intercambio regular de información, experiencias y buenas prácticas sobre las respectivas estrategias de desarrollo a los efectos de explorar oportunidades de cooperación en el marco, entre otros, de la Iniciativa de Desarrollo Global propuesta por China, de conformidad con las respectivas legislaciones internas de cada Estado.

2. Economía, comercio e inversión

- 2.1. Reforzar la coordinación en el ámbito de la OMC con miras al fortalecimiento del sistema multilateral del comercio, basado en reglas justas, razonables y transparentes.
- 2.2. Celebrar una nueva edición del Foro de Cooperación de Inversión Industrial ALC–China, con el fin de discutir oportunidades de nuevas inversiones productivas en ambas partes.
- 2.3. Promover una ronda de discusiones orientada a la facilitación del comercio y la inversión.
- 2.4. Continuar organizando la Cumbre Empresarial China–ALC de forma rotativa entre China y los Estados miembros de la CELAC. Las Partes continuarán celebrando el Foro de Alto Nivel sobre Inversión y Cooperación China–América Latina, el Foro de Cooperación Económica y Comercial China–Caribe, y el Foro del Sector Privado CELAC–China.
- 2.5. Las Partes están dispuestas a estudiar iniciativas para la innovación económica CELAC-China.
- 2.6. Las Partes promoverán esfuerzos para construir mecanismos de cooperación, resolver las diferencias comerciales mediante el diálogo constructivo, manejar adecuadamente las fricciones comerciales y enfrentar las medidas coercitivas unilaterales que afectan la economía, el comercio y la inversión¹³¹.

3. Finanzas

- 3.1. Evaluar oportunidades para profundizar la cooperación financiera entre China y los países de América Latina y el Caribe en diversos campos.
- 3.2. Alentar la profundización del diálogo entre los bancos de desarrollo nacionales y regionales para la identificación de posibles iniciativas conjuntas, incluyendo el establecimiento de fondos de cooperación de inversiones de capital. Apoyamos a las instituciones financieras de ambas Partes para que establezcan

¹³⁰ La República Argentina estuvo ausente del Plenario Ministerial en la Cuarta Reunión del Foro CELAC China y no participó en la adopción de estos documentos.

¹³¹ Los Gobiernos de la República de Costa Rica y la República de Ecuador se desasocian de este párrafo

fondos de cooperación en inversiones de capital y alentamos a las instituciones financieras de ambas Partes a fortalecer la cooperación en materia de inversión y financiamiento en diversos ámbitos, tales como el crédito a la importación y exportación y la inversión en el extranjero.

3.3. Celebrar un Seminario sobre Bonos Panda en 2025 en el marco del FCC, para promover el intercambio de información y la comunicación entre mercados.

4. Infraestructura

4.1. Continuar celebrando el Foro de Infraestructura China-ALC.

4.2. Fortalecer la comunicación en materia de proyectos de infraestructura con miras a identificar oportunidades de cooperación.

4.3. Profundizar la cooperación en la formación de profesionales en gestión ferroviaria.

4.4. Mejorar activamente el nivel de cooperación en infraestructura de transporte, fortalecer la comunicación y cooperación en carreteras, ferrocarriles, puentes, puertos, túneles, etc.

4.5. Analizar la posibilidad de trabajar conjuntamente para establecer puertos hermanos sobre la base de las ciudades hermanas y promover la facilitación del transporte marítimo de carga y pasajeros entre ambas partes. Las Partes alientan y apoyan a las aerolíneas a abrir más rutas y vuelos para mejorar aún más el nivel de conectividad aérea.

5. Agricultura y alimentación

5.1. Fortalecer aún más la cooperación en materia de comercio de productos agroalimentarios.

5.2. Las Partes están dispuestas a cooperar en seguridad alimentaria y a reforzar el intercambio de experiencias sobre políticas, regulaciones y supervisión en esta materia, en línea con los objetivos de la Alianza Global contra el Hambre y la Pobreza. Alentar a las instituciones pertinentes en China y en los Estados miembros de la CELAC a realizar intercambios y cooperaciones específicas en las áreas identificadas en el Plan SAN CELAC 2030 y continuar la cooperación triangular en materia agrícola, en el marco del Programa de Cooperación Sur- Sur FAO China en América Latina.

5.3. Ampliar oportunidades de formación y capacitación conjunta de personal técnico agropecuario y el desarrollo de capacidades de personas agricultoras.

5.4. Celebrar el Cuarto Foro Ministerial CELAC–China sobre Agricultura en 2027 o 2028.

5.5. Alentar a las respectivas empresas agrícolas a participar en las principales exposiciones agrícolas organizadas por la otra parte, como la Feria Internacional de Comercio Agrícola de China y la Conferencia de Comercio de Granos de China.

5.6. Alentar la realización de investigaciones conjuntas y parcerías entre empresas y centros de investigación sobre tecnologías agrícolas innovadoras.

5.7. Promover intercambio sobre modernización y desarrollo integral de la agricultura familiar, enfocado en la tecnificación y la transición agroecológica.

6. Industria y tecnología de la información

6.1. Analizar las oportunidades de cooperación en materia de desarrollo industrial y políticas industriales y analizar las oportunidades de cooperación con foco en fabricación de equipos, industrias sostenibles y bajas en carbono, cadenas industriales y de suministro, y alentar la cooperación entre parques industriales.

6.2. Realizar Seminario de Alto Nivel sobre Cooperación Industrial ALC–China.

6.3. Promover la cooperación entre instituciones de investigación en infraestructura digital, equipos de telecomunicaciones, grandes datos, computación en la nube, Internet de las Cosas, ciudades inteligentes, Internet, aplicaciones de inteligencia artificial, servicio universal de telecomunicaciones, gestión del espectro radioeléctrico, informatización educativa y otras áreas, y explorar el desarrollo de laboratorios conjuntos.

6.4. Fortalecer los intercambios de políticas y la cooperación sobre el desarrollo de micro, pequeñas y medianas empresas.

7. Energía y recursos

- 7.1. Explorar oportunidades de cooperación e inversiones en materia de transición energética y el almacenamiento avanzado de energía, para facilitar la transición energética sostenible y baja en carbono en ambas Partes.
- 7.2. Profundizar los intercambios sobre las prácticas de transición energética sostenible.
- 7.3. Apoyar el intercambio en materia de investigación y desarrollo conjuntos.
- 7.4. Profundizar la cooperación práctica multifacética en la investigación geo-científica y la prevención y gestión de riesgos geológicos, fortaleciendo el Desarrollo de Talento China-CELAC en geociencias.

8. Aduanas, impuestos, normalización y movilidad de personal

- 8.1. Explorar la posibilidad de ampliación de acuerdos vigentes de reconocimiento mutuo de Operadores Económicos Autorizados (OEA) con el objetivo de facilitar procedimientos aduaneros y fortalecer el comercio entre las dos partes.
- 8.2. Explorar oportunidades de cooperación e intercambio en normalización en áreas clave.
- 8.3. Promover talleres de capacitación en normalización.
- 8.4. Las Partes expresan su disposición a fortalecer las relaciones consulares y la cooperación en asuntos consulares.

III. Consolidando los cimientos de la amistad entre los pueblos a través del aprendizaje mutuo entre civilizaciones

1. Intercambios entre civilizaciones

- 1.1. Promover el intercambio de estudiantes, investigadores, artistas y trabajadores de ambos bloques.
- 1.2. Celebrar una conferencia sobre el diálogo inter-civilizacional ALC-China.

2. Intercambios culturales y artísticos

- 2.1. Fortalecer intercambios culturales y artísticos y apoyar la cooperación institucionalizada entre las respectivas instituciones culturales y artísticas.
- 2.2. Ampliar, por intermedio de la PPT en el caso de la CELAC, la divulgación y las oportunidades de participación recíproca en festivales culturales, carnavales, giras culturales y otras actividades bilaterales y multilaterales. El listado con las actividades e iniciativas culturales que podrían interesar a la otra parte serán divulgadas al inicio de cada año.
- 2.3. Las Partes están dispuestas a reforzar la producción audiovisual y editorial conjunta.
- 2.4. Fortalecer la cooperación en los foros internacionales para combatir el tráfico ilícito de bienes culturales.
- 2.5. Promover encuentro para intercambio de mejores prácticas en la digitalización de museos y libros antiguos.

3. Educación, jóvenes y centros de pensamiento

- 3.1. Organizar el Foro de Desarrollo Educativo CELAC-China en 2025, con foco en educación vocacional.
- 3.2. Alentar la cooperación entre instituciones educativas y empresas de ambas partes a través de intercambios entre profesores y estudiantes, seminarios académicos, formación de talento, investigación científica conjunta e intercambios de centros de pensamiento "Think-tanks".
- 3.3. Divulgar oportunidades de becas y formación recíproca.
- 3.4. Apoyar la creación de la Red de Conocimiento sobre el Desarrollo ALC-China.
- 3.5. Trabajar conjuntamente para promoción de las respectivas lenguas y culturas en universidades locales e instituciones culturales.
- 3.6. Alentar la realización de encuentros de jóvenes, incluso del Foro de Desarrollo Juvenil CELAC China.

- 3.7. Multiplicar los intercambios lingüísticos y culturales, con énfasis en zonas rurales y pueblos originarios.
- 3.8. Considerar continuar reuniéndose bajo el marco del Foro de Centros de Pensamiento China-ALC, y organizar el tercer Foro Académico de Alto Nivel China-CELAC en su debido momento en 2025.

4. Amistad entre los pueblos

- 4.1. Las Partes continuarán celebrando el Foro de Amistad entre los Pueblos CELAC-China. Las Partes considerarán la creación de un mecanismo de intercambio de gobiernos locales entre China y los países de la CELAC, y continuarán celebrando el Foro de Cooperación de Gobiernos Locales CELAC-China.
- 4.2. Celebrar el diálogo sobre turismo CELAC-China para explorar oportunidades de cooperación en el sector turístico y el desarrollo conjunto de productos turísticos.
- 4.3. Profundizar los intercambios y la cooperación en deportes, alentando a sus organizaciones deportivas a fortalecer los lazos, apoyando los intercambios amistosos entre atletas, entrenadores y personal de gestión deportiva.
- 4.4 Promover una reunión para el intercambio sobre la cooperación en políticas públicas para la participación de las mujeres en todos los procesos de toma de decisiones, así como promover el empoderamiento y el desarrollo integral de las mujeres.

5. Medios, comunicaciones, cine, televisión y publicaciones

- 5.1. Las Partes considerarán las formas y medios para fortalecer la cooperación en el ámbito de los medios de comunicación y las comunicaciones.
- 5.2. Las Partes fortalecerán los intercambios y la cooperación en cine y televisión.

6. Propiedad intelectual

- 6.1. Las Partes están dispuestas a fortalecer la cooperación práctica entre las autoridades de propiedad intelectual.

IV. Uniendo a las personas y enfrentando los desafíos globales

1. Fortalecimiento de la cooperación en seguridad global y ciberseguridad

- 1.1. Explorar oportunidades de cooperación en la lucha contra el terrorismo. Las Partes combatirán todas las formas y manifestaciones de terrorismo y su financiación, y apoyarán a los Estados miembros de CELAC en la mejora de su capacidad para combatir el terrorismo. Las Partes están dispuestas a fortalecer el diálogo y la cooperación en la lucha contra todas las formas de crimen organizado transnacional.
- 1.2. Profundizar el intercambio y diálogo en ciberseguridad, alentando a sus Equipos Nacionales de Respuesta a Emergencias de Redes y Sistemas Informáticos (CERT) a establecer contacto y participar en intercambios activos, incluyendo incidentes transfronterizos, realizar intercambio de información y experiencias, y fortalecer la cooperación práctica en la respuesta a emergencias de ciberseguridad.

2. Cooperación contra la corrupción

- 2.1. Celebrar la Conferencia China-Caribe sobre Cooperación en la Aplicación de la Ley contra la Corrupción en el momento adecuado.
- 2.2 Las Partes están dispuestas a evaluar las posibilidades de cooperación contra la corrupción, el lavado de dinero, los flujos financieros ilícitos y la recuperación de activos de acuerdo con las leyes nacionales respectivas y la Convención de las Naciones Unidas contra la Corrupción. Las Partes están dispuestas a analizar, de conformidad con las respectivas legislaciones nacionales, la posibilidad de participar en la negociación y firma de tratados de asistencia judicial penal y otros acuerdos de cooperación en la aplicación de la ley y en el ámbito judicial.
- 2.3. Profundizar la articulación dentro de los distintos foros multilaterales donde se aborda el tema.

3. Cooperación judicial y policial

- 3.1. Ampliar las oportunidades de participación de las respectivas autoridades policiales en programas de capacitación organizados por las partes y la asistencia mutua, respetando las legislaciones y prácticas nacionales.

3.2. Promover intercambio de experiencias y capacitación para combate al tráfico de flora y fauna salvaje, minería y comercio ilegales de metales preciosos, trata de personas, tráfico de migrantes, comercio ilegal de armas, entre otros.

3.3. Explorar las posibles formas de cooperación entre China y los países de América Latina y el Caribe en el enfrentamiento a la producción, consumo y tráfico de drogas controladas y promover los intercambios bilaterales sobre este tema para una efectiva implementación de las convenciones internacionales en este ámbito.

4. Erradicación de la pobreza y desarrollo

4.1 Organizar taller de capacitación para los profesionales en reducción de la pobreza.

4.2. Realizar, regularmente, el Foro de Reducción de la Pobreza y Desarrollo CELAC–China para el intercambio de buenas prácticas.

4.3. Fortalecer el desarrollo del Centro de Desarrollo China–Caribe para apoyar el desarrollo sostenible de los países del Caribe.

5. Cooperación sobre el cambio climático y la protección del medio ambiente

5.1. China está lista para llevar a cabo cooperación internacional en islas cero-carbono con los países de la CELAC.

5.2. Promover investigaciones conjuntas sobre medidas de combate al cambio climático.

5.3. Identificar oportunidades de cooperación en políticas ambientales, prevención y control de la contaminación ambiental, bioeconomía, respuesta al cambio climático, biodiversidad, formación de personal, desarrollo de capacidades y otras áreas para avanzar conjuntamente en el desarrollo sostenible y bajo en carbono. Explorar la posibilidad de promover la cooperación práctica en áreas como ciencia y tecnología marina, restauración de ecosistemas marinos, observación y pronóstico del océano, prevención y mitigación de desastres, gestión integrada del océano, economía azul y economía oceánica sostenible.

5.4. Cooperar en investigaciones científicas sobre la Antártida, por intermedio de intercambio de investigadores y el posible uso recíproco de instalaciones y bases de investigación y explorar la posibilidad de llevar a cabo expediciones científicas conjuntas en la Antártida.

6. Gestión integral del riesgo de desastres y aumento de la resiliencia

6.1. Profundizar el intercambio en gestión integral del riesgo de desastres. Las Partes valorarán las oportunidades en el marco del mecanismo de cooperación en gestión integral del riesgo de desastres CELAC-China y promoverán áreas como la reducción del riesgo de desastres, monitoreo de desastres y amenazas, evaluación de riesgos, prevención de desastres, preparación para emergencias, construcción de capacidad en operaciones de rescate de emergencias y recuperación y reconstrucción post-desastre, con el fin de aumentar la resiliencia.

6.2. Explorar alternativas de cooperación financiera para asistencia en prevención y mitigación de desastres dentro de sus capacidades, incluyendo por intermedio del Fondo de Adaptación Climática y Respuesta Integral a Desastres (FACRID) adoptado por la CELAC.

6.3. Las Partes están dispuestas a explorar las posibilidades de promover un encuentro sobre ciudades sostenibles (digitales y ciudades esponja, entre otras).

7. Ciencia, Tecnología e Innovación tecnológica

7.1. Fortalecer mecanismos de cooperación en innovación científica y tecnológica entre sus gobiernos y mejorar los intercambios y visitas recíprocas entre sus investigadores, así como la promoción de investigaciones conjuntas de tecnología, adaptada a las realidades con propiedad compartida entre los países miembros.

7.2. Celebrar nueva edición el Foro de Ciencia, Tecnología e Innovación CELAC–China.

7.3. Explorar el establecimiento de Programas de Formación de Jóvenes Científicos CELAC-China.

7.4. Explorar cooperación en la construcción de laboratorios conjuntos y apoyar a los científicos jóvenes de los países de ALC para realizar investigaciones científicas a corto plazo en China.

7.5. Fortalecer el Centro de Transferencia de Tecnología China–ALC.

7.6. Analizar las posibilidades de cooperación en investigación científica para el desarrollo sostenible, incluyendo en áreas como la mejora biológica, uso sostenible de los suelos y otros campos de interés común.

7.7. Profundizar el intercambio sobre la construcción del Centro de Innovación Alimentaria Sostenible CELAC–China.

7.8. Fortalecer la cooperación espacial y apoyar, según las prioridades y capacidades de cada país, la organización conjunta de un foro de cooperación del Sistema de Navegación por Satélite BeiDou China ALC y construcción conjunta de un centro de cooperación y desarrollo de aplicaciones BeiDou China ALC.

7.9. Continuar celebrando el Foro de Cooperación Espacial China–ALC, en función del interés y la disponibilidad de las partes.

8. Tecnología digital

8.1. Explorar posibilidades de cooperación para mejora continua de la cobertura de redes 5G y el nivel de aplicación digital en diversos campos a solicitud de cada país.

8.2. Compartir experiencias en la gobernanza de la IA. Tomamos nota de la Iniciativa Global de Gobernanza de la IA propuesta por China y del Pacto Digital Global para valorar el intercambio de comunicaciones bajo los principios establecidos en dicha Iniciativa, con el objetivo de avanzar hacia marcos y estándares globales construidos sobre un amplio consenso. Las Partes también reconocen la importancia del acceso a la IA.

8.3. Las partes fomentan el diálogo activo y la cooperación en el campo de la IA y alientan los esfuerzos por promover el avance tecnológico y el desarrollo de capacidades en los países en desarrollo. La parte china está dispuesta a invitar a los Estados miembros de CELAC a participar en talleres sobre la capacitación en IA.

8.4. Continuar la celebración de los Foros de Cooperación en Tecnología Digital CELAC–China, y organizar Foro de Desarrollo y Cooperación en Internet CELAC–China.

8.5. Las Partes analizarán las oportunidades de fortalecer la cooperación en infraestructura digital.

8.6. Organizar cursos de capacitación para talentos digitales. Explorar la creación de un mecanismo de diálogo China–ALC sobre cooperación en comercio electrónico.

9. Salud

9.1. Alentar el intercambio de conocimientos y buenas prácticas en el sector de salud, con foco en avances tecnológicos, gestión hospitalaria y la prevención, control y tratamiento de enfermedades, incluyendo enfermedades infecciosas.

9.2. Promover la cooperación entre hospitales de las dos partes, a los efectos de facilitar prestación de asistencia médica cuando necesario.

9.3. Organizar un taller sobre medicina tradicional.

9.4. En la medida de las posibilidades, las Partes están dispuestas a explorar la cooperación en medicina tradicional ALC–China.

9.5. Las Partes están dispuestas a fortalecer el intercambio de experiencias para fomentar el de acceso a medicamentos de calidad, eficaces, seguros y asequibles, incluyendo productos biológicos y biosimilares, así como para fomentar la producción local de productos de salud de calidad.

V. Implementación

1. Las áreas de cooperación descritas en este Plan no son exclusivas.

2. Este Plan se implementará con flexibilidad y participación voluntaria, y no afectará ningún proyecto de cooperación bilateral acordado, ni reemplazará acuerdos, decisiones o compromisos bilaterales o multilaterales establecidos. Todas las actividades se decidirán por acuerdo mutuo de las Partes involucradas, sujetas a la disponibilidad de recursos financieros y humanos de las autoridades nacionales.

3. En la implementación de este Plan, se dará la debida consideración a los desafíos y necesidades de los Países Menos Adelantados, los Países en Desarrollo Sin Acceso al Mar, los Pequeños Estados Insulares en Desarrollo, los Países de Ingreso Medio, y los países en conflicto o en situaciones de conflicto emergente de la CELAC, bajo la premisa de la preservación de América Latina y el Caribe como una Zona de Paz.
4. La CELAC acoge con interés las iniciativas presentadas por la República Popular China para la implementación de este Plan, según lo establecido en el documento Anexo.

Anexo

1. A partir de 2025, China invitará anualmente a 300 miembros de partidos políticos de los Estados miembros de la CELAC a visitar su país, y continuará celebrando el Foro de Partidos Políticos China-CELAC.
2. El Gobierno chino está dispuesto a proporcionar fondos crediticios equivalentes a 66 mil millones de yuanes RMB a los países de América Latina y el Caribe para apoyar la cooperación práctica entre China y dichos países en diversos ámbitos.
3. China otorgará a los Estados miembros de la CELAC un total de 3,500 becas gubernamentales y 10,000 oportunidades de capacitación en China entre 2025 y 2027.
4. China está dispuesta a brindar apoyo y asistencia a los Estados miembros de la CELAC en la enseñanza del idioma chino. Se respaldará a las instituciones de ambas partes para trabajar conjuntamente en los Institutos Confucio y las Aulas Confucio, así como en la creación de nuevos talleres de idioma chino, centros de desarrollo de habilidades vocacionales Chino+ y centros locales de formación de profesores de chino en el momento adecuado y conforme surjan las necesidades. De 2025 a 2027, China otorgará a los Estados miembros de la CELAC 500 becas internacionales para profesores de chino, 1,000 cupos en los campamentos de verano e invierno del programa "Puente Chino", y 30,000 ejemplares de libros de texto y materiales didácticos de idioma chino.
5. China invitará a más periodistas de los Estados miembros de la CELAC a realizar visitas de corto o mediano plazo a su país, facilitará las labores de los periodistas de América Latina y el Caribe destacados en China, y ofrecerá 500 oportunidades de capacitación en China durante los próximos tres años para académicos, profesionales de medios de comunicación y usuarios de cuentas de medios digitales provenientes de los Estados miembros de la CELAC.
6. China ofrecerá 300 oportunidades de capacitación para profesionales dedicados a la reducción de la pobreza en los Estados miembros de la CELAC durante los próximos tres años.
7. China llevará a cabo 300 proyectos de asistencia para el desarrollo de medios de vida, caracterizados por ser "pequeños pero significativos", en los países de América Latina y el Caribe durante los próximos tres años.
8. Se llevará a cabo la exhibición de películas y programas de televisión chinos bajo el programa de "El Vínculo". Las Partes se esforzarán por traducir 10 series de televisión o programas audiovisuales populares por año entre sí en los próximos tres años y apoyarán la traducción mutua de obras clásicas.

XXVI Assembleia de Ministros da Saúde da CEDEAO

26th Assembly of Health Ministers of ECOWAS

Augusto Paulo Silva

Manuel Mahoche

Tomé Cá

Dala Djop

Felix Rosenberg

Abstract. *This report addresses malnutrition in Africa and the African Union's efforts to combat it. During a high-level event in Addis Ababa, African leaders reaffirmed their commitment to investing in nutrition and food security. They highlighted the importance of strategies such as the Abidjan Declaration and the Malabo Declaration, which aim to increase public spending on agriculture and health. The report also mentions the African Regional Nutrition Strategy 2016-2025 and the need for a multisectoral approach to tackle malnutrition, integrating sectors such as health, education, and agriculture. Furthermore, the report highlights the new CAADP Strategy and Action Plan (2026-2035), launched in Johannesburg, South Africa, which aims to mobilize \$100 billion, increase agri-food production, and reduce post-harvest losses. Lastly, the report also broadly echoes on the 26th Assembly of Health Ministers of ECOWAS, held in Praia, Cape Verde, where community health policies and the acquisition of hemodialysis and telemedicine equipment for each Member State were among decisions taken.*

Keywords: *African Union. ECOWAS. Food and nutrition security.*

Resumo. Este informe aborda a desnutrição na África e os esforços da União Africana para combatê-la. Durante um evento de alto nível em Adis Abeba, líderes africanos reafirmaram seu compromisso de investir em nutrição e segurança alimentar. Eles destacaram a importância de estratégias como a Declaração de Abidjan e a Declaração de Malabo, que visam aumentar os gastos públicos em agricultura e saúde. O informe também menciona a Estratégia Regional Africana de Nutrição 2016-2025 e a necessidade de uma abordagem multissetorial para enfrentar a desnutrição, integrando setores como saúde, educação e agricultura. Além disso, o informe destaca a nova Estratégia e Plano de Ação do CAADP (2026-2035), lançados em Joanesburgo, África do Sul, que visam mobilizar 100 bilhões de dólares, aumentar a produção agroalimentar e reduzir as perdas pós-colheita. Por último, o informe também repercute, em linhas gerais, o que foi a XXVI Assembleia de Ministros da Saúde da CEDEAO, realizada na Cidade da Praia, em Cabo Verde, onde foram tomadas, entre outras decisões, as políticas de saúde comunitária e a aquisição de equipamentos de hemodiálise e telemedicina para cada Estado-Membro.

Palavras-chave: União Africana. CEDEAO. Segurança alimentar e nutricional.

União Africana

Da política à ação: rumo a uma posição comum para abordar a desnutrição

Comunicado

Nós, Chefes de Estado e de Governo dos Estados-Membros da União Africana, membros dos parlamentos africanos, representantes do setor privado, chefes de organizações internacionais, reunidos durante o evento paralelo de alto nível intitulado "Da política à ação: rumo a uma posição comum para abordar a desnutrição em África", coorganizado por Sua Majestade Letsie III, Rei do Lesoto, pela União Africana e pelo Campeão *African Leaders for Nutrition*, através do Governo do Reino do Lesoto; da República da Costa do Marfim; da Comissão da União Africana, do Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento, da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação e da *Nutrition International*, em Adis Abeba, Etiópia, no dia 14 de fevereiro.

Reafirmamos o nosso compromisso coletivo e resolutivo de combater a desnutrição em África através de investimentos estratégicos e concretizáveis em nutrição.

Recordando e baseando-se em decisões, declarações e estratégias continentais anteriores e existentes relacionadas com a nutrição, incluindo:

I. A Decisão da Assembleia [(Assembly/AU/Dec. 813(XXXV))] adotada em 2022, que declarou 2022 como "Ano da Nutrição e Segurança Alimentar", e a Declaração de Abidjan, que apelou à aceleração dos investimentos, implementação e coordenação para melhorar a nutrição e a segurança alimentar em África."

II. A Declaração de Malabo (Assembly/AU/Decl.1(XXIII)) que, entre outras questões, mantém a meta de 10% dos gastos públicos no financiamento da agricultura e o fim da fome em todas as suas formas até 2025;

III. A Declaração de Abuja, na qual os Chefes de Estado e de Governo da União Africana comprometeram-se a estabelecer a meta de alocar pelo menos 15% do seu orçamento anual ao setor da saúde;

IV. A Decisão do Conselho Executivo (EX.CL/1367 (XLI)) apelando aos Estados-Membros para aumentarem os investimentos financeiros domésticos na segurança alimentar e nutricional, e

V. Desenvolver e adotar um quadro político multissetorial e uma meta de investimento em nutrição que garantam a alocação de recursos domésticos para a nutrição.

VI. A Estratégia Regional Africana de Nutrição 2016-2025, que orienta os Estados-Membros nas políticas e programas de nutrição (EX.CL/Dec.876(XXVII));

VII. A Decisão da Assembleia (Assembly/AU/Dec.892(XXXVII)2024) que determina que os Estados-Membros da União Africana priorizem os investimentos em nutrição e se comprometam a assumir compromissos audazes na Cúpula *Nutrition for Growth* em 2025, para melhorar os resultados nutricionais em todo o continente.

VIII. A Declaração de Kampala do CAADP que apela a uma redução de 25% no desperdício, no atraso do crescimento (nanismo) e no excesso de peso/obesidade, bem como a garantir que 60% da população possa ter acesso a uma dieta saudável até 2030.

Reconhecendo as evidências esmagadoras de que a desnutrição prejudica o desenvolvimento do capital humano e o crescimento económico, custando à África 153 bilhões de dólares anualmente em perda de produtividade.

Preocupados com o progresso lento alcançado e com o panorama nutricional em mudança, caracterizado pela convergência de múltiplos desafios, incluindo o impacto crescente e negativo das mudanças climáticas na segurança alimentar, saúde, proteção social, abastecimento de água e saneamento; todos fundamentais para uma melhor nutrição.

Ainda preocupados com o facto de os investimentos atuais em nutrição em todo o continente não acompanharem a urgência e a dimensão do problema, e de que os compromissos e financiamentos globais para enfrentar a nutrição frequentemente ficam aquém, criando uma barreira para alcançar progressos concretos.

Reconhecendo a urgência de acelerar o progresso e a necessidade de uma “abordagem de toda a sociedade” - onde governos, sociedade civil, setor privado, parceiros de desenvolvimento e cidadãos individuais desempenhem todos um papel ativo na abordagem desta questão crítica.

Reconhecendo ainda que a próxima Cúpula *Nutrition for Growth* oferece uma oportunidade histórica para o continente reafirmar o papel significativo da nutrição no desenvolvimento socioeconómico, através de compromissos audazes,

Decidimos e comprometemo-nos a:

Operacionalização das estratégias continentais para a nutrição: reafirmamos o nosso compromisso de operacionalizar a Estratégia Regional Africana de Nutrição (2016-2025) e a sua sucessora, bem como a Declaração de Abidjan sobre nutrição, a Declaração de Kampala pós-Malabo do CAADP, através da adoção de ações específicas para reduzir o desperdício, o atraso no crescimento (nanismo), o excesso de peso/obesidade e as doenças crónicas relacionadas com a nutrição, incorporando as prioridades nutricionais nos planos nacionais de desenvolvimento, bem como nos Planos Nacionais de Investimento em Agricultura e de Saúde, alinhando-os com os nossos quadros da União Africana.

Implementação do Quadro Estratégico para a Anemia: reafirmamos o nosso compromisso em reduzir a anemia em todo o continente através do Quadro Estratégico para a Prevenção da Anemia em África, integrando-o nos sistemas nacionais de saúde para uma ação multissetorial.

Abordagem multissetorial à nutrição: comprometemo-nos a integrar a nutrição em todos os setores, incluindo saúde, educação, agricultura e alterações climáticas, orientados pelos princípios de inclusividade, sustentabilidade e responsabilidade.

Financiamento catalítico e inovador: comprometemo-nos a mobilizar recursos domésticos e internacionais, bem como a aproveitar mecanismos inovadores de financiamento para implementar os compromissos de nutrição para o crescimento ao nível dos países. Trabalharemos para consolidar legalmente o financiamento da nutrição nos quadros legislativos nacionais e regionais, garantindo que a nutrição seja prioritária nos quadros legais, orçamentos, políticas e estratégias nacionais, a fim de reforçar a sustentabilidade e a responsabilidade a longo prazo.

Apelo à ação:

Nós, os Estados-Membros da União Africana, convocamos todas as partes interessadas - governos, parceiros de desenvolvimento, sociedade civil e setor privado - a comprometerem-se com estas ações e a assumirem compromissos de alto nível, ambiciosos, coerentes e decisivos na iniciativa *Nutrition for Growth*, para fortalecer nossa ambição de eliminar todas as formas de desnutrição.

Nós, os Estados-Membros da União Africana, estamos assumindo compromissos financeiros e não financeiros domésticos que promovem um ambiente favorável, orientado para o impacto, político e programático; que abordarão a desnutrição de forma holística e cobrirão, notadamente, as seguintes áreas temáticas: saúde, sistemas alimentares, proteção social, resiliência a crises e clima.

Reconhecemos que somente por meio de esforços coordenados e coletivos podemos superar a desnutrição e liberar o potencial do capital humano da África.

Comprometemo-nos a tomar medidas decisivas para implementar esses compromissos e garantir que a posição da África seja fortemente representada na Cúpula *Nutrition for Growth*. Juntos, trabalharemos por um futuro em que todos os africanos tenham acesso à nutrição necessária para prosperar e contribuir para a prosperidade a longo prazo do continente.

Imagem 1: Organizações coorganizadoras do evento paralelo de alto nível sobre nutrição



Fonte: União Africana, 2025.

Estratégia e Plano de Ação do CAADP para 2026-2035

Declaração de Kampala

A União Africana [lançou](#), no dia 5 de maio, a Estratégia e o Plano de Ação de Kampala do CAADP (2026 – 2035), que visa mobilizar 100 bilhões de dólares, aumentar a produção agroalimentar em 45%, triplicar o comércio intra-africano de produtos agrícolas e reduzir para metade as perdas pós-colheita.

O Programa Abrangente de Desenvolvimento da Agricultura Africana (CAADP, *Comprehensive African Agricultural Development Programme*) é uma iniciativa continental da Agenda 2063, destinada a ajudar os países africanos a eliminarem a fome e a reduzir a pobreza através do aumento do crescimento económico impulsionado pelo desenvolvimento agrícola. O lançamento, na conferência de dois dias que decorre em Joanesburgo, África do Sul, elevou as expectativas para os sistemas alimentares, com a Declaração de Kampala do CAADP agora assinada.

No seu discurso principal, o Senhor Kyakulaga Fred Bwino, Ministro de Estado da Agricultura do Uganda/Presidente do Comité Técnico Especializado (STC, *Specialized Technical Committee*) da União Africana para a Agricultura, Desenvolvimento Rural, Água e Ambiente (ARDWE, *Agriculture, Rural Development, Water and Environment*), afirmou que esta é a terceira de uma série de estratégias do CAADP, tendo a primeira sido adotada na Declaração de Maputo em 2003, a segunda na Declaração de Malabo em 2014, e agora a Declaração de Kampala do CAADP de 2025. O CAADP é o esforço de reforma agrícola mais ambicioso e abrangente alguma vez empreendido em África.

O Senhor Bwino salientou que a responsabilidade de liderar o processo de implementação recai diretamente sobre os governos e solicitou às instituições continentais que desempenhem um papel mais amplo de coordenação e monitorização, envolvendo mais partes interessadas cruciais em todas as fases.

"Existem aspetos chave do CAADP, como a abertura de mercados, o desenvolvimento de infraestruturas ou o controlo de pragas e doenças, que são mais bem geridos através da colaboração entre países, daí a necessidade de as Comunidades Económicas Regionais (CER) desempenharem o papel principal", afirmou Bwino.

Por sua vez, o Comissário da União Africana para a Agricultura, Desenvolvimento Rural, Economia Azul e Ambiente Sustentável (ARBE), S.Exa. Moses Vilakati, afirmou que a nova Estratégia e Plano de Ação do CAADP para 2025-2036 assinala uma mudança significativa em direção à transformação dos sistemas agroalimentares.

"Reconhecemos que a agricultura não se resume apenas à produção, mas à criação de um sistema holístico que abrange a produção, o processamento, a distribuição e o consumo. Prevê também sistemas agroalimentares sustentáveis e resilientes para uma África saudável e próspera," disse ele.

“Através deste documento estratégico, foi oferecida ao continente uma plataforma de lançamento para criar maior coerência no esforço de impulsionar sistemas de produção agrícola positivos para a natureza, que apoiarão a restauração de ecossistemas e o ganho de biodiversidade,” enfatizou o Comissário Vilakati.

Atualmente, África acolhe nove dos 10 países mais vulneráveis às alterações climáticas, e os Estados-membros da União Africana já estão a desviar até 9 por cento dos seus orçamentos nacionais para responder a extremos climáticos.

O Ministro da Agricultura da África do Sul, John Steenhuisen, desafiou os líderes do continente a investir e a manter os compromissos assumidos com um plano à escala continental que permitirá ao continente alimentar-se a si próprio numa década.

O Exmo. Steenhuisen afirmou que o continente deve eliminar distorções e resolver falhas de mercado que impedem a adoção de tecnologia, como parte dos esforços para aumentar o crescimento e a produtividade agrícola, ao mesmo tempo que se aumenta o nível e a eficiência dos investimentos agrícolas para um impacto mais amplo.

"O sistema agroalimentar requer tecnologias inovadoras para se adaptar adequadamente às condições sociais locais e ser atualizado em resposta a fatores ambientais, como a coevolução de pragas e doenças, a degradação dos recursos hídricos e terrestres, e as alterações climáticas," disse Steenhuisen.

Intervindo virtualmente no evento de lançamento, S.Exa. Nardos Bekele, CEO da AUDA NEPAD, afirmou:

“ao lançarmos esta Estratégia e Plano de Ação, lembremo-nos que o seu sucesso depende da verdadeira apropriação: internalização nos planos nacionais, regionais e continentais; parcerias de financiamento robustas mobilizadas através da Equipa África; e um envolvimento significativo da nossa juventude, mulheres, pequenos agricultores, setor privado e sociedade civil. O lançamento não é um ponto final nem uma cerimónia — é o arranque de uma década de aceleração.”

“Vamos acelerar a plena implementação da Zona de Comércio Livre Continental Africana (AfCFTA) para impulsionar o comércio intra-africano, sustentar o Programa para o Desenvolvimento de Infraestruturas em África (PIDA, *Programme for Infrastructure Development in Africa*) e os seus investimentos catalisadores, e acelerar as Revisões Bienais (BR, *Biennial Reviews*) pós-Malabo do CAADP que afinam a nossa bússola política. Mais importante ainda, fortalecer a capacidade sistémica para um planeamento multissetorial robusto, para a coerência das políticas, orçamentação e coordenação,” sublinhou ela.

A Rede Parlamentar Africana para os Sistemas Alimentares (AFSPaN, *The African Food Systems Parliamentary Network*) solicitou que os parlamentares sejam plenamente integrados nos ciclos políticos nacionais, com a autoridade, informação e influência orçamental necessárias para moldar reformas intersectoriais de longo prazo.

“Os parlamentares não são meros espectadores, mas sim modeladores do sistema. Através da legislação, fiscalização e afetação orçamental, podemos incorporar a Declaração de Kampala na política nacional, assegurando que os nossos sistemas alimentares proporcionam dietas saudáveis, resiliência climática e meios de subsistência equitativos para todos.”

A AFSPaN afirmou que, a nível continental, os Membros do Parlamento devem liderar pelo exemplo, garantindo que todas as ações legislativas estejam alinhadas com o compromisso de África de erradicar a fome, construir resiliência e cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Os delegados também ouviram que a concretização da Agenda de Kampala do CAADP na próxima década exigirá a reavaliação das políticas agrícolas e de nutrição que abracem as crescentes complexidades da urbanização, o crescimento populacional, os desafios colocados pela juventude e as mudanças nos pontos de influência no planeamento.

Recorde-se, o Programa Abrangente de Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP) é uma iniciativa continental da Agenda 2063 da União Africana que visa aumentar a produtividade agrícola, incrementar o investimento público na agricultura e estimular o crescimento económico através de um desenvolvimento liderado pela agricultura, ajudando assim os países africanos a eliminar a fome e a reduzir a pobreza.

Lançado em 2003, após a Declaração de Maputo, e reafirmado em 2014 na Guiné Equatorial com a Declaração de Malabo, centra-se na melhoria da segurança alimentar e da nutrição e no aumento dos rendimentos nas economias africanas baseadas na agricultura.

O CAADP é o esforço de reforma agrícola mais ambicioso e abrangente alguma vez empreendido em África. Emergiu como o quadro fundamental para impulsionar a transformação agrícola em todo o continente africano e representa uma mudança fundamental para um desenvolvimento que é totalmente detido e liderado pelos governos africanos.

26.ª Assembleia de Ministros da Saúde da CEDEAO

Reunião de Pontos Focais da Organização Oeste Africana da Saúde (OOAS)

A 26ª Sessão Ordinária da Assembleia de Ministros da Saúde da CEDEAO foi oficialmente aberta em 4 de maio, na Cidade da Praia, Cabo Verde, com a [reunião de Pontos Focais](#) da Organização Oeste Africana da Saúde (OOAS).

No seu discurso de abertura, o Diretor-Geral da OOAS, o beninense Dr. Melchior Athanase J. C. AÏSSI, recordou que a Assembleia deste ano se realiza sob o lema: “Política Regional de Saúde Comunitária baseada em Normas e Princípios Consensuais”. Expressou a sua gratidão aos Pontos Focais pelos seus imensos esforços ao longo de 2024, que levaram à validação de normas e princípios regionais de saúde comunitária, bem como à adoção da Declaração de Lomé sobre Saúde Comunitária, na Conferência de Consenso realizada de 1 a 4 de abril de 2025 no Togo. Esses documentos fundamentais foram submetidos e adotados pela 26ª Assembleia de Ministros.

O Dr. Melchior AÏSSI também reconheceu o papel crucial desempenhado pelos Pontos Focais na implementação das atividades da OOAS nos Estados-Membros. Sublinhou a sua contribuição estratégica para a promoção de uma abordagem regional harmonizada de saúde comunitária, com o objetivo de alcançar uma cobertura universal e eficaz ao nível dos agregados familiares da prevenção, promoção e vigilância da saúde de base comunitária.

No seu discurso de boas-vindas, o Ministro da Saúde de Cabo Verde, Dr. Jorge Figueiredo, agradeceu à OOAS por ter escolhido a cidade da Praia para acolher a 26ª Sessão Ordinária da Assembleia de Ministros da Saúde da CEDEAO. Ele também felicitou os Pontos Focais pela sua contribuição para os sistemas nacionais de saúde através do apoio da OOAS, e reafirmou o forte compromisso de Cabo Verde em promover a saúde comunitária e a cooperação regional entre os Estados membros da CEDEAO.

A reunião de Pontos Focais da OOAS é um fórum importante para:

(1) avaliar os progressos na implementação das recomendações de 2024;

(2) rever os relatórios anuais de progresso de 2024 de Estado-Membro;

(3) acordar um plano de ação consolidado para 2025.

Fórum de parceiros da Organização Oeste Africana da Saúde (OOAS)

Durante 2 dias (07 e 08 de maio) reuniram-se os principais parceiros financeiros e técnicos da OOAS da CEDEAO para em conjunto analisarem a situação atual e financeira e as prioridades para os programas de saúde nesta sub-região da África ocidental.

O Diretor-Geral da Organização Oeste Africana da Saúde que presidiu a cerimónia de abertura congratulou-se com a cooperação destes parceiros junta da OOAS /CEDEAO. Informou que a região da CEDEAO registou no ano de 2024 uma multitude de casos de doenças com potencial epidémico num total de 17 doenças que levaram a 67 situações de epidemias nos 12 Estados-Membros e frisou que esta tendência tem um aumento rápido e que tem interpelado a ações concretas das instancias e autoridades de saúde.

Considerou que houve uma melhoria ao nível dos laboratórios e de vigilância para identificar precocemente os casos e as doenças mais considerara que ainda é preciso questionar sobre a capacidade de controlo e de agir sobre os determinantes da saúde de forma sustentável.

Avançou ainda que estas reuniões acontecem, este ano, num contexto particular de cortes financeiros provocados pela saída de USAID dos programas de saúde, mas garantiu que até o momento nenhum deste programa na região da CEDEAO foi fechado, pois a OOAS está determinada em mostrar a sua resiliência.

De recordar que este fórum de parceiros da OOAS precedeu à 26ª Reunião de Ministros da Saúde da CEDEAO que decorreu de 9 a 10 de maio, na capital de Cabo Verde.

Assembleia de Ministros da Saúde da CEDEAO (9 e 10 de maio)

O Primeiro-Ministro de Cabo Verde, Ulisses Correia e Silva, presidiu a [cerimónia de abertura](#) da 26.ª Assembleia de Ministros da Saúde da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), realizada na Cidade da Praia, agradecendo a escolha de seu país para acolher este importante encontro, “dedicado à promoção da saúde e do bem-estar dos nossos cidadãos”.

“Temos todos consciência do papel insubstituível da saúde no desenvolvimento humano, económico e social. Vencer o desafio de garantir acesso universal e equitativo a cuidados de saúde passa por políticas públicas integradas”, disse o Primeiro-Ministro, “desde a segurança alimentar à massificação da vacinação, da qualificação dos profissionais, ao acesso a medicamentos”.

No seu discurso, o Chefe do Governo congratulou-se com a centralidade dada à saúde comunitária, essencial para aproximar os cuidados às pessoas e reforçar a resiliência dos nossos sistemas. “Reafirmo o compromisso de Cabo Verde com a construção de um sistema de saúde robusto, eficiente e inclusivo”, frisou.

“Acreditamos no poder da colaboração e da partilha de boas práticas entre os nossos países para avançarmos juntos”, conclui Ulisses Correia e Silva.

De referir que a 26ª Assembleia de Ministros da Saúde da CEDEAO decorreu sob o tema “Política regional da saúde comunitária baseada em normas e princípios de consenso”.

Principais decisões

Segunda notícias veiculadas pela Rádio de Cabo Verde, na sua edição da noite de 10 de maio, a aquisição de 4 aparelhos de hemodiálise por Estado-Membro e também para a telemedicina foi uma das decisões tomadas pelos Ministros da Saúde da CEDEAO reunidos na 26ª Sessão Ordinária. A informação foi avançada pelo titular da pasta de Saúde, Jorge Figueiredo, que avançou igualmente que Cabo Verde já se candidatou ao projeto de Desenvolvimento das Indústrias Farmacêuticas da CEDEAO.

Quanto à telemedicina e hemodiálise, o titular da pasta de Cabo Verde transmitiu ainda o seguinte:

“Debatemos a instalação da telemedicina na Sub – Região e a aquisição de equipamentos para o efeito. Como Cabo Verde já tem disponível todo o equipamento e a sua implementação, nós deixámos essa discussão para que fosse concluído pelos outros Estados-Membros. Também discutimos, profundamente, a aquisição de equipamentos de Hemodiálise e que seriam 4 equipamentos para cada país, o que, para nós, irá fortalecer, naturalmente, todo o trabalho que estamos a fazer nesta matéria”.

Outra decisão tomada pelos Ministros foi a aprovação dos documentos referentes à Política Regional de Saúde Comunitária e a Estratégia para a sua implementação.

Os Ministros também analisaram o impacto da suspensão do financiamento da USAID sobre os sistemas de saúde da Região Africana e o Ministro da Saúde aponta que Cabo Verde está a levar avante os projetos com outros recursos, tendo à propósito afirmado:

“O financiamento dos Estados Unidos foi cancelado. Não se sabe, se definitivamente. Então, portanto, cabe a cada Estado-Membro procurar estratégias alternativas. Nós, aqui em Cabo Verde, e noutros países, já estamos a lançar mão, tanto ao próprio Orçamento Geral do Estado, na busca de outras parcerias para a conclusão. Cabo Verde já avança para cerca de 60% dos projetos e não tem interrompido, até agora, qualquer um dos projetos que era financiado pelo USAID”.

O desenvolvimento das indústrias farmacêuticas na Comunidade Económica de Países da África Ocidental, também esteve em discussão. Cabo Verde quer, conforme seu Ministro da Saúde, Jorge Figueiredo, estar no mercado e criar condições para aumentar a sua capacidade produtiva.

Reunião anual de Comitês Nacionais de Pilotagem dos aportes financeiros aos Estados-Membros

Imagem 2: Mesa que presidiu à reunião de Comitês Nacionais de Pilotagem



Fonte: OOAS, 2025.

Este encontro estratégico tem como principal objetivo avaliar o funcionamento dos Comitês Nacionais de Pilotagem, os apoios concedidos pela OOAS aos Estados-Membros e os

resultados alcançados, bem como partilhar experiências, identificar desafios, lições aprendidas e perspectivas futuras.

A reunião reúne os membros de Comitês Nacionais de Pilotagem, nomeadamente os Representantes Residentes da CEDEAO, membros do Comité de Administração e Finanças (CAF) da CEDEAO, Deputados da CEDEAO, Pontos Focais da OOAS junto dos Ministérios da Saúde, gestores financeiros dos projetos nacionais da OOAS, bem como a equipe da Organização.

A cerimónia de abertura foi assinalada por intervenções do Diretor de Planeamento do Ministério da Saúde de Cabo Verde, Demétrio Rendall, em representação do Ministro da Saúde, do Diretor Executivo do Centro para as Energias Renováveis e Eficiência Energética da CEDEAO (ECREEE), Francis Semporé, na qualidade de Representante Residente interino da CEDEAO em Cabo Verde e pelo discurso oficial do Diretor-Geral da OOAS, Dr. Melchior AÏSSI.

No seu discurso de boas-vindas, o representante do Ministro da Saúde de Cabo Verde sublinhou a importância desta reunião, que permitirá fazer o balanço dos apoios prestados pela OOAS aos Estados-Membros, identificar os principais desafios e destacar as boas práticas na gestão de recursos financeiros disponibilizados e destinados a melhorar as condições de vida das populações.

Por sua vez, o Representante Residente interino da CEDEAO em Cabo Verde agradeceu à OOAS pela excelente colaboração com o Escritório da Representação Residente. “Esta reunião é uma oportunidade para garantir uma melhor execução de projetos nos Estados-Membros”, destacou, fazendo ainda uma menção especial ao Ministério da Saúde pelo empenho demonstrado na execução eficaz de projetos da OOAS no país. Concluiu formulando votos de uma reunião bem-sucedida em prol do desenvolvimento sustentável em África.

No seu discurso oficial de abertura, o Diretor-Geral da OOAS, Dr. AÏSSI, enfatizou a necessidade de uma gestão rigorosa e colaborativa num contexto global marcado pela redução do financiamento à saúde. Recordou ainda as principais ações desenvolvidas em 2024, nomeadamente nos domínios do acesso aos cuidados essenciais de saúde, da segurança sanitária e da produção regional de medicamentos e vacinas.

Na Europa, Ucrânia assina acordo de terras raras com EUA em meio à guerra

In Europe, Ukraine signs rare earths with USA amid war

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire

Resumo. O destaque da quinzena europeia foi a assinatura do acordo de terras raras entre Ucrânia e EUA. Freire traz alguns detalhes do acordo, que até então era tido pelos EUA como um “acerto de contas” por parte da Ucrânia, que recebeu aportes bilionários para uma guerra que nunca foi dela. Na Alemanha, Friederich Merz se confirma como chanceler e promete endurecer a política migratória, além de cogitar voltar a importar gás russo, o que traria um grande impacto no posicionamento da UE em relação à guerra. Ainda na Alemanha, o partido extremista de direita AfD é reconhecido como uma organização extremista de direita e passará a ser monitorado pela inteligência alemã. A agenda da saúde segue em curso com a legislação de medicamentos críticos na UE e com o trabalho da OMS Europa que reage ao desfinanciamento se reorganizando internamente.

Palavras-chave: Saúde global; União Europeia; Donald Trump; Guerra na Ucrânia;

Abstract. *The highlight of the European fortnight was the signing of the rare earths agreement between Ukraine and the US. Freire provides some details of the agreement, which until then had been seen by the US as a “settling of scores” by Ukraine, which received billions in contributions for a war that was never its own. In Germany, Friederich Merz is confirmed as chancellor and promises to toughen up migration policy, in addition to considering resuming imports of Russian gas, which would have a major impact on the EU’s position on the war. Also in Germany, the far-right AfD party is recognized as a far-right extremist organization and will be monitored by German intelligence. The health agenda continues with legislation on critical medicines in the EU and the work of WHO Europe, which is responding to the lack of funding by reorganizing itself internally.*

Keywords: Global Health; European Union; Donald Trump; Ukraine war;

Defesa e competitividade seguem sendo as pautas dominantes da agenda política da União Europeia. O destaque da quinzena foi a assinatura do acordo sobre terras raras entre EUA e Ucrânia, que envolverá a criação de um fundo de investimento conjunto para busca de minerais e estabelece como as receitas serão divididas entre os dois países. O acordo vinha sendo considerado como uma espécie de “ressarcimento” ucraniano aos EUA, após os 3 anos de apoio financeiro e militar à guerra, mas de acordo com uma declaração do Departamento do Tesouro dos EUA, [o acordo contribuirá para os esforços de reconstrução da Ucrânia no pós-guerra](#). O governo Trump afirma que o acordo “sinaliza claramente” seu compromisso “com uma Ucrânia livre, soberana e próspera”.

O acordo foi prontamente ratificado na Ucrânia. Conforme matéria, apesar de parlamentares terem manifestado preocupações com a falta de detalhes de algumas das disposições do acordo, como o detalhamento sobre a administração e contribuições ao fundo de investimento previsto para a reconstrução da Ucrânia, a ratificação foi aprovada por 338

parlamentares, sem nenhum voto contrário¹³². Cabe mencionar que a efetiva exploração pode levar anos para acontecer de fato.

Segundo a vice-primeira-ministra ucraniana, Yulia Svyrydenko, o acordo pressupõe que [Washington e Kiev terão direitos iguais no âmbito do fundo bilateral de investimento](#). Os EUA poderão fazer contribuições, inclusive por meio de nova ajuda militar a Kiev. O fundo de investimento será reposto com receitas de novas licenças na área de projetos de subsolo. Ainda segundo Svyrydenko, o fundo investirá em projetos de extração de minerais, petróleo e gás, bem como em infraestrutura e processamento relacionados. A vice-primeira-ministra afirmou que a expectativa é de que nos primeiros 10 anos toda a renda seja investida exclusivamente na Ucrânia.

Os [Minerais de Terras Raras compreendem um conjunto de 17 elementos químicos, como cobre, níquel, grafite, cobalto, nióbio e lítio](#), essenciais para a transição energética (fabricação de turbinas eólicas, motores de veículos elétricos e equipamentos eletrônicos), bem como para a produção de celulares, computadores, equipamentos médicos e vários outros produtos. Os minerais são chamados de "raros" porque encontrá-los em forma pura é incomum, apesar de existirem depósitos de alguns deles em várias partes do mundo. Cabe destacar, no entanto, que a China é líder não só na mineração, quanto no processamento de minerais raros, respondendo por 60% a 70% da produção mundial e quase 90% da capacidade de processamento.

O mais curioso deste novo capítulo da guerra é que boa parte destas terras raras se encontram em territórios dominados pela Rússia, o que equivale a dizer que qualquer movimento de exploração destas terras, dependerá de uma resolução sobre a questão territorial da Ucrânia, tema distante de um entendimento entre as partes beligerantes.

Uma novidade no front é a proposta de negociações por parte de Putin. O [presidente russo manifestou o desejo de discutir as raízes do conflito com a Ucrânia, com o objetivo de alcançar "uma paz sólida e duradoura"](#). Para isso, propôs a realização de "conversas sérias" com a Ucrânia— uma proposta que foi aceita. Segundo o presidente russo, as conversações devem ocorrer no dia 15 de maio, na Turquia. Zelenski já confirmou presença.

Algumas horas antes do anúncio, acontecia um encontro na capital ucraniana, entre o primeiro-ministro britânico Keir Starmer, o presidente francês Emmanuel Macron, o novo chanceler alemão Friedrich Merz e o primeiro-ministro polonês Donald Tusk — líderes da chamada "coalizão dos dispostos", grupo de países comprometidos com o apoio militar e financeiro à Ucrânia. Durante a visita, os líderes advertiram que, caso Putin não aceitasse um cessar-fogo incondicional de 30 dias "por ar, mar e terra", seriam impostas novas sanções maciças aos setores energético e bancário da Rússia.

Outro destaque da quinzena foi a posse de Friedrich Merz, da União Democrata Cristã (CDU), como novo chanceler da Alemanha. A confirmação para o cargo, no entanto, só ocorreu em segunda votação no Parlamento, após tropeço histórico na primeira rodada, quando Merz recebeu 310 votos, 6 a menos do que o necessário. Foi a primeira vez, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, que um candidato a chanceler federal não foi referendado para o cargo na

¹³² <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/ucrania-ratifica-acordo-de-minerais-com-eua-e-espera-obter-mais-armas/>

primeira votação. Na segunda rodada, Merz recebeu 325 votos dos 630 deputados. Outros 289 votaram contra. Houve ainda uma abstenção e três votos anulados.

O novo governo quer intensificar o controle de fronteiras e acelerar a deportação de estrangeiros que não têm permissão legal para estar na Alemanha. Também deve reformar as regras para obtenção da cidadania alemã. Na economia, [o país cogita voltar a comprar gás da Rússia, em resposta à pressão dos custos de energia, que também pode trazer de volta a produção de energia nuclear](#), encerrada na Alemanha em 2023. O ministério da saúde será assumido por Tino Sorges, um político do CDU. Sorges foi membro do Comitê de Saúde do Parlamento alemão pelo período de 2013 a 2025. Após as eleições de 2021, tornou-se porta-voz de seu grupo parlamentar para a política de saúde.

A AfD, Alternativa para Alemanha, partido de extrema direita que ficou em segundo lugar nas eleições e foi isolado por uma coalisão entre CDU e SPD, foi [oficialmente classificada como uma organização extremista de direita por autoridades federais de inteligência alemãs](#). O enquadramento, permite que as autoridades de inteligência monitorem de perto as atividades dos seus membros, - incluindo grampos telefônicos, acompanhamento de reuniões e recrutamento de informantes -, e que possam reforçar ações para banir a legenda. Segundo o Departamento Federal de Proteção da Constituição (BfV), o partido viola a dignidade humana e a democracia ao tentar excluir grupos populacionais, como imigrantes, da participação igualitária na sociedade. Segundo o BfV, há evidências concretas de que o partido anti-imigração fundado em 2013 visa atentar contra a ordem democrática da Alemanha. "O entendimento predominante do partido sobre as pessoas com base em etnia e descendência é incompatível com a ordem democrática livre", disse a agência.

No âmbito da saúde, à luz da atual situação geopolítica e em resposta ao crescente problema da escassez de medicamentos na UE, a Comissão Europeia apresentou, em março de 2025, uma [proposta de regulamento sobre uma lei relativa a medicamentos críticos](#). O regulamento proposto visa reforçar a disponibilidade de medicamentos críticos na UE e a segurança do seu fornecimento, reduzindo a dependência de fornecedores individuais e de países terceiros e impulsionando a produção farmacêutica na UE. Visa também melhorar o acesso a determinados medicamentos de interesse comum que enfrentam falhas de mercado.

A proposta, que complementa a revisão em curso da legislação farmacêutica e o papel reforçado da Agência Europeia de Medicamentos (EMA) na gestão da escassez, contribui para o objetivo da União Europeia da Saúde de garantir que todos os doentes da UE tenham acesso aos medicamentos de que necessitam, onde estiverem e quando necessitarem. Indo além da saúde pública, a proposta aborda a segurança e a resiliência. Ao garantir cadeias de abastecimento de medicamentos estáveis e fiáveis, espera-se que a UE consiga melhorar a sua preparação e reforçar a sua segurança geral. A proposta também é uma das ações previstas na bússola de competitividade publicada pela Comissão em janeiro de 2025.

Já na esfera da OMS Europa, [está em discussão o segundo Programa de Trabalho da OMS Europa](#) (EPW2). O plano guiará o trabalho dos países e da organização entre 2026 e 2030. Com base no primeiro Programa Europeu de Trabalho 2020-2025, os Estados-Membros manifestaram desejo de que a segunda edição fosse desenvolvida por meio de ampla consulta e copropriedade dos países e da OMS/Europa. Para garantir que a estrutura atenda adequadamente às diversas necessidades dos 53 países da Região, pontos focais foram nomeados pelos Estados-Membros para representar suas perspectivas e prioridades nacionais de saúde e garantir que a EPW2 seja um processo verdadeiramente colaborativo. Nesta

quinzena, aconteceu o quarto encontro online, que contou com a participação de 38 Estados-Membros representados. A versão final será aprovada na 75ª Reunião do Comitê Regional da Europa, que acontecerá entre 28 e 30 de outubro.

Discursando na abertura da 11ª Reunião de Alto Nível da Iniciativa dos Pequenos Países, na Eslovênia, o diretor-regional, [Hans Kluge, menciona as 5 prioridades críticas que o EPW2 abordará](#): segurança sanitária; envelhecimento; Doenças Crônicas Não Transmissíveis e saúde mental; mudanças climáticas; e transformação do sistema de saúde. Pela primeira vez, Kluge menciona o desafio imposto pelo desfinanciamento da Organização por parte dos EUA. Ele qualifica o momento como uma crise existencial – desencadeada por uma crise financeira decorrente da decisão de retirada dos EUA. Diz que a OMS Europa está tomando medidas drásticas para prosseguir com as entregas aos países membros: cortando pessoal e custos, repriorizando funções essenciais, reestruturando programas e buscando novos métodos para mobilizar recursos. Em suas palavras, o que permanecerá é um modelo mais enxuto, mas com valor substancial, verdadeiramente adequado para o futuro.

Kluge tem por objetivo posicionar a OMS Europa como o escritório regional da OMS mais ágil, responsivo e inovador. Isso significa estabelecer uma organização rápida, flexível e orientada a resultados, como delineado na EPW2. Ele propõe uma governança participativa, na qual a confiança é reforçada por meio de uma governança mais aberta, mensurável e auditável. Ele manifesta intenção de posicionar a OMS Europa como um motor de inovação e saúde pública com visão de futuro, anunciando um Laboratório do Futuro e cúpulas e relatórios regulares sobre o futuro, para cocriar novos modelos de saúde pública com os Estados-Membros e parceiros.

Considerações finais

O acordo sobre terras raras assinado entre EUA e Ucrânia ainda é uma incógnita. As repercussões sobre ele ainda não dão conta de sua amplitude e impactos futuros. Até mesmo os parlamentares ucranianos hesitaram em aprová-lo por não saberem exatamente como os recursos do fundo proposto serão divididos. Ora anunciado como um “acerto de contas” após o “investimento bélico estadunidense feito na Ucrânia” nestes mais de 3 anos de guerra, agora ele é propagandeado como compromisso “com uma Ucrânia livre, soberana e próspera”. É curioso pensar neste acordo como uma reparação da Ucrânia aos EUA, tendo em vista que o país europeu foi usado pelos EUA para ameaçar a Rússia. Ainda sobre o acordo, restam dúvidas sobre as terras que estão sob domínio russo. Estarão compreendidas ou excluídas do acordo? E a Europa, perdeu o acesso aos desejados minerais ucranianos?

Putin dá seus primeiros sinais de cansaço ao propor um encontro com a Ucrânia para debater o fim da guerra, a partir de suas razões históricas. Até aqui, é sabido que os interesses das partes beligerantes não encontram pontos de convergência e ambas as partes seguem irredutíveis em suas condições. Enquanto isso, a Europa segue em seu projeto de rearmamento para responder às hostilidades que vem enfrentando de leste a oeste, desde que os EUA passaram de aliados históricos a inimigos quase declarados. Além do movimento de rearmamento, em resposta ao tarifaço de Trump, a Europa busca se colocar para o mundo como um parceiro fiável e confiável.

A Alemanha, confirma Friederich Merz como novo chanceler federal e segue trabalhando para neutralizar as forças crescentes de extrema direita do país. Merz promete rever a política migratória do país e cogita voltar a comprar gás russo, o que traria polêmica para

o bloco e novas dimensões para a guerra. A Alternativa para Alemanha, partido extremista e ultranacionalista, foi oficialmente classificada como organização extremista de direita, movimento que abre um precedente para que suas ações sejam monitoradas de perto pela inteligência alemã.

Na área da saúde, a OMS Europa reage ao desfinanciamento se reorganizando internamente. A União Europeia prossegue com sua revisão de política farmacêutica, avançando com a legislação sobre medicamentos críticos, iniciativa que dialoga com o reforço da saúde, da resiliência, da competitividade e da segurança europeia, valores contemporâneos da União Europeia pós pandemia, pós-guerra da Ucrânia e pós Trump.

Ásia e MENA debatem Desenvolvimento Inclusivo e Sustentável

**Lúcia Marques
Bárbara Nogueira**

*“O caminho para a Agenda 2030 para o
Desenvolvimento Sustentável passa pelas cidades e
por todos os assentamentos humanos”¹³³*

Resumo: Os rápidos avanços na tecnologia e na inteligência artificial, junto com as tendências demográficas, as mudanças climáticas e uma mudança global para a política protecionista e isolacionista estão remodelando as estruturas e habilidades globais de poder. Essas mudanças estão contribuindo para uma crescente erosão da confiança no sistema multilateral e sua capacidade de salvaguardar os interesses dos países em desenvolvimento, resolver conflitos com justiça e defender uma abordagem baseada em direitos ao desenvolvimento. Esse é o contexto que os países da **Ásia, Pacífico e região MENA**, enfrentam. As reuniões preparatórias para o HLPF25 das duas regiões demonstraram o amadurecimento para o enfrentamento dos desafios multifacetados e interligados; o número de documentos e a qualidade dos relatórios que subsidiaram as reuniões mostraram que análises baseadas em dados é essencial para as tomadas de decisões; que o desenvolvimento sustentável só será possível se for inclusivo e cooperativo. Nas duas reuniões, os representantes concordaram em intensificar a cooperação para impulsionar o desenvolvimento urbano sustentável e resiliente, compartilhar know-how, alinhar políticas urbanas com os ODS e apoiar as autoridades locais na construção de cidades habitáveis e inclusivas e focando nas pessoas. O caminho para a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável passa pelas cidades e por todos os assentamentos humanos. **No Tabuleiro da Geopolítica**, brigam **Índia e Paquistão** pelos direitos da Caxemira. As duas potências nucleares entraram em mais um caminho perigoso que pode levar a um conflito aberto. Ou não. A sinalização de um cessar-fogo imediato traz calma na fronteira e seus mercados de ações voltam a subir. Sim, o mercado de ações foi muito afetado. Além disso, há outros interesses em jogo: o fechamento do espaço aéreo paquistanês traz prejuízo de milhões às empresas aéreas indianas e a suspensão do tratado da Água do Rio Indo trará enormes prejuízos à agricultura paquistanesa. Esse novo confronto evocou fervor nacionalista em ambos os países.

Palavras chaves: ESCWA, ESCAP, Desenvolvimento Inclusivo e Sustentável, HLPF2025, Futuros das cidades, Caxemira, Índia e Paquistão.

*

Questões chaves sobre cidades inteligentes e inclusivas e sobre as políticas atuais e emergentes para o desenvolvimento inclusivo e sustentável foram debatidas na [81ª sessão da Comissão Econômica e Social para a Ásia e o Pacífico \(ESCAP\)](#), em Bangkok, Tailândia, no [Fórum Árabe para o Desenvolvimento Sustentável](#) (AFSD, em inglês), em Beirute, no Líbano, e na [Sessão especial](#) sobre cidades inteligentes, resilientes e inclusivas, em Riad, Arábia Saudita, organizados

¹³³ Armida Salsiah Alisjahbana, Secretária Executiva da ESCAP, no Prefácio do relatório [Transformação urbana na Ásia e no Pacífico: do crescimento à resiliência](#)

pela [ESCWA](#) (Comissão Econômica e Social para Ásia Ocidental). As duas regiões vivem realidades distintas e, portanto, enfrentam desafios diferentes, embora os riscos relacionados ao clima, as disparidades sociais e de gênero e a volatilidade econômica ou lacunas de financiamento sejam desafios comuns a ambas as regiões.

As mensagens finais das reuniões serão enviadas ao *High Level Political Forum (HLPF)* que acontecerá entre 14 e 25 julho, sob os auspícios do ECOSOC, cujo tema para 2025 é “*Avanço de soluções sustentáveis, inclusivas, científicas e baseadas em evidências para a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para não deixar ninguém para trás*”. O HLPF25 conduzirá análises aprofundadas dos: ODS 3 - Garantir uma vida saudável e promover o bem-estar para todos em todas as idades; ODS 5 - Alcançar a igualdade de gênero e capacitar todas as mulheres e meninas; ODS 8 - Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos; ODS 14 - Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável; e o ODS 17 - Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável. E 37 países apresentaram suas Revisões Nacionais Voluntárias (VNRs, em inglês), entre eles, 17 são da Ásia e região MENA (Oriente Médio e Norte da África): Bangladesh, Butão, Etiópia, Filipinas, Índia, Indonésia, Iraque, Israel, Japão, Kazaquistão, Quirguistão, Malásia, Micronésia, Nova Zelândia, Qatar, Papua Nova Guiné e Tailândia.

Fórum Árabe para o Desenvolvimento Sustentável 2025

Com o tema “Restaurando a esperança, elevando a ambição” o [AFSD-2025](#) reuniu, entre os dias 14 a 16 de abril, governos árabes e partes interessadas para discutir progressos, rever experiências nacionais e regionais e considerar os últimos desenvolvimentos e mecanismos de implementação da Agenda 2030 a nível nacional e regional. Além das deliberações sobre os ODS em análise para o HLPF, **o contexto regional de conflitos e crises também fez parte das diversas discussões**. No site do evento, além da agenda e dos relatórios, foi disponibilizado um documento com um breve [resumo biográfico](#) de todos os palestrantes e painelistas.



Organizado pela ESCWA, em colaboração com a Liga dos Estados Árabes, o **AFSD-2025** também subsidiará a região árabe nos próximos eventos-chave da agenda multilateral global sobre desenvolvimento sustentável, incluindo a [Quarta Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento](#) (Sevilla, Espanha, 30 de junho – 3 de julho de 2025) e a [Segunda Cúpula Mundial de Desenvolvimento Social](#) (Doha, 4–6 de novembro de 2025).

Em paralelo, a ESCWA organizou uma sessão sobre “*Construindo Cidades Inteligentes Resilientes e Inclusivas: Avançando na Transformação Digital para Sustentabilidade, Inovação e Qualidade de Vida*”, como parte do Diálogo Cidades Árabe-Europeias, no dia 11 de maio, em Riad, Arábia Saudita. A sessão destacou como a transformação digital pode melhorar a qualidade de vida nas cidades, melhorando os serviços urbanos, a governança e a sustentabilidade. Promove a resiliência, a inclusão e o desenvolvimento equitativo por meio de iniciativas de cidades inteligentes centradas nas pessoas. Também se concentrou na aprendizagem entre pares entre cidades árabes e europeias e abordou desafios como a exclusão digital e as lacunas de financiamento. Enfatizou a importância de promover a inovação, fortalecer as parcerias e alinhar

os esforços urbanos com estruturas globais, como os ODS e a [nova agenda urbana](#). Aqui a [nota conceitual da sessão](#).

A [agenda](#) intensa do AFSD 2025 incluiu sessões temáticas sobre o progresso dos ODS elencados para avaliação aprofundada e discussão de soluções transformadoras para acelerar a implementação, com foco em parcerias (ODS 17); rodada de negócios com líderes empresariais e formuladores de políticas para discutir inclusão financeira, com ênfase na mulheres, pessoas com deficiência e pequenas e médias empresas; 10 sessões especiais para integrar os ODS com foco nas prioridades regionais selecionadas; e mesa redonda sobre as **Revisões Nacionais Voluntárias** em países afetados por conflitos, abordando os desafios complexos que dificultam o acompanhamento e revisão da Agenda 2030. A agenda incluiu discussões sobre a inclusão financeira e a necessidade de parcerias eficazes para alcançar os objetivos. Além disso, houve uma discussão de alto nível sobre desenvolvimento sustentável e a geopolítica emergente: chances perdidas e oportunidades para a região árabe; uma sessão ministerial sobre o Pacto para o Futuro Digital Global, inclusivo, aberto, sustentável, seguro e protegido para todos. E ainda sessões abordando a implementação do Pacto pelo Futuro adotado na [Cúpula do Futuro](#) (setembro de 2024) e processos globais em andamento, incluindo, entre outras, a [revisão periódica da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim +30](#) e a [Conferência Oceânica das Nações Unidas 2025](#).

As 10 sessões especiais, com foco nas prioridades regionais, abrangeram: 1 - O papel das mulheres na recuperação e reconstrução pós-conflito; 2 - A ciência comportamental como um caminho para o impacto do desenvolvimento nos países árabes; 3 - Vozes das crianças, futuros sustentáveis: protegendo os direitos da criança em tempos de conflito; 4 - Promovendo uma abordagem centrada no ser humano para a inteligência artificial e a digitalização na região árabe; 5 - Reimaginando o futuro das mulheres nos sistemas alimentares: aproveitando a ciência, a tecnologia e a parceria para promover os ODS; 6 - Apoiando a aprendizagem, a qualificação e a transição dos jovens para o trabalho decente nos países árabes; 7 - Migração, emprego e o futuro do trabalho: dinâmicas em mudança na região árabe; 8 - Oferecendo qualidade, promovendo a equidade, da política ao acesso: uma visão regional para produtos médicos; 9 - Um panorama de gênero na região árabe; 10 - Acelerando o progresso e a ação baseada em evidências

Como documento base para o Fórum, foi disponibilizado o relatório sobre [Progresso em direção aos objetivos de Desenvolvimento Sustentável na região árabe em 2025](#), que avalia o avanço da região em todos os 17 ODS, suas 169 metas e indicadores associados, usando uma linha de base de 2015 para avaliar o progresso em direção à Agenda 2030. O documento identifica avanços e lacunas e mostra que, embora tenha havido avanços em áreas como saúde e saneamento, a região continua enfrentando desafios na erradicação da pobreza, redução da desigualdade e no enfrentamento das mudanças climáticas. O relatório fornece mensagens-chaves para cada Objetivo a fim de orientar a ação e informar a tomada de decisões.

O relatório aponta que a instabilidade geopolítica e econômica tensionou ainda mais os esforços de desenvolvimento e interrompeu a produção de dados essenciais. Diante desta realidade, o ASFD disponibilizou um documento sobre as [Revisões nacionais voluntárias significativas de países em conflito](#), que apresenta uma visão sobre as diferentes revisões dos países em conflito, destacando abordagens práticas e lições aprendidas, através da revisão documental dos VNRs de 22 países selecionados, incluindo **9 da região árabe – Afeganistão, Burkina Faso, Camarões, República Central Africana, Comores, República Democrática do Congo, Etiópia, Iraque, Laos, Líbano, Mali, Moçambique, Niger, Nigéria, Palestina, Somália, Sudão, Sudão do Sul, Síria, Ucrânia e Yemen**.

O relatório destaca que os países árabes em conflito enfrentam situações distintas em termos da natureza do conflito, sua intensidade, extensão espacial e temporal, e dos atores envolvidos. E faz uma contextualização da situação de alguns países no momento da redação do texto (novembro de 2024): o Estado da **Palestina** está sob ocupação militar israelense desde 1967, caracterizada por persistentes violações de direitos humanos, aumento da violência e severas restrições de movimento e acesso que têm restringido o progresso dos ODS. A escalada das hostilidades em outubro de 2023 criou uma catástrofe humanitária em **Gaza** e levou à perda de décadas de progresso na maioria das métricas de desenvolvimento. No **Líbano**, o conflito iniciado em outubro de 2023 intensificou-se significativamente em setembro de 2024. O país já se encontrava em uma situação abrangente de fragilidade institucional, social, financeira e econômica desde o segundo semestre de 2019. O **Sudão** tem testemunhado confrontos violentos entre forças militares rivais desde abril de 2023, resultando em uma enorme crise de deslocamento e agravando os desafios estruturais de desenvolvimento. A **Síria** enfrenta um conflito violento há mais de uma década, com dimensões internas e externas e uma multiplicidade de atores. O **Yemen** sofre com a guerra civil desde setembro de 2014, resultando em uma enorme crise humanitária e uma acentuada deterioração das instituições públicas. O **Iraque** continua em dificuldades devido à presença de vários grupos militantes e à instabilidade política contínua. A **Somália** enfrenta altos níveis de volatilidade, atividade criminosa e ameaças de terrorismo. A **Líbia** continua a lutar contra a instabilidade e as divisões, envolvendo atores internos e externos, paralisando as instituições estatais.

Também integra os documentos oficiais, o [relatório sobre gênero na região árabe](#) de 2024, elaborado pela ESCWA e pelo Escritório Regional da ONU Mulheres para os Estados Árabes, fornecendo uma análise abrangente da igualdade de gênero entre os 17 objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), examinando o progresso, os desafios e os retrocessos da região árabe na obtenção da paridade de gênero até 2030. Apesar dos notáveis avanços na educação, saúde e serviços essenciais, persistem disparidades críticas no emprego, no empoderamento econômico e na prevalência de violência e conflitos, desacelerando o progresso em direção à igualdade de gênero. O documento destaca o papel fundamental da igualdade de gênero na condução das realizações dos ODS e destaca a centralidade das mulheres e meninas no futuro sustentável. Também aborda as interconexões entre os ODS, fornecendo evidências regionais e sub-regionais de progresso e desigualdades persistentes. O relatório enfatiza a necessidade urgente de dados abrangentes relacionados ao gênero e oferece recomendações de políticas estratégicas alinhadas à Plataforma de Ação de Pequim, pedindo uma ação governamental concreta para fechar a lacuna de gênero e promover o empoderamento das mulheres.

Outro relatório analisa a [situação sobre as migrações internacionais na região árabe 2025 nexos migração-desenvolvimento: caminhos para a prosperidade](#). Partindo da premissa que a relação migração-desenvolvimento tem recebido crescente atenção nos últimos anos, tanto a nível global como regional, refletindo o profundo impacto que os movimentos populacionais têm tanto nos países de origem como de destino, tanto dentro como fora da região, relatório de 2024 sobre migração internacional na região árabe examina a relação crítica em uma região que passa por mudanças demográficas, econômicas, sociais e tecnológicas transformadoras. O documento oferece uma análise das tendências, desafios e oportunidades de migração, enfatizando o duplo papel da migração como driver e produto do desenvolvimento. As percepções destacadas são o potencial da migração para contribuir positivamente para as sociedades anfitriãs e os países de origem, uma vez que os migrantes trazem habilidades valiosas, conhecimento e diversidade cultural, enquanto as remessas financeiras apoiam as famílias, reduzem a pobreza e estimulam

o crescimento econômico. No entanto, alcançar esses resultados requer políticas que salvaguardem os direitos dos migrantes e maximizem suas contribuições para o desenvolvimento. Como aponta o relatório, a cooperação regional também é essencial, pois a natureza interligada dos países árabes significa que as políticas migratórias em um país podem afetar significativamente as nações vizinhas. O documento fornece um roteiro para aproveitar o potencial da migração, ao mesmo tempo em que aborda seus desafios. Ao adotar uma abordagem holística e voltada para o futuro, a região árabe pode posicionar a migração como fonte de força, resiliência e prosperidade compartilhada.

Os participantes do AFSD 25 também discutiram o rascunho do documento final com o objetivo de avaliar sua adequação ao contexto regional e identificar elementos adicionais que os países árabes poderiam pressionar no processo de negociação política, no HLPF e posicionar a região árabe para os próximos eventos globais.¹³⁴

81ª sessão da Comissão Económica e Social para a Ásia e o Pacífico (ESCAP)

Reunindo ministros de toda a Ásia e do Pacífico e de outras partes interessadas para trocar opiniões sobre questões políticas atuais e emergentes para o desenvolvimento inclusivo e sustentável na Ásia e no Pacífico, a [81ª sessão da Comissão Económica e Social para a Ásia e o Pacífico](#), organizada pela [ESCAP](#)¹³⁵, aconteceu entre os dias 21 a 25 de abril, em Bangkok, na Tailândia. Cerca de mil [delegados](#) de 43 Estados membros, membros associados e países observadores, bem como vários grupos de partes interessadas e organizações internacionais participaram do evento.

Sob o tema *“Cooperação regional para o desenvolvimento urbano resiliente e sustentável na Ásia e no Pacífico”*, as discussões foram orientadas pelo relatório [Transformação Urbana na Ásia e no Pacífico](#), que explora o futuro da urbanização, com foco nas mudanças dinâmicas na paisagem urbana da região. Destaca as transformações demográficas da região, incluindo o envelhecimento da população e os desafios persistentes da pobreza urbana e da desigualdade e abrange áreas urbanas desde megacidades (sete das maiores cidades do mundo estão na Ásia)¹³⁶ a cidades menores. O documento aponta que, somando-se aos desafios, a volatilidade econômica e os riscos climáticos, exige estratégias integradas de desenvolvimento econômico. Veja mais adiante apresentação mais detalhada desse completo relatório.

Para além dos temas centrais, um diálogo de alto nível com organizações sub-regionais, 24 [eventos paralelos](#) e uma Feira de Inovações Urbanas tiveram lugar ao longo da semana.

A Sessão ressaltou o papel crítico da cooperação regional na abordagem dessas questões e defendeu abordagens compartilhadas para realizar as ambições das agendas de desenvolvimento global, como [destacou em sua fala](#), Armida Salsiah Alisjahbana, Secretária Executiva da ESCAP, “com desafios multifacetados que tocam todos os países, nossa região

¹³⁴ <https://mailchi.mp/un/escwa-weekly-news-293en?e=a46e43da7f>

¹³⁵ A ESCAP abriga 53 estados membros e 9 Estados membros associados. Dada a vasta cobertura e diversidade da região Ásia-Pacífico, a ESCAP se subdivide em cinco subregiões a fim de orientar melhor e apresentar programas que abordem prioridades específicas: [Pacífico](#); [Leste e Nordeste da Ásia](#); [Sul e Sudoeste da Ásia](#); [Norte e Ásia Central](#); [Sudeste Asiático](#), esta última subregião reúne os países da [ASEAN](#) – Associação das Nações do Sudeste Asiático.

¹³⁶ Segundo o relatório [“Global Cities Index 2024”](#), as 1.000 maiores cidades do mundo representaram 60% do PIB global e mais de 30% da população mundial.

superou seus desafios juntos. No entanto, outras questões políticas devem ainda ser abordadas para que a região atinja um desenvolvimento inclusivo e sustentável.”

Esses desafios interligados não são de forma alguma únicos e afetam as subregiões de forma diferenciada. “As soluções estão dentro da diversidade de nossa região”, compartilhou Alisjahbana em seu discurso de encerramento.¹³⁷ Em toda a Ásia e o Pacífico, os governos adotaram diferentes abordagens para enfrentar os desafios econômicos, ambientais e sociais da região, como mudanças climáticas e transições demográficas e digitais. Embora a natureza e a magnitude desses desafios, bem como as soluções utilizadas, variem conforme a localização geográfica, composição econômica, tamanho populacional e perspectiva geral de cada país, existem pontos em comum e oportunidades de cooperação em nível sub-regional.

No **Pacífico**, os pequenos Estados insulares em desenvolvimento são particularmente vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas. Enfrentando disparidades econômicas, vulnerabilidades de dívida e exclusão digital, esses Estados necessitam de soluções personalizadas, incluindo financiamento climático. No **Leste e Nordeste da Ásia**, transições econômicas, desigualdades sociais e desastres induzidos pelo clima destacam a importância da cooperação regional, governança robusta e soluções inovadoras. No **Norte e Ásia Central**, as prioridades incluem diversificação econômica, resiliência climática, gestão de recursos transfronteiriços, transformação econômica e políticas climáticas integradas que abordem a escassez de água. No **Sul e Sudoeste da Ásia**, os governos estão focados em sustentar o crescimento econômico, reduzir a pobreza e promover a igualdade de gênero. No **Sudeste Asiático**, as prioridades incluem gestão da rápida urbanização, investimento em infraestrutura digital e resiliência climática aprimorada.

Lições podem ser extraídas das formas como cada sub-região enfrentam desafios e aproveitou oportunidades. Com os países menos desenvolvidos, os países em desenvolvimento sem litoral e os pequenos Estados insulares em desenvolvimento, compreendendo mais da metade dos países da Ásia e do Pacífico, a cooperação regional e sub-regional e os esforços coordenados são fundamentais para garantir a sua integração regional e facilitar a conquista de um desenvolvimento inclusivo e sustentável em toda a Ásia e o Pacífico.¹³⁸

Foi o que afirmou a [resolução no final](#), na qual os países da região Ásia e Pacífico concordaram em intensificar a cooperação para impulsionar o desenvolvimento urbano sustentável e resiliente, compartilhar know-how, alinhar políticas urbanas com os ODS e apoiar as autoridades locais na construção de cidades habitáveis e inclusivas. A resolução destaca a urgência de enfrentar desafios como riscos climáticos, lacunas de infraestrutura, superlotação e desigualdades sociais em meio à urbanização acelerada. Apela a um maior investimento em inovação digital, transportes de baixo carbono, soluções baseadas na natureza e infraestruturas resistentes a alterações climáticas e catástrofes. Também reconhece o papel crítico dos líderes municipais e das redes comunitárias na formação de futuros urbanos. Incentiva a ação local por meio de planejamento integrado, financiamento sustentável e estratégias inteligentes para o clima que respondem a contextos nacionais e locais únicos. Como a região se torna cada vez mais urbana, os países enfatizaram a importância de garantir o acesso equitativo aos serviços

¹³⁷ <https://www.unescap.org/news/asia-pacific-countries-endorse-bold-steps-greener-resilient-cities-un-assembly>

¹³⁸ https://www.unescap.org/sites/default/d8files/event-documents/E_ESCAP_RES_81_3_2500142E.pdf

para todos, promover a igualdade de gênero e criar oportunidades de emprego e empreendedorismo que não deixam ninguém para trás.

Uma segunda resolução adotada "[Fortalecimento da cooperação no nexo água e das mudanças climáticas para o desenvolvimento sustentável na Ásia e no Pacífico](#)" responde à intensificação dos desafios relacionados à água impulsionados pelas mudanças climáticas na região. A resolução observou a necessidade de uma abordagem integrada para a gestão dos recursos hídricos e o fortalecimento da capacidade institucional, dos quadros regulatórios e legais, bem como investir em infraestruturas resilientes e envolver juventude, sociedade civil e comunidades na tomada de decisões.

Outra resolução adotada focou nos países que estão em transição gradual de baixa renda para o status de país de renda média como resultado do crescimento econômico sustentado, mas que, no entanto, uma grande parte da população vive na pobreza. A resolução "[Avançar o desenvolvimento sustentável dos países de renda média na Ásia e no Pacífico](#)" pediu cooperação regional e diálogo para atender às preocupações e necessidades específicas desses países.

Além disso, a Comissão tomou nota da [Declaração Ministerial de Astana sobre Inclusão e Transformação Digital na Ásia e no Pacífico](#), reafirmando seu compromisso com o avanço da inclusão e transformação digital na região.

Megacidades asiáticas: entre o progresso econômico e os desafios da urbanização sustentável

A Ásia concentra 7 das dez maiores metrópoles do mundo. O século XXI consolida a região asiática como o epicentro da urbanização global, onde gigantes urbanas moldam não apenas o desenvolvimento regional, mas também o futuro sustentável global. Em seu recente relatório, [Transformação urbana na Ásia e no Pacífico: do crescimento à resiliência](#), a ESCAP traça um panorama urgente: ao mesmo tempo em que a região aloca algumas das megacidades mais dinâmicas do mundo – responsáveis por até 80% do PIB local, ela enfrenta desafios complexos, como envelhecimento populacional acelerado, desigualdade urbana crescente e ameaças climáticas sem precedentes. Antes, eram símbolo absoluto do progresso e oportunidades, hoje correm risco de se tornarem entraves ao desenvolvimento econômico, caso não tomem medidas urgentes de contenção às tensões com que lidam.

Diante desse cenário, Armida Salsiah Alisjahbana, Secretária Executiva da ESCAP, propôs repensar o modelo urbano atual, com foco na construção de cidades mais justas e resilientes, a fim de diminuir desigualdades, prevenir a sobrecarga dos serviços públicos e tensionamento das questões ambientais. No prefácio do relatório, ela destaca: "A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável reconhece a importância das cidades e de todos os tipos de assentamentos humanos", dando ênfase à necessidade de medidas inclusivas e eficazes.

Nesse sentido, o futuro das cidades merece atenção quando o assunto se trata de desenvolvimento sustentável, por causa de sua intrínseca ligação.

Cidades da Ásia e do Pacífico abrigam mais de 2,2 bilhões de habitantes urbanos, e ainda que a urbanização tenha desacelerado, a estimativa de crescimento até 2050 é de 50%, acrescentando, então, 1,2 bilhões de pessoas (UN DESA, s.d.). Os desafios permanecem complexos e diversificados. A região enfrenta três grandes transformações

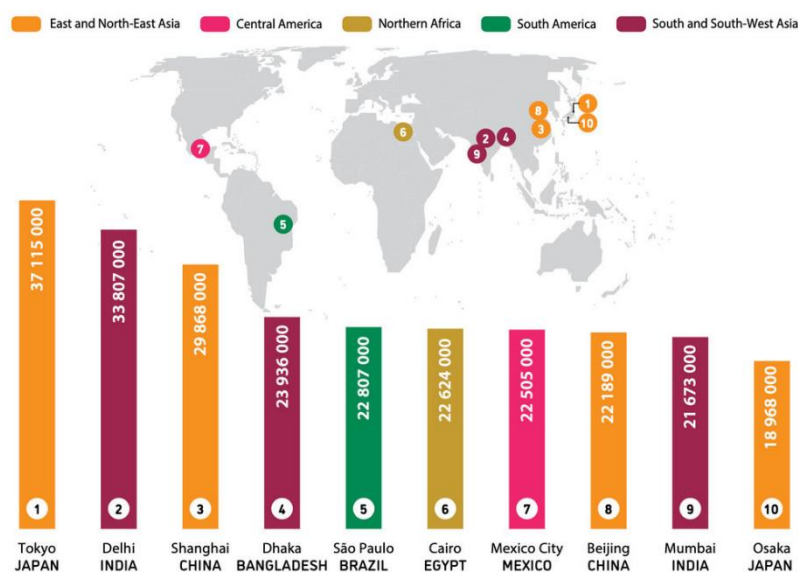
simultâneas: primeiro, pressões demográficas, com o envelhecimento acelerado da população e

o surgimento de cidades em declínio¹³⁹ (XU et. Al., 2024); além disso, desigualdades urbanas marcadas pela expansão de assentamentos informais, infraestrutura inadequada aos cidadãos e sobrecarga dos serviços públicos; e, por último, as vulnerabilidades climáticas agudas, indicadas através de temperaturas recordes no sul e sudeste asiático e da porcentagem maior que 40% das mortes mundiais relacionadas ao calor terem acontecido no continente.

Segundo o PNUMA ([Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente](#)), as áreas urbanas da Ásia e do Pacífico geram cerca de 80% do PIB regional, mas essa riqueza permanece concentrada nas cidades, exigindo reformas econômicas urgentes para que os governos sejam capazes de financiar serviços públicos, como acesso a moradia segura. Além disso, a especulação imobiliária e a construção desregulada representam riscos sistêmicos, como demonstrado para o mundo nas crises financeiras de 1997 e 2008, asiática e global, respectivamente. A informalidade também se apresenta como mais um problema: região possui o maior número de pessoas em assentamentos informais e com taxas de emprego informal chegando a 87% no Sul da Ásia.

Os assentamentos informais na Ásia e no Pacífico crescem de forma preocupante, e as projeções indicam que a população nessas condições deverá saltar de 500 milhões (2020) para 1,52 Bi (2050) na Ásia Central e Meridional, enquanto na Ásia Oriental e Sudeste Asiático o aumento será de 350 milhões para 465,4 milhões no mesmo período. A acessibilidade habitacional é crítica, com o preço médio das casas equivalendo a cinco vezes a renda anual familiar em muitas cidades (5:1), além do que pode ser considerado saudável

Ten largest cities in the world in 2024



Fonte: relatório da ESCAP Dez maiores cidades do mundo em 2024

¹³⁹ *Shrinking cities*, ou “cidades em encolhimento”. Termo comumente incorporado ao conceito de declínio urbano e fortemente marcado por uma análise puramente demográfica.

As sub-regiões do Sul e Sudoeste da Ásia e Sudeste Asiático concentram as maiores proporções de população em favelas (43% e 25%, respectivamente), embora esses percentuais estejam queda. Em escala global, a região abriga cerca de 60% do total de pessoas vivendo em assentamentos informais no mundo, totalizando aproximadamente 600 milhões de indivíduos. Esses números, embora menores do que os da África Subsaariana, permanecem significativamente acima da média global.



©UNICEF/Zhantu Chakma Em Dhaka, a desigualdade gritante fica evidente quando assentamentos informais se espalham em primeiro plano, sombreados por arranha-céus à distância.

Segundo o relatório, a adaptação e mitigação das mudanças climáticas representam um dos desafios principais para a região da Ásia e do Pacífico, que enfrenta vulnerabilidades como calor extremo, escassez hídrica, insegurança alimentar e desastres naturais. Os países dessa região estão entre os mais impactados por eventos climáticos extremos, como enchentes, tempestades e ondas de calor. Em relação às temperaturas elevadas, devido ao efeito “ilha de calor urbana”, essas cidades têm suas vulnerabilidades ao calor extremo intensificadas, pois os edifícios e superfícies tendem a absorver mais o calor do que suas cercanias rurais. E as condições dos idosos, os que ganham menos e os que moram em assentamentos informais superlotados são infinitamente piores.

Pesquisas do C40 Cities Climate Leadership Group (2024) projetam que, até 2050, se o mundo se aquecer mais de 1,5°C acima dos níveis pré-industriais, 8 milhões de migrantes climáticos cheguem a cidades asiáticas até 2050, com destaque para cidades de Bangladesh e Paquistão. Este é o influxo mais extremo de migração induzida pelo clima: 3,07 milhões de pessoas adicionais em Dhaka, capital de Bangladesh, e 2,4 milhões de pessoas adicionais em Carachi, Paquistão. Entretanto, o crescimento da população urbana na Ásia e no Pacífico levou a uma sobrecarga dos recursos hídricos da região: a intensa extração de água subterrânea e a perda de buffer naturais aumentaram o risco de subsidência do solo, isto é, a possibilidade de o solo afundar devido a extração de águas subterrâneas. Algumas das principais cidades mais ameaçadas pelo problema são: Bangkok, Dhaka, Cidade de Ho Chi Minh, Jakarta¹⁴⁰, Carachi, Manila, Mumbai, Xangai e Tianjin; em proporções menores, mas ainda correm risco, Chittagon e Semarang. Como o relatório nos informa, o ritmo mais rápido de subsidência do solo estava

¹⁴⁰ A grave situação da capital indonésia levou o governo a iniciar a transferência da capital para outra ilha, num projeto ambicioso que, embora planejada com as melhores soluções sustentáveis disponíveis na atualidade - deve ser neutra em carbono até 2045 - só canteiro de obras já provocou destruição de muitos acres de uma das florestas tropicais mais antigas do mundo, colocando em risco espécies endêmicas da flora e animais únicos no mundo, como o orangotango, ursos-do-sol e macacos-narigudos, relata o [The Guardian](#). E está provocando o deslocamento de povos originais que dependem da terra para subsistência. Sem contar que já são cerca de 7 mil trabalhadores da construção civil trabalhando nas obras de infraestrutura da futura capital.

ocorrendo no Sul, Sudeste e Leste da Ásia, em um ritmo mais rápido do que o aumento do nível do mar, criando uma urgência ainda maior para construir resiliência urbana nesses centros.

Contudo, as questões migratórias têm profundas implicações para as cidades da região, desde expor vulnerabilidades até criar mais prosperidade. Ao mesmo tempo que fluxos migratórios ameaçam superlotação de estoques habitacionais, podem ser a solução para o problema do esvaziamento, ou declínio, populacional das cidades anfitriãs, e as remessas podem fortalecer as economias locais nas cidades de origem. Diante desses impactos diversos, a gestão da migração requer uma atuação articulada entre os governos locais e nacionais.

Esses desafios exigem soluções adaptadas a cada contexto, desde políticas habitacionais de inclusão até sistemas de transporte e de saúde adaptados para populações idosas. Apesar das dificuldades, como a questão do financiamento, o relatório destaca que a transformação urbana sustentável é possível através de planejamento integrado e cooperação regional. E, para isso, o relatório, além de uma análise abrangente dos aspectos negativos e positivos enfrentados pelos países da região, apresenta uma série de recomendações que buscam equilibrar o crescimento econômico com a sustentabilidade ambiental e social, assegurando que o processo de urbanização beneficie a todos, sem deixar indivíduos ou territórios marginalizados. O relatório serve como um guia para transformar os centros urbanos da Ásia e do Pacífico em espaços mais resilientes e preparados para os fenômenos contemporâneos.

Nesse cenário de desafios e transformações, a **China**, de forma a reforçar o caráter de liderança regional, surge como um exemplo relevante de comprometimento com a construção de cidades resilientes e infraestrutura inteligente¹⁴¹. Em abril de 2024, o governo chinês lançou diretrizes específicas com foco no desenvolvimento de centros urbanos preparados para responder a desastres naturais, mudanças climáticas e pressões populacionais. O documento prevê o fortalecimento da governança urbana e da capacidade de resposta a emergências, bem como a integração de tecnologias inteligentes na gestão das cidades, como sistemas de sensores para monitoramento de riscos ambientais e estruturas urbanas adaptativas. Essas diretrizes representam uma tentativa concreta de alinhar o crescimento acelerado das cidades chinesas aos princípios da resiliência urbana, demonstrando como políticas públicas bem direcionadas podem funcionar como catalisadoras de transformação em meio ao contexto de vulnerabilidades que afetam grande parte da região Ásia-Pacífico.

O documento, intitulado “Opiniões sobre a Promoção da Construção de Novas Infraestruturas Urbanas para Criar Cidades Resilientes”, delineia o plano de 11 tarefas centrais, com destaque à integração de sistemas de cooperação entre veículos e infraestruturas, focando na eficiência e rapidez em emergências, a modernização de transportes e logística e as famílias digitais. Além disso, prevê o desenvolvimento de sistemas integrados nos níveis nacional, provincial e municipal, a fim de unificar a coordenação entre as cidades inteligentes. Para isso, o governo chinês estabeleceu o prazo ambicioso de consolidação do projeto para o ano de 2030, alinhado com a Agenda 2030.

Como afirmou a porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da China, Lin Jian, durante uma coletiva de imprensa no final de 2024, “a China tem promovido um modelo de urbanização centrado nas pessoas, com melhorias significativas no ambiente de vida, nas funções urbanas e na governança das cidades”¹⁴². O país é um modelo de urbanização e a

¹⁴¹ [China anuncia diretrizes para cidades resilientes e infraestruturas inteligentes.](#)

¹⁴² [Urbanização da China é exemplo para cidades superarem desafios, Agência Brasil China.](#)

experiência chinesa oferece lições valiosas para outras megacidades asiáticas, reforçando a importância de planejamento integrado e cooperação global para um futuro urbano mais equilibrado.

NO TABULEIRO DA GEOPOLÍTICA

Brigam Índia e Paquistão pelos direitos da Caxemira

As duas potências nucleares estão num caminho perigoso que pode levar a um conflito aberto. Ou não, pois há muitos interesses econômicos em jogo.

Neste 7 de maio, Índia atacou o Paquistão em retaliação a um ataque que matou 26 turistas em um *resort* na Caxemira, administrada pela Índia, em 22 abril. A polícia regional indiana culpou militantes que lutam contra o governo indiano pelo ataque aos civis. Os tiros dos militantes paquistaneses foram respondidos pelos militares indianos com projéteis de artilharia, tiros, drones e mísseis.

O governo paquistanês diz que não está envolvido no ataque aos civis, que foi considerado como ato de terrorismo e condenado por vários líderes globais. O secretário de Relações Exteriores da Índia, Vikram Misri, disse que as contra-ações nos campos terroristas no Paquistão, próximos à fronteira de Caxemira, incluindo os dos grupos terroristas baseados no Paquistão Jaish-e-Mohammed e Lashkar-e-Taiba, "foram medidas, não escaladas, proporcionais e responsáveis".¹⁴³

Na espiral do olho por olho, "indianos dizem que a bola está agora no campo do Paquistão e que a escalada do confronto depende de Islamabad. No Paquistão, dizem que as ações de Nova Delhi deixam o Paquistão com pouca escolha a não ser contra-atacar com força total."¹⁴⁴

Segundo notícias mais recentes, os chefes de operações militares da Índia e do Paquistão começaram a discutir os próximos passos, uma vez que um cessar-fogo traz calma na fronteira e seus mercados de ações sobem.¹⁴⁵

Sim, o mercado de ações foi afetado e pode ser o garantidor do cessar-fogo. O fechamento do espaço aéreo do Paquistão está forçando as companhias aéreas indianas a fazer desvios de horas para voos para o oeste, aumentando seus custos operacionais. O comércio entre os dois países é relativamente pequeno, mas a região atrai um grande número de turistas, que cairá se o conflito prosseguir. Outro ponto preocupante, a Índia suspendeu um pacto crucial de compartilhamento de água, o **Tratado das Águas do Indo**, que poderia ter um sério impacto no Paquistão a longo prazo. O tratado rege a distribuição de águas de seis rios que fluem do Himalaia, que são as principais fontes de irrigação de terras férteis em ambos os países e de geração de eletricidade. Demorou quase uma década para se formalizar na década de 1960, com o Banco Mundial atuando como mediador. O tratado dá às duas nações o uso de três rios cada e fornece um mapa detalhado sobre como cada país pode ou não usar os recursos do outro. Depois que a Índia anunciou a suspensão do tratado, o fluxo de água caiu quase 90% abaixo do

¹⁴³ [Índia e Paquistão trocam ataques olho por olho, provocando temores de escalada | Os tempos estreitos](#)

¹⁴⁴ [Índia e Paquistão trocam ataques olho por olho, provocando temores de escalada | Os tempos estreitos](#)

¹⁴⁵ [Oficiais militares da Índia e do Paquistão discutirão os próximos passos à medida que o cessar-fogo se mantém | Os tempos estreitos](#)

volume normal que passa para o Paquistão, de acordo com Muhammad Khalid Idrees Rana, porta-voz da Autoridade do Sistema do Rio Indo do Paquistão. Qualquer desvio de longo prazo das águas pode devastar a agricultura no norte do Paquistão.¹⁴⁶

História

Esse novo confronto evocou fervor nacionalista em ambos os países. A nova rodada é mais uma escalada de um [conflito de décadas](#) sobre a disputada região da Caxemira, que começou após uma divisão sangrenta da Grande Índia, em 1947:

Em agosto de 1947, a Grã-Bretanha dividiu a Índia, sua ex-colônia, em dois países – a Índia, com maioria hindu, e o Paquistão, de maioria muçulmana. O destino da Caxemira – então um principado – ficou indefinido. A empolgação com a independência foi rapidamente ofuscada por alguns dos piores derramamentos de sangue que deixaram até 1 milhão de pessoas mortas, já que gangues de hindus e muçulmanos se massacraram. A criação de duas nações independentes também destruiu milhões de famílias hindus e muçulmanas em uma das maiores migrações em tempos de paz do mundo – pelo menos 15 milhões de pessoas foram deslocadas. Muitos fugiram de suas casas e perderam suas propriedades, nunca imaginando que não seriam capazes de voltar. Em poucos meses, tanto a Índia quanto o Paquistão reivindicaram a Caxemira, uma região de maioria muçulmana. E teve início a primeira guerra de duas guerras entre a Índia e o Paquistão sobre a Caxemira. Essa guerra terminou em 1948 com um cessar-fogo mediado pela ONU. A Caxemira foi dividida entre as duas nações jovens pela Linha de Cessar-Fogueira fortemente militarizada, que mais tarde foi nomeada Linha de Controle. Índia e Paquistão travaram outra guerra, em 1965, e um conflito limitado, em 1999, sobre a Caxemira controlada pela Índia.¹⁴⁷

O descontentamento da Caxemira e os rebeldes

Em uma resolução da ONU de 1947, a população local deveria decidir a situação política da Caxemira por meio de um plebiscito sobre a independência do território ou se seria parte do Paquistão ou da Índia. Tal plebiscito nunca aconteceu. A Caxemira foi incorporada à Índia e o descontentamento da população com o domínio indiano se enraizou à medida que sucessivos governos renegavam a promessa de permitir o referendo. Os movimentos em grande parte pacíficos contra o controle indiano foram suprimidos duramente.

Grupos armados intensificaram as operações na Caxemira desde 2019, quando o governo nacionalista hindu do primeiro-ministro indiano, Narendra Modi, revogou sua autonomia limitada e colocou a região sob domínio direto por Nova Délhi.¹⁴⁸

Índia e Paquistão administram parte da Caxemira, mas ambos reivindicam o território em sua totalidade. Muitos muçulmanos da Caxemira consideram legítima a luta pela liberdade e apoiam o objetivo rebelde de que o território seja unido, seja sob o domínio paquistanês ou como um país independente.¹⁴⁹

¹⁴⁶ [What's behind the enduring India-Pakistan conflict? | The Straits Times](#)

¹⁴⁷ [O Paquistão e o Paquistão estão em conflito desde 1947. Um olhar sobre o seu legado conturbado.](#)

¹⁴⁸ <https://www.straitstimes.com/asia/south-asia/india-pakistan-agree-to-full-immediate-ceasefire-says-trump>

¹⁴⁹ <https://apnews.com/article/india-pakistan-kashmir-partition-bba2d75a4b61a6c0e9ee1fb2df3cf665>

Para a Índia, a militância da Caxemira é um terrorismo patrocinado pelo Paquistão. Para o Paquistão, a luta pela independência caxemire é uma luta legítima.

Consideração finais

Os rápidos avanços na tecnologia e na inteligência artificial, junto com as tendências demográficas, as mudanças climáticas e uma mudança global para a política protecionista e isolacionista estão remodelando as estruturas e habilidades globais de poder. Essas mudanças estão contribuindo para uma crescente erosão da confiança no sistema multilateral e sua capacidade de salvaguardar os interesses dos países em desenvolvimento, resolver conflitos com justiça e defender uma abordagem baseada em direitos ao desenvolvimento. A instabilidade geopolítica e econômica tensionou ainda mais os esforços de desenvolvimento e interrompeu a produção de dados essenciais.

Esse é o contexto que os países da Ásia e da região MENA, enfrentam. As duas regiões vivem realidades muito distintas e, portanto, enfrentam desafios diferentes, embora os riscos relacionados ao clima, as disparidades sociais e de gênero e a volatilidade econômica ou lacunas de financiamento sejam desafios comuns a ambas as regiões.

As reuniões preparatórias para o HLPF 25 das duas regiões demonstraram o amadurecimento para o enfrentamento dos desafios multifacetados e interligados. O número de documentos e relatórios que subsidiaram as reuniões mostraram que análises baseadas em dados é essencial para as tomadas de decisões; que o desenvolvimento sustentável só será possível se for inclusivo e cooperativo. Lições podem ser extraídas das formas como cada sub-região e países enfrentam desafios e aproveitam oportunidades. Os países menos desenvolvidos, os países em desenvolvimento sem litoral, os pequenos Estados insulares em desenvolvimento, países em conflito, compreendendo mais da metade dos países da Ásia e do Pacífico, e a região árabe. A cooperação regional e sub-regional e os esforços coordenados são fundamentais para garantir a sua integração regional e facilitar a conquista de um desenvolvimento inclusivo e sustentável em ambas as regiões.

Nas duas reuniões, os representantes concordaram em intensificar a cooperação para impulsionar o desenvolvimento urbano sustentável e resiliente, compartilhar know-how, alinhar políticas urbanas com os ODS e apoiar as autoridades locais na construção de cidades habitáveis e inclusivas e focando nas pessoas. “O caminho para a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável passa pelas cidades e por todos os assentamentos humanos”, como escreveu Armida Salsiah Alisjahbana, Secretária Executiva da ESCAP, no Prefácio do relatório *Transformação urbana na Ásia e no Pacífico: do crescimento à resiliência*.

Recentes mudanças políticas nos EUA levantam preocupações sobre o futuro da ciência, saúde e ajuda internacional

Guto Galvão

Resumo. As recentes mudanças na política dos EUA sob o atual governo levantaram preocupações sobre o futuro da ciência, saúde e ajuda internacional. O NIH planeja eliminar sub-financiamentos a componentes estrangeiros de pesquisa até 2025, o que afetará colaborações críticas de saúde global. Enquanto isso, a NSF enfrenta cortes orçamentários e a eliminação de muitos subsídios focados na diversidade. Além disso, o congelamento do financiamento do PEPFAR ameaça programas essenciais de HIV/AIDS em países que dependem do apoio dos EUA. Em contraste, a OMS negociou um tratado global de pandemia visando melhorar a cooperação internacional em preparação e resposta.

Palavras-chave. NIH, Pesquisa em saúde global, Financiamento da NSF, PEPFAR, Tratado pandêmico, Cooperação multilateral

Summary. Recent U.S. policy changes under the current administration have raised concerns about the future of science, health, and international aid. The NIH plans to eliminate foreign sub-awards by 2025, which will affect critical global health collaborations. Meanwhile, the NSF faces budget cuts and the elimination of many diversity-focused grants. Additionally, the freeze on PEPFAR funding threatens essential HIV/AIDS programs in countries that rely on U.S. support. In contrast, the WHO has negotiated a global pandemic treaty aimed at enhancing international cooperation in preparedness and response.

Keywords. NIH, Global health research, NSF funding, PEPFAR, Pandemic treaty, Multilateral cooperation

Introdução

O editor dos Cadernos solicitou um relatório sobre vários artigos intrigantes que destacam coletivamente mudanças significativas na política dos EUA sob o atual governo, particularmente em relação à ciência, saúde e ajuda internacional. Essas mudanças refletem uma agenda mais ampla focada na redução dos gastos federais, priorizando os interesses domésticos e reformulando o papel do país na saúde e pesquisa globais. No entanto, as implicações dessas mudanças são de longo alcance, levantando preocupações sobre seu impacto no progresso científico, na saúde global e na posição dos EUA como líder na colaboração internacional.

Política do NIH muda novo desafio para pesquisa global.

O National Institutes of Health (NIH), o maior financiador mundial de pesquisas biomédicas, anunciou uma nova política que encerrará os subfinanciamentos a componentes estrangeiros de pesquisa até outubro de 2025. Esses sub-financiamentos a componentes estrangeiros de pesquisa totalizam aproximadamente US\$ 500 milhões por ano e permitem que pesquisadores dos EUA colaborem com instituições internacionais em projetos que abordam questões críticas de saúde global, incluindo doenças infecciosas, câncer e saúde materna. O NIH

citou preocupações com a segurança nacional e a falta de transparência como justificativa para a mudança, mas os críticos argumentam que a decisão é míope e autodestrutiva.

A política provavelmente encerrará milhares de projetos que dependem de colaboração internacional, incluindo ensaios clínicos e pesquisas sobre doenças como malária e tuberculose. O ex-diretor do NIH alertou que a suspensão de subconcessões estrangeiras pode levar a mortes evitáveis, principalmente em países de baixa renda.

Os pesquisadores ressaltaram a importância da colaboração internacional para doenças que não são prevalentes nos EUA e para consolidar dados sobre cânceres raros. Sem subfinanciamentos a componentes estrangeiros de pesquisa, vários projetos em andamento se tornarão inviáveis e os pesquisadores estrangeiros enfrentarão obstáculos burocráticos significativos para garantir financiamento diretamente do NIH.

Esta decisão segue mudanças anteriores na supervisão do NIH, incluindo a exigência de que colaboradores estrangeiros enviem seus cadernos e dados de laboratório anualmente. Essas medidas foram introduzidas após controvérsias em torno da pesquisa no Instituto de Virologia, que recebeu subfinanciamentos a componentes estrangeiros de pesquisa do NIH. Os críticos sugerem que a nova política pode ser politicamente motivada, alinhando-se com a estratégia mais ampla do atual governo de cortar custos e priorizar os interesses domésticos.

Turbulência da NSF no financiamento da ciência

A National Science Foundation (NSF) está enfrentando uma reviravolta sem precedentes após a renúncia de seu diretor e o encerramento de centenas de bolsas de pesquisa. A saída do diretor ocorreu em meio a relatos de que o atual governo planeja cortar o orçamento de US \$ 9 bilhões da NSF em 55% e reduzir sua força de trabalho em 50%. A agência já encerrou 387 doações no valor de US\$ 237 milhões, muitas das quais se concentram na diversidade, equidade e inclusão na ciência.

O envolvimento do Departamento de Eficiência Governamental (DOGE) nas operações da NSF levantou preocupações sobre a transparência e a politização das decisões de financiamento. Os membros do DOGE tiveram acesso aos sistemas de gerenciamento de subsídios da NSF e os subsídios foram encerrados de acordo com suas diretrizes. Os críticos argumentam que essas ações violam o processo de revisão baseado no mérito da NSF e minam seu mandato no Congresso de ampliar a participação na ciência.

Pepfar: Uma crise nos esforços de HIV/AIDS

O congelamento do financiamento do Plano de Emergência do Presidente dos EUA para o Alívio da AIDS (Pepfar) e a dissolução da USAID representam um golpe significativo para os esforços globais de HIV/AIDS. O Pepfar tem sido fundamental para salvar milhões de vidas e reduzir as infecções por HIV em todo o mundo, financiando 70% da resposta global ao HIV. Sua interrupção repentina ameaça a estabilidade dos programas de HIV/AIDS em países fortemente dependentes da ajuda dos EUA, como Moçambique, Tanzânia e Zâmbia.

Os fundos do Pepfar apoiaram o teste, o tratamento e a prevenção do HIV para milhões de pessoas, treinaram profissionais de saúde e prestaram cuidados a órfãos e famílias afetadas pelo HIV. O congelamento interrompeu esses serviços, com mais de 50 organizações em 16 países encerrando seus programas de HIV/AIDS. Os críticos alertam que, sem o Pepfar, mais 26 milhões de pessoas podem ser infectadas pelo HIV até 2030, e milhões podem enfrentar uma sentença de morte.

O editorial insta o Congresso a reautorizar o Pefar por mais cinco anos, garantindo que sua missão seja cumprida e apoiando a transição para sistemas de saúde autossustentáveis nos países receptores. A súbita retirada de financiamento é considerada inconcebível, especialmente quando o mundo estava se aproximando do fim da epidemia de AIDS.

Tratado pandêmico: um triunfo para a cooperação multilateral

Em contraste com a turbulência doméstica, o tratado global de pandemia negociado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) oferece esperança de colaboração multilateral. O tratado, acordado em abril de 2025, representa o primeiro plano global de prevenção, preparação e resposta a pandemias. Apesar da retirada dos EUA da OMS, o tratado estabelece as bases para o acesso equitativo a vacinas, medicamentos e diagnósticos durante futuras pandemias.

O tratado inclui disposições para Acesso a Patógenos e Compartilhamento de Benefícios (PABS), que concede às empresas farmacêuticas acesso a dados científicos em troca da distribuição equitativa de recursos médicos. Pelo menos 20% das vacinas, medicamentos e diagnósticos produzidos durante uma pandemia serão disponibilizados à OMS para distribuição com base na necessidade. No entanto, o sucesso do tratado dependerá da implementação efetiva e da confiança dos governos nacionais e dos fabricantes de produtos farmacêuticos.

O acordo demonstra o poder da colaboração, com alguns especialistas sugerindo que a saída dos EUA acelerou sua assinatura, motivando outros países a agir. O tratado é juridicamente vinculativo, ao contrário de iniciativas anteriores, como a COVAX, e deve ser ratificado por pelo menos 60 países para se tornar lei internacional.

Nomeação do Cirurgião Geral.

A nomeação do presidente do Cirurgião Geral reflete o foco do governo no bem-estar e na prevenção de doenças crônicas. O novo Surgeon General é um influenciador de bem-estar e cofundador de uma empresa de saúde digital, alinhando-se com a agenda “Make America Healthy Again” do governo. Sua nomeação segue a retirada de outros candidatos em meio a preocupações sobre seu currículo e alinhamento ideológico.

A atual candidata tem experiência em saúde metabólica e seus laços com o secretário de Saúde propõem uma mudança no sentido de abordar doenças crônicas por meio de mudanças no estilo de vida e no ambiente. No entanto, sua falta de experiência em saúde pública levanta questões sobre suas qualificações e a priorização da ideologia sobre a experiência do governo.

Uma mudança na liderança dos EUA

Esses artigos retratam coletivamente um governo reformulando as políticas de ciência, saúde e ajuda dos EUA para se alinhar com sua agenda “America First”. Embora algumas medidas, como o tratado pandêmico, demonstrem o potencial de cooperação global, outras - como os cortes de financiamento do NIH e da NSF - correm o risco de isolar os EUA da comunidade científica internacional e minar o progresso em áreas críticas. O congelamento do financiamento do Pefar e a dissolução da USAID são particularmente preocupantes, por desafiarem o progresso feito na saúde global.

A abordagem do governo parece priorizar a economia de custos de curto prazo e o alinhamento em relação às metas científicas e humanitárias de longo prazo.

O prato e o tempo

The dish and time

André Costa Lobato

Summary. *Xi Jinping visited Russia for WWII commemorations and emphasized China's role in global order formation. He later hosted the China-CELAC Forum, receiving leaders including Lula. China released a white paper defending its pandemic response and criticizing U.S. mismanagement and politicization of COVID-19. The report points to early virus traces in the U.S. in 2019. Economically, China posted trade growth and unveiled stimulus measures including interest rate cuts, liquidity injections, and sectoral aid to stabilize the market and support consumption.*

Keywords: Post-1945 World Order, Pandemic and diplomacy, economic measures

Resumo. Xi Jinping participou de comemorações com Putin pelos 80 anos do fim da Segunda Guerra e da fundação da ONU, destacando o papel da China na ordem global. Depois, sediou o Fórum China-Celac com presença de Lula. Pequim publicou um documento defendendo sua resposta à pandemia e criticando a condução dos EUA. O relatório sugere presença precoce do vírus nos EUA. No plano econômico, a China anunciou estímulos com cortes de juros, injeção de liquidez e apoio a consumo e inovação.

Palavras-chave: Ordem Mundial pós-1945, Pandemia e diplomacia, medidas econômicas

Diplomática

Xi Jinping visitou a Rússia para comemorações conjuntas de 80 anos da Grande Guerra Patriótica da União Soviética, da Guerra de Resistência do Povo Chinês contra a Agressão Japonesa e da Guerra Antifascista Mundial que marcam o 80º aniversário da fundação da Organização das Nações Unidas (ONU). Entre os principais objetivos das comemorações está impedir o apagamento, notável em parte da cobertura da imprensa brasileira sobre a ida do presidente Lula a Moscou, e de outras formações políticas, na criação do sistema mundial atual. A principal cerimônia ocorreu no dia 9 de maio, que marca a rendição da Alemanha Nazista ao Exército Vermelho. O desfile contou com a participação de líderes de repúblicas que fizeram parte da União Soviética, bem como de países como Brasil, Israel e Palestina. Tropas de treze países (Azerbaijão, Belarus, Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão, Uzbequistão, Vietnã, Egito, China, Laos, Mongólia e Mianmar) participaram do desfile, que durou mais de duas horas. O maior corpo estrangeiro foi o chinês, com a sempre impressionante sincronia da Guarda de Honra do Exército de Libertação Popular. Xi e Putin fizeram uma reunião bilateral e dois comunicados conjuntos foram publicados pelas chancelarias. Um, sobre estabilidade global, expressa “preocupação com as atividades biológicas militares”¹⁵⁰ dos EUA e seus aliados, critica o uso armamentista do espaço, o desrespeito a tratados de não-proliferação

¹⁵⁰ JOINT STATEMENT by the People's Republic of China and the Russian Federation on Global Strategic Stability_Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China [Internet]. [citado 12 de maio de 2025]. Disponível em: https://www.fmprc.gov.cn/eng/xw/zyxw/202505/t20250509_11617864.html

nuclear e a rejeição da inseparabilidade estratégica entre armas ofensivas e defensivas. Os dois lados se comprometem a aprimorar a coordenação “na manutenção e fortalecimento da estabilidade estratégica global”. Outro comunicado, sobre “a manutenção da lei internacional”¹⁵¹, reforça a centralidade e a legitimidade da ONU bem como de acordos internacionais já assinados, desde os de não-proliferação nuclear a outros, como o Acordo de Paris.

Após a viagem à Rússia, antecedida de uma visita à Malásia, Xi Jinping anfitrião, no dia 13 de maio, a Quarta Reunião Ministerial do Fórum China-Celac¹⁵². A Celac (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos) realizou encontro mês passado em Honduras. O presidente brasileiro, Lula da Silva, em visita oficial à China entre 10 e 14 de maio, participará do encontro da Celac. É a sexta visita de Lula à China e o terceiro encontro com Xi neste mandato. Além de Lula, Xi recebe também o venezuelano Nicolas Maduro e o cubano Miguel Bermúdez.

EUA e China chegaram a um novo acordo tarifário após reuniões na Suíça, com 10% sobre produtos estadunidenses e 30% sobre produtos chineses¹⁵³. O dólar, o renminbi e bolsas de ambos os países se valorizaram. He Lifeng, o vice-ministro responsável pela negociação chinesa com os EUA, disse que “se o prato é delicioso, o tempo não é importante”¹⁵⁴, se referindo sobre a conclusão final das conversas.

Sanitária

O Escritório de Informação do Conselho de Estado publicou o mais completo documento sobre a prevenção, o controle e o rastreamento das origens do Sars-CoV-2¹⁵⁵. O documento é uma resposta às várias alegações feitas pela Casa Branca, controlada seja por democratas ou republicanos, e uma afirmação das conquistas da governança chinesa em controle sanitário. A resposta chinesa à pandemia de Covid-19 é apresentada como exemplo de eficácia e solidariedade internacional, mesmo diante de limitações domésticas. Apesar da escassez de materiais, a China forneceu insumos e apoio técnico a outros países, enquanto controlava internamente mais de 100 surtos entre 2020 e 2022 com políticas sanitárias rigorosas. Esse esforço é contrastado com a resposta norte-americana, marcada por elevada mortalidade — com mais de 1,22 milhão de mortes até 2025 —, desperdício de mais de 82 milhões de vacinas e uma condução sanitária descrita como ineficaz e anticientífica. O relatório ressalta ainda que os EUA falharam em alinhar seus recursos tecnológicos e econômicos a uma resposta pública

¹⁵¹ Joint Declaration of the People's Republic of China and the Russian Federation on Further Strengthening Cooperation to Uphold the Authority of International Law_Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China [Internet]. [citado 12 de maio de 2025]. Disponível em: https://www.fmprc.gov.cn/eng/xw/zyxw/202505/t20250509_11617838.html

¹⁵² Xi to attend opening ceremony of fourth ministerial meeting of China-CELAC Forum - People's Daily Online [Internet]. [citado 12 de maio de 2025]. Disponível em: <https://en.people.cn/n3/2025/0511/c90000-20313277.html>

¹⁵³ Steer G, Duguid K. Wall Street stocks soar on US-China tariff reprieve. Financial Times [Internet]. 12 de maio de 2025 [citado 12 de maio de 2025]; Disponível em: <https://www.ft.com/content/44b6817b-12a9-47c9-9ab0-5b906c7eacaf>

¹⁵⁴ Chinese delegation speaks to press after high-level meeting with U.S. in Geneva - YouTube [Internet]. [citado 12 de maio de 2025]. Disponível em: <https://www.youtube.com/>

¹⁵⁵ República Popular da China AC. Full text: Covid-19 Prevention, Control and Origins Tracing: China's Actions and Stance | english.scio.gov.cn. Disponível em: http://english.scio.gov.cn/node_9015825.html

eficiente, optando por uma política de nacionalismo vacinal e recusa em apoiar medidas multilaterais.

No plano político e diplomático, a China critica os EUA por tentarem politizar a pandemia ao promover termos como “vírus chinês” ou “vírus de Wuhan”, estratégia rejeitada pela comunidade internacional. A instrumentalização do vírus teria servido para desviar atenção da má gestão interna e as evidências de que o vírus já estaria circulando nos EUA. Relatórios científicos de órgãos americanos como o NIH e o Laboratório Nacional de Los Alamos atestaram, diz o documento, que o Instituto de Virologia de Wuhan seguiu normas rigorosas de biossegurança, afastando a hipótese de manipulação viral. A narrativa chinesa enfatiza ainda a recusa dos EUA em aceitar cooperação internacional e aponta evidências sorológicas que sugerem circulação precoce do vírus em território norte-americano ainda em 2019, o que reforçaria a crítica à postura acusatória de Washington.

O documento aponta que, em 2019, surtos de pneumonia sem causa identificada ocorreram na Virgínia, próximos ao laboratório de Fort Detrick, fechado subitamente naquele ano, que uma doença pulmonar associada a cigarros eletrônicos (EVALI) teve sintomas idênticos à Covid-19 e gerou milhares de hospitalizações no mesmo ano e que testes sorológicos feitos pelo CDC e o NIH detectaram anticorpos em amostras coletadas entre dezembro de 2019 e janeiro de 2020. O documento afirma ainda que a Universidade da Carolina do Norte relatou 28 incidentes laboratoriais com microrganismos geneticamente modificados entre 2015 e 2020, incluindo coronavírus, o que resultou na demissão de alguns pesquisadores.

Socioeconômica

Nos primeiros quatro meses deste ano, as importações e exportações totais de bens da China em termos denominados em yuan expandiram 2,4 por cento, para 14,14 trilhões de yuans, mostraram os dados. Durante o período, as exportações da China aumentaram 7,5%, para 8,39 trilhões de yuans, enquanto as importações caíram 4,2%, para 5,75 trilhões de yuans¹⁵⁶.

Após meses de expectativa, autoridades econômicas chinesas anunciaram um conjunto de estímulos monetários e financeiros¹⁵⁷. Entre as principais medidas estão o corte de 10 pontos-base na taxa básica de juros, redução de 50 pontos-base no compulsório bancário (liberando 1 trilhão de RMB em liquidez) e diminuição de 25 pontos-base na taxa de hipoteca via fundo habitacional. Aumentou-se também o apoio via instrumentos de relending do Banco Central para a agricultura, pequenas empresas e inovação tecnológica, além da criação de um novo fundo de 500 bilhões de RMB para consumo em serviços como turismo, cultura, educação e cuidados com idosos. Medidas de suporte ao mercado acionário também foram incluídas, como flexibilização regulatória para seguradoras e facilitação de recompra de ações.

¹⁵⁶ China's foreign trade sustains stable expansion despite external headwinds [Internet]. [citado 11 de maio de 2025]. Disponível em: http://english.www.gov.cn/archive/statistics/202505/09/content_WS681dc954c6d0868f4e8f262f.html

¹⁵⁷ “Patience” is the watchword | The weekly recap – Trivium China [Internet]. [citado 12 de maio de 2025]. Disponível em: <https://triviumchina.com/2025/05/10/patience-is-the-watchword-the-weekly-recap/>

Na China, assinatura de acordos do Brasil com empresas chinesas na área de Saúde

Reproduzimos abaixo excertos da nota do Ministério da Saúde sobre o que consideramos importantes acordos comerciais com empresas chinesas da área dos insumos para a saúde, promovidos pelo governo brasileiro, por ocasião da visita oficial do presidente Lula e delegação nos dias 12 e 13 de maio de 2025.

Fontes: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2025/05/na-china-lula-participa-de-assinatura-de-acordos-com-empresas-chinesas-na-area-de-saude> e <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2025/maio/na-china-ministro-da-saude-acompanha-assinatura-de-acordos-bilaterais-sobre-vacinas-medicamentos-e-equipamentos>

Três eixos de acordos foram assinados por representantes do governo brasileiro e empresas chinesas na área de insumos para a saúde. Outras parcerias estratégicas para produção de insumos farmacêutico também foram aceleradas.



Presidente Lula e ministros Alexandre Padilha (Saúde) e Rui Costa (Casa Civil), durante assinatura de atos em Pequim (China) - Foto: Ricardo Stuckert / PR

Em 12 de maio, o *presidente Lula e o ministro Padilha* encontraram-se com representantes de *empresas chinesas do setor de saúde*. Da atividade resultaram *acordos bilaterais* voltados à criação de um *centro de excelência em pesquisa e desenvolvimento de vacinas no Brasil*, além da proposta de uma parceria estratégica para construir no Brasil uma *plataforma industrial robusta de Insumos Farmacêuticos Ativos (IFAs)* e memorandos de entendimento na área de *equipamentos de imagem (VMI)*.

Vacinas

O primeiro acordo aborda um memorando de entendimento na área de vacinas com as empresas Eurofarma e Sinovac Biotech. As duas empresas propõem criar o IBRID — Instituto Brasil-China para Inovação em Biotecnologia e Doenças Infecciosas e Degenerativas: um centro de excelência em pesquisa e desenvolvimento no Brasil. O instituto visa acelerar soluções terapêuticas complexas para doenças infecciosas, câncer, condições imunológicas e

degenerativas, focando em vacinas de última geração, anticorpos monoclonais, imunoterapias e terapias celulares e genéticas avançadas.

A iniciativa combina a expertise industrial da Eurofarma na América Latina com a liderança tecnológica global da Sinovac, buscando parcerias estratégicas para promover inovação aberta e alinhamento com políticas nacionais de ciência, tecnologia e saúde, além de representar um reforço ao Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS), em alinhamento com as políticas do Governo Federal (Plano Brasil Saudável, Nova Indústria Brasil e a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia & Inovação).

“É uma parceria para desenvolvimento de vacinas entre a empresa nacional brasileira e a empresa chinesa extremamente ampla. Nesse sentido ela é inovadora, porque constitui uma verdadeira plataforma binacional de produção de vacinas, e não uma vacina específica, dando uma possibilidade muito ampla de desenvolvimento, não só tecnológico mas de escala de produção para essa empresa nacional brasileira, podendo contribuir muito para o Ministério da Saúde. Será também uma plataforma de exportação a partir do Brasil para a região das Américas, continente africano, que são mercados muito importantes para os produtos brasileiros”, explicou Alexandre Padilha.

Insumos farmacêuticos

Foi assinado o memorando de entendimento na área de insumos com a Aurisco e a Nortec Química S.A., maior produtora de Insumos Farmacêuticos Ativos (IFAs) da América Latina, o qual propõe parceria estratégica para construir uma plataforma industrial robusta de IFAs no Brasil, visando fortalecer o CEIS, reduzir a dependência externa e ampliar a capacidade nacional de produção de IFAs em áreas críticas.

A parceria envolve acordos com empresas chinesas para transferência de tecnologia e cooperação regulatória, com estrutura societária que assegure ao menos 51% de controle nacional. O projeto prevê novas unidades produtivas no Rio de Janeiro, com capacidade de produção de até 500 toneladas por ano de IFAs sintéticos e uma unidade focada em Biotecnologia, com investimento estimado de R\$ 350 milhões. O projeto visa reduzir a dependência de importação, garantir autonomia do SUS, e inserir o Brasil nas cadeias globais de valor, com produção industrial prevista entre 3 e 5 anos.

“A produção dos chamados insumos farmacêuticos ativos é o grande desafio tecnológico no nosso país. O acordo permitirá articular a principal empresa brasileira produtora de insumos farmacológicos ativos (não só do Brasil, mas da América Latina como um todo) com a parceira chinesa, aumentando a capacidade do Brasil de produzir estes importantes insumos”, definiu Padilha.

Equipamentos de imagem

Foram também assinados memorandos de entendimento na área de *equipamentos de imagem (VMI)*, com diversas empresas, para fabricação de detectores de imagens médicas tipo “flat panel” no Brasil. O objetivo é atualizar o parque de equipamentos de raios-X do país. Atualmente, a área utiliza tecnologia antiga, com filmes radiográficos de alto custo e baixa qualidade.

A produção nacional desses detectores permitirá exames mais baratos e de melhor qualidade. Eles são usados em radiografia digital e fluoroscopia para capturar imagens de alta

resolução rapidamente, convertendo raios X em sinais digitais para diagnósticos mais precisos e menor exposição à radiação. A parceria é com a empresa chinesa Careray.

A fabricação de *equipamentos de ultrassom* no Brasil tem como objetivo atender à demanda nacional e da América Latina, proporcionando diagnósticos precisos e não invasivos em áreas como ginecologia, cardiologia, obstetrícia e vascular. A produção nacional reduzirá custos e expandirá o acesso a esses equipamentos em cidades de médio e pequeno porte, beneficiando a rede de saúde pública e privada. O ultrassom é essencial para procedimentos guiados por imagem, como biópsias, drenagens e punções. A parceria é com o Shantou Institute of Ultrasonic Instruments (SIUI).

A fabricação de *equipamentos de tomografia computadorizada e ressonância magnética* no Brasil tem o intuito de reduzir custos de aquisição e manutenção e expandir o acesso a esses equipamentos em cidades de médio e pequeno porte. Atualmente, apenas 15% dos municípios brasileiros possuem esses equipamentos. A tomografia e a ressonância são essenciais para a detecção precoce de doenças, planejamento de tratamentos e avaliação da resposta terapêutica. A parceria é com a empresa chinesa Wandong Medical.

A fabricação de equipamentos de *radioterapia* no Brasil tem como objetivo montar partes essenciais para o tratamento de câncer, abordando a falta de fabricantes nacionais e os altos custos de aquisição e manutenção que dificultam o acesso ao tratamento. Com muitos equipamentos antigos utilizando cobalto, é necessário atualizar o parque instalado. A radioterapia utiliza radiações ionizantes para destruir ou impedir o crescimento de células tumorais, preservando tecidos saudáveis ao redor. Pode ser usada como tratamento principal, adjuvante, neoadjuvante ou paliativo, dependendo do tipo e estágio do câncer. A parceria é com a empresa chinesa Shinva Medical.

A produção de *aceleradores lineares para esterilização de alimentos e insumos médicos* no Brasil ambiciona produzir partes essenciais desses equipamentos, que utilizam radiações ionizantes. Atualmente, a baixa disponibilidade desses equipamentos no país eleva custos de esterilização. A produção nacional reduzirá custos e expandirá os centros de esterilização, facilitando a exportação de alimentos e insumos médicos esterilizados. A parceria é com a empresa chinesa Iray Group.

“Essa terceira parceria é extremamente inovadora, pois permite a possibilidade de transferência de tecnologia na produção de equipamentos médicos, seja tomografia, ultrassom, raio-x. É inovadora porque o Brasil importa, basicamente, praticamente todos os grandes equipamentos médicos, sobretudo de exames de imagens. Essa parceria de transferência de tecnologia, que permite a produção no Brasil desses equipamentos, pode ter um impacto muito significativo na geração de renda, de emprego no nosso país”, ressaltou o ministro da Saúde, Alexandre Padilha.

Acelerar iniciativas

Para Alexandre Padilha, a visita proporcionou, ainda, acelerar outras três iniciativas já em desenvolvimento no Brasil: produção de *insulina glargina*, que é do tipo mais moderno disponível, com produção no Brasil, parceria Fiocruz, Biommm e Gan & Lee; desenvolvimento da *vacina da dengue*, que envolve o Ministério da Saúde, Instituto Butantan e empresa parceira chinesa; e, junto com o Banco de Desenvolvimento de BRICS e hospitais e universidades da China, o desenvolvimento de ‘hospitais inteligentes’ no Brasil, com utilização maciça de inteligência artificial, que permitiriam diversos recursos modernos, incluindo cirurgia robótica.

Atos adotados por ocasião da visita de Estado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Pequim - China, 12 e 13 de maio de 2025

Fonte: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/atos-adotados-por-ocasio-da-visita-de-estado-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-a-pequim-china-12-e-13-de-maio-de-2025

Foram adotados os seguintes atos por ocasião da visita de Estado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Pequim - China, 12 e 13 de maio de 2025:

1. Memorando de Entendimento entre a Casa Civil da Presidência da República Federativa do Brasil e a Comissão de Desenvolvimento e Reforma da República Popular da China sobre a Cooperação para a Primeira Etapa do Plano de Cooperação para o Estabelecimento de Sinergias entre o Programa de Aceleração do Crescimento, o Plano Nova Indústria Brasil, o Plano de Transformação Ecológica, o Programa Rotas da Integração Sul-Americana; e a Iniciativa Cinturão e Rota [\[PT\]](#)
2. Memorando de Entendimento para o Estabelecimento Conjunto de um Centro de Transferência de Tecnologia entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação da República Federativa do Brasil e o Ministério da Ciência e Tecnologia da República Popular da China [\[PT\]](#)
3. Memorando de Entendimento sobre o Reforço da Cooperação em Inteligência Artificial entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços da República Federativa do Brasil e a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma da República Popular da China [\[PT\]](#)
4. Memorando de Entendimento (2025–2030) sobre Cooperação em Agricultura Familiar Moderna e Mecanização Agrícola entre o Ministério da Agricultura e dos Assuntos Rurais da República Popular da China e o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar da República Federativa do Brasil [\[PT\]](#)
5. Carta de Intenções sobre a Promoção do Desenvolvimento de Alta Qualidade da Cooperação em Investimentos na Economia Digital entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços da República Federativa do Brasil e o Ministério do Comércio da República Popular da China [\[PT\]](#)
6. Plano de Ação de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável da Mineração (2025–2026) entre o Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil e a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma da República Popular da China [\[PT\]](#)
7. Memorando de Entendimento entre Banco Central do Brasil e Banco Popular da China sobre Cooperação Estratégica no Campo Financeiro
8. Acordo de Swap de Moedas Locais entre o Banco Central do Brasil e o Banco Popular da China
9. Declaração Conjunta de Intenções entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil e a Administração Espacial Nacional da China sobre o Compartilhamento de Dados Espaciais com os Países da América Latina e do Caribe [\[PT\]](#)
10. Memorando de Entendimento entre o Ministério da Agricultura e Pecuária da República Federativa do Brasil e a Administração-Geral de Aduanas da República Popular da China na Área de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias [\[PT\]](#)
11. Protocolo de Requisitos Sanitários e Fitossanitários para a Exportação de Proteínas e Grãos Derivados da Indústria do Etanol de Milho e Farelo de Amendoim, da República Federativa do Brasil para a República Popular da China, entre a Administração-Geral de Aduanas da República Popular da China e o Ministério da Agricultura e Pecuária da República Federativa do Brasil [\[PT\]](#)
12. Protocolo entre o Ministério da Agricultura e Pecuária da República Federativa do Brasil e a Administração Geral de Aduanas da República Popular da China sobre Inspeção, Quarentena e Requisitos de Segurança de Alimentos para a Exportação de Carne de Aves do Brasil para a China [\[PT\]](#)

13. Memorando de Entendimento entre a Comissão Nacional de Energia Nuclear e a Autoridade de Energia Atômica da China para Cooperação no Desenvolvimento Sustentável da Energia Nuclear [\[PT\]](#)
14. Memorando de Entendimento no Campo da Comunicação em Saúde entre o Ministério da Saúde da República Federativa do Brasil e a Agência de Notícias Xinhua da República Popular da China [\[PT\]](#)
15. Memorando de Entendimento entre a ApexBrasil e o China Media Group [\[PT\]](#)
16. Protocolo de Intenções de Cooperação entre o Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil e a Administração Nacional de Energia da República Popular da China [\[PT\]](#)
17. Memorando de Entendimento entre o Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil e a Administração Nacional de Energia da República Popular da China sobre Cooperação em Etanol e Mobilidade Sustentável [\[PT\]](#)
18. Memorando de Entendimento entre o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima da República Federativa do Brasil e a Administração Nacional de Florestas e Pastagens da República Popular da China sobre Cooperação em Restauração de Vegetações e Sumidouros de Carbono [\[PT\]](#)
19. Memorando de Entendimento para a Cooperação no Setor Postal entre o Ministério das Comunicações da República Federativa do Brasil e o State Post Bureau da República Popular da China [\[PT\]](#)
20. Memorando de Entendimento entre a ApexBrasil e o Conselho Chinês para a Promoção do Comércio Internacional [\[PT\]](#)

CRÉDITOS DOS AUTORES DOS CADERNOS

Adhemar Bahadian - Diplomata aposentado do Ministério das Relações Exteriores do Brasil

Ana Carol Aldapi Vaquera - Doutoranda em Ciências Políticas, UFSCar; Mestre em Ciências Políticas e Relações Internacionais, UFPB; Licenciatura em Ciências Políticas, Universidad Católica Boliviana (titulação revalidada em Relações Internacionais pela UFPB)

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire - Mestre em Relações Internacionais, especialista em Divulgação e Popularização da Ciência, Analista de Gestão em Saúde, Cris/Fiocruz

André Lobato - Mestre em mídias globais e comunicações, Doutor pela UFRJ, membro das equipes do CRIS e do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde, Fiocruz

Augusto Paulo José da Silva - Biólogo, mestre em biologia, Moldova State University, assessor e pesquisador, Cris/Fiocruz

Armando De Negri Filho - Médico, mestre em epidemiologia, doutor em medicina preventiva, pesquisador visitante sênior do CRIS/Fiocruz

Bárbara Nogueira – estudante de Relações Internacionais, estagiária do Cris

Bernardo Bahia Cesáreo - Pesquisador, CEE Fundação Oswaldo Cruz

Caio Murta - Graduando, Instituto de Relações Internacionais (IRI), Universidade de São Paulo

Claudia Chamas - Pesquisadora sênior, CDTS Fiocruz e Instituto Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Doenças de Populações Negligenciadas

Claudia Hoirisch - Engenheira química, mestre em gestão e políticas de saúde, membro da equipe do Cris/Fiocruz

Danielly P. Magalhães - Pós-doutora em saúde pública, doutora em química ambiental e mestre em saúde pública, pesquisadora associada do CRIS Fiocruz, pesquisadora da Columbia University, EUA

Deisy de Freitas Lima Ventura - Professora Titular e Coordenadora do Doutorado em Saúde Global e Sustentabilidade da Faculdade de Saúde Pública da USP, Vice-Diretora do Instituto de Relações Internacionais da USP

Denise Oliveira e Silva - Doutora em saúde pública, Pós Doutora em Antropologia, Pesquisadora em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Diana Reyna Zeballos Rivas - Médica, Mestre em Medicina e Saúde, Doutoranda do Instituto de Saúde Coletiva, UFBA

Eduardo Nilson - Doutor em Saúde Global e Sustentabilidade; Pesquisador em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Erica Kastrup - Mestre em Saúde Global e Diplomacia da Saúde, Doutora em História das Ciências e da Saúde, Analista do Cris/Fiocruz

Fabiane Gaspar - Assessora de Cooperação do CRIS/Fiocruz; Graduação em Comércio Exterior e Direito; Especialista em Saúde Pública; Mestre em Direito Internacional

Felix Júlio Rosenberg - Médico veterinário, mestre em ciências médicas. Diretor do Fórum Itaboraí, Fiocruz. Secretário Executivo da RINSP/CPLP, coordenador da Rede Latino-Americana e do Caribe de Institutos Nacionais de Saúde Pública, IANPHI

Giacomo Giannelli - Graduando em Saúde Pública na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Gisele Sanglard - Pesquisadora e docente da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz; Graduação em História; Mestrado em História Social da Cultura; Doutorado em História das Ciências da Saúde

Giulia Mariano Machado - Graduanda em Saúde Pública na FSP USP e aluna de iniciação científica em Saúde Ambiental

Júlia Moraes e Silva - Graduada em Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da USP (FSP-USP) e Mestranda em Saúde Pública na FSP-USP

Heliton Barros - Pesquisador do Museu da Vida, Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz

Isis Pillar Cazumbá da Cruz - MBA em Gestão de Projetos e Relações Internacionais pela Universidade Estácio de Sá. Pesquisadora, CRIS/Fiocruz

João Miguel Estephanio - Pesquisador do CRIS/Fiocruz e Fiocruz Brasília

Laurenice Pires - Assistente Social, mestre em Serviço Social, doutora em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/Fiocruz

Livia Ferreira – estudante de Relações Internacionais; estagiária do CRIS

Luana Bermudez - Graduada em Relações Internacionais, Mestre em Saúde Pública, doutoranda em saúde pública, assessora técnica da AISA/MS

Lúcia Marques - Jornalista, mestre em Saúde Pública, analista de gestão em saúde pública, assessora Programa Fiocruz na Antártica, CRIS/Fiocruz

Luiz Augusto Galvão - Mestre em saúde pública, doutor em saúde coletiva. Professor adjunto na Universidade Georgetown, EUA, e pesquisador sênior do Cris/Fiocruz

Luís Eugenio Portela Fernandes de Souza - Professor do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Manuel Mahoche - Doutorando em Epidemiologia (FSP/USP), Mestre em Saúde Pública (UFRGS), Especialista em Saúde Global e Diplomacia da Saúde (FIOCRUZ), MBA em DataScience Analytics (USP/ESALQ)

Marcilei Brito Moraes - Enfermeira e Historiadora, Mestra em Educação, Doutoranda no Instituto de Saúde Coletiva da UFBA

Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes - Pediatra, Doutora em Ciências, Pesquisadora e Docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Ações Nacionais e de Cooperação, IFF/Fiocruz

Maria Teresa Rossetti Massari - Enfermeira, Mestre em Saúde da Mulher e da Criança, Doutora em Saúde Coletiva. Atua na Coordenação de Ações Nacionais e de Cooperação do IFF/Fiocruz.

Marina Sujkowski Lima - Mestranda em Saúde Pública pela FSP-USP e graduada em Relações Internacionais pelo IRI-USP

Mateus Brito - Doutorando e Mestre em Saúde Coletiva (ISC/UFBA), *alumni* do Certificado em Estudos Afro-Latino-Americanos (ALARI/Harvard University), especialista pela Residência em Saúde da População do Campo (UPE), Bacharel em Fisioterapia (UNISBA)

Matheus dos Santos da Silveira - Doutorando em Relações Internacionais, IRI/PUC-Rio, Bacharel (UNAMA) e Mestre (UNILA) em Relações Internacionais. Co-Editor da Revista Debates Indígenas

Miryam de Souza Minayo - Analista de relações internacionais, doutora em Direito e Relações Internacionais, assessora e pesquisadora CRIS/Fiocruz

Nina Bouqvar - Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais: Resolução de Conflitos e Cooperação para o Desenvolvimento (MAPI) pela PUC-Rio e bacharela em Ciência Política (UNIRIO)

Patrícia Lewis Carpio - Doutoranda em Saúde Coletiva (ISC-UFBA), Mestre em ciências pela USP, Graduada em Psicologia no Peru, pesquisadora do Observatório Saúde e Migração (OSM) e integrante da FENAMI.

Paula Reges - Médica infectologista, Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI/Fiocruz); pesquisadora do CRIS/FIOCRUZ

Paulo Esteves - Doutor em Ciência Política, Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio

Paulo Marchiori Buss - Médico, doutor em ciências. Professor emérito da Fiocruz, Coordenador do Cris/Fiocruz, membro titular da Academia Nacional de Medicina, Presidente da Alianza Latino-americana de Salud Global - ALASAG

Pedro Burger - Licenciado em História, Mestre em Economia Política Internacional, Especialista em Saúde Pública, Coordenador adjunto do CRIS/Fiocruz

Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos - Psicóloga, Sanitarista e Mestre em Saúde Pública. Atua na Coordenação de Ações Nacionais e de Cooperação do IFF/Fiocruz

Rafael Gomes França - Doutorando da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Renan Amaral Oliveira - Doutorando em Saúde Global e Sustentabilidade, FSP/USP; Mestre em Relações Internacionais, UFBA; Bacharel duplo em Ciências e Humanidades e em Relações Internacionais, UFABC

René Mendes - Pesquisador Colaborador do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA/USP); Pesquisador Visitante Sênior, Centro de Relações Internacionais em Saúde, Fundação Osvaldo Cruz (CRIS/Fiocruz)

Regina Ungerer - Médica, Doutora em Ciências, pesquisadora sênior do Cris/Fiocruz

Samia de Brito - Graduação e Mestrado em Relações Internacionais; Analista em cooperação internacional, Instituto René Rachou Fiocruz Minas

Santiago Alcázar - Diplomata; Pesquisador Honorário do CRIS/Fiocruz

Sebastian Tobar - Sociólogo, Doutor em Saúde Pública, pesquisador sênior do CRIS/Fiocruz, assessor sênior da Aliança Latino-Americana de Saúde Global – ALASAG

Tatiana Cerqueira Machado Medrado - Graduada em Ciências Biológicas (UCSal) e Medicina Veterinária (UFBA); Especialista em análise de dados secundários, e em monitoramento,

avaliação e informação estratégica (ISC/UFBA), Especialista em análise da situação de saúde (UFG), Mestre em Saúde Pública e Doutoranda em Saúde Coletiva, ISC/UFBA

Thaiany Medeiros Cury - Bacharel em Relações Internacionais, Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais, IRI/PUC-Rio

Tomé Cá - Estatístico-epidemiologista, mestre em ciências econômicas e em saúde pública, membro da Organização Oeste Africana de Saúde (OOAS/CEDEAO)

Vitor Rodrigues - Graduado em Relações Internacionais, assistente de pesquisa da Casa de Oswaldo Cruz

Vitória Kavanami - Graduada em Relações Internacionais e bolsista da Casa de Oswaldo Cruz / Fundação Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz)

Cadernos CRIS Fiocruz sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde abril de 2020 o CRIS vem produzindo **Cadernos sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, um dos produtos do Observatório CRIS de Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Entre 2020 e 2024 foram produzidos **106** Informes quinzenais. Para 2025 está programada a edição de 24 fascículos quinzenais. Os interessados na coleção podem acessar ou fazer download de artigos ou edições completas em:

<https://portal.fiocruz.br/cadernos-cris>

Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde setembro de 2020, o CRIS vem realizando os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. Os Seminários são um dos produtos do Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Entre 2020 e 2024 foram realizados 114 Seminários e, em 2025, estão programados 24 Seminários. Os Seminários são acessíveis para audiência e download em:

<https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN>

Próximos Seminários

Dia 21 de maio – *Saúde da mulher e da criança*

Dia 04 de junho – *A Agenda da Saúde Global 2025*

Os seminários são transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

<https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ>

FICHA CATALOGRÁFICA

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Centro de Relações Internacionais em Saúde

Centro Colaborador OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul

Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Número: 07/2025

Período de 01 a 13 de maio de 2025

Organizadores: PAULO MARCHIORI BUSS, ERICA KASTRUP e FABIANE GASPAR

Fundação Oswaldo Cruz; Centro de Relações Internacionais em Saúde; Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde; Centro Colaborador da OMS/OPAS para a Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul. Rio de Janeiro, 15 de maio de 2025

303 pp; il.

Bibliografia: Inclui Bibliografias.

1. SAÚDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.

Nota: Os artigos dos *Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde* são de responsabilidade de seus autores e as opiniões expressas nos mesmos não necessariamente coincidem com as opiniões dos organizadores ou do Centro de Relações Internacionais em Saúde da Fiocruz.